JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT 4
Camara Municipal de Araguaiana 4
Camara Municipal de Cáceres 6
Camara Municipal de Campinápolis 7
Camara Municipal de Curvelândia 7
Camara Municipal de Diamantino 8
Camara Municipal de Dom Aquino 8
Camara Municipal de Porto Alegre do Norte 9
Camara Municipal de Reserva do Cabaçal 9
Camara Municipal de São José do Rio Claro 9
Camara Municipal de Tangará da Serra 10
Camara Municipal de Várzea Grande 10
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto - CISVP 10
Consórcio Intermunicipal do Norte Araguaia 11
Consorcio Público de Saúde Vale do Teles Pires 11
Prefeitura Municipal de Água Boa 12
Prefeitura Municipal de Alto Garças 17
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 18
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 19
Prefeitura Municipal de Apiacás 19
Prefeitura Municipal de Araguaiana 20
Prefeitura Municipal de Araputanga 21
Prefeitura Municipal de Arenápolis 23
Prefeitura Municipal de Aripuanã 23
Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço 24
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 24
Prefeitura Municipal de Cáceres 25
Prefeitura Municipal de Campinápolis 26
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 27
Prefeitura Municipal de Campo Verde 38
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 51
Prefeitura Municipal de Canarana 52
Prefeitura Municipal de Carlinda 52
Prefeitura Municipal de Castanheira 53
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 54
Prefeitura Municipal de Cláudia 54
Prefeitura Municipal de Cocalinho 60
Prefeitura Municipal de Colíder 60
Prefeitura Municipal de Colniza 67
Prefeitura Municipal de Comodoro 68
Prefeitura Municipal de Confresa 68
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 70
Prefeitura Municipal de Curvelândia 71
Prefeitura Municipal de Denise 71
Prefeitura Municipal de Diamantino 72
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 76
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 76
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 77
Prefeitura Municipal de General Carneiro 79
Prefeitura Municipal de Jaciara 81
Prefeitura Municipal de Jangada 81
Prefeitura Municipal de Jauru 107

Prefeitura Municipal de Juara 108
Prefeitura Municipal de Juruena 108
Prefeitura Municipal de Juscimeira 109
Prefeitura Municipal de Luciara 110
Prefeitura Municipal de Marcelândia 110
Prefeitura Municipal de Matupá 110
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 111
Prefeitura Municipal de Nobres 114
Prefeitura Municipal de Nortelândia 114
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 121
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 125
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 125
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 125
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 126
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 126
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 153
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 171
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 172
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã 172
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 173
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 186
Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim 187
Prefeitura Municipal de Paranatinga 187
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 188
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra 188
Prefeitura Municipal de Poconé 188
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 189
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 189
Prefeitura Municipal de Poxoréu 201
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 205
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 206
Prefeitura Municipal de Rio Branco 216
Prefeitura Municipal de Rondolândia 216
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 217
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 219
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 219
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 220
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 220
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 222
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 247
Prefeitura Municipal de São José do Povo 253
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 256
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 257
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 277
Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa 277
Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada 279
Prefeitura Municipal de Tabaporã 280
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 290
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 293
Prefeitura Municipal de Tesouro 309
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 309
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 309
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 311
Prefeitura Municipal de Vila Rica 313

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2017/2018

Presidente de Honra: Deputado Ondanir Bortolini, Nininho

Presidente: Neurilan Fraga - Prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Mauro Rosa da Silva - Água Boa

Segundo Vice-Presidente: Luciane Borba Azóia Bezerra - Juara

Terceiro Vice-Presidente: Thelma Pimentel Figueiredo - Chapada dos Guimarães

Quarto Vice-Presidente: Josair Geremias Lopes - Dom Aquino

Quinto Vice-Presidente: Arnóbio Vieira de Andrade - Marcelândia

Secretário Geral: Adalto José Zago - Apiacás

Primeiro Secretário: Altir Antônio Peruzzo - Juína

Segundo Secretário: Atail Marques do Amaral - Poconé

Tesoureiro Geral: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Santa Cruz do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Silvio José de Morais Filho - Araguainha

Segundo Tesoureiro: Beatriz de Fátima S. Lemes - Nova Monte Verde

CONSELHO FISCAL

1. Juvenal Alexandre da Silva - Nova Marilândia
2. Mauriza Augusta de Oliveira - Nova Brasilândia
3. José Mauro Figueiredo - Arenápolis

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Jossimar José Fernandes - Nortelândia
2. Leocir Hanel - Nobres
3. Eugênio Pelachim - Porto Estrela

Gerência de Comunicação
Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo atendimento
Noides Cenio da Silva

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS - AMM-MT

LICITAÇÃO
ERRATA AO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2017 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO VINCULADA AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2017

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS - AMM

ERRATA AO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2017 da PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

VINCULADA AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2017 PUBLICADO NO JORNAL OFICIAL DA AMM NO DIA 13 DE NOVEMBRO DE 2017 EDIÇÃO Nº 2.854

O PREGOEIRO da Associação Mato-grossense dos Municípios – AMM, comunica a quem interessar possa a seguinte alteração:

ONDE SE LÊ:

no valor global de **188.500,00 (Cento e oitenta e Oito mil e quinhentos reais)**

LEIA-SE

No valor global de **R$ 118.500,00 (CENTO E DEZOITO MIL E QUINHENTOS REAIS)**

As demais permanecem inalteradas.

Cuiabá/MT, 28 de Novembro de 2017.

Fábio Albuquerque da Silva

Pregoeiro

CAMARA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

DECRETO Nº 01/2017 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA – MT, 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

DECRETO Nº 01/2017 Araguaiana – MT, 28 de novembro de 2017.

Homologa o resultado do Concurso Público nº 01/2017 da Câmara Municipal de Araguaiana para o Cargo de Contador e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Araguaiana/MT, Sr. Davi Tenório de Oliveira, no uso das atribuições legais e com base no relatório final do Concurso Público 001/2017.

RESOLVE

ART. 1º - Homologar e publicar o resultado final do concurso público 001/2017, conforme a relação dos aprovados e dos classificados descrita no Anexo - I deste decreto.

ART. 2º - A presente homologação demonstra o desempenho dos aprovados e dos classificados.

ART. 3º - O resultado será publicado no Mural da Câmara e no Diário de Publicações Oficiais da Câmara de Araguaiana – no Site da AMM.

ART. 4º - O concurso público terá validade pelo prazo de dois anos, podendo ser prorrogado por igual período, para atender o interesse público.

ART. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Araguaiana (MT), aos 28 dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete.

Davi Tenório de Oliveira

Presidente da Câmara

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017 CÂMARA DE ARAGUAIANA-MT RESULTADO FINAL DO CONCURSO ANEXO I

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017
CÂMARA DE ARAGUAIANA-MT
RESULTADO FINAL DO CONCURSO
ANEXO I

Cargo: 01 - Contador

Inscrição	Nome	Nascimento	Col	E	P	M	G	T	Total	Sit
0000000006	HELIAURE CELSO DE MIRANDA SILVA	20/05/1970	1	36,00	12,00	0,00	14,00	2,00	64,00	AP
0000000014	DIEIÇO DUARTE NUNES	03/09/1992	2	36,00	12,00	0,00	12,00	0,00	60,00	CL
0000000018	AILTON JOSE REIS DA SILVA	11/09/1974	3	40,00	14,00	0,00	4,00	0,00	58,00	CL
0000000004	CLEUNEOLICE FERREIRA PAULA	26/04/1993	4	32,00	12,00	0,00	10,00	0,00	54,00	CL
0000000009	IVANILTO ALVES FERREIRA	05/01/1991	5	28,00	14,00	0,00	8,00	0,00	50,00	CL

LEGENDA: AP:APROVADO / CL: CLASSIFICADO / E:CONHEC. ESPECÍFICO / P:PORTUGUÊS / G:CONHEC. GERAIS / M:MATEMÁTICA / T:TÍTULO

1

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
ERRATA DO EXTRATO DO ATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Este documento tem por objetivo retificar a publicação do Extrato do Ato de Adjudicação e Homologação da Inexigibilidade nº. 14/2017 da Câmara Municipal de Cáceres-MT, publicada no Jornal Oficial dos Municípios – AMM, na data de 28 de novembro de 2017, edição n° 2.863, página 04, com as devidas retificações abaixo:

RETIFICAÇÃO 1:

Onde se lê:"EXTRATO DO ATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE N° **14/2017**, DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT."

Leia-se:"EXTRATO DO ATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE N° **15/2017**, DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT."

RETIFICAÇÃO 2:

Onde se lê:"Processo Licitatório n° **026/2017**."

Leia-se:"Processo Licitatório n° **027/2017**."

RETIFICAÇÃO 3:

Onde se lê:"Especificação: Inexigibilidade nº **14/2017**, desta Câmara Municipal de Cáceres-MT, visando a contratação de empresa especializada para o CURSO GESTÃO DE FROTA DE VEÍCULOS, o qual será realizado pela empresa SUPERCIA CAPACITAÇÃO E MARKETING LTDA., nos dias 30 de Novembro e 01 de Dezembro de 2017, na cidade de Campo Grande-MS."

Leia-se:"Especificação: Inexigibilidade nº **15/2017**, desta Câmara Municipal de Cáceres-MT, visando a contratação de empresa especializada para o CURSO GESTÃO DE FROTA DE VEÍCULOS, o qual será realizado pela empresa SUPERCIA CAPACITAÇÃO E MARKETING LTDA., nos dias 30 de Novembro e 01 de Dezembro de 2017, na cidade de Campo Grande-MS."

Registrada e Publicada, cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 28 de novembro de 2017.

Domingos Oliveira dos Santos

Presidente

EXTRATO DO ATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE N° 15/2017, DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT

Protocolo nº. 2015 de 11 de Outubro de 2017

Processo Licitatório n° 027/2017.

Interessado: Câmara Municipal de Cáceres/MT.

Especificação: Inexigibilidade nº 15/2017, desta Câmara Municipal de Cáceres-MT, visando a *contratação de empresa especializada para o CURSO GESTÃO DE FROTA DE VEÍCULOS, o qual será realizado pela empresa SUPERCIA CAPACITAÇÃO E MARKETING LTDA., nos dias 30 de Novembro e 01 de Dezembro de 2017, na cidade de Campo Grande-MS.***

FUNDAMENTO: Art. 25, II c/c IV do ar Art. 13 da Lei nº 8.666/93.

DESPESAS:		
Órgão/unidade:	**Natureza da despesa:**	**Fonte de recursos:**
010101	3.3.90.39.00	01.031.1001.2004.0000 23
CONTRATADA:	**CNPJ: 11.128.083/0001-15**	**Quantidade**
1	*Empresa Supercia Capacitação e Marketing Ltda.*	**R$ 1.960,00**
Valor Total:	**R$ 1.960,00 (Hum mil, novecentos e sessenta reais)**	

A Comissão Permanente de Licitação **ADJUDICA:**

JOEL XAVIER DO NASCIMENTO

Presidente da C.P.L

GLEISON DA SILVA SOUZA

Membro da C.P.L

JACKSON WILLIAN SANTOS DA SILVA

Membro da C.P.L

E, tendo sido cumpridas todas as formalidades legais, conforme determina a Lei Federal n° 8.666/93, a Lei Complementar n° 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), **o parecer é pela Homologação** da presente inexigibilidade.

EMERSON PINHEIRO LEITE

Advogado da Câmara Municipal de Cáceres

OAB-MT n° 19.744/O

HOMOLOGO a decisão ao vencedor, e **autorizo o empenho** das despesas respectivas.

Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 23 de novembro de 2017.

DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO: 022/2017

TIPO DE LICITAÇÃO: PREGÃO POR MENOR PREÇO POR ITEM

TIPO DE PREGÃO: PRESENCIAL 005/2017

ATA REGISTRO DE PREÇO: 004/2017

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de limpeza, conservação, higienização e asseio diário, com fornecimento de mão de obra e equipamento de proteção individual (EPI), excluindo os materiais de limpeza e ferramentas necessários, que serão fornecidos pela Câmara Municipal de Cáceres, serviços esses que serão prestados na sede definitiva, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, seus anexos e demais orientações normativas expedida pela Administração da Câmara Municipal de Cáceres.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 11/12/2017

LOCAL: Câmara Municipal de Cáceres – Estado de Mato grosso

INÍCIO: 09:00 hrs.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: Na sede provisória da Câmara Municipal de Cáceres, localizada na Rua Costa Marques nº 891, Bairro: Centro Cidade de Cáceres - Mato Grosso, CEP: 78.200-000, em horário comercial das 07h:00 as 13h:00 horas ou pelo site: www.caceres.mt.leg.br

Para **INFORMAÇÕES**, na sede provisória da Câmara Municipal de Cáceres, pelo telefone (65) 3223-6862, pelo e-mail administrativo.charles@caceres.mt.leg.br ou falar como os membros da Comissão Permanente de Licitação, em horário de expediente de segunda a sexta feira das 07h00 às 13h00 horas.

CHARLES FINNEY DALBEM BARBOSA

PREGOEIRO OFICIAL

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 180/2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, *no uso de suas prerrogativas legais e regimentais,*

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder ao servidor, **ADÃO TADEU RIBEIRO**, matrícula nº 082, **20 (vinte) dias de gozo férias e 1/3 (um terço) de férias convertida em pecúnia,** relativas ao período aquisitivo de 03 de fevereiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2017, a partir do dia 04 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 166 de 23 de outubro de 2017.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 27 de novembro de 2017.

Domingos Oliveira dos Santos

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS
LEI Nº 1.189 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

LEI Nº 1.189 de 28 de Novembro de 2017.

Declara de Utilidade pública a Associação A Uwe Abumro Dze

Autora: Fernanda Vieira de Souza Maia.

O Prefeito do Município de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarado a utilidade publica da associação A Uwe Abumro Dez, localizada no município de Campinápolis/MT.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

BRUNA MAYARA DE ALMEIDA STERSA

Presidente desta Casa de Leis

CAMARA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

CAMARA MUNICIPAL
EMENDA A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO N° 001 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

"ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CURVELÂNDIA – MT E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Curvelandia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, prevista nos termos do Art. 42, Inciso II, § 3° da Lei Orgânica Municipal, c/c com Art. 250 e 252 do Regimento Interno, promulga a seguinte Emenda à Lei Orgânica do Município:

Art. 1º - O § 3º do 17 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 17- ....

§ 3º - No ato da posse, os vereadores deverão desincompatibilizar-se e fazer declarações públicas de seus bens, as quais serão arquivadas, constando na Ata de posse seu resumo.

Art. 2º - O § 2º do Art. 18 da Lei Orgânica Municipal passa a vigora com a seguinte Redação:

"Art. 18 - ...

§ 2° - Na eleição da Mesa Diretora será eleita a chapa que obter a maioria dos votos, definida na forma do Regimento Interno da Câmara Municipal.

Art. 3º - O art. 20 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte Redação:

Art. 20 – O mandato da Mesa Diretora será de 02 (dois) anos, sendo admitida a recondução de seus membros para os mesmos cargos, na eleição imediatamente subsequente da mesma legislatura.

Art. 4º - O art. 21 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte Redação, acrescido do inciso I e II no parágrafo único:

Art. 21 - A Mesa da Câmara compõe-se do Presidente, do Vice-Presidente, Secretário e o Tesoureiro, os quais substituir-se-ão na forma e ordem hierárquica.

Parágrafo Único - Na constituição da Mesa e de cada comissão é assegurada tanto quanto possível a representação proporcional dos partidos que participam da Câmara.

I - Na ausência, temporária de um dos membros da Mesa Diretora, o presidente poderá convocar qualquer vereador para substituir o ausente.

II – Na ausência do Secretário, o presidente poderá convocar qualquer vereador ou servidor da Câmara Municipal para fazer a leitura das matérias durante a realização da sessão.

Art. 5º - Suprimido

Art. 6º - Fica revogado § 2º - do Art. 30 da Lei Orgânica Municipal:

"Art. 30 - ...

§ 2º - Revogado

Art. 7º - Suprimido

Art. 8º - Dá nova redação ao §4º do art. 33 da Lei Orgânica Municipal:

"Art. 33 - ...

§ 4º - Os Vereadores terão livre acesso às repartições públicas municipais para se informar sobre qualquer assunto de natureza administrativa, inclusive solicitar verbalmente cópia de documentos de interesse público.

Art. 9º - O art. 34 da Lei Orgânica Municipal, fica acrescido dos incisos I ao IV no parágrafo único:

"Art. 34- ...

"Parágrafo Único -...

I - Será descontado 50% do Subsidio do vereador que faltar na sessão ordinária da Câmara Municipal, exceto nos casos de doença mediante atestado médico ou justificativa aprovada pelo plenário.

II – Os vereadores poderão receber décimo terceiro e férias a partir da legislatura de 2021, em obediência ao princípio da anterioridade, consagrado no art. 29, VI, da CF/88.

III - As remunerações acima tratadas, integram e devem observar os respectivos limites de despesas e gastos com pessoal estampados na CF/88 e na Lei de Responsabilidade Fiscal bem como na legislação Tributária e previdenciária pertinente, podendo sofrer redução do subsidio, ou vedação do pagamento do decimo terceiro e férias, a fim de adequação dos limites legais.

IV – As férias dos vereadores deverá coincidir com o Período de recesso parlamentar, sem prejuízo do respectivo adicional, mediante requerimento dirigido a Mesa Diretora.

Art. 10 – Suprimido

Art.11 - Suprimido

Art. 12 – Suprimido

Art. 13 – Suprimido

Art. 14 - Suprimido

Art. 15 - Suprimido

Art. 16- Suprimido

Art. 17 - O § 4º do art. 88 da Lei orgânica Municipal passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 88 ....

§ 4º Os detentores de mandato eletivo e os Secretários Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, sendo facultado o pagamento de decimo terceiro e férias na forma do § 1º do art. 70, e § 3º do art. 34 da Lei orgânica Municipal.

Art. 18- O art. 89 da Lei orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação.

Art. 89 - Os cargos públicos, efetivo e comissionados serão criados por lei complementar que fixará sua denominação, padrão de vencimento, atribuição, carga horaria, condições de provimento e indicará os recursos pelos quais serão pagos os seus ocupastes, anexado ao projeto Impacto financeiro e Orçamentário na forma da Lei Complementar 101/2000.

Art. 19 – Suprimido

Art. 20- Suprimido

Art. 21 - O art. 198 da Lei Orgânica Municipal fica acrescido dos parágrafos primeiro e segundo:

"Art. 198...

Parágrafo Primeiro - O poder público municipal dará apoio à criação de cooperativas e de outras formas de organização que tem por objetivo a realização dos programas de habitação popular.

Paragrafo Segundo - O maquinário municipal poderá ser usado para o bem público, sendo prioridades a prestação de serviço de aterro para construção ou reformas de casas urbanas de família de baixa renda, que recebem até dois salários mínimos, construção de casas populares e programas de saneamento básico, até o limite de três viagem por família.

Art. 22 – Art. 204 da Lei Orgânica Municipal passa vigorar acrescido do Alínea a), no inciso V do § 1º;

"Art. 204

"§ 1º,

"V,

a) – Para promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino, o município deverá incluir a disciplina Educação Ambiental na grade curricular do ensino fundamental e médio nas escolas do Município de Curvelândia/MT;

Art. 23 – Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data da publicação.

Câmara Municipal de Curvelândia/MT 28 de novembro de 2017

Roberto Serenini Claudinei Alves Nascimento

Ver. Presidente Ver. Vice Presidente

Antonia Aparecida Dantas da Silva Abdias Viera da Silva

Ver. 1ª Secretaria Ver. Tesoureiro

CAMARA MUNICIPAL
PROMULGAÇÃO DA EMENDA A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CURVELÂNDIA N° 001 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Curvelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, prevista nos termos do Art. 42, Inciso II, § 3° da Lei Orgânica Municipal, c/c com Art. 250 e 252 do Regimento Interno, promulga e publica a Emenda à Lei Orgânica Municipal n° 01/2017, aprovada em 1° turno na data 23/10/2017 com mais de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal, e em 2º turno em 27/11/2017 com 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal.

Curvelândia/MT, 28 de novembro de 2017

Roberto Serenini Claudinei Alves Nascimento

Ver. Presidente Ver. Vice Presidente

Antonia Aparecida Dantas da Silva Abdias Viera da Silva

Ver. 1ª Secretaria Ver. Tesoureiro

CAMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
DECRETO LEGISLATIVO Nº 544/2017

DECRETO LEGISLATIVO Nº 544/2017

Dispõe sobre o julgamento das Contas de Governo da Prefeitura Municipal de Diamantino, no exercício de 2016, gestão do prefeito Juviano Lincoln**.**

A Câmara Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que Ela aprovou e seu Presidente, Vereador Jozenil Costa Lube promulga o seguinte Decreto Legislativo.

Art. 1º Ficam aprovadas as contas de governo da Prefeitura Municipal de Diamantino, do exercício de 2016 da Gestão do Prefeito Juviano Lincoln determinando ao gestor, que sejam adotadas as seguintes medidas:

1) envide esforços no sentido de melhorar as políticas públicas de educação e saúde municipal em relação aos seus indicadores:

na educação:

a) Proporção de escolas municipais com nota na Prova Brasil (Matemática e Português 4ª série/5º ano) inferior a Média Brasil;

na saúde:

a) Taxa de detecção de Hanseníase;

b) Razão de exames citopatológicos cérvico-vaginais em mulheres de 25 a 59 anos na população feminina nessa faixa etária;

c) Taxa de incidência de Dengue; e,

d) Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório – Doença cérebro-vascular; e,

2) adote medidas para melhorar o Índice de Gestão Fiscal Municipal – IGFM, buscando a excelência.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Diamantino/MT, 28 de novembro de 2017.

Ver. Jozenil Costa lube

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 032/2017

Portaria n.º 032/2017 Dom Aquino – MT, 28 de novembro de 2017.

HOSANA TEIXEIRA DO CARMO, Presidente da Câmara Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Artigo 1.º - Revogar as Portaria n.º 026 e 029/2017 de 23/11/2017 que enquadrou os servidores ***OZAIR DE ALMEIDA MUNDIM, MARCILIA FERREIRA DA CRUZ e WETER EUTER DOS SANTOS SILVA***.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 28 de novembro de 2017.

HOSANA TEIXEIRA DO CARMO

Presidente

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 031/2017

Portaria n.º 031/2017 Dom Aquino – MT, 28 de novembro de 2017.

HOSANA TEIXEIRA DO CARMO, Presidente da Câmara Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a publicação das Portarias n.º 015 e 018/2017;

CONSIDERANDO a ausência de interesses manifestadas pelos Servidores nomeados através das Portarias de n.º 015 e 018/2017 que integram o quadro efetivo da Administração Direta;

CONSIDERANDO o acolhimento pelo órgão cedente das justificativas apresentadas pelos servidores para não integrarem a comissão de processo administrativo disciplinar no âmbito do Poder Legislativo;

CONSIDERANDO a impossibilidade de início dos trabalhos devido o declínio das nomeações pelos servidores indicados junto as Portaria de n.º 015 e 018/2017;

CONSIDERANDO a necessidade de publicação de nova Portaria designando novos membros para compor e dar efetivo início aos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo.

RESOLVO:

Artigo 1.º - Revogar as Portarias de n.º 015 e 018/2017.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 28 de novembro de 2017.

HOSANA TEIXEIRA DO CARMO

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N°. 01/2017 REGISTRO DE PREÇOS

A Câmara Municipal de Porto Alegre do Norte-MT, através de sua Pregoeira Oficial, nomeado pela portaria nº. 19/2017 torna público o resultado da licitação na modalidade Pregão Presencial 01/2017 **OBJETO:** Registro de Preço para Futura e Eventual Contratação de empresa para fornecimento de UM VEÍCULO NOVO- teve como vencedora a empresa: Central Veículos Comercio e Participações LTDA inscrita no CNPJ: 08.467.819/0001-75, valor R$ 75.400,00, marca: Renault modelo: Duster Expression 1.6 flex.

Porto Alegre do Norte/MT, 28 de novembro de 2017.

Mônica Pereira da Silva

Pregoeira

CAMARA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RESERVA DO CABAÇAL
AVISO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

AVISO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO: n. 1/2017

MODALIDADE: Pregão Presencial n. 1/2017

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: O presente certame tem por objeto a aquisição de 01 (UM) veículo automotor, zero quilômetro, conforme especificações mínimas abaixo descritas.

A Câmara Municipal de Reserva do Cabaçal, através da Pregoeira Oficial do Município, torna público a todos os interessados que em virtude do não comparecimento de licitantes interessados em participar do certame em Sessão Pública realizada em 28 de Novembro de 2017 (segunda chamada), fica determinado a nova data de 08 de Dezembro de 2017, às 10:h00min (horário de Brasília) para a realização da **LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL**, regida pela Lei Federal n. 10.520/2002, subsidiariamente pela Lei Federal n. 8.666/93, com as alterações dadas pela Lei Federal n. 8.883/94, cujo objeto é: aquisição de 01 (UM) veículo tipo passeio, zero quilômetro, de fabricação nacional, capacidade 5 lugares, potência mínima de 80 cv, mínimo 1.4 cm³, 4 portas, bicombustível (gasolina/álcool), ar condicionado, direção hidráulica, desembaçador e limpador traseiro, pneus 175/65R14h, banco traseiro com assento e encosto totalmente rebatível, cintos de segurança dianteiros com regulagem de altura, cintos de segurança laterais traseiros retráteis de três pontos, vidros elétricos nas portas dianteiras, travas elétricas nas 4 portas, equipado com jogo de tapetes de borracha. O veículo deverá ter todos os equipamentos de segurança exigidos pelo CONTRAN (Conselho Nacional de Trânsito) e estar em conformidade com as normas PROCONVE (Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores).

Outras informações e Edital completo poderão ser obtidas diretamente na Câmara Municipal de Reserva do Cabaçal – MT, sito à Rua 6 de Agosto, nº 101, Centro, Reserva do Cabaçal – MT, ou pelo telefone (65)3247-1301, das 7:00 às 13:00 horas nos dias úteis.

Reserva do Cabaçal – MT, 28 de Novembro de 2017.

LETÍCIA VENÂNCIO FERREIRA LIMA

Pregoeira.

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 021/2017

PORTARIA Nº 021/2017

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DE BAIXA DE BENS DA CÂMARA MUNICIPAL EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, **EVALDO DE CASTRO** no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E :

Art. 1º - NOMEAR a comissão de Baixa de Bens da Câmara Municipal exercício de 2017:

Presidente- SIRLÉIA CERQUEIRA

Secretária- FRANCIELI MARA SCHNNEIDER

Membro- MARTA CRISTINA BARTOLOMEU MORO

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

R E G I S T R E-S E P U B L I Q U E –S E

Gabinete do Presidente, em 21 de novembro de 2017

EVALDO DE CASTRO

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 020/2017

PORTARIA Nº 020/2017

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DE REAVALIAÇÃO E DEPRECIAÇÃO DE BENS DA CÃMARA MUNICIPAL EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, **EVALDO DE CASTRO** no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E :

Art. 1º - NOMEAR a comissão de Reavaliação e Depreciação de Bens da Câmara Municipal exercício de 2017:

Presidente- FRANCIELI MARA SCHINEIDER

Secretária- SIRLÉIA DE CERQUEIRA

Membro- DANIKELLY LOPES DO AMARAL

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

R E G I S T R E-S E P U B L I Q U E –S E

Gabinete do Presidente, em 21 de novembro de 2017

EVALDO DE CASTRO

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
PORTARIA Nº 045, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2.017.

FICA INSTAURADO PROCESSO ADMINISTRATIVO ESPECIAL PARA APURAÇÃO DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO DA SERVIDORA ROSEMEIRE APARECIDA DOS REIS SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Vereador **HÉLIO DA NAZARÉ**Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º – Determinar a instauração de procedimento administrativo, para apuração do requerimento da servidora Rosemeire Aparecida dos Reis Silva, pertinente a progressão de classe.

Art. 2º - A condução dos trabalhos do Processo aqui instaurado ficará a cargo da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, instituída através da Portaria 09/2017, a qual deverá concluir os trabalhos no prazo de 60 (sessenta) dias, com suspensão da contagem do prazo, se eventualmente ocorrer recesso administrativo.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Tangará da Serra, aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de Novembro do ano de dois mil e dezessete.

HÉLIO DA NAZARÉ

Presidente

Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume na data supra.

NILTINHO DO LANCHE

1º Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
RESOLUÇÃO N.º 05/2017

Dispõe sobre alteração do artigo 194 do Regimento Interno.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande - MT, no uso da atribuição que lhe confere o art. 159 do Regimento Interno, faz saber que o plenário aprovou e fica promulgada a seguinte Resolução:

Art. 1.º O art. 186 do Regimento Interno passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 194 – O vereador poderá requerer vista de processo relativo a qualquer proposição.

Parágrafo único. O requerimento de vista dever ser oral e escrito à Presidência, que obrigatoriamente deverá deferi-lo uma vez cumpridos os requisitos do parágrafo único, não podendo o seu prazo exceder o período de tempo correspondente ao intervalo entre uma sessão ordinária e outra. "

Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio Benedito Gomes, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 02 de outubro de 2017.

Ver. Benedito Francisco Curvo

Presidente

Ver. João Tertuliano de Barros Filho

1.º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
RESOLUÇÃO N.º 02/2017

Dispõe sobre alteração do artigo 116 do Regimento Interno.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande - MT, no uso da atribuição que lhe confere o art. 159 do Regimento Interno, faz saber que o Plenário aprovou e fica promulgada a seguinte Resolução:

Art. 1.º O artigo 116 do Regimento Interno passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 116 – As sessões ordinárias da Câmara Municipal serão realizadas às quartas-feiras, com início às 18:00 horas às 20:00 horas e das 20:00 horas às 22:00 horas, consecutivamente.

Parágrafo único. Recaindo a data da Sessão Ordinária em dia feriado, sua realização ficará para o primeiro dia útil seguinte."

Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Palácio Benedito Gomes, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 22 de fevereiro de 2017.

Ver. Benedito Francisco Curvo

Presidente

Ver. João Tertuliano de Barros Filho

1.º Secretário

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO - CISVP

ATO NORMATIVO Nº 252

ATO NORMATIVO Nº 252 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, POR ANULAÇÃO PARCIAL OU TOTAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DE ACORDO COM ARTIGO 43 DA LEI Nº 4.320/64" E ATO NORMATIVO Nº 185/2016 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016, ARTIGO 4º INCISO 1º.

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA, Presidente do Conselho Diretor do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Peixoto, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Anual do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Peixoto no exercício financeiro de 2017, Crédito Adici-

onal Suplementar no valor total de R$ 16.000,00 (Dezesseis Mil Reais), destinados a atender a(s) seguinte(s) dotação (ões):

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO PEIXOTO

01.01.10.302.0002.2005 -33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$:	16.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo anterior, será reduzida em igual importância a(s) seguinte(s) dotação (ões):

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO PEIXOTO

01.01.10.302.0002.2005 -31.90.13 – Obrigações Patronais	R$:	16.000,00

Art. 3º - Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Presidência do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete.

Registre-se

Publique-se

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA

Presidente do CISVP

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO NORTE ARAGUAIA

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA 003/2017

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA 003/2017

26 de outubro de 2017

Autoriza a abertura de Crédito Adicional especial ao vigente orçamento do Consorcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental Norte Araguaia - CIDESA e dá outras Providências.

O Presidente do Consorcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental Norte Araguaia – CIDESA, Sr. Daniel Rosa do Lago, no uso das atribuições que lhe confere ***a Ata de Constituição***, baixa a presente Resolução Administrativa.

Artigo 1° - Fica o Sr. Presidente autorizado a abrir no Orçamento Vigente do CIDESA, CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL por anulação parcial de dotação, conforme as dotações abaixo especificadas.

ADICIONAR

Órgão	**CIDESA**	**Valor**
Dotação	**MANUTENÇAO DAS RODOVIAS ESTADUAIS**	
3.3.90.36	Serviço de terceiro Pessoa Fisica	40.000,00
3.3.90.47	Obrigação Tributárias e Contribuitívas	4.000,00
TOTAL DO CRÉDITO ESPECIAL		**44.000,00**

ANULAR

Órgão	**CIDESA**	**Valor**
Dotação	**MANUTENÇÃO DAS RODOVIAS ESTADUAIS**	
3.1.90.04	Contratação Por Tempo Determinado	4.000,00
3.3.90.30	Material de Consumo	40.000,00
TOTAL DO CRÉDITO ESPECIAL		44.000,00

DANIEL ROSA DO LAGO

Presidente do CIDESA

"Norte Araguaia"

CONSORCIO PÚBLICO DE SAÚDE VALE DO TELES PIRES

EXTRATO ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2017 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 012/2017

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2017 - 011

CREDOR: VIP MAGAZINE E COMERCIO EIRELI-ME

DATA:07/11/2017

OBJETO: Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, para futura Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de MATERIAL MEDICO para atender as demandas integrantes deste consorcio.

VALOR: R$ 10.667,40

VIGÊNCIA: 07/11/2018

Pregão Eletrônico n° 012/2017

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2017 - 003

CREDOR: CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

DATA:07/11/2017

OBJETO: Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, para futura Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de MATERIAL MEDICO para atender as demandas integrantes deste consorcio.

VALOR: R$ 4.756.306,60

VIGÊNCIA: 07/11/2018

Pregão Eletrônico n° 012/2017

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2017 - 010

CREDOR: INJEX INDUSTRIAS CIRURGICAS LTDA

DATA:07/11/2017

OBJETO: Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, para futura Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de MATERIAL MEDICO para atender as demandas integrantes deste consorcio.

VALOR: R$ 13.406.820,00

VIGÊNCIA: 07/11/2018

Pregão Eletrônico n° 012/2017

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2017 - 002

CREDOR: SALVI LOPES E CIA LTDA ME

DATA:07/11/2017

OBJETO: Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, para futura Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de MATERIAL MEDICO para atender as demandas integrantes deste consorcio.

VALOR: R$ 13.677.067,85

VIGÊNCIA: 07/11/2018

Pregão Eletrônico n° 012/2017

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2017 - 006

CREDOR: RECMED COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES EIRELI

DATA:07/11/2017

OBJETO: Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, para futura Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de MATERIAL MEDICO para atender as demandas integrantes deste consorcio.

VALOR: R$ 58.824,04

VIGÊNCIA: 07/11/2018

Pregão Eletrônico n° 012/2017

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2017 - 008

CREDOR: PRO- HOSPITAL PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-EPP

DATA:07/11/2017

OBJETO: Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, para futura Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de MATERIAL MEDICO para atender as demandas integrantes deste consorcio.

VALOR: R$ 46.783.983,60

VIGÊNCIA: 07/11/2018

Pregão Eletrônico n° 012/2017

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2017 - 004

CREDOR: HIPERDENTAL COMERCIO E REPRESENTACAO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E MEDICO LTDA

DATA:07/11/2017

OBJETO: Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, para futura Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de MATERIAL MEDICO para atender as demandas integrantes deste consorcio.

VALOR: R$ 7.697.999,22

VIGÊNCIA: 07/11/2018

Pregão Eletrônico n° 012/2017

EXTRATO DE CONTRATO Nº 37/2017

EXTRATO DE CONTRATO Nº 37/2017

CREDOR: MASTER ASSISTENCIA A SAUDE EIRELI - ME

DATA: 16/11/2017

OBJETO: CREDENCIAMENTO das empresas que tenham interesse na prestação de serviços de hospedagens, transporte e fornecimento de refeições para pacientes em tratamentos de saúde no município de Cuiabá. sendo para atendimento da demanda de 15 (municipios) integrantes do Consorcio Público Vale do Teles Pires.

VIGÊNCIA: 25/10/2018

PROCESSO LICITATÓRIO: INEXIGIBILIDADE Nº 006/2017

CREDENCIAMENTO Nº 006/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PLANEJAMENTO E FINANCAS
RESULTADO DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO.

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 060/2017

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, designado pela Portaria nº. 196/2017; torna público o resultado da sessão que se realizou na data de 27/11/2017, licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 060/2017, e teve como vencedora do item 1 do certame a empresa**: GENTE SEGURADORA S/A, CNPJ: 90.180.605/0001-02.**

Água Boa - MT, 28 de novembro de 2017.

Marcos da Silva

Pregoeiro

PLANEJAMENTO E FINANCAS
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PREGÃO PRESENCIAL 066/2017

A Prefeitura Municipal de Água Boa, estado de Mato Grosso, comunica aos interessados que está aberta licitação na modalidade de Pregão, que será regida pela n°. Lei 10.520 de 17 de julho e 2.002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis.

MODALIDADE: Pregão Presencial para Registro de Preço nº. 066/2017.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DIVERSOS.

REALIZAÇÃO: 13/12/2017.

INICIO RECEBIMENTOS DOS ENVELOPES: 08h00min (horário local).

INICIO DO CERTAME: 08h30min (horário local).

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h00min às 13h00min, no site da prefeitura, www.prefeitura@aguaboa.mt.gov.br e no e-mail pregao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa - MT, 29 de novembro de 2017.

Marcos da Silva Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
TERMO DE APOSTILAMENTO 004/2017

QUARTO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO 051/2017 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA E A EMPRESA AUTO POSTO MARTINI LTDA.

CONTRATANTE: Município de Água Boa

CONTRATADA: **AUTO POSTO MARTINI LTDA.**

CONSIDERANDO: O Reajuste sobre os combustíveis, pela PETROBRAS.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Apostilamento tem por objeto restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do fornecimento do objeto contratado, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ATUALIZAÇÃO DO VALOR DO CONTRATO

Em decorrência do novo reajuste dos combustíveis, fica alterada a Cláusula Terceira do Contrato – Dos Preços e das Condições de Pagamento.

CLAUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

O valor do litro de Combustível reajustado passa a ser:

DESCRIMINAÇÃO	VALOR ATUAL	VALOR REAJUSTADO
ÓLEO DIESEL S 10	3,91	**3,95**
GASOLINA COMUM	4,43	**4,48**
ÓLEO DIESEL BS 500	3,81	**3,85**

DATA: Água Boa, 21 de novembro de 2.017.

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
TERMO DE APOSTILAMENTO 003/2017

TERCEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO 051/2017 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA E A EMPRESA AUTO POSTO MARTINI LTDA.

CONTRATANTE: Município de Água Boa

CONTRATADA: AUTO POSTO MARTINI LTDA.

CONSIDERANDO:O Reajuste sobre os combustíveis, pela PETROBRAS.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Apostilamento tem por objeto restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do fornecimento do objeto contratado, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ATUALIZAÇÃO DO VALOR DO CONTRATO

Em decorrência do novo reajuste dos combustíveis, fica alterada a Cláusula Terceira do Contrato – Dos Preços e das Condições de Pagamento.

CLAUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

O valor do litro de Combustível reajustado passa a ser:

DESCRIMINAÇÃO	VALOR ATUAL	VALOR REAJUSTADO
ÓLEO DIESEL S 10	3,79	**3,91**
GASOLINA COMUM	4,31	**4,43**
ÓLEO DIESEL BS 500	3,69	**3,81**

DATA: Água Boa, 13 de novembro de 2.017.

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
ERRATA CONTRATO 117/2004

Contrato nº. 117/2004.

Celebrado: Município de Água Boa

José Ari Zandoná

Modalidade: Concorrência para Alienação nº 004/2004.

Objeto: Alienação de imóveis, lotes de terreno situado no Setor Industrial Expansão, destinados única e exclusivamente a instalação de mecânica e torneadora.

NO CONTRATO ACIMA ONDE SE LÊ:

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

1.1 - Este Contrato tem por objeto a Alienação de Imóveis, Lote de Terreno situado na **Quadra 39, Lotes nº 03 e 04** no Setor Industrial Expansão, com metragem de 800 m² (oitocentos metros quadrados) cada imóvel, perfazendo uma área total de 1.600 m² (um mil e seiscentos metros quadrados) destinados única e exclusivamente à instalação de mecânica e torneadora, conforme projeto.

LEIA-SE:

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

1.1 - Este Contrato tem por objeto a Alienação de Imóveis, Lote de Terreno situado na **Quadra 39, Lotes nº 01 e 02** no Setor Industrial Expansão, com metragem de 800 m² (oitocentos metros quadrados) cada imóvel, perfazendo uma área total de 1.600 m² (um mil e seiscentos metros quadrados) destinados única e exclusivamente à instalação de mecânica e torneadora, conforme projeto.

Água Boa, 09 de Novembro 2.017.

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
TERMO DE APOSTILAMENTO Nº. 001/2017

Apostilamento para transferência de recurso entre Dotações Orçamentárias do Termo de Contrato nº. **043/2017**.

CONTRATANTE: **O Município de Água Boa**

CONTRATADA: W. S. CAVALLARI - EPP,

INSTRUMENTO VINCULANTE: Processo nº. 032/2017, referente à Tomada de Preço nº. 004/2017.

OBJETO: Contratação de empresa para Execução de Rede de Distribuição Urbana e Iluminação Pública no Loteamento Délcio Mendel no Município de Água Boa – MT.

FUNDAMENTO: Com base no art. 65 §8º da Lei Federal nº. 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento nº. 001/2017, cujo objetivo é a alteração do Disposto na **CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**, prevista no instrumento inicial, transferindo valores entre dotações orçamentárias, conforme o orçamento fiscal vigente:

DOTAÇÃO CONTRATUAL

Órgão: Secretaria de Infraestrutura

Unidade: Serviços Urbanos

Projeto/Atividade: 1065 – Ampliação da rede de energia elétrica e iluminação pública.

Elemento da Despesa: 580 – 4.4.90.51 – Obras e instalações

DOTAÇÃO APOSTILAMENTO

R$ 301.792,73

Órgão: Secretaria de Infraestrutura

Unidade: Serviços Urbanos

Projeto/Atividade: 1065 - Ampliação da rede de energia elétrica e iluminação pública Iluminação pública.

Elemento da Despesa: 654 – 4.4.90.51 – Obras e instalações

Água Boa, 01 de Novembro de 2017.

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
TERMO DE APOSTILAMENTO 001/2017

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO 058/2017 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA E A EMPRESA CENTRO OESTE ASFALTO LTDA.

CONTRATANTE: Município de Água Boa

CONTRATADA: CENTRO OESTE ASFALTOS LTDA.

CONSIDERANDO: O Reajuste da alíquota em 12% sobre os produtos asfálticos pela PETROBRAS.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Apostilamento tem por objeto restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do fornecimento do objeto contratado, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ATUALIZAÇÃO DO VALOR DO CONTRATO

Em decorrência do Reajuste de 12% sobre os produtos asfálticos, fica alterada a Cláusula Terceira do Contrato – Dos Preços e das Condições de Pagamento.

CLAUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

O valor do Contrato passa a ser de R$ 29.816,48 (Vinte e nove mil oitocentos e dezesseis reais e quarenta e oito centavos), um acréscimo de R$ 3. 336,48 (Três mil trezentos e trinta e seis reais e quarenta e oito centavos).

Und.	Qtd.	Descrição	Unit.	Total
Ton.	16	Emulsão Asfáltica RL 1C (CENTRO OESTE)	1. 863,53	29. 816,48

DATA: Água Boa, 14 de Novembro de 2.017.

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

LEI Nº 1378, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017.

AUTORIA: Vereador Alan Rodrigo Apio/PR – Em Coautoria com os Vereadores Fernando de Melo Quintanilha/PRB; Jonathan Silveira Roberto/PR; Luís César de Lara Pinto Filho/PR; Leonardo Leite Ribeiro/PMDB e Sandro Lúcio Aleixo/PP

"Dispõe acerca das medidas protetivas aos animais domésticos, prevê infrações e sanções de combate aos abusos e maus tratos praticados no município de Água Boa-MT."

MAURO ROSA DA SILVA, Prefeito Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são atribuídas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em Sessão de 21 de novembro de 2017, aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I – DOS OBJETIVOS

Art. 1º São objetivos desta lei:

I. Propiciar maior qualidade de vida aos habitantes e aos animais domésticos; **II.** Inibir a propagação de doenças provenientes dos animais domésticos que cercam o convívio o humano; **III.** Minimizar o volume de animais abandonados nas ruas da cidade e como consequência amenizar os sofrimentos suportados por estes.

Art. 2° Fica vedado no Município de Água Boa a prática de qualquer conduta lesiva, cruel, de atitudes que contrarie o bem-estar físico e mental ou que coloque em risco a vida dos animais domésticos.

Art. 3º Para os efeitos desta lei compreende-se por Animal doméstico todo aquele que possui convivência com os seres humanos, tendo características biológicas e comportamentais em estreita dependência do homem, de valor afetivo, sendo passíveis de coabitação e convívio com o homem, por característica comportamental de companheirismo e cooperação com a espécie humana, ex. Cães e gatos;

II - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES

Art. 4° - Atentará aos preceitos desta lei todos aqueles que praticarem ação ou omissão de forma dolosa ou culposa que implique em crueldade, causando dor, sofrimento aos semoventes e/ou deixe de atender as necessidades essenciais, incluindo:

I. Abate; **II.** Abandono; **III.** Tortura; **IV.** Mutilações desnecessárias ou para fins estéticos (conchectomia = corte da orelha; caudectomia = corte da cauda; cordectomia = extração das cordas vocais); **V.** Envenenamento; **VI.** Confrontos ou lutas, entre animais da mesma espécie ou de espécies diferentes, prática popularmente conhecida como "rinhas"; **VII.** Violência (espancamento, agressão e sexual); **VIII.** Privá-los de água abrigo e alimentação adequada à espécie; **IX.** Comercialização de animais de forma irregular (ausente a autorização por órgãos competentes, criadouros clandestinos/inapropriados) **X.** Omissão de socorro; **XI.** Experiências laboratoriais. (Instituída pela Lei Federal 11.794/2008), dentre outras práticas que contrariem o bem-estar animal.

Art. 5º - As infrações disciplinadas por esta Lei serão penalizadas da seguinte forma:

I. Prestação de Serviços Sociais; II. Multa; III. Restrição temporária de direitos.

§ 1°: A prestação de serviços sociais consiste na atribuição ao condenado de tarefas gratuitas junto a parques, praças e jardins públicos e unidades de conservação pelo período de 01 (uma) semana até 01 (um) mês, de acordo com o grau ofensivo da conduta classificado no anexo único.

§ 2°: Multa consiste no pagamento em dinheiro à entidade pública ou privada com fim social de proteção aos animais domésticos.

§ 3°: Restrição temporária de Direitos consiste na proibição do infrator contratar com o Poder Público, de receber incentivos fiscais ou quaisquer outros benefícios, bem como de participar de licitações e concursos públicos municipais, pelo prazo de **três anos**.

§ 4°: As sanções previstas neste artigo poderão ser cumuladas de acordo com a infração cometida.

Art. 6° São circunstâncias que agravam a pena:

I. A reincidência; II. A infração ser cometida por meios cruéis ou com emprego de tortura; III. Em caso de morte do animal; IV. Se a conduta foi praticada com dolo.

Art. 7° São circunstâncias que atenuam a pena:

I. Baixo grau de escolaridade e instrução do infrator; II. Arrependimento espontâneo eficaz (capaz de salvar a vida do animal); III. Colaboração com os agentes fiscalizadores; IV. No caso de morte do animal, se a conduta foi realizada com respaldo de médico veterinário.

Art. 8° Para imposição e gradação da penalidade, além das circunstâncias atenuantes e agravantes, a autoridade competente observará:

I. A gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para sociedade; II. Os antecedentes do infrator quanto ao cumprimento da legislação; III. A situação econômica do infrator, no caso de multa; IV. Local dos fatos;

Parágrafo único: Em caso de hipossuficiência econômica do infrator, devidamente comprovada no processo administrativo, poderá a pena pecuniária ser convertida em prestação de serviços sociais, salvo se tratar de reincidente.

Art. 9° Considera-se reincidente o infrator que contrariou os ditames desta normativa ao longo da sua vigência.

Parágrafo único: Em caso de reincidência, a multa a ser imposta pela nova infração será elevada ao triplo do seu valor.

III – DA PENA PECUNIÁRIA

Art. 10. - A pena de multa será fixada de acordo com a gravidade da infração e a condição econômica do infrator.

Parágrafo único: A multa será aplicada em Unidade Padrão Fiscal do Município-UPFM e em consonância com o grau ofensivo da conduta delituosa, a qual encontra-se mensurado consoante ao anexo único presente neste projeto de lei.

Art. 11. - Para efeito da gravidade da infração, as infrações serão classificadas em quatro grupos, denominados respectivamente grupos I, II, III e IV, de acordo com sua natureza e potencial ofensivo e com base nos critérios de enquadramento constantes do anexo único do presente projeto de lei.

Parágrafo único: Consideram-se infrações de maior gravidade aquelas relacionadas nos grupos III e IV do anexo do presente Projeto de Lei.

Art. 12. - A multa que vier a ser aplicada pelo Departamento de Fiscalização e autuação poderá ser impugnada até o trânsito em julgado do processo administrativo, mediante a apresentação de documento idôneo capaz de comprovar os rendimentos do Autuado.

Art. 13. - A valoração da pena de multa será definida pela gravidade da infração:

Parágrafo único: A gravidade da Infração será determinada pela correspondência com o enquadramento da conduta praticada, conforme classificação citada no art. 11 deste Projeto de Lei, cuja a classificação terá o valor delineado a seguir:

I - Infrações Classificadas no Grupo I = 250 UPF/M, em vigência na data no ato/fato;

II – Infrações Classificadas no Grupo II = 500 UPF/M, em vigência na data no ato/fato;

III – Infrações Classificadas no Grupo III = 750 UPF/M, em vigência na data no ato/fato;

IV – Infrações Classificadas no Grupo IV = 1000 UPF/M, em vigência na data no ato/fato;

IV - SUPERVISIONAMENTO E AUTUAÇÃO

Art. 14. - Será atribuída a Secretária de Saúde por meio da Vigilância Sanitária, podendo ainda, tal atribuição ser transferida a Vigilância Ambiental do município, quando da sua criação, o poder dever de fiscalizar o fiel cumprimento desta norma.

§ 1°: Deverão atuar na estrita execução desta lei as organizações de proteção aos animais e demais autoridades municipais, assim como os cidadãos que compõem a sociedade.

§ 2°: A vigilância sanitária implantará um canal de denúncias por meio por meio de ligações telefônicas, internet com capacidade de recepcionar vídeos e fotos, afim trazer maior veracidade as informações trazidas pelo denunciante.

§ 3°: As denúncias poderão ser recepcionadas também pela ouvidoria da Câmara Municipal de Água Boa que promoverá o direcionamento para os órgãos responsáveis.

Art. 15 - As infrações serão formalizadas em procedimento administrativo próprio e sua instauração dar-se-á com a lavratura do Auto de Infração, em 3 (três) vias, devendo a segunda via ser destinada a formalização do procedimento.

V - PROCESSO ADMINISTRATIVO

Art. 16 - O agente fiscalizador, ao lavrar o auto de infração, descreverá a infração e indicará a multa prevista para a conduta nos termos desta Lei, devendo ao final ser assinado pelo agente juntamente com o infrator, em caso de autuação pessoalmente.

Parágrafo único: Havendo recusa pelo infrator em apor seu ciente, quando da autuação e/ou intimação pessoal, essa circunstância será formalizada expressamente pelo agente responsável.

Art. 17 - A primeira via do Auto de Infração será entregue ao autuado, oportunidade em que será, também, cientificado de que terá o prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa ou impugnação perante a Vigilância Sanitária:

§ 1°: A intimação da autuação mencionada no “caput” poderá ocorrer nos moldes a seguir:

I. Pessoalmente; II. Por seu representante legal; III. Por carta registrada com Aviso de Recebimento; IV. Por edital, se estiver o infrator em lugar incerto ou não sabido.

§ 2°: O edital a que se refere o § 1º será publicado uma só vez, na imprensa oficial do Estado, considerando-se efetivada a intimação no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a publicação.

§ 3°: Decorrido o prazo sem apresentação de defesa, será o autuado considerado revel, caso em que os prazos, a partir daí, correrão independentemente de intimação, salvo se, posteriormente, habilitar-se regularmente nos autos, devendo este ser intimado de todos os atos praticados após a referida habilitação.

Art. 18. - Expirado o prazo para apresentação da defesa o processo administrativo será encaminhado para a Secretária de Saúde do Município que deverá analisar as provas juntadas e proferir decisão no prazo de 30 (trinta) dias do seu recebimento.

Art. 19. - Da decisão proferida pela Secretaria de Saúde do Município caberá Recurso Administrativo no prazo de 20 (vinte) dias, que será analisado pelo Conselho Municipal de Saúde ou Conselho de Proteção aos Animais, caso haja a criação deste último, juntamente com o processo administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar do seu recebimento.

§ 1°: Prolatada a decisão será o infrator notificado, nos termos do art. 17, §1°, para:

Recolhimento de multa no prazo de 20 (vinte) dias sob pena de ser inscrita em dívida ativa do Município de Água Boa e cobrança judicial; a. Apresentar-se em dia e hora marcados para prestar serviços sociais, sob pena do processo ser encaminhado para o Ministério Público para que sejam tomadas as medidas penais. b. Informar o início das penas restritivas de direitos.

§ 2°: O processo administrativo transita em julgado em 30 (trinta) dias da data da decisão e permanecendo o Autuado inerte acerca do adimplemento, o processo será direcionado ao Setor de Tributação para apuração dos valores e ao final para a Procuradoria Geral do Município para propositura de medida judicial.

CAPITULO II - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. – Os valores arrecadados com o pagamento das multas serão recolhidos para um Fundo Municipal específico para aplicação em programas, projetos e ações ambientais voltados à defesa, cuidados e proteção aos animais domésticos, podendo ser destinados as associações que auxiliam na fiscalização e acolhimento dos animais resgatados.

Art. 21. - Os animas recolhidos com sinais de violência ou abuso de maus tratos serão encaminhados para:

a. Associações e/ou entidades que defendem o bem-estar animal para posterior adoção; **b.** As despesas que vierem em benefício do animal, sejam com consulta com médico veterinário, seja como alimentação serão suportadas pelo infrator

Art. 22. - Os agentes fiscalizadores são responsáveis administrativamente e criminalmente pelas declarações constantes do Auto de Infração que subscreverem.

Art. 23. - Esta lei vigorará na data de sua publicação, tendo como revogadas as disposições antagônicas.

ANEXO ÚNICO

As práticas infrativas, para fins de graduação de sua gravidade, de acordo com sua natureza e potencial ofensivo, ficam classificadas por grupos, assim definidos:

I) **Infrações enquadradas no grupo I**

1. Treinamento de guarda e/ou musculação (arrastar utensílios pesados ou realizar exercícios que contrarie o bem estar animal)

2. A utilização de coleira enforcador ou focinheira que cause feridas;

3. Aplicação de medicamentos para inibir latidos;

4. A inobservância do calendário de vacinas, bem como as campanhas;

5. Descartar o animal em rios, caçambas de entulho;

6. Outras práticas que impliquem infração por não atender as práticas de proteção aos animais domésticos, não enquadradas nos demais itens ou grupos.

II) Infrações que compõem o Grupo II

1. Comercialização de animais de forma irregular;

2. Experiências laboratoriais;

3. Omissão de Socorro

4. Manter o animal recluso em lugar fechado e pequeno por período superior a 24h;

5. Privar o animal de água, abrigo e alimentação adequada a espécie;

6. Outras práticas que impliquem infração por não atender as práticas de proteção aos animais domésticos, não enquadradas nos demais itens ou grupos.

III) Infrações que compõem o Grupo III

1. Abandono;

2. Confrontos ou lutas entre animais de espécies similares ou distintas, pratica popularmente conhecida como rinhas;

3. Privar o animal de cuidados especializados, quando necessário;

4. Outras práticas que impliquem infração por não atender as práticas de proteção aos animais domésticos, não enquadradas nos demais itens ou grupos.

IV) Infrações que compõem o Grupo IV

1. Tortura;

2. Violência (espancamento, agressão e sexual);

3. Envenenamento;

4. Sufocar o animal em sacolas plásticas;

5. Atear fogo no animal;

6. Mutilar o animal para fins estéticos;

7. Outras práticas que impliquem infração por não atender as práticas de proteção aos animais domésticos, não enquadradas nos demais itens ou grupos.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA, AOS 22 DE NOVEMBRO DE 2017. **MAURO ROSA DA SILVA** Prefeito Municipal **LUIZ OMAR PICHETTI** Secretário Municipal de Administração

LEI Nº 1379, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017.

PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 007/2017

AUTORIA: Vereador Alan Rodrigo Apio/PR – Em Coautoria com os Vereadores Jonathan Silveira Roberto/PR e Luís César de Lara Pinto Filho/PR

"Institui o Dia Municipal do Pioneiro".

MAURO ROSA DA SILVA, Prefeito Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são atribuídas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em Sessão de 21 de novembro de 2017 aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica instituído no âmbito do município de Água Boa – MT, o dia 07 de Outubro como "Dia do Pioneiro".

Art. 2º - A Prefeitura Municipal deverá registrar em seu calendário de eventos a comemoração desta data.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA, AOS 22 DE NOVEMBRO DE 2017. **MAURO ROSA DA SILVA** Prefeito Municipal **LUIZ OMAR PICHETTI** Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
ERRATA ATA 117/2017

Ata de Registro de Preço nº. 117/2017.

Celebrado: Município de Água Boa

V.W Soluções Esportivas Eireli - EPP,

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 009/2017.

Objeto: Futura e Eventual Aquisição de Materiais Esportivos para eventos de Campeonatos Municipais e Jogos Escolares da Prefeitura de Água Boa-MT.

NA ATA ACIMA ONDE SE LÊ:

1. DO OBJETO

1.1 - Futura e Eventual Aquisição de Materiais Esportivos para eventos de Campeonatos Municipais e Jogos Escolares da Prefeitura de Água Boa-MT, em conformidade com o descrito no Termo de Referência, anexo I do Edital.

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UND	QTD	UNIT.	TOTAL
14	410344	BOLA DE FUTSAL 100 - 50 A 55 CM - TRIVELLA	Unid.	15	92,00	1.380,00

TOTAL R$ 1.380,00 (Um mil cento trezentos e oitenta reais).

LEIA-SE:

1. DO OBJETO

1.1 - Futura e Eventual Aquisição de Materiais Esportivos para eventos de Campeonatos Municipais e Jogos Escolares da Prefeitura de Água Boa-MT, em conformidade com o descrito no Termo de Referência, anexo I do Edital.

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UND	QTD	UNIT.	TOTAL
15	399279	BOLA DE FUTSAL 1000 - 61 A 64 CM TERMOTEC PU – TRIVELLA	Unid.	25	92,00	2.300,00

TOTAL R$ 2.300,00 (Dois mil e trezentos reais).

Água Boa, 22 de Novembro 2.017.

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
ERRATA ATA 116/2017

Ata de Registro de Preço nº. 061/2017.

Celebrado: Município de Água Boa

CCK Comercial Eireli EPP,

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 005/2017.

Objeto: Futura e eventual aquisição de equipamentos e material permanente para as Unidades Básicas de Saúde - UBS.

NA ATA ACIMA ONDE SE LÊ:

1. DO OBJETO

1.1 - Futura e eventual aquisição de equipamentos e material permanente para as Unidades Básicas de Saúde - UBS, conforme portarias e normativas do Ministério da Saúde, buscando a política preventiva de saúde, conforme descrito no Termo de Referência, anexo I do Edital.

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR	TOTAL
1	399200	BEBEDOURO/PURIFICADOR REFRIGERADO - ESPECIFICAÇÃO PURIFICADOR DE BANCADA/PAREDE 220V – LIBELL PRESS BABY	UND	8	596,91	4.775,28

Total R$ 4.775,28 (Quatro mil setecentos e setenta e cinco reais e vinte e oito centavos).

LEIA-SE:

1. DO OBJETO

1.1 - Futura e eventual aquisição de equipamentos e material permanente para as Unidades Básicas de Saúde - UBS, conforme portarias e normativas do Ministério da Saúde, buscando a política preventiva de saúde, conforme descrito no Termo de Referência, anexo I do Edital.

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR	TOTAL
10	401655	BEBEDOURO DE COLUNA INOX, RESERVATORIO 3,6L, POTENCIA 220V.	UND	1	596,91	596,91

Total R$ 596,91 (Quinhentos e noventa e seis reais e noventa e um centavos).

Água Boa, 28 de Agosto 2.017.

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇO Nº. 007/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

AVISO DE LICITAÇÃO.

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, designada através do Decreto torna público que fará realizar-se na sala de Licitações; a seguinte Licitação regida pela Lei nº. 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e atualizada pela Lei nº. 8.883/94 e suas alterações posteriores.

MODALIDADE: Tomada de Preço nº. 007/2017.

OBJETO: Contratação de Empresa para execução da ciclovia na Avenida Araguaia no Município de Água Boa-MT; conforme especificações constantes no Edital e seus anexos.

REALIZAÇÃO: 15/12/2017.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 08h30min, horário local.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h00min às 13h00min do dia que anteceder o recebimento dos envelopes e também através do site www.aguaboa.mt.gov.br e do e-mail licitacao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa - MT, 28 de novembro de 2017.

Vera Lucia Fries

Presidente da Comissão de Licitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

CONTABILIDADE
EDITAL Nº 12/2017/GP/SFP

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento à legislação pertinente em vigor,

FAZ SABER a quem interessar possa, **QUE** em cumprimento à legislação pertinente em vigor, com especificidade para o que consta no art. 37 da Constituição da República, no art. 48 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, de 04 de maio de 2000(Lei de Responsabilidade Fiscal– LRF),e na Lei Orgânica do Município, no que couber, **que os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária – RREO - 5º bimestre/2017,** estão à disposição nos murais do Poder Legislativo/Câmara Municipal e do Poder Executivo/ Prefeitura Municipal**,** a partir desta data, em cumprimento às exigências e formalidade legais vigentes que disciplinam a matéria.

Alto Garças, 28 de novembro de 2017.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 115/2017

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 062/2017

A Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna Público aos interessados, que realizará licitação

na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – Tipo Menor Preço por Lote, no **dia 12 de dezembro de 2017, às 13:00 horas**, **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PLANEJAMENTO DE SANEAMENTO BÁSICO, PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA, E PROJETO COMPLETO PARA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, AMBOS DA ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS,** de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.A íntegra do Edital encontra-se disponível na sede da Prefeitura Municipal de Alto Garças, localizada à Rua Dom Aquino n° 346, Centro – Alto Garças /MT. Os Interessados também poderão obter informações através do e-mail licitacaoag2017-2020@hotmail.com, pelo site www.altogarcas.mt.gov.br ou pelo telefone (66) 3471-2450/3471-1155 das 13h00 às 18h00. Alto Garças - MT, 28 de novembro de 2017. Alessandra da Silva Dias – Pregoeira Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 516/2017

PORTARIA 516/2017

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º - **EXONERAR** á pedido a Sra. **JANIMAR ARAÚJO GOMES CARVALHO**, portadora do **RG Nº 10183981 SSP/MT**, e do **CPF Nº 823.900.531-49**, do cargo em comissão de **DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR- DAS 6- SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** junto a Secretaria de Saúde.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor com data de sua publicação, revogada as disposições em contrário**.**

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT, 16 de Novembro de 2017.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 515/2017

PORTARIA 515/2017

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º - **RETORNAR** a Sra. **ELIZABETHE DE ARRUDA PRADO**, portadora do **RG Nº 364.519 SSP/MT**, e do **CPF Nº 241.423.521-72**, Titular do cargo efetivo de **APOIO ADM EDUC- PROF 30 HS- CONTINUO**, conforme o vencimento do afastamento pelo Instituto Nacional de Seguridade Social- INSS.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor com data de sua publicação, revogada as disposições em contrário**.**

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT, 10 de Novembro de 2017.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 517/2017

PORTARIA 517/2017

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º - **RETORNAR** do **afastamento Para Tratar de Assuntos de Interesse Particular o Servidor Publico Municipal NICENOR LUIS PADILHA**, portador do **RG Nº 505 618 SSP/MT**, e do **CPF Nº 992.507.161-15**, Titular do cargo efetivo de **SERVIÇO DE APOIO I 40 HORAS SEMANAIS**, conforme documento em anexo a esta Portaria.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor com data de sua publicação, revogada as disposições em contrário**.**

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT, 18 de Novembro de 2017.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 519/2017

PORTARIA 519/2017

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º - **NOMEAR** o servidor efetivo Sr. **EDUARDO GOMES SILVA**, portador do **RG Nº 753242 SSP/MT**, e do **CPF Nº 134.931.911-20**, para exercer o cargo em comissão- Função Gratificada de **DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR- DAS 6 - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE,** junto a Secretaria de Saúde.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor com data de sua publicação, revogada as disposições em contrário**.**

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT, 22 de Novembro de 2017.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 69, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017.

DECRETO Nº 69, de 23 de novembro de 2017.

Dispõe sobre a nomeação do Colegiado do Comitê Intersetorial das Políticas Públicas da Primeira Infância do Município de Alto Paraguai, em observância da Lei 13.257 de 8 de março de 2016.

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai - MT, **Diane Vieira de Vasconcellos** Alves, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo:

RESOLVE:

Art. 1º: Nomear o Colegiado do Comitê Intersetorial das Políticas Públicas da Primeira Infância, composto conforme segue:

REPRESENTAÇÃO GOVERNAMENTAL

Secretaria Municipal de Assistência Social Titular: Robinson Walério DysarzSuplente: Edina Pinto do Nascimento **Secretaria Municipal de Saúde** Titular: Angelita Bethânia de Lima Matos Oliveira Suplente: Maria Elizabete Delgado Gomes **Secretaria Municipal de Administração** Titular: Gilbert Souza de Lima Suplente: Kauany Barbara do Nascimento **Secretaria Municipal de Educação**

Titular:Edvânia dos Santos Oliveira

Suplente:Janete Ferrer de Figueiredo

REPRESENTAÇÃO NÃO-GOVERNAMENTAL

Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS Titular: Kaplice de Araújo Machado Suplente: Dirce Lemes de Araújo **C**

onselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA Titular: Michela Maura de Almeida Suplente: Tatiana Oliveira Cardoso Conselhos Municipais da Educação Titular: Cinelândia Tito Santiago Suplente: Marcia Araújo Gomes

Conselho Municipal de Saúde Titular: Célia da Rocha Abreu Suplente: Diniz Gomes

Art. 2º: Este decreto entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições contrárias.

Alto Paraguai - MT, 23 de novembro de 2017.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI – MT PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS 069/2017 – EDITAL RESUMIDO

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para aquisição de emulsão asfáltica RR2C, para pavimentação asfáltica e operação tapa buracos do município de Alto Taquari - MT. Abertura às 07h00min (Horário de Mato Grosso) dia 11/12/2017. O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura, das 06h00min às 12h (horário de Mato Grosso), junto a Pregoeira ou pelo site: www.altotaquari.mt.gov.br. Informações complementares poderão ser obtidas com a Pregoeira, em horário comercial, de Segunda a Sexta através dos fones (66) 3496-1448/1471 ou (66) 98401-6381 na Prefeitura Municipal. Alto Taquari – MT, 28 de novembro de 2017 – Cacilda Ferreira dos Santos - Pregoeira.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI – MT PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS 068/2017 – EDITAL RESUMIDO

Objeto: Contratação de empresa para aquisição de uma escavadeira hidráulica sob esteiras e uma pá carregadeira, ambas com zero hora de uso para atender a secretaria de Infraestrutura, Viação e Planejamento da prefeitura municipal de Alto Taquari - MT. Abertura às 12h00min (Horário de Mato Grosso) dia 11/12/2017. O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura, das 06h00min às 12h (horário de Mato Grosso), junto a Pregoeira ou pelo site: www.altotaquari.mt.gov.br. Informações complementares poderão ser obtidas com a Pregoeira, em horário comercial, de Segunda a Sexta através dos fones (66) 3496-1448/1471 ou (66) 98401-6381 na Prefeitura Municipal. Alto Taquari – MT, 28 de novembro de 2017 – Cacilda Ferreira dos Santos - Pregoeira.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO DO MÊS DE OUTUBRO/2017 – RETIFICAÇÃO

Na publicação do extrato de termo aditivo do mês de outubro/2017, realizada na edição 2853 do Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso no dia 10/11/2017, pág. 96, no 2º Termo Aditivo do Contrato Nº 028/2017, Parte: CLEVERTON DOS REIS ME, onde se lê: **R$ 10.045,08**, leia-se: **R$ 14.437,84**, ratificando-se as demais informações nela contidas. PUBLIQUE-SE. Alto Taquari, 24 de novembro de 2017.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RETIFICAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO 066/2017

A Prefeitura Municipal de Alto Taquari através da Pregoeira, designada pela Portaria nº 341/2017 de 29/09/2017, torna público aos interessados que o Pregão Presencial nº 066/2017, devidamente publicado seu resultado no jornal oficial dos municípios dia 22 de novembro de 2017 pág. 7, no Diário Oficial do Estado no dia 21 de novembro de 2017 na pag. 97 e no Diário de Cuiabá no dia 22 de novembro de 2017 na F4. **Onde se lê:** R$ 37.559,96 (trinta e sete mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e noventa e seis centavos). **Leia-se:** R$ 37.599,96 (trinta e sete mil, quinhentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos). Alto Taquari – MT, 28 de novembro de 2017. Cacilda Ferreira dos Santos - Pregoeira.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO – PREGÃO PRESENCIAL – Nº 067/2017

A Prefeitura Municipal de Alto Taquari, através de seu Pregoeiro e equipe de apoio no uso de suas atribuições legais, regido pela portaria n° 341/2017 de 29/09/2017, torna público aos interessados que o PREGÃO PRESENCIAL N° 067/2017, cujo certame se deu às 07h00min, no dia 22/11/2017; cujo objeto é: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM DECORAÇÃO DE AMBIENTE; SONORIZAÇÃO; REVELAÇÃO DE FOTOGRAFIAS DIGITAIS, AQUISIÇÃO DE PORTA RETRATOS E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA REALIZAÇÃO DA FORMATURA DA PRÉ-ESCOLA. Sagraram-se vencedores os proponentes **ROSILENE DA SILVA – MERCEARIA - ME,** no valor total de: **R$ 4.362,59 (quatro mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta e nove centavos)** e **BATISTA VANO & CIA LTDA,** como valor total de: **R$ 10.766,00 (dez mil, setecentos e sessenta e seis reais)**). A licitação foi realizada com Pregão Presencial, pelo critério do tipo menor preço por lote item, sendo a presente contratação adjudicada em 28 de novembro de 2017. Maiores informações fone (66)3496-1575/1471 - Alto Taquari – MT, 28 de novembro de 2017. Cacilda Ferreira dos Santos **–** Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 272/2017

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE À SERVIDOR PÚBLICO DO RESPECTIVO CARGO DO CONCURSO PÚBLICO".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença Prêmio por Assiduidade ao Servidor:

Nome: (01) ADILSON JOSÉ GOMES

Cargo Efetivo: (225) Motorista

Lotação: Secretaria Municipal de Infraestrutura

Período Aquisitivo: 01/08/1997 à 31/07/2002

Período de Concessão: 13/11/2017 à 10/02/2018.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Cumpra-se, Publica-se.

Apiacás-MT, 13 de Novembro de 2017.

ADALTO JOSE ZAGO

-Prefeito Municipal-

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 268/2017

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE À SERVIDOR PÚBLICO DO RESPECTIVO CARGO DO CONCURSO PÚBLICO".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença Prêmio por Assiduidade à Servidora:

Nome: (228) MARIA DA GLÓRIA DE SOUSA SILVA

Cargo Efetivo: (204) Professora

Lotação: Secretaria Municipal de Educação

Período Aquisitivo: 02/05/2007 à 01/05/2012

Período de Concessão: 01/11/2017 à 29/01/2018.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Cumpra-se, Publica-se.

Apiacás-MT, 01 de Novembro de 2017.

ADALTO JOSE ZAGO

-Prefeito Municipal-

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 269/2017

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE À SERVIDOR PÚBLICO DO RESPECTIVO CARGO DO CONCURSO PÚBLICO".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença Prêmio por Assiduidade ao Servidor:

Nome: (1257) ORLANDIR ANTONIO VIEIRA

Cargo Efetivo: (238) Operador de Máquina Rodoviária

Lotação: Secretaria Municipal de Infraestrutura

Período Aquisitivo: 19/05/2011 à 18/05/2016

Período de Concessão: 01/11/2017 à 29/01/2018.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Cumpra-se, Publica-se.

Apiacás-MT, 01 de Novembro de 2017.

ADALTO JOSE ZAGO

-Prefeito Municipal-

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 279/2017

SÚMULA: DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE AUXILIO DOENÇA À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Auxílio Doença à Servidora **GENECI DE MOURA RADIN,** portadora da cédula de identidade 1066589381 SSP/RS e inscrita no CPF sob n. 002.009.780-80 ocupante do Cargo Efetivo de **Agente Comunitário de Saúde**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 29/11/2017 à 26/02/2018.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua afixação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se, Cumpra-se,

Apiacás-MT; 29 de Novembro de 2017.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 173 /2017 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2017

PORTARIA Nº 173 /2017

De 04 de novembro de 2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES

O Senhor **GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO,** Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das Atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, Inciso VI da Lei Orgânica do Município.

Art. 1° Conceder férias regulamentares de 30 (Trinta) dias, computados para o mês de novembro de 2017, aos servidores abaixo nominados, relativo aos períodos aquisitivos que menciona:

NOME	PERIODO AQUISITIVO	LOTAÇÃO
Deusalene Lopes de Sousa	2016/2017	Secr. Municipal de Educação
Lidiane Bastos Silva	2016/2017	Secr. Municipal de Educação

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana, em 04 de novembro de 2017.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 175 /2017 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

PORTARIA Nº 175 /2017

De 29 de novembro de 2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES

O Senhor **GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO,** Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das Atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, Inciso VI da Lei Orgânica do Município.

Art. 1° Conceder férias regulamentares de 30 (Trinta) dias, computados para o mês de Dezembro de 2017, aos servidores abaixo nominados, relativo aos períodos aquisitivos que menciona:

NOME	PERIODO AQUISITIVO	LOTAÇÃO
Valdivino Francisco de Amorin	2016/2017	Secr. Municipal de Obras
Marcos Antonio Perne Dutra	2015/2016	Secr. Municipal de Obras
Maria Cicera Albuquerque Damião	2016/2017	Secr. Municipal de Saúde
Creusa Pereira da Silva	2016/2017	Secr. Municipal de Saúde
Maria de Fatima M. Lima	2016/2017	Secr. Municipal de Saúde

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana, em 29 de novembro de 2017.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 174/2017 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017

PORTARIA Nº 174/2017

De 06 de novembro de 2017

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR

O Senhor **GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO,** Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das Atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, Inciso VI da Lei Orgânica do Município.

Art. 1° Conceder licença premio regulamentares de 90 (Noventa) dias, computados a partir do dia 06 de novembro de 2017, ao servidor abaixo nominada, relativo aos períodos aquisitivos que menciona:

NOME	PERIODO AQUISITIVO	LOTAÇÃO
José Marques da Silva	2013/2018	Secr. Municipal de Administração

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana, em 06 de novembro de 2017.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO DE TOMADA DE PREÇO Nº 003/2017

Aviso de Resultado de Licitação

Tomada de Preço nº 003/2017 de 31/10/2017

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Araguaiana - MT torna – se publica que na Tomada de Preço n° 003/2017 do tipo **Menor Preço Global**, cujo objetivo foi: **"Contratação de Empresa para execução de Obra referente a Implantação de Iluminação Pública Ornamental nas Avenidas Presidente Getúlio Vargas e José Morbeck no Município de Araguaiana – MT",** sagrou-se vencedora a empresa: **ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA – ME CNPJ nº 15. 984.883/0001-99.** Alberto Ribeiro da Costa Presidente da CPL, 24 de novembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

LICITAÇÕES
PORTARIA N.º 274/2017

DESIGNAR SERVIDORES PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 059, 060, 061, 062, e 063/2017, CUJO OBJETO É O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TONER E CARTUCHOS PARA AS IMPRESSORAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear os servidores da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização das ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS oriundas do Pregão Nº 022-2017.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 059/2017 – empresa VALE MAGASIN COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA – ME, CNPJ 15. 252.973/0001-95.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 060/2017 – empresa MARCOS S BIUDES ME, CNPJ 08.257.279/0001-03.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 061/2017 – empresa ATI COMÉRCIO DE MÓVEIS E INFORMATICA LTDA - EPP, CNPJ 12.544.341/0001-07.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 062/2017 – empresa TECTONER DO BRASIL LTDA - ME, CNPJ 03.209.573/0001-18.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 063/2017 – empresa AMAURI ROBERTO DE ARAÚJO – ME, CNPJ 13.234.712/0001-17.

Art. 2° - Ficam nomeados os servidores abaixo para acompanhar e fiscalizar os objetos requisitados pelas Secretarias Municipais, firmado entre o Município de Araputanga – MT e as empresas ora contratadas, sendo compostas pelos servidores do quadro da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT:

Sr. Lindomar Vaz da Silva - Responsável pelos objetos requisitados pelo GABINETE DO PREFEITO.

Sr. Sandra Rosa Campos - Responsável pelos objetos requisitados pela FINANÇAS E PLANEJAMENTO.

Sr. Fabiane Lopes de Castro Prado – Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

Sr. José Augusto Araujo Mendes - Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA DE ESPORTES.

Sr. Milayne Gonçalves de Alcântara e Adriani – Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL.

Sr. Sérgio Luiz Pires Salomé - Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Srª. Valéria Ramos Neves Henrique - Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Sr. Delcimar Ferreira Missio - Responsável pelos objetos requisitados da OBRAS E INFRAESTRUTURA.

Sr. Leandro da Rocha de Souza – Responsável pelos objetos requisitados do Departamento do SMAE.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos a data da assinatura da Ata de Registro de Preços, revogando ao todo a portaria nº 241/2017 e as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte e sete (27) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e dezessete (2017).

JOEL MARINS DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 129/2016

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 129/2016 – FIRMADO COM A HECOSERVICE CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO EIRELI

Pelo presente instrumento particular que fazem entre si celebrarem de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA, ESTADO DE MATO GROSSO**, Pessoa Jurídica de Direito Público inscrita no CGC/MF sob n.º 15.023.914/0001-45, com a sede na cidade de Araputanga, Estado de Mato Grosso, na Rua Antenor Mamedes, n.º 911, neste ato representada pelo seu Prefeito **JOEL MARINS DE CARVALHO**, brasileiro, casado, portador do RG n. 320.719 SSP/MT, e inscrito no CPF/MF sob nº. 284.666. 321-15, residente e domiciliado à Rua Artur Francisco Xavier, nº. 290 no Bairro Santo Antônio do Município de Araputanga/MT, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE,** e de outro lado a empresa **HECOSERVICE CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO EIRELI,** Pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 06.928.948/0001-98, com sede Av. Generoso Malheiros, nº 748, Bairro Cidade Verde, CEP: 78.028-685, Cuiabá-MT, neste ato representada pelo seu proprietário, Sr. **José Roberto Ribeiro**, brasileiro, geólogo, portador do Doc. de Id. 1604179961 CREA/PB e do CPF 160.846.674-49, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem alterar o presente contrato nos termos do Contrato Administrativo nº 129/2016, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a alteração da **CLÁUSULA QUARTA,** em que as partes supram identificadas, de comum acordo, resolvem fazer um termo aditivo para prorrogar a vigência do contrato e prazo de execução da obra, objeto do contrato nº 129/2016. **EXECUÇÃO DE OBRA, VISANDO A AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA-MT**, conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Cronograma Físico Financeiro constante no Processo Licitatório Tomada de Preços nº 001/2016.

PARÁGRAFO ÚNICO

Adita-se: vigência do contrato, que era de 08/10/2017 a 05/01/2018, prorroga-se, ficando estabelecida nova vigência de 06/01/2018 a 05/04/2018 e prazo para a execução dos serviços, que era de 29/07/2017 a 26/10/2017, prorroga-se, ficando estabelecido novo prazo de execução de 27/10/2017 a 24/01/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA

Fica justificado o presente ato conforme, justificativa e cronograma físico financeiro da área técnica de engenharia.

CLÁUSULA TERCEIRA

Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato original celebrado, não modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.

E, por estarem de acordo, as partes firmam o presente aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Araputanga - MT, 20 de outubro de 2017.

JOEL MARINS DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

JOÃO GUSTAVO F. S. JUNIOR

ENG. CIVIL – CREA Nº 5064045506

FISCAL DA OBRA

HECOSERVICE CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO EIRELI

CNPJ nº 06.928.948/0001-98

José Roberto Ribeiro

Doc. de Id. 1604179961 CREA/PB e do CPF 160.846.674-49

CONTRATADA

LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2017

A Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, através da Pregoeira, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2017, cujo Objeto é o Registro de preços para futura e eventual Contratação de empresa para prestação de serviços de hospedagem em hotéis, para atender à necessidades das SECRETARIAS MUNICIPAIS. Dia: 12/12/2017 Entrega dos Envelopes de Proposta de Preço, Habilitação e Credenciamento: Até às 14h00min (horario do Estado de Mato Grosso), do dia 12/12/2017. Edital Completo: Afixado á Rua Antenor Mamedes n.º 911, Centro, Araputanga/MT, CEP 78.260-000 e no site www.araputanga.mt.gov.br Abertura do envelope Nº 01: Dia 12/12/2017, no endereço acima. Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98) e Decreto Municipal nº 029/2010.

Araputanga-MT, 28 de novembro de 2017.

LUCIANA LINA DE BARROS CHAVES

Pregoeira

LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2017

A Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, através da Pregoeira, torna público que realizará a licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2017, cujo objeto é o Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de mão de obra especializada em esvaziamento, coleta, transporte e destinação final de dejetos provenientes de limpeza de fossa séptica e da estação elevatória do esgoto sanitário, por meio de caminhões tanque com capacidade mínima de armazenamento de 7.000 (sete mil litros) Dia: 12/12/2017. Entrega dos Envelopes contendo a Proposta de Preços, Documentos de Habilitação e Documentação do Credenciamento deverão ser entregues à Pregoeira até o dia 12/12/2017 às 08h00min (horário de Mato Grosso). Edital Completo: Afixado no endereço Rua Antenor Mamedes n.º 911, Centro, Araputanga/MT. CEP 78.260-000 e no site www.araputanga.mt.gov.br, (quando o edital for baixado pelo site as empresas deverão encaminhar seus dados empresariais para o e-mail seplan2@araputanga.mt.gov.br). Regida pelas Leis Federais: Lei nº 10.520 de 17/07/002, Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98) e Decreto Municipal 29/2010.

Araputanga–MT, 28 de novembro de 2017.

LUCIANA LINA DE BARROS CHAVES

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS 053/2017

OBJETO:REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE RAIO X, CENTRO DE REABILITAÇÃO, MATERIAIS ODONTOLOGICOS E MEDICAMENTOS PARA A FARMACIA MUNICIPAL PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES BASICA DE SAÚDE(UBS) DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS/MT.

Empresa vencedora: **CENTERMÉDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME,** inscrita no **CNPJ: 05.443.348/0001-77,** no valortotal de **R$ 58. 781,84 (cinqüenta e oito mil setecentos e oitenta e um reais e oitenta e quatro centavos)** e a empresa **TIRADENTES MÉDICO HOSPITALAR LTDA,** inscrita no **CNPJ: 01.536.135/0005-62,** no valortotal de **R$ 26. 240,00 (vinte e seis mil e duzentos e quarenta reais).**

ARENÁPOLIS MT, 23 de novembro de 2017

REGINA LUCIA DE SOUZA

PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
PRIMEIRO ADITIVO Nº. 186/2017

AO CONTRATO N° 189/2017 REFERENTE À AQUISIÇÃO DE ENDOPRÓTESE EM TITÂNIO COM PILAR PARA CONEXÃO EXTERNA E PROCESSADOR DE FALA VIBRATÓRIO DESTINADO AO PACIENTE A. B. R., CONFORME PROCESSO JUDICIAL Nº 3677-29.2016.811.0088, COM BASE NO ART. 24 INCISO IV DA LEI Nº 8.666/1993 E ALTERAÇÕES, E COM AMPARO NO ART. 37, INCISO XXI DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL; ATOMED PRODUTOS MEDICOS E DE AUXILIO HUMANO LTDA; ADITIVO DE PRAZO; VIGÊNCIA 29/11/2017 A 26/02/2018.

LICITAÇÃO
PROCESSO DE ADESAO AO CONTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 033/2017 ORIUNDA DO PREGAO PRESENCIAL RP Nº. 002/2017

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados que conforme o Decreto nº 3.391 de 19 de Setembro de 2001, o Município de Aripuanã faz a **ADESAO ao Contrato de Registro de Preços nº. 033/2017** oriunda do Pregão Presencial RP nº. 002/2017- do Consorcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia/MT, para aquisição de medicamento e materiais hospitalares para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde deste Município, originando o processo **Pregão Presencial/SRP nº 090/2017**. A empresa que se sagrou vencedora do referido certame foi a empresa: **FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME** inscrita no **CNPJ/MF** sob o nº. **03.250.803/0001-92** com o valor total de **R$ 1.457.483,52 (um milhão quatrocentos e cinqüenta e sete mil quatrocentos e oitenta e três reais e cinqüenta e dois centavos).** Informações mais detalhada com a equipe de apoio e Pregoeiro pelo telefone (066) 3565.3900. Aripuanã – MT, 28 de Novembro de 2017.

Daniel Botoni

Pregoeiro

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.545/2017

Autor: Poder Executivo

SÚMULA:

"ACRESCENTA PARÁGRAFO ÚNICO NO ARTIGO 2º DA LEI MUNICIPAL Nº 1.544, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JONAS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele, sanciona a seguinte lei.

Art. 1º. Acrescenta Parágrafo Único no artigo 2º da Lei Municipal nº 1.544, de 17 de novembro de 2017, com a seguinte redação:

Art. 2. [...]

Parágrafo Único – A presente Lei não atinge o Cargo de Coordenador Executivo do PROCON e os Cargos de Direção e coordenação de escolas vinculados à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Permanecem inalteradas as demais disposições contidas na Lei n° 1.544/2017.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 28 de novembro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

MÁRCIA APARECIDA THOMAZI

Secretária Municipal de Administração

MENSAGEM

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Aripuanã

Senhores Vereadores...

Encaminhamos para apreciação dessa Casa de Leis o Projeto de Lei que "**ACRESCENTA PARÁGRAFO ÚNICO NO ARTIGO 2º DA LEI MUNCIPAL Nº 1.544, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

Faz se necessário a aprovação da alteração proposta na Lei nº 1.544/2017, tendo em vista que os cargos comissionados contemplados não serão atingidos pelas medidas de contingenciamento de despesas com folha de pagamento, porque o valor salarial é bem aquém dos praticados pela administração pública.

Neste sentido, reduzindo-se o vencimento do Coordenador Executivo do Procon, de que deverá ser ocupado por advogado, entendemos que o carto não será preenchido por falta de interessado, resultando com isso em prejuízo para a comunidade, tendo em vista que o Procon esta preste a ser inaugurado em nosso Município.

Nesse viés, entendemos que os cargos eletivos da Secretaria Municipal de Educação, também não dever ser atingido pela Lei acima citada, face à sua particularidade, uma vez que é de dedicação exclusiva, lembrando que seus vencimentos também estão defasados.

Pelo exposto, submetemos o presente Projeto de Lei para apreciação, em caráter de urgência pelos Nobres Vereadores dessa Casa de Leis.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 28 de novembro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECIMO SEGUNDO ADITIVO Nº. 187/2017

AO CONTRATO N°. 293/2011 QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, DESTE MUNICÍPIO; MANTO CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO LTDA; ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO 28/11/2017 A 28/03/2018.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 228/2017

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: ATRATIVA PRESENTES LTDA-ME; REFERENTE À AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DECORATIVOS EM ATENDIMENTO AO PROJETO "NATAL DE LUZ", QUE SERÁ REALIZADO DE 15 (QUINZE) A 23 (VINTE E TRÊS) DE DEZEMBRO NA PRAÇA MUNICIPAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS, COM BASE NO ART. 24 INCISO II DA LEI Nº 8.666/1993 E ALTERAÇÕES C/ C ART. 1º INCISO II DA LC 101/2015 E COM AMPARO NO ART. 37, INCISO XXI DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL; DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 031/2017; VALOR GLOBAL R$ 29.885,00; VIGENCIA: 27/11/2017 A 26/01/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

PORTARIA N° 164, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Complementar 07/2014.

R E S O L V E

Art. *1º Ceder o Servidor TECIA MARIA DA SILVA, para a Secretaria Estadual de Educação (SEDUC), onde a mesma irá exercer a função de Diretora de Escola, sem ônus para o Município.*

o período de seu afastamento será de 01/05/2017 a 01/05/2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 01/05/2017.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL

Barão de Melgaço, 28 de Novembro de 2017.

ELVIO DE SOUZA QUEIROZ

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria e publicada

Por afixação no local de costume

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

PORTARIA Nº 13.197 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2.017.

"*Dispõe sobre concessão de 02 (dois) meses de benefício do SALÁRIO-MATERNIDADE à servidora que menciona."*

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e; Considerando a alteração ocorrida no Art. 88, da Lei Complementar nº 03/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, por meio da Lei Complementar nº 190, de 20 de junho de 2016, passando de 120 (cento e vinte) para 180 (cento e oitenta) dias consecutivos à licença gestante, sem prejuízo da remuneração,

R e s o l v e:

Art. 1º – Conceder o benefício de mais 02 (dois) meses o SALÁRIO-MATERNIDADE, à servidora Sra. **JULIANE FURTADO DE QUEIROZ ARAÚJO**, efetiva no cargo de Odontóloga, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com vencimentos integrais, a partir de 28/11/2017 e término em 28/01/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 24 de novembro de 2.017.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 13.196 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2.017.

"Torna sem efeito as Portarias que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais,

R e s o l v e:

Art. 1º – Tornar sem efeito as Portarias nº 13.148, de 31 de outubro de 2017 e nº 13.157, de 01 de novembro de 2017**,** mantendo vigente os efeitos da Portaria nº 12.343, de 06/01/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 31 de outubro de 2017.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 24 de novembro de 2.017.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

LEI Nº 3.903 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017.

Projeto de Lei nº 050/2017, de autoria do Poder Executivo Municipal.

"*Referenda adesão do Município de Barra do Garças ao Consórcio Público Intermunicipal de Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social dos municípios mato-grossenses* - CONSPREV *e dá outras providências*."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. **ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica referendada à adesão do Município de Barra do Garças ao Consórcio Público Intermunicipal de Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social dos municípios mato-grossenses – CONSPREV, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno cadastrado no CNPJ n.º **26.469.179/0001-14,** constituído com a finalidade de congregar esforços, visando o planejamento, a coordenação e a execução de atividades de interesse comum dos municípios participantes no âmbito previdenciário bem como a prestação de serviços necessários à administração da gestão do passivo previdenciário e consultoria à gestão própria de ativos.

§ 1° O Município de Barra do Garças e seu Regime Próprio de Previdência Social autoriza a gestão associada dos serviços estampados no caput do presente artigo.

§ 1°A – A adesão se dará mediante remuneração do município, para com o consórcio (CONSPREV), no montante de R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) mensais, no período compreendido entre 01/01/2018 à 31/12/2018 e R$ 0,50 (cinquenta centavos), por cada segurado vinculado ao BARRA-PREVI.

§ 2º O consorciamento é apenas em relação à atividade meio, ficando a cargo do Regime Próprio de Previdência Social a atividade fim, dentre as quais destaca-se:

I – concessão e pagamento dos benefícios previdenciários;

II – movimentação das contas bancárias (receita e despesa);

III – aplicação das reservas financeiras no mercado financeiro em consonância com as normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, Comitê de Investimentos e Conselhos Curador e Previdenciário;

IV – representação em juízo ou fora dele dos interesses do RPPS;

V – comunicação com os órgãos públicos e de controles interno e externo e com seus servidores.

§ 3º A partir da publicação desta Lei, o Município de Barra do Garças e seu Regime Próprio de Previdência Social (BARRA-PREVI) estará obrigado a integrar o Consórcio Público Intermunicipal de Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social dos municípios mato-grossenses – CONSPREV.

Art. 2º O Município de Barra do Garças, através de seu Regime Próprio de Previdência Social promoverá anualmente a assinatura de contrato de rateio contendo as pretensões de participação financeira junto ao CONSPREV, previsto no art. 8°, da Lei n°. 11.107/2005 e Decreto n° 6.017/2007, que deverão estar consignados em rubrica específica nas Leis Orçamentárias em vigência.

§ 1º O contrato de rateio será formalizado em cada exercício financeiro e seu prazo de vigência não será superior ao das dotações que o suportam.

§ 2º É vedada a aplicação dos recursos entregues por meio de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito.

§ 3º Em caso de reajuste do valor a ser pago pelo contratante ao contratado, o índice a ser utilizado deverá ser sempre aquele que for mais vantajoso para o fundo.

Art. 3º O período de vigência da adesão do Município de Barra do Garças ao CONSPREV será de 12 (dozes) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitada a sessenta meses.

Parágrafo Único – As prorrogações da adesão deverão ser referendadas pela Câmara Municipal, após análise do parecer exarado pelo Conselho Curador do Barra Previ.

Art. 4º Esta Lei Municipal entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT., 27 de novembro de 2017.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 13.191 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2.017.

"Dispõe sobre exoneração do cargo comissionado que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais,

R e s o l v e:

Art. 1º – Exonerar, a partir de 24 de novembro de 2017, do cargo de Oficial de Gabinete (DAS-1), junto ao Gabinete do Prefeito, a Sra. **KATIANE SILVA SANTOS.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 12.591, de 03 de abril de 2017.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 24 de novembro de 2.017.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 13.192 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2.017.

"Dispõe sobre exoneração do cargo comissionado que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais,

R e s o l v e:

Art. 1º – Exonerar, a partir de 24 de novembro de 2017, do cargo de Diretor de Divisão de Aventura, Natureza e Motor (DAS-1), junto à Secretaria Municipal de Esporte, a Sra. **ANNE CRISTINA RIBEIRO DE LIMA.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente Portaria n° 12.309, de 04 de janeiro de 2017.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 24 de novembro de 2.017.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

EXTRATO DO 6 º. TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 352/2013 – CP 003/2013

EXTRATO DO 6 º. TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 352/2013 – CP 003/2013

TERMO ADITIVO Nº 045/2016 (Nosso Número)

O Município de Barra do Garças – MT torna público a celebração do Termo Aditivo em epígrafe, contratada **MACHADO E CARVALHO CONSTRUÇÃO LTDA - ME**, que tem por objetivo prorrogar o Prazo de Execução e Vigência do contrato original a partir da data de sua assinatura até 31 de Dezembro de 2017. Barra do Garças - MT, 28 de Novembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 182/2017-PGM

ASSESSORIA MUNICIPAL DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

Extrato do Contrato Administrativo n.º 182/2017-PGM

Contratante: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT

Contratada: HS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA EPP

Objeto: Construção de uma creche tipo 1 na Avenida Barcelona, Bairro Jardim das Oliveiras. O objeto do presente contrato está orçado em **R$ 2. 429.703,39 (dois milhões quatrocentos e vinte e nove mil setecentos e três reais e trinta e nove centavos)** e o prazo de sua **Vigência** estipulada em **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias**, contados a partir da data de sua assinatura e a **Execução** do Objeto fica estipulado o prazo de **300 (trezentos) dias** contados a partir da Ordem de Serviço.

Cáceres – MT, 28 de novembro de 2017.

Cristiane da Silva Barbosa

Secretaria Mun. de Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 568 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº. 43641, de 22 de novembro de 2017,

R E S O L V E:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 118 de 20 de fevereiro de 2017 que designou a servidora **ELAINE ALVES DE CARVALHO** – Enfermeira, para exercer o cargo em Comissão de Gerente do Programa do CTA – Centro de Testagem e Aconselhamento/SAE – Serviço de Assistência Especializada da Secretaria de Saúde, no Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 21 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 23 de novembro de 2017.

ROGER ALESSANDRO RODRIGUES PEREIRA

Secretário Municipal de Saúde

Afixado em: 23.11.17.

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
EXTRATO DO 7° TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 121/2016-PGM

ASSESSORIA MUNICIPAL DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

Extrato do 7° Termo Aditivo de Prazo do Contrato Administrativo n.º 121/2016-PGM

Contratante: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT

Contratada: P1 ASSESSORIA PUBLICA E EMPRESARIAL LTDA

Objeto: Aditar o **PRAZO DA VIGÊNCIA** do Contrato Administrativo n° 121-PGM para mais **60 (sessenta) dias**, contrato esse celebrado entre o município de Cáceres através da **Secretaria Municipal de Saúde** e a empresa **P1 ASSESSORIA PUBLICA E EMPRESARIAL LTDA**.

Cáceres – MT, 28 de novembro de 2017.

Roger Pereira Alessandro Rodrigues Pereira

Secretaria Mun. de Saúde

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 90-2017

Interessada: Todas Secretarias.

Objeto: Registro de Preço para futura e eventual Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamento de climatização (ar condicionado de janela e Split), com fornecimento de peças (exceto compressor) quando for o caso, componentes e acessórios novos e originais, quando for o caso, para atender o Gabinete do Prefeito e as Secretarias de Governo, Administração, Fazenda, Planejamento, Agricultura, Indústria e Comércio, Meio Ambiente e Turismo, Esporte, Cultura e Lazer, Finanças, Ação Social, Saúde, Educação, e suas respectivas unidades, conforme descrição e quantitativos relacionados no Termo de Referência.

Realização: 12 de dezembro de 2017 às 09:00 horário de Brasília.

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Brasil nº 119, CEP: 78200.000, ou baixadas no portal http://www.caceres.mt.gov/licitacao/ e na plataforma **www.bll.org.br.**

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 28 de novembro de 2017.

Cristiane Cebalho De Oliveira

PREGOEIRA OFICIAL

Portaria nº 559 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

PREVICAMP
PORTARIA 020/2017

PORTARIA N.º 020/2017

"Dispõe sobre a concessão do benefício aposentadoria por invalidez à servidora Sra. ***Jeovaci Camilo Rodrigues Santos****."*

O Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando Artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, c/c o Artigo 6-A da Emenda Constitucional n.º 41/2003, acrescentado pela Emenda Constitucional n.º 70 de 29 de março de 2012, combinado com Art. 12, inciso I, e art. 13 da Lei Municipal n.º 653 de 18 de fevereiro de 2004, que dispõe sobre reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Campinápolis/MT c/c a Lei Municipal nº 027/2011 de 05 de dezembro de 2011; e Lei nº 1.169 de 03 de maio de 2017/2014 que dispõe sobre a Revisão Geral anual dos servidores do Município;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício aposentadoria por invalidez, à servidora Sra. **JEOVACI CAMILO RODRIGUES SANTOS**, brasileira, viúva, portadora da cédula de identidade nº 1966219-0 SSP/MT e CPF nº 531.435.661-91, Servidora efetiva no cargo de Professora, 30 Horas, Classe "B", Nível "06", lotada na Secretaria Municipal de Educação, devidamente matriculada sob n.º 966, contando com 19 (dezenove) anos, 1 (um) mês e 12 (doze) dias, com **proventos proporcionais ao tempo de contribuição**, conforme processo administrativo do **PREVI-CAMP n.º 2017.03.00028P**, a partir de 22/11/2017, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 22/11/2017, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Campinápolis - MT, 21 de novembro de 2017.

JEOVAN FARIA Prefeito Municipal

PREVICAMP
PORTARIA 019/2017

PORTARIA N.º 019/2017

"Dispõe sobre a concessão do benefício aposentadoria por invalidez à servidora Sra. ***Divina Afonso Sobrinho****."*

O Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando Artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, c/c o Artigo 6-A da Emenda Constitucional n.º 41/2003, acrescentado pela Emenda Constitucional n.º 70 de 29 de março de 2012, combinado com Art. 12, inciso I, e art 13 da Lei Municipal n.º 653 de 18 de fevereiro de 2004, que dispõe sobre reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Campinápolis/MT c/c a Lei Municipal nº 027/2011 de 05 de dezembro de 2011; e Lei nº 1.169 de 03 de maio de 2017/2014 que dispõe sobre a Revisão Geral anual dos servidores do Município;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício aposentadoria por invalidez, à servidora Sra. **DIVINA AFONSO SOBRINHO**, brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade nº 630108 SSP/MT e CPF nº 424.227.521-87, Servidora efetiva no cargo de Agente de Limpeza, 30 Horas, Classe "B", Nível "06", lotada na Secretaria Municipal de Educação, devidamente matriculada sob n.º26, contando com 14 (quatorze) anos, 10 (dez) meses e 25 (vinte e cinco) dias, com **proventos proporcionais ao tempo de contribuição**, conforme

processo administrativo do **PREVI-CAMP n.º 2017.03.00027P**, a partir de 17/11/2017, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 17/11/2017, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Campinápolis - MT, 21 de novembro de 2017.

JEOVAN FARIA Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

DECRETO EXECUTIVO Nº. 151, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

Prorroga o prazo do Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2016- Programa SAMU

RAFAEL MACHADO, Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

Considerando o disposto no art. 37, inciso IX da Constituição Federal;

Considerando a Lei Municipal nº. 1.437, de 25 de agosto de 2011, alterada pelas Leis nºs 1.603/2013 e 1.608/2013 que dispõe sobre contratação de pessoal para prestação de serviços em programas com transferência de recursos da União ou do Estado e dá outras providências;

Considerando a necessidade administrativa e o interesse público;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica prorrogado o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2016, objeto do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 002/2016, homologado em 11 de janeiro de 2017, pelo período de mais 12 (doze) meses, a contar de 14 de janeiro de 2018.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 21 dias do mês de novembro de 2017.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

ANEXO AO DECRETO EXECUTIVO Nº 150, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2016

Agente Operacional da Saúde/Condutor de Veículos de Urgência

Classificação	Nome	Nota Final
1º	DJAEL DA SILVA ASSUNÇÃO	75
2º	JUNIO CARLOS CRESTANI	73
3º	EMIVALDO MENDES DE SOUZA	59
4º	FABIO JUNIOR PINTO	58
5º	JAILTON COSTA DA SILVA	57
6º	DEUL PEREIRA DA SILVA	55
7º	MARCIO SOARES	55
8º	NELSON DE ANDRA OLIVEIRA	54
9º	ALDENILSO BARBOSA PEREIRA	52
10º	GESIMAR FERREIRA DE FREITAS	50
11º	VALDECI ANDRE DE ARAUJO	50
12º Desclassificado	AMAURI ANTONIO PINTO	29
Desclassificado	ANDRESSA MAIA DOS SANTOS	--
Desclassificado	REINALDO ETIENE	--
Desclassificado	RICARDO SILVA CORREA	--
Desclassificado	DIEGO HENRIQUE BOCHARDT	--
Desclassificado	JOSE SILVA GOES	--

Técnico de Enfermagem

Classificação	Nome	Nota Final
1º	MARILDA SANTANA SCHNEIDER	67
2º	JULIANA MULLER	66
3º	ALESSANDRO PETERSON TAVARES	58
4º	SILVANA ALVES CRESTANI	56
5º	EDNEIA ARCADI MELO ANGELO	51
6º	RITA SILENE BARBOSA DA SILVA SOUZA	50
7º	VALDIRENE DO NASCIMENTO	47
8º	ELIZANGELA DE CARVALHO CAPUANI	47
9º Desclassificado	ROSENI MARQUES VIANA	38
10º Desclassificado	LUCIANA DIAS BARRETO SOUZA	37
11º Desclassificado	CLECIA PEREIRA DA SILVA	33
12º Desclassificado	PRISCILA DAIANE ANTUNES PEREIRA	27
13º Desclassificado	MARILSA SANTANA DE ARRUDA	24
14º Desclassificado	MARIA DOARTE	21
Desclassificado	SILVANI FREITAS FANECO	
Desclassificado	REJANE CONCEIÇÃO COSTA	
Desclassificado	GILDETE SA TELES PORTO	

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2017 – A

Art. 1º -O Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis- MT, no uso de suas atribuições legais, **HOMOLOGA** as inscrições do Processo Seletivo Simplificado, conforme ANEXO I, aberto através do Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 002/2017.

Art. 2º - Informamos aos candidatos homologados que a **Prova Escrita Objetiva** será realizada no **dia 03 de dezembro de 2017**, com início **às 08h00min (horário local)**, na **Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida,** sito à Avenida Mato Grosso, nº 1502 – NE - Centro, em Campo Novo do Parecis-MT.

Art. 3º - O candidato deverá comparecer ao local designado, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido de **UM DOS SEGUINTES DOCUMENTOS NO ORIGINAL**:

- Cédula de Identidade - RG;

- Carteira de Órgão ou Conselho de Classe;

- Carteira de Trabalho e Previdência Social;

- Certificado Militar;

- Carteira Nacional de Habilitação, emitida de acordo com a Lei 9.503/97 (com foto);

- Passaporte.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Campo Novo do Parecis- MT, 27 de novembro de 2017.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal Campo Novo do Parecis – MT	**NELSON MOMBACH** Presidente da Comissão Especial de Processo Seletivo Simplificado n° 002/2017 Portaria 986/2017

ANEXO I

INSCRIÇÃO	CARGO	NOME	DOCUMENTO
286351	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ADIELLE LINS DE LIMA	3314857
286833	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ADRIANA DOS SANTOS	6320886
285693	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ADRIANA MARIA ARAUJO DOS SANTOS	34400656
285536	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	AEWELIS NADJA DA SILVA	14487853
284892	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ALAINE DE CARVALHO GOMES	1026607

286314	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ALESSANDRA ALVES BORGES SOUZA	10819711
285930	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ALEX DE MELO SILVA	22338306
286226	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ALEXANDRA MELO COSTA	2034778
284995	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ALEXANDRA TEIXEIRA DA SILVA	12544493
284869	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ALINE FRANCIELY DA SILVA COSTA	20315589
285848	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ALINE GONÇALVES DE ALMEIDA	20615760
285742	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ALINE LIMA	8089598901
285824	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ALINE SICATI CABALLERO DOS SANTOS	31147100
284818	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ANA APARECIDA SILVA MACEDO	14506840
287095	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ANA DOS SANTOS	7548613
285200	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ANA FLAVIA CAMPOS ALVES	21308233
284814	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ANA KAROLINA MINUSSI NOGUEIRA	19375000
284791	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ANA LUCIA OGNIBENE MINOZZO	21941793
287193	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ANA LUCIA PESSOA DE OLIVEIRA	863794106
286782	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ANA MARIA DOS SANTOS	35832398
285508	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ANA PAULA DA SILVA VITORIA	18967302
285066	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ANA PAULA MARTINS BELIZARIO	25340859
286902	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ANA PAULA OLIVEIRA	21696861
286356	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ANÁLIA SOUSA DOS SANTOS	293667620051
284915	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ANDRÉIA DA SILVA GARCIA	15530396
286657	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ANDRESSA CAMILA ENDL	1124740794
287064	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ANDRESSA TEIXEIRA AZAMBUJA	2428792
284890	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ANGELA SILVA NASCIMENTO DE OLIVEIRA	29912784
287098	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ANTONIO CICERO NOBRE	158026
285185	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ANTONIO PAULO MIRANDA	728214
287023	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	APARECIDA PEREIRA DOS SANTOS MEDINA	24789798
286282	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ÁQUILA PRISCILA DA SILVA SOUSA	594833711
284837	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	AVAIR DE OLIVEIRA FAVALESSA	10148264
284937	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	BARBARA GABRIELLI DE SOUZA COSTA	27023540
285229	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	BRUNA MENDES FERREIRA	22008128
286755	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	BRUNO DELFINO CANDIDO	22726659
286637	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	BRUNO FREITAS DOS SANTOS	22896287
286337	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	CAMILA PEREIRA RODRIGUES	26515474
287167	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	CANDIDA DA CRUZ SILVA	5948312
285717	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	CARLOS DAVID ARAUJO	130458755
285042	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	CAROLINE APARECIDA DE SOUZA CHAVES	24308056
287175	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	CAROLINE DASDEBARROS	25849964
286349	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	CAROLINE SCHMITZ LANGE	24230936
284994	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	CÁTIA BATISTA CARDOSO	22415882
286336	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	CATIA VICENTE TEIXEIRA	107237909
286726	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	CELESTE DE JESUS ROCHA LIMA	2688846
287211	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	CELIA NUNES DIAS DE BARROS	8830304
286240	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	CELIA SOARES LAUERSDORS	12820105
286546	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	CILEIA ROBERTO DOS SANTOS	1273675
286369	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	CLARICE SCHNEIDER CORREA	7412800
285292	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	CLAUDEMIR HENRIQUE GRANDIS	22718362
285395	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	CLAUDIA OLIVEIRA DA SILVA	23137460
286288	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	CLEIDE SOARES DE MEDEIROS	66347672
285806	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	CLEONICE BARBOSA VILASBOAS BOTH	8289476
286598	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	CLEONICE FRANÇA FERREIRA FOGO	23337494
286773	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	CLEVERSON FELIPE DE ZORZI CAMBRUSSI	18855687
285514	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	CONSUELO LIMA DA SILVA DUARTE	15013871
286511	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	CREUZA FRANCISCA DOS SANTOS	13875272
286196	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	CRISTIELE BATISTA OLIVEIRA	30847370
284822	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	DAIANE DE OLIVEIRA FARIAS DE FREITAS	9100269051
284817	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	DANIELE NASCIMENTO DOS SANTOS	23471808
285583	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	DANIELE SOARES GODOI	566768033
285520	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	DARLAINE FRANCISCA DAS DORES MACEDO	24264768
284992	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	DENISE CATIA BORDIN	19729588
284947	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	DENISON DIEGO OLIVEIRA DO CARMO	24413763
286627	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	DEUZENICE FERREIRA DE OLIVEIRA	13875744
286129	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	DIVA SILVA MELO	18845819
286978	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	EDILEUDA CARDOSO DE ARAUJO	97028049422
286165	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	EDILEUSA FERREIRA DA SILVA	16587421
284971	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	EDINA BEZERRA GUABIRABA	18463657
285683	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	EDINÉIA ALMERINDA DOS SANTOS SANDRI	2906576
285580	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	EDNA SILVA CAMARGO	13652540
285004	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ELAINE PINHEIRO NUNES DA SILVA	717130
285465	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ELAINE SOUSA CORDEIRO	15917134
286517	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ELEN CARLA ALMEIDA SOUSA	29899141
286019	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ELIANA SCHROEDER	20451237
284820	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ELIANDRA ANDREA BAYERLE	62282231
286425	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ELIANE ALVES FARIAS	14141248
286408	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ELIAS DE SOUZA	829938
285021	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ELISABETE VICENTE DE OLIVEIRA	31146821

285431	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ELISANDRA KEIT DIAS	287093426
285482	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ELIZABETH MARIA HERCULANO DA SILVA	5344198
285177	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ELZI LAURINDO GOMES	604640
286220	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ERICA SANTOS TEIXEIRA	23210800
286750	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ERIKA DA CONCEIÇAO	21082456
285707	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ESTER MONTEIRO	21452210
284875	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	EVANDRA GOMES NEIRA	18821065
285911	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	EVANDRO APARECIDO SILVA	18572219
286868	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	EVERALDO TEODORO DO AMARAL	472856
287149	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	FABIANA FOERSTE SCHROEDER	20277644
287196	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	FABIULA ALVES DA SILVA	50723
285218	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	FATIMA HELENA SILVEIRA FERNANDES	8026722457
284902	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	FERNANDA AZEVEDO DOS SANTOS	27158330
286238	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	FERNANDA VEIGA TORRES	13239066
284841	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	FRANCIELI APARECIDA FERREIRA	18534384
286148	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	FRANCINETE OTAVIANO DA SILVA	354793962
284825	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	FRANCISCA IVONETE ALVES	13118595
285107	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	GABRIELA RODRIGUES DOS SANTOS	21699631
285663	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	GABRIELLY RIBEIRO HENNING	23080701
286954	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	GEILSON FERREIRA DA SILVA	23084006
285015	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	GEOVANE PEREIRA DA SILVA	29597579
287170	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	GESSICA CRISTINA DA SILVA IUSKS	26970473
286167	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	GÉSSICA DE AMEIDA SANTOS	1615389750
285724	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	GILVANIA VITORINO DA SILVA	34585435
286171	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	GIOVANA APA LAZZAROTTO	710580
286374	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	GIOVANA SILVA AZEVEDO	25348060
286479	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	GISELA BORGES CRISTOFOLI	28191404
285039	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	GISELE SANTANA SILVA	1662970544
284973	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	GLAUCIA VICENTE BELCHIOR	20662041
286223	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	GLEZIANE MORAIS	82971483
287206	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	GUIOMAR DIAS DA COSTA PEREIRA	14002329
285567	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	HALANDA JESSICA RODRIGUES DE OLIVEIRA	23092009
284884	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	HELIO DE OLIVEIRA SILVA	995231
285823	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	HELLEN MAGALHAES RODRIGUES	26951649
285954	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	HELOIZA POLYANNA NASCIMENTO	19770308
286617	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	INDIONARIA DE SOUZA ANJOS	1653333758
285149	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	INES TERESINHA DA SILVA	464384
285655	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ÍNGRETI LAIVER DA SILVA NAVES	3840831105
286158	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	IRISMARCO SEBASTIÃO DA SILVA	15394638
286087	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	IVANETI FONTANA	12467146
285335	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	IZABEL CORDEIRO DA SILVA	21311129
286490	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	IZABEL CRISTINA DA SILVA	568690692
285380	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	JACIANE BARROS FERREIRA	29169356
286669	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	JACIONE SANTOS DAS NEVES	18670008
285129	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	JANAÍ ARAÚJO DA SILVA	19429410
284950	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	JANAINA DE LIMA FIRMO	20810903
286046	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	JANAINA DOS SANTOS	273060
285854	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	JANAINA HEBERLE	25348990
286097	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	JANAIR APARECIDA	17139945
285518	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	JANDIRA DE MATOS RANGEL	744937
286595	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	JANICE MARIA RUPOLO IAPP	72263669
287046	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	JAQUELINE GUEZ	1164464
284949	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	JAQUELINE SILVA TEXEIRA MOURA	1562206362
284882	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	JEANDER MENDES DE MIRANDA	22414916
286672	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	JENIFFER TAILA DE ANDRADE MARQUES	18880916
285112	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	JESIANE PEREIRA DA COSTA	1192643
284835	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	JÉSSICA BARBOSA RIBEIRO	21206651
286493	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	JÉSSICA DOS SANTOS SOARES	19691459
287155	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	JESSICA KELLY RODRIGUES SILVA	8932703
287176	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	JÉSSICA MAIARA SILVA MONÇÃO	23317574
286550	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	JESSICA TAYNARA MONTES	18878059
285494	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	JONATAS MORAIS SOARES	25787330
285578	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	JOSE JAIME FERREIRA DA SILVA	1117706
285136	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	JOSEANE DA SILVA SANTOS	20314833
286328	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	JOSICLEIDE DA SILVA	23471026
285131	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	JOYCE KARIN NEPOMUCENO	5859356
284836	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	JUCELIA GONCALVES	533364
286495	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	JULIANA CARLA GERALDI CARNEIRO	28077695
284813	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	JULIANA DA SILVA CRUZ	8077762
285313	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	JULIANA DA SILVA JOHANN	10269746
286969	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	JULIERME CARDOSO DE ARAUJO	2009010343940
285157	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	KAMILA BLAUTH	17923140
286828	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	KAREN SILVA DE SOUZA AMERICO	3174247
287198	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	KARLA ADRIELLY FERNANDES OLIVEIRA	21848815
285407	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	KATIA CASSIA DE OLIVEIRA	13150561
285499	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	LAIS GIOVANNA SOUZA DA FONSECA	18290248
284987	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	LAIS MARIUZA SOUZA SILVA	77647
284858	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	LARISSA LEMES NICOLETTI	26798140
286229	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	LAURIDETE MARCI CRUZ	8147086

286036	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	LEANDRA ALVES BARBOSA	14331306
284849	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	LEIDIANE GOMES DE SOUZA	2151423
286153	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	LEIDJANE MARINHO DE ABREU	30148480
286516	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	LEILA ANGELICA MACEDO SILVA	21687986
286482	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	LEONARDO RANCHEL TENORIO DOS SANTOS	296362148
285109	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	LETÍCIA PEREIRA	12231819
287173	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	LILIAN SOUZA DE CARVALHO	20013396
285626	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	LILIANE MOREIRA FERMINO	818052
285608	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	LORANY LEMES BELOTTI DE ANDRADE	3831508
286163	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	LOURDES DE ALMEIDA FERREIRA	15187853
285225	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	LUANA RAIANE SANTANA DA SILVA	9074706
287169	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	LUCIANA DA SILVA	70970602
285382	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	LUCINEIA RODRIGUES COSTA	13654357
285962	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	LUZIA CARVALHO DE LIMA PAULA	16272846
286713	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	LUZIA FRANCISCA PEREIRA FRANCA	13315331
285030	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	LUZIA FRANCISCO FERREIRA PILLON	520374
286420	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	LUZIENE DOS SANTOS RAMOS	37581341
286357	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	LUZINETE PEREIRA GONÇALVES	1210927
285150	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	LUZINETE RODRIGUES DA CRUZ	14332388
285202	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MACELAINE DOS SANTOS LISBOA	16585313
285530	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MAIKELY SAMPAIO	20628382
285512	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MARCELA MARIA DA SILVA SANTOS	26551764
285145	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MARCELA NEVES DA COSTA	1570233
285315	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MÁRCIA APARECIDA LARROZA	15408663
285797	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MARCIA FRANCO FIUZA	11625210
286736	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MARCIA LUCIA RONSONI CIQUEIRA SILVA	22784012
286648	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MARCIA RODRIGUES SILVA	782391
287190	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MARIA APARECIDA CARLINO	13806220
285311	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MARIA APARECIDA FERREIRA DE QUEIROZ	80070900
286574	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MARIA APARECIDA OLIVEIRA SILVA	6893340
285894	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MARIA AUXILIADORA MARQUES DE OLIVEIRA	8707979
286020	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MARIA BRANDÃO DE ALMEIDA	9293876
286623	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MARIA DAS DORES SILVA	5518673
286422	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MARIA DE FATIMA AMARIO DA SILVA	25306340
286101	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MARIA DIVANILDA DOS SANTOS SILVA	33861552
286664	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MARIA DO CARMO VIANA	62493712
286596	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MARIA DO SOCORRO CARVALHO NASCIMENTO	424045220111
287111	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MARIA ELOISA DA SILVA	13136879
286345	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MARIA FATIMA	1212186
286473	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MARIA INES BATISTA DA SILVA	15669289
284853	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MARIA JOSÉ NASCIMENTO DA SILVA	15982424
287205	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MARIA ODENIL DA COSTA NOBRES	10435115
285703	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MARIA WEDJA ALVES DE BRITO	14289652
285893	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MARIANA TEIXEIRA DOS SANTOS ULRICH	16514238
286722	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MARIANE VENTURA SIQUEIRA	12352993
286705	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MARIELBA JULIÃO DE ARAÚJO SILVA	1310571
285029	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MARINA CONCEIÇÃO SILVA	24568899
286144	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MARINES WELTER	79795941
284919	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MARISA CANDIOTTO PRESTES	83625759
286078	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MARTA PEREIRA SOUZA	17380480
286016	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MATHEUS SILVA DO NASCIMENTO	26797925
285665	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MICAÉLLE CAETANO DE ALENCAR	23456159
286060	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MICHAELLEN MOREIRA FAGUNDES	29582490
285155	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MICHELE ALMEIDA MARTINS	23451807
286548	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MIDIAN MARIA DE MORAIS SOARES	11433639
286639	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MIKAELLA DE OLIVEIRA SOUZA	25219464
286233	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MIRINALDA DO SOCORRO COSTA MACIEL	655610
285111	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MÔNICA PATRICIA BEREGULA PIMENTEL	16859766
286287	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	NADIL MARIA DE PAIVA	10826297
285222	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	NAINE ADRIELI BORGES DE AGUIAR LAHR	28803647
284874	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	NAIURY NASCIMENTO VENANCIO DA SILVA	25019210
286199	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	NATACHA SCHENCKEL	27425924
286863	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	NATALIA CARVALHO CORREA	16425219
287216	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	NEILDA ANORIO BASTOS	20027610
284938	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	NEIVA SILVEIRA DAVILA	14352311
285897	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	NEIVA ZANATTA PERETTI	102407538
284811	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	NILSE MINUSSI	19375085
285883	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	NIVALDA APARECI CARDOSO SOUZA	2048645
286059	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	NORILDA DE FATIMA BRAGA BORIÇA	42966495
285061	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	NÚBIA MARTINS MARCHETTI	356954520084
285485	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	OLINDINA MÁRCIA BARRETO DE SOUZA	5710588
286463	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	PATRICIA APARECIDA FERREIRA	20582960
285545	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	PATRICIA CAMARGO	17803349
286054	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	PATRICIA DOS SANTOS ALMEIDA TILLMANN	22929967

286327	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	PATRICIA FERREIRA DA SILVA	20811489
285087	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	PATRICIA HOSSEL	105016948
285176	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	PATRÍCIA RODRIGUES ALVES	2423058
285121	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	PATRICIA XAVIER DA SILVA	19651821
285141	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	PAULA CRISTINA DE SOUZA	14917327
287195	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	PAULO CRISTIANO DIECKEL	21740550
286528	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	PRISCILA PATRÍCIA GONÇALVES DA SILVA	22754830
286894	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	RAFAEL CONCEIÇÃO SANTANA	28045262
286578	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	RAFAELA PEREIRA DA SILVA SOUZA	25344501
286561	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	RAQUIELI BEN	18547958
286625	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	REGINA CÉLIA DE SOUZA	14601141
285279	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	REJIANE ALVARENGA MEDEIROS	22296000
287168	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	RITAMARA OLIVEIRA DA SILVA	37574183
285100	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ROBSON NATAN LEITE	18852858
287122	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	RODRIGO FREIER	15457842
286719	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	RODRIGO SANTIAGO DA SILVA PEREIRA	21689180
286355	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ROMEIRIVAN NERES DE ARAUJO	13202030
285183	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ROSANE DA SILVA MELO DE LUCAS	29479843
285927	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ROSILENE DOS SANTOS SILVA	16382935
286350	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ROSILENE ZOCAL DE MATOS ARUUDA	15528944
285075	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ROSIMEIRE CANDIDO DE LIMA	2002001004004
285766	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ROSINEIDE DA SILVA PEREIRA	15631990
284829	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ROZILENE DA SILVA	11522240
286766	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	SAMUEL DA SILVA ROCHA	1270184
286728	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	SAMUEL RAMOS DOS SANTOS	251035555
286448	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	SEBASTIANA BARBOSA ASSIS SILVA	32558323234410
287212	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	SHEYLA PATRICIA DA SILVA	19603886
284867	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	SILVANA AZEVEDO SANTOS	18533094
286840	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	SILVANA MARIA GOMES FRANCELINO	3949268
285682	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	SILVELI DE PAULA COELHO MOURA	16121139
287066	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	SILVIA CALVIS TEIXEIRA FILHA AZAMBUJA	18961002
285408	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	SILVIA KNOB WAGNER	16639308
284870	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	SINEIA PAULUS DESTRO	30525900
286217	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	SIRLENE PAZ COLERAUS	26046091
285496	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	SONI MARA LEIDENS	15773787
286286	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	STELA BIET LAJES	24203807
285118	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	STEPHANY CARMO FARIAS MENDES	23609311
285350	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	SULANI CUSTODIO DE JESUS	17534445
285538	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	SUSANA DA SILVA ARAVA	15514690
287133	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	TAINA SOUZA DOS SANTOS	24795712
286867	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	TAINARA GONZAGA DO AMARAL	1428725
286293	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	TAISA GUIDINI	15274195
286570	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	TALITA VIRGINIA SOUZA DA SILVA	23632844
285060	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	TAMIRIS YARA DA SILVA FRANÇA	27062325
285440	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	TANIA APARECIDA DE ALMEIDA E SILVA	2276188
285871	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	TANIA MARA SCHIAVINI	10914978
285513	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	TANIA MARIA ROCHA ALVES	142560045
286667	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	TATIANE DE ALMEIDA ROCHA	16514912
286513	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	TATIANE OLIVEIRA SOARES	25573209
286208	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	THAIANA NASCIMENTO DA SILVA	19679050
285569	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	THAIS FERREIRA FERNANDES	18193960
284933	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	THAMARA CRISTINA DE JESUS	1989040
286457	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	THAYNARA INES FERREIRA DA SILVA	26130700
285678	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	VALDEMIR ANDRETTA	486159
286688	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	VALDILENE SANTOS	3180752
285308	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	VALÉRIA VIEIRA DE FREITAS	19598270
285726	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	VANESSA PEDRO DOS SANTOS	21937524
285673	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	VANEZA DE SOUZA SILVA	20278470
286319	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	VANIRA FERREIRA GALVÃO	1093254995
285827	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	WALDINEI DO PRADO LACERDA	15774066
285825	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	WALLACE ALVES BARROSO	21679720
285094	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	WALLEX DA SILVA SANTOS	35335890
286487	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	WEDJA MARIA ARRUDA DOS SANTOS	32197837
287132	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	WESLIM CAMARGO PONTES	19059582
285282	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	WILMA ZAGO NEVES	14480859
287204	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	WILSON DE ARAUJO SANTOS	15382761
284824	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	WILZA SANTOS TEIXEIRA	7748774
285709	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ZILDA SOUZA RIZZOTTO	686259
287208	AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO ITAMARATI NORTE	ALESSANDRA SILVA DOS SANTOS PEDROSO	14448963
285334	AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO ITAMARATI NORTE	AMANDA FERNADES PEREIRA	25344617
286333	AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO ITAMARATI NORTE	AMANDA MENDES DE SOUZA	24229024
286485	AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO ITAMARATI NORTE	ANA LUCIA CESARIO DOS SANTOS	972286
286817	AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO ITAMARATI NORTE	ANGÉLICA FERRARI GUADAGNIN	15016315
286378	AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO ITAMARATI NORTE	BRUNA CORDEIRO DE MELO	25345206
286041	AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO ITAMARATI NORTE	BRUNA MARTINS DA GUIA	25345265
286821	AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO ITAMARATI NORTE	CLEITON FARIAS DA SILVA	555123595
284886	AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO ITAMARATI NORTE	CRISTIANE SOARES PEREIRA	18181090

286658	AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO ITAMARATI NORTE	DANILLA ALVES	22142479
284965	AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO ITAMARATI NORTE	DEISY MARTINS SOARES	21571864
286430	AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO ITAMARATI NORTE	DENISE MARQUES ROSA	25345478
285416	AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO ITAMARATI NORTE	HÉRICA RAFAELA SANTOS COSTA	20277717
284895	AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO ITAMARATI NORTE	JOSIMARA SOUZA DA COSTA	20351607
284975	AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO ITAMARATI NORTE	JULIENE MENDES DE SOUZA	6404650
284846	AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO ITAMARATI NORTE	LUCIELI PINTO	5217934
287164	AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO ITAMARATI NORTE	LUIZA PEREIRA DE ARRUDA	12593656
286560	AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO ITAMARATI NORTE	MANON CRISTINE ALVES DOS SANTOS	24428612
285331	AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO ITAMARATI NORTE	MARIA APARECIDA PEREIRA DE MELO SILVA	13158074
287137	AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO ITAMARATI NORTE	MIKAELA PEREIRA SOUZA	26961881
286396	AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO ITAMARATI NORTE	ROSENITA NASCIMENTO DA COSTA	33250030
285892	AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO ITAMARATI NORTE	SOLANGE FERNANDES DE SA	16556836
286210	AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO ITAMARATI NORTE	VANESSA AMÉLIA BENTO	21876576
285147	AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO MARECHAL RONDON	ANDRESSA CRISTINA PEREIRA DAMASCO	25340840
286366	AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO MARECHAL RONDON	CLAUDIANE QUEZO ZAEZAE	17736188
285432	AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO MARECHAL RONDON	CLEA RODRIGUES DA SILVA	14332345
285006	AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO MARECHAL RONDON	ELENITA PAZ MENDES	16866738
286698	AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO MARECHAL RONDON	HEMYLINN GIOVANA FIIRST RAUBER	28084659
285180	AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO MARECHAL RONDON	JAKELINE DA SILVA ALVES	18857736
286182	AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO MARECHAL RONDON	JENNIFFER MACHADO	17779286
285635	AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO MARECHAL RONDON	SILVANA SEBASTIANA FERREIRA	13876252
285317	AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO MARECHAL RONDON	TEREZINHA DE FÁTIMA DUARTE SIMOURA	29514665
286660	AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO MARECHAL RONDON	ZENIRA VIEIRA	15378177
286384	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ADAIANA MAXIMA MOURA	19433220
286800	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ADRIANA APARECIDA GOMES COSTA	14794063
284857	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ADRIANA NOGUEIRA VIANA ANDRETTA	826597
285913	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ADRIANE RIZZOTTO	13876040
286134	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ALESSANDRA ALBURQUERQUE DA SILVA	4194176
285464	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ALEXANDRE SILVEIRA IRBER	749282
285249	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ALINE GOMES DA SILVA LIMA	22496165
286164	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	AMANDA TATIANE NUNES DA COSTA	14588250
285316	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ANA CLAUDIA LOSS DA SILVA	19010974
285749	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ANA MEDEIROS	1335325
285284	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ANANDA FRANCIELE DOS SANTOS FONSECA	34995021
285916	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ANDREA BORTOLINI DA SILVA	14288770
286730	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ANDRÉIA SILVA SANTOS	37710087
285001	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ANDRESSA LUIZA PEREZ	1089537847
285890	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ANGELA VERIDIANA POSSO	739863
285525	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ARLETE SOARES SILVA PINTO	11569760
285738	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	AURICÉLIA PIRES CARVALHO	139562920007
285910	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	BRUNA JULIANA BASTIANI	18153100
285523	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	CARLA WALESKA LIMA ZAMPARONE	264786
284908	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	CAROLINE SILVA DE ARAUJO	18533868
285429	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	CHRISTIAN ROGÉRIO DOS SANTOS	18940633
285203	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	CINTIA EIKO ASSAKURA CHAGAS	17945623
286373	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	CIRLENE GOMES DE OLIVEIRA	13170155
284816	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	CLARINA DA SILVA CARDOSO	845044
284905	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	CLEONICE ROBERTO DE MELO	10537325
285864	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	CRISTIANE ARLINDA MARCELINO	924658
285685	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	DAIANA RAQUEL L LIMA	19674708
286222	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	DANIELA SIMÕES GARCIA	12425524
286525	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	DANIELI APARECIDA PEREIRA DA SILVA	90274376

285687	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	DANIELLI CINTRA DE SOUZA	13150120
284826	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	DIRCILENE MARIA DE OLIVEIRA MOTA	14745526
287135	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ELAINE RODRIGUES GUALBERTO	18636225
285036	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ELIANE DE OLIVEIRA VENTURA	319658
285668	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ELIETE XAVIER QUADROS	12829854
284806	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ELISABETE MARIA RENA	95241077
286703	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ELIZABETH GOMES DOS SANTOS CAMELO	10530534
285144	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ELIZEIA APARECIDA BOROVIEC	559244
285579	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ERICA CRISTHINA CASTRO DE OLIVEIRA	2044631
285480	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	EVELYSE CONSTÂNCIA DA COSTA LEITE PIMENTA	1801719
284967	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	EZINEI DE ARRUDA	8481067
285542	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	FABIANA MOTA DE OLIVEIRA	17322618
286562	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	FERNANDA CARLA CARMINATTI	17422167
284866	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	FERNANDA SANTOS MELO DA SILVA	24229628
286023	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	FRANCILENE IAW DE ALMEIDA	18462464
285905	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	FRANCITANIA RODRIGUES DOURADO	24831093
286432	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	GIRLENE DE AMORIM JESUS	1999001029887
287210	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	GISLENE LOPES DA SILVA SATHLER	17702429
285711	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	GLAUCINEIA LAURIANO LIMA	469861
285767	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	GRACIELE DE JESUS MARINHO	16034376
284897	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	HELISANDRA CRIS MISTRO	70077426
286039	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	HILDA MARIA OLIVEIRA DA SILVA	15378730
285095	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ILZA RODRIGUES DE SOUZA	13494490
286959	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	INES TEREZINHA WALKER KELLER	4035121013
285554	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ISABELA APARECIDA SOLTO FIUZA	10011188
284833	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	IVANEI SALETE CAMPANHARO	50265900
286680	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	JANAINA ALMEIDA DE SOUZA	18087965
285057	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	JAQUELINE MALAGUT BUENO	18779743
285493	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	JOANITA SALES DA COSTA LEIDENS	3819752
284797	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	JOSELMA MARIA DA SILVA	17321204
285965	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	JOSIANE DA CONCEIÇÃO NASCIMENTO FERREIRA	18652743
285237	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	JOSICLEIA PEREIRA	15589900
286581	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	JUCIANE MARTINS KOTTWITZ DO NASCIMENTO	6090559979
286614	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	JULIANA ALVES BISPO MOREIRA DA SILVA	22683992
286168	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	JULIANA BRUNA DA CRUZ	15981738
285939	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	JULIANE APARECI AMARO DA SILVA	18475710
286398	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	LAÍS GALVÃO AVELAR	5685150
284985	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	LARISSA RODRIGUES DOS SANTOS	14264765
286461	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	LÉIA DELISE	14385260
286731	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	LEIA DOS SANTOS BULGARELLI	306287
286466	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	LEILA DELISE	13931741
285543	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	LEILA MARA MADERS BORGES	940630
286492	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	LENILDA MARGARIDA RODRIGUES DE OLIVEIRA	8596263
286697	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	LIANE FRANCISCA ELI VACCA	67261763
285629	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	LILIANE MOREIRA FERMINO	818052
285830	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	LUCIANA ALCANTARA NASCIMENTO	743851
285912	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	LUCIANE TONIAZZO DE CAMARGO	2036870885
286673	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	LUCILENE TORRES FURTADO	1409146

285713	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	LURDES ARCONTI SPIRONELLO	132526746
286836	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	LUZIA CAMILA MOTA DE CARVALHO	992524
285132	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	MACARIS ROHDEN	7083300868
285774	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	MAGNA APARECIDA DA SILVA DOS SANTOS	25953494
284889	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	MARA SILVANA BRIGO GEISS	14148234
286671	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	MARCIANA DE OLIVEIRA	1257502
285681	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	MARIA APARECIDA DE SOUZA	7204949
286429	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	MARIA APARECIDA VIEIRA	1688385
285051	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	MARIA EDILEUSA DA SILVA	13991060
286017	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	MARIA HELENA MARQUES	143310173
287091	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	MARIA SOCORRO D NASCIMENTO SOARES	24935719
287180	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	MARINETE APARECIDA BARBOSA DE MELO	729368
286342	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	MARINILZA NOGUEIRA DA CRUZ	5858453
286174	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	MARIZETE SILVA DAS PEDRAS	2117465
286313	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	MARLENE GODOY GUERRA SANTANA	23562226
285071	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	MARLI TERESINHA VOLPATTO DE ARAUJO	29016401
284984	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	MARTA HELENA ZAWASKI	2020421729
285486	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	MARTA LUIZ RAMOS PAULA	38453530
284959	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	MELINA GURGEL	10810749
285526	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	MELISSA AMARAL DE TOLEDO SCARANELO	63463035
286629	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	MÉRCIA GERALDO PEREIRA	2965551
286616	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	MERINDA FERREIRA DOS SANTOS	29899125
285815	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	MICHELLE PATRICIA DOS SANTOS SILVA	23546140
284808	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	MICHELLI DE OLIVEIRA GOULARTE	16048776
286154	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	NADJA BARRETO DA SILVA	5216643
286159	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	NATÉRCIA BARRETO DA SILVA	6140342
286641	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	NATIELY DOS SANTOS FREITAS	1269604
285469	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	NAYARA DE PAULO	1022510
286320	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	NELI TEREZINHA OLIVEIRA	26730448
285012	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	QUELI DA COSTA E SILVA	14845059
286002	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	REGINA CELIA PEDROZO GOULART DE OLIVEIRA	16514416
284891	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	REGINA FRANCO FIUZA	2383815
286571	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	RENILDA NUNES SANTANA	916230902
285689	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ROSÂNGELA APARECIDA PEINADO PEREIRA	77874763
284807	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ROSANGELA BETANIN SANTOS	15313875
286043	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ROSANGELA DOS SANTOS MENDES	7898940
286725	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ROSANGELA LINDINALVA DA SILVA	14531313
285562	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ROSELY GUEDES DA SILVA FORMAGGI	85488228
284878	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ROSENILDA UMBELINA	695055
285762	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ROSIANA DA SILVA OLIVEIRA	15634418
286481	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ROSIANI ALVES SANTANA ROBERTO	15619346
285213	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ROSILEI SCHMITT	14096498
286464	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ROSINEI AGUIAR COUTINHO	15535665
286714	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	SANDRA MARIA BUBULA	858685
286138	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	SANDRA VIANA AGUIAR	13840681
284913	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	SERGIO FERREIRA DA SILVA MATOS	14545810
286572	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	SILVANA DE AVILA DEL BARCO	12393959
285564	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	SILVANA OLIVEIRA DE MENEZES	398909350

286386	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	SILVANA PADILHA DA SILVA TONET	24229997
284852	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	SILVANA PESSOA	12264040
285621	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	SIMONE CRISTIANE CATTANEO	51909860
285708	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	SIRLEI FERNANDES DA SILVA	608294
285866	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	SUZANA MALAQUIAS DE SOUSA OLIVEIRA	19151241
286338	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	TAMARA DA SILVA LIMA	1148890
287103	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	TATIANE CAROLINA WEISS ARAUJO	2027787
285737	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	VALDENICE DE FÁTIMA FERREIRA ACCO	61500278
285609	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	VALQUIRIA CRISRINA ZIMMER	91192640
285509	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	VALTIANE CARVALHO MARIANO	18888836
285868	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	VANESSA OLIVEIRA GONÇALVES SOUZA	1247690
285415	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	VILMA SILVA PEREIRA	16495934
285722	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	VIVIANE ANUNES VIEIRA CARDOSO	22158545
285271	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	VIVIANE DUARTE DOS SANTOS	278613676
287117	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	VIVIANE RODRIGUES DE ARAUJO	531548
285769	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	VIVIANE TUNI	15659143
285179	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	WESEKEI FERNANDA DA SILVA	16389280
286058	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	ALEX CESAR LIMA SAUER	19000383
285572	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	CAMILA APARECIDA ANTONIAZZI	19966431
286086	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	DALIENE MARIA DE JESUS	18443729
284868	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	DONIZETE SOARES DOS SANTOS	18307060
285859	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	PATRICIA KRETLI CORRADI	6019087
285479	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	VALDOMIRO DE JESUS GONCALVES	886593
286527	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA	ADILAINE BRITO PEREIRA	16479203
285696	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA	ANTONIO CARLOS	18133142
284988	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA	DANILO OLIVEIRA BRAGA	1747710
285607	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA	DIOGO MICHAEL HEPP	91152002
285577	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA	ELAINE TEIXEIRA SOARES	13840533
285667	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA	ERICK CARLOS XAVIER BARBOSA	18534422
285831	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA	JOÃO JULIO ANUNCIAÇÃO CAMPOS	548916
285127	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA	LILIAN VIEIRA DA SILVA	19272979
286491	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA	LUCIABNA DE OLIVEIRA SILVA	11505095
286076	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA	RAFAEL LAMPERT BAIRROS	1108086958
285654	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA	VALQUIRIA RENITHA FAY SILVA	20954514
286666	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA	DORGILENE MARIA DOS SANTOS	34627340
285207	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA	ELIZANE SOUZA DOS SANTOS	1180085
285189	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA	EUNICE DA COSTA SILVA VALE	7594170
285756	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA	LUIZ SILVA AVILA	19067801
285790	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA	MARILEUSA PEREIRA	138119803
285103	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM LETRAS	ANDREZA CAROLINE SCHMITT DO AMARAL	21672334
285113	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM LETRAS	FERNANDA PEREIRA	10920994
286042	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM LETRAS	GABRIEL MARCHETTO	2223625
285475	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM LETRAS	IVANEIDE ALVES DE BRITO SANTOS	1190679
286099	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM LETRAS	JOVANICE CECÍLIA DA SILVA	15979156
286855	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM LETRAS	NADIA QUINTEIRO RAMOS	14610698
286767	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM LETRAS	PRISCILA GONZAGA DO AMARAL ROCHA	1180988
285720	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM LETRAS	REGIANE FORNALSKI PERINI	23274948
286419	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM LETRAS	SANDRA REGINA RAMIRES	11712236
287112	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM LETRAS	VANESSA CRISTIN ANDRÉ FELÍCIO	20315481
285731	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM LETRAS	WAGNER PEREIRA DE SOUZA	434982
286098	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM MATEMÁTICA	ANA MÁRCIA DA SILVA	23060700
285539	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM MATEMÁTICA	CLAUDIO RICARDO ALVES PEREIRA	1312618
286456	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM MATEMÁTICA	EDER ANDREI KRISTOSCHIK DOS SANTOS	23375345
286411	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM MATEMÁTICA	JORGE CLEMENTE SCHIAVO	3016657128
286709	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM MATEMÁTICA	JÚLIO CEZAR MARQUES MAIA	25207016

286352	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM MATEMÁTICA	LUANA SANTANA DELGADO	24161357
285468	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM MATEMÁTICA	MAURO PEDRO PAZ	112081
286676	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM MATEMÁTICA	MOISÉS RAMOS DOS SANTOS	25103466
286190	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM MATEMÁTICA	MURILO DE SOUZA FELICIANO	13556398
285106	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM MATEMÁTICA	ROMÁRIA DE CARVALHO CUNHA	232908120026
286692	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM MATEMÁTICA	SANDRA MARIA DAVELISAMPAIO	456931
285332	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - DISTRITO ITAMARATI NORTE	ANA CLEIDE MARTINS DA SILVA	33864551
285986	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - DISTRITO ITAMARATI NORTE	ISABEL CARULINA DE MEDEIROS DE OLIVEIRA	446914009
287109	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - DISTRITO ITAMARATI NORTE	LETÍCIA CRISTINE PALUGAN	42234574
286412	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - DISTRITO ITAMARATI NORTE	LUCIENE DE OLIVEIRA MARCELO SILVA	15785068
286423	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - DISTRITO ITAMARATI NORTE	MARIA AUGUSTA DOS SANTOS OLIVEIRA	14612330
286470	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - DISTRITO MARECHAL RONDON	ELIANE COSMO DA SILVA LEITE	15668231
285754	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - DISTRITO MARECHAL RONDON	MARIZAM DIAS DO NASCIMENTO	6798748

* REPUBLICADO PARA CORREÇÃO*

LEI Nº 1.994/2017 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

Autoria: Poder Executivo Municipal

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 200.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAFAEL MACHADO, Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no Orçamento Geral do Município no valor de R$ 200. 000,00(duzentos mil reais), nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Federal nº 4.320/64, para reforço de dotação consignada no orçamento para o presente exercício, aprovado pela Lei nº 1.860/2016, com a seguinte classificação orçamentária:

07. Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana

002. Departamento de Desenvolvimento Urbano

15. Urbanismo

451. Infra-Estrutura Urbana

0013. Infraestrutura e Serviços Públicos

2048. Manutenção da Iluminação Pública

3.3.90.00.00.00 Aplicações Diretas

01.17.000000 - Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Publica.....R$ 200. 000,00

TOTAL DO CRÉDITO.....R$ 200. 000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial ou total com remanejamento e transposição na forma do art. 43, § 1º, inciso III da Lei Federal nº 4320/64 da seguinte dotação orçamentária:

07. Secretaria Municipal de Infraestrutura

005. Departamento do Sistema Viário

15. Urbanismo

451. Infra-Estrutura Urbana

0013. Infraestrutura e Serviços Públicos

1035. Expansão da Rede Elétrica e Iluminação Pública

4.4.90.00.00.00 Aplicações Diretas

01.17.000000 - Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Publica.....R$ 200. 000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO.....R$ 200. 000,00

Art. 3º.As alterações constantes desta Lei passam a integrar a Lei Municipal nº 1.621, de 13 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2014 a 2017, a Lei Municipal nº 1.840, de 15 de julho de 2016, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2017 – LDO, e a Lei Municipal nº 1.860, de 27 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2017 – LOA.

Art. 4º.Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 28 dias do mês de Novembro de 2017.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1.069, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

Considerando o disposto na Lei Municipal nº. 1.177, de 27 de junho de 2007 e alterações posteriores;

Considerando a necessidade de substituir a Conselheira Tutelar Cristiane Rodrigues Morais durante o período de atestado médico;

Considerando o Memorando nº 755/2017 de 24 de novembro de 2017, proveniente da Secretaria Municipal de Assistência Social;

Considerando a necessidade administrativa e o interesse público;

R E S O L V E

1. NOMEAR, com efeitos retroativos a partir de 24 de novembro de 2017, a Senhora ***PHANMILLA PAULA MARTINS***, SUPLENTE de conselheira tu-

telar municipal, portadora do RG nº. 1.764.365-1 SSP/MT e CPF nº. 023. 410.991-22, para substituir a conselheira tutelar, Cristiane Rodrigues Morais, no momento em que a mesma encontra-se de atestado medico, sendo o período d o exercício de 24/11/2017 à 07/12/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 27 dias do mês de novembro de 2017.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

LEI Nº 1.995/2017 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

Autoria: Poder Executivo Municipal

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 149.370,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAFAEL MACHADO, Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no Orçamento Geral do Município no valor de R$ 149. 370,00(cento e quarenta e nove mil e trezentos e setenta reais), nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Federal nº 4.320/64, para reforço de dotação consignada no orçamento para o presente exercício, aprovado pela Lei nº 1.860/2016, na seguinte classificação orçamentária:

09. Secretaria Municipal de Educação

002. Departamento de Educação

12. Educação

361. Ensino Fundamental

0005. Educação Parecis

1055. Construção e Ampliação dos Espaços Esportivos nas Escolas

4.4.90.00.00.00 Aplicações Diretas

01.00.000000 - Recursos Livres Sem Destinação de Recursos.....R$ 110. 901,85

01.00.038000 - Remuneração de Outros Depósitos de Recursos não Vinculados- Rec Ordinários - Livres..... R$ 38.468,15

TOTAL DO CRÉDITO.....R$ 149. 370,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial ou total com remanejamento e transposição na forma do art. 43, § 1º, inciso III da Lei Federal nº 4320/64 das seguintes dotações orçamentárias:

02. Governo Municipal

006. Comunicação Social

04. Administração

131. Comunicação Social

0015. Gestão e Manutenção do Governo Municipal

2142. Gestão da Informação e da Transparência Pública

3.3.90.00.00.00 Aplicações Diretas

01.00.000000 - Recursos Livres Sem Destinação de Recursos.....R$ 25. 000,00

03 - Secretaria Municipal de Administração

001 - Gabinete da Secretaria Municipal de Administração

04. Administração

122. Administração Geral

0016. Gestão e Manutenção da Administração

1011 - Aquisição de Veículos da Secretaria de Administração

4.4.90.00.00.00. Aplicações Diretas

01.00.000000 - Recursos Livres - Sem Destinação de Recursos.....R$ 37. 901,85

2016. Manutenção e Encargos com Secretaria de Administração

3.3.90.00.00.00 Aplicações Diretas

01.00.000000 - Recursos Livres Sem Destinação de Recursos.....R$ 24. 000,00

3.3.90.00.00.00 Aplicações Diretas

01.00.038000 - Remuneração de Outros Depósitos de Recursos não Vinculados - Rec Ordinários - Livres..... R$ 38.468,15

002. Departamento de Recursos Humanos

04. Administração

122. Administração Geral

0016. Gestão e Manutenção da Administração

2019. Realização de Concurso Público/Processo Seletivo

3.3.90.00.00.00 Aplicações Diretas

01.00.000000 - Recursos Livres Sem Destinação de Recursos.....R$ 24. 000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO.....R$ 149. 370,00

Art. 3º.As alterações constantes desta Lei passam a integrar a Lei Municipal nº 1.621, de 13 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2014 a 2017, a Lei Municipal nº 1.840, de 15 de julho de 2016, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2017 – LDO, e a Lei Municipal nº 1.860, de 27 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2017 – LOA.

Art. 4º.Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 28 dias do mês de Novembro de 2017.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

DECRETO EXECUTIVO Nº 156, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

Estabelece o período de recesso na Secretaria Municipal de Educação para o ano de 2017.

RAFAEL MACHADO, Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município:

Considerando o Memorando nº 1485, de 21.11.2017, proveniente da Secretaria Municipal de Educação, deferido pelo Chefe do Poder Executivo, DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado recesso em todos os órgãos que compõem a Secretaria Municipal de Educação, conforme disposto a seguir:

I – período de 22 a 29 de dezembro de 2017: Escolas Municipais, sendo: EM 04 de Julho, EM Professor Antonio Pereira, EM Nossa Senhora Aparecida, EM Jardim das Palmeiras, EM Nivaldo Alves da Costa, EM Amélia Lena Fedrizzi, EMEI Hestha Beata Kettener Heidemann, EMEI Armando Jacinto Brolio, EMEI Jordana Araujo da Silva, EMEI Itamarati Norte, EMEI Karine Alves Maforte e EMEI Reino Encantado.

II – período de 26 a 30 de dezembro de 2017: servidores lotados nas áreas administrativas das Escolas Municipais e da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 28 dias do mês de novembro de 2017.

RAFAEL MACHADO

Prefeito

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSÉ BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 314/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: GISLAINE DE SOUZA – EPP, CNPJ 12.559.500/0001-47

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÕES DE INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA ATENDER A ORQUESTRA SINFÔNICA JOVEM DE CAMPO VERDE – PREGÃO 081/2017.

VIGÊNCIA: 27/11/2017 27/11/2018

LOTE 05

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MARCA/MOD.	VALOR.UNIT.	VALOR.TOTAL
05	FLAUTA TRANSVERSAL • Afinação C (dó). • Mecanismo G (sol) Off-Set/E (MI) mecânico. • Extensão da escala pé de C (Dó). • Bocal Convencional. • Acabamento Prateado. • Acompanha Case ABS.	15	STANFORD	R$ 516,00	R$ 7.740,00

Valor total do lote: R$ 7.740,00 (sete mil, setecentos e quarenta reais).

LOTE 06

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MARCA/MOD.	VALOR. UNIT.	VALOR. TOTAL
06	CLARINETE EM BB • Afinação Bb (Si Bemol) • Apoio de polegar regulável com anel porta-correia (talabarte) • Matéria-Prima Resina ABS Fosco • Chaves Prateadas • 2 Barriletes 58,2mm/62,0mm. • Junção do corpo em cortiça Natural. • Sapatilhas em feltro trançado. • Pele natural (baudruche). • Acompanhando grease, luva, flanela, boquilha, cobre-boquilha, abraçadeira de metal e case Mochila	15	STANFORD	R$ 516,66	R$ 7. 749,90

Valor total do lote: R$ 7.749,90 (sete mil, setecentos e quarenta e nove reais e noventa centavos).

LOTE 10

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MARCA/ MOD.	VALOR. UNIT.	VALOR. TOTAL
10	OBOÉ • Afinação em C, • Chaves Prateadas, Design das Chaves: Sistema "Plateau" Corpo em madeira Grenadilha, • Oitavas: 3 (Semi Automático), Sistema Conservatório Completo, • F para mão esquerda, Chave de Trinado para C# e duplo Eb, • Duplo G# e Eb, • Chave de Ressonância (Bb) na campana, Resina interna para proteção contra rachaduras, • Sapatilhas em Cortiça e "Double Skin", • Estojo e Acessórios	02	STANFORD	R$ 5. 479,03	R$ 10. 958,06

Valor total do lote: R$ 10.958,06 (dez mil, novecentos e cinquenta e oito reais e seis centavos).

LOTE 11

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MARCA/ MOD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
11	SAXOFONE SOPRANO • Afinação em Bb, • Reto, • Chaves com Regulagem de Abertura, • Chave Bb Articulada, • Chave F# Agudo, • Apoio do Polegar Ajustável, • Todél Curvo Extra, Acabamento Laqueado, • Estojo luxo.	05	STANFORD	R$ 1.580,00	R$ 7.900,00

Valor total do lote: R$ 7.900,00 (sete mil, novecentos reais).

LOTE 12

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MARCA/ MOD.	VALOR. UNIT.	VALOR. TOTAL
12	SAXOFONE ALTO • Afinação Eb (Mi Bemol) • Apoio de polegar direito esquerdo metálico. • Acabamento dourando • Parafusos de microrregulagem. • Regulagem de altura chaves B (si), A (lá), E (mi), D (ré). • Barras estabilizadoras auxiliares chaves F# (fá sustenido)/C (dó) grave/ B (si) grave. • Acompanhando Pad Save (desumidificador), Boquilha, Abraçadeira de metal, Palheta e cobreboquilha, Grease luva e flanela. • Case Mochila	10	STANFORD	R$ 1. 635,00	R$ 16. 350,00

Valor total do lote: R$ 16.350,00 (dezesseis mil, trezentos e cinquenta reais).

LOTE 13

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MARCA/ MOD.	VALOR. UNIT.	VALOR. TOTAL
13	SAXOFONE TENOR • Afinação Bb (si Bemol) • Apoio de polegar esquerdo metálico fixo. • Apoio de polegar direito giratório • Acabamento dourado • Campana ornamentada. • Parafusos de microrregulagem. Regulagem de altura chaves B (si), A (lá), F (fá), E (mi), D (ré). • Barras estabilizadoras auxiliares chaves F# (fá sustenido)/ C (dó) grave/ B (si) grave. • Acompanhando Pad Save (desumidificador), Boquilha, Abraçadeira de metal, Palheta e cobreboquilha, Grease luva e flanela. • Case Mochila.	05	STANFORD	R$ 1. 820,00	R$ 9. 100,00

Valor total do lote: R$ 9.100,00 (nove mil, cem reais).

LOTE 14

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MARCA/ MOD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
14	SAXOFONE BARÍTONO • Afinação em Eb, Chaves com Regulagem de Abertura, • Chave Bb Articulada, Chave F# Agudo, • Apoio do Polegar Ajustável, • Todél Curvo Extra, • Acabamento Laqueado, • Estojo luxo.	05	STANFORD	R$ 7.470,00	R$ 37.350,00

Valor total do lote: R$ 37.350,00 (trinta e sete mil, trezentos e cinquenta reais).

LOTE 19

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MARCA/ MOD.	VALOR. UNIT.	VALOR. TOTAL
19	VIOLONCELO ¾ • Tamanho 3/4, Acabamento Verniz translúcido avermelhado, Tampo de Spruce, Faixa e Fundo em Maple, Espelho, Cravelhas e Standarte en Black Rosewood, 04 afinadores fixos em metal, 02 arco em crina animal, Bag luxo e Breu.	05	STANFORD	R$ 1. 405,55	R$ 7. 027,75

Valor total do lote: R$ 7.027,75 (sete mil e vinte e sete reais e setenta e cinco centavos).

LOTE 20

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MARCA/ MOD.	VALOR. UNIT.	VALOR. TOTAL
20	CONTRABAIXO • Acústico 3/4, nível intermediário ou semi profissional, Tampo Sólido, Laterais em Maple, Bag Luxo com rodas, Standarte regulável, 2 arcos Alemão, encordoamento.	05	STANFORD	R$ 3. 341,52	R$ 16. 707,60

Valor total do lote: R$ 16.707,60 (dezesseis mil, setecentos e sete reais e sessenta centavos).

LOTE 23

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MARCA/ MOD.	VALOR. UNIT.	VALOR. TOTAL
23	BUMBO SINFÔNICO • Tamanho 40x18" • Madeira (Maple - 10 Camadas, 13,00mm) • Ferragens em Metal • Cromado Parafusos com • Canoas Duplas em • Alumínio Aro em Metal • Leve 20 Afinações Duplas • Acompanha 02 pares de Baquetas • Sistema de Rodas com Travas • Estante Suspensa com Tiras em Nylon.	01	STANFORD	R$ 7. 050,00	R$ 7. 050,00

Valor total do lote: R$ 7.050,00 (sete mil e cinquenta reais)

LOTE 24

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MARCA/ MOD	VALOR. UNIT.	VALOR. TOTAL
24	TAN TAN (GONGO) SINFÔNICO 36". • Liga com alto teor de cobre, dentro das normas ASTM. • Martelado manual com eliminação de harmônicos agudos. • Pintura preta vinílica. • Polimento alto brilho com proteção de verniz. • Estante circular com regulagem de altura por atenuadores a gas, • Carrinho com rodas douradas duplo freio. • Estrutura tubular em aço preto fosco.	01	STANFORD	R$ 6. 970,00	R$ 6. 970,00

Valor total do lote: R$ 6.970,00 (seis mil, novecentos e setenta reais).

LOTE 30

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MARCA/MOD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
30	Palheta sax Soprano 1,5	40	STANFORD	R$ 6,63	R$ 265,20
31	Palheta sax Soprano 2,0	40	STANFORD	R$ 6,63	R$ 265,20

32	Palheta sax alto 1,5	60	STANFORD	R$ 6,63	R$ 397,80
33	Palheta sax alto 2,0	60	STANFORD	R$ 6,63	R$ 397,80
34	Palheta sax alto 2,5	50	STANFORD	R$ 6,63	R$ 331,50
35	Palheta sax tenor 1,5	50	STANFORD	R$ 8,28	R$ 414,00
36	Palheta sax tenor 2,0	50	STANFORD	R$ 8,28	R$ 414,00
37	Palheta sax tenor 2,5	50	STANFORD	R$ 8,28	R$ 414,00
38	Palheta sax barítono 1,5	50	STANFORD	R$ 34,00	R$ 1.700,00
39	Palheta sax barítono 2,0	50	STANFORD	R$ 34,00	R$ 1.700,00
40	Palheta clarineta 1,5	60	STANFORD	R$ 6,90	R$ 414,00
41	Palheta clarineta 2,0	50	STANFORD	R$ 6,90	R$ 345,00
42	Palheta clarineta 2,5	50	STANFORD	R$ 6,90	R$ 345,00
43	Palheta Clarone 1,5	30	STANFORD	R$ 17,68	R$ 530,40
44	Palheta Clarone 2	30	STANFORD	R$ 17,68	R$ 530,40

Valor total do lote: R$ 8.464,30 (oito mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e trinta centavos).

Valor total da ata de registro de preço: 143.367,61 (cento e quarenta e três mil, trezentos e sessenta e um centavos).

GISLENE J. LOPES - CPL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 053/2017 DE 28 DE NOVEMBRO 2017

RESOLUÇÃO Nº 053/2017 DE 28 DE NOVEMBRO 2017

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal n° 8.069/90, na Lei Municipal 2076/2015 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na reunião extraordinária do dia 28 de Novembro de 2017;

CONSIDERANDO:

O Estatuto da Criança e do Adolescente- Lei 8.069/90; Lei Municipal 2.076 de 23 de Abril de 2015- que dispõe sobre o Registro e Certificação de Entidades e outros; Resoluções do Conanda nº 071 de 10 de Junho de 2001, nº 074 de 13 de Setembro de 2001 e nº 164 de 13 de Maio de 2014. Deliberação da Reunião Extraordinária deste Conselho, realizada em 28 de Novembro de 2017 na Ata nº 79/2017.

RESOLVE:

Art. 1° – Certificar e Registrar: **A FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E CULTURAL DO SISTEMA DE CRÉDITO COOPERATIVO – FUNDAÇÃO SICREDI** e o seu Programa **UNIÃO FAZ A VIDA.**

Art. 2° – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Verde, 28 de Novembro 2017.

Izabel Cristina Gutierrez

Presidente

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 001/2017

Concedente: MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE, inscrito no CNPJ nº. 24. 950.495/0001-88

Proponente: ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA LAR MARIA DE LOURDES,inscrita no CNPJ nº. 37.501.038/0001-58

Objeto: Fica prorrogado o prazo de vigência do Termo de Fomento nº 001/2017 até o dia 31 de janeiro de 2018, contados a partir do dia 01 de novembro de 2017.

Assinatura: 27 de Outubro de 2017.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 020/2017, DE 28/11/2017, DOS LANÇAMENTOS DOS AUTOS DE INFRAÇÃO, POR DESCUMPRIMENTO DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL, QUANTO À LIMPEZA DOS LOTES VAZIOS E SUJOS NO MUNICÍPIO.

Campo Verde (MT), 28/11/2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 020/2017, DE 28/11/2017, DOS LANÇAMENTOS DOS AUTOS DE INFRAÇÃO, POR DESCUMPRIMENTO DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL, QUANTO À LIMPEZA DOS LOTES VAZIOS E SUJOS NO MUNICÍPIO, CONFORME EDITAIS DE PUBLICAÇÕES Nº 008/2017, de 28/09/2017, Nº 016/2017, de 08/11/2017 e de Nº 018/2017, de 16//11/2017.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular da Secretaria Municipal de Obras e Viação, nos termos dos dispositivos legais abaixo relacionados:

1) Decreto º 023/2016, de 23/03/2016, artigo 20, § 1º, 2º e 3º;

2) da Lei complementar nº 45/2014, de 19/12/2014, artigo 331, Tabela de Serviço - VI, § Único;

3) da Lei complementar nº 018/2009, que altera o artigo 26 da lei complementar nº 001/1994, de 19/12/1994, item XXVII, e

4) Lei complementar nº 001/1994, de19/12/1994, Artigo 29, Parágrafo 1º.

Resolve,

Impor aos sujeito(s) passivo(s), abaixo relacionados, multas ao valor de 05 (CINCO) ou ½ (Meia)/UPF/MT, por lote, e cobrança de taxa limpeza ao valor de 2,31 [dois, virgula, trinta e uma] (UPF/CV), por M² [metro quadrado] de cada lote, aos proprietários dos lotes e terrenos baldios sujos, do município, não limpos no prazo estipulado, **CONFORME EDITAIS DE PUBLICAÇÕES Nº 008/2017, de 28/09/2017, Nº 016/2017, de 08//11/2017, e de N º 018/2017, de 16//11/2017,** ficando os mesmos, sujeitos à inscrição em dívida ativa e a imediata execução judicial.

O presente EDITAL, intima os sujeito(s) passivo(s), a comparecerem, em dia útil, no horário normal de atendimento, na sede da Secretaria municipal de Obras e Viação, deste município, no prazo de **15 (QUINZE**) dias, a contar desta publicação, para recurso ou defesa da referida notificação de autuação de infração.

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15 (décimo quinto) dia após a publicação deste Edital.

-SUJEITOS PASSIVOS:

NOME COMPLETO/RAZÃO SOCIAL

CPF/CNPJ

Nº DO AUTO DE INFRAÇÃO

MAGNUS ALBERTO BLOCK

698.089.371-87

094/2017

ANDERSON TEIXEIRA PINHA

303.805.838-60

095/2017

LEOMAR DELLA FLORA

014.789.519-74

096/2017

CLAUDOIR DA SILVA

653.334.541-91

097/2017

MARIA OLIMPIA DE OLIVEIRA

029.916.359-83

099/2017

FRANCISCO DUARTE DE AQUINO NETO

026.656.431-38

100/2017

ANTONIO MARCZAL

622.500.511-00

101/2017

SEBASTIÃO JOSÉ DA SILVA FILHO

798.898.168-49

102/2017

A.S. MATIAS & CIA. LTDA. - ME

CNPJ: 20.065.401/0001-37

103/2017

ALCENO NERES DE ALENCAR

428.996.481-87

104/2017

TITULAR DO ÓRGÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

NOME :

FABIANO TERUEL

PORTARIA:

030/2015

CARGO:

SECRETÁRIO MUNICIPAL

SERVIDOR RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO

(SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO)

NOME:

MÁRCIO R. DA SILVA

MATRÍCULA:

4364

CARGO:

FISCAL MUNICIPAL

DATA DE AFIXAÇÃO:

29/11/2017

DATA DE DESAFIXAÇÃO:

13/12/2017

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 051/2017 DE 28 DE NOVEMBRO 2017

RESOLUÇÃO Nº 051/2017 DE 28 DE NOVEMBRO 2017

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal n° 8.069/90, na Lei Municipal 2076/2015 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na reunião extraordinária do dia 28 de Novembro de 2017, dispõe sobre os assuntos:

CONSIDERANDO:

O Estatuto da Criança e do Adolescente- Lei 8.069/90; Lei Municipal 2.076 de 23 de Abril de 2015- que dispõe sobre o Conselho Tutelar, e outros; Resolução do Conanda nº 170 de 10 de dezembro de 2014; Deliberação da Reunião Extraordinária deste Conselho, realizada em 28 de Novembro 2017 na Ata nº 079/2017.

RESOLVE:

Art. 1° – Convocar a Conselheira Suplente Sra. **ELIANE ALVES CORREIA**, para assumir como Conselheira Titular/Substituta a partir de 01 de Fevereiro de 2018 para o cumprimento da Escala de Férias dos demais Conselheiros Titulares que iniciará em Fevereiro/2018 e terminará em Junho/2018.

Art. 2° – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Verde, 28 de Novembro de 2017.

Izabel Cristina Gutierrez

Presidente

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NOTIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/2017

CONTRATO Nº 038/2017

REF.:DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

NOTIFICANTE:MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça dos 03 poderes, n.º 03, nesta cidade de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob o nº 24. 950.495/0001-88.

NOTIFICADO(A):INSTITUTO EUVALDO LODI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.986.163/0001-83, com sede na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, nº 4.193, bairro Bosque da Saúde, CEP 78050-000, cidade de Cuiabá-MT, neste ato representado pelo Superintendente, o Sr. Mauro Sérgio dos Santos, brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº 0758935-2 SEJUSP/MT e do CPF nº 460.580.011-53.

Prezado(a) Senhor(a),

Conforme relatório apresentado pelo fiscal, fora constatado que Vossa Empresa não vem cumprindo com as obrigações a que se obrigou ao vencer a licitação, principalmente quanto a clausula 13, itemV -*"Efetuar o repasse da bolsa-auxílio e do auxílio-transporte aos estagiários, de forma que o valor esteja disponível na conta corrente do estudante em até 48 (quarenta e oito) horas úteis após a liberação do repasse realizado pela CONTRATANTE",* uma vez que, o município disponibiliza o repasse até o 5º (quinto) dia de cada mês, conforme preconiza a clausula 12, item M do contrato nº 038/2017, firmado com a Administração.

Diante do ocorrido, o descumprimento das obrigações pactuadas enseja em inadimplemento contratual, o que possibilita a aplicação das penalida-

des previstas nos Contratos Administrativos, além do que prevê o art. 87 da Lei de Licitações.

Ante a isso, fica a empresa desde já **NOTIFICADA**, pelo não cumprimento das obrigações pactuadas nos Contratos Administrativos, caracterizando a má execução das obrigações assumidas, não restando outra alternativa ao Município sopesar a necessidade de aplicação das penalidades contratuais pactuadas, além de todas as sanções previstas nos artigos 87 e 88 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Por fim, informamos que é facultada a apresentação de Defesa Prévia, **no prazo de 05 (cinco) dias úteis**, a contar desta publicação, findo o qual, a Administração decidirá pela aplicação da penalidade cabível.

Informamos que esta notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios, através da mesma a Prefeitura considera a empresa **NOTIFICADA** a partir desta data.

Outrossim, ficam os autos com vistas franqueadas à empresa para fins de direito.

Campo Verde-MT,28 de novembro de 2017.

José Luiz Caetano Bernardi

OAB/MT 17.586

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NOTIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2017

CONTRATO Nº 053/2017

REF.:DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

NOTIFICANTE:MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça dos 03 poderes, n.º 03, nesta cidade de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob o nº 24. 950.495/0001-88.

NOTIFICADO(A):CONCRETIZA CONSTRUTORA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 17.758.502/0001-89, com sede na Rua Paranatinga, nº 462, bairro Cidade Primavera I, CEP 78850-000, cidade de Primavera do Leste-MT, neste ato representada por **Rosangela Honorio Krebs,** brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG n

º 1044411-4 SSP/MT e do CPF nº 825.695.091-91, residente e domiciliada na cidade de Primavera do Leste-MT, CEP 78850-000.

Prezado(a) Senhor(a),

Em cumprimento a decisão proferida nos autos, que determinou a instauração deste processo administrativo, considerando, o que consta do Ofício 159/2017 expedida pela Secretaria de Finanças, fica Vossa Senhoria **NOTIFICADO,** pelo descumprimento das cláusulas pactuadas no Contrato Administrativo, tendo a referida empresa a obrigação contratual de estar **regular com suas obrigações fiscais durante a vigência contratual.**

Conforme documentação que compõe os autos, juntamente com o entendimento exposto na Resolução de Consulta nº 06/2015 do TCE/MT, **NOTIFICO** Vossa Senhoria**,** para que, no prazo de até **90 (noventa) dias regularize as suas obrigações fiscais, sob pena de rescisão contratual.**

O não cumprimento dessa obrigação no prazo estipulado, acarretará ao notificado as sanções previstas nos artigos 87 e 88 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, além da imediata rescisão contratual unilateral, por culpa exclusiva do contratado.

Por fim, decorrido o prazo acima,fica facultado a apresentação de Defesa Prévia, conforme previsto no artigo 87, § 2º da Lei nº 8.666/93, **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, findo o qual, a Administração decidirá pela aplicação da penalidade cabível.

Informamos que esta notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios, através da mesma a Prefeitura considera a empresa **NOTIFICADA** a partir desta data.

Outrossim, ficam os autos com vistas franqueadas à empresa para fins de direito.

Campo Verde-MT,28 de novembro de 2017.

José Luiz Caetano Bernardi

OAB/MT 17.586

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 317/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: SETE COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA – ME, inscrito no CNPJ 04.578.067/0001-69

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÕES DE INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA ATENDER A ORQUESTRA SINFÔNICA JOVEM DE CAMPO VERDE – PREGÃO 081/2017.

VIGÊNCIA: 27/11/2017 27/11/2018

LOTE 29

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MARCA/MOD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
29	PIANO ACÚSTICO MEIA CALDA • 88 teclas • Com banco • 3 pedais	01	FRITZ DOBBERT CS 150	R$ 64.000,00	R$ 64.000,00

Valor total do lote: R$ 64.000,00 (sessenta e quatro mil reais).

LOTE 32

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MARCA/MOD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
52	Baquetas para tímpanos de feltro	10 par	LIVERPOOL	R$ 164,00	R$ 1.640,00
53	Baquetas para tímpanos espuma	10 par	LIVERPOOL	R$ 173,00	R$ 1.730,00
54	Baquetas para tímpanos emborrachadas	05 par	LIVERPOOL	R$ 163,00	R$ 815,00
55	Baquetas para bumbo sinfônico Feltro	10 par	LIVERPOOL	R$ 172,00	R$1.720,00
56	Baquetas para bumbo sinfônico Pelúcia	10 par	LIVERPOOL	R$ 159,00	R$ 1.590,00
57	Baquetas Para Bateria	80 par	LIVERPOOL	R$ 3,85	R$ 308,00
58	Baquetas para Xilofone (duras)	30 par	LIVERPOOL	R$ 133,90	R$ 4.017,00
59	Baquetas para Vibrafone (duras)	30 par	LIVERPOOL	R$ 142,00	R$ 4.260,00

Valor total do lote: R$ 16.080,00 (dezesseis mil e oitenta reais).

LOTE 35

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MARCA/MOD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
77	Cavaletes violoncelo 4/4	20	PRINCE	R$ 63,00	R$ 1.260,00
78	Cavaletes violoncelo 3/4	20	PRINCE	R$ 68,00	R$ 1.360,00
79	Cravelhas violoncelo 4/4	20	PRINCE	R$ 23,00	R$ 460,00
80	Cravelhas Violoncelo 3/4	20	PRINCE	R$ 23,00	R$ 460,00
81	Cravelhas violas 40”	50	PRINCE	R$ 9,00	R$ 450,00
82	Cravelhas violino 4/4 conjunto	80	PRINCE	R$ 23,00	R$ 1.840,00
83	Cavaletes Viola Clássica	50	PRINCE	R$ 10,00	R$ 500,00
84	Cavaletes Reguláveis contrabaixo	20	PRINCE	R$ 140,00	R$ 2.800,00
85	Cavaletes Violinos 4/4	200	PRINCE	R$ 9,95	R$ 1.990,00

Valor total do lote: R$ 11.120,00 (onze mil, cento e vinte reais).

LOTE 36

ITEM	INTRUMENTO/ACESSORIO	QUANT.	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
86	Rabicho Violoncelo 4/4 - em aço	20	PRINCE	R$ 38,00	R$ 760,00
87	Rabicho violoncelo 3/4 - em aço	20	PRINCE	R$ 38,00	R$ 760,00
88	Rabicho contrabaixo 4/4 - em aço	20	PRINCE	R$ 53,00	R$ 1.060,00

Valor total do lote: R$ 2.580,00 (dois mil, quinhentos e oitenta reais).

Valor total da ata de registro de preço: R$ 93.780,00 (noventa e três mil, setecentos e oitenta reais).

GISLENE J. LOPES - CPL

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO ACORDO DE COOPERAÇÃO N° 004/2017

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO ACORDO DE COOPERAÇÃO N° 004/2017

Cooperante: MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE, inscrito no CNPJ nº. 24. 950.495/0001-88

Cooperada: SINDICATO RURAL DE CAMPO VERDE, inscrito noCNPJ n. º 37.500.105/0001-10

Objeto: Fica prorrogado o prazo para apresentação da prestação de contas final referente ao Acordo de Cooperação n° 004/2017 até 11 de dezembro de 2017.

Assinatura: 10 de Novembro de 2017.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 316/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: PPR INSTRUMENTOS MUSICAIS EIRELI – EPP,CNPJ 19.211.006/0001-36

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÕES DE INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA ATENDER A ORQUESTRA SINFÔNICA JOVEM DE CAMPO VERDE – PREGÃO 081/2017.

VIGÊNCIA: 27/11/2017 27/11/2018

LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MARCA/ MOD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	TROMPETE • Afinação Bb (si Bemol). • Campana Ø 24mm • Calibre Ø 11.65mm • Acabamento Dourado. • Botões de Digitação Arredondados. • Batentes externos de borracha • Batentes Internos de feltro • Capelotes Alongados • Dedeira na 1ª pompa • Anel regulável na 3ª pompa • Anel anti-impacto de silicone na 1ª e 3ª pompas. • Pompa de afinação arredondada com encaixe em reverso. • 2 válvulas esgotadoras de fluídos (tipo chaves) • Bocal M39 • Acompanhando óleo lubrificante, luva, flanela, bocal e case mochila.	10	MAGNUM MTR303L	R$ 507,00	R$ 5. 070,00

Valor total do lote: R$ 5.070,00 (cinco mil e setenta reais).

LOTE 03

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MARCA/MOD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
03	TROMBONE TENOR BB/F (ROTOR) • Afinação Bb (si bemol) • Acabamento laqueado. • Campana Ø 203 mm • Calibre Ø 12,7 mm • Bocal 12C • Acompanhando óleo lubrificante, luva, flanela, bocal e case mochila	05	MAGNUM MSL403L	R$ 1.376,00	R$ 6.880,00

Valor total do lote: R$ 6.880,00 (seis mil, oitocentos e oitenta reais).

LOTE 04

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MARCA/ MOD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
04	TUBA • Tuba 4/4, Afinação em Bb, • M Campana 368,00mm, Calibre 17,00mm, • 03 Válvulas de Ação Superior, • 01 válvula de Rotor • Porta Lira, • Acabamento Laqueado, Bocal Prateado, • Estojo Luxo com Rodas.	05	QUASAR QTU710L	R$ 12. 450,00	R$ 62. 250,00

Valor total do lote: R$ 62.250,00 (sessenta e dois mil, duzentos e cinquenta reais).

LOTE 08

ITEM	INTRUMENTO/ACESSORIO	QUANT.	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
08	CLARONE Afinação em Bb, • Corpo em ABS em duas partes, • Sistema Boehm, Campana em Alpaca Niquelada, • Todel e Chaves Niqueladas, • Molas em Aço Inoxidável, • Pé de apoio regulável (espigão), • Extensão até Mib grave, • Acessórios e Estojo Luxo	02	QUASAR QCL203N	R$ 6. 940,00	R$ 13. 880,00

Valor total do lote: R$ 13.880,00 (treze mil, oitocentos e oitenta reais).

LOTE 21

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MARCA/MOD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
21	VIOLÃO DE NYLON Violão Natural Nylon Estudante 6 Cordas	150	TAGIMA AC-39	R$ 262,50	R$ 39.375,00

Valor total do lote: R$ 39.375,00 (trinta e nove mil, trezentos e setenta e cinco reais).

LOTE 22

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MARCA/ MOD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
22	CONJUNTO DE TÍMPANOS - TAMANHOS 26",29" E 32" • Cúpula em Cobre Polido ou martelado • Modelo Sinfônico Pedal de Regulagem Rack System em Zinco Fundido, • Coluna em Alumínio Aro em Aço Reforçado, • Regulador de Precisão e Micro Afinação Rodas Reforçadas, • Pele REMO Renaissance Series (Porosa) ou modelo, • Acompanha 01 par de Baquetas, • Capa e Estojo	02	QUASAR QTC0521-32	R$ 24. 666,67	R$ 49. 333,34

Valor total do lote: R$ 49.333,34 (quarenta e nove mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e quatro centavos).

LOTE 25

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MARCA/MOD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
25	CAIXA SINFÔNICA • Medida: Ø14”x6,5’’ de altura, • Fusto em chapa de cobre martelado; • Acabamento polido e envernizado, 10 afinações com canoas em Zamac Cromado (liga metálica de Zinco); • porcas de afinação individuais nas extremidades, • Aros reforçados “Die-Cast” cromado, • Esteira de 20 fios com sistema automático de controle de tensão e cancelamento rápido; • Pele Remo Porosa;	05	QUASAR QSD14645CM	R$ 890,00	R$ 4. 450,00

Valor total do lote: R$ 4.450,00 (quatro mil, quatrocentos e cinquenta reais).

LOTE 26

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MARCA/ MOD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
26	CAMPANA 20 TUBOS – C5/G6 • Dourados pedal 4 funções – trava e inversão do abafamento. • Regulagem de altura com atenuadores de peso a gás. • Regulagem de tensão do abafamento. • Desmontável. • Regulagem fina da altura do pedal. • Rodas banda larga com duplo freio • acabamento dourado ou prateado. • Capa em corino ou matelassê com cobertura total. • Caixa em MDF revestido com alças, dobradiças e fechos. • Martelos em material sintético de altíssima resistência. • Sistema de ganchos com fácil colocação e retirada dos tubos.	01	QUASAR QTB0609/ 5	R$ 13. 550,00	R$ 13. 550,00

Valor total do lote: R$ 13.550,00 (treze mil, quinhentos e cinquenta reais).

LOTE 31

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MARCA/MOD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
45	Kit de limpeza para Saxofones	30	FREE SAX 000054	R$ 78,00	R$ 2.340,00
46	Kit de limpeza para Clarinete e clarone	30	FREE SAX 000058	R$ 75,00	R$ 2.250,00
47	Kit de Limpeza para Trompete	30	FREE SAX 000059	R$ 90,00	R$ 2.700,00
48	Kit de Limpeza para trombone	30	FREE SAX 000061	R$ 89,00	R$ 2.670,00
49	Kit de limpeza Trompa	10	FREE SAX 000060	R$ 109,00	R$ 1.090,00
50	Produto para limpeza de cordas	80	KING 1121	R$ 55,00	R$ 4.400,00
51	Produto para limpeza de instrumento de arco	80	DUNLOP 8916	R$ 80,00	R$ 6.400,00

Valor total do lote: R$ 21.850,00 (vinte e um mil, oitocentos e cinquenta reais).

LOTE 37

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MARCA/MOD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
89	Microafinadores viola clássica - em aço - CONJUNTO	50	PRINCE	R$ 28,02	R$ 1.401,00
90	Microafinadores Violino - em aço - CONJUNTO	80	PRINCE	R$ 11,00	R$ 880,00
91	Microafinadores violoncelos 4/4 - em aço - CONJUNTO	40	PRINCE	R$ 26,51	R$ 1.060,40
92	Afinador Universal Elétrico - CONJUNTO	50	PRINCE	R$ 78,51	R$ 3.925,50
93	Metrônomo Eletrônico - CONJUNTO	50	PRINCE	R$ 96,00	R$ 4.800,00

Valor total do lote: R$ 12.066,90 (doze mil e sessenta e seis reais e noventa centavos).

LOTE 38

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MARCA/MOD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL

94	Óleo para pisto	80	LUNNON LN A24	R$ 22,10	R$ 1.768,00
95	Óleo para Válvulas	80	LUNNON LN A24	R$ 22,40	R$ 1.792,00
96	Graxa para vara de trombone	50	TROMBOTINE 338S	R$ 45,00	R$ 2.250,00
97	Graxa para Cortiça	80	SELMER 2929SG	R$ 20,25	R$ 1.620,00

Valor total do lote: R$ 7.430,00 (sete mil, quatrocentos e trinta reais).

LOTE 40

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MARCA/MOD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
104	BREUS VIOLINOS - Resina natural de pinheiro	150	SCHERL & ROTH	R$ 21,00	R$ 3.150,00
105	BREUS VIOLAS CLÁSSICAS - Resina natural de pinheiro	150	SCHERL & ROTH	R$ 21,00	R$ 3.150,00
106	BREUS VIOLONCELOS - Resina natural de pinheiro	100	SCHERL & ROTH	R$ 25,80	R$ 2.580,00
107	BREUS CONTRABAIXOS - Resina natural de pinheiro	80	SCHERL & ROTH	R$ 39,00	R$ 3.120,00

Valor total do lote: R$ 12.000,00 (doze mil reais).

Valor total da ata de registro de preço: R$ 248.135,24 (duzentos e quarenta e oito mil, cento e trinta e cinco reais e vinte e quatro centavos).

GISLENE J. LOPES - CPL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 315/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: PHILHARMONIE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA – EPP, CNPJ 10.338.868/0001-50

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÕES DE INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA ATENDER A ORQUESTRA SINFÔNICA JOVEM DE CAMPO VERDE – PREGÃO 081/2017.

VIGÊNCIA: 27/11/2017 27/11/2018

LOTE 02

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MARCA/ MOD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
02	TROMPA • Trompa Dupla, Afinação em Bb/F, • Campana 310,00mm em Latão Amarelo, • Calibre 11,89 mm, 04 Rotores, • Acionamento dos Rotores por Cordas, Apoios Ajustáveis, Campana Destacável, Protetor de Mão em Couro, • Acabamento Laqueado, • Tubos MachoxFêmea em Cuproníquel, Lead Pipe em Cuproníquel, Bocal Prateado, • Estojo Luxo.	05	REGENCY REG – TPD2	R$ 2. 206,00	R$ 11. 030,00

Valor total do lote: R$ 11.030,00 (onze mil e trinta reais).

LOTE 07

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MARCA/ MOD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
07	CLARINETE EM A • Clarinete em A, • 17 Chaves, • 06 anéis, Chaves em Alpaca com Banho de Prata, • Corpo em madeira Grenadilha, • Barrilete 42mm, • Furos com "Undercut", • Apoio do polegar ajustável, • Molas em aço temperado (Blue Steel), Sapatilhas "Double Fish Skin" e Estojo. • Nível Superior.	02	REGENCY REG – CLA2	R$ 3. 500,00	R$ 7. 000,00

Valor total do lote: R$ 7.000,00 (sete mil reais).

LOTE 09

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MARCA/ MOD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
09	FAGOTE • Fagote, Afinação em C, • Sistema Alemão (Heckel), • Modelo Sinfônico, • Corpo em Madeira Maple, • Chaves Niqueladas, • Chaves do Ré e Mi super agudos, • Roletes nas chaves ré, dó e fá#, • Chaves de trinado de Sib e Do#, • Chave de sol# no polegar, • Molas em Aço Inoxidável, • 02 Todéis, • Palheta Dupla e Porta Palhetas, • Estojo Luxo e acessórios.	02	REGENCY REG – BS1	R$ 8. 745,00	R$ 17. 490,00

Valor total do lote: R$ 17.490,00 (dezessete mil, quatrocentos e noventa reais).

LOTE 16

ITEM	INTRUMENTO/ACESSORIO	QUANT.	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
16	VIOLINO ¾ • Tamanho 3/4, com tampo de madeira maciça abeto (spruce) e fundo e laterais em madeira maciça bordo (maple), acabamento marchetado, envernizado com acabamento primoroso. • Acessórios (Cravelhas, estandarte e queixeira) em madeira ébano e espelho em madeira ébano. • 04 afinadores fixos em metal, 02 arcos com crina animal, Estojo térmico luxo, encordoamento, breu e espaleira.	20	STOKMANS	R$ 425,00	R$ 8. 500,00

Valor total do lote: R$ 8.500,00 (oito mil, quinhentos reais).

LOTE 27

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MARCA/ MOD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
27	BATERIA COMPLETA • Bumbo 20"x16" (8 afinações) • Tom 10"x8" • Tom 12"x9" • Surdo de chão 14"x14" • Caixa de madeira 14"x5,5" • tambores com 7.2mm, folhas em basswood • Acabamento revestido • Caixa de madeira, 8 afinações, esteira 16 fios - Estantes com pés duplos - Peles monofilme • HARDWARE • Estante reta para pratos - 1 Estante de caixa • 1 Máquina de chimbal • 1 Pedal de Bumbo • 1 Banco Acompanha kit de pratos em liga de bronze, 14", 16", 20"	02	STRATUS ST BM2016	R$ 2. 190,00	R$ 4. 380,00

Valor total do lote: R$ 4.380,00 (quatro mil, trezentos e oitenta reais).

LOTE 28

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MARCA/ MOD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
28	PIANO ELÉTRICO DIGITAL COM 88 TECLAS SENSITIVAS (Scaled Hammer Action II de 3 niveis de sensibilidade), 128 notas de polifonia, 18 timbres (tecnologia AiR), Sequencer de 2 pistas (1 canção), Stereo Piano Tones, Layer, Split, 4 Reverbs, 4 Chorus, Brilliance, DSP, Sistema de Ressonância Acústica, Livraria com 60 canções + Expansão para 10 canções usuário, Nova função Concert Play, função Lesson, Modo Chorus, Brilliance, DSP, Sistema de Ressonância Acústica, Livraria com 60 canções + Expansão para 10 canções usuário, Nova função Concert Play, função Lesson, Modo Dueto, Metrônomo, Transpose, USB to host. Inclui adaptador, Livro de partituras e Porta-partituras. Acompanhar Suporte para piano móvel ou fixo.	05	CASIO PX-760BK	R$ 3. 488,00	R$ 17. 440,00

Valor total do lote: R$ 17.440,00 (dezessete mil, quatrocentos e quarenta reais).

LOTE 33

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MARCA/MOD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
60	CORDAS VIOLA CLÁSSICAS 4/4 LÁ • núcleo de fibra sintética com revestimento em ALUMÍNIO • Tensão média	250	MAURO CALIXTO	R$ 12,60	R$ 3.150,00
61	CORDAS VIOLAS CLÁSSICAS 4/4 RÉ • núcleo de fibra sintética com revestimento em ALUMÍNIO • Tensão média	200	MAURO CALIXTO	R$ 13,00	R$ 2.600,00
62	CORDAS VIOLAS CLÁSSICAS 4/4 SOL • núcleo de fibra sintética com revestimento em ALUMÍNIO • Tensão média	200	MAURO CALIXTO	R$ 15,00	R$ 3.000,00
63	CORDAS VIOLAS CLÁSSICAS 4/4 DÓ • núcleo de fibra sintética com revestimento em ALUMÍNIO • Tensão média	80	MAURO CALIXTO	R$ 17,33	R$ 1.386,40
64	CORDAS VIOLINO 4/4 MI • Núcleo aço espiral flexível e revestimento em aço CROMO / CHROME • Tensão média	400	MAURO CALIXTO	R$ 9,10	R$ 3.640,00
65	CORDAS VIOLINO 4/4 LÁ • núcleo de fibra sintética com revestimento em ALUMÍNIO • Tensão média	400	MAURO CALIXTO	R$ 9,47	R$ 3.788,00
66	CORDAS VIOLINO 4/4 RÉ • núcleo de fibra sintética com revestimento em ALUMÍNIO • Tensão média	200	MAURO CALIXTO	R$ 9,73	R$ 1.946,00
67	CORDAS VIOLINO 4/4 SOL • núcleo de fibra sintética com revestimento em ALUMÍNIO • Tensão média	200	MAURO CALIXTO	R$ 10,50	R$ 2.100,00
68	CORDAS VIOLONCELO 4/4 LÁ • núcleo de fibra sintética com revestimento em ALUMÍNIO • Tensão média	80	MAURO CALIXTO	R$ 23,00	R$ 1.840,00
69	CORDAS VIOLONCELO 4/4 RÉ • núcleo de fibra sintética com revestimento em ALUMÍNIO • Tensão média	80	MAURO CALIXTO	R$ 16,35	R$ 1.308,00
70	CORDAS VIOLONCELO 4/4 SOL • núcleo de fibra sintética com revestimento em ALUMÍNIO • Tensão média	50	MAURO CALIXTO	R$ 24,00	R$ 1.200,00
71	CORDAS VIOLONCELO 4/4 DÓ • núcleo de fibra sintética com revestimento em ALUMÍNIO • Tensão média	50	MAURO CALIXTO	R$ 22,00	R$ 1.100,00
72	ENCORDOAMENTO CONTRABAIXO • núcleo de fibra sintética com revestimento em ALUMÍNIO • Tensão média	20	MAURO CALIXTO	R$ 208,00	R$ 4.160,00

Valor total do lote: R$ 31.218,40 (trinta e um mil, duzentos e dezoito reais e quarenta centavos).

LOTE 34

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MARCA/ MOD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
73	ARCOS VIOLINOS 4/4 – Corpo arredondado com madeira Hardwood - Talão de Ébano com detalhe em Madrepérola redonda Crina natural de qualidade A Parafuso e metais com acabamento Níquel	150	STOKMANS STK VLB4	R$ 61,00	R$ 9. 150,00
74	ARCOS VIOLA CLÁSSICA 4/4 - Corpo octagonal (oitavado) Crina natural - Talão de Ébano com madre-pérola incrustada de Olho París - Parafuso niquelado	80	STOKMANS STK VAB4	R$ 80,00	R$ 6. 400,00
75	ARCOS VIOLONCELOS 4/4 - madeira do arco: Pernambuco Wood - corpo octogonal / oitavado - talão de Ébano com detalhe Olho Paris em Madrepérola e metais prateados - crina natural de qualidade A - parafuso niquelado	80	STOKMANS STK VCB4	R$ 100,00	R$ 8. 000,00
76	ARCO CONTRABAIXO ALEMÃO - Pau Brasil Talão em Ébano Detalhes do Talão: Olho Paris - Níquel - Abalone Fios de Níquel. Tamanho: 4/4 Modelo: Guarnição: Alemão Crina: Mongólia Animal	50	STOKMANS STK CBDA	R$ 201,00	R$ 10. 050,00

Valor total do lote: R$ 33.600,00 (trinta e três mil, seiscentos reais).

LOTE 39

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MARCA/MOD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
98	ESTANTE PARA MÚSICOS - Plataforma de Madeira, alumínio ou aço. Encaixe por pressão, ou parafusos.	250	STRATUS ST SD1	R$ 33,33	R$ 8.332,50
99	ESTANTE PLATAFORMA DE METAL	80	REGENCY REG SDM	R$ 118,63	R$ 9.490,40

	- Linha semi profissional				
100	APOIO DE PÉ DE VIOLÃO CLÁSSICO	80	STOKMANS STK XL7	R$ 50,75	R$ 4.060,00
101	APOIO DE CHÃO PARA VIOLONCELO	20	STOKMANS STK VCS	R$ 80,50	R$ 1.610,00
102	ESTANDARTE VIOLONCELO 4/4	10	STOKMANS STK VCED4	R$ 101,00	R$ 1.010,00
103	ESTANDARTE CONTRABAIXO	20	STOKMANS STK CBED	R$ 215,55	R$ 4.311,00

Valor total do lote: R$ 28.813,90 (vinte e oito mil, oitocentos e treze reais e noventa centavos).

Valor total da ata de registro de preço: R$ 159.472,30 (cento e cinquenta e nove mil, quatrocentos e setenta e dois reais e trinta centavos).

GISLENE J. LOPES - CPL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 052/2017 DE 28 DE NOVEMBRO 2017

RESOLUÇÃO Nº 052/2017 DE 28 DE NOVEMBRO 2017

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal n° 8.069/90, na Lei Municipal 2076/2015 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na reunião extraordinária do dia 28 de Novembro de 2017, dispõe sobre os assuntos:

CONSIDERANDO:

O Estatuto da Criança e do Adolescente- Lei 8.069/90; Lei Municipal 2.076 de 23 de Abril de 2015- que dispõe sobre o FMDCA, e outros; Resolução do Conanda nº 137 de 21 de Janeiro de 2010; Deliberação da Reunião Extraordinária deste Conselho, realizada em 28 de Novembro 2017 na Ata nº 079/2017.

RESOLVE:

Art. 1° - Aprovar as Prestações de Conta do **PROJETO ATIVIDADE PSICO/FÍSICA - UMA MISSÃO APAEXONANTE** III- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, 8ª Parcela do Termo de Parceira nº 004/2017, no valor de R$ 4.800,00 (Quatro Mil e Oitocentos Reais), **PROJETO MANUTENÇÃO DO EDUCANDÁRIO ESPÍRITA LARA MARIA DE LOURDES** – Associação Espírita Lar Maria de Lourdes – 9ª Parcela do Termo de Fomento nº 001/2017, no valor de no valor de R$ 34.355,79 (Trinta e Quatro Mil Trezentos e Cinquenta Cinco Reais e Setenta Nove Centavos), **PROJETO TOCANDO COM O BOLINHA – ENCANTANDO CAMPO VERDE -** Associação Espírita Lar Maria de Lourdes – 8ª Parcela do Termo de Fomento nº 005/2017, no valor de R$ 2.601,50 (Dois Mil Seiscentos e Um Reais e Cinquenta Centavos), **PROJETO GERMINANDO SOM** – Associação Orquestra Sinfônica Jovem de Campo Verde – Termo de Fomento nº 11/2017 – 6ª Parcela no Valor de R$ 2.913,75 (Dois Mil Novecentos e Treze Reais e Setenta Cinco Centavos), **PROJETO CULTURA ITINERANTE**– Grupo Cultural Folclórico Matutada – 7ª parcela no valor de R$ 3.428,62 (Três Mil Quatrocentos e Vinte Oito Reais e Sessenta Dois Centavos) do Termo de Fomento Processo nº 007/2017.

Art. 2º - Aprovar o Aditivo do Termo de Fomento nº 001/2017 - Associação Espirita Lar Maria de Lourdes, no valor de R$.80.070,21 (Oitenta Mil, Setenta Reais e Vinte Um Centavos), valor referente a 80% (oitenta por cento), de captação de recursos através de doação de IR para o **PROJETO MANUTENÇÃO DO EDUCANDÁRIO** para o Pagamento da Folha do mês de Novembro/Dezembro/13º Salario de 2017.

Art. 3° – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Verde, 28 de Novembro de 2017.

Izabel Cristina Gutierrez

Presidente

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 001/2017

Concedente: MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE, inscrito no CNPJ nº. 24. 950.495/0001-88

Proponente: ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA LAR MARIA DE LOURDES,inscrita no CNPJ nº. 37.501.038/0001-58

Objeto: Fica acrescido ao Termo de Fomento nº 001/2017 o valor de R$ 15.163,79 (quinze mil, cento e sessenta e três reais e setenta e nove centavos), referente a doação ocorrida através de Imposto de renda e apresentação de novo Plano de Trabalho, nos moldes da justificativa e tabela em anexo e de acordo com o que preceitua o art. 62 do Decreto Municipal nº 036/2017 e artigo 57 da Lei 13019/2014.

Assinatura: 14 de Novembro de 2017.

DEPARTAMENTO JURÍDICO
DECRETO Nº. 117, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

REGULAMENTA OS PAGAMENTOS DAS COMPRAS E PROCESSOS LICITATÓRIOS.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e considerando o constante na Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas alterações e a Lei Municipal nº 2.165/2016;

DECRETA:

Art. 1º - Os pagamentos das compras e processos licitatórios serão efetuados, dentro das disponibilidades do Tesouro Municipal, nos seguintes prazos contados a partir da data em que a Nota Fiscal foi atestada pela respectiva Secretaria:

I – Em até 8 (oito) dias úteis, desde que:

a) o valor não ultrapasse a R$ 8.000,00 (oito mil reais);

b) os fornecedores sejam sediados neste município;

c) os fornecedores sejam microempreendedores individuais, microempresas, empresas de pequeno porte, produtores rurais, agricultores familiares ou pessoas físicas.

II – Em até 20 (vinte) dias, desde que os fornecedores sejam sediados neste município;

III – Em até 30 (trinta) dias, desde que os fornecedores não sejam sediados neste município.

Parágrafo único - Será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração, identificar de maneira escrita no processo administrativo de pagamento, a categoria do fornecedor, a fim de que seja efetuado o pagamento.

Art. 2º - Os prazos previstos no artigo 1º, deverão constar expressamente em todos os editais de licitação, ordens de fornecimento, autorização de serviço ou instrumento equivalente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, estado de Mato Grosso, em 28 de novembro de 2017.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO JURÍDICO
DECRETO N.º 116/2017 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE DIRETRIZES, NORMAS E PERÍODOS PARA A REALIZAÇÃO DE CADASTRAMENTO E CRITÉRIOS PARA DISTRIBUIÇÃO DE MATRÍCULAS PARA O ANO LETIVO DE 2018 NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DAS ESCOLAS URBANAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

Considerando o período e matrículas decorre como estipulado na lei;

Considerando que a renovação de matrículas far-se-á automaticamente, no entanto, existem situações onde é necessária a intervenção da **Comissão Responsável pelo Cadastro e Distribuição de Matrículas de Escolas Municipais Urbanas,** nomeadamente, em determinadas opções;

Considerando o presente Decreto pretende esclarecer toda a comunidade educativa sobre os critérios de prioridade das matrículas para Educação Infantil e Ensino Fundamental Regular;

Considerando os princípios expressos na Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, em especial, os artigos 205 a 214;

Considerando as Emendas Constitucionais nº 53, de 2006 e nº 59 de 2009;

Considerando a Lei Federal nº 13.005 de 2014, que Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências;

Considerando a Lei Estadual nº. 10.111, de 06 de junho de 2014, que aprova o Plano Estadual – PEE e dá outras providencias;

Considerando a Lei Municipal Nº 2.102 de junho de 2015, que aprova o Plano Municipal de Educação – PME e dá outras providencias;

Considerando a Lei nº 11.494, de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB;

Considerando as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabelecidas pela Lei Federal nº 9.394, de 1996;

Considerando o disposto na Resolução CNE/CEB nº 04, de 2010, que define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica;

Considerando o Decreto nº 44.415, de 2004, que dispõe sobre as diretrizes para a Política de Atendimento a Crianças, Adolescentes, Jovens e Adultos com Necessidades Educacionais Especiais no Sistema Municipal de Ensino e alterações posteriores;

Considerando a necessidade de otimizar os recursos físicos disponíveis nas Unidades Educacionais;

Considerando a conveniência de assegurar o atendimento nos estabelecimentos mais próximos à residência dos alunos;

Considerando a necessidade de bem informar e esclarecer as famílias sobre todas as questões que envolvem o atendimento dos alunos nas escolas da rede pública, facilitando o processo de inclusão e permanência;

Considerando a política educacional de atendimento à demanda de forma contínua e transparente;

Considerando PORTARIA Nº 415/15/GS/SEDUC/MT que d**ispõe sobre os critérios para Composição de Turmas das Unidades Escolares da Rede Estadual de Ensino.**

RESOLVE:

I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - A matrícula e transferência das (os) crianças/educandos nas Escolas Municipais Urbanas obedecerão ao contido no presente Decreto, que tratadaRegulamentação do Cadastro para a Distribuição de Matrículas das Escolas Urbanas de Campo Verde cadastro/Lista de espera e chamada escolar para o ano letivo de 2018.

Parágrafo Único – Será assegurada, nas Escolas Municipais Urbanas e, que a matrícula de todo e qualquer educando será realizada nas classes comuns, sendo reconhecida, considerada, respeitada e valorizada a condição humana, ficando vedada qualquer forma de discriminação.

Art. 2º - O atendimento à demanda será definido por endereço residencial ou para a Educação Infantil, considerando o conjunto das características e necessidades da população local.

§ 1º - No caso de endereço inválido será considerado aquele registrado na Unidade Escolar de origem para fins de ingresso na Educação Infantil.

Art. 3º - Para garantia do atendimento à demanda, a matrícula em todas as etapas/modalidades de ensino somente se efetivará após a adoção dos procedimentos de cadastramento e compatibilização automática tanto para a Educação Infantil com para o Ensino fundamental.

Art. 4º - O planejamento e a definição das vagas iniciais para matrícula observarão aos procedimentos estabelecidos para as escolas municipais urbanas devendo ser incluídas, no Sistema Integrado, todas as vagas definidas após realizada a rematrículas dos alunos.

Art. 5º - A matrícula nas Escolas Municipais Urbanas obedecerá ao cronograma específico para educação Infantil e Ensino Fundamental, na conformidade do contido no Anexo Único, parte integrante desta Decreto.

Art. 6º - A partir da publicação deste Decreto, o acesso as vagas das Escolas Municipais Urbanas deverá observar os seguintes critérios de prioridade:

I – o responsável pela criança deverá ser morador (a) de Campo Verde;

II – criança em situação de vulnerabilidade psicossocial;

III – a criança e seus pais e/ou responsável deverão residir na área de atendimento da escola.

Art. 7º - Compete a SMEC que realizará o cadastramento das matrículas novas das unidades escolares:

I - preparar as secretarias escolares para acolher, orientar e informar as famílias de forma clara sobre as questões Escolas Municipais Urbanas que envolvem o direito de matrícula das (os) crianças/educandos observados os critérios de excelência no atendimento ao cidadão usuário dos serviços públicos da cidade;

II - comunicar os procedimentos necessários para efetivação da matrícula aos pais ou responsáveis, no momento do cadastramento do educando;

III - zelar pela fidedignidade na coleta de informações e registro dos documentos, na correção dos dados necessários ao cadastramento e matrícula, de modo a evitar duplicidades ou registros incompletos, bem como possibilitar o envio da documentação para as unidades escolares.

Art. 8º - Nas Escolas Municipais Urbanas, a matrícula será efetivada pelos pais ou responsáveis legais.

Parágrafo Único - Na existência de vagas remanescentes no decorrer do ano letivo, a compatibilização automática e matrícula deverão ser realizadas de forma ininterrupta.

Art. 9º - Na hipótese de desistência de vaga disponível em Unidade Educacional próxima à residência da (o) criança/educando para indicação de unidade preferencial distante a partir de 2 km, seus pais e/ou responsáveis deverão ter ciência expressa de que concorrerão somente às vagas daquela Unidade e não farão jus ao Transporte Escolar Municipal Gratuito.

Art. 10 - Para a Educação Infantil e Ensino Fundamental das Escolas Municipais Urbanas, o processo de compatibilização automática da demanda cadastrada deverá considerar:

I - a demanda registrada no Sistema Integrado (cadastro e lista de espera fornecidas pelas Escolas Municipais Urbanas);

II - as vagas existentes nas Unidades Educacionais de cada distrito/setor.

III – respeitar a lista.

Art. 11 - As rematrículas deverão ser efetivadas na perspectiva da garantia da continuidade de atendimento às (aos) crianças/educandos frequentes em 2018, conforme consta no Anexo Único deste Decreto.

Parágrafo Único - Na impossibilidade de atendimento na mesma Unidade Educacional, a Equipe de Cadastramento deverá garantir a continuidade de estudos em Unidade Educacional próxima ao endereço residencial.

Art. 12 - Na ocasião da matrícula deverão ser confirmados todos os dados necessários para a formalização da matrícula, com atualização no Sistema Integrado, a fim de viabilizar o atendimento aos diferentes programas da SMEC.

Art. 13 - Fica vedado o condicionamento da matrícula ou rematrícula ao pagamento de taxa de contribuição à Associação Pais e Mestres ou equivalente; ou qualquer exigência de ordem financeira e material, inclusive aquisição de uniforme, material escolar ou carteira de identidade escolar.

Art. 14 - O Cadastramento para matrícula para as vagas das Escolas Municipais Urbanas, terá caráter permanente, e será realizado durante todo o ano, com o preenchimento da Ficha de Cadastro de Educação Infantil Lista de Espera do Ensino Fundamental e imediata transferência dos dados para o Sistema Integrado da SMEC, com impressão e entrega ao pai/mãe ou responsável, de protocolo que conterá o número oficial de inserção no Cadastro de Matrícula.

§ 1º - Na impossibilidade de transferência imediata dos dados da "Ficha de Cadastro de Educação Infantil" para o Sistema Integrado, as Unidades Educacionais terão prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para efetivá-lo.

§ 2º - No ato do cadastramento, a Equipe de Cadastramento deverá informar ao (a) pai/mãe ou responsável quanto às regras da compatibilização, o acompanhamento do cadastro, as formas de convocação para a matrícula, bem como os prazos para sua efetivação.

§ 3º- Deverá ser registrada na ficha de cadastro e no Sistema Integrado da SMEC se o candidato possui irmão em idade escolar matriculado em escola municipal.

§ 4º - No prazo máximo de 4 (quatro) dias úteis a partir do surgimento da vaga, a Unidade Escolar de destino da matrícula será responsável por convocar o (a) pai/mãe ou responsável pela criança para a efetivação da matrícula.

§ 5º - No caso de não existir interesse da família na vaga oferecida, a desistência deverá ser formalizada pelo pai/mãe ou responsável, na unidade onde a vaga foi disponibilizada pelo Sistema Integrado, observado o prazo máximo de 04 (quatro) dias a partir da convocação, conforme disposto no parágrafo anterior.

§ 6º - Havendo solicitação da família, caberá à Unidade cadastrar, imediatamente, a desistência da vaga no Sistema Integrado bem como realizar posterior registro da indicação de escola específica.

§ 7º - Na hipótese prevista no parágrafo anterior, o cadastro manterá a mesma ordem de protocolo passando, entretanto, a ser considerado, exclusivamente, para vaga disponível na escola indicada pela família.

§ 8º - Decorrido o prazo de 10 (dez) dias da data de encaminhamento, o cadastro será desativado automaticamente pelo Sistema Integrado, inclusive nos casos de não comparecimento do pai/mãe ou responsável pela criança.

§ 9º - Os documentos que comprovem a convocação do responsável para a matrícula e a formalização da desistência da vaga oferecida deverão permanecer arquivados por 01 (um) ano na Unidade Educacional e deverão ser apresentados às autoridades educacionais, sempre que solicitados.

§ 10 - Para as vagas do Ensino Fundamental os nomes que constam na Lista de Espera do ano de 2017 serão convertidos em Cadastro para o Ensino Fundamental.

Art. 15 - Nas Escolas Municipais Urbanas o cadastramento da demanda será realizado mediante apresentação dos seguintes documentos:

I - documento de Identidade da criança (Certidão de Nascimento ou RG);

II - comprovante de endereço no nome do pai/mãe ou responsável legal;

III - CPF do pai, mãe ou responsável.

IV - comprovante de endereço no nome dos pais ou responsáveis legais pela criança a ser inscrita da seguinte forma: contas de água, luz, telefone fixo e/ou contrato de locação registrado.

§ 1º - Na falta de um ou mais documentos mencionados no caput deste artigo, os responsáveis serão orientados quanto à obtenção do documento e apresentação do mesmo para a efetivação da matricula na Unidade Escolar.

§ 2º - Na data do cadastramento, a Equipe de Cadastramento deverá registrar, de imediato, o recebimento no Sistema e expedir o Protocolo definitivo, válido a partir da data original do cadastramento.

§ 3º - Expirado o prazo referido no § 1º deste artigo, o cadastro que remanescer pendente será desativado automaticamente pelo Sistema Integrado.

Art. 16 - O atendimento à demanda será definido por setor educacional, considerando o conjunto das características e necessidades da população local e a garantia da inclusão de crianças com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento-TGD e altas habilidades/superdotação.

§ 1º - Compete à Equipe de Cadastramento responsável a orientação aos pais/mães ou responsáveis pela criança com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento-TGD e altas habilidades/superdotação, quanto ao direito de atendimento prioritário, que deve ser expressamente solicitado, acompanhado de documento comprobatório da condição.

Art. 17 - A partir do cadastro, o processo de matrícula terá início com a compatibilização automática das vagas, pelo Sistema Integrado e efetivação da matrícula em cada Unidade de Educação.

§ 1º - Para efetivação da matrícula, a Direção da Unidade Educacional deverá providenciar o preenchimento imediato da "Ficha de Matrícula", determinar o momento oportuno para o preenchimento da "Ficha de Saúde" e a "Ficha de Informações Complementares", no caso de aluno com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento-TGD e altas habilidades/superdotação para a entrega dos documentos abaixo relacionados, respeitando o prazo estabelecido na legislação vigente:

a) documento de Identidade da criança (Certidão de Nascimento, RG);

b) comprovante de endereço no nome do pai/mãe ou responsável legal;

c) CPF do pai, mãe ou responsável;

d) carteira de vacinação atualizada;

e) cartão do Programa Bolsa-Família;

f) cartão família;

g) cartão SUS.

h) Comprovante de trabalho (carteira de trabalho e/ou contrato de trabalho registrado) da mãe caso solicite matricula em vaga de período integral e berçário.

§ 2º O encaminhamento para matrícula dar-se-á pela ordem cronológica de cadastramento, observada a correta acomodação nos agrupamentos/ turmas, ressalvada os casos de determinação legal.

Art. 18 – O atendimento à demanda de crianças de 01 (um) a 3 (três) anos de idade deverá considerar critérios socioeconômicos e a legislação vigente, como prioridade para o acesso à vaga de educação infantil, conforme os itens abaixo:

I - Crianças com Necessidades Educativas Especiais de carácter permanente, de acordo com Decreto nº 44.415, de 2004.

II - Cumulativamente, e como forma de desempate em situações de igualdade, devem ser observadas as seguintes prioridades.

III - Crianças com irmãos matriculados e frequentando o estabelecimento de educação pretendido, subentendendo-se por estabelecimento.

IV- Crianças cujos pais ou encarregados de educação residam, comprovadamente, na área de influência do estabelecimento de educação pretendido, ordenadas nos termos previstos na Portaria 432/2014.

V - Crianças cujos pais ou encarregados de educação desenvolvam a sua atividade profissional, comprovadamente, na área de influência do estabelecimento de educação pretendido.

Art. 19 - No Cadastro de Matrícula das crianças, Escolas Municipais Urbanas, disponibilizado pela Secretaria Municipal de Educação e organizado por ordem cronológica de cadastro - número do Protocolo Definitivo, constam os seguintes dados:

I - data da inscrição no Sistema Integrado;

II - setor em que o cadastrado aguarda atendimento;

III - indicação de Unidade Educacional específica, conforme Inciso III do artigo 6º deste Decreto;

IV - indicação de residência no município;

V - indicação de prioridades de atendimento.

Parágrafo Único – As listagens constantes do Cadastro de Matrícula/ Lista de Espera do Ensino Fundamental serão atualizadas contendo as informações relativas ao atendimento realizado no mês imediatamente anterior e possibilitando o acompanhamento da acomodação gradativa da demanda.

Art. 20 - Consolidado o registro do Cadastro, através do protocolo definitivo, este passa a ser caracterizado como demanda cadastrada da Educação Infantil no Município, para todos os fins.

Art. 21 – Os agrupamentos nas Creches e Educação Infantil deverão ser formados conforme Resolução Nº. 002/2009 do CEE/MT:

§ 1º - Excepcionalmente considerando a necessidade de atendimento da demanda cadastrada, respeitada a capacidade física das salas, as turmas educacionais Escolas Municipais Urbanas poderão ser formadas em proporções diferentes, conforme decisão da SME.

§ 2° - Diferentes formas de organização dos grupos, previstas no Projeto Político-Pedagógico da Unidade Educacional, não devem implicar em diminuição no atendimento à demanda.

§ 3º - Visando à acomodação da demanda e um dos princípios da Pedagogia da Infância que apoia a possibilidade da interação das crianças de diferentes faixas etárias, os agrupamentos de pré-escola I e II e Creche, poderão atender crianças das duas faixas etárias.

§ 4º - No caso de Pré-escola II atender crianças de Pré-escola I, a proporção adulto/criança permanecerá inalterada com 25 crianças com 01 professor e 01 auxiliar para cada duas turmas.

§ 5º - No caso de Maternal II atender crianças de Maternal I, a proporção adulto/criança permanecerá de 15 a 20 crianças com 01 professor e 01 auxiliar.

§ 6º - No caso de Berçário II atender crianças de Berçário I, a proporção adulto/criança permanecerá de 08 a 12 crianças com 01 professor e 01 auxiliar.

§ 7º - Excepcionalmente considerando a necessidade de atendimento da demanda cadastrada, respeitada a capacidade física das salas, as turmas de Infantil I e II poderão ser formadas em proporções diferentes, conforme decisão da SMEC e as APMS das Unidades Escolares.

§ 8º - A composição das turmas será feita com base no número de alunos, obedecendo aos critérios:

I - no Ensino Fundamental:

a) 1º ano ao 3 º ano - de no mínimo 23 (vinte e três) a 25 (vinte e cinco);

b) 4º anos e 5º anos - de no mínimo 25 (vinte e cinco) a 27 (vinte sete) alunos;

c) 6º ano ao 9º anos - de no mínimo 27 (vinte e sete) a 30 (trinta) alunos;

§ 9º - Nas unidades escolares do Ensino Regular, a inclusão de alunos *com Deficiência* será no máximo 02 (dois) alunos devidamente matriculados*,* para compor uma turma de 20 (vinte) alunos.

§ 10 - Diferentes formas de organização dos grupos, previstas no Projeto Político-Pedagógico da Unidade Educacional, não devem implicar em diminuição no atendimento à demanda.

Art. 22 – Os educandos matriculados nas turmas das Escolas Municipais Urbanas que mudarem de endereço residencial durante o ano letivo, cuja nova residência inviabilize a permanência na Unidade de matrícula, poderá solicitar transferência para outra Unidade Educacional e deverá aguardar a liberação da vaga.

§ 1º - Após solicitação expressa da transferência pelo (a) pai/mãe ou responsável, a Unidade Educacional de origem deverá modificar o endereço residencial do educando e alterar imediatamente o status da criança no Sistema Integrado para “em transferência”.

§ 2º - A solicitação para nova vaga deverá ser realizada pelo pai/mãe ou responsável na Unidade Educacional próxima ao novo endereço com a reativação do cadastro.

§ 3º - Após a compatibilização para nova vaga, a matrícula na Unidade Educacional de origem terá baixa automática quando da efetivação da matrícula no Sistema Informatizado, com alteração do status da matrícula para “transferido”, disponibilizando a vaga da Unidade Educacional de origem para a compatibilização automática.

Art. 23 - Após a rematrícula e matrículas novas, as vagas remanescentes deverão ser oferecidas para acomodação dos educandos matriculados em Unidades distantes de sua residência, desde que pertençam em ruas próximas ao perímetro de atendimento da unidade escolar.

Art. 24 - A matrícula será cancelada quando houver solicitação expressa do (a) pai/mãe ou responsável legal ou após 15 (quinze) dias de faltas consecutivas, sem justificativa, esgotadas e registradas todas as possibilidades de contato com a família.

Parágrafo Único – A situação descrita no caput deste artigo deverá ser aplicada inclusive para os alunos com o status “em transferência”.

Art. 25 - Na hipótese prevista no artigo anterior, compete ao Diretor da Unidade Educacional a utilização das opções próprias do Sistema Integrado para registro da baixa de matrícula, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis.

II - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26 - Compete à SMEC:

I - orientar e garantir, por meio da Equipe Encarregada da Distribuição de Matrículas das Escolas Municipais Urbanas de Campo Verde e da Direção Escolar e Secretários Escolares, todo o processo de rematrícula, cadastramento e matrícula nas Escolas Municipais Urbanas;

II - orientar e acompanhar o registro das matrículas no Sistema Integrado em decorrência do processo de compatibilização automática das vagas existentes, observados os prazos estabelecidos constantes do Anexo Único desta Portaria;

III - monitorar o processo de cadastramento e efetivação de matrículas da Rede Municipal nas Unidades Urbanas, em conformidade com as disposições legais vigentes;

IV - orientar as Unidades Educacionais quanto aos corretos registros no Sistema Integrado para cadastro, efetivação das matrículas e as movimentações durante o ano letivo;

V - realizar ampla divulgação do processo de cadastramento e matrícula no âmbito local;

VI - analisar e validar os relatórios de compatibilização automática da demanda da Educação Infantil cadastrada no Sistema Integrado, para matrícula imediata dos cadastrados em uma das escolas da Rede Pública Municipal;

VII - acompanhar e assegurar o atendimento à totalidade da demanda da Escolas Municipais Urbanas, dos candidatos sem vaga pública, durante todo o ano letivo, inclusive contatando os Diretores Escolares, se necessário;

VIII - garantir a efetivação das matrículas no Sistema Integrado para todas as compatibilizações dos candidatos das Escolas Municipais Urbanas.

Art. 27 - Os casos não previstos nesta Portaria serão resolvidos pelaComissão Responsável pelo Cadastro e Distribuição de Matriculas dasEscolas Municipais Urbanas, ouvida a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 28 – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde–MT, em 28 de novembro de 2017.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO ÚNICO

CRONOGRAMA PARA REALIZAÇÃO DO CADASTRO ÚNICO PARA AS CRIANÇAS QUE NÃO ESTÃO MATRICULADAS EM ESCOLAS MUNICIPAIS

I - Educação Infantil –Creches e Pré-escolas:

a) de 07 de dezembro a 14 de dezembro o cadastro será realizado na SMEC, nos horários às 07 horas às 13 horas.

d) a partir de 008/01/2018: Compatibilização automática da demanda cadastrada e efetivação das matrículas no Sistema Integrado.

b) A partir de 18/01/2018, como prazo final para digitação do parecer conclusivo no Sistema Integrado SME e adequação das matrículas em continuidade, mediante os resultados de promoção.

d) Para a efetivação das matrículas as unidades escolares irão entrar em contato via telefone para que os pais e/ou responsáveis realizem as matriculas.

e) Os pais e/ou responsáveis terão 04 dias uteis para efetuar a matrícula.

COMUNICADO

Secretaria de Educação realiza cadastro de matricula para Educação Infantil e Ensino Fundamental.

A Secretaria Municipal de Educação comunica aos interessados que abrirá um cadastro, para levantamento do número de crianças interessadas em matrículas para 2018, nos Centros Municipais de Educação Infantil e Escolas de Ensino Fundamental Municipais (Ensino fundamental apenas para os 1º anos e 5º anos)

Destacamos que a Lei 13.005/2014 torna obrigatória a matrícula de crianças de 4 e 5 anos nas turmas de Pré-escola. Para o período integral de Educação Infantil, os pais deverão estar trabalhando, mediante comprovação através de carteira de trabalho assinada ou declaração da Secretaria de Assistência Social.

Os interessados em realizar o cadastro deverão comparecer na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, situada na Rua Teresina 205 entre os dias 07 a 14 de dezembro de 2017, das 7 horas e 30 minutos às 13 horas, munido da seguinte documentação:

– xerox de certidão de nascimento;

- Informamos ainda que este movimento é um cadastramento, **não é a MATRÍCULA**.

- Alertamos que a criança que não tiver cadastro não poderá se matricular.

- OS PAIS QUE JÁ TEM O NOME NA LISTA DE ESPERA DE ESCOLAS MUNICIPAIS URBANAS NÃO PRECISAM FAZER O CADASTRO, POIS JÁ ESTÃO CADASTRADAS AUTOMATICAMENTE.

Maiores informações poderão ser obtidas na Secretaria Municipal de Educação, ou pelos telefones: 3419 2838 e 3419 1996.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO
ATO ADMINISTRATIVO

ATO ADMINISTRATIVO

"APROVA AS NOTAS TÉCNICAS ABAIXO ESPECIFICADA DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CANABRAVA DO NORTE - MT".

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas por Lei; e

CONSIDERANDO que o PME se dá por um processo coletivo, em conjunto com a sociedade civil organizada, movimentos sociais e o poder público, mas, para além do processo de elaboração e aprovação do PME, se faz necessário organizar os procedimentos de avaliação e acompanhamento;

CONSIDERANDO que monitorar e avaliar são etapas que se articulam continuamente em um único processo, contribuem para o alcance das metas propostas, apontam as lacunas e eventuais mudanças necessárias no percurso e incorporam ao plano o caráter de flexibilidade necessário para absorver as demandas da sociedade;

CONSIDERANDO que a equipe Técnica e Equipe Coordenadora para Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Canabrava do norte/MT, definida pelo Decreto Municipal n. 547/2017, de 10 de abril de 2017, propôs a edição da Nota Técnica n. 001/2017-SMEC à Nota Técnica 007/2017-SMEC;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Educação possui o dever de assegurar o apoio técnico e administrativo para as ações de acompanhamento e avaliação do Fórum Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar as seguintes Notas Técnicas:

I – Nota Técnica n. 001/2017- SMEC, que realiza a Correção da Meta 1, por motivo de inconsistência com o PNE;

II - Nota Técnica n. 002/2017- SMEC, que realiza a correção da Meta 5, por motivo de percentual inconsistente com o PNE;

III - Nota Técnica n. 003/2017- SMEC, que procede a supressão da Meta 4, em decorrência do prazo e percentual inconsistente com o PNE;

IV - Nota Técnica n. 004/2017- SMEC, que realiza a correção da Meta 2, em virtude de percentual inconsistente com o PNE;

V - Nota Técnica n. 005/2017- SMEC, que procede a correção da Meta 6, em decorrência do prazo e percentual inconsistente com o PNE;

VI - Nota Técnica n. 006/2017- SMEC, que procede a correção da Meta 7, em virtude de modificação da redação;

VII - Nota Técnica n. 007/2017- SMEC, que realiza a correção da Meta 8, em decorrência da modificação da redação.

Art. 2º. Este ato entra em vigor a partir desta data.

REGISTRA-SE,

PUBLICA-SE,

CUMPRA-SE

Canabrava do Norte – MT, 27 de novembro de 2017.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

GABINETE
DECRETO Nº2853/2017.

De 27 de novembro de 2017.

Altera o Decreto nº 2775/2017 e 2852 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, **Fábio Marcos Pereira de Faria**, no uso de suas atribuições legais e, ainda, considerando os feriados dos dias 25 de dezembro e 01 de janeiro de 2018:

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado ponto facultativo nas repartições da Administração Pública Municipal do Poder Executivo, sem prejuízo dos serviços considerados essenciais, no dia 26 de dezembro (terça-feira) e no dia 02 de janeiro de 2018 (terça-feira).

Art. 2º. Revoga-se os pontos facultativos dos dias 22/12/2017 e 29/12/2017.

Art. 3º Os ocupantes de cargos comissionados deverão permanecer à disposição em caso de eventual necessidade de serviço.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 27 de novembro de 2017.

Fábio Marcos Pereira de Faria **Prefeito Municipal**

GABINETE
PORTARIA Nº 737/2017

De 28 de novembro de 2017

Nomeia interinamente Secretária Municipal de Educação na forma que indica e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art.66, inciso IV,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designada a senhora **Adirma Rosa Guimarães Koester** para responder interinamente pela Secretaria Municipal de Educação, a partir de 28/11/2017, inclusive representando-a nas demais esferas de governo e entes públicos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 28 de novembro de 2017.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2017

O Município de Carlinda – MT, através de sua Pregoeira, torna público a quem interessar possa, que em face de interesse expresso da administração pública, **REVOGAR** o processo licitatório **PREGÃO PRESENCIAL Nº053/2017**. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Secretaria Municipal de Administração, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente, das 07:00 às 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas ou através do telefone (66) 3525-2000.

Carlinda – MT, 28 de Novembro de 2017.

DANIELE PAULA MALTEZO

Pregoeira Oficial

RESULTADO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 051/2017

A Comissão de Pregão da Prefeitura Municipal de Carlinda – MT torna público aos interessados que Conforme Edital de Licitação do **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA – MT.**

E que teve como vencedoras as empresas

AMAURI ROBERTO DE ARAUJO – ME

CNPJ n°12.234.712/0001-17

NV FRANCO COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMATICA E CLIMATIZAÇÃO – EIRELI –ME

CNPJ n° 28.552.012/0001-48

JOTA VINCITORE INDUSTRIA METALURGICA LTDA EPP

CNPJ n° 11.065.978/0001-58

NACIONAL MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA ME

CNPJ n°19.165.753/0001-85

MV ATACADISTA DE MOVEIS LTDA – ME

CNPJ n°19.071.896/0001-28

DISMEQ COMERCIAL IMPORTADORA DE MAQUINAS PARA ESCRITORIO LTDA EPP

CNPJ n°24.722.647/0001-95

K.O.A DREHMER ME

CNPJ n°26.897.644/0001-18

Carlinda – MT, 28 de Novembro de 2017.

Daniele Paula Maltezo

Pregoeira Oficial

Publique-se

AVISO DE CANCELAMENTO DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE CANCELAMENTO DE PUBLICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2017

O Município de Carlinda – MT, através da Secretaria de Administração torna Público para conhecimento dos interessados, que em face de erro na publicação, torna sem efeito a publicação ocorrida nos seguintes diários: DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS (https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes), pag. 73 do dia 28 de Novembro de 2017 e no Diário Oficial de Contas do dia 28 de Novembro de 2017, pág. 36, já que o presente licitação não foi efetivada. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Secretaria Municipal de Administração, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente, das 07:00 às 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas ou através do telefone (66) 3525-2000.

Carlinda – MT, 28 de Novembro de 2017.

ELISELY DA SILVA RAMOS

Secretária Municipal de Adm. e Finanças

Decreto n° 324/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

LEI MUNICIPAL N.º 849/2017

LEI Nº 849/2017.

Autoriza abertura de crédito adicional suplementar no orçamento - programa do Município de Castanheira e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA – MT faço saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal Autorizado a abrir no Orçamento vigente, Crédito Adicional Suplementar, no valor de R$ 184.000,00 (Cento e oitenta e quatro mil reais) para atender as seguintes dotações Orçamentárias:

0003 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA

0002 – CASTPREV

0009 – PREVIDÊNCIA SOCIAL

0272 – PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO

0007 – REGIME PROPRIO DE PROVIDENCIA

0150 – RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)

2011 – ASSIST. A SERV. LICENCIADOS INATIVOS E PENSIONISTAS

3.1.90.01.00.00 – APOSENTADORIA RESERVA REMUNERADA E REFORMAS..... .....R$ 130.000,00

3.1.90.05.00.00 – OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS.....R$ 54.000,00

TOTAL .....R$ 184.000,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para atendimento da dotação descrita no artigo anterior, correrá por Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Castanheira - MT, 28 de Novembro de 2017.

MABEL DE FÁTIMA MELANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

LEI MUNICIPAL N.º 847/2017

LEI N.º 847/2017

Autora: Vereadora Simone Schaffel Nogueira

INSTITUI A SEMANA DA MULHER CIDADÃ NO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MABEL DE FATIMA MELANEZI ALMICI, Prefeita Municipal De Castanheira, Estado De Mato Grosso, no uso das atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de vereadores aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituída a “SEMANA DA MULHER CIDADÃ”, a ser celebrado anualmente na mesma semana em que se comemora o Dia Internacional da Mulher no mês de março.

Art. 2º - Na semana comemorativa será realizada uma Sessão Solene presidida por uma vereadora designada pelo presidente da Câmara, se for o caso.

Parágrafo Único – Na ausência de vereadora eleitas, a sessão será presidida pelo presidente da Câmara, por seu substituto legal ou por qualquer outro vereador designado pelo presidente da Câmara.

Art. 3º - Fica criado o Certificado “Mulher Cidadã” que será outorgado pela Câmara Municipal durante a sessão prevista no artigo 2º, às Mulheres que reconhecidamente tenham oferecido contribuição relevante em defesa dos direitos da mulher e dos interesses sociais da coletividade.

Art. 4º - A indicação das mulheres a serem homenageadas será limitada ao número de uma por vereador a cada ano e, deverá ser encaminhado à Secretaria da Câmara Municipal, o respectivo *Curriculum Vitae,* bem como justificativa que comprove o merecimento da homenagem até o dia 20 de fevereiro de cada ano.

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução do presente Projeto de Lei correrão por conta de dotação própria, suplementada se necessário.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Castanheira - MT, 28 de Novembro de 2017.

MABEL DE FATIMA MELANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 075/2014 E ADITIVOS.

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 075/2014 E ADITIVOS.

O **MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA, ESTADO DE MATO GROSSO**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no **CNPJ/MF sob o n.º 24. 772.154/0001-60**, com sede administrativa na Rua Mato Grosso, n.º 142, Centro, neste ato legalmente representado pela Prefeita Municipal, MABEL DE FATIMA MELANEZI ALMICI, brasileira, casada, servidora pública municipal, portadora da Cédula de Identidade n.º 8.529.300-3 SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o n.º 021.903.808-20, residente e domiciliada na Rua Travessa Sol Nascente, s/n.º, no Município de Castanheira-MT, através do presente, RESCINDI UNILATERALMENTE O CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 075/2014, oriundo da Tomada de Preços nº. 03/2014 e aditivos firmados com a empresa **ADELMO FERREIRA DOS SANTOS - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ Nº 07.896.311/ 0001-20**, com sede a Rua Av. Nossa Senhora Aparecida n.º 375 Bairro Santa Rita, Castanheira – MT, represtenada por seu Proprietário Sr. ADELMO FERREIRA DOS SANTOS, brasileiro, maior, casado, portador da CI RG n.º M-2.489.777 SSP/MG e CPF sob n.º 624.596.866-68, pelos motivos a seguir expostos:

Considerando o Relatório Conclusivo Final da Comissão que processou o Processo Administrativo de Rescisão Contratual nº 001/2017 – PARC/001/ 2017;

Considerando o Termo de Julgamento da Senhora Prefeita Municipal acerca do Processo Administrativo de Rescisão Contratual nº 001/2017 – PARC/001/2017;

Considerando que a CONTRATADA foi notificada do resultado do resultado e do Termo de Julgamento do Processo Administrativo de Rescisão Contratual nº 001/2017 – PARC/001/2017.

RESOLVE:

Art. 1°. Rescindir unilateralmente o Contrato nº 075/2014 e Termos Aditivos, oriundo da Tomada de Preços nº. 03/2014, para executar objeto do Convênio TC/PAC2-09707/20014-MEC/FNDE, qual seja a construção QUADRA ESCOLAR COBERTA COM VESTIÁRIOS, NA ESCOLA MUNICIPAL CASTANHEIRA, na cidade de Castanheira-MT, celebrado com a Empresa **ADELMO FERREIRA DOS SANTOS - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Nº 07.896.311/0001-20, com sede a Rua Av. Nossa Senhora Aparecida n.º 375 Bairro Santa Rita, Castanheira – MT, em razão do descumprimento das condições previstas no contrato administrativo em questão.

Art. 2°. As sanções a serem aplicadas em virtude da rescisão contratual, se dará mediante apuração das perdas e danos a serem feitas em momento posterior, assegurado o direito do contraditório e da ampla defesa, nos termos da legislação vigente.

Este procedimento tem como base legal os art. 78 inciso V e art. 79 inciso I, da Lei Federal no. 8.666/93, bem como a cláusula nona, inciso V, do referido Contrato Administrativo nº 075/2014, nos termos do Relatório Conclusivo Final e do Termo de Julgamento do Processo Administrativo de Rescisão Contratual nº 001/2017 – PARC/001/2017, que passam a integrar o presente Termo de Rescisão.

O Presente Termo de Rescisão será publicado na forma resumida, através de Extrato, em veículo de divulgação do Município.

Castanheira-MT, 05 de setembro de 2017.

MABEL DE FÁTIMA MILANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

LEI COMPLEMENTAR N.º 848/2017

LEI COMPLEMENTAR Nº 848/2017.

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 503/2005, de 13/12/2005 que instituiu o Código Tributário Municipal, com as alterações posteriores, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA – MT faço saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1.º O artigo 258 Lei Complementar nº 503/2005, de 13 de dezembro de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 258 O pagamento da contribuição de melhoria será feito de uma só vez, ou parcelar em nove ou quinze prestações mensais e consecutivas, cujo valor será expresso em Unidade Fiscal do Município (UFM), devendo ser quitadas com base no valor dessa Unidade vigente nas datas indicadas nos avisos de recebimento.

§ 1.º O número de prestações poderá ser reduzido de forma que o valor de cada uma delas não seja inferior a 1 (uma)UFM.

§ 2.º O pagamento feito à vista terá um desconto de 10% (dez por cento), em parcela única expressa em número de UFM.

§ 3.º O pagamento feito em nove prestações terá um desconto de 5% (cinco por cento).

§ 4.º O pagamento feito em quinze prestações não terá desconto.

Art. 2.º Esta Lei Complementar entrará em vigor no primeiro dia útil subsequente após decurso do prazo previsto no art. 150, inciso III, alíneas “b” e “c”, da CF/88.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Castanheira - MT, 28 de Novembro de 2017.

MABEL DE FATIMA MELANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

GABINETE
ATO Nº.: 176/2017.

ATO Nº.: 176/2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO ASSESSOR TÉCNICO DO SISTEMA AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE DO MUNICÍPIO.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – **NOMEAR o** Sr. **JAIR ANTONIO ELOY DA PAIXÃO OLIVEIRA, para exercer** o cargo em comissão de Assessor Técnico do Sistema Autônomo de Água e Esgoto - SAAE de Chapada dos Guimarães/MT, conforme o disposto na Lei Municipal nº.: 1.738/2017.

II – Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, 27 de novembro de 2017.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 031/2017

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 031/2017

OBJETO**: AQUISIÇÃO DE MADEIRA DA ESPÉCIE CHAMPANHE PARA SER UTILIZADA NA PROTEÇÃO DO FUNDO DAS CAÇAMBAS DOS CAMINHÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS.**

FUNDAMENTO LEGAL: art. 2º, da Lei Municipal nº 679/2017.

CONTRATADA: **INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS SÃO BERNADO LTDA – ME**

CNPJ: 12.317.757/0001-92

End: Estrada Dilma, Km 03, Industrial

Cláudia/MT

VALOR GLOBAL: R$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais).

HOMOLOGO.

Cláudia – MT, 28 de Novembro de 2017.

ALTAMIR KURTEN

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 090/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 090/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 076/2017

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Cláudia, de um lado o **MUNICÍPIO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.310.499/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Srº. **ALTAMIR KURTEN,** brasileiro, agente político, portador da Cédula de Identidade Nº 1815705 SSP/MT e inscrito no CPF: Nº 403.786. 169-00, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **TRANSPORTADORA XODÓ LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 13.722.312/ 0001-50 e Inscrição Estadual n.º 13.424.589-0, estabelecida a Avenida Perimetral Sudeste, n.º 10.475, bairro Centro, cidade de Sorriso/MT, neste ato representada pelo Srº. **Jair José Nardi**, portador do CIRG n.º 5.477.065-0 SSP/PR e CIC n.º 848.809.619-49, doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, e alterações posteriores, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços no Município de Cláudia e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 076/2017**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMERCIAIS DA ESTAÇÃO DE TRANSBORDO DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA/MT ATÉ O LOCAL DE DESTINAÇÃO FINAL - ATERRO SANITÁRIO, LOCALIZADO NO DISTRITO DE PRIMAVERA, PERTENCENTE À CIDADE DE SORRISO – MT, nos termos especificados na planilha abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	**TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMERCIAIS DA ESTAÇÃO DE TRANSBORDO DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA/MT ATÉ O LOCAL DE DESTINAÇÃO FINAL - ATERRO SANITÁRIO, LOCALIZADO NO DISTRITO DE PRIMAVERA, PERTENCENTE À CIDADE DE SORRISO – MT.**	M³	4.800	**57,00**	**273. 600,00**
TOTAL					**273. 600,00**

1.2. Os resíduos sólidos após serem coletados pelo Município de Cláudia serão destinados a Estação de Transbordo, quando a Contratada deverá realizar o transporte até a destinação final dos mesmos.

1.3 Os resíduos sólidos comerciais a serem coletados serão aqueles que se equiparem aos resíduos domiciliares, ou seja, que não contenham resíduos provenientes de produtos petroquímicos ou industriais.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (dose) meses, a partir da data de 28/11/2017 até 27/11/2018.

2.2 - A ata de registro de preços poderá ser prorrogada por interesse do Município, de acordo com os prazos permitidos nas Leis Federais nº 8.666/1993 e 10.520/2002.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Cláudia não será obrigado a contratação, exclusivamente por seu intermédio, os serviços referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 – Na contratação/aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 076/2017**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a execução dos serviços, mediante emissão de Notas Fiscais relativas aos serviços executados.

3.2 - Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação em qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

3.3 - Os pagamentos estão condicionados a apresentação da Nota Fiscal dos serviços prestados.

3.4 - As empresas regularmente inscritas no simples deverão apresentar documentos comprobatórios, para os fins de retenções de impostos.

3.5 - Cumprida todas as exigências a empresa deverá apresentar a Nota Fiscal corretamente preenchida.

3.6 - O preenchimento incorreto da Nota Fiscal supracitada ou a falta de documento implicará na prorrogação do prazo previsto para pagamento em até 10 (dez) dias úteis, sem que isto implique em correção dos valores ou multa.

3.7 - O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

CLÁUSULA QUARTA

DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DO PRAZO

4.1 Os serviços serão prestados e recebidos mensalmente, de modo provisório, pela Secretaria de Obras do Município de Cláudia – MT, mediante termo circunstanciado de recebimento, na figura de pessoa designada, que deverá atestar seu recebimento.

4.2 A empresa licitante vencedora do certame obriga-se a apresentar relatórios mensais ou quando for solicitado sobre a Prestação dos Serviços, ao qual, deverá ser encaminhado a Secretaria Municipal de Administração do Município de Cláudia – MT.

4.3 O MUNICÍPIO reserva para si o direito de recusar os serviços prestados em desacordo com a Ata de Registro de Preços, devendo estes serem refeitos às expensas da DFETENTORA DA ATA, sem que isto lhe agregue direito ao recebimento de adicionais.

4.4 Pelo não cumprimento deste item, os serviços serão tidos como não executados, aplicando-se as sanções elencadas no Edital e Lei n° 8.666/93, para o caso de inadimplemento.

4.5 As serviços serão executados de forma parcelada conforme a necessidade da Secretaria solicitante, através de Solicitação, Pedido ou Autorização.

4.6 Os serviços registrados somente serão prestados se houver eventual necessidade de contratação da Prefeitura Municipal de CLÁUDIA.

4.7 A empresa deverá recolher os resíduos sólidos armazenados na área de transbordo do Município e entregar no local de destinação final (aterro sanitário localizado no Distrito de Primavera, pertencente à Sorriso – MT) no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após o comunicado por parte da contratante de que o mesmo encontra-se lotado.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - Do Município:

5.1.1 - Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2 - Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3 - Cumprir as obrigações constantes nas Leis Federais n.º 8.666/93 e 10.520/02;

5.1.4 - Prestar aos funcionários da Contratada as informações e esclarecimentos de que disponha e que eventualmente venham a ser solicitados visando à eficiência dos serviços a serem executados, bem como, sanar dúvidas a que contribuam para a perfeita execução dos serviços;

5.1.5 - Acompanhar, conferir e fiscalizar a execução dos serviços objeto do contrato, através de fiscal especialmente designado pelo Contratante, podendo o mesmo receber assessoria de empresa especializada;

5.1.6 - Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e repactuações do Contrato;

5.1.7 - Apurar e aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

5.1.8 - Analisar e atestar os documentos apresentados pela Contratada, quando da cobrança pelos serviços prestados em até cinco (05) dias úteis. Caso haja incorreção nos documentos recebidos, os mesmos serão devolvidos à Contratada para as devidas correções. A nova contagem dos prazos para análise, ateste e pagamento recomeçará quando da reapresentação dos documentos devidamente corrigidos;

5.1.9 - Efetuar os pagamentos devidos;

5.1.10 - Avaliar pedidos de aditamento do contrato, concluindo pelo deferimento ou indeferimento;

5.1.11 - Promover o recebimento dos serviços, conforme preconiza a lei;

5.1.12 - Manter, em área própria ou de sua responsabilidade, a Estação de Transferência/Transbordo dos Resíduos Sólidos, na qual serão depositados os resíduos a serem coletados;

5.1.13 - Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.1.14 - Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - Da Detentora da Ata:

5.2.1 - Recebida a Ordem de Serviços, iniciar a sua execução dos serviços contratados de acordo com os prazos e peculiaridades definidos nesta Ata e no Procedimento Licitatório.

5.2.2 - Executar os serviços objeto deste contrato de acordo com as prescrições e critérios técnicos vigentes, em especial a legislação ambiental;

5.2.3 - Observar e cumprir as normas, recomendações, e a orientações da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas;

5.2.4 - Responsabilizarem-se por dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas Municipais, Estaduais e Federais, atuais ou não, sem qualquer direito regressivo em relação a Contratante;

5.2.5 - Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços que se verificarem defeituosos ou incorretos, resultantes da execução do contrato.

5.2.6 - Ao término dos serviços diários, deixar os locais sempre limpos e desimpedidos na medida do possível;

5.2.7 - Responder civil e criminalmente, conforme o caso concreto, por danos que vier a causar a terceiros na execução dos serviços objeto desta licitação, sejam eles de natureza materiais ou morais, independentemente de terem ocorrido por omissão, negligência, imperícia ou dolo;

5.2.8 - Manter a frente dos serviços, profissionais qualificados apresentados na fase de habilitação ou outros previamente autorizados pela Contratante e pessoal auxiliar disponíveis para sua normal e correta execução;

5.2.10 - Manter os maquinários, equipamentos e ferramentas necessários ao desempenho satisfatório dos serviços, conforme listado por ocasião da habilitação na licitação, sob pena de descumprimento de condições contratuais, com as conseqüências previstas neste contrato;

5.2.11 - Cumprir os prazos estipulados no contrato;

5.2.12 - Não promover nenhuma alteração no roteiro, ou nos serviços, equipamentos e profissionais, sem que haja expressa autorização da Administração por meio dos seus fiscais ou de pessoas com poder para decisão, conforme o caso;

5.2.13 - Aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratual corrigido.

5.2.14 - Manter todas as condições de habilitação durante toda vigência do contrato, especialmente no que diz respeito à regularidade para com a seguridade social – INSS e FGTS.

5.2.15 - Providenciar o transporte dos equipamentos, sem ônus adicional para a Administração, que necessitem sofrer manutenção preventiva e/ou corretiva, a qual não possa ser efetuada no próprio local.

5.2.16 - Disponibilizar número de telefone móvel e fixo que possibilite contato imediato entre a Contratante e o preposto da Contratada, de forma permanente, no período não abrangido pela jornada de trabalho da equipe residente, incluindo dias não úteis, para atendimento de situações de emergência.

5.2.17 - Cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho emitidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego e outros órgãos competentes.

5.2.18 - Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade, inclusive de ordem funcional, constatada durante a execução dos serviços, cujo saneamento dependa de autorização para execução ou de providências por parte do Contratante, especialmente se representar risco para o patrimônio público ou privado.

5.2.19 - Manter em perfeito funcionamento todo o ferramental, equipamentos e instrumentos disponibilizados, efetuando manutenção periódica e/ou substituindo de imediato os que sofrerem eventualmente danos.

5.2.20 - Designar preposto, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato, no local de prestação dos serviços, e instruí-lo quanto à necessidade de acatar as orientações da Contratante, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas, conforme art. 68 da Lei n.º 8.666/93.

5.2.22 - Substituir, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sempre que exigido pela Contratante e independentemente de qualquer justificativa por parte desta, qualquer profissional integrante das equipes de trabalho cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados inadequados, prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da Contratante ou ao interesse do Serviço Público e de terceiros eventualmente prejudicados.

5.2.23 - Caso a Contratada necessite substituir qualquer responsável técnico, deverá apresentar proposta de substituição de profissional para aprovação da Contratante, que será feita por escrito, fundamentada e instruída com as provas necessárias à comprovação da situação que se apresentar. Concomitantemente, deverá ser apresentada proposta para aprovação de novo profissional, que deverá ter experiência equivalente ou superior, devidamente comprovada pelo seu acervo técnico.

5.2.24 - Apresentar cronograma da organização dos itinerários, considerando a necessidade da Contratante que, após aprovar o referido cronograma, expedirá expressa e prévia autorização para sua utilização, sempre atendido as especificações e demais elementos técnicos constantes do contrato, do Projeto Básico ou da Proposta apresentada pela Contratada.

5.2.28 - No processo de transporte dos resíduos até o Aterro Sanitário de destino, os funcionários da Contratada deverão tomar todas as precauções no sentido de evitar o transbordamento de resíduos na praça de carga do veículo e nas vias públicas.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

6.1 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

6.2 - Toda aquisição/execução deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante.

6.3 - O acompanhamento e a fiscalização do serviço, objeto deste instrumento, serão exercidos por um representante da Prefeitura Municipal de Cláudia – MT.

6.4 - A fiscalização será exercida no interesse da Contratante e não exclui ou reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por conduta omissiva ou comissiva de seus agentes, nem implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos;

6.5 - Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, o Contratante reserva-se o direito de, sem que restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, podendo para isso:

a) observar o fiel adimplemento das disposições contratuais;

b) ordenar a suspensão da execução dos serviços contratados se estiver em desacordo com o pactuado, sem prejuízo das penalidades a que à Contratada está sujeita, garantido o contraditório.

6.6 - A Contratada deverá manter os seguintes procedimentos, necessários ao desempenho da fiscalização:

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1- Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) advertência;

b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a consequente rescisão contratual;

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

e) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

7.2 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.3 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.4 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuido aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IGPM/FGV.

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 - Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6 - Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 - Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo “**PROMITENTE FORNECEDORA”**, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO

10.1 – Os serviços objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DOORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de CLÁUDIA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 076/2017**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata, o edital da **PREGÃO PRESENCIAL nº 076/2017**a proposta da empresa **TRANSPORTADORA XODÓ LTDA** classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Cláudia – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

CLÁUDIA – MT, 28 de Novembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

Altamir Kurten

Prefeito Municipal

TRANSPORTADORA XODÓ LTDA

Jair José Nardi

EMPRESA/PROMITENTE FORNECEDORA

Testemunhas:

1. _____
Nome: Ademilson Custodio
CPF: 968.570.051-68
RG: 14464764 SSP/MT

2. _____

Nome: Everson Ceser Konzen
CPF: 945.010.251-15
RG: 1377774-2 SSP/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

CONTRATO Nº. 073/2017

CONTRATO Nº. 073/2017

Pelo presente Contrato, de um lado o Município de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Avenida Araguaia, nº. 676, Centro, devidamente inscrita no **CNPJ sob o nº. 00.965.145/0001-27**, neste ato representado pelo sua titular, a Prefeita Municipal, **Sr.ª. DALVA MARIA DE LIMA PERES**, Brasileira, Casada, Professora, portadora da **CI nº.** 1.982.506 e inscrita no **CPF sob o nº. 556.892.561-53**, residente e domiciliada à Avenida Araguaia, nº. , Setor Centro, nesta cidade, doravante denominada CONTRATANTE**,** a Empresa **SPANEMBERG CONSTRUTORA EIRELI-ME**, CNPJ. 28.802. 515/0001-24, representada pelo senhor **FABIANO CAMARGO SPANEMBERG,** brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1488659-6 – SSP/MT, e do CPF nº. 005.096.231-07, residente e domiciliado Av. Hermano Ribeiro da Silva, Centro, Cocalinho M.T, neste ato denominado simplesmente como **Contratado,** tem entre si justos e contratados o seguinte, o que mutuamente aceitam e outorgam, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

1.1. Constitui objeto do presente contrato – Serviços de Pintura e Adequação do Hospital Pronto Atendimento Bloco A.

CLAUSULA SEGUNDA – Da Fundamentação Legal

2.1. Este contrato se fundamenta, na da Lei Federal nº. 8666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA – Da Vigência

3.1. O presente contrato será por um período de (33) dias, com vigência do dia 28 de novembro do ano em curso e findando em 31de Dezembro de 2018, sendo que o contrato poderá ser renovando de acordo com a conveniência de ambas as partes e nos termo da legislação pertinente, com a devida correção do valor.

CLÁUSULA QUARTA – Do Valor e da Forma de Pagamento

4.1. O preço certo e total ajustando entre as partes é de R$ 12.000,00 (Doze Mil Reais), que serão pagos em três parcelas entrada de 4.000,00 (quatro mil reais), 2ª parcela no valor de 4.000,00 (quatro mil reais) que será paga com trinta dias, e a 3ª e ultima parcela 4.000,00 (quatro mil reais), que será pago no final do contrato.

CLAÚSULA QUINTA – Da Dotação Orçamentária

5.1. As despesas decorrentes com o presente contrato correrão por conta do orçamento em vigor, Lei Municipal 780, de 30 de dezembro de 2016, na seguinte dotação orçamentária:

(180) 07.001.10.301.0119.2041.33.90.39.00.00.00.

CLÁUSULA SEXTA – Da Rescisão

6.1. A rescisão do presente contrato devendo a parte que desejar rescindi-lo comunicar a outra com antecedência de 30 (trinta) dias, poderá ocorrer de forma:

a) Amigável – por acordo entre as partes, reduzidas ao termo no processo de licitação, desde que haja conveniência técnica ou administrativa para a contratante.

b) Administrativa – por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;

c) Judicial – nos termos da legislação processual;

Cocalinho – MT, 28 de novembro de 2018.

_____

CONTRATANTE: Município de Cocalinho - MT

Dalva Maria de Lima Peres

Prefeita Municipal

SPANEMBERG CONSTRUTORA EIRELI-ME

Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

PORTARIA Nº 988/2017

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR, a pedido, a servidora IVONE FERREIRA BRILHANTE, do cargo em comissão de Chefe de Divisão, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 17 de novembro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 17 de novembro de 2017.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 17 de novembro de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 989/2017

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR, a pedido, a servidora NEIDE DA SILVA, do cargo em comissão de Chefe de Divisão, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 22 de novembro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 22 de novembro de 2017.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 22 de novembro de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 991/2017

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER, Prorrogação da Licença Para Tratamento de Interesse Particular, conforme Artigo 93, Inciso VII da Lei 2.408/2010, sem remuneração, a pedido, a servidora, **REGINA MERISSI VIEIRA**, Apoio Administrativo Educacional, EMB, Nível 02, da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, durante o período de 03 de novembro de 2017 a 01 de novembro de 2020.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 03 de novembro de 2017.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 24 de novembro de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 953/2017

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - TRANSFERIR, o servidor Municipal, **MARCO AURELIO DE OLIVEIRA MENDONÇA**, do Departamento Bloco II - MAC para o Departamento Bloco II – MAC CAPS, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de novembro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01 de novembro de 2017.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de novembro de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 952/2017

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - TRANSFERIR, a servidora Municipal, **CARMELITA FERREIRA GOMES ALVES**, do Departamento Bloco II - MAC para o Departamento Bloco II – MAC CAPS, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de novembro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01 de novembro de 2017.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de novembro de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 954/2017

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - TRANSFERIR, a servidora Municipal, **MARIA APARECIDA MEDEIROS**, do Departamento Bloco II - MAC para o Departamento Bloco II – MAC CAPS, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de novembro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01 de novembro de 2017.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de novembro de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 964/2017

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - TRANSFERIR, a servidora Municipal, **LUCIANE DE SOUZA GARCIA PERES**, do Departamento Bloco II - MAC para o Departamento Bloco II – MAC UDR, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de novembro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01 de novembro de 2017.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de novembro de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 965/2017

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - TRANSFERIR, o servidor Municipal, **FABIO ANDRE MANGOLIM**, do Departamento Bloco II - MAC para o Departamento Bloco II – MAC UDR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de novembro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01 de novembro de 2017.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de novembro de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 966/2017

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - TRANSFERIR, a servidora Municipal, **IVONE FERREIRA BRILHANTE**, do Departamento Bloco I – Atenção Básica PSF para o Departamento Bloco I – Atenção Básica, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de novembro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01 de novembro de 2017.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de novembro de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 973/2017

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 890/2017, que designou a servidora **SUSANI PETINI**, Recepcionista para atuar no cargo em comissão de Chefe de Departamento, DAE – I, tendo gratificação especifica de 10% sobre o valor base, conforme Decreto nº 71/2017, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 05 de novembro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 05 de novembro de 2017.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 05 de novembro de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 974/2017

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 779/2017, que designou a servidora **ROSIMEIRE SILVA DOS SANTOS**, Agente Administrativo para atuar na Gerência de Sistemas e Programas na Saúde, tendo gratificação especifica de 10% sobre o valor base, conforme Decreto nº 71/2017, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 06 de novembro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 06 de novembro de 2017.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 06 de novembro de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PREFEITURA DE COLIDER/LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2017

A Prefeitura Municipal de Colider/MT, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público o RESULTADO do julgamento referente ao Pregão Presencial nº 050/2017, cujo objeto é a contratação de empresa para prestar serviços de organização e realização de processo seletivo simplificado para provimento de vagas do quadro de cargos da Prefeitura Municipal de Colider/MT. Sagrou-se vencedora a empresa **K L C – CONSULTORIA EM GESTÃO PÚBLICA LTDA EPP**, inscrita no CNPJ nº 11.761.650/0001-76, com valor total de R$ 23.800,00 (vinte e três mil e oitocentos reais).

Colider/MT, em 28 de Novembro de 2017

DEVANIL OLIVEIRA DA SILVA

Pregoeiro Oficial

Publique-se

PORTARIA Nº 963/2017

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - TRANSFERIR, o servidor Municipal, **JULIO CEZAR DA LUZ FERREIRA**, do Departamento Bloco II - MAC para o Departamento Bloco II – MAC UDR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de novembro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01 de novembro de 2017.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de novembro de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 971/2017

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR, a pedido, o servidor JOÃO FERNANDES DA SILVA, do cargo em comissão de Chefe de Departamento, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de novembro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01 de novembro de 2017.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 01 de novembro de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 962/2017

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - TRANSFERIR, a servidora Municipal, **ISMARA BRIGIDA CALDERELLI BONIN**, do Departamento Bloco II - MAC para o Departamento Bloco II – MAC UDR, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de novembro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01 de novembro de 2017.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de novembro de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 970/2017

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR, a pedido, a servidora NELMA SOUZA MUNIZ, do cargo em comissão de Chefe de Divisão, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de novembro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01 de novembro de 2017.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 01 de novembro de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 969/2017

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR, a pedido, o servidor LEONARDO SOARES CONRADO, do cargo em comissão de Chefe de Departamento, lotado na Secretaria Municipal de Gestão Pública, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de novembro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01 de novembro de 2017.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 01 de novembro de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 968/2017

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - TRANSFERIR, a servidora Municipal, **MARIA DO CARMO RIBEIRO ROSSETO**, do Departamento Bloco I – Atenção Básica para o Departamento Bloco I – Atenção Básica PSF, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de novembro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01 de novembro de 2017.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de novembro de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 204/2017

"Dispõe sobre a concessão do benefício de pensão por morte em favor da Sra. Judite França Morais".

A Diretora Executiva do PREVI-LIDER, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais nos termos Art. 40, § 7º, inciso I, da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional de n. º 41, de 19 de dezembro de 2003, Art. 210 da Lei Municipal nº. 2.408/2010, de 28 de dezembro de 2010, Art. 7º, inciso "I", Art. 28, inciso "I", Art. 29, inciso "I", da Lei Municipal n. º 2.361, de 08 de julho de 2010.

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de **pensão por morte** a **Sra. JUDITE FRANÇA MORAIS**, portadora do RG. de nº. 6188685 SSP/PA, CPF/MF n.º 032.941.331-70, e da Cédula Eleitoral de n.º 12466731856, Zona "023", Seção "0195", esposa do servidor Aposentado **Sr. JOSE APARECIDO DE MORAIS**,sob **Acórdão nº 897/2004,** com **proventos integrais**, conforme o processo do PREVI-LIDER n.º 0022/2014, a partir desta data, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 20 de março de 2014, data do óbito do servidor, revoga-se neste ato a portaria n.º 046/2014.

Registre, publique e cumpra-se.

Colider /MT, 27 de novembro de 2017.

Mariza Bernardes da Silva

Diretora Executiva

HOMOLOGO:

Noboru Tomiyoshi

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 961/2017

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - TRANSFERIR, o servidor Municipal, **GEIZER JADSON DE OLIVEIRA**, do Departamento Bloco II - MAC para o Departamento Bloco II – MAC UDR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de novembro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01 de novembro de 2017.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de novembro de 2017.

PORTARIA Nº 960/2017

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - TRANSFERIR, a servidora Municipal, **FRANCIELE BRISKI FRANCISCO**, do Departamento Bloco II - MAC para o Departamento Bloco II – MAC UDR, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de novembro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01 de novembro de 2017.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de novembro de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 959/2017

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - TRANSFERIR, a servidora Municipal, **CARMEN ALICE COTRIM GARCIA STROPA**, do Departamento Bloco II - MAC para o Departamento Bloco II – MAC UDR, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de novembro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01 de novembro de 2017.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de novembro de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 958/2017

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - TRANSFERIR, a servidora Municipal, **APARECIDA DE FATIMA GROSSI**, do Departamento Bloco II - MAC para o Departamento Bloco II – MAC UDR, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de novembro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01 de novembro de 2017.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de novembro de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 967/2017

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - TRANSFERIR, a servidora Municipal, **MARIA APARECIDA AIRES NEGRÃO DE OLIVEIRA**, do Departamento Bloco II – MAC para o Departamento Bloco I – Atenção Básica PSF, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de novembro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01 de novembro de 2017.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de novembro de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PREFEITURA DE COLIDER/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT, através de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO em sua forma ELETRÔNICA sob o Nº 055/2017; TIPO: Menor Preço por Item; OBJETO: Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Produtos Médicos Hospitalares para Manutenção Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico de Colider/MT; ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: 12/12/2017 às 14h00-min. (Horário de Brasília-DF); REALIZAÇÃO: Por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br; INTEGRA do EDITAL: por meio do site: www.portaldecompraspublicas.com.br e no site da Prefeitura: www.colider.mt.gov.br (Ícone: Portal Transparência).

Colider/MT, em 28 de Novembro de 2017

DEVANIL OLIVEIRA DA SILVA

Pregoeiro Oficial

Publique-se

PREFEITURA DE COLIDER/LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2017

A Prefeitura Municipal de Colider/MT, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público o RESULTADO do julgamento referente ao Pregão Eletrônico nº 049/2017, cujo objeto é a aquisição de brinquedos pedagógicos para a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer de Colider/MT, destinados ao atendimento do Programa Brasil Carinhoso. Sagraram-se vencedoras as seguintes empresas:

EMPRESA	ITENS	VLR. TOTAL (R$)
MONICA R. DE MELLO FARIA - ME	02, 03, 04, 05, 10, 16, 17, 19, 22, 29, 30, 32, 33, 36, 41, 43, 49, 51, 55, 56, 58, 59, 73, 76, 82 e 83	12. 441,28
N.T LUIZE – EPP	01, 06, 07, 08, 09, 11, 12, 13, 14, 15, 18, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 52, 53, 54, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 72, 75, 77, 78, 79, 84, 85, 86 e 87	24. 211,81
T NAVA SERVIÇOS DE ASSESSORIA EM PREGÕES ELETRÔNICOS E COMÉRCIO DE ELETRODOMÉSTICOS EIRELI-ME	57, 66, 80 e 81	794,76

Colider/MT, 28 de Novembro de 2017.

DEVANIL OLIVEIRA DA SILVA

Pregoeiro Oficial

Publique-se

PORTARIA Nº 957/2017

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - TRANSFERIR, o servidor Municipal, **CICERO APARECIDO PEDROSO**, do Departamento Bloco II - MAC para o Departamento Bloco II – MAC CAPS, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de novembro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01 de novembro de 2017.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de novembro de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 949/2017

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - TRANSFERIR, o servidor Municipal, **ALEX DE ALMEIDA DE PAULA**, do Departamento Bloco II - MAC para o Departamento Bloco II – MAC CAPS, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de novembro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01 de novembro de 2017.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de novembro de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 950/2017

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - TRANSFERIR, a servidora Municipal, **ANA KARINE FIRBIDA QUEIROZ DE MATOS**, do Departamento Bloco II - MAC para o Departamento Bloco II – MAC CAPS, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de novembro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01 de novembro de 2017.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de novembro de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 956/2017

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - TRANSFERIR, a servidora Municipal, **NOEMIA PRESTES**, do Departamento Bloco II - MAC para o Departamento Bloco II – MAC CAPS, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de novembro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01 de novembro de 2017.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de novembro de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 955/2017

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - TRANSFERIR, a servidora Municipal, **MARIA DE FATIMA DA SILVA**, do Departamento Bloco II - MAC para o Departamento Bloco II – MAC CAPS, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de novembro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01 de novembro de 2017.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de novembro de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 975/2017

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR, a pedido, a servidora DEISIANE MAXIMO DOS SANTOS, do cargo em comissão de Assessora de Gabinete, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 10 de novembro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 10 de novembro de 2017.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 10 de novembro de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 976/2017

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR, a pedido, o servidor ADILSON JOSE DE MENDONÇA, do cargo em comissão de Chefe de Divisão, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 13 de novembro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 13 de novembro de 2017.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 13 de novembro de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 977/2017

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 747/2017, que designou a servidora **DAYANE CAROLINI RODRIGUES**, Enfermeira, para atuar como Responsável Técnica do CEREST, tendo gratificação especifica de 10% sobre o valor base, conforme Decreto nº 71/2017, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 15 de novembro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 15 de novembro de 2017.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 15 de novembro de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 747/2017, que designou a servidora **DAYANE CAROLINI RODRIGUES**, Enfermeira, para atuar como Responsável Técnica do CEREST, tendo gratificação especifica de 10% sobre o valor base, conforme Decreto nº 71/2017, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 15 de novembro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 15 de novembro de 2017.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 15 de novembro de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 978/2017

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR, a pedido, a servidora REGIELLE DA SILVA ARAGÃO, do cargo em comissão de Chefe de Divisão, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 16 de novembro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 16 de novembro de 2017.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 16 de novembro de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 979/2017

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR, a pedido, a servidora VALERIA APARECIDA FASCIONI, do cargo em comissão de Chefe de Divisão, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 16 de novembro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 16 de novembro de 2017.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 16 de novembro de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 980/2017

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR, a pedido, a servidora REGIANE PONCIANO SANCHES, do cargo em comissão de Assessora Operacional de Divisão, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 16 de novembro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 16 de novembro de 2017.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 16 de novembro de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 981/2017

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR, a pedido, a servidora PATRICIA DA SILVA ANDRADE CORREA, do cargo em comissão de Monitora de Setor de Divisão, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 16 de novembro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 16 de novembro de 2017.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 16 de novembro de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 982/2017

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR, a pedido, a servidora ANA PAULA THOMAZ DE AQUINO, do cargo em comissão de Chefe de Divisão, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 16 de novembro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 16 de novembro de 2017.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 16 de novembro de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 983/2017

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR, a pedido, o servidor MARIO VINICIUS PIMENTEL MICHELETI, do cargo em comissão de Chefe de Departamento, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 16 de novembro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 16 de novembro de 2017.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 16 de novembro de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 984/2017

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR, a pedido, a servidora LETICIA BIANCHI DE OLIVEIRA, do cargo em comissão de Monitora de Setor, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 16 de novembro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 16 de novembro de 2017.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 16 de novembro de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 985/2017

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR, a pedido, a servidora FERNANDA DA CRUZ SEHNEM, do cargo em comissão de Chefe de Divisão, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 16 de novembro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 16 de novembro de 2017.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 16 de novembro de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 986/2017

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR, a pedido, a servidora ANDREIA RENATA GODOY DE OLIVEIRA, do cargo em comissão de Assessora Operacional de Divisão, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 16 de novembro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 16 de novembro de 2017.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 16 de novembro de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 951/2017

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - TRANSFERIR, o servidor Municipal, **CARDECK CARVALHO DE OLIVEIRA**, do Departamento Bloco II - MAC para o Departamento Bloco II – MAC CAPS, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de novembro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01 de novembro de 2017.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de novembro de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 987/2017

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR, a pedido, o servidor EDSON BRUNETTI DA SILVA, do cargo em comissão de Diretor de Departamento, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 17 de novembro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 17 de novembro de 2017.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 17 de novembro de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 081/2017

Processo Administrativo nº 22.001/2017

A Prefeitura Municipal de Colniza/MT faz saber aos interessados que se fará ***LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL (SRP) PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS A FIM DE ATENDER A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DA FAMÍLIA, EM REGIME DE TRABALHO DE 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS EM DIAS ÚTEIS, SENDO 08 (OITO) DIÁRIAS, A MESMA PRESTARÁ SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÉDICO AMBULATORIAL, ESPECIALIDADE DE CLÍNICO DE ACORDO COMO OS PRINCÍPIOS NORTEADORES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E AS LEGISLAÇÕES DA ATENÇÃO BÁSICA, EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA AO MUNICÍPIO E DOS ATENDIMENTOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, VISITAS DOMICILIARES QUANDO NECESSÁRIO, PREENCHIMENTO DE FICHAS E DOCUMENTOS PERTINENTES AO CARGO, PLANTÕES MÉDICOS DE SOBREAVISO NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, PARTICIPAÇÃO DA JUNTA MÉDICA MUNICIPAL OU CONFORME A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO.*** Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal nº. 160/2009, subsidiariamente, a Lei nº. 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia ***08 de dezembro de 2017, às 08h00min (oito) horas*****,** no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Colniza – MT. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no Setor de licitação, impresso, de segunda a sexta-feira, no horário de 7h00min até 13h00min ou via site *www.colniza.mt.gov.br*. É necessário que, seja informado ao Departamento de Licitação ***via e-mail: licitacao@colniza.org***a retirada do mesmo, para que possamos comunicar possíveis alterações que se fizerem necessárias. Este setor de licitação não se responsabilizará pela falta de informações relativas ao procedimento àqueles interessados que não confirmarem, pelos meios expostos, a retirada do Edital. Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone ***(066) 3571-1000/1315.***

Colniza- MT, 28 de novembro de 2017.

Mauricio R. V. de Jesus

Pregoeiro Oficial

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 098/GP/2017, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

DECRETO Nº 098/GP/2017, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

"DECRETA RECESSO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA NO PERÍODO DE 26/12/2017 A 05/01/2018", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ESVANDIR ANTONIO MENDES,Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT;

CONSIDERANDO as proximidades de final de ano onde períodos festivos se fazem presentes, em especial Natal e Final de Ano.

CONSIDERANDO os trabalhos de encerramento do exercício financeiro, fiscal e medidas de controle interno para abertura de um novo exercício;

CONSIDERANDO que o início do exercício é o momento de consolidação da execução orçamentária, bem como de implantação do exercício financeiro;

CONSIDERANDO que o recesso não irá prejudicar os serviços essenciais, haja vista, organização interna durante o período de recesso.

DECRETA:

Art. 1º. Fica **decretado** recesso nas atividades Administrativas do Município de Colniza - MT no período de 26 de Dezembro de 2017 a 05 de janeiro de 2018.

Art. 2º. Caberá aos Secretários Municipais a definição dos servidores que gozarão de imediato o recesso, os que atenderão aos serviços essenciais e, elaborando escalas de plantão e/ou escala de rodízio.

§ 1º. Durante o período de recesso os serviços essenciais deverão ser mantidos, com o número de servidores suficientes para a demanda do respectivo período, com o fito de não prejudicar a prestação e ofertas dos serviços públicos.

§ 2º. O período de recesso que trata o art. 1º, não se aplica aos servidores ocupantes de cargos de professor e servidores vinculados a Secretaria Municipal de Educação e Escolas Municipais, considerando o atendimento ao Calendário Escolar do exercício de 2017.

§ 3º. Os secretários poderão a qualquer instante convocar, no período de recesso, o servidor, sem ônus, para prestar serviço de caráter urgente e emergencial ou outro serviço de natureza inadiável.

§ 4º. O expediente interno da Prefeitura Municipal continuará a ser realizado de acordo com a necessidade de cada Secretaria ou Departamento.

Art. 3º. O disposto nos artigos 1º e 2º se aplica a todas as Repartições Públicas Municipais da Administração Direta e Indireta, excetuando-se os serviços essenciais abaixo relacionados:

I. Limpeza Pública e Coleta de Lixo;

II. Serviços de atendimento à saúde pública, inclusive os Posto de Saúde;

III. Vigilância de bens Públicos;

IV. Departamento de Fiscalização e Tributação;

V. Conselho Tutelar e;

VI. Outros Órgãos públicos com atividades já agendadas e com ações que devem ser realizadas até o final do exercício.

Art. 4º. As Secretarias de Finanças e Gabinete do Prefeito funcionarão nos dias e horários que forem necessários para o bom desempenho de suas atribuições, durante o período de recesso, sendo: Recursos Humanos, Contabilidade, Compras, Frotas, Prestação de Contas, Tesouraria, Fiscalização e Tributos, Licitação, Advocacia e Assessoria Jurídica do Município.

Art. 5º. Nos períodos citados no artigo 1º, estarão suspensos todos os prazos relativos aos atos que eventualmente devam ser praticados nos processos em trâmite no âmbito da Prefeitura Municipal, sejam eles éticos disciplinares, administrativos, convocações de concursos públicos ou quaisquer outros, até o dia 05 de janeiro de 2018.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Colniza-Mt, em 28 de novembro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

Prefeito Municipal

ANA FRANCIELY MENDES

Secretaria Municipal de Administração

Registrado e publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 28/11/2017 a 28/12/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 008/2017

AVISO DE LICITAÇÃO nº 008/2017

A Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº 017/2017 de 10/02/2017, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará Processo Licitatório nº 010/2017 na Modalidade de Tomada de Preço nº 005/2017 para aquisição de Materiais de Informática para atender a necessidade da Câmara Municipal. Informações pelos telefones: (65) 3283 1249/3283 1855 email: camaracdo@brturbo.com.br e camara@camaracomodoro.mt.gov.br.

Comodoro/MT, 28 de Novembro de 2017.Michelly Souza Esplendo Giacomolli - Presidente da CPL

Rosa Adriana Dourado - Secretária da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DE PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 128/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA/MT

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 128/2017

PROCESSO Nº 1879/2017

A Prefeitura Municipal de Confresa/MT torna público, para o conhecimento dos interessados, o resultado do processo licitatório na modalidade Pregão Presencial SRP Nº 128/2017 conforme segue:

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE **MATERIAL ORTOPÉDICO COM CONSIGNAÇÃO DE EQUIPAMENTOS** PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL DE CONFRESA - MT.

ADJUDICADO para a empresa:

MANOEL DISTRIBUIDORA DE ARTIGOS MEDICOS E ORTOPEDICOS LTDA - ME

CNPJ: 04.876.443/0001-00

No valor total de R$ 1.008.778,85 (um milhão oito mil setecentos e setenta e oito reais e oitenta e cinco centavos).

Registro de Preços válido por um período de 12 meses, visto que a empresa atendeu todos os requisitos do Edital e seus Anexos.

_____

Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira

Pregoeiro

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 478/2017 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017

Portaria 478/2017 de 24 de Novembro de 2017.

DISPÕE SOBRE REMOÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar 046/2008 Art. 045.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a REMOÇÃO a servidora publica municipal CRESONICE APARECIDA MARTINS DOS SANTOS FIGUEIREDO, efetiva no cargo de PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA, matricula 000393, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPORTE E LAZER/ESCOLA MUNICIPAL PAU BRASIL PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPORTE E LAZER VIDA E ESPERANÇA.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 24 de Novembro de 2017.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 477/2017 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017

Portaria 477/2017 de 24 de Novembro de 2017.

DESIGNA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS FIRMADOS POR INTERMÉDIO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar para exercer as funções de FISCAL DE CONTRATO celebrado pelo município por intermédio da secretaria e unidade de atendimento descrito abaixo o servidor publico municipal RODRIGO SOUSA MARTINS, matricula 012728, efetivo no cargo de PNSS - FARMACEUTICO/BIOQUIMICO - 40 HORAS, em substituição a Sra. FLAVIA SIMONE CINTRA DE MORAIS,matricula 12023.

SECRETARIA	UNIDADE DE ATENDIMENTO
SAUDE	HOSPITAL MUNICIPAL/AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICIONAL

Art. 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a portaria 393/2017 que havia nomeado a mesma para exercer as funções de FISCAL DE CONTRATO.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 24 de Novembro de 2017.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 476/2017 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017

Portaria 476/2017 de 24 de Novembro de 2017.

DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DE PORTARIA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelas Leis Orgânica.

CONSIDERANDO: oficio 1157/2017 SMS.

RESOLVE:

Art. 1º - REVOGAR a Portaria 383/2017 que havia designado a servidora FLAVIA SIMONE CINTRA DE MORAIS, efetiva no cargo de PNSS - FARMACEUTICO/BIOQUIMICO - 40 HORAS, matricula 012023, para exercer as funções de FISCAL DE CONTRATO celebrado pelo município de Confresa, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE HOSPITAL MUNICIPAL ,referente a AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICIONAL.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 24 de Novembro de 2017.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 475/2017 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017

Portaria 475/2017 de 24 de Novembro de 2017.

DESIGNA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS FIRMADOS POR INTERMÉDIO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar para exercer as funções de FISCAL DE CONTRATO celebrado pelo município por intermédio da secretaria e unidade de atendimento descrito abaixo a servidora publica municipal WESLENE BARBOSA DE SOUZA FREITAS, matricula 010310, efetiva no cargo de APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL/NUTRICAO ESCOLAR.

SECRETARIA	UNIDADE DE ATENDIMENTO
EDUCAÇÃO	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS E PADARIA

Art. 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a portaria 393/2017 que havia nomeado a mesma para exercer as funções de FISCAL DE CONTRATO.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 24 de Novembro de 2017.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 474/2017 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017

Portaria 474/2017 de 24 de Novembro de 2017.

DESIGNA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS FIRMADOS POR INTERMÉDIO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar para exercer as funções de FISCAL DE CONTRATO celebrado pelo município por intermédio da secretaria e unidade de atendimento descrito abaixo o servidor publico municipal JALIS ALVES OLIVEIRA, matricula 000331, efetivo no cargo de PROF. LIC. PL. EM LETRAS.

SECRETARIA	UNIDADE DE ATENDIMENTO
EDUCAÇÃO	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE LOCAÇÃO DE COMPUTADORES E NOTEBOOK

Art. 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a portaria 392/2017 que havia nomeado o mesmo para exercer as funções de FISCAL DE CONTRATO.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 24 de Novembro de 2017.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 473/2017 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017.

Portaria 473/2017 de 22 de Novembro de 2017.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei 208/2005 Art. 26 e,

CONSIDERANDO: o atestado medico de 31/10/2017 Dr. Luiz Carlos de Santana e C. Filho CRM 2324 TO.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA MATERNIDADE por 120 (cento e vinte) dias no período de 31/10/2017 a 27/02/2018 a servidora CLEONILDE RIBEIRO DE SOUZA, efetiva no cargo de PROFESSORA LICENCIATURA PLENA EM LETRAS, matricula 001100.

Art. 2º - Deverá o Departamento de Recursos Humanos proceder aos registros e providências inerentes a presente.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos desde 31/10/2017.

Art. 4º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 22 de Novembro de 2017.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 472/2017 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Portaria 472/2017 de 22 de Novembro de 2017.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DOS COMITÊS DE COORDENAÇÃO E EXECUTIVO DE ELABORAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA DE SANEAMENTO BASICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a servidora pública municipal comissionada no cargo de SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, a Sra. EDNA MARIA TEIXEIRA REIS GOMES, matricula 012810, para exercer as funções de membro do Comitê de Política Pública de Saneamento Básico em substituição o Sr. ITAMAR PINHEIRO DE FREITAS, matricula 011224, designado pela portaria 223/2017 de 08/05/2017.

Art. 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam - se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 22 de Novembro de 2017.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 471/2017 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

Portaria 471/2017 de 13 de Novembro de 2017.

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DA JUNTA MÉDICA DE PERÍCIA DO MUNICIPIO, E DAS OUTRAS PROVIDENCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

Considerando a necessidade de perícia médica no município conforme LEI 208/2005.

Considerando o decreto municipal 084/2017 de 20/04/2017.

RESOLVE:

Art. 1° - COMPOR a junta médica do município e NOMEAR os profissionais para realização das perícias medica dos servidores públicos municipais.

NOME	FUNÇÃO	CRM
HERNAN FERNANDES LIZARAZU	MEDICO	CRM/MT 3074
JOSE CARLOS DA SILVA	MEDICO	CRM/MT 2944
UBIRAJARA INDIO DO BRASIL FAGUNDES DE OLIVEIRA	MEDICO	CRM/MT 8085

Art. 2º - Revogam-se ás disposições em contrário.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 13 de Novembro de 2017.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

SEC. GOVERNO
CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO Nº 008/2017

DATA – 04/08/2017 – Convenentes: **MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU/MT E O CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA – CIEE,**Objeto:**"**Estabelecer Cooperação Recíproca entre as partes, visando o desenvolvimento de atividades para promoção da integração ao mercado de trabalho, de acordo com a Constituição Federal (Art. 203, Inciso III e Art. 214, Inciso IV), através da operacionalização de programas de Estágio de Estudantes**".**

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal de Cotriguaçu/MT

EXTRATO DO CONTRATO 042-2017

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT E A EMPRESA MADALENA SANTOS DE OLIVEIRA - ME CNPJ: 19.847.662/0001-20 PARA: FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PASSAGENS DE ONIBUS DO TIPO IDA E VOLTA NOS TRAJETOS DE: JUINA À CUIABA IDA, CUIABA À JUINA VOLTA." De um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.465.309/0001-67, sito à Av. 20 de dezembro, nº 725 – Bairro Centro em Cotriguaçu-MT, neste ato representada pelo Srº: JAIR KLASNER , advogado, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua B, n° 51, Bairro Progresso, na cidade de Cotriguaçu – MT, Portador de C.I. RG nº 966945 SSP/MT e do CPF/MF nº 862.690.381-20, que doravante passa a ser identificado e denominado de "CONTRATANTE", e a empresa MADALENA SANTOS DE OLIVEIRA – ME CNPJ: 19.847.662/0001-20, endereço AV. 04 de Julho nº 111- Bairro Centro – Juruena – MT , denominado "CONTRATADO", conforme cláusulas e condições seguintes: O presente contrato tem como objeto a: " COMPRA DE SERVIÇO DE PASSAGENS DE ONIBUS NOS TRAJETOS DE: JUINA À CUIABA IDA E CUIABA À JUINA VOLTA. " O presente contrato tem o valor global de R$ 198.652,90 (Cento e noventa e oito mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e noventa centavos) válido por um período 11(onze) meses, que integra o presente instrumento e que é de pleno conhecimento das partes.O presente contrato vigorará a partir 16 **de Outubro de 2017 até 31 de Agosto de 2018**.

AVISO DE EDITAL LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL - Nº 076/2017 PROCESSO 115/2017

A prefeitura Municipal de Cotriguaçu AV. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, Torna público a abertura de LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL nº 075/2017 forma de julgamento**: Menor preço por item,** com a finalidade de selecionar propostas para: **" CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO E ATENÇÃO À SAÚDE DO SERVIDOR MUNICIPAL - SENTRAS, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO ",** cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente licitação, a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **12 (DOZE) de Dezembro de 2017**, às 08h00min (oito horas), na Sala de Reuniões da Comissão Especial de Licitação. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas e pessoas físicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital completo poderá ser solicitado pelos interessados na CEL, de segunda a sexta-feira, no horário de 07:00 às 11:00 horas ou via fax – (66)3555-1224 ou 1247 ou no site da Prefeitura www.cotriguacu.mt.gov.br, (Portal da Transparência).

Cotriguaçu-MT, 28 de Novembro de 2017.

ANA VERA DREIER

PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013/2017 - PROCESSO Nº 052/2017

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013/2017

O Prefeito Municipal de Curvelândia – MT, no uso das atribuições e de acordo com o art. 43, VI, da Lei 8.666/93, e conforme consta no Processo a manifestação da Comissão de Licitação e de acordo com o Parecer do Assessor Jurídico desta Prefeitura, Resolve **HOMOLOGAR** o presente PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2017, DISPENSA DE LICITAÇÃO **Nº** 013/2017. **OBJETO**: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS TIPO BETUMINOSO USINADO E CM-30, PARA SEREM UTILIZADOS EM SERVIÇOS DE TAPA BURACOS NAS RUAS E AVENIDAS PAVIMENTADAS DO MUNICIPIO DE CURVELÂNDIA - MT. Empresa Contratada: GEOPLUS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MASSA ASFÁLTICA LTDA - EPP, CNPJ Nº 24.311.168/0001-86, totalizando o valor de R$ 18.360,00 (Dezoito Mil, Trezentos e Sessenta Reais). E **DETERMINO** que sejam adotadas as medidas cabíveis para a contratação da referida empresa. Curvelândia - MT, 28 de Novembro de 2017. **SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA -** Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL 812-17

LEI MUNICIPAL N.º 812/2017.

SÚMULA: Dispõe sobre a ampliação do limite para abertura de créditos suplementares durante a execução do Orçamento Municipal no Exercício de 2017 e altera a redação do art. 4º da Lei Municipal n.º 787, de 06 de dezembro de 2016.

A CÂMARA MUNICIPAL DE DENISE/MT, em sessão EXTRAordinária do dia 27 de novembro de 2017, aprovou e o senhor JOSÉ ANIBAL ILARIO DOS SANTOS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo cargo, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre a ampliação do limite para abertura de créditos suplementares durante execução do Orçamento Municipal do Exercício de 2017 e altera a redação do art. 4º da Lei Municipal n.º 787/2016.

Art. 2º - Fica autorizado a ampliação do limite de abertura de créditos suplementares previsto na Lei Orçamentária Municipal do presente exercício no montante de 10,00% (dez por cento) do valor da despesa autorizada, para suprir insuficiências de saldos de dotações orçamentárias.

Art. 3º - O inciso I, do art.4º da Lei Municipal n.º 787, de 06 de dezembro de 2016, passa a vigorar com seguinte redação:

***Art. 4º** - Fica o Poder Executivo autorizado a:*

*I - Abrir créditos adicionais suplementares até o limite de **20% (vinte por cento)**, no curso da execução orçamentária, com base nos recursos efetivamente disponíveis, como determinado pelo Art. 42 e 43 da Lei Federal nº. 4.320/64, de 17 de março de 1.964, e Art. 167, inciso VI da Constituição Federal do total da despesa fixada;*

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a tomar todas as providencias administrativas, financeiras, contábeis e jurídicas para o fiel cumprimento da presente Lei.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre–se e publique–se, na data supra, na forma da lei.

Paço Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de Novembro do ano de 2017.

JOSÉ ANÍBAL ILÁRIO DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 054/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO: 054/2017

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE - MT**

Contratado:**WANDERLAN BECKER RODRIGUES**

CPF: **040.740.631-07**

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE ENGENHEIRO CIVIL PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DIÁRIA DAS OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL EXECUTADAS PELO MUNICÍPIO DE DENISE/MT**.

Vigência: **09/10/2017 a 31/12/2017**

Valor:**R$ 7.269,00 (sete mil, duzentos e sessenta e nove reais)**

Data da assinatura: **09/10/2017**

Dotação Orçamentária:

06.001 - Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos

06.001.04.122.0003.2037 - Manutenção e Encargos com a Secretaria de Obras

3390.36.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física

Fonte: 0100000000

LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO 1º TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO

OBJETO DO ADITIVO: SUPRESSÃO DE PRAZO E VALOR DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 051/2017 REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2017, DE 30 (TRINTA) DIAS, COM VIGÊNCIA DE 10 DE OUTRO DE 2017E TERMO FINAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017, FUNDAMENTADO NO ART. 65 INCISO II, "D" DA LEI Nº. 8.666/93 (REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 8883/94), CUJO OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM COLETA DE LIXO DOMÉSTICO, LIMPEZA DE VIAS PÚBLICAS E PRÉDIOS PÚBLICOS, REMOÇÃO DE ENTULHOS, PINTURA DE MEIO FIO, PODA DE ÁRVORA E GRAMA, NO MUNICÍPIO DE DENISE/MT**; DE ACORDO COM TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2017 E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/20107, ORIUNDA DO REFERIDO PREGÃO PRESENCIAL HOMOLOGADO EM 1º DE SETEMBRO DE 2017, DEVIDO A NECESSIDADE DA PRESTAÇÃO CONTINUADA DE SERVIÇOS INDISPENSÁVEIS PARA A ADMINISTRAÇÃO E PARA O INTERESSE PÚBLICO, DESTINADO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE LIXO NO MUNICÍPIO DE, CONSIDERANDO QUE O PREÇO FORAM SUPRIMIDOS PROPORCIONALMENTE AOS 30 (DIAS) DE DIMINUIÇÃO NO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO, FAZ-SE NECESSÁRIO A SUPRESSÃO NO VALOR DO CONTRATO NA ORDEM DE R$ 45.999,00 (QUARENTA E CINCO MIL REAIS E QUINHENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS), DECRESCENTANDO, PORTANTO UM PERCENTUL CORRESPODENTE A 27,27% DO VALOR ORIGINÁRIO DO CONTRATO.

.

FUNDAMENTO (JUSTIFICATIVA): NECESSIDADE DA PRESTAÇÃO CONTINUADA DE SERVIÇOS INDISPENSÁVEIS PARA A ADMINISTRAÇÃO E PARA O INTERESSE PÚBLICO, DESTINADO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE LIXO NO MUNICÍPIO DE, CONSIDERANDO QUE O PREÇO FORAM SUPRIMIDOS PROPORCIONALMENTE AOS 30 (DIAS) DE DIMINUIÇÃO NO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO, FAZ-SE NECESSÁRIO A SUPRESSÃO NO VALOR DO CONTRATO NA ORDEM DE R$ 45.999,00 (QUARENTA E CINCO MIL REAIS E QUINHENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS), DECRESCENTANDO, PORTANTO UM PERCENTUL CORRESPODENTE A 27,27% DO VALOR ORIGINÁRIO DO CONTRATO, QUE PASSA A TER O SEU VALOR TOTAL EM **R$ 122.664,00 (CENTO E VINTE E DOIS MIL, SEISCENTOS E SESSENTA QUATRO REAIS)**.

PRAZO: 10/10/2017 A 31/12/2017

DATA DE ASSINATURA: 10/10/2017

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 053/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO: 053/2017

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE - MT**

Contratado:**INOVATUS SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA – ME**

CNPJ: **11.247.425/0001-16**

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER LICENÇA DE USO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO EM SAÚDE EM ÚNICA PLATAFORMA DE DADOS INTEGRADA COM A PLATAFORMA DE APLICATIVOS MÓVEIS, COMPOSTA POR AMBIENTE E EXECUÇÃO DE APLICATIVOS MÓVEIS, AMBIENTE DE DESENVOLVIMENTO, AMBIENTE DE OPERAÇÃO E GESTÃO E INFRAESTRUTURA OPERACIONAL NA MODALIDADE DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM; MANUTENÇÃO LEGAL E CORRETIVA DURANTE O PERÍODO CONTRATUAL, SUPORTE TÉCNICO REMOTO E IN LOCO, CONFIGURAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO E CUSTOMIZAÇÃO PARA ADAPTAR O SISTEMA ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE DENISE/MT, CONFORME ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA – PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2017**

Vigência: **02/10/2017 a 31/12/2017**

Valor:**R$ 16.800,00 (Dezesseis Mil e Oitocentos Reais)**

Data da assinatura: **02/10/2017**

Dotação Orçamentária:

05.001- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.001.10.301.0012.2028- MANUTENÇÃO E ENCARGOS C/ PSF

3390.39.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA

FONTE: 011400000

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 123/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PODA DE ARVORES DE PEQUENO E GRANDE PORTE PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT.

VALOR: R$ 15.020,00 (QUINZE MIL E VINTE REAIS).

PRAZO: 23/11/2017 ATÉ 31/12/2017

CONTRATADO: ELPIDIO SEVERINO-ME.

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 23 DE NOVEMBRO DE 2017.

GABINETE
DECRETO Nº 163/2017

"Regulamenta a Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras – DES- IF e da outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTINO-MT, no exercício das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Considerando a necessidade de facilitar a rotina das Instituições Financeiras em torno de uma ferramenta para declararem o movimento econômico tributável pelos Municípios – ISSQN, utilizando a padronização desenvolvida pela Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais – ABRASF e FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos,

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído e aprovado o sistema informatizado destinado a validar, assinar e transmitir os arquivos que compõem a Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras - DES-IF, documento fiscal digital, conforme o Modelo Conceitual padrão da DES-IF, instituído pela ABRASF - Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais, destinado a registrar as operações e a apuração do ISSQN, de utilização obrigatória pelas instituições financeiras e equiparadas, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, e as demais pessoas jurídicas obrigadas a utilizar o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Parágrafo Único. A Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras - DES-IF fica estabelecida conforme o Modelo Conceitual definido pela Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais – ABRASF, Versão 2.2 de Março/2012 - ficando resguardado ao fisco municipal promover as adequações que entender necessárias para atendimento das normas e preceitos da legislação do Município.

Art. 2º - As instituições financeiras e equiparadas, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e as demais pessoas jurídicas obrigadas a utilizar o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF ficam obrigadas à apresentação da DES-IF, nos termos previstos neste Decreto, que consiste em:

I - geração da DES-IF na periodicidade prevista;

II - entrega da DES-IF ao fisco na forma e prazo estabelecido;

III- guarda da DES-IF, juntamente com o protocolo de entrega em meio digital, pelo prazo estabelecido;

§ 1º Estão também sujeitas às obrigações deste artigo as pessoas jurídicas a que se refere o caput, estabelecidas no município através de agência, posto de atendimento, unidade econômica ou profissional, ainda que a escrituração ou contabilização das receitas provenientes dos serviços seja promovida em território distinto de onde os serviços são prestados.

§ 2º A geração, transmissão, validação e certificação digital da DES-IF, será feita por meio de sistemas informatizados, disponibilizados aos contribuintes para a importação de arquivos que compõem as bases de dados da Instituição Financeira e equiparadas.

§ 3º A validade jurídica da DES-IF é assegurada pela certificação e assinatura digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP Brasil, garantindo segurança, não repúdio e integridade das informações declaradas ao fisco. Art. 3º A DES-IF é um documento fiscal exclusivamente digital, constituído dos seguintes módulos:

I - Módulo 1 - Demonstrativo Contábil: deverá ser entregue anualmente ao fisco até o dia 10 do mês de julho do ano seguinte ao ano de competência dos dados declarados, contendo: a) os Balancetes Analíticos Mensais; b) o Demonstrativo de rateio de resultados internos.

II - Módulo 2 - Apuração Mensal do ISSQN: deverá ser gerado mensalmente e entregue ao fisco até o dia 10 do mês seguinte ao de competência dos dados declarados, contendo:

a) o Demonstrativo da apuração da receita tributável e do ISSQN mensal devido por Subtítulo; b) o Demonstrativo do ISSQN mensal a recolher.

c) a informação, se for o caso, de ausência de movimento, por dependência ou por instituição.

IIII - Módulo 3 - Informações Comuns ao Município: Deverá ser entregue anualmente ao fisco até o dia 10 do mês de fevereiro do ano seguinte ao ano de competência dos dados declarados ou por ocasião das alterações surgidas, contendo:

a) o Plano geral de contas comentado – PGCC;

b) a Tabela de tarifas de serviços da instituição;

c) a Tabela de identificação de serviços de remuneração variável.

IV - Módulo 4 - Demonstrativo das Partidas dos Lançamentos Contábeis: deverá ser gerado anualmente até o dia 10 do mês de julho do ano seguinte ao de competência dos dados declarados ou por solicitação do fisco, contendo as informações das partidas dos lançamentos contábeis.

§ 1º O Fisco Municipal se reserva ao direito de solicitar estes e outros dados e informações, com prazos diversos dos previstos, sempre que entender ser necessário para verificação de conformidade na homologação do ISSQN.

§ 2º Os contribuintes que não cumprirem as obrigações previstas nesse artigo, bem como se as fizerem fora dos prazos estabelecidos, ficarão sujeitos às penalidades previstas na legislação tributária municipal.

§ 3º A obrigação que trata o item II deste artigo terá inicio no mês de fevereiro de 2018, referente à competência do mês de janeiro de 2018.

Art. 3º - O ISSQN devido em cada competência deverá ser recolhido dentro dos prazos estabelecidos, independentemente da entrega da DES-IF, conforme previsto contido no Código Tributário Municipal.

Art. 4º - Os sujeitos passivos previstos neste Decreto ficam obrigados a entregar declaração retificadora de informações escrituradas em declaração já transmitida no caso de erro ou omissões e sempre que substituída declarações encaminhadas ao Banco Central, cujos dados tenham sido objeto de encaminhamento anterior ao Fisco, devendo o declarante gerar e enviar, em substituição a anterior, uma nova declaração até o último dia do mês seguinte ao mês previsto para transmissão da declaração original. Parágrafo único. A retificação de dados ou informações constantes da DES-IF feita fora do prazo previsto não ilide o declarante da aplicação da penalidade prevista na legislação, sendo vedada a retificação se iniciado qualquer procedimento de auditoria fiscal relacionada à verificação ou apuração do imposto devido.

Art. 5º - As pessoas jurídicas a que se refere este decreto, obrigadas à apresentação da declaração de que trata o presente Decreto, ficam, a partir de sua entrada em vigor, dispensadas da elaboração, preenchimento e entrega de qualquer outro documento com fins de declarar informações inerentes a serviços prestados, manual ou eletrônico, exceto outros exigidos mediante intimação fiscal.

Art. 6º - Ficam determinados os procedimentos obrigatórios elencados deste Decreto, segundo o Modelo Conceitual definido pela Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais – ABRASF, Versão 4. 1.9 de 05.10.2017.

Art. 7º - As instituições Financeiras obrigadas à declaração da DES-IF, devem obedecer tais configurações, sob pena de ser considerado não enviado o arquivo, bem como manter a guarda da mesma juntamente com o protocolo de entrega em meio digital, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sob pena de aplicação das multas dispostas na legislação.

Art. 8º - A Secretaria Municipal de Finanças poderá emitir normas complementares a este Decreto.

Art. 9º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Diamantino-MT, 23 de novembro de 2017.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 165/2017

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SERVIDOR EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino-Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.67,VI da Lei Orgânica do Município e,

DECRETA:

Art. 1º - Fica **EXONERADO** por força da vacância do cargo imposta pela aposentadoria, na forma do art. 30, inciso VII, do Estatuto do Servidor Público Municipal, o servidor efetivo: **FERNANDO JANUÁRIO DE SOUZA**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 5325556 SSP-SP, inscrito no CPF sob o nº 594.186.568-68, nomeado para o Cargo de Técnico de Nível Superior, na função de Biomédico pelo Decreto Municipal nº 026/94 de 14/03/1994 e com posse em 04 de Abril de 1994, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Diamantino/MT, 23 de Novembro de 2017.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA- RH
RESOLUÇÃO N° 020 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017

RESOLUÇÃO N° 020 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIAMANTINO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal n. 126/94 e alterado pelas leis 141/94, de 14 de março de 1994 e 619/06 de Agosto/2006;

Considerando o artigo 1° da Lei Federal n° 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e artigos 14, 15 da Lei Complementar Estadual n° 22, de 09 de novembro de 1992 e artigo 180 da Lei Orgânica Municipal, de 05 de novembro de 1990;

Considerando o Regimento Interno deste Conselho Municipal de Saúde; e

Considerando a 9ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, realizada no dia 31/10/2017;

Resolve:

Art. 1° - Aprovar e nomear a senhora ROSINETE SOARES SILVA como Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino, a partir da data de 01/11/2017.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Diamantino-MT, 06 de Novembro de 2017.

Jacildo de Siqueira Pinho

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino MT.

Homologo a Resolução nº 020 de 06 de Novembro de 2017 do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino.

Cleide Maria Anzil

Secretária Municipal de Saúde de Diamantino MT

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 162/2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL EXECUÇÃO DE OBRA PARA APLICAÇÃO DE LAMA ASFALTICA GROSSA COM EMULSÃO RL 1C, NA RECUPERAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS ASFALTADAS DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT

PRAZO: 180 DIAS

CONTRATADO: BRAULIO ALVARENGA NAYA-ME

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 20 DE OUTUBRO DE 2017.

LICITAÇÃO
EXTRATO DE PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO 116/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO E AUXÍLIO NA ELABORAÇÃO DO ESTATUTO DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO.

PRAZO: 24/11/2017 ATÉ 24/01/2018

CONTRATADO: JACOBSEN & PRATES SOARES LTDA-ME

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 24 DE NOVEMBRO DE 2017.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO Nº 237 /2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA NO BAIRRO JARDIM ALVORADA, NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT

VALOR: R$ 47.931,29 (QUARENTA E SETE MIL, NOVECENTOS E TRINTA E UM REAIS E VINTE E NOVE CENTAVOS).

CONTRATADO: LIMA MURÇA E MURÇA LTDA ME

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 24 DE OUTUBRO DE 2017.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 237 /2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA NO BAIRRO JARDIM ALVORADA, NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT

PRAZO: PRORROGADO PRAZO DE VIGÊNCIA POR MAIS 120 (CENTO E VINTE) DIAS

CONTRATADO: LIMA MURÇA E MURÇA LTDA ME

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 25 DE OUTUBRO DE 2017.

SETOR RH
PORTARIA/DRH Nº 166/2017

Dispõe sobre Licença Prêmio da Funcionária Pública Municipal, Senhora **VANESSA CALIFANI MERINO** e dá outras providências.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA, Secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais.

CONSIDERANDO o preceituado no art. 73 da Lei 006/90;

CONSIDERANDO que a servidora faz jus ao gozo da licença por assiduidade adquirida no período **19 de Março de 2012 a 18 de Março de 2017;**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder Licença Prêmio a Senhora **VANESSA CALIFANI MERINO,** matrícula funcional 1429-1**,** ocupante do Cargo/Função de Técnico Nível Superior/Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, a serem usufruídas no período de 04 de Dezembro de 2017 a 03 de Fevereiro de 2018

ART. 2º - Apresente Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.

ART. 3º - Revogam – se as disposições em contrário.

Publica-se. Registra-se. Cumpra-se.

Diamantino/MT, 14 de Novembro de 2017.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA

Secretário Municipal de Administração

SETOR RH
PORTARIA Nº 173/2017

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, considerando a Legislação Municipal;

CONCEDE RETORNO DE AFASTAMENTO SEM VENCIMENTO PARA TRATO DE INTERESSE PARTICULAR AO SENHOR OSVALDINO GOMES.

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder, o retorno de Afastamento sem vencimento para trato de interesse particular ao Servidor **OSVALDINO GOMES,** matricula 241-1, CPF sob nº 535.297.821-49 e RG nº 679 881 SSP/MT, no cargo/função de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária.

ART. 2º - Apresente Portaria entrará em vigor com efeito retroativo a 24 de Novembro de 2017.

Diamantino/MT, 27 de Novembro de 2017.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal de Diamantino

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2017, COM REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO - MT, C.N.P.J. nº 03. 648.540/0001-74, com sede na Av. Joaquim Pereira Ferreira Mendes, 2341 - Jardim Eldorado, Diamantino - MT, CEP: 78400-000 Fone: (065) 3336-6400/6423, TORNA PÚBLICO, o resultado de procedimento licitatório, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL com REGISTRO DE PREÇOS, do tipo “Menor Preço por item”, tendo como objetivo : REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVNTUAL AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL E AR COMPRIMIDO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E VIGILANCIA SANITARIA DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT, que se deu no dia 16/11/2017, onde sagrou-se vencedora dos itens nº 33289, 33288, 33287 e 33286 a empresa AJ ALVES COMERCIO DE OXIGÊNIO LTDA-EPP, perfazendo o valor total de R$ 67. 100,00 (sessenta e sete mil e cem reais), sobre os itens. A ata encontra-se disponível no setor de licitação.

Diamantino – MT, 28 de Novembro de 2017.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Pregoeiro

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0772017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2017/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES PARA ATENDER O CENTRO DE REABILITAÇÃO NILDES ALVES 1 E AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO: **HOSPI BIO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS HOSPITALARES EIRELI - EPP**

CNPJ nº: 11.192.559/0001-87.

Valor total da ata: **R$ 48.700,00** (quarenta e oito mil e setecentos reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Diamantino – MT, 28 de Novembro de 2017.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 076/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2017/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES PARA ATENDER O CENTRO DE REABILITAÇÃO NILDES ALVES 1 E AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO: **BIOMEDIC COMÉRCIO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA - EPP**

CNPJ nº: 37.457.918/0001-74.

Valor total da ata: **R$ 208.583,38** (duzentos e oito mil quinhentos e oitenta e três reais e trinta e oito centavos).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Diamantino – MT, 28 de Novembro de 2017.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2017/ SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES PARA ATENDER O CENTRO DE REABILITAÇÃO NILDES ALVES 1 E AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pelo Pregoeiro e Equipe Apoio, HOMOLOGO o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

O certame tem como vencedores as empresas:

HOSPI BIO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS HOSPITALARES EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ nº: 11.192.559/0001-87, que sagrou-se vencedora dos Itens nº 46171, 45880, 46167, 45875, 45876, 27549 e 36654 com o valor total de R$ 48.700,00 (quarenta e oito mil e setecentos reais).

BIOMEDIC COMÉRCIO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA - EPP, inscrita no CNPJ nº: 37.457.918/0001-74, que sagrou-se vencedora dos Itens nº 46172, 45877, 45908, 45910, 45911, 3411, 3605, 45872, 45869, 45870, 45873, 45861, 45860, 45859, 45863, 45862, 45917, 45919, 45933, 45857, 36646, 27507, 36660, 36653, 36652, 36651, 45963, 45967, 45968, 45970, 45976, 45979, 45980 e 45934 com o valor total de **R$ 208.583,38** (duzentos e oito mil quinhentos e oitenta e três reais e trinta e oito centavos).

Diamantino – MT, 28 de novembro de 2017.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2017/SRP

A Prefeitura Municipal de DIAMANTINO /MT torna público que ás 08:00 horas do dia de 13 Dezembro de 2017, estará abrindo o pregão presencial, para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISI-**

ÇÃO DE ADUELAS E ALAS DE CONCRETO PARA ATENDER A DEMANDA E NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PUBLICOS DE DIAMANTINO-MT. O Edital poderá ser obtido junto à Comissão Permanente de Licitação do Poder Executivo de Diamantino, durante o horário de expediente e também estará disponível no site www.diamantino.mt.gov.br Maiores informações poderão ser solicitadas em horário de expediente através do telefone (65) 3336-6400/ 6423.

Diamantino /MT, 29 de Novembro de 2017.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO 019/2017

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO 019/2017, TEM POR OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS, PROTETORES, CÂMARAS DE AR, TODOS DE 1ª LINHA E CERTIFICADO INMETRO, FABRICAÇÃO NACIONAL, E SERVIÇOS DE ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO DE 1ª QUALIDADE, PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE DOM AQUINO - MT. CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES, CONSTANTE NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

O MUNICÍPIO DE DOM AQUINO-MT, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista que o Processo Licitatório na modalidade de PREGÃO transcorreu em todas as fases sem nenhum questionamento por parte dos licitantes e que foram obedecidos os ditames da Legislação em vigor, conforme as Leis Federais 10.520/2002 e 8.666/93 e as suas alterações.

R E S O L V E : HOMOLOGAR as Empresas: **PNEUAR COMERCIO DE PENEUS LTDA-EPP**, portadora do CNPJ: 03.532.991/0001-41 , no valor global de R$ 332.498,68 (trezentos e trinta e dois mil , quatrocentos e noventa e oito reais e sessenta e oito centavos), e **PNEUS VIA NOBRE LTDA**, portadora do CNPJ:01.976.860/0048-91, no valor global de R$ 329. 235,00 (trezentos e vinte nove mil, duzentos e trinta e cinco reais) destinado a atender a demanda das Secretarias Municipais, conforme condições e especificações constantes no edital do Pregão 019/2017 e seus anexos.

Determina ainda ao departamento de Contabilidade a emissão do respectivo empenho em favor da Empresa vencedora.

Dom Aquino-MT, 27 de Novembro de 2017.

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO 030/2017

EXTRATO DE CONTRATO 030/2017

EMPRESA COTRATADA:**VELTON ENGENHARIA CONSULTORIA E PROJETOS EIRELI-ME**, NOME FANTASIA: **VELTON ENGENHARIA CONSULTORIA E PROJETOS** inscrita no **CNPJ sob o nº 25.064.889/ 0001-00**

DO OBJETO: Constitui objeto deste instrumento a contratação de empresa especializada para **elaboração de mapas com coordenadas das ruas levantadas e niveladas as partes de Eixo e bordas. Sondagem subleito, 1,5 profundidade, anotação de responsabilidades técnica ART, assinada pelo engenheiro responsável.**

VALORO valor global é R$ 11.025,00 (onze mil e vinte cinco reais) distribuídos conforme segue.

VIGÊNCIA:O presente contrato terá vigência de 30 (trinta) dias e terá início na data de sua assinatura e, sendo esse o prazo de execução dos serviços.

DATA DO TERMO : 09/10/2017

DOM AQUINO - MT 10 de outubro de 2017.

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
ERRATA

DECRETO 091/2017

ONDE SE LÊ:

"DISPÕEM SOB O RECESSO DAS ATIVIDADES DE TRABALHO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE DOM AQUINO, MATO GROSSO".

LEIA -SE:

"DISPÕEM SOBRE O RECESSO DAS ATIVIDADES DE TRABALHO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE DOM AQUINO, MATO GROSSO".

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

ALDIRENE SANTANA DO MONTE STEVANATO

Chefe de Gabinete

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS
AVISO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 015/2017

Eu **ALINE RAYANE SOUZA** solteira, brasileira, inscrita no CPF nº 064. 738.471-03 e RG 28030990 SSP/MT. Aprovado no Teste Seletivo 001/ 2017 na função de Agente de Serviços Gerais I, com admissão em 19 de Junho de 2017 sob matricula nº 2074, venho através deste solicitar dispensa de minha função conforme clausula 9º § 1ºdo contrato de trabalho nº011/2017, para o dia 27 de Novembro de 2017.

Feliz Natal – MT 28 de Outubro de 2017.

ALINE RAYANE SOUZA

Contratado

LEI MUNICIPAL Nº 585/2017

LEI MUNICIPAL Nº 585/2017

DATA: 28 DE NOVEMBRO DE 2017

SÚMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R$ 400.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

O SENHOR **RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei **faz saber** que a **Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei**:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município, na seguinte classificação orçamentária:

08. Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

001. Gabinete do Secretário

20. Agricultura

608. Promoção da Produção Agropecuária

0025. Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Agrícola

1.157. Aquisição de Patrulha Mecanizada

4.4.90.52.00.00. Equip. e Material Permanente R$ 400.000,00

01.24.054000 -Transferências Convênios – Outros. R$ 390.000,00

05.00.000000 - Contrapartida – Conv. Federais. R$ 10.000,00

Art. 2º.Para dar cobertura ao crédito adicional especial autorizado no artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes do excesso de arrecadação proporcionado pelo Convênio a ser firmado com o Governo Federal através do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no valor de R$ 400.000,00 na forma do art. 43, § 1º, da Lei Federal nº. 4320/64, garantida a contrapartida com recursos próprios mediante anulação da seguinte dotação orçamentária:

08. Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

001. Gabinete do Secretário

20. Agricultura

601. Promoção da Produção Vegetal

0025. Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Agrícola

1.093. Capacitação para Fortalecimento da Agricultura Familiar

3.3.90.36.00.00. Outros Serviços de Terceiros PF..R$ 10.000,00

Art. 3º.As alterações constantes do art.1º deste Decreto passam a integrar a Lei Municipal nº446 de 25 de novembro de 2013, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2014 a 2017 e a Lei Municipal nº 553, de 13 de julho de 2016, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2017 – LDO.

Art. 4º.Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, CENTRO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E OITO DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2017.

RAFAEL PAVEI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO - Nº 020/2017

A Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte/MT, através de sua Pregoeiro Oficial, torna público o **PROCEDIMENTO DE DISPENSA** para locação da sede do Banco do Brasil S.A do município de Gaúcha do Norte**,** conforme especificações do edital**,** na **modalidade de Dispensa que foi iniciado no dia 13/**11/2017. Este procedimento será regido pela Lei Federal nº. 8. 666/93 art. 24, suas alterações e demais disposições aplicáveis.

Gaúcha do Norte, 13 de novembro de 2017.

NEILLA F. DE SOUZA

PRESIDENTE DA COMISSÃO

PERMANENTE DE LICITAÇÃO

COMUNICADO

A Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte - MT portadora do CNPJ:01. 614.539/0001-01, situada na Rua Pará esquina com a Rua Brasília,nº 229, Centro, município de Gaúcha do Norte/MT, torna público que requereu a SECRETARIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE - SEMA/MT,renovação da Licença DE Instalação (LI), processo n° 201605/2008, para PARQUE URBANO GAÚCHA DO NORTE - REVITALIZAÇÃO DO LAGO.

DECRETO Nº. 751/2017 - PAAI

"Dispõe sobre o Plano Anual de Auditoria Interna –PAAI -2018,conforme previsto na Resolução Normativa nº.33/2012 e 26/ 2014 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, e dá outras providências ."

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

Considerando o disposto nos artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal, artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000, artigos 75 a 80 da Lei nº 4. 320/1964, artigos 7º a 10 da Lei Complementar nº 269/2007 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso) e artigo; RN 33/2012 e anexo III, item 1.10.3 da RN nº. 26/2014, ambas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso;

Considerando a importância dos controles internos para a boa gestão dos recursos públicos e o exercício da missão institucional do controle externo; Considerando o PDI – Programa de Desenvolvimento Institucional, idealizado pelo Egrégio Tribunal de Contas Do Estado do Mato Grosso como forma de estimular a eficiência na gestão dos recursos públicos;

Considerando o objetivo da administração pública em cumprir os princípios norteadores da administração pública, assim como contribuir para a melhoria do desempenho da administração municipal.

DECRETA

Artigo 1º. Fica aprovado e estabelecido Plano Anual de Auditoria Interna– (PAAI), para o exercício financeiro de 2018 (dois mil e dezoito), destinado a acompanhar e avaliar a eficiência, eficácia e legalidade dos procedimentos de gestão e controle interno adotados pelas unidades responsáveis e executoras dos sistemas administrativos.

Artigo 2º. A unidade de Controle Interno do município adotará as medidas necessárias e pertinentes para a execução dos trabalhos previstos no (PAAI) Plano Anual De Auditoria Interna.

Parágrafo Único. Poderão ser realizadas auditorias especiais, não compreendidas no Plano Anual de Auditoria Interna e destinadas ao exame de fatos ou situações consideradas relevantes, de natureza incomum, extraordinária, ou para atender as prerrogativas legais da Unidade de Controle interno, e/ou ainda as determinação do Prefeito Municipal, ou do Egrégio Tribunal de Contas.

Artigo 3º. A Unidade de Controle interno Municipal será responsável pela execução dos trabalhos a serem realizados no Plano Anual de Auditoria Interna.

Artigo 4º - Este Decreto entrará na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gaúcha do Norte, 23 de Novembro de 2017.

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 750/2017 - PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA LOTEAMENTO

"Dispõe sobre a prorrogação de prazo para finalização da infraestrutura básica – pavimentação asfáltica, rede de energia e distribuição de água do Loteamento Jardim Europa, e dá outras providências."

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

Considerando o pedido realizado pela empresa Sibraspar Empreendimentos Imobiliários Ltda no que se reporta a prorrogação de prazo para fins de asfaltamento e instalação elétrica no Loteamento Jardim Europa

DECRETA

Art. 1º. Fica prorrogado prazo até 30 (trinta) de novembro de 2018 (dois mil e dezoito) para execução da pavimentação asfáltica, instalação de rede de energia elétrica e abastecimento de água, nos termos da Lei Municipal 057/99 e Lei Municipal nº. 682/2015.

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Gaúcha do Norte, 23 de Novembro de 2017.

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 080/2015, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE – MT E POLIANE ROCHA SOARES.

Pelo presente aditivo contratual, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 de 21/06/93 e alterações posteriores, o **MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua Pará esquina com a Rua Brasília nº 229, Centro, Gaúcha do Norte - MT, devidamente inscrita no CNPJ/MF, sob o nº. 01.614.539/0001-01, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **VONEY RODRIGUES GOULART**, brasileiro, solteiro, pecuarista, residente e domiciliado na cidade de Gaúcha do Norte, inscrito no CPF nº. 402.603.301-59, doravante denominada de **LOCATÁRIA,** e a Sr. **POLIANE ROCHA SOARES**, brasileira, solteira, portadora da cédula de Identidade RG nº. 2273785-5 SSP/MT e inscrito no CPF. sob o nº 039.216.801-40 residente e domiciliado à Rua Mato grosso s/nº, Cidade Gaúcha do norte, Estado de Mato Grosso, doravante denominado de **LOCADOR**, conforme cláusulas e condições a seguir, RESOLVEM firmar o presente **SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO nº 080/2015**, de locação de Imóvel **situado na Rua mato grosso s/nº, Bairro Centro na cidade de Gaúcha do Norte-MT, com área construída de 45,00 m², para fins de funcionamento do Departamento indígena de Gaúcha do norte-MT)**, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, conforme clausulas e condições abaixo descritas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1– O presente aditivo tem por objeto a **prorrogação da vigência do contrato** pelo prazo de mais 12 (doze) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1 – O valor mensal atualizado do aluguel, conforme as correção do Primeiro Termo Aditivo, é de **R$ 608,68 (Seiscentos e oito reais e sessenta e oito centavos)**, perfazendo um total anual de **R$ 7.304,16 (Sete mil trezentos e quatro reais e dezesseis centavos).**

Parágrafo Único: O recurso orçamentário destinado à execução do presente termo aditivo correrá à conta da dotação orçamentária constante do orçamento municipal para o ano de 20167 e exercício seguinte, conforme segue: locação de imovel - pessoa fisica – desenvolvimento: órgão:08/unidade:004/proj ativ: 2183/elemento:3.3.90.36/ cod reduzido: 268 CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1 - O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 65, § 8º e Art. 57, § 1° inciso II da Lei nº. 8.666/93 e conforme disposto nas clausulas 6ª do contrato originário.

3.2 – A Administração se sentiu na obrigação de promover a renovação do Contrato em epígrafe por razões econômicas e financeiras, visto que com o advento da prorrogação a vantagem será da Administração Pública, uma vez que as instalações oferecidas pelo LOCATÁRIO são de qualidade e têm atendido a contento as necessidades da LOCADORA e ainda o reajuste se justifica com base em clausula contratual.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO

4.1 – O prazo de locação e vigência do contrato original fica estendido até 14/10/2018, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 – As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

5.2 - Fica eleito o Foro da Comarca de Paranatinga, para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº. 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Gaúcha do Norte, 10 de Outubro de 2017.

_____ Município de Gaúcha do Norte-MT **VONEY RODRIGUES GOULART** Prefeito Municipal **LOCATÁRIO** CONTRATANTE	**POLIANE ROCHA SOARES** RG nº. 2273785-5 SSP/MT CPF nº 039.216.801-40 **LOCADOR** CONTRATADA
_____ **FISCAL DO CONTRATO** **William Henrique de Almeida Cardoso** **SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO**	
TESTEMUNHAS: **01 – Nome:_____** **CPF_____** **Assinatura:_____** **02 – Nome:_____** **CPF_____** **Assinatura:_____**	

CONTRATO Nº. 177/2017.

CONTRATO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE-MT E *RAFAEL LUIZ FAVORETO ALMEIDA*, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

DAS PARTES

LOCATÁRIO:Pelo presente instrumento contratual, o **MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua Pará esquina com a Rua Brasília nº 229, Centro, Gaúcha do Norte - MT, devidamente inscrita no CNPJ./MF, sob o nº. 01.614.539/0001-01, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **VONEY RODRIGUES GOULART**, brasileiro, solteiro, pecuarista, residente e domiciliado na cidade de Gaúcha do Norte, inscrito no CPF nº. 402.603.301-59, que doravante denominado, simplesmente de **LOCATÁRIO**.

LOCADOR: RAFAEL LUIZ FAVORETO ALMEIDA, brasileiro (a), solteiro (a), portador (a) da cédula de Identidade RG nº. 7537300-7 SESP/PN e inscrito no C.P.F. sob o nº 035.954.259-01 residente e domiciliado na cidade de Goioerê, Estado do Paraná doravante denominado, **LOCADOR**.

As partes acima identificadas têm, entre si, justas e acertadas o presente Contrato de Locação por tempo determinado, que se regera pelas cláusulas seguintes e pelas condições de preço, forma e termo de pagamento descritas no presente contrato e mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas **e nos termos da dispensa de licitação n˚ 020/2017.**

DO OBJETO DO CONTRATO

CLÁUSULA 1º - O presente contrato tem como objeto **a locação de um imóvel situado** na Avenida Brasil nº1234, bairro centro, cidade de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso**, com área construída de 546,13 m², para fins de funcionamento da sede do Banco do Brasil conforme anexo**.

CLÁUSULA 2º- O imóvel objeto deste contrato será entregue com instalações elétricas e hidráulicas em perfeito funcionamento, com paredes pintadas, sendo que portas, portões e acessórios em pleno funcionamento, ficando ainda acordada entre as partes que o LOCADOR devera entregar imediatamente ao LOCATÁRIO com uma rampa de acessibilidade, devendo assim o **LOCATÁRIO** manter de forma conservada.

DAS BENFEITORIAS E CONSTRUÇÕES

CLÁUSULA 3º - Benfeitoria ou construções destinadas ao imóvel objeto deste deverão ser submetidas à autorização expressa da LOCADORA, já as benfeitorias necessárias e pinturas, poderão ser feitas sem autorização da LOCADORA.

CLÁUSULA 4º - Vindo a ser feita benfeitoria, faculta a LOCADORA aceitá-la ou não, restando ao LOCATÁRIO, em caso da LOCADORA não aceitá-la, modificar o imóvel para que fique da maneira como lhe foi entregue.

CLÁUSULA 5º - As benfeitorias, consertos ou reparos farão parte integrante do imóvel, não assistindo ao LOCATÁRIO o direito de retenção ou indenização sobre a mesma.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA 6º - O presente instrumento terá duração de **12 meses** a partir da data da assinatura do presente contrato**,** podendo ser prorrogado por igual período caso houver interesse entre as partes, nos termos do Artigo 57 e acrescido ou reduzido de acordo com o Artigo 65, ambos da Lei nº. 8. 666/93.

CLÁUSULA 7º – Poderá o LOCATÁRIO efetuar o término do contrato antes do prazo estabelecido, devendo efetuar a notificação ao LOCADOR no **prazo de 10 (dez)** dias anterior à restituição.

VALOR DO ALUGUEL, DESPESAS E TRIBUTOS.

CLÁUSULA 8º - Como aluguel mensal, o LOCATÁRIO se obrigará a pagar o valor de R$ 95.231,04 (noventa e cinco mil e duzentos e trinta e um reais e quatro centavos), pagos em 12 (doze) parcelas mensais iguais e consecutivas no valor de **R$ 7.935,92 (sete mil e novecentos e trinta e cinco reais e noventa e dois centavos). Não havendo qualquer que seja de reajuste durante o período de vigência do contrato,** devendo ser efetuado via deposito em conta corrente em nome da LOCADORA.

CLÁUSULA 9º - Os valores acordado serão fixos e imutáveis durante a vigência do contrato.

CLÁUSULA 10º - Os pagamentos dos encargos tributários que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel ficará por conta da Agência do Banco do Brasil S.A.

CLÁUSULA 11º – Os pagamentos do consumo de água e luz do imóvel, referente ao período por ela utilizado ficará por conta da Agência do Banco do Brasil S.A.

DA RESTITUIÇÃO DO IMÓVEL

CLÁUSULA 12º - Fica também acordada, que o imóvel será devolvido em boas condições, no ato da entrega das chaves, com todas as despesas pagas, despesas essa que ficará por conta da Agência do Banco do Brasil S.A.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA 13º – Aplica-se a Lei nº. 8.666/93 e o Código Civil Brasileiro ao presente Contrato e em especial aos seus casos omissos.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA 14º - As despesas decorrentes da contratação, objeto deste contrato, correrão à conta dos do orçamento de 2017, na seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 03

Unidade: 001

Projeto Atividade: 2006

Elemento de despesa: 3.3.90.36

Código Reduzido: 53

CONDIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 15º - O LOCATÁRIO não poderá, sem expressa autorização da LOCADORA, em nenhuma hipótese, sublocar o imóvel a terceiros.

CLÁUSULA 16º - Exercerá o LOCATÁRIO o direito de preferência na aquisição do imóvel caso haja interesse da LOCADORA em efetuar a alienação de tais bens.

CLÁUSULA 17º - Caso seja constatado alguma dívida da LOCADORA para com o LOCATÁRIO, este poderá abater dos alugueis a serem pagos.

CLÁUSULA 18° – Sra. DANIELA ABRILI VERISSIMO**,** portaria n° 031/2017 de 02 de janeiro de 2017, responsável pela secretaria municipal de Administração, neste ato denominado fiscal ou gestor do Contrato devidamente credenciado pela autoridade competente, ao que competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução (art. 67 Lei nº 8666/93), independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pela ***CONTRATANTE*** a seu exclusivo juízo.

CLÁUSULA 19° – Aplica-se a Lei nº 8.666, de 21/06/1993 com suas alterações posteriores e o Código Civil Brasileiro ao presente Contrato e em especial aos seus casos omissos.

CLÁUSULA 20° – Fica eleito o Foro da Comarca de Paranatinga – MT, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as dúvidas oriundas deste Contrato.

Por estarem justos e contratados, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias de igual teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Gaúcha do Norte-MT, 14 de novembro de 2017.

Municípiode Gaúcha do Norte RAFAEL LUIZ FAVORETO ALMEIDA

Voney Rodrigues Goulart CPF nº 035.954.259-01

Prefeito Municipal LOCADOR

LOCATÁRIO

DANIELA ABRILI VERISSIMO

FISCAL DO CONTRATO

SECRETARIADE ADMINISTRAÇÃO

TESTEMUNHAS: **1)**

_____ **CPF:**

_____

2)_____ **CPF:**

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

LEI N° 898/2017

LEI N.º 898/2017 De, 28 de novembro de 2017.

DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DE LOGRADOURO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCELO DE AQUINO, Prefeito de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica denominada de **Vereador JOSÉ ALVES RODRIGUES** a avenida dupla com início na rotatória localizada na BR-070 que fica ao lado do Pórtico de Entrada Joana Ferreira Daltro até ao acesso à Avenida Delson Rodrigues.

Art. 2º) Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de General Carneiro/MT, 28 de novembro de 2017.

MARCELO DE AQUINO

PREFEITO MUNICIPAL

ADESÃO ATA REGISTRO DE PREÇOS

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

ADESÃO n. 02/2017 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 33/2017 VINCULADA AO PREGÃO PRESENCIAL N. 12/2017- PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAPOLIS/MT.

Com base nas informações constantes do Processo em referência, através do Pregão Presencial nº. 12/2017, realizado pelo Município de Campinápolis/MT, e com base no Parecer emitido pela Assessoria Jurídica, bem como em cumprimento aos termos do art. 43, VI, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, **HOMOLOGO** a adesão a Ata de Registro de Preços n. 33/2017, vinculada ao Pregão Presencial nº. 12/2017, para **ALUGUEL DE BENS MÓVEIS, EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS PARA ATENDER AO EVENTO DO ANIVERSÁRIO DA CIDADE**, no valor global de R$ 98.780,00 (noventa e oito mil setecentos e oitenta reais), com fulcro na Lei 8.666/93. Em consequência, fica convocado, o proponente, para a assinatura do instrumento contratual, nos termos do art. 64, caput, do citado diploma legal, sob as penalidades da lei.

General Carneiro/MT, 23 de novembro de 2017.

MARCELO DE AQUINO

Prefeito Municipal

ERRATA CONTRATO

Título:

EXTRATO DE CONTRATO

Texto:

EXTRATO DE CONTRATO N° 108/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO – MT.

CONTRATADO: C.R.G CONSTRUÇÕES EIRELI-EPP.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MONTAR DIAGNOSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E PROJETO PRELIMINAR DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA DO MUNICIPIO DE GENERAL CARNEIRO E NO DISTRITO DE PAREDÃO GRANDE, CONTENDO DIAGNOSTICO PRELIMINAR , CONCEPÇÃO DE PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO, MEMORIAL DE CALCULO, PLANILHA ORÇAMENTARIA E PLANTAS.

VALOR: R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS)

DATA: 21/03/2017

VIGÊNCIA: 21/08/2017

ONDE SE LÊ 21/08/2017, LEIA -SE 21/09/2017

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 01/2017

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 01/2017

RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA

O Prefeito Municipal, Sr. MARCELO DE AQUINO, tendo em vista a justificativa apresentada pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta, com inexigibilidade de licitação, fulcrada no inciso III, art. 25 da Lei 8.666/93, às empresas **J. NASSER EVENTOS E PUBLICIDADE EIRELLI E M. LUIZ ZAMPIERI -EPP,** cujo objeto a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM SHOWS ARTÍSTICOS E PRODUÇÃO MUSICAL,** no valor de R$ 112.700,00 (cento e doze mil e setecentos reais) para a realização do **ANIVERSÁRIO** deste Município que será realizado no dias 01 a 03 de dezembro de 2017, que será pago após a prestação de serviços, conforme apresentação das propostas de preço dos serviços da CONTRATADA, resolve, **RATIFICAR** a justificativa apresentada, e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 do supracitado diploma legal.

General Carneiro - MT, 27 de novembro de 2017.

MARCELO DE AQUINO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATOS

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 191/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO – MT.

CONTRATADO: JANAINA NASSER PROMOÇÕES E EVENTOS -ME.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ARTISTICO E PRODUÇÃO MUSICAL COM A BANDAS MIALK LAT E RODRIGO SOUZA E BANDA NAS COMEMORAÇÕES REALIAZAÇÃO DO 54 ANIVERSARIO MUNICIPIO DE GENERAL CARNEIRO-MT.

VALOR: R$ 72.000,00 (Setenta e dois mil reais)

DATA: 28/11/2017

VIGÊNCIA: 31/12/2017

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 192/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO – MT.

CONTRATADO: M. LUIZ ZAMPIERI-EPP.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ARTISTICO E PRODUÇÃO MUSICAL COM A DUPLA MARIO E THIZIL NAS COMEMORAÇÕES REALIAZAÇÃO DO 54 ANIVERSARIO MUNICIPIO DE GENERAL CARNEIRO-MT.

VALOR: R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)

DATA: 28/11/2017

VIGÊNCIA: 31/12/2017

LEI N° 899/2017

LEI N.º 899/2017 De, 28 de novembro de 2017.

"DENOMINA RUAS DO BAIRRO PETRONÍLIO JOSÉ DOS SANTOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARCELO DE AQUINO, Prefeito de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) As Ruas B, C e D, localizadas no Bairro PETRONÍLIO JOSÉ DOS SANTOS e a rua em frente à nova Creche Municipal, passam a ter, respectivamente, a seguinte denominação:

I - A rua ao fundo à nova Creche Municipal, no Bairro Bom Jesus da Lapa, passará a ser denominada de: **RUA JOÃO LUIZ DA SILVA (João Timóteo).**

II - A rua "B" passará a ser denominada de: **RUA MANOEL VIEIRA (Manoel Lobo)**.

III - A rua “C” passará a ser denominada de: **RUA JOÃO ARRAIS (João Pernambuco).**

IV - A rua “D” passará a ser denominada de: **RUA JOSÉ LIONES GONZAGA (Zé Gonzaga).**

Art. 2º) Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de General Carneiro/MT, 28 de novembro de 2017.

MARCELO DE AQUINO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 052/2017

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através de Pregoeiro nomeado, torna público que devido á readequações necessárias ao Edital e Termo de Referência, fica **SUSPENSA** a licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 052/2017**, ao **MENOR VALOR POR ITEM**, tendo por objeto o **“Registro de preços para futura aquisição de equipamentos médicos hospitalares. equipamentos odontológicos, móveis e equipamentos de informática de uso comum para a Secretaria Municipal de Saúde de Jaciara-MT”**,para devidas alterações ao Edital licitatório. Jaciara, 28 de novembro de 2017.

TIAGO RODRIGO ZENKNER

Pregoeiro

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 005/2017 - ELABORAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS/ 2018 - LDO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 005/2017 - ELABORAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS/ 2018 - LDO

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, atendendo o disposto na Constituição Federal, no art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000, torna público que fará realizar, na data, horário e local abaixo especificado, **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, com o objetivo de **ELABORAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018 - LDO**, para o processo de tomada de decisões no âmbito do Poder Executivo Municipal, bem como proporcionar aos cidadãos a oportunidade de encaminhar sugestões e opiniões, que se realizará no dia **01 de dezembro de 2017, às 14:00 horas no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Jaciara,** a seguinte pauta:

Jaciara - MT, 28 de novembro de 2017.

Abduijabar Galvin Mohammad

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
REQUERIMENTO DE LICENÇA JUNTO A SEMA – PRAD III

A Prefeitura Municipal de Jaciara CNPJ: 03.347135/0001-16, torna público que requereu junto à Secretaria estadual de Meio Ambiente-SEMA-MT, o pedido de licença previa e licença de instalação da obra Urbanização de área Pública (PRAD III), localizados na Rua Caetés, município de Jaciara-MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

LEI Nº 676/2017, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017

“ABRE CRÉDITO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

EDERZIO DE JESUS MENDES, Prefeito Municipal de Jangada - MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais**,** faz saber que a Câmara Municipal de Jangada-MT aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1o – Abre crédito adicional especial no orçamento no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

ORGAO	03	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
UNICIDADE ORÇAMENTARIA	001	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
FUNCAO	04	ADMINISTRACAO
SUB FUNCAO	123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA
PROGRAMA	0005	
PROJETO/ATIVIDADE	2123	DESPESA COM ELABORACAO DO CODIGO TRIBUTARIO MUNICIPAL
3390.39.00.00 Serviços de Terceiro Pessoa Jurídicos		Valor R$ 30.000,00
		Total R$ 30.000,00

ORGAO	03	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
UNICIDADE ORÇAMENTARIA	001	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
FUNCAO	04	ADMINISTRACAO
SUB FUNCAO	123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA
PROGRAMA	0005	
PROJETO/ATIVIDADE	2124	DESPESAS COM CADASTRAMENTO E RECADASTRAMENTO IMOBILIARIO
3390.39.00.00 Serviços de Terceiro Pessoa Jurídicos		Valor R$ 30.000,00
		Total R$ 30.000,00

Art. 2o – Para cobrir o crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados os recursos da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias, com base no art. 43, §1º, inciso II da Lei 4.320/64.

03. 001.04.123.0005. 2004 - 33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica;

Art. 3º - O crédito aberto no artigo 1º fica incluído no anexo de metas e prioridades da Lei. 596/2013 - PPA 2014-2017;

Art. 4º - O crédito aberto no artigo 1º fica incluído no anexo de metas e prioridades da Lei 653/2016 - LDO-2016;

Art. 5o – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Jangada-MT, 25 de outubro de 2017.

EDERZIO DE JESUS MENDES

Prefeito Municipal

LEI Nº 679/2017, DE 08 DE AGOSTO DE 2017

"Dispõe sobre a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2018, e dá outras providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JANGADA, ESTADO DE MATO GROSSO, SR. EDÉRZIO DE JESUS MENDES, no uso de suas atribuições legais, **Faz saber**, que a Câmara Municipal de Jangada-MT aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica estabelecida, em cumprimento ao disposto no art.165, § 2º, da Constituição Federal, Lei Federal n° 4.320 de 17 de março de 1964, e na Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, as diretrizes para a elaboração do Orçamento do Município de Jangada para o exercício de 2018, compreendendo:

I - as metas e prioridades da administração municipal;

II - a estrutura e organização do orçamento;

III - as diretrizes gerais para a elaboração e execução orçamentária.

Parágrafo único. Integram, ainda, esta lei, o Anexo de Metas e Prioridades (Anexo I), Anexo de Metas Fiscais (Anexo II) e o Anexo de Riscos Fiscais (Anexo III), em conformidade com o que dispõem os §§ 1º, 2º e 3º, do Art. 4º, da Lei Complementar Federal nº 101/ 2000.

Capítulo I

DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 2º. As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2018 estão especificadas no **Anexo de Metas e Prioridades para o Exercício Financeiro, integrante desta Lei**, definidas em perfeita compatibilidade com o Plano Plurianual e suas readequações para o exercício financeiro de 2018 e obedecerão aos seguintes critérios:

I - promover o equilíbrio entre receitas e despesas;

II - promover o desenvolvimento econômico e social integral do Município;

III - contribuir para a consolidação de uma consciência de gestão fiscal responsável e permanente;

IV - evidenciar a manutenção das atividades primárias da administração municipal.

Parágrafo único. A execução das ações vinculadas às metas e às prioridades estará condicionada ao equilíbrio entre receitas e despesas, de conformidade com os Anexos de Metas Fiscais e de Riscos fiscais.

Art. 3º. A proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo obedecerá às seguintes diretrizes:

I – as obras em execução terão prioridade sobre novos projetos;

II – as despesas com o pagamento da dívida pública e de pessoal e encargos sociais terão prioridade sobre as ações de expansão dos serviços públicos.

Capítulo II

DA ESTRUTURA E DA ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º. A LOA – Lei Orçamentária Anual compor-se-á de:

I - Orçamento Fiscal;

II - Orçamento da Seguridade Social.

Art. 5º. O orçamento fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação, especificando os grupos de despesa, com suas respectivas dotações, conforme a seguir discriminados, indicando, para cada categoria, a esfera orçamentária e a modalidade de aplicação:

1 - pessoal e encargos sociais;

2 - juros e encargos da dívida;

3 - outras despesas correntes;

4 - investimentos;

5 - inversões financeiras;

6 - amortização da dívida;

7 - outras despesas de capital.

Art. 6º. A Lei Orçamentária Anual apresentará, conjuntamente, a programação do orçamento fiscal e da seguridade social, na qual a discriminação da despesa far-se-á de acordo com a Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério de Orçamento e Gestão, bem como da Portaria Interministerial nº. 163, de 04 de maio de 2001 e alterações posteriores.

Art. 7º.O Projeto da Lei Orçamentária Anual será constituído de:

I - mensagem;

II - texto da Lei;

III – tabelas explicativas da receita e da despesa referente aos três últimos exercícios.

§ 1º. A mensagem que encaminhar o Projeto da Lei Orçamentária Anual conterá:

I – exposição de motivos, caso haja alguma eventualidade no encaminhamento dos anexos do projeto;

II – explicação de encaminhamento dos anexos da LDO posterior ao PPA;

§ 2º. Integrarão a Lei Orçamentária Anual, os seguintes demonstrativos:

I – Quadro Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo I, da Lei nº. 4.320/64;

II – Quadros Demonstrativos da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo II da Lei nº. 4.320/64;

III - Quadro Demonstrativo por Programa de Trabalho, das Dotações por Órgãos do Governo e da administração, Anexo VI da Lei nº. 4.320/64;

IV - Quadro Demonstrativo de Função, Subfunção e Programa, por Projetos, Atividades e Operações Especiais, Anexo VII da Lei nº. 4.320/64;

V - Quadro Demonstrativo de Função, Subfunção e Programa, conforme vínculo com os recursos, Anexo VIII da Lei nº. 4.320/64;

VI - Quadro Demonstrativo por Órgão e Função, Anexo IX da Lei nº. 4.320/64;

VII - Quadro Demonstrativo de Realização de Obras e Prestação de Serviços;

VIII – Tabela Explicativa da Evolução da Receita e Despesa, art. 22, III, da Lei nº. 4.320/64;

IX – Quadro Demonstrativo da Receita por Fontes e respectiva legislação;

X - Sumário Geral da Receita por Fontes e da Despesa por Funções de Governo;

XI – Quadro de Detalhamento de Despesas.

Capítulo III

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

Art. 8º. A lei orçamentária deve obedecer aos princípios da legalidade, legitimidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e probidade administrativa**.**

Art. 9º. A lei orçamentária deve primar pela responsabilidade na gestão fiscal, atentando para a ação planejada e transparente, direcionada para a prevenção dos riscos e a correção de desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.

Art. 10. A Lei Orçamentária Anual deverá ser elaborada de forma compatível com o PPA – Plano Plurianual, com a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias e com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 101/ 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 11. *A lei orçamentária priorizará, na estimativa da receita e na fixação da despesa, os seguintes princípios:*

I – prioridade de investimentos para as áreas sociais;

II – modernização da ação governamental;

III - equilíbrio entre receitas e despesas;

IV – austeridade na gestão dos recursos públicos.

Art. 12. A lei orçamentária conterá, no âmbito do orçamento fiscal, dotação consignada à Reserva de Contingência, constituída por valor equivalente no máximo à 0,5% (zero vírgula cinco por cento) da Receita Corrente Liquida (RCL), prevista para a Administração Direta do Poder Executivo, e se destinará ao atendimento de passivos contingentes e de outros riscos e eventos fiscais não previstos.

Art. 13. No projeto de lei orçamentária para 208, receitas e despesas serão orçadas a preços correntes de 2017.

Seção I

DA INSTITUIÇÃO, DA PREVISÃO E DA EFETIVAÇÃO DA RECEITA.

Art. 14. As receitas serão estimadas tomando-se por base o comportamento da arrecadação conforme determina o art. 12 da Lei Complementar nº 101/2000 e as despesas serão fixadas de acordo com as metas e prioridades da administração, compatível com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, observando-se o art. 3º desta Lei.

§ 1º. Na estimativa da receita serão consideradas as modificações da legislação tributária e ainda, o seguinte:

I - atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;

II - atualização da planta genérica de valores;

III - a expansão do número de contribuintes.

§ 2º. As taxas pelo exercício do poder de polícia e de prestação de serviços deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

Art. 15. Caso seja verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o excesso de despesa, o Executivo Municipal promoverá, por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 (trinta) dias subsequentes, a limitação de empenho e de movimentação financeira.

§ 1º. A limitação do empenho, nos termos do caput deste artigo, será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de “outras despesas correntes”, “investimentos” e “inversões financeiras” de cada Poder.

§ 2º. Na hipótese da ocorrência do disposto no parágrafo anterior, o Poder Executivo comunicará o fato ao Poder Legislativo do montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 3°. O Chefe de cada Poder, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, publicará ato estabelecendo os montantes que cada unidade do respectivo Poder terá como limite de movimentação e empenho.

Art. 16. Não serão objetos de limitações de despesas:

I - das obrigações constitucionais e legais do ente (despesas com pessoal e fundos);

II - destinadas ao pagamento do serviço da dívida;

III - assinaladas na programação financeira e no cronograma de execução mensal de desembolso.

Art. 17. Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

Art. 18. O Poder Executivo disponibilizará, para a Câmara de Vereadores, no mínimo 30 (trinta) dias antes do prazo finalpara encaminhamentode suas propostas orçamentárias, os estudos, as estimativas e as memórias de cálculo das receitas para o exercício subsequente.

Art. 19. Até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2018, o Poder Executivo Municipal desdobrará as receitas previstas em metas bimestrais de arrecadação, de modo a atender ao disposto no art. 13, da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 20. Os casos de renúncia de receita a qualquer título dependerão de lei específica, devendo ser cumprido o disposto no art. 14 da Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 21. O Poder Executivo poderá conceder descontos, anistias, isenções e alternativas para o pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, Contribuição de Melhoria e Taxas, como forma de incremento da arrecadação e redução da sonegação, na forma da legislação específica, bem como a concessão de incentivos fiscais na forma da Lei.

Seção II

DA GERAÇÃO DE DESPESA

Art. 22. Na execução da despesa, nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária e recursos financeiros.

Art. 23. A lei orçamentária poderá conter dispositivo que autorize a abertura de créditos adicionais suplementares e, poderão ser realizadas transposições, remanejamentos ou transferências de recursos de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro.

Parágrafo único - **Na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, somente se incluirão novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento, ou justificada a prioridade, bem como contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.**

Art. 24. O Município aplicará, no mínimo, os percentuais constitucionais na manutenção e no desenvolvimento do ensino, bem como nas ações e serviços de saúde, nos termos dos arts. 198, § 2º e 212, da Constituição Federal.

Art. 25. A lei orçamentária assegurará a aplicação dos recursos reservados para PASEP, nos termos do art. 8°, III, da Lei 9.715, de 25 de novembro de 1998.

Art. 26. As despesas de aperfeiçoamento de ação governamental deverão ser classificadas em relevantes e irrelevantes.

Parágrafo único - Entende-se por despesas relevantes aquelas que ultrapassam o valor máximo da dispensa de licitação, na forma estabelecida pela Lei Federal n° 8.666/93, e irrelevantes, aquelas que não ultrapassam o valor máximo da dispensa de licitação da citada lei.

Art. 27. Fica o Executivo Municipal autorizado a realizar operações de crédito nos limites e condições estabelecidos em resoluções do Senado Federal, não podendo ser superior ao montante das despesas de capital, assim como operações de crédito por antecipação de receita na forma da Lei.

Art. 28. Para efeito do disposto no art. 42 da Lei Complementar nº. 101, de 2000:

I - considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere;

II - no caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da administração pública, considera-se como compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 29. É vedada a concessão de subvenções, auxílios ou contribuições para pessoas físicas e entidades privadas, ressalvadas entidades sem fins lucrativos, através de convênios, bem como às pessoas físicas que sejam atendidas por programas sociais e pela saúde.

I - de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino, esporte e cultura ou representativas da comunidade escolar;

II - voltadas para as ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público;

III – voltadas para as ações de assistência social;

IV – consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos que participem da execução de programas nacionais, estaduais ou regionais;

V - instituições de apoio ao desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica;

VI – instituições de apoio ao desenvolvimento social e econômico do Município.

VII – instituições de caráter cultural, social, religiosa, de apoio ao menor e ao idoso, de atendimento ao deficiente físico, de apoio a dependentes químicos.

VIII – instituição de Caráter assistencial ao menor e ao adolescente - Conselho Tutelar conforme art.131 da Lei 8.069/90- ECA

IX– outras instituições assim reconhecida, por Lei Municipal ou Estadual, de utilidade pública.

Parágrafo único. As entidades sem fins lucrativos beneficiadas deverão cumprir o disposto no art. 26, da Lei Complementar n° 101/2000 e as exigências contidas na Instrução Normativa n° 001/97-STN, e alterações posteriores, atendendo-se ainda o disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal.

Art. 30.Fica o Poder Executivo autorizado a contribuir para o custeio de despesas de competência Estado de Mato Grosso, quando no interesse do Município, nos termos e limites do art. 62 da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 31. As despesas de publicidade da Administração Municipal deverão ser objeto de dotação orçamentária específica.

§ 1º. Entende-se como publicidade às ações relativas à divulgação do trabalho do órgão, ou seja, propaganda ou marketing.

§ 2º. As despesas referentes à publicidade legal, ou seja, publicação de licitações, portarias, atos, prestações de contas e demais atos administrativos, classificar-se-ão na atividade de custeio.

Art. 32. O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal, compreendendo o conjunto de atividades relacionadas com o acompanhamento das ações de governo, da gestão do patrimônio municipal e dos recursos públicos, através do controle de custos e da avaliação dos resultados dos programas instituídos será realizado na forma regulamentada em normatização específica.

Art. 33. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo anterior, serão desenvolvidos de forma a apurar os custos dos programas, bem como, dos respectivos projetos e atividades, conforme determina o art. 4º, I, "e" da Lei Complementar nº. 101/2000.

Parágrafo único. Os custos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício de modo a atender o disposto no art. 4º, I, "e" da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 34. Os Poderes Legislativo e Executivo observarão, na fixação das despesas de pessoal, as limitações estabelecidas na Lei Complementar nº. 101/2000, e ainda ao seguinte:

I - as despesas serão calculadas com base no quadro de servidores;

II – As despesas com treinamento, desenvolvimento, capacitação, aperfeiçoamento, reciclagem, provas e concurso, tendo em vista as disposições legais relativas à promoção e acesso, farão parte das despesas de custeio e manutenção dos órgãos da administração municipal;

§ 1º. Os Poderes Executivo e Legislativo poderão realizar concurso público de provas e títulos, visando ao preenchimento dos cargos e funções e também poderá, mediante autorização legislativa, realizar processo seletivo simplificado para contratações temporárias, promover a alteração na estrutura organizacional e de cargos e carreiras da Prefeitura, extinguindo, transformando ou criando novos cargos.

§ 2º. No exercício financeiro de 2018, os Poderes Executivo e Legislativo poderão conceder vantagem, aumento, reajuste ou adequar a remuneração dos servidores, criar cargos, empregos e funções, e admitir pessoal, na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei Complementar nº. 101/2000, de 04.05.2000.

§ 3º. Na execução orçamentária de 2018, caso a despesa de pessoal extrapolar noventa e cinco por cento do limite permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, é vedado ao Município:

I – concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;

II – criação de cargo, emprego ou função;

III – alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV – provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de horas extras, salvo no âmbito dos setores da educação e da saúde, ou quando destinadas ao atendimento de situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a coletividade.

Art. 35. Para os fins previstos no art. 168 da Constituição Federal, combinado com o art. 20, §5º da LRF, a entrega dos recursos financeiros correspondente a despesas total com pessoal por Poder e órgão será a resultante da aplicação dos percentuais definidos neste artigo, a seguir discriminados:

a) 6% (seis por cento) para o Legislativo;

b) 54 (cinquenta e quatro por cento) para o executivo.

Seção III Das Disposições sobre Débitos Judiciais

Art. 36. A Lei Orçamentária para o exercício de 2018, somente incluirá dotações para o pagamento de precatórios cujos processos contenham certidão de transito em julgado da decisão exequente e pelo menos um dos seguintes documentos:

I. Certidão de transito em julgado dos embargos à execução. II. Certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos; III. Que tenham sido apresentadas para inclusão dentro do prazo definido no § 1. Do art. 100 da Constituição Federal. **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 37. A proposta orçamentária do Poder Legislativo deverá ser encaminhada ao Poder Executivo no prazo estipulado na Lei Orgânica do Município ou em legislação especial, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Art. 38. Até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2018, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

§ 1º. O Poder Executivo publicará, até 30 (trinta) dias após o encerramento do bimestre, os anexos I e II, do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e até 30 (trinta) dias após o encerramento do semestre, os demais anexos do Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

§ 2º. O Relatório da Gestão Fiscal será emitido pelo Chefe do Poder Executivo e pelo Presidente da Câmara Municipal, e será publicado até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada quadrimestre, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

§ 3º. Até o final dos meses de maio e setembro de 2018, e de janeiro de 2019, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na Comissão Permanente de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal.

Art. 39. A transparência da gestão fiscal será assegurada mediante incentivo à participação popular durante os processos de elaboração e discussão do PPA, LDO e LOA.

Art. 40. As contas apresentadas pelo Prefeito Municipal ficarão disponíveis, durante todo o exercício na Câmara de Vereadores e na Prefeitura, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.

Art. 41. Os instrumentos de transparência da gestão fiscal deverão receber ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.

Art. 42. O Município fica autorizado a buscar junto à União e Estado, assistência técnica e cooperação financeira para a modernização das respectivas administrações tributária, financeira, patrimonial e previdenciária, com vistas ao cumprimento das normas estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. A assistência técnica referida neste artigo consistirá no treinamento e desenvolvimento de recursos humanos e na transferência de tecnologia, bem como no apoio à divulgação, em meio eletrônico de amplo acesso público, dos instrumentos de transparência da gestão fiscal.

Art. 43. Na ocorrência de calamidade pública reconhecida, estarão suspensas a contagem dos prazos e as disposições estabelecidas, enquanto perdurar a situação, para a recondução da dívida e das despesas com pessoal ao limite exigido.

Art. 44. O Projeto de Lei Orçamentária anual será enviado ao Poder Legislativo para aprovação e devolvido ao Poder Executivo para sanção, nos prazos estabelecidos na Constituição Federal.

Parágrafo único. Na hipótese do projeto de lei orçamentária anual não haver sido sancionado até 31 de dezembro de 2017, fica autorizada a execução da proposta orçamentária, originalmente encaminhada a Câmara de Vereadores, nos seguintes limites:

I – no montante necessário para cobertura das despesas com pessoal e encargos sociais e com o serviço da dívida;

II – 1/12 (um doze avos) das dotações relativas às demais despesas.

Art. 45. A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Jangada – MT, 02 de outubro de 2017.

EDÉRZIO DE JESUS MENDES

Prefeito Municipal

LEI Nº 678/2017, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017

"EMENTA: DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DA CARGA HORÁRIA DA CATEGORIA FUNCIONAL DE ASSISTENTE SOCIAL DO MUNICÍPIO DE JANGADA-MT, E ALTERA O ANEXO I, DA LEI MUNICIPAL Nº 629/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE JANGADA-MT, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr. **EDÉRZIO DE JESUS MENDES,** no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Jangada-MT aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - A carga horária da categoria funcional de Assistente Social passa a ser de 30 (trinta) horas semanais, vedada a redução do seu vencimento.

Parágrafo único – Ficam excluídas da carga horária prevista no *caput,* as horas de estudos individuais e capacitação.

Art. 2º - A distribuição da carga horária será regulamentada pelo Poder Executivo.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Jangada/MT, 28 de novembro de 2017.

EDERZIO DE JESUS MENDES

Prefeito Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE JANGADA-MT, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr. **EDÉRZIO DE JESUS MENDES,** no uso de suas atribuições legais, faz saber que as Câmara Municipal de Jangada-MT aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na da de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Jangada-MT, 28 de novembro de 2017.

EDERZIO DE JESUS MENDES

(Prefeito Municipal)

LEI Nº 676/2017, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017

"ABRE CRÉDITO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDERZIO DE JESUS MENDES, Prefeito Municipal de Jangada - MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais**,** faz saber que a Câmara Municipal de Jangada-MT aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1o – Abre crédito adicional especial no orçamento no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

ORGAO	03	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
UNICIDADE ORÇAMENTARIA	001	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
FUNCAO	04	ADMINISTRACAO
SUB FUNCAO	123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA
PROGRAMA	0005	
PROJETO/ATIVIDADE	2123	DESPESA COM ELABORACAO DO CODIGO TRIBUTARIO MUNICIPAL
3390.39.00.00 Serviços de Terceiro Pessoa Jurídicos		Valor R$ 30.000,00
		Total R$ 30.000,00

ORGAO	03	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
UNICIDADE ORÇAMENTARIA	001	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
FUNCAO	04	ADMINISTRACAO
SUB FUNCAO	123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA
PROGRAMA	0005	
PROJETO/ATIVIDADE	2124	DESPESAS COM CADASTRAMENTO E RECADASTRAMENTO IMOBILIARIO
3390.39.00.00 Serviços de Terceiro Pessoa Jurídicos		Valor R$ 30.000,00
		Total R$ 30.000,00

Art. 2o – Para cobrir o crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados os recursos da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias, com base no art. 43, §1º, inciso II da Lei 4.320/64.

03. 001.04.123.0005. 2004 - 33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica;

Art. 3º - O crédito aberto no artigo 1º fica incluído no anexo de metas e prioridades da Lei. 596/2013 - PPA 2014-2017;

Art. 4º - O crédito aberto no artigo 1º fica incluído no anexo de metas e prioridades da Lei 653/2016 - LDO-2016;

Art. 5o – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Jangada-MT, 25 de outubro de 2017.

EDERZIO DE JESUS MENDES

Prefeito Municipal

LEI Nº 675/2017, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.

"SÚMULA: CRIA O CARGO DE ASSESSOR JURÍDICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE JANGADA-MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDERZIO DE JESUS MENDES, Prefeito Municipal de Jangada - MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Jangada-MT aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado na Câmara Municipal de Jangada – MT, um Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Jurídico, com vencimento conforme Anexo – I desta Lei.

Parágrafo Único. O Assessor Jurídico deverá comparecer nas duas sessões ordinárias mensais realizadas na Câmara, salvo por motivos justificados.

Art. 2º. Os demais direitos remuneratórios referentes aos cargos comissionados previstos em legislação municipal serão concedidos em referência ao cargo de Assessor Jurídico.

Art. 3º - Fica estabelecida como estrutura administrativa as atribuições do cargo de Assessoria Jurídica, levando-se em consideração as seguintes disposições:

I- **Assessoria Jurídica**: atribuições: assessoramento em assuntos jurídicos e práticas forenses; elaboração de pareceres sobre licitações e contratos e outras matérias de natureza jurídica; manutenção e acompanhamento da legislação Federão e estadual; estudar, redigir e minutar termos de compromisso, responsabilidade e convênios; representar a Câmara Municipal em qualquer instância judicial; dar assistência participativa em comissão de sindicância e processo administrativo; efetuar atos judiciais e todas as demais tarefas afins; prestar assessoria e consultoria jurídica a Secretaria Legislativa e as Comissões Permanentes e Temporárias da Câmara Municipal; ser patrono do Poder Legislativo nas funções em que o mesmo figurar como réu ou autor.

Parágrafo Único. As atribuições e competências deste cargo comissionado que compõe a estrutura organizacional da Câmara Municipal, são: se responsabilizar diretamente pela perfeita execução de todas as atividades previstas no art. 2º, inciso I desta Lei.

a) - Escolaridade exigida: Bacharel em Direito.

b)- Características específicas: Há necessidade de ser inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil e manter-se habilitado enquanto estiver no cargo, bem como se aplica ao mesmo as disposições conditas no Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 4º - As despesas oriundas da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no atual orçamento e nos orçamentos futuros.

Art. 5º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Jangada-MT, 25 de Outubro de 2017.

EDERZIO DE JESUS MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I DA LEI Nº 675/2017

TABELA DE VENCIMENTO DO CARGO DE ASSESSOR JURÍDICO

NÚMERO DE CARGOS	CARGO	SÍMBOLO	SUBSÍDIO
01	Assessor Jurídico	DAS	R$ 3.500,00

EDITAL DE PUBLICACAO

A Prefeitura Municipal de Jangada, CNPJ nº **24.772.147/0001-68,** torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a Licença Prévia e Licença de Instalação (LP) e (LI), referente Pavimentação Asfáltica e Drenagem de Aguas Pluviais da Comunidade Tira Baro no município de Jangada/MT.

A Prefeitura Municipal de Jangada, CNPJ nº **24.772.147/0001-68,** torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a Licença Prévia e Licença de Instalação (LP) e (LI), referente Pavimentação Asfáltica e Drenagem de Aguas Pluviais da Comunidade Nova Jangada no município de Jangada/MT.

A Prefeitura Municipal de Jangada, CNPJ nº **24.772.147/0001-68,** torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a Licença Prévia e Licença de Instalação (LP) e (LI), referente Pavimentação Asfáltica e Drenagem de Aguas Pluviais da Comunidade Raizama no município de Jangada/MT.

A Prefeitura Municipal de Jangada, CNPJ nº **24.772.147/0001-68,** torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a Licença Prévia e Licença de Instalação (LP) e (LI), referente Pavimentação Asfáltica e Drenagem de Aguas Pluviais da Comunidade Minhocal e Novo no município de Jangada/MT.

P O R T A R I A N º 104/2017

Dispõe sobre a Designação da Senhora **SILVANA CAMPOS LACERDA** para ser Fiscal dos Contratos.

O Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso, **Srº EDERZIO DE JESUS MENDES**, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de Fiscalizar os Contratos abaixo, resolve:

Art. 1º - Nomear a Senhora **SILVANA CAMPOS LACERDA**, Secretaria de Administração, como fiscal dos Contratos conforme segue:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2017

OBJETO DO TERMO DE PARCERIA:FORMAÇÃO DE VÍNCULO DE COOPERAÇÃO POR MEIO DE TERMO DE PARCERIA, VISANDO O FOMENTO E REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE INTERESSE PÚBLICO NO DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE GOVERNO, ATRAVÉS DO FORNECIMENTO DE BENS E SERVIÇOS, REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES, EVENTOS, CONSULTORIAS, COOPERAÇÃO TÉCNICA E ASSESSORIA SEGUINDO AS DIRETRIZES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 9.790, DE 23 DE MARÇO DE 1999, REGULAMENTADA PELO DECRETO Nº 3. 100 DE 30 DE JUNHO DE 1999, NAS DIVERSAS ÁREAS DE ATUAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA/MT.

OSCIP PARCEIRA: ISO BRASIL- INSTITUTO SOCIAL E ORGANIZACIONAL DO BRASIL CNPJ: 20.949.690/0001-37.**.**

Esta Portaria terá seus efeitos retroagidos a partir do dia 28/09/2017

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrario.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em Jangada/MT 31 de Outubro de 2017.

EDERZIO DE JESUS MENDES

Prefeito Municipal

RREO ANEXO 14 5BIM

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO DE 2017 - BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO

LRF, Art. 48 – Anexo 14 — R$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	17.130.950,00
Previsão Atualizada	17.130.950,00
Receitas Realizadas	13.337.171,34
Déficit Orçamentário	420.256,94
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	14.008,54
DESPESAS	
Dotação Inicial	17.130.950,00
Créditos Adicionais	600.070,80
Dotação Atualizada	17.731.020,80
Despesas Empenhadas	13.973.010,23
Despesas Liquidadas	13.757.428,28
Despesas Pagas	12.201.730,78
Superávit Orçamentário	

DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	13.973.010,23
Despesas Liquidadas	13.757.428,28

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	17.378.189,19

RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social	
Receitas Previdenciárias Realizadas (I)	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)	
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	%em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-637.101,96	-196%
Resultado Primário		-877.973,99	0%

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	21.403,09		400,00	21.003,09
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS				
Poder Executivo	32.029,31		31.058,23	971,08
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
TOTAL	**53.432,40**		**31.458,23**	**21.974,17**

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		%Mínimo a Aplicar no Exercício	%Aplicado até o Bimestre
Desenvolvimento do Ensino	142.265,35	30,00 %	1,43 %
Fundamental e Médio		0,00 %	0,00 %
Educação Infantil e Ensino Fundamental		0,00 %	0,00 %
Complementação da União ao FUNDEB		0,00 %	0,00 %

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo não realizado
Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	400.428,31	323.788,60

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício[1]	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias (I)				
Despesas Previdenciárias (II)				
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)				
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)				
Despesas Previdenciárias (V)				
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)				

RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	146.610,00	-131.610,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		%Mínimo a Aplicar no Exercício	%Aplicado até o Bimestre
Despesas c/Ações e Serviços Públicos de Saúde exec. c/ rec. de impostos	1.167.410,01	20,00 %	65,83 %

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas / RCL (%)	

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

[1] Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.

EDERZIO DE JESUS MENDES
PREFEITO

PAULO NERIS DE ASSUNCAO
CONTADOR

Emissão: 28/11/2017 10:46:56 — Page 1 de 1

RREO ANEXO 12 5BIM

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO DE 2017 - BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) - Portaria 403/2016 — R$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.437.900,00	1.437.900,00	1.773.251,53	123,32%
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	22.000,00	22.000,00	8.457,81	38,44%
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	180.000,00	180.000,00	202.138,06	112,30%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.079.900,00	1.079.900,00	1.447.900,81	134,08%
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	144.000,00	144.000,00	114.151,33	79,27%
Imposto Territorial Rural - ITR				
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos				
Dívida Ativa dos Impostos	12.000,00	12.000,00	603,52	5,03%
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa				
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)				
Cota-Parte FPM				
Cota-Parte ITR				
Cota-Parte IPVA				
Cota-Parte ICMS				
Cota-Parte IPI-Exportação				
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais				
Desoneração ICMS (LC 87/96)				
Outras				
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	**1.437.900,00**	**1.437.900,00**	**1.773.251,53**	**123,32%**

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS			191,52	19.152,00%
Provenientes da União			191,52	19.152,00%
Provenientes dos Estados				
Provenientes de Outros Municípios				
Outras Receitas do SUS				
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS				
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE				
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	**0,00**	**0,00**	**191,52**	**19.152,00%**

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados [7]
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100	
DESPESAS CORRENTES	2.954.000,00	4.114.440,55	3.844.896,60	93,45%	3.836.294,79	93,24%	
Pessoal e Encargos Sociais	1.978.500,00	1.792.732,08	1.667.218,84	93,00%	1.667.218,84	93,00%	
Juros e Encargos da Dívida							
Outras Despesas Correntes	975.500,00	2.321.708,47	2.177.677,76	93,80%	2.169.075,95	93,43%	
DESPESAS DE CAPITAL	512.000,00	105.572,00	68.520,98	64,90%	68.520,98	64,90%	
Investimentos	512.000,00	105.572,00	68.520,98	64,90%	68.520,98	64,90%	
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida							
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	**3.466.000,00**	**4.220.012,55**	**3.913.417,58**	**92,73%**	**3.904.815,77**	**92,53%**	

Emissão: 28/11/2017 10:33:25

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO DE 2017 - BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) - Portaria 403/2016 — R$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados [7]
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS							
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL							
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	3.311.860,00	3.027.832,25	2.741.436,65	70,05%	2.737.405,76	70,10%	
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	165.270,00	212.289,31	209.526,60	5,35%	209.526,60	5,37%	
Recursos de Operações de Crédito							
Outros Recursos	3.146.590,00	2.815.542,94	2.531.910,05	64,70%	2.527.879,16	64,74%	
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS							
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA[1]							
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS[2]							
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES[3]							
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	**3.311.860,00**	**3.027.832,25**	**2.741.436,65**	**70,05%**	**2.737.405,76**	**70,10%**	
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	**154.140,00**	**1.192.180,30**	**1.171.980,93**		**1.167.410,01**		

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI(h ou i) / IIIb x 100)[6] - LIMITE CONSTITUCIONAL 20,00%[4 e 5]	**65,83%**
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(h ou i) - (20,00 * IIIb)/100]	**812.759,70**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2017					
Inscritos em 2016					
Inscritos em 2015					
Inscritos em 2014					
Inscritos em 2013					
Inscritos em Exercícios Anteriores ao de Referência - 2013					
Total					

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	**Despesas Custeadas no exercício de referência (j)**	**Saldo Final (Não Aplicado)**
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2017			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2013			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em Exercícios Anteriores ao de Referência - 2013			
Total(VIII)			

Emissão: 28/11/2017 10:33:25 — Page 2 de 3 — Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO DE 2017 - BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) - Portaria 403/2016 — R$ 1,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas Custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2016			
Diferença de limite não cumprido em 2015			
Diferença de limite não cumprido em 2014			
Diferença de limite não cumprido em 2013			
Diferença de limite não cumprido em 2012			
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores ao de Referência - 2012			
Total(IX)			

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados [7]
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m) x 100	
Atenção Básica	2.345.000,00	3.035.012,28	2.863.885,72	73,18%	2.863.885,72	73,34%	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302.000,00	157.591,37	129.041,77	3,30%	129.041,77	3,30%	
Suporte Profilático e Terapêutico							
Vigilância Sanitária	49.500,00	4.000,00					
Vigilância Epidemiológica	72.000,00	3.161,38	2.364,81	0,06%	2.364,81	0,06%	
Alimentação e Nutrição							
Outras Subfunções	697.500,00	1.020.247,52	918.125,28	23,46%	909.523,47	23,29%	
TOTAL	**3.466.000,00**	**4.220.012,55**	**3.913.417,58**	**100,00%**	**3.904.815,77**	**100,00%**	

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

[1] Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
[2] O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
[3] O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
[4] Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012
[5] Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012
[6] Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
[7] Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

EDERZIO DE JESUS MENDES
PREFEITO

PAULO NERIS DE ASSUNCAO
CONTADOR

Emissão: 28/11/2017 10:33:25

RREO ANEXO 09 5BIM

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO DE 2017 - BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO

RREO – ANEXO 09 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a – b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO[1] (I)			

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d – e)
DESPESAS DE CAPITAL	724.216,91	400.428,31	371.428,31		323.788,60
(-)INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE					
(-)INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS					
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	724.216,91	400.428,31	371.428,31		323.788,60
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-724.216,91	-400.428,31			-323.788,60

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

Notas:
[1] Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III

EDERZIO DE JESUS MENDES
PREFEITO

PAULO NERIS DE ASSUNCAO
CONTADOR

Emissão: 28/11/2017 10:28:35 Page 1 de 1

Homologado

RREO ANEXO 08 5BIM

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO DE 2017/BIMESTRE - SETEMBRO/OUTUBRO

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) - (Portaria 403/2016) R$1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1 - RECEITAS DE IMPOSTOS	1.300.400,00	1.300.400,00	1.660.243,10	127,67%
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	35.500,00	35.500,00	9.029,71	25,44%
1.1.1 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	22.000,00	22.000,00	8.129,08	36,95%
1.1.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	13.500,00	13.500,00	900,63	6,67%
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	180.000,00	180.000,00	202.138,06	112,30%
1.2.1 - Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	180.000,00	180.000,00	202.138,06	112,30%
1.2.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.084.900,00	1.084.900,00	1.449.075,33	133,57%
1.3.1 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.079.900,00	1.079.900,00	1.447.888,22	134,08%
1.3.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	5.000,00	5.000,00	1.187,11	23,74%
1.5 - Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00	
1.5.1 - Imposto sobra a Propriedade Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	
1.5.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	10.598.800,00	10.598.800,00	8.271.503,90	78,04%
2.1 - Cota-Parte FPM	6.300.000,00	6.300.000,00	4.993.033,73	79,25%
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.300.000,00	6.300.000,00	4.993.033,73	79,25%
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00	
2.2 - Cota-Parte ICMS	3.900.000,00	3.900.000,00	2.782.173,91	71,34%
2.3 - ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	18.000,00	18.000,00	12.250,70	68,06%
2.4 - Cota-Parte IPI-Exportação	22.800,00	22.800,00	19.350,26	84,87%
2.5 - Cota-Parte ITR	18.000,00	18.000,00	187.480,06	1.041,56%
2.6 - Cota-Parte IPVA	340.000,00	340.000,00	277.215,24	81,53%
2.7 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	11.899.200,00	11.899.200,00	9.931.747,00	83,47%
Receitas Adicionais para Financiamento do Ensino	**Previsão Inicial**	**Previsão Atualizada (a)**	**Receitas Realizadas**	
			Até o Bimestre (b)	**% (c) = (b/a)x100**
4 - RECEITA DA APLIC. FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO				
5 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	416.500,00	416.500,00	249.730,86	59,96%
5.1 - Transferências do Salário-Educação	122.000,00	122.000,00	105.358,70	86,36%
5.2 - Transferências Diretas - PDDE	7.500,00	7.500,00		
5.3 - Transferências Diretas - PNAE	55.000,00	55.000,00	52.172,00	94,86%
5.4 - Transferências Diretas - PNATE	231.000,00	231.000,00	92.200,16	39,91%
5.5 - Outras Transferências do FNDE	1.000,00	1.000,00		
5.6 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE				
6 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	240.000,00	240.000,00	159.333,07	66,39%
6.1 - Transferência de Convênios	240.000,00	240.000,00	159.333,07	66,39%
6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios				
7 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO				
8 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO				
9 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	656.500,00	656.500,00	409.063,93	62,31%

Emissão: 28/11/2017 10:27:04

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO DE 2017/BIMESTRE - SETEMBRO/OUTUBRO

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) - (Portaria 403/2016) R$1,00

FUNDEB

Receitas do Fundeb	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.115.200,00	2.115.200,00	1.650.429,90	78,03%
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.260.000,00	1.260.000,00	998.606,47	79,25%
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	780.000,00	780.000,00	556.434,61	71,34%
10.3 - ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	3.600,00	3.600,00	2.450,10	68,06%
10.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)				
10.5 - Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Dest. ao FUNDEB - (20% de ((1.5 - 1.5.5) + 2.5))	3.600,00	3.600,00	37.495,91	1.041,55%
10.6 - Cota-Parte IPVA Destinadaao FUNDEB - (20% de 2.6)	68.000,00	68.000,00	55.442,81	81,53%
11 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.800.000,00	1.800.000,00	1.508.164,55	83,79%
11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB	1.800.000,00	1.800.000,00	1.508.164,55	83,79%
11.2 - Complementação da União ao FUNDEB				
11.3 - Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB				
12 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-315.200,00	-315.200,00	-142.265,35	45,13%

SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO ENSINO

Despesas do Fundeb	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[7] (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
13 - PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO							
13.1 - Com Educação Infantil							
13.2 - Com Ensino Fundamental							
14 - OUTRAS DESPESAS							
14.1 - Com Educação Infantil							
14.2 - Com Ensino Fundamental							
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	0,00	0,00			0,00		0,00

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB	VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	
16.1 - FUNDEB 60%	
16.2 - FUNDEB 40%	
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	
17.1 - FUNDEB 60%	
17.2 - FUNDEB 40%	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	

INDICADORES DO FUNDEB	VALOR
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 – 18)	
19.1 - Mínimo de 60% do Fundeb na Remuneração do Magistério[1] ((13 - (16.1 + 17.1)) / 11) x 100 %	0,00%
19.2 - Mínimo de 40% em Despesa com MDE, que na Remuneração do Magistério ((14 - (16.2 + 17.2)) / 11) x 100 %	0,00%
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %	100,00%

Emissão: 28/11/2017 10:27:04

Page 2 de 4

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO DE 2017/BIMESTRE - SETEMBRO/OUTUBRO

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) - (Portaria 403/2016) R$1,00

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE	VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2016 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	0,00
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE2017[2]	0,00

Despesas com Ações Típicas de MDE	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[7] (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
22 - EDUCAÇÃO INFANTIL				0,00%			
22.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB				0,00%			
22.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos				0,00%			
23 - ENSINO FUNDAMENTAL				0,00%			
23.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB				0,00%			
23.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos				0,00%			
24 - ENSINO MÉDIO				0,00%			
25 - ENSINO SUPERIOR				0,00%			
26 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR				0,00%			
27 - OUTRAS	44.100,00	361.765,36	383.587,28	106,03%	361.448,95	99,91%	
28 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22+23+24+25+26+27)	44.100,00	361.765,36	383.587,28	106,03%	361.448,95	99,91%	0,00

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	-142.265,35
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
31- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)	0,00
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
34- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO[4]	0,00
35- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)	0,00
36- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35) [6]	-142.265,35
37- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) – (36)) [6]	142.265,35
38- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) % [6]	1,43

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

Outras Despesas Custeadas com Receitas Adicionais para Financiamento do Ensino	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[7] (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
39 - DESPESAS CUSTEADAS COM APLIC. FINAN. DE OUTROS RECURSOS DE IMP. VINC. AO ENSINO				0,00%		0,00%	
40 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO				0,00%		0,00%	
41 - DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO				0,00%		0,00%	
42 - DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO				0,00%		0,00%	
43 - TOTAL DAS OUTRAS DESP. CUSTEADAS C/ RECEITAS ADIC. P/ FINAN. ENSINO (39+40+41+42)				0,00%		0,00%	
44 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 43)	44.100,00	361.765,36	383.587,28	106,03%	361.448,95	99,91%	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO DE 2017/BIMESTRE - SETEMBRO/OUTUBRO

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) - (Portaria 403/2016) R$1,00

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2017 (j)
45- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
45.1- Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
45.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	**FUNDEB**	**SALÁRIO EDUCAÇÃO**
46- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	0,00	0,00
47- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.508.164,55	105.358,70
48- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
48.1- Orçamento do Exercício	0,00	0,00
48.2- Restos a Pagar	0,00	0,00
49- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
50- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	1.508.164,55	105.358,70
51- (+) Ajustes	0,00	0,00
51.1- Retenções	0,00	0,00
51.2- Conciliação Bancária	0,00	0,00
52- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	1.508.164,55	105.358,70

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

1 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
2 Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."
3 Caput do artigo 212 da CF/1988
4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
5 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.
6 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
7 Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

EDERZIO DE JESUS MENDES
PREFEITO

PAULO NERIS DE ASSUNCAO
CONTADOR

Emissão: 28/11/2017 10:27:04

Page 4 de 4
Homologado

RREO ANEXO 07 5BIM

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO DE 2017 - BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO

RREO – Anexo 07 (LRF, art. 53, inciso V) - Portaria 403/2016. R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total (e + k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a + b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i - j)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro 2016 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro 2016 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)		21.403,09	400,00		21.003,09	32.029,31		31.058,23	31.058,23		971,08	21.974,17
Executivo		21.403,09	400,00		21.003,09	32.029,31		31.058,23	31.058,23		971,08	21.974,17
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO		22,70			22,70							22,70
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE		1.477,00	400,00		1.077,00							1.077,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIACAO URBANO		17.260,33			17.260,33							17.260,33
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E EC		239,39			239,39							239,39
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		76,79			76,79	32.029,31		31.058,23	31.058,23		971,08	1.047,87
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER		266,48			266,48							266,48
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO		2.060,40			2.060,40							2.060,40
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)												
TOTAL (III) = (I + II)		21.403,09	400,00		21.003,09	32.029,31		31.058,23	31.058,23		971,08	21.974,17

EDERZIO DE JESUS MENDES
PREFEITO

PAULO NERIS DE ASSUNCAO
CONTADOR

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA Emissão: 28/11/2017 às 11:22 Page 1 de 1

RREO ANEXO 06 5BIM

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO DE 2017 - BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO

RREO – ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) - Portaria 43/2016 R$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre 2017	Até o Bimestre 2016
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	16.407.150,00	13.095.036,24	13.086.330,42
Receitas Tributárias	1.465.400,00	1.795.322,98	1.406.133,04
IPTU	22.000,00	8.457,81	8.121,61
ISS	1.079.900,00	1.447.900,81	1.055.807,12
ITBI	180.000,00	202.138,06	192.065,00
IRRF	144.000,00	114.151,33	119.324,50
Outras Receitas Tributárias	39.500,00	22.674,97	30.814,81
Receitas de Contribuições	108.000,00	35.503,49	72.087,39
Receitas Previdenciárias			
Outras Receitas de Contribuições	108.000,00	35.503,49	72.087,39
Receita Patrimonial Líquida	15.000,00	155,72	20.892,04
Receita Patrimonial	183.800,00	96.026,26	170.107,80
(-) Aplicações Financeiras	168.800,00	95.870,54	149.215,76
Transferências Correntes	14.791.550,00	11.261.059,93	11.572.777,77
Cota-parte do FPM	5.040.000,00	3.994.427,26	3.886.754,83
Cota-parte do ICMS	3.120.000,00	2.225.739,30	2.485.923,47
Cota-parte do IPVA	272.000,00	221.772,43	186.730,42
Convênios	269.950,00	212.977,77	251.843,30
Outras Transferências Correntes	6.089.600,00	4.606.143,17	4.761.525,75
Demais Receitas Correntes	27.200,00	2.994,12	14.440,18
Dívida Ativa	17.000,00	1.471,52	1.175,13
Diversas Receitas Correntes	10.200,00	1.522,60	13.265,05
RECEITAS DE CAPITAL (II)	555.000,00	146.610,00	319.414,40
Operações de Crédito (III)			
Amortização de Empréstimos (IV)			
Alienação de Bens (V)	15.000,00	146.610,00	
Transferências de Capital	540.000,00		319.414,40
Convênios	540.000,00		319.414,40
Outras Transferências de Capital			
Outras Receitas de Capital			
REC. PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	540.000,00		319.414,40
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	**16.947.150,00**	**13.095.036,24**	**13.405.744,82**

DESPESAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre 2017	Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2017	Até o Bimestre 2016	Em 2017	Em 2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)	16.939.303,89	13.572.581,92	12.617.143,29	13.385.999,97	12.537.678,33		
Pessoal e Encargos Sociais	8.464.184,96	7.073.106,72	7.038.611,54	7.073.106,72	7.038.610,74		
Juros e Encargos da Dívida (IX)							
Outras Despesas Correntes	8.475.118,93	6.499.475,20	5.578.531,75	6.312.893,25	5.499.067,59		
DESEPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	16.939.303,89	13.572.581,92	12.617.143,29	13.385.999,97	12.537.678,33		
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	724.216,91	400.428,31	451.382,80	371.428,31	351.382,80		
Investimentos	724.216,91	400.428,31	451.382,80	371.428,31	351.382,80		
Inversões Financeiras							
Concessão de Empréstimos (XII)							
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)							
Demais Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida (XIV)							
DESP. PRIM. DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	724.216,91	400.428,31	451.382,80	371.428,31	351.382,80		
RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XVI)	67.500,00						
RESERVA DO RPPS (XVII)							
DESP. PRIM. TOTAL (VXIII) = (X + XV + XVI + XVII)	**17.731.020,80**	**13.973.010,23**	**13.068.526,09**	**13.757.428,28**	**12.889.061,13**		

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	**-783.870,80**	**-877.973,99**	**337.218,73**	**-662.392,04**	**516.683,69**		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							**1.591.099,23**

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	Valor Corrente
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADO NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

EDERZIO DE JESUS MENDES
PREFEITO

PAULO NERIS DE ASSUNCAO
CONTADOR

RREO ANEXO 05 5BIM

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO DE 2017 - BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO

RREO – Anexo 05 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

Dívida Fiscal Líquida	Saldo		
	em 31/DEZ/2016 (a)	em 31/AGO/2017 (b)	em 31/OUT/2017 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)			
DEDUÇÕES (II)	1.987.771,97	2.624.418,97	2.624.873,93
Disponibilidade de Caixa	1.748.345,00	2.146.091,21	2.146.546,17
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.769.748,09	2.167.094,30	2.167.549,26
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	21.403,09	21.003,09	21.003,09
Demais Haveres Financeiros	239.426,97	478.327,76	478.327,76
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.987.771,97	-2.624.418,97	-2.624.873,93
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)			
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = ((III + IV) - V)	-1.987.771,97	-2.624.418,97	-2.624.873,93

Resultado Nominal	Período de Referência	
	No Bimestre (VIc -VIb)	Até o Bimestre (VIc - VIa)
VALOR	-454,96	-637.101,96

Discriminação da Meta Fiscal	Valor Corrente
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA [3]	0,00

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

EDERZIO DE JESUS MENDES
PREFEITO

PAULO NERIS DE ASSUNCAO
CONTADOR

Emissão: 28/11/2017 às 11:20

Page 1 de 1
Homologado

RREO ANEXO 03 5BIM

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2016 A OUTUBRO/2017

RREO – ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I) - Portaria 403/2016 — R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2017
	NOV/16	DEZ/16	JAN/17	FEV/17	MAR/17	ABR/17	MAI/17	JUN/17	JUL/17	AGO/17	SET/17	OUT/17		
RECEITAS CORRENTES (I)	1.963.467,04	2.747.845,73	1.229.166,42	1.442.042,37	1.257.220,45	1.335.381,58	1.428.477,74	1.678.939,82	1.534.298,46	1.515.123,16	1.626.712,44	1.793.283,36	19.551.958,57	18.691.150,00
Receita Tributária	80.311,60	307.747,89	70.943,95	121.659,08	121.624,13	104.652,98	85.572,86	299.691,88	140.434,96	219.598,52	452.863,63	177.935,55	2.183.037,03	1.465.400,00
IPTU	81,00	40,50				1.064,15	5.532,12	506,07	690,91	110,83	135,00	90,00	8.250,58	22.000,00
ISS	79.859,60	216.640,76	66.682,95	119.505,08	107.930,63	98.538,89	78.099,77	107.952,81	137.380,61	213.275,69	341.076,24	177.445,55	1.744.388,58	1.079.900,00
ITBI		2.355,50			5.335,06	403,00		190.300,00	200,00	5.900,00			204.493,56	180.000,00
IRRF		62.137,13				3.010,94					111.140,39		176.288,46	144.000,00
Outras Rec. Tributarias	371,00	26.574,00	4.261,00	2.154,00	8.358,44	1.636,00	1.940,97	933,00	2.163,44	312,00	512,00	400,00	49.615,85	39.500,00
Receita Contribuições										35.503,49			35.503,49	108.000,00
Receita Patrimonial	13.133,17	11.060,72	11.974,33	11.579,72	16.885,67	10.639,31	10.422,64	9.031,40	8.334,41	7.241,54	5.370,25	4.546,99	120.220,15	183.800,00
Receita Agropecuária														
Receita Industrial														
Receita Serviços														
Transferências Correntes	1.870.013,27	2.427.283,34	1.146.248,14	1.307.735,39	1.118.074,94	1.219.557,85	1.332.458,93	1.370.212,07	1.385.420,56	1.252.777,51	1.168.353,85	1.610.305,15	17.208.441,00	16.906.750,00
Cota Parte do FPM	796.354,94	1.244.896,13	530.773,08	680.134,06	425.731,48	512.934,05	581.835,15	536.286,61	414.187,39	469.737,94	394.421,66	446.992,31	7.034.284,80	6.300.000,00
Cota Parte do ICMS	479.620,54	343.860,72	308.150,42	173.962,90	303.334,17	232.294,73	299.856,19	261.151,01	244.035,10	336.316,28	361.394,13	261.678,98	3.605.655,17	3.900.000,00
Cota Parte do IPVA	12.253,95	11.912,27	25.770,80	24.964,34	23.895,42	49.329,91	39.594,71	13.421,18	33.699,17	28.287,34	20.193,99	18.058,38	301.381,46	340.000,00
Cota Parte do ITR	3.507,59	3.547,62	1.980,84	154,08	82,64	519,49	1.159,93	373,03	3.881,24	462,71	4.593,60	174.272,50	194.535,27	18.000,00
Transf. LC 87/1966	1.414,16	1.414,16	1.225,07	1.225,07	1.225,07	1.225,07	1.225,07	1.225,07	1.225,07	1.225,07	1.225,07	1.225,07	15.079,02	18.000,00
Transf. LC 61/1989	2.685,61	2.338,35	1.603,00	727,90	3.352,81	1.979,50	2.567,58	1.638,89	804,31	2.277,46	2.131,61	2.267,20	24.374,22	22.800,00
Transferências FUNDEB	234.657,72	218.431,82	156.775,79	162.953,91	104.341,74	167.012,80	176.639,72	148.262,16	141.364,83	180.424,28	117.940,64	152.448,68	1.961.254,09	1.800.000,00
Outras Transf. Correntes	339.518,76	600.882,27	119.969,14	263.613,13	256.111,61	254.262,30	229.580,58	407.854,12	546.223,45	234.046,43	266.453,15	553.362,03	4.071.876,97	4.507.950,00
Outras Receitas Correntes	9,00	1.753,78		1.068,18	635,71	531,44	23,31	4,47	108,53	2,10	124,71	495,67	4.756,90	27.200,00
DEDUÇÕES (II)	258.630,15	264.709,33	173.579,95	176.088,01	150.853,69	159.260,58	184.734,10	162.491,31	139.405,52	167.205,79	156.365,60	180.445,35	2.173.769,38	2.115.200,00
Cont. Servidor Plano Prev.														
Comp. Financ. Reg. Prev.														
Ded. Rec. p/ Form. FUNDEB	258.630,15	264.709,33	173.579,95	176.088,01	150.853,69	159.260,58	184.734,10	162.491,31	139.405,52	167.205,79	156.365,60	180.445,35	2.173.769,38	2.115.200,00
RECEITA CORRENTE LIQUIDA(III) = (I - II)	1.704.836,89	2.483.136,40	1.055.586,47	1.265.954,36	1.106.366,76	1.176.121,00	1.243.743,64	1.516.448,51	1.394.892,94	1.347.917,37	1.470.346,84	1.612.838,01	17.378.189,19	16.575.950,00

EDERZIO DE JESUS MENDES
PREFEITO

PAULO NERIS DE ASSUNCAO
CONTADOR

Emissão: 28/11/2017 10:21:54 — Page 1 de 1

Homologado

RREO ANEXO 01 5BIM

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO DE 2017 - BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.130.950,00	17.130.950,00	3.083.184,85	18,00	13.337.171,34	77,85	3.793.778,66
RECEITAS CORRENTES	16.575.950,00	16.575.950,00	3.083.184,85	18,60	13.190.561,34	79,58	3.385.388,66
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.465.400,00	1.465.400,00	630.799,18	43,05	1.795.322,98	122,51	-329.922,98
Impostos	1.425.900,00	1.425.900,00	629.887,18	44,17	1.772.648,01	124,32	-346.748,01
Taxas	39.500,00	39.500,00	912,00	2,31	22.674,97	57,40	16.825,03
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	108.000,00	108.000,00			35.503,49	32,87	72.496,51
Contribuições Sociais							
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação P	108.000,00	108.000,00			35.503,49	32,87	72.496,51
RECEITA PATRIMONIAL	183.800,00	183.800,00	9.917,24	5,40	96.026,26	52,24	87.773,74
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários	168.800,00	168.800,00	9.917,24	5,88	95.870,54	56,80	72.929,46
Receita de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens P							
Receita de Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais	15.000,00	15.000,00			155,72	1,04	14.844,28
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14.791.550,00	14.791.550,00	2.441.848,05	16,51	11.260.714,49	76,13	3.530.835,51
Transferências Intergovernamentais	14.521.600,00	14.521.600,00	2.395.615,84	16,50	11.048.082,16	76,08	3.473.517,84
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios	269.950,00	269.950,00	46.232,21	17,13	212.632,33	78,77	57.317,67
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	27.200,00	27.200,00	620,38	2,28	2.994,12	11,01	24.205,88
Multa de Juros de Mora	4.200,00	4.200,00	205,38	4,89	1.496,37	35,63	2.703,63
Indenizações e Restituições	6.000,00	6.000,00			26,23	0,44	5.973,77
Receita da Dívida Ativa	17.000,00	17.000,00	415,00	2,44	1.471,52	8,66	15.528,48
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amor							
Receitas Correntes Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL	555.000,00	555.000,00			146.610,00	26,42	408.390,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS	15.000,00	15.000,00			146.610,00	977,40	-131.610,00
Alienação de Bens Móveis	15.000,00	15.000,00			146.610,00	977,40	-131.610,00
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	540.000,00	540.000,00					540.000,00
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios	540.000,00	540.000,00					540.000,00
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Receita Auferida por Detentores de Títulos do Tesouro I							
Receitas da Alienação de Certificados de Potencial Adi							
Outras Receitas de Capital							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	17.130.950,00	17.130.950,00	3.083.184,85	18,00	13.337.171,34	77,85	3.793.778,66
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito Internas							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas							
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	17.130.950,00	17.130.950,00	3.083.184,85	18,00	13.337.171,34	77,85	3.793.778,66
DÉFICIT (VI)					420.256,94		
TOTAL (VII) = (V + VI)	17.130.950,00	17.130.950,00	3.083.184,85	18,00	13.757.428,28	80,31	3.373.521,72

Emissão: 28/11/2017 10:16:37

Page 1 de 3

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO DE 2017 - BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		1.591.099,23			14.008,54		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS							
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		1.591.099,23			14.008,54		
Reabertura de Créditos Adicionais							

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO DE 2017 - BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
RECEITAS CORRENTES							
RECEITA TRIBUTÁRIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES							
Contribuições Sociais							
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação P							
RECEITA PATRIMONIAL							
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários							
Receitas de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens P							
Receita de Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
Multa de Juros de Mora							
Indenizações e Restituições							
Receita da Dívida Ativa							
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amor							
Receitas Correntes Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Receita Auferida por Detentores de Títulos do Tesouro I							
Receitas da Alienação de Certificados de Potencial Adi							
Outras Receitas de Capital							

EDERZIO DE JESUS MENDES
PREFEITO

PAULO NERIS DE ASSUNCAO
CONTADOR

Secretario(a)

Emissão: 28/11/2017 10:16:37

Page 3 de 3
Homologado

RREO ANEXO 02 5BIM

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO DE 2017 - BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	16.315.950,00	16.916.020,80	3.366.649,01	13.973.010,23	100,00	2.943.010,57	3.478.286,01	13.757.428,28	100,00	3.158.592,52	
LEGISLATIVA											
JUDICIÁRIA											
ESSENCIAL A JUSTIÇA											
ADMINISTRAÇÃO	4.853.950,00	5.612.806,53	994.289,22	4.870.300,62	34,86	742.505,91	1.093.068,36	4.728.979,29	34,37	883.827,24	
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	803.000,00	893.951,74	152.020,40	756.466,98	5,41	137.484,76	167.916,40	749.706,98	5,45	144.244,76	
ADMINISTRACAO GERAL	3.990.000,00	4.657.904,79	842.268,82	4.113.833,64	29,44	544.071,15	925.151,96	3.979.272,31	28,92	678.632,48	
TURISMO	60.950,00	60.950,00				60.950,00				60.950,00	
DEFESA NACIONAL											
SEGURANÇA PÚBLICA											
RELAÇÕES EXTERIORES											
ASSISTÊNCIA SOCIAL	544.500,00	472.658,44	81.546,43	406.207,58	2,91	66.450,86	81.546,43	406.207,58	2,95	66.450,86	
ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	40.000,00	6.450,00	600,00	6.450,00	0,05		600,00	6.450,00	0,05		
ASSISTENCIA AO IDOSO	4.000,00	13.358,32	3.458,00	6.622,32	0,05	6.736,00	3.458,00	6.622,32	0,05	6.736,00	
ASSISTENCIA AO PORTADOR DE DEFICIENCIA	6.000,00	2.000,00				2.000,00				2.000,00	
ASSISTENCIA COMUNITARIA	486.500,00	447.350,12	77.488,43	393.135,26	2,81	54.214,86	77.488,43	393.135,26	2,86	54.214,86	
FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	8.000,00	3.500,00				3.500,00				3.500,00	
PREVIDÊNCIA SOCIAL											
SAÚDE	3.466.000,00	4.220.012,55	986.084,31	3.913.417,58	28,01	306.594,97	994.635,53	3.904.815,77	28,38	315.196,78	
ADMINISTRACAO GERAL	465.000,00	1.005.000,42	305.328,58	915.378,18	6,55	89.622,24	312.976,09	906.776,37	6,59	98.224,05	
ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	302.000,00	157.591,37	38.809,50	129.041,77	0,92	28.549,60	38.809,50	129.041,77	0,94	28.549,60	
ATENCAO BASICA	2.345.000,00	3.035.012,28	638.363,32	2.863.885,72	20,50	171.126,56	639.267,03	2.863.885,72	20,82	171.126,56	
FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	5.000,00	5.000,00				5.000,00				5.000,00	
SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	227.500,00	10.247,10	1.218,10	2.747,10	0,02	7.500,00	1.218,10	2.747,10	0,02	7.500,00	
VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	72.000,00	3.161,38	2.364,81	2.364,81	0,02	796,57	2.364,81	2.364,81	0,02	796,57	
VIGILANCIA SANITARIA	49.500,00	4.000,00				4.000,00				4.000,00	
TRABALHO											
EDUCAÇÃO	3.634.000,00	4.941.826,81	830.036,20	3.866.574,74	27,67	1.075.252,07	834.167,20	3.805.927,68	27,66	1.135.899,13	
ADMINISTRACAO GERAL	180.000,00	392.809,32	121.935,93	357.878,64	2,56	34.930,68	123.599,95	348.369,91	2,53	44.439,41	
ALIMENTACAO E NUTRICAO	100.000,00	116.625,52	24.600,67	113.181,54	0,81	3.443,98	27.067,65	113.181,54	0,82	3.443,98	
EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	10.000,00	4.500,00				4.500,00				4.500,00	
EDUCACAO INFANTIL	788.000,00	897.884,66	185.437,84	839.346,47	6,01	58.538,19	185.437,84	839.346,47	6,10	58.538,19	
ENSINO FUNDAMENTAL	2.550.000,00	3.518.407,31	495.211,76	2.546.518,09	18,22	971.889,22	495.211,76	2.495.379,76	18,14	1.023.027,55	
ENSINO MEDIO	6.000,00	11.600,00	2.850,00	9.650,00	0,07	1.950,00	2.850,00	9.650,00	0,07	1.950,00	
CULTURA	285.000,00	405.926,50	220.225,55	270.339,05	1,93	135.587,45	220.225,55	270.339,05	1,97	135.587,45	
DIFUSAO CULTURAL	285.000,00	405.926,50	220.225,55	270.339,05	1,93	135.587,45	220.225,55	270.339,05	1,97	135.587,45	
DIREITOS DA CIDADANIA											
URBANISMO	1.745.000,00	459.571,35	178.312,76	253.573,52	1,81	205.997,83	178.312,76	253.573,52	1,84	205.997,83	
INFRA-ESTRUTURA URBANA	1.675.000,00	459.571,35	178.312,76	253.573,52	1,81	205.997,83	178.312,76	253.573,52	1,84	205.997,83	
SERVICOS URBANOS	70.000,00										
HABITAÇÃO	50.000,00										

Emissão: 28/11/2017 10:19:57 Page 1 de 3

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO DE 2017 - BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
HABITACAO URBANA	50.000,00										
SANEAMENTO	120.000,00	30.000,00				30.000,00				30.000,00	
SANEAMENTO BASICO RURAL	120.000,00	30.000,00				30.000,00				30.000,00	
GESTÃO AMBIENTAL	145.000,00	97.716,71	11.243,82	71.046,13	0,51	26.670,58	11.243,82	71.046,13	0,52	26.670,58	
PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL	145.000,00	97.716,71	11.243,82	71.046,13	0,51	26.670,58	11.243,82	71.046,13	0,52	26.670,58	
CIÊNCIA E TECNOLOGIA											
AGRICULTURA	617.000,00	211.068,68	24.813,50	126.105,30	0,90	84.963,38	24.989,14	121.093,55	0,88	89.975,13	
ADMINISTRACAO GERAL	345.000,00	181.068,68	24.813,50	126.105,30	0,90	54.963,38	24.989,14	121.093,55	0,88	59.975,13	
EXTENSAO RURAL	120.000,00										
PROMOCAO DA PRODUCAO AGROPECUARIA	152.000,00	30.000,00				30.000,00				30.000,00	
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA											
INDÚSTRIA											
COMÉRCIO E SERVIÇOS											
COMUNICAÇÕES											
ENERGIA	110.000,00	57.900,85	15.458,65	57.900,85	0,41		15.458,65	57.900,85	0,42		
ENERGIA ELETRICA	110.000,00	57.900,85	15.458,65	57.900,85	0,41		15.458,65	57.900,85	0,42		
TRANSPORTE	225.000,00	244.453,33	21.231,67	103.200,79	0,74	141.252,54	21.231,67	103.200,79	0,75	141.252,54	
TRANSPORTE RODOVIARIO	225.000,00	244.453,33	21.231,67	103.200,79	0,74	141.252,54	21.231,67	103.200,79	0,75	141.252,54	
DESPORTO E LAZER	453.000,00	94.579,05	3.406,90	34.344,07	0,25	60.234,98	3.406,90	34.344,07	0,25	60.234,98	
DESPORTO COMUNITARIO	387.000,00	93.079,05	3.406,90	34.344,07	0,25	58.734,98	3.406,90	34.344,07	0,25	58.734,98	
LAZER	66.000,00	1.500,00				1.500,00				1.500,00	
ENCARGOS ESPECIAIS											
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	67.500,00	67.500,00				67.500,00				67.500,00	
RESERVA DO R.P.P.S.											
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)											
TOTAL (III) = (I + II)	16.315.950,00	16.916.020,80	3.366.649,01	13.973.010,23	100,00	2.943.010,57	3.478.286,01	13.757.428,28	100,00	3.158.592,52	

INTRA ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesa Empenhada			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (INTRA-ORCAMENTARIAS) (II)											
LEGISLATIVA											
JUDICIÁRIA											
ESSENCIAL A JUSTIÇA											
ADMINISTRAÇÃO											
DEFESA NACIONAL											
SEGURANÇA PÚBLICA											
RELAÇÕES EXTERIORES											
ASSISTÊNCIA SOCIAL											
PREVIDÊNCIA SOCIAL											
SAÚDE											
TRABALHO											

Emissão: 28/11/2017 10:19:57 Page 2 de 3

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO DE 2017 - BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

INTRA ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesa Empenhada			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
EDUCAÇÃO											
CULTURA											
DIREITOS DA CIDADANIA											
URBANISMO											
HABITAÇÃO											
SANEAMENTO											
GESTÃO AMBIENTAL											
CIÊNCIA E TECNOLOGIA											
AGRICULTURA											
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA											
INDÚSTRIA											
COMÉRCIO E SERVIÇOS											
COMUNICAÇÕES											
ENERGIA											
TRANSPORTE											
DESPORTO E LAZER											
ENCARGOS ESPECIAIS											
RESERVA DE CONTINGÊNCIA											
RESERVA DO R.P.P.S.											
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)											
TOTAIS INTRA-ORÇAMENTÁRIOS											

EDERZIO DE JESUS MENDES
PREFEITO

Secretario(a)

PAULO NERIS DE ASSUNCAO
CONTADOR

Emissão: 28/11/2017 10:19:57 Page 3 de 3

Homologado

RREO ANEXO 01 5BIM_

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO DE 2017 - BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas			Despesas Liquidadas			Despesas Pagas Até o Bimestre (j)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processadas (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)	Saldo (g) = (e - f)	No Bimestre	Até o Bimestre (h)	Saldo (i) = (e - h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	17.130.950,00	17.731.020,80	3.366.649,01	13.973.010,23	3.758.010,57	3.478.286,01	13.757.428,28	3.973.592,52	12.201.730,78	
DESPESAS CORRENTES	14.689.950,00	16.939.303,89	3.188.431,25	13.572.581,92	3.366.721,97	3.300.068,25	13.385.999,97	3.553.303,92	11.837.172,47	
Pessoal e Encargos Sociais	7.769.600,00	8.464.184,96	1.448.359,35	7.073.106,72	1.391.078,24	1.448.359,35	7.073.106,72	1.391.078,24	6.354.917,51	
Juros e Encargos da Dívida										
Outras Despesas Correntes	6.920.350,00	8.475.118,93	1.740.071,90	6.499.475,20	1.975.643,73	1.851.708,90	6.312.893,25	2.162.225,68	5.482.254,96	
DESPESAS DE CAPITAL	2.373.500,00	724.216,91	178.217,76	400.428,31	323.788,60	178.217,76	371.428,31	352.788,60	364.558,31	
Investimentos	2.370.500,00	724.216,91	178.217,76	400.428,31	323.788,60	178.217,76	371.428,31	352.788,60	364.558,31	
Inversões Financeiras										
Amortização da Dívida	3.000,00									
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	67.500,00	67.500,00			67.500,00			67.500,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)										
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	17.130.950,00	17.731.020,80	3.366.649,01	13.973.010,23	3.758.010,57	3.478.286,01	13.757.428,28	3.973.592,52	12.201.730,78	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)										
Amortização da Dívida Interna										
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
Amortização da Dívida Externa										
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	17.130.950,00	17.731.020,80	3.366.649,01	13.973.010,23	3.758.010,57	3.478.286,01	13.757.428,28	3.973.592,52	12.201.730,78	
SUPERÁVIT (XIII)									1.135.440,56	
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	17.130.950,00	17.731.020,80	3.366.649,01	13.973.010,23	3.758.010,57	3.478.286,01	13.757.428,28	3.973.592,52	13.337.171,34	
RESERVA DO RPPS										

Emissão: 28/11/2017 10:16:37

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO DE 2017 - BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas			Despesas Liquidadas			Despesa Pagas Até o Bimestre (j)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processadas (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)	Saldo (g) = (e - f)	No Bimestre	Até o Bimestre (h)	Saldo (i) = (e - h)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)										
DESPESAS CORRENTES										
Pessoal e Encargos Sociais										
Juros e Encargos da Dívida										
Outras Despesas Correntes										
DESPESAS DE CAPITAL										
Investimentos										
Inversões Financeiras										
Amortização da Dívida										

EDERZIO DE JESUS MENDES
PREFEITO

PAULO NERIS DE ASSUNCAO
CONTADOR

Secretario(a)

Emissão: 28/11/2017 10:16:37 Page 2 de 2
Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 016/2017

EDITAL DE PUBLICAÇÃO N° 016/2017

O SENHOR PEDRO FERREIRA DE SOUZA, PREFEITO MUNCIPAL DE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES EM CUMPRIMENTO AO ARTIGO 31, § 3° DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ARTIGO 209 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, COMUNICA QUE OS RELATORIOS **RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária** do **QUINTO BIMESTRE** DE 2017 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU - MT, ENCONTRA-SE A DISPOSIÇÃO NO SITE **www.jauru.mt.gov.br** no link PORTAL DA TRANSPARENCIA PARA APRECIAÇÃO DOS CIDADÃOS E INSTITUIÇÕES DA SOCIEDADE, OS QUAIS PODERÃO QUESTIONAR-LHES A LEGITIMIDADE.

JAURU — MT, 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

PEDRO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 2986/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL/ REGISTRO DE PREÇO Nº 039/2017

PREGÃO PRESENCIAL/ REGISTRO DE PREÇO Nº 039/2017 Regido pela Lei n° 10.520 , de 17 de Julho de 2002, Lei Complementar n° 123, de 14 de Dezembro de 2006, Decreto Municipal n° 067 de 01 de Dezembro 2009, subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Objeto: A presente licitação tem por objeto aquisição de materiais de gêneros alimentícios (pão francês, pão de doce, pão de queijo, mini - salgados, pão de forma, tortas com recheio, roscas com recheio e outros), para atender as Secretarias Municipais, conforme especificações do anexo I, que faz parte integrante do Edital.

.

SESSÃO PUBLICA PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.

DATA: 07/12/2017 HORARIO 08h00m

Local: Paço Municipal " José Peres" Prefeitura Municipal de Jauru – Situada na Rua do Comercio, 480, Centro – Jauru – MT ; CEP.: 78.255-000

Pregoeira – Ina Duarte da Silva

Site – www.jauru.mt.gov.br

E-mail: licitação@jauru.mt.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 027 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017.

PORTARIA Nº 027 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017.

"CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA LUCIENE MANSANO, DA CÂMARA MUNICIPAL DE JAURU-MT".

VILSON RAMOS DA SILVA, Presidente do Legislativo Municipal de Jauru, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, as quais são conferidas pelo Art. 19, Inc. IV, alínea "a" do Regimento Interno da Câmara Municipal de Jauru.

RESOLVE:

Art. 1º - Concede **FÉRIAS REGULAMENTARES**, à Servidora **LUCIENE MANSANO**, lotada como **Secretária Legislativa**, matrícula funcional nº 32-1, conforme requerido, **pelo prazo de 20 dias**, referente ao **período aquisitivo de 01 de setembro de 2016 a 31 de agosto de 2017. Sendo que 10 (dez) dias serão convertidos em espécie, conforme Lei Complementar de 045/2006 de 06 de dezembro, Art. 126 § 3º.**

Parágrafo Único – As Férias Regulamentares referidas no *Caput* deste artigo terá início em 11 de novembro de 2017 e término em 30 de novembro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroagidos em data de 10 de novembro de 2017, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE.

Gabinete da Presidência, Jauru-MT, 10 de novembro de 2017.

Ver. VILSON RAMOS DA SILVA

Presidente do Legislativo

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

TERCEIRO TERMO ADITIVO, AO CONTRATO N. 151/2016, FORMALIZADO ATRAVÉS DO PROCESSO LICITATÓRIO DE TOMADA N. 02/2016, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO E A EMP

Aos 28 dias de novembro de 2017, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no C.G.C/MF nº. 15.072.663/0001-99 com sede a Rua Niterói, nº. 81 N, Centro, neste ato representada pela Srª. **Luciane Borba Azoia Bezerra**, brasileira, Prefeita Municipal, portadora da Cédula de Identidade n.º **0925703-9 SSP/MT** e inscrita no **CPF/MF** sob o n.º **581.047.771-91**, com endereço funcional sito à Rua Niterói, nº 81 – N, Centro Juara/MT, neste ato denominado **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa: **CALÁBRIA MHG CONSTRUTORA EIRELI – EPP**, inscrita com o CNPJ sob o nº 02.639.244/0001-44, localizada à Estrada Maria Adelina n. 364-W, Bairro Chácara de Recreio Lucia Maria – CEP: 78.575-000, no Município de Juara – Estado de Mato Grosso, devidamente representada por seu procurador o Sr. Antônio Carlos Giraldelli, portador do RG: 868.621 SSP/PR e CPF: 236.785.699-00, doravante denominado, **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO**, observado as disposições na Lei n. 8.666/93, em especial o artigo 62, § 3º, e Processo Licitatório de Tomada de Preços nº 02/2016, e mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – PRORROGAÇÃO contratual por 180 (cento e oitenta) dias, tendo seu vencimento previsto para 27 de maio de 2018, sem alterações de valores, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, através do pedido de alteração contratual e justificativa em anexo,por se tratar de **Contratação de Empresa da Área de Engenharia para a Prestação de Serviços de Drenagem Pluvial no Bairro Parque Azóia, conforme Termo de Convênio n. 177/13**, que será prestado nas condições estabelecidas no Projeto Básico e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao Instrumento Convocatório do certame que deu origem a este instrumento contratual**.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FINALIDADE

2.1 – A finalidade deste instrumento é manter os serviços contratados, através da PRORROGAÇÃO contratual**,** sem alterações de valores.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1 – Este instrumento entra em vigor a partir da data de sua assinatura e vigorará até a data do dia 27 de maio de 2018.

CLÁUSULA QUARTA – DOS VALORES REPACTUADOS

4.1 **–** Os valores pactuados em contrato permanecem inalterados.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

5.1 – Permanecem inalteradas e ratificadas as demais condições do contrato e demais cláusulas do ato convocatório, que são partes integrantes deste instrumento, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA SEXTA – DA DIVULGAÇÃO

6.1 – A alteração será divulgada na imprensa oficial.

CLÁUSULA SETIMA – DO FORO

7.1 – As dúvidas decorrentes do presente termo serão dirimidas no Foro e Comarca de Juara – Estado de Mato Grosso, com renuncio de qualquer outro.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 04 (quatro) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais.

Juara /MT, em 28 de novembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA/MT

LUCIANE BORBA AZOIA BEZERRA

PREFEITA DO MUNICIPIO

CONTRATANTE

CALÁBRIA MHG CONSTRUTORA EIRELI – EPP

CNPJ sob o nº 02.639.244/0001-44

Antônio Carlos Giraldelli,

RG: 868.621 SSP/PR

CPF: 236.785.699-00

CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO A Prefeita Municipal, SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Presidente da C.P.L. e sua equipe de apoio, resolve:

HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação: 062/2017

Modalidade: Pregão Presencial

Data da Homologação: 28/11/2017

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA E SUAS SECRETARIAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO NO EDITAL, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

Vencedor:

Razão Social: ODILON JOSÉ GOMES BARBOSA JUNIOR - ME CNPJ: 28.401.274/0001-01 Valor: R$ 23.700,00

Juruena – MT, 28 de novembro de 2017 SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA Prefeita Municipal de Juruena

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Comissão Temporária de Pregão, da entidade Prefeitura Municipal de Juruena, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº. 155/2017, de 27/11/2017, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 11/12/2017, às 08:00 horas, no endereço, Avenida Quatro de Julho, 360, Centro, Juruena - MT, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação **Pregão Presencial SRP Nº 064/2017, Processo Administrativo Nº 082/2017**. Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no site www.pmjuruena.com.br. Maiores informações pelo telefone (66) 3553-1407 ou pelo email: licitacao@pmjuruena.com.br.

Objeto da Licitação: Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa para Locação de Rolo Compactador para atender as necessidades dessa municipalidade.

Juruena, 28 de novembro de 2017.

Robson Gomes Dias Pregoeiro Temporário

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 299/2017

EXTRATO DO CONTRATO N° 299/2017

PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº 080/2017

PREGÃO PRESENCIAL: N° 062/2017

VALIDADE: 12 (Doze) meses, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial, podendo ser prorrogado na forma da lei.

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Juruena/MT, doravante denominada **PREFEITURA**, neste ato representada pela Prefeita Municipal Sra. **SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA**, brasileira, portadora da cédula de identidade RG nº 698.611, e do CPF 747.198.402-30 residente e domiciliada na cidade de Juruena/MT resolve contratar a Empresa **ODILON JOSÉ GOMES BARBOSA JUNIOR - ME**, inscrita no CNPJ: **28.401.274/0001-01**, neste ato representada legalmente pelo Sr **ODILON JOSÉ GOMES BARBOSA JUNIOR** , portador do **CPF: 092.979.196-77** e **RG: MG15658013 SSP/MG**, de acordo com as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes deste Contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações e Lei 10.520/02, em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de Empresa Especializada em **Prestação de Serviços de Engenharia Civil,** para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Juruena e suas Secretarias, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referencia anexo neste Edital, pelo período de 12 meses.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A vigência do presente Contrato compreende o período de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação, com início em 28/11/2017 e término em 27/11/2018.

2.2. O presente Contrato poderá ser prorrogado na forma de Lei, por igual período, mediante acordo entre as partes.

3. DA GERÊNCIA DO PRESENTE CONTRATO

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria Municipal de Administração de Juruena, através da Superintendência de Aquisição, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais.

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade e a especificação dos serviços contratados encontram-se indicados na tabela abaixo.

Item	Qtdd	Unid	Descrição	Val. mensal	Val. total
01	12	Mes	Serviço de Engenharia Civil	1.975,00	23.700,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

REAVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 025/2017

A Prefeitura Municipal de Juscimeira-MT, através de Pregoeira nomeada, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS**, ao **MENOR VALOR POR ÍTEM**, tendo por objeto:**"Registro de Preços para Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Construção de Creche Municipal no Distrito Placa de Santo Antônio em Juscimeira/MT",** nos termos da Lei 10.520/02, a realizar-se no dia **12 DE DEZEMBRO DE 2017 - 08:00 h - MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.Juscimeira.mt.gov.br ou na Prefeitura, à Av. Joaquim MigueL dos Santos, nº 210, Cajus, das 07:00 até 13:00 horas. Informações: tel. (0**66) 3412-1371. Juscimeira, 28 de novembro de 2017.

DIVA MARIA DOS SANTOS GARDIN

Pregoeira

EXTRATO DE CONTRATO Nº 023/2017

CONTRATANTE: **MUNICIPIO DE JUSCIMEIRA/MT**

CONTRATADA: ALMEIDA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA – ME

CNPJ: 14.050.302/0001-89

OBJETO: "Contratação de empresa especializada para execução de Obra de Reforma de Pontes de Madeiras MT-469 (Ponte Rio Tugore), MT-373 (Córrego Piçarra, Córrego Piçarrão, Córrego Marmelada e Córrego São Bento) no Município de JUSCIMEIRA/MT"

ASSINATURA: 10/11/2017

VIGENCIA: 10/01/2018

VALOR GLOBAL: R**$ 231.503,82** (duzentos e trinta um mil quinhentos e três reais e oitenta dois centavos)

RETIFICAÇÃO EXTRATO DO TERMO ADITIVO

ONDE SE LÊ : EXTRATO ADITIVO N° 006/2017 AO CONTRATO Nº 005/2014

LEIA – SE : EXTRATO ADITIVO N° 007/2017 AO CONTRATO Nº 005/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

SECRETARIA MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 040/2017

DECRETO Nº 040/2017

de 01 de novembro de 2017

"DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO E NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO FUNDEB E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

FAUSTO AQUINO DE AZAMBUJA FILHO, Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal do FUNDEB do município de Luciara- MT - titulares e suplentes – indicados pelas respectivas classes representativas, nos termos da Legislação Municipal, como se segue:

REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Titular: Arlene Sousa Silva

CPF: 785.109.101.20

Suplente: Arilson Silva Sales

CPF: 535.513.031-34

REPRESENTANTES DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Titular: Cléia Rodrigues Alves

CPF: 021.594.631-67

Suplente: Maria Auxiliadora Carvalho Sousa

CPF: 919.047.811-87

REPRESENTANTE DOS DIRETORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Titular: Miriam Paula Nunes Aguiar

CPF: 015.346.051-26

Titular: Josideme Silva de Oliveira

CPF: 782.321.471-72

REPRESENTANTES DOS SERVIDORES TÉCNICOS ADMINISTRATIVO DAS ESCOLAS BASICAS.

Titular: Rosemy Serpa Luz

CPF: 003.46.491-51

Suplente: Mria Diva Luz

CPF: 545. 872. 551- 49

REPRESENTANTE DE PAIS DE ALUNO DA EDUCAÇÃO BASICA

Titular: Suzanny Silva Ferreira

CPF: 027.553.651-37

Suplente: Liziaelvira Evangelista Costa

CPF: 021.616.691-84

REPRESENTANTE DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

Titular: Leocádia Alves Medeiros

CPF: 703.282.971-60

Suplente: Bruna Rafaela Rodrigues da Silva

CPF: 056.084.861-79

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, em 01 de novembro de 2017.

FAUSTO AQUINO DE AZAMBUJA FILHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 005/2017 - CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PUB. LOA 2017

EDITAL N.º 005/2017 - CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA LOA/2017

O Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento ao artigo 48 da Lei Complementar n°. 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, **CONVIDA** a população Luciarense para a realização de Audiência Pública de Elaboração da "Lei Orçamentária Anual – LOA" para o Exercício Financeiro de 2018, com o objetivo de garantir a participação da população, das associações, dos sindicatos de classes, das entidades religiosas e demais entidades representativas da comunidade.

Local: Câmara Municipal de Luciara/MT.

Data: 01/12/2017

Horário – 9,0 horas

E, para fins de conhecimento a todos, expede-se o presente edital que será publicado no portal do Município e Associação dos Municípios de Mato Grosso, e afixado em local de fácil acesso ao público.

Luciara - MT, 25 de Novembro de 2017.

FAUSTO AQUINO DE AZAMBUJA FILHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2017 - SRP.

A Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT, através de sua Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com data de abertura prevista para o **dia 14 de Dezembro de 2017, ás 08:00 horas (Horário de Mato Grosso)**, na sala de licitações da Prefeitura Municipal, tendo como objeto o registro de preçospara futura e eventual aquisição de recargas de gás liquefeito de petróleo – GLP, para uso nas diversas secretarias municipais de Marcelândia/MT. O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Marcelândia-MT, Sito a Rua Guaíra, Nº 777, Centro e no site www.marcelandia.mt.gov.br (Ícone: Licitação)

Marcelândia/MT, em 28 de Novembro de 2017

GRAZIELA RUBIO PERIUS

Pregoeira Oficial

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA DE MATUPÁ/SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
DECISÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 090/2016

Ata de Registro de Preço nº 090/2016

Vistos, etc...

RELATÓRIO

Foi celebrado entre o Município de Matupá e a empresa CYAN Papelaria e Materiais de Informática EIRELI EPP, Ata de Registo de Preço nº 090/2016, com o objeto sendo aquisição de eletrônicos, equipamentos e suprimentos de informática, móveis, eletrodomésticos, drone, pulverizador, brinquedos para parque infantil e equipamentos hospitalares em atendimento as necessidades do município de Matupá MT, ata foi datada de 23/

11/2016, com prazo de entrega de 08 (oito) dias logo após a contratada receber as requisições pela Prefeitura Municipal.

Foi encaminhado a empresa Ofício Nº 361-1/GP/17, datado de 03 de agosto de 2017, informando a rescisão unilateral da ata de registro de preço nº 090/2016 devido ao não cumprimento do prazo estabelecido em edital conforme cláusula décima considerando que o fornecedor/consignatária não cumpriu com as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços, bem como na aplicação das penalidades de suspensão temporária de licitar e contratar com a Prefeitura de Matupá por até 02 anos, dando prazo antes de efetuar a rescisão e aplicação da penalidade, de 5 dias úteis para o contratado, em querendo, apresentar defesa, respeitando o contraditório e a ampla defesa e o estabelecido no art. 87, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

Em resposta ao Ofício 361-1/GP/17 a empresa Contratada no dia 10/08/2017 encaminhou justificativa do descumprimento.

Sendo este o relatório dos principais atos processuais para emissão do juízo, fundamento e decido.

DECISÃO

O artigo 37 da Constituição Federal estabelece a obrigatoriedade da Administração Pública obedecer aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

A inexecução do contrato causa gravíssimo dano a administração pública, bem como, em cristalina violação aos princípios da legalidade, moralidade e eficiência.

A inexecução do contrato enseja a rescisão e suas consequências conforme normas entabuladas na Lei 8.666/1993 e no próprio procedimento licitatório e instrumento de contrato.

A Lei nº 8.666/1993 estabelece:

Art. 77. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

.....

IV - o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

.....

Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:

I - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior;

Analisando o caso em tela, depreende-se que o objeto não foi entregue no prazo estabelecido, a Contratada recebeu a requisição, como consta nos autos, sendo o fato incontestável. Transcorrido o prazo a contratada não entregou o objeto do contrato com atraso, justificando erro na digitação dos valores que tornaram-se inexequíveis pela empresa inviabilizando seu fornecimento.

A cláusula 10 da Ata de Registro de Preço estabelece os motivos pelos quais podem ser cancelada a referida ata, sendo uma delas:

A) – Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preço;

Frente ao exposto, está configurado motivos e fundamentos para aplicação da suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar coma Prefeitura Municipal de Matupá MT, por prazo não superior a 2 anos em decorrência de sua inexecução, entendo ser a mais justa opção supramencionada.

Diante do exposto, com base na fundamentação retro, determino a suspensão temporária de participação de licitação com a Prefeitura Municipal de Matupá, conforme cláusula 12 da Ata de Registro de Preço Nº 090/2016 bem como prevê o artigo 87, inciso III da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei Nº 8.883/94.

Cumpra-se a decisão, devendo ser a empresa suspensa temporariamente e publicada esta decisão, para os devidos efeitos.

Matupá-MT, em 24 de novembro de 2017.

VALTER MIOTTO FERREIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RH
TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOAL POR PRAZO DETERMINADO Nº 203/2017

SEGUNDO TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE e ***REGIANE MENEGUETI,*** com permissivo constitucional (artigo 37, inciso X) e a teor do disposto na LC n. 157/2016, LC nº 087/2009 e alterações e Lei autorizativa nº 1397 de 21 de novembro de 2016.

Pelo presente instrumento, o Município de Mirassol D'Oeste - MT, representado pela Prefeita Interina Sra. **MARINEZ DE CAMPOS**, portador do RG 529.908 SSP/MT e CPF 474.656.891-04, a seguir denominado **CONTRATANTE** e a Sra. ***REGIANE MENEGUETI,*** brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta Cidade de Mirassol D'Oeste - MT, portadora do RG 529.908 SESP/MT e CPF 474.656.891-04, resolvem celebrar o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado nº 203/2017, contratada para o cargo de **MONITORA DE CRECHE,** considerando parecer jurídico Nº 270/2017:

CLÁUSULA PRIMEIRA: **Do Objeto**

O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de que trata a cláusula Sexta do Contrato temporário de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado, firmado em 31 de agosto de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA: Da Prorrogação

Fica prorrogado até ***31/05/2018*** o prazo de que trata a cláusula sexta do contrato nº 203/2017.

CLÁUSULA TERCEIRA: Da Ratificação

Continuam em pleno vigor, as demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado que não conflitarem com o presente instrumento.

E por estarem ambas as partes de pleno acordo, assinam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas (02) testemunhas.

Mirassol D'Oeste, 16 de novembro de 2017.

MARINEZ DE CAMPOS EVA ALVES DO NASCIMENTO

Prefeita Interina Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura

REGIANE MENEGUETI

Contratada

Testemunhas:

_____ _____

Alcilena C. Queiroz Botelho RODRIGO DONIZETE TERRADAS

RG: 375911 SSP/MT RG: 1982516-1 SSP/MT

CPF 303.820.681-49 CPF: 024.713.901-70

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA

PORTARIA Nº 498 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

NOMEIA COMISSÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D´OESTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Interina do Município de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato grosso, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o art 9º da Lei Estadual nº 8.469 de 07 de abril de 2006, combinado com o art. 10, §§ 1º e 2º, da Instrução Normativa nº 004/GS/SEDUC/MT;

Considerando o término do mandato da comissão nomeada pela Portaria nº 432/2015, e conforme nova composição encaminhada através do Protocolo nº 0100005142/2017 - SMEC,

R E S O L V E

Art. 1º - Nomear **COMISSÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR** do Município de Mirassol D´Oeste-MT, conforme constituição seguinte:

I – REPRESENTANTE DE ALUNOS

GABRIEL TOLLÓ TEIXEIRA DA SILVA

RG: 2758760-6 CPF: 062.241841-60

Endereço: Rua Maria dos Anjos Braga, 970, Centro - Mirassol d'Oeste-MT

Telefone: (65) 3241-1670 E-mail: mdo.ee.padre.tiago@seduc.mt.gov.br

II - REPRESENTANTE DOS PAIS

ELAINE DIAS TROSDOLF

RG: 1916190-5 CPF: 028.350.691-19

Endereço: Rua 8, 1180 - Cidade Tamandaré - Mirassol d'Oeste-MT

Telefone: (65) 99611-9813 E-mail: elainediastrosdolf30@gmail.com

III – REPRESENTANTE DOS PROFESSORES MUNICIPAIS

ROSANA DE CÁSSIA BOTELHO DE CARVALHO

RG: 0602998-1 CPF: 429.471.541-34

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 285,Alto da Boa Vista - Mirassol d'Oeste-MT

Telefone: (65) 9 9905-9465 E-mail: rosanabotelho98@hotmail.com

IV – REPRESENTANTE DOS PROFESSORES ESTADUAIS

CHARLES ESTEVES MAGOSSO

RG: 1081721-2 CPF: 703.407.731-20

Endereço: Rua Nilma Pereira Leite, 1420, Centro - Mirassol d'Oeste-MT

Telefone: (65) 99958-8004 E-mail: cmagosso1@hotmail.com

V – REPRESENTANTE DA ASSESSORIA PEDAGÓGICA

VANDILMA MARIA TEÓFILO

RG: 2732713 CPF: 494.192.261-15

Endereço: Rua Acrizio Oliveira Leite, 81, Jardim das Flores II - Mirassol d'Oeste-MT

Telefone: (65) 3241-1777 E-mail: mdo.ass.pedagogica@seduc.mt.gov.br

VI – REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO

RODRIGO DONIZETE TERRADAS

RG: 1982516-1 CPF: 024.713.901-70

Endereço: Rua D. Pedro, 975, Jardim Santa Rosa - São José dos Quatro Marcos

Telefone: (65) 99941-3228 E-mail: rodrigoterradasmt@hotmail.com

NELSON JOSÉ DOS SANTOS

RG: 0513436-6 CPF: 388.258.801-20

Endereço: Rua Arvelino, 1955, Bairro Shangrilá

Telefone: (65) 99989-7949 E-mail: nelsonjose12@hotmail.com

VII – REPRESENTANTE DO FUNDEB

VILMA PEREIRA GONÇALVES

RG: 0875440-3 CPF: 580.677.361-20

Endereço: Rua Jurandir de Souza Freire, 75, Jardim das Oliveiras-Mirassol d'Oeste-MT

Telefone: (65) 99964-8816 E-mail: vilma.goncalves2@outlook.com

Art. 2º - A Comissão de Transporte Escolar ora nomeada tem como finalidade:

I – Fiscalizar a execução do Transporte Escolar no Município;

II – Deliberar sobre eventuais controvérsias;

III – Emitir parecer nas prestações de contas e relatórios à cerca das condições do transporte escolar no Município.

Art. 3º - O mandato dos membros nomeados por esta Portaria será de 02 (dois) anos, permitida a recondução uma única vez.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

Gabinete da Prefeita Interina, Sede Provisória do Paço Municipal, em 28 de novembro de 2017.

MARINEZ DE CAMPOS

Prefeita Interina

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, PARA REGULAMENTAR A CESSÃO NÃO ONEROSA DO LICENCIAMENTO DE USO DO SOFTWARE DIGITAL CONSIG, CONTRATADO PELAS CONSIGNATÁRIAS CREDENCIADAS, LIBERADO PELA EMPRESA RODRIGO S DALLA RIVA – SOLUÇÕES EM SOFTWARES - ME A PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE -MT, OBJETIVANDO A OPERACIONALIZAÇÃO DA GESTÃO E CONTROLE DAS CONSIGNAÇÕES EM FOLHA DE PAGAMENTO.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE-MT**, localizada na Av. Tancredo Neves, nº 5659, bairro Centro, CEP: 78.280-000, MIRASSOL D'OESTE-MT, inscrita no CNPJ sob nº 03.755.477/0001-75, neste ato representada por sua Prefeita Sra. **Marinez Campos**, doravante denominada simplesmente **CESSIONÁRIA**.

RODRIGO S DALLA RIVA – SOLUÇÕES EM SOFTWARES - ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua das Palmeiras, nº 312, Bairro Setor H, CEP: 78580-000, Alta Floresta- MT, inscrita no CNPJ nº. 12.022.696/0001-36, neste ato, representado por proprietário, **Rodrigo Soares Dalla Riva**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 1107326-8 SSP/MT, inscrita no CPF/MF sob o nº 952. 898.011-20, doravante denominada simplesmente **CEDENTE**.

CESSIONÁRIA e **CEDENTE**, em conjunto simplesmente designados PARTES, firmam o presente TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ("**TERMO**"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO 1.1. O software, ora cedido e licenciado em conformidade com a Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998, é de propriedade intelectual e material da empresa **CEDENTE**. **1.2.** Constitui objeto deste termo, a cooperação técnica para CESSÃO NÃO ONEROSA do licenciamento de uso, pela **CEDENTE** à **CESSIONÁRIA**, do sistema **DIGITALCONSIG** Módulos do Consignante e Servidor, de propriedade da **CEDENTE** a fim de possibilitar a operacionalização e controle das consignações no âmbito da Administração Direta e Indireta da **PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE - MT**, junto aos servidores municipais e às Consignatárias contratantes do sistema, bem como a prestação

dos serviços técnicos e especializados em instalação, manutenção, suporte ao referido sistema e execução do cálculo das margens consignáveis SEM ÔNUS quaisquer para a **CESSIONÁRIA** e seus servidores. **1.3.** Os módulos do sistema contratados pelas Consignatárias deverão permitir à CESSIONÁRIA efetuar de forma online o controle das operações de consignações em seu âmbito conforme regras definidas no presente TERMO, bem como oferecer aos servidores públicos da CESSIONÁRIA ummódulo específico do sistema (Módulo do Servidor) para consulta de valores e composição de margens consignáveis, acompanhamento das consignações e simulações de operações de crédito, SEM ÔNUS para a **CESSIONÁRIA** e para os seus servidores. **1.4.** A operacionalização das consignações se dará por meio das INSTITUIÇÕES CONSIGNATÁRIAS CONVENIADAS e somente será possível mediante contratação por esta, do respectivo "Módulo da Consignatária" do SISTEMA **DIGITALCONSIG**, pertencente à**CEDENTE**, devendo ser tratado individual e diretamente com cada instituição consignatária. **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES** 1. 2. **2.1.** As consignações facultativas da **CESSIONÁRIA**procederão única e exclusivamente através do sistema **DIGITALCONSIG**, enquanto este for o meio de controle das mesmas, objetivando beneficiar aos servidores públicos através da execução do controle efetivo da margem consignável conforme regras e limites definidos no presente TERMO. **2.2.** A operacionalização das consignações no âmbito da **CESSIONÁRIA** transcorrerá por meio das INSTITUIÇÕES CONSIGNATÁRIAS, contratantes do sistema **DIGITALCONSIG** – módulo da Consignatária, de propriedade da **CEDENTE**, devidamente credenciadas e autorizadas pela **CESSIONÁRIA** e responsável pelos seus custos particulares de contratação do sistema **DIGITALCONSIG**. **2.3.** Apenas as consignatárias devidamente credenciadas à **CESSIONÁRIA** poderão ter acesso à utilização do módulo das Consignatárias do sistema **DIGITALCONSIG** para efetuar consignações e, o credenciamento será expresso através de uma Declaração de Confirmação de Credenciamento emitida pela **CESSIONÁRIA**; **2.4.** As consignatárias cujo credenciamento encontra-se inativo junto a **CESSIONÁRIA**, mas que possuem consignações em vigor no órgão fica impedido de efetuar novas consignações e, o processamento para envio dos valores consignados para averbação e consultas às consignações em vigor até seu término serão possíveis somente mediante envio pelo sistema **DIGITALCONSIG**. **2.5.** A **CEDENTE** fica sujeita às orientações da **CESSIONÁRIA** quanto a procedimentos e regras de cálculo de margem, tipos de margem, data de fechamento de consignações e de folha de pagamento, procedimentos de segurança, além do bloqueio de Consignatárias a qualquer tempo, independente dos contratos firmados entre a **CEDENTE** e CONSIGNATÁRIAS. **2.6.** A **CEDENTE** poderá bloquear o acesso das CONSIGNATÁRIAS inadimplentes do pagamento dos custos particulares referentes à adesão, manutenção e suporte do **DIGITALCONSIG**. **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES DA CEDENTE**

Fazem parte da cooperação técnica por parte da **CEDENTE** as seguintes atribuições:

1. 2. 3. **3.1.** Ceder, em caráter não exclusivo e SEM ÔNUS para a **CESSIONÁRIA**, os direitos de uso do software **DIGITALCONSIG**, de propriedade da **CEDENTE**, envolvendo os módulos do Consignante e Servidor, durante a vigência deste Termo. **3.2.** Prover e manter atualizados os requisitos de software e banco de dados necessários ao pleno funcionamento do **DIGITALCONSIG**; **3.3.** Instalar o software **DIGITALCONSIG**, bem como configurá-lo de modo a possibilitar o acesso da **CESSIONÁRIA**, seus servidores e consignatárias autorizadas; **3.4.** Oferecer aos servidores indicados pela **CESSIONÁRIA**, que irão operar o sistema, (1) um treinamento antes do início da operacionalização do **DIGITALCONSIG** referente à sua utilização e aos procedimentos de consignação envolvidos; **3.5.** Garantir a integração do Sistema de Consignação com o Portal do Servidor da **CESSIONÁRIA** (**PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE - MT**), possibilitando o acesso por parte dos Servidores Públicos desta instituição; **3.6.** Disponibilizar no **DIGITALCONSIG** as margens consignáveis dos Servidores, mediante pesquisa do servidor segundo critérios definidos pela **CESSIONÁRIA**; **3.7.** É de responsabilidade de a CEDENTE manter o sistema **DIGITALCONSIG** compatível com todas as exigências legais que regulamentam as consignações em folha de pagamento, não permitindo qualquer funcionalidade em contrário, exceto por força de Portaria emitida pela **CESSIONÁRIA**, que então, passa a ser a responsável legal por estes critérios de funcionamento; **3.8.** Enviar para a **CESSIONÁRIA** e em data definida pela mesma, antes do fechamento da folha de cada mês, os respectivos arquivos das consignações efetuadas pelas CONSIGNATÁRIAS através do Sistema de Consignação de uso da **PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE - MT**, e em layout acordado entre as partes, para recepção pelo sistema de folha da **CESSIONÁRIA**; **3.9.** Promover a manutenção do sistema **DIGITALCONSIG**, envolvendo: **3.9.1.** Monitoramento do funcionamento do software; **3.9.2.** Carga mensal de dados no sistema referente as consignações dos servidores, respeitando os prazos de renovação de margem definidos de acordo com o procedimento de fechamento de folha da **CESSIONÁRIA**; **3.9.3.** Acompanhamento do cálculo da margem dos servidores junto a **CESSIONÁRIA**; **3.9.4.** Atualização das demandas requeridas pela **CESSIONÁRIA** que atinjam as consignações no que diz respeito a inclusão de novos códigos de folha, regras de cálculo e programas especiais de consignação; **3.9.5.** Atualizações nos módulos de software existentes e homologados pela **CESSIONÁRIA**; **3.9.6.** Atualizações das tecnologias de software utilizadas; **3.9.7.** Adaptar e enquadrar o **DIGITALCONSIG** nas atualizações da legislação e instrumentos normativos que regulam os procedimentos de consignação inerentes a **CESSIONÁRIA**, desde que sejam autorizadas pela mesma, tornando-se a **CESSIONÁRIA** responsável por tais critérios de funcionamento; **3.9.8.** Processamento e envio mensal das consignações do mês corrente e anteriores à instalação do **DIGITALCONSIG** para averbação na folha de pagamento da **CESSIONÁRIA**; **3.10.** Oferecer suporte de orientações emergenciais à **CESSIONÁRIA**, a respeito da utilização do **DIGITALCONSIG**, através do e-mail da **CEDENTE** ou pelo telefone, de Segunda a Sexta-Feira de 8hs às 18hs, exceto feriados; **3.10.1.** A **CEDENTE** se responsabiliza em prestar atendimento e suporte aos gestores da **CESSIONÁRIA**, mais especificamente na pasta de Recursos Humanos, desta forma, este Termo não inclui atendimento aos servidores, cujas dúvidas serão tratadas diretamente no setor de Recursos Humanos e Folha de Pagamento da **CESSIONÁRIA**. **CLÁUSULA QUARTA - DAS ATRIBUIÇÕES DA CESSIONÁRIA**

Faz parte da cooperação técnica por parte da **CESSIONÁRIA** as seguintes atribuições:

1. 2. 3. 4. **4.1.** Repassar mensalmente em arquivo eletrônico à **CEDENTE** os dados necessários ao cálculo da margem consignável dos servidores bem como à identificação dos mesmos, em layout acordado entre as equipes técnicas das partes; **4.2.** Enviar à **CEDENTE** em até 48h após o fechamento da folha de pagamento, o arquivo de retorno contendo os dados das consignações aceitas e rejeitadas pelo sistema de folha de pagamento; **4.3.** É de responsabilidade de a CESSIONÁRIA registrar e relatar ao suporte da **CEDENTE** toda e qualquer ocorrência de comportamento incorreto ou obscuro do sistema **DIGITALCONSIG**, sendo vedado a **CESSIONÁRIA** proceder com a manutenção de forma unilateral sem o consentimento da **CEDENTE** ou de pessoa autorizada por esta. **CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA DO TERMO** 1. 2. 3. 4. 5. **5.1.** O presente termo vigorará pelo prazo de **60 (sessenta) meses**, podendo ser prorrogado entre as partes mediante celebração de "**TERMO ADITIVO"** para este fim, respeitando os limites legais, com seus efeitos vigorando a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da **CESSIONÁRIA**, podendo ser denunciado por inadimplemento de alguma das cláusulas, a qualquer tempo, pela **CESSIONÁRIA**, mediante simples comunicado por escrito, com antecedência de 60 (sessenta) dias, sem o pagamento de qualquer multa ou indenização. **CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO DO TERMO** 6. **6.1.** O presente TERMO poderá ser rescindido imediatamente, sem ônus para as partes, pelos seguintes motivos: a) Por interesse mútuo entre as partes; b) Em caso de ausência de CONSIGNATÁRIAS que arquem com os custos de manutenção do **DIGITALCONSIG** junto a **CEDENTE**. c) Por manifestação da

CESSIONÁRIA para fins de atendimento de interesse público. **CLÁUSULA SETIMA - DA EXCLUSIVIDADE** 7. **7.1.** O **DIGITALCONSIG** é de exclusiva e inteira propriedade da **CEDENTE**, não sendo permitido o uso, cópia, reprodução e transferência a terceiros deste e das mídias e materiais impressos que oacompanham, sem a devida autorização da **CEDENTE**, sob pena de responsabilização da **CESSIONÁRIA**. **CLÁUSULA OITAVA - DA PROPRIEDADE INTELECTUAL** 8. **8.1.** A **CEDENTE** garante, por si, por seus empregados, prepostos, diretores, conselheiros, subcontratados, que o objeto do TERMO não infringe quaisquer direitos de propriedade intelectual de terceiros, obrigando-se, portanto, a responder perante a **CESSIONÁRIA** por quaisquer acusações de plágio e/ou reprodução total ou parcial que este venha a ser acusado ou condenado, razão pela qual assume, expressamente, a total responsabilidade pelas perdas e danos, lucros cessantes, juros moratórios; bem como por toda e qualquer despesa decorrente de tais acusações e/ou eventuais condenações, inclusive custas judiciais e honorários de advogado. **CLÁUSULA NONA - DO SIGILO** 9. **9.1.** Dada a natureza da **CESSIONÁRIA**, o objeto deste TERMO e porque assim se convenciona, a **CEDENTE**obriga-se, por si, seus funcionários e prepostos, a manter o mais absoluto sigilo de toda e qualquer operação, dados, materiais, informações, documentos, especificações técnicas ou comerciais, inovações e aperfeiçoamento tecnológico ou comercial da **CESSIONÁRIA** e/ou dos seus funcionários, inclusive quaisquer programas, rotinas ou arquivos que venha a ter acesso por força do cumprimento do objeto deste Termo (doravante denominado "Informações Confidenciais"), sob pena de arcar com as perdas e danos que der causa, por infringência às disposições dessa cláusula, sem prejuízo de eventual aplicação de multa. **9.2.** Os dados requisitados pela **CEDENTE** são apenas os necessários para operacionalizar as consignações junto às instituições conveniadas, de maneira que serão migradas as informações financeiras dos servidores da **CESSIONÁRIA**, proventos e descontos, pré-existentes para efetivo cálculo da margem disponível cada tipo de serviço de consignação e a disponibilidade do contracheque online. **9.3.** A **CEDENTE**tratará sigilosamente todas as Informações Confidenciais, produtos e materiais que as contenham, não podendo usar, comercializar, reproduzir, publicar, divulgar ou de outra forma colocar à disposição, direta ou indiretamente, de qualquer pessoa, omissiva ou comissivamente, com exceção dos funcionários devidamente autorizados e prepostos da empresa que deles necessitem para desempenhar as suas funções; **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIDADES TRABALHISTAS** 1. 2. 3. 4. 5. 6. 7. 8. 9. 10. **10.1.** O pessoal que a qualquer título for utilizado na execução dos serviços, objeto do presente Contrato, não manterá com a **CESSIONÁRIA** qualquer vínculo de natureza contratual, empregatícia ou previdenciária. **10.2.** Fica estipulado que por força deste Contrato não se estabelece vínculo empregatício entre a **CESSIONÁRIA**e os trabalhadores designados para a prestação do serviço contratado, assumindo a **CEDENTE** a responsabilidade, de forma integral, exclusiva, incomunicável e irretratável, pelo cumprimento e/ou pagamento de todas as obrigações e/ou compromissos, vencidos e vincendos, de qualquer natureza, exonerando totalmente a **CESSIONÁRIA** dessa responsabilidade, ainda que de forma subsidiária. **10.3.** Caso haja ação judicial ou qualquer ato de natureza administrativa, inclusive decorrente de acidente de trabalho, que venha a ser proposta contra a **CESSIONÁRIA**, pelos trabalhadores designados para a prestação do serviço contratado, ou, ainda, por autoridade legalmente constituída, seja a que título for e a que tempo decorrer, a **CEDENTE** se compromete a requerer a substituição deste no pólo passivo da(s) eventual(ais) demanda(s) judiciais ou administrativas, e se responsabiliza de forma integral, exclusiva, incomunicável e irretratável pelo cumprimento, pagamento, ressarcimento, se for o caso, de todas as respectivas obrigações e/ou condenações, inclusive de indenizações, eventuais acordos judiciais ou extrajudiciais, multas, honorários advocatícios, custas processuais e demais encargos e despesas que tenham sido efetivamente suportados pela **CESSIONÁRIA**. **CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DA BASE LEGAL** 1. 2. 3. 4. 5. 6. 7. 8. 9. 10. 11. **11.1.** O presente instrumento particular de contrato possui amparo legal no Código Civil Brasileiro, respectivamente nos arts. 421 e seguintes e 579 a 585, bem como o objeto deste contrato possui previsão legal nos termos do art. 24 da Lei 8.666/93. **11.2.** A Lei 8.666/93 (Lei de Licitações), em seu art. 24 autoriza a contratação de serviço dispensando a licitação, em seus termos. **CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS** 1. 2. 3. 4. 5. 6. 7. 8. 9. 10. 11. 12. **12.1.** Qualquer alteração das disposições ora pactuadas, será formalizada por aditivo devidamente assinado pelas partes; **12.2.** As condições do presente Termo são válidas para os sucessores das partes. **12.3.** Estando assim justas e pactuadas, elegem as partes o foro do Município deMIRASSOL D'OESTE, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir eventuais divergências acerca deste Termo, firmando-o em duas vias de igual teor para que dele surtam seus legais e jurídicos efeitos.

MIRASSOL D'OESTE, 28 de novembro de 2017.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE - MT

_____

RODRIGO S DALLA RIVA – SOLUÇÕES EM SOFTWARES - ME

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 08/2017/SEMEC

PORTARIA Nº 08/2017/SEMEC

Altera a Portaria nº. 02/2017/SEMEC, e dá outras providências.

Art. 1º Fica alterada a Portaria nº. 02/2017/SEMEC, conforme a seguir.

Art. 2º No art. 5º, item "b", onde lê-se:

*"**b)** Para os candidatos a contrato temporário, as inscrições serão realizadas nos dias **07** e **08/12/2017, das 08h30mn até as 16h30mn** na Secretaria Municipal de Educação (SEMEC)."*

Leia-se:

*"**b)** Para os candidatos a contrato temporário, as inscrições serão realizadas nos dias **08** e **11/12/2017, das 08h30mn até as 16h30mn** na Secretaria Municipal de Educação (SEMEC)."*

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nobres/MT, aos 27 de novembro de 2017.

EDILMAN CONCEIÇÃO RONDON

Secretária Municipal de Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

CÂMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº. 031/GP/2017 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2.017.

"Fixa a data de eleição dos dirigentes da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Nortelândia, especificamente para o anuênio de 2.018, e dá outras providências".

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA, Estado de Mato Grosso, neste ato representada pela sua Presidenta infra-assinado, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas, faz saber que o Soberano Plenário desta Casa Legiferante aprovou em Sessão Ordinária realizada na data de 27 de novembro do corrente ano, e ela promulga a seguinte Resolução:

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica fixada a data de 11 de dezembro de 2.017 (segunda-feira), para realização de eleição dos cargos de Presidente, Vice-Presidente, 1º. Secretário, 2º. Secretário e 3º. Secretário, da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Nortelândia-MT, especificamente para o anuênio de 2.018.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA-MT, EM 24 DE NOVEMBRO/2017.

MARIA APª. OLIVEIRA DE SOUZA RENAN NUNES OLIVEIRA BENEDITO ANTÔNIO DE A. NETO*Presidenta da Câmara-Vereadora DEM Vice-Presidente-Vereador S.D. 1º. Secretário – Vereador/P.S.D.*

DELAMAR APARECIDO S. SILVA SILVINO SANTANA ARAÚJO

2º. Secretário-Vereador DEM 3º. Secretário-Vereador P.R.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
REPUBLICAÇÃO DO DECRETO Nº 264/2017, DE 22/11/2017, POR CONTER ERRO MATERIAL DE DIGITAÇÃO.

Dispõe sobre a abertura de Processo Seletivo Simplificado para a Contratação Temporária de Assistente Social para o ano de 2018, nomeia Comissão Organizadora, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, Sr. **JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES,** no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e nos termos do artigo 37, II, da Constituição Federal, a Lei Federal 9.601/98, e Lei Municipal nº 431 de 13/11/2017 que autorizam a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público e;

Considerando a necessidade da realização do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017/SMAS, desta Prefeitura Municipal para a contratação de profissionais da Assistência Social que irão substituir os demais profissionais não efetivos e estáveis que exercem a função de coordenação; os de férias, os de desvio de função e licenças diversas, no cargo de assistente social.

Considerando a precaução da Administração Municipal em nomear somente o número de profissionais da Assistência Social estritamente necessários, cuja necessidade e demandas estão confirmadas;

Considerando a necessidade de preenchimento das vagas temporárias dos profissionais da Assistência Social, eventualmente em situações de interesse público e tratando da Assistêcia Social como um bem essencial e especial;

Considerando a necessidade de se realizar a referida seleção, primando pelos princípios retores da administração pública, especialmente os princípios legalidade, da moralidade, da publicidade, da impessoalidade, e da eficiência para se garantir isonomia no acesso aos cargos públicos pelos cidadãos brasileiros que atendem aos requisitos formais exigidos ao preenchimento dos cargos, em homenagem à transparência e a formalidade que a seleção pública impõe, e nos limites autorizados pela Lei Municipal nº 431/2017, de 13 de Novembro de 2017.

DECRETA:

Artigo 1º Fica determinado a abertura do Processo Seletivo Simplificado 001/2017/SMAS, para a contratação temporária de profissionais da Assistêcia Social que irão substituir os demais profissionais não efetivos e estáveis que exercem a função de coordenação; os de férias, os de desvio de função e licenças diversas, nos cargos de Assistente Social nos termos do Edital de abertura do Certame.

Artigo 2º Fica nomeado a Comissão Organizadora, para coordenar as atividades de preparar, executar, avaliar e julgar o Processo Seletivo Simplificado 001/2017/SMAS.

Artigo 3º A referida comissão será composta dos seguintes membros:

- Aline Galvão Itacaramby - Presidente

- Ellen Cristina Desidério de Oliveira Almeida - Secretária

- Elena Regina Campanholi- Membro

Artigo 4° As dúvidas suscitadas serão deliberadas pela comissão organizadora, que terão competência para decidir sobre os quesitos a serem avaliados, observando os critérios definidos no Edital.

Artigo 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, em 22 de Novembro de 2017.

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

PREFEITO MUNICIPAL

MARLENE JULIA DE OLIVEIRA SCARPAT

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

PLANEJAMENTO E FINANÇAS

MARCIA DEUNGARO FERNANDES

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTENTE SOCIAL

CÂMARA MUNICIPAL
DECRETO LEGISLATIVO Nº. 117/GP/2017 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2.017.

Autor: Vereador Flávio de Sá-S.D.

"Concede Título de Cidadã Nortelandense à ***Senhora MARIA BENEDITA DO NASCIMENTO CRISÓSTOMO - (DONA DIDI)*****,** e dá outras providências".

A Presidente da Câmara Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais consoante as disposições contidas na Constituição Federal/88, na Constituição Estadual, na Lei Orgânica Municipal e no Regimento Interno desta Corte Legislativa, faz saber que a Câmara Municipal **aprovou** em Sessão Ordinária do dia 25 de Maio de 2. 017, e ela **promulga** o seguinte Decreto Legislativo com as disposições seguintes:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadã Nortelandense à Senhora *MARIA BENEDITA DO NASCIMENTO CRISÓSTOMO - (DONA DIDI)*.

Art. 2º – Esta homenagem é o reconhecimento da população, pelos relevantes serviços prestados a esta municipalidade.

Art. 3º – Os dados genealógicos e civis do homenageado será transcritos nos anais desta Casa para que a população desta cidade possa tomar conhecimento.

Art. 4º – Este Título concedido será prestado pelo Poder Legislativo Municipal, dando ciência a homenageada e demais autoridades.

Art. 5º - A Mesa Diretora da Câmara Municipal determinará a data para entrega Solene do Título ora concedido.

Art. 6º - As despesas decorrentes do presente Decreto Legislativo correrão por conta da verba própria do orçamento vigente.

Art. 7º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

COMUNIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 28 DE NOVEMBRO DE 2. 017.

Vereadora MARIA APARECIDA OLIVEIRA DE SOUZA*Presidenta da Câmara*

Registrado na Secretaria Geral da Câmara o Decreto Legislativo nº. 117/ GP/2017 e publicado na forma da Lei, por afixação no lugar de costume. EM: 28/11/2017.

_____S É L I A M Ó D O L OSecretária Geral

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 001 CRIANÇA FELIZ

Resolução nº 001/2017

O Plenário do Conselho, Municipal do Comitê Municipal Intersetorial de Políticas Públicas para a Primeira Infância do Município de Nortelândia-MT no uso de suas atribuições legais e com base no colegiado em reunião ordinária no dia vinte e sete do mês de Novembro de dois mil e dezessete.

No uso de suas atribuições legais que lhe confere os Decreto nº 257 de 02 de Julho de 2017.

RESOLVE:

Art. (1º Aprovar por unanimidade o Plano de capacitação de Capacitação do Programa Criança Feliz.

Art. (2º esta resolução entra em vigor a partir da data da sua publicação.)

NORTELANDIA- MT ,27 de Outubro de 2017

Marcia Deungaro Fernandes

Presidente do Comitê Municipal Intersetorial de Políticas Públicas para a Primeira Infância

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 3036/2017, DO PREGÃO PRESENCIAL N° 027/2017.

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 3036/2017, DO PREGÃO PRESENCIAL N° 027/2017.

EMPRESAS SIGNATÁRIAS DA ATA: COMERCIO DE GAS NORTELANDIA LTDA – ME inscrita no CNPJ - 00.179.871/0001-14

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O presente instrumento tem por finalidade a alteração do preço inicialmente registrado na ARP nº 3036/2017, referente ao “gás” de cozinha, em virtude do reajuste de preços realizado pela Petrobrás, conforme documentos anexos e orçamento.

1.2 Esta alteração está amparada pelos Decretos Municipais 006 e 010/2007, estando prevista, inclusive, na própria ARP – Cláusula Décima-primeira.

Produto: gás **Unidade:** botijão	
Valor registrado original	Valor registrado alterado
R$ 84,50	R$ 94,50

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1 Esta apostila está amparada pelo disposto no § 8º do artigo 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1 São ratificadas todas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços nº 3036/2017.

Nortelândia-MT, 28 de novembro de 2017.

Jossimar José Fernandes

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº001/2017 – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SMAS

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA DESTINADO A SUPRIR AS CONTRATAÇÕES POR NECESSIDADES TEMPORÁRIAS DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

EMENTA: DISPÕE SOBRE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES TEMPORÁRIAS DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA - MT, COMO CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA ASSISTENCIA SOCIAL PARA ATUAR NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, ESPECIALMENTE, PARA PREENCHER AS VAGAS DE SUBSTITUIÇÃO DE SERVIDORES EFETIVOS AFASTADOS OU LICENCIADOS, NOS ESTRITOS LIMITES E PERMISSIVOS LEGAIS.

Considerando a necessidade de realização de Processo Seletivo Simplificado no âmbito do Poder Executivo Municipal, para contratação temporária de excepcional interesse de vagas existentes e formação de cadastro reserva para o exercício 2018, o Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, torna público o presente edital, destinado a selecionar Candidatos para provimento de vagas do Quadro Permanente de Pessoal e Cadastro de Reserva do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, especialmente, da Secretaria Municipal de Assistência Social, para os diversos cargos necessários e indispensáveis para a execução de serviços urgentes e inadiáveis e de interesse público municipal, conforme disposto nos Anexos deste Edital, em decorrência das vagas oriundas dos servidores efetivos e estáveis, em casos de substituição legal, afastamentos e licenças, e ainda, na falta de servidor efetivo concursado e para os casos de vagas decorrentes da ausência de servidores concursados, em cumprimento do disposto no artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, e com supedâneo no art. 72, IIII da Lei Orgânica Municipal, na Lei Complementar n° 024/2005 de 09 de novembro de 2005, que trata do Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Poder Executivo de Nortelândia - MT, na Lei da Assistência Social n° 8.742 de 07 de dezembro de 1993, na Lei Municipal nº 431/2017 de 13 de Novembro de 2017, que autorizam a contratação por tempo determinado, e demais legislações correlatas, conforme segue:

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo Simplificado destina-se ao preenchimento de vagas e formação de Cadastro Reserva de prestadores de serviços específicos na área da assistência social, de formação em nível superior, conforme dispuser os Anexos deste edital, para suprir as necessidades temporárias de excepcional interesse público, do Poder Executivo do Município, como contratação de profissionais da Assistência Social, para atuar na Secretaria Municipal de da Assistência Social, especialmente para preencher as vagas onde os respectivos cargos de substituição de servidores efetivos afastados ou licenciados, licenças diversas, e férias, desvios de função e licenças diversas nos cargos de Assistente Social, conforme quadro de vagas anexo, na forma da lei.

1.2. Este Processo Seletivo Simplificado será realizado pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo designada pelo Poder Executivo do Município de Nortelândia - MT, através de Decreto nº 264/2017, de 22 de novembro de 2017, que será auxiliado por profissionais com nível superior que faz parte do quadro efetivo de servidores municipais.

2. DOS VENCIMENTOS

2.1 O valor do subsídio para os contratados será de acordo com o descrito no ANEXO DE QUADRO DE VAGAS.

2.2. O número de vagas, bem como os casos de formação de cadastro reserva será de acordo com o descrito nos ANEXOS deste Edital, sendo convocados conforme a disponibilidade de vagas existentes, posterior à atribuição de classes e/ou aulas dos profissionais efetivos da Assistência Social, e nos demais casos de afastamentos, férias, licenças, atestados médicos, desvios de função.

3. VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1 Os Contratos serão temporários, e vigorarão a partir da data de sua assinatura, até quando houver interesse pela administração dentro do exer-

cício de 2018, ou até que se faça concurso público para preenchimento das vagas, no caso de vagas livres.

3.2 Para os assistentes sociais contratados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, os contratos administrativos terão vigência para o ano de 2018, e para substituição legal de assistentes sociais, afastados ou licenciados, conforme o período destinado ao afastamento e às licenças, afastamentos, atestados médicos, desvio de função e férias.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1 As inscrições só poderão ser feitas pessoalmente, ou por meio de Procuração Particular, com firma reconhecida em cartório, mediante cópia dos documentos pessoais, seguidos dos documentos originais. Não serão aceitas as inscrições ou documentos enviados via FAX ou E-MAIL.

4.2 A inscrição implica na aceitação por parte do candidato de todos os princípios, normas e condições estabelecidas no presente Edital, bem como nos editais complementares e/ou de retificação que a Comissão de Processo Seletivo Simplificado considerar necessário para o bom andamento e fiel execução do certame.

4.3 O candidato realizará sua inscrição conforme sua habilitação ou especialidade, para a rede municipal da Assistência Social.

4.4. A ficha de inscrição deverá ser preenchida com os dados corretamente, em conferência com o original, e sem rasuras, sob pena de não deferimento da inscrição.

4.5 Os documentos deverão ser entregues no ato da inscrição, não sendo permitida a entrega de documentos posterior ao ato da inscrição, sob pena de não homologação da inscrição.

5. PERÍODO DE INSCRIÇÃO

5.1 As inscrições deverão ser feitas no período de 01/12/2017 (sexta-feira) à 20/12/2017 (quarta-feira) das 7:00 h às 11:00 horas, no Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, sito à Rua Nossa Senhora de Santana, 1.329, Bairro Joaquim da Silva, Nortelândia – MT, CEP: 78.430.000

6. DA GRATUIDADE DA TAXA DE INSCRIÇÃO

6.1 As inscrições serão gratuitas a todos os candidatos interessados.

7. LOCAL DA PROVA E DAS INSCRIÇÕES

7.1 As inscrições serão realizadas no Centro de Referencia da Assistência Social - CRAS, sito à Rua Nossa Senhora de Santana, 1.329, Bairro Joaquim da Silva, Nortelândia – MT, CEP: 78.430.000 e a prova será realizada no Centro Municipal de Ensino Júlio Praxedes, sito à Rua Vereador Tibúrcio Gomes Portela, nº706, Bairro Bandeirantes, Nortelândia – MT, CEP: 78.430.000, no período e horário descrito no subitem 5.1. deste edital.

7.2 Documentações Necessárias:

7.2.1 cópia dos documentos pessoais: CPF, RG, Título de Eleitor, PIS/PASEP, comprovante de quitação eleitoral, carteira de reservista, se do sexo masculino, comprovante de endereço (cópia de conta de água, energia ou telefone, ou ainda, se for o caso, mediante declaração idônea com firma reconhecida, do proprietário do imóvel, ou ainda, cópia de contrato de aluguel); e ainda cópia do atestado, histórico ou diploma de conclusão do curso de Ensino Superior em Serviço Social.

7.3 Quaisquer informações falsas ou não comprováveis documentalmente na Ficha de Inscrição ou na documentação apresentada determinará o cancelamento da inscrição e anulação de todos os atos decorrentes, em qualquer época, sem prejuízo das penalidades cíveis ou criminais cabíveis.

7.4 Os documentos necessários para a participação no Processo Seletivo Simplificado para Cadastro Reserva - Edição 001/2017 devem ser apresentados, pelos interessados, no ato da inscrição, sob pena de indeferimento da inscrição no processo de homologação das inscrições.

7.5 Para a realização da prova o candidato deverá apresentar documento oficial com foto.

7.6 A ficha de inscrição consta no ANEXO III deste edital.

8. DO REGIME JURÍDICO

8.1. Os aprovados contratados deverão submeter-se ao regime jurídico administrativo especial, conforme os direitos e obrigações estabelecidos na Lei Complementar Municipal que dispõe sobre o Estatuto e Plano de Cargos e Carreira e Salários dos Servidores do Poder Executivo, e estarão vinculados ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, com recolhimento de suas contribuições previdenciárias ao INSS.

9. DA CARGA HORÁRIA

9.1. A carga horária será de acordo com o Anexo I deste edital e conforme previsto no Estatuto e PCCs dos Servidores do Poder Executivo de Nortelândia – MT.

10. ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

10.1. Acolhida, oferta de informações e realização de encaminhamentos às famílias usuárias do CRAS;

- Planejamento e implementação do PAIF, de acordo com as características do território de abrangência do CRAS;

- Mediação de grupos de famílias do PAIF;

- Realização de atendimento particularizados e visitas domiciliares às famílias referenciadas ao CRAS;

- Desenvolvimento de atividades coletivas e comunitárias no território;

- Apoio técnico continuado aos profissionais responsáveis pelo serviço de convivência e fortalecimento de vínculos desenvolvidos no território ou no CRAS;

- Acompanhamento de famílias encaminhadas pelo serviço de convivência e fortalecimento de vínculos ofertados no território ou no CRAS;

- Realização da busca ativa no território de abrangência do CRAS e desenvolvimento de projetos que visam prevenir aumento de incidência de situações de risco;

- Acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades;

- Alimentação de sistema de informação, registro das ações desenvolvidas e planejamento do trabalho de forma coletiva;

- Articulação de ações que potencializem as boas experiências no território de abrangência;

- Realização de encaminhamento, com acompanhamento, para a rede socioassistencial; - Realização de encaminhamentos para serviços setoriais;

- Participação das reuniões preparatórias ao planejamento municipal;

- Participação de reuniões sistemáticas no CRAS, para planejamento das ações semanais a serem desenvolvidas, definição de fluxos, instituição de rotina de atendimento e acolhimento dos usuários;

- Organização dos encaminhamentos, fluxos de informações com outros setores, procedimentos, estratégias de resposta às demandas e de fortalecimento das potencialidades do território.

- Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade ou a critério de seu superior;

- Cumprir com o horário determinado;

- Cumprir com o disposto no Estatuto do Servidor Público;

- Colaborar com os técnicos da secretaria na atuação e elaboração de seus serviços.

. Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação;

- Encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;

- Orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;

- Planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais.

- Promove e Articula a Inclusão e Proteção ao Indivíduo com Seus Direitos Violados

- Garantir de Acesso e Respeito a Diversidade e Não-discriminação

- Garantir de Liberdade de Crença e Religião

- PIA Plano Individual de Atendimento

- Atendimentos relacionados à proteção social básica e proteção social especial.

10.3. Os aprovados ficarão no Cadastro de Reserva, sendo convocados e contratados, durante o ano, conforme as vagas que surgirem.

10.4. O exercício do cargo obedecerá às normas previstas no Estatuto e Plano de Cargos dos Servidores do Poder Executivo, nas normas gerais da Prefeitura Municipal, Plano de Desenvolvimento Institucional Integrado – PDI, Plano Municipal da Assistência Social.

10.5 Para os demais cargos, as atribuições são previstas conforme as licenças, desvio de função, atestados médicos, afastamentos e férias após a atribuição do quadro de pessoal das respectivas escolas municipais e quando surgirem as vagas durante o ano e conforme Estatuto e Plano de Cargos, Carreiras dos servidores do Poder Executivo e as normas estabelecidas pela Prefeitura Municipal, pela Secretaria Municipal de Assistência Social de acordo com o seu plano de ação, regulamentos e regimentos internos.

11 - DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

11.1 - Da Prova Objetiva

11.1.1 - Os conteúdos para as Provas Objetivas serão indicados e divulgados como parte integrante do presente Edital.

11.1.2 - Para o cargo de Nível Superior, a prova contará com 20 (vinte) questões objetivas, sendo: distribuídas entre Conhecimentos Gerais, Português e Conhecimentos Específicos na área, valendo 10 (dez) pontos.

11.1.3 - As questões serão de múltipla escolha, contendo uma resposta certa em cada questão.

11.1.4 - A Prova será realizada no dia 09/01/2018 (terça-feira) das 08:00 às 12:00 horas.

11.1.5 - A prova deverá ser realizada no prazo máximo de 04 (quatro) horas, conforme escrito no item anterior.

11.1.6 – A prova será realizada no Centro Municipal de Ensino Júlio Praxede Duarte, sito à Rua Vereador Tibúrcio Gomes Portela, nº 706, Bairro Bandeirantes, nesta cidade de Nortelândia - MT.

11.1.7 - Os candidatos deverão se apresentar no local da prova com 30 minutos de antecedência.

11.1.8 - Não será permitido o acesso de candidatos ao local da avaliação após o horário estabelecido para o seu início.

11.1.9 - O tempo de realização da avaliação será de 04 (quatro) horas e o candidato deverá se apresentar 30 (trinta) minutos antes da hora marcada para o início, portando caneta esferográfica azul ou preta, protocolo da inscrição, acompanhado da carteira de identidade ou documento de identificação oficial com foto, e os documentos que porventura faltaram no momento da inscrição.

11.1.10 - O candidato que, durante a realização da avaliação, for colhido em comunicação com outro candidato ou com pessoas estranhas, oralmente, por escrito ou através de equipamentos eletrônicos, ou ainda, que venha a tumultuar a realização das provas será eliminado deste Processo Seletivo Simplificado.

11.1.11 - Não será permitido qualquer tipo de consulta e/ou uso de calculadoras ou qualquer outro instrumento de cálculo, dispositivo eletrônico transmissor/receptor, inclusive telefone celular e relógio.

11.1.12 - A elaboração das provas e sua correção ficarão sob a responsabilidade da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado.

12. DA AVALIAÇÃO

12.1 - A prova será classificatória.

12.2 - Em caso de empate, a Comissão Responsável pelo Processo Seletivo, deverá decidir levando em conta os seguintes critérios:

12.2.1 – Maior acerto nas questões relacionadas a área específica do cargo;

12.2.2 – O Mais Idoso.

13 - DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO

Classificação Final

13.1 - A classificação final dos candidatos para os cargos de NIVEL SUPERIOR será feita pela somatória da pontuação total obtida no conjunto da prova objetiva considerando 0,5 (meio) ponto para cada resposta correta, totalizando 10 (dez) pontos.

13.2 - A classificação final dos candidatos para os cargos de NÍVEL SUPERIOR no cargo de ASSISTENTE SOCIAL será feita pela somatória da pontuação total obtida no conjunto das provas considerando 0.5 (meio) ponto para cada resposta correta, totalizando 10 (dez) pontos.

13.3 Será desclassificada e/ou anulada a avaliação que não obedecer aos requisitos mínimos necessários estabelecidos pela Comissão de Seleção e Avaliação.

14. RESULTADO FINAL

14.1 O resultado final com a lista classificatória será divulgado até o dia 17/01/2018 (quarta-feira) às 08:00 horas afixada no mural da Prefeitura Municipal de Nortelândia, e no Centro de Referencia de Assistência Social - CRAS e no site da prefeitura www.nortelandia.mt.gov.br., bem como no Diário Oficial de Publicação da AMM – MT.

15. DA LOTAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO

15.1 Os profissionais aprovados serão lotados nos termos do quadro de vagas, nas Secretarias específicas, conforme disposto neste edital.

15.2 Os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado, Edição 001/2017 serão convocados de acordo com sua classificação seguindo a ordem decrescente e de acordo com necessidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, e conforme as vagas que surgirem durante o ano de 2018.

15.3 Os contratos serão realizados pela Prefeitura Municipal de Nortelândia – MT via Secretaria Municipal de Administração, obedecendo às leis e às normas gerais de contratação para o serviço público municipal.

15.4 Os profissionais contratados serão lotados nas respectivas unidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, onde existirem as vagas e onde se encontrarem aprovados e classificados, conforme Quadro de Pessoal estabelecido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, e obedecerão às cláusulas contratuais, as normas gerais vigentes, àquelas previstas no Estatuto e Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Servidores Públicos Municipais de Nortelândia – MT.

15.5 Os aprovados deverão apresentar para a contratação os seguintes documentos: Cópia do RG e CPF, Título de Eleitor, Quitação Eleitoral, carteira de reservista, se do sexo masculino, comprovante de endereço, carteira de habilitação, comprovante do grau de escolaridade, carteira de trabalho, número PIS/PASEP, cartão de vacina atualizado, número de agência e conta bancária e Certidão Negativa de Tributo Municipal. Todos os documentos em 02 (duas) vias, 01 para o Departamento de Recursos Humanos e 01 para a Secretaria Municipal de Assistência Social.

15.6 O profissionais contratados para a Secretaria Municipal de Assistência Social deverão participar das horas atividades, do planejamento coletivo, da formação continuada, de reuniões de equipe, eventos e outras ações previstas no PDI, Planejamento Estratégico da Secretaria, Plano Municipal da Secretaria Municipal de Assistência Social.

16. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

16.1 O presente Processo Seletivo Simplificado, Edição 001/2017, terá validade para o exercício 2018.

16.2 Os profissionais classificados formarão o Cadastro Reserva de Vagas e serão convocados a celebrar contrato de acordo com as vagas existentes, as necessidades da Administração Pública e a disponibilidade financeira da municipalidade, no período de validade do presente Processo Seletivo Simplificado, obedecido o critério a classificação.

16.3. O Poder Executivo do Município de Nortelândia - MT, a qualquer tempo, poderá abrir novo certame, caso não existam mais candidatos classificados para assumir as vagas que surgirem ao longo do exercício de 2018, ou até mesmo com a extinção ou conclusão deste processo seletivo simplificado.

16.4 Caso haja durante o ano, Concurso Público Municipal, e, existindo vagas livres para os cargos objeto do presente Processo Seletivo Simplificado, os aprovados serão convocados ainda na vigência deste.

17. DAS VAGAS RESERVADAS AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS - PNE's

17.1 Serão reservadas aos candidatos PNE's o correspondente a 10% (dez por cento) das vagas, atendendo à legislação pertinente.

17.2. Os candidatos às vagas reservadas aos PNE's deverão declarar seu interesse no momento da inscrição, e trazer atestado médico que declare a compatibilidade da deficiência com o exercício do cargo.

17.3. As vagas reservadas aos PNE's não preenchidas remanescerão aos demais candidatos por ordem de classificação.

18. DOS RECURSOS

18.1. Caberá interposição de recurso, no prazo de 48 hs (quarenta e oito) horas, contra a homologação das inscrições, e sobre questões das provas a que participar, e contra erros na atribuição das notas e classificação geral para o resultado final.

18.2. Os recursos previstos no item anterior deverão ser feitos por escrito, endereçados ao presidente da Comissão do responsável pelo Processo Seletivo Simplificado, a ser protocolado na respectiva Secretaria Municipal, devendo estar devidamente fundamentado, contendo dados e informações verídicas do candidato, bem como, informes sobre a identidade do reclamante.

18.3. Serão liminarmente rejeitados os recursos protocolizados fora do prazo, não fundamentado e os que não contiverem dados necessários à identificação do candidato.

18.4. Os recursos serão decididos em uma única instância, não se admitindo recurso da decisão da Comissão deste Processo Seletivo Simplificado ressalvado os casos de erro na elaboração de questões, ou na errônea quantificação da pontuação para efeito de classificação dos candidatos, ou de avaliação em desacordo com as normas deste edital, caso em que poderá ser retificado o resultado por ato fundamentado da respectiva Secretaria Municipal de Assistência Social, mediante recurso dirigido pelo candidato prejudicado.

18.5. Os resultados dos recursos não providos serão entregues somente ao candidato que o interpuser.

18.6. Os recursos julgados improcedentes resultarão em anulação da questão ou questões e a pontuação será destinada a todos os candidatos independente da interposição de recurso.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

19.1 A inscrição do candidato implica na aceitação tácita das normas do presente Processo de Seleção, contidas neste Edital.

19.2. O candidato inscrito será considerado desistente caso não compareça para a realização da avaliação objetiva.

19.3 Será considerado desistente ou anulada a inscrição do candidato que não entregar no ato da inscrição ou até no momento da prova, todos os documentos solicitados neste Edital.

19.4 Será considerado desistente o candidato classificado que não comparecer à convocação para a contratação sem os documentos solicitados neste Edital, e outros, que o Departamento de Recursos Humanos solicitar.

20. DOS CASOS OMISSOS, DA LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA E DA CLÁUSULA DE VIGÊNCIA

20.1 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora responsável pelo Processo Seletivo Simplificado, que se for necessário, fará publicar Editais Complementares de ratificação ou de retificação.

20.2 As regras constantes do presente Edital, pressupõem a observância aos princípios fundamentais da Administração e a obediência às leis vigentes e à CF/88, ficando o gestor da área autorizado, a avocar a competência sempre que entender violadas as normas de regência, especialmente a legislação mencionada na parte perambular deste edital, através de decisão fundamentada.

20.3. Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, em 28 de Novembro de 2017.

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

PREFEITO MUNICIPAL

MARLENE JULIA DE OLIVEIRA SCARPAT

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

MARCIA DEUNGARO FERNANDES

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

ALINE GALVAO ITACARAMBY

PRESIDENTE DA COMISSÃO

Registrado e publicado, na data supra, na forma da lei.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO I - QUADRO DE VAGAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

CARGO	QUANT.	FORMAÇÃO (NIVEL)	CARGA HORÁRIA	SUBSIDIO
ASSISTENTE SOCIAL	02	SUPERIOR	40:00 h	2.860,40

ANEXO II - DO RECURSO

Nome do Candidato: _____

Nº da Inscrição: _____ Cargo: _____

1 - Solicitação:

1.1 - De acordo com as especificações constantes no verso desta página solicito revisão de (assinalar com X o (s) objeto (s) recorrido (s)):

1.1.1 - (__) Indeferimento de inscrição.

1.1.2 - (__) Da prova teórica (objetiva).

1.1.3 - (__) Da Classificação para o Resultado Final.

2 - Observações necessárias à sua formulação:

2.1 - Qualquer espécie de recurso deverá ser redigido de forma legível, sendo INDISPENSÁVEL a todos:

2.1.1 - Nome e número de inscrição do candidato, bem como indicação do cargo a que está concorrendo.

2.1.2 - Argumentação lógica e consistente (justificativa).

Assinatura do Candidato

RECURSO: Justificativa do Candidato:

_____
_____
_____
_____
_____
_____ Data: ____/____/____

_____ Assinatura do Candidato

ANEXO III – FICHA DE INSCRIÇÃO

I - INSCRIÇÃO Nº _____

II - IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

1 - Nome candidato: _____

2 - Endereço completo: Rua/Av.: _____nº _____Bairro: _____Telefone _____ Estado Civil: _____email:_____

3 - Município: _____ 4 - Estado: _____

5 - RG: _____SSP/___ PIS/PASEP/ NIS_____

6 - CPF: _____

7 - Data de nascimento: ____/____/____ Naturalidade: _____

9 – Nome da Mãe:_____

10 – Nome do Pai: _____

III - GRAU DE INSTRUÇÃO

1 - (__) Nível Superior – Curso: _____

IV – PORTADOR DE NECESSIDADE ESPECIAL

1 – ( ) Sim ( ) Não

V – CONCORRE AO CARGO

Concorrer ao cargo/função de:_____

VI – SECRETARIA:_____

Nortelândia - MT ____/____/____

_____ Assinatura do candidato

_____ Assinatura do Resp. pela Inscrição

_____

Protocolo Insc. nº_____ Cargo:_____Secretaria:_____

ANEXO IV

1. DOS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS DAS PROVAS OBJETIVAS E SUBJETIVAS

1.1.1 PARA O CARGO DE ASSISTENTE SOCIAL

Língua Portuguesa: Leitura e interpretação de variados gêneros discursivos, As condições de produção de um texto e as marcas composicionais de gêneros textuais diversos, Linguagem e adequação social: Variedades linguísticas e seus determinantes sociais, regionais, históricos e individuais; Registros formal e informal da linguagem, Aspectos linguísticos na construção do texto, Fonética: prosódia, ortografia; Morfologia: formação, classificação e flexão das palavras; Sintaxe: frase, oração e período, concordâncias verbal e nominal, regências verbal e nominal, colocação pronominal, emprego de nomes, pronomes, conjunções, advérbios, modos e tempos verbais; Semântica: polissemia, paronímia, homonímia, denotação e conotação, figuras de linguagem. Textualidade: coesão, coerência, argumentação e intertextualidade, Pontuação. Atual Acordo Ortográfico, e interpretação de texto.

Conhecimentos Gerais: Atualidades, Estatuto e PCCs dos Servidores Públicos Municipais.

Conhecimentos Específicos: Planejamento Social; Projetos, Planos e Programas; Avaliação de Programas e Políticas Sociais; Pesquisa Social; Elaboração de Projetos, Métodos e Técnicas Quantitativas e Qualitativas; O Serviço Social e as Instituições; Conceito de Instituições; Estratégia de Trabalho de Serviço Social nas Instituições; Fundamentos teóricos e Éticos do Serviço Social; Relação entre Teoria e prática do Serviço Social; Ética Profissional; Estratégias; Instrumentos e Técnicas de Intervenção Social; Abordagem individual e Coletiva; Diagnóstico; Atendimento Assistencial Familiar e Hospitalar; Relação Estado/Sociedade; Movimentos Sociais; A questão social no Brasil; Políticas de Assistência e Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS); Lei Nº 8.662; Políticas de Saúde, Sistema Único de Saúde (SUS); Reforma Psiquiátrica e saúde mental no Brasil e agências reguladoras – ANVISA e ANS; Política Nacional do idoso e Estatuto do idoso; Políticas, diretrizes e ações na área da família, da criança e do adolescente – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Trabalho Infanto-Juvenil, meninos e meninas em situação de rua, prostituição infanto-juvenil, papel da família e da justiça na defesa dos direitos da criança e do adolescente; Políticas Educacionais; Famílias, modalidades e questões atuais; Condições e relações do trabalho; Fundamentos teórico-metodológicos; pesquisa social; elaboração de projetos, métodos e técnicas qualitativas e quantitativas; Planejamento: planos, programas e projetos; Atuação na equipe inter-profissional; Elaboração de laudo e parecer; Estudo de caso; Fundamentos Ético-Politico: Aspectos éticos da profissão; Legislação que regulamenta a profissão de Assistência Social; Constituição Federal (artigo 203 a 204 e seus itens).

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 001 / CONSELHO DA MULHER

Resolução nº 001/2017

O Plenário do Conselho, Municipal dos Direitos da **Mulher**-**CMDM** do Município de Nortelândia-MT no uso de suas atribuições legais e com base no colegiado em reunião ordinária no dia vinte e oito do mês de Novembro de dois mil e dezessete.

No uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei nº 423 de 26 de Outubro de 2017.

RESOLVE:

Art. (1º Fica Aprovada por unanimidade a nova diretoria para o ano de 2017/2019- do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher –**CMDM** e do Fundo Municipal dos Direitos da **Mulher**.

Art. (2º Fica composta e empossada assim a nova Diretoria: **Presidente:** Marlene Julia Scarpat, **Vice-Presidente**: Aline Galvão Itacaramby, **Secretária Executiva**: Elena Regina Campanholi **Vice**-**Secretária Executiva**:

Eva Benedita da Costa, **Tesoureira**: Maria Tereza Lourenço e **Vice Tesoureira:** Valdina Ascari Bezerra.)

Art. (3º Esta resolução entra em vigor a partir da data de sua Publicação

NORTELANDIA- MT,28 de novembro de 2017

Marlene Julia de Oliveira Scarpat

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

ERRATA 2º ATO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO 075/2017

ERRATA PUBLICADO 27 de Novembro de 2017 • Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO XII | N° 2.8622º ATO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO 075/2017 PARA ALTERAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

1.1 Pelo presente instrumento, o Município de Nossa Senhora do Livramento, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada do Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e funções, com supedâneo no § 8º do Art. 65 da Lei n.º 8.666/93, determina o apostilamento no contrato nº 075/2017 sendo o objeto a Contratação de empresa especializada em perfuração e instalação de poços de monitoramento e ensaios de penetração padrão no Município de Nossa Senhora do Livramento/MT.

1.1 O presente instrumento advém do Processo Administrativo nº. 769/2017, referente ADESÃO A *ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 105/2016 DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2016 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE – MT, CUJO OBJETO É "*CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE MECÂNICA EM GERAL (ELÉTRICA, FUNILARIA, ALINHAMENTO, CAMBAGEM, TROCA DE ÓLEO, FILTRO, PINTURA EM GERAL E SISTEMA DE INJEÇÃO ELETRÔNICA EM GERAL), E FORNECIMENTO DE PEÇAS GENUÍNAS OU ORIGINAIS DE FÁBRICA/PRIMEIRA LINHA E SERVIÇOS DE GUINCHO E REBOQUE PARA VEÍCULOS E MOTOCICLETAS, INDEPENDENTE DE MARCA PARA ATENDER A DEMANDA DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO-MT, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUN. DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA REVITALIZAR COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO: 769/2017 ADESÃO "CARONA" 001/2017 e outro lado a Empresa: REVITALIZAR COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no **CNPJ sob o nº. 08.355.658/0001-28, com sede na** Avenida Central, S/N Quadra 05 Lote 10 Sala Bneste ato, representada por seu Sócio administrador, a Senhora Flavia Maria Souza dos Santos, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1148460-8 S.J.MT e inscrito no CPF sob nº. 867.615.441-49, residente e domiciliada na Rua das Palmas, 35 Bairro Nova Várzea Grande, CEP:78.135-67, Várzea Grande-MT doravante denominada CONTRATADA.

1.2 CLAUSULA PRIMEIRA – ALTERAÇÃO DE CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA REMANEJAMENTO DE VALOR E DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA FUNDAMENTO: Com base n**o PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5693/2017** e o parecer jurídico municipal nº 407/2017 e no art. 65 §8º da Lei Federal nº 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento nº 002/2017, cujo objetivo é **Alteração** do Disposto n**a Clausula Terceira Dos Recursos Orçamentários**, prevista no instrumento contratual inicial, Secretaria Municipal de Educação referente ao código reduzido conforme descrição abaixo

Secretaria Municipal de Secretaria Municipal de Educação

O Extrato do Contrato Original nº 075/2017 publicado no dia 16 de Maio de 2017 pelo jornal AMM/MT na Edição nº 2729.

ONDE SE PUBLICADO 27 de Novembro de 2017 • Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO XII | N° 2. 862ONDE SÊ – EXCLUIR VALOR EMPENHADO NA DOTAÇÃO ABAIXO

REDUZIDO	PROJETO/ ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR
050101	2102 – Manut. Transporte Escolar – Fundeb 40%	3.3.9.0.30.00.00.00 – Material de Consumo	119	R$ 70. 610,19

LEIA –SE EXCLUIR VALOR EMPENHADO NA DOTAÇÃO ABAIXO

050101	2102 – Manut. Transporte Escolar – Fundeb 40%	3.3.9.0.30.00.00.00 – Material de Consumo	119	30. 000,00
050101	2102 – Manut. Transporte Escolar – Fundeb 40%	3.3.9.0.30.00.00.00 – Material de Consumo	119	20. 428,50
050102	2102 – Manut. Transporte Escolar – Fundeb 40%	3.3.9.0.39.00.00.00 – Outros Serv. De Terceiros de Pessoa Jurídica	119	20. 181,69

ONDE SE PUBLICADO 27 de Novembro de 2017 • Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO XII | N° 2. 862LEIA-SE – REMANEJANDO PARA DOTAÇÃO ABAIXO DESCRITO

REDUZIDO	PROJETO/ ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR
050030	2216 - Gestão Transporte Escolar –	3.3.9.0.30.00.00.00 – Material de Consumo	100	30. 000,00
050032	2265 – Manut. Transporte Escolar – PNATE	3.3.9.0.30.00.00.00 – Material de Consumo	115	20. 428,50
050030	2216 - Gestão Transporte Escolar -	3.3.9.0.30.00.00.00 – Material de Consumo	100	20. 181,69

LEIA-SE – REMANEJANDO PARA DOTAÇÃO ABAIXO DESCRITO

050030	2216 - Gestão Transporte Escolar –	3.3.9.0.30.00.00.00 – Material de Consumo	100	30. 000,00
050033	2265 – Manut. Transporte Escolar – PNATE	3.3.9.0.39.00.00.00 – Material de Consumo	115	20. 428,50
050031	2216 - Gestão Transporte Escolar -	3.3.9.0.39.00.00.00 – Material de Consumo	100	20. 181,69

2. CLAUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLAUSULAS

2.1 As demais clausulas constantes no contrato 075/2017, permanecem inalterados. O disposto no presente Termo de Apostilamento, passa a fazer parte integrante do Contrato acima mencionado.

Nossa Senhora do Livramento, 14 de Novembro de 2017.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 169/2017

DECRETO Nº 169/2017

"CONVOCA CANDIDATO CLASSIFICADO NO EDITAL Nº 001/2017 PROCESSO SELETIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT".

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando a homologação do resultado final do Processo Seletivo Nº 001/2017;

Considerando as atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Nossa Senhora do Livramento/MT;

DECRETA:

Art. 1º Fica convocado o candidato aprovado no Processo Seletivo nº 001/2017 para os Cargos abaixo relacionados para se apresentarem no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, na Avenida Coronel Botelho nº 458, Centro de Nossa Senhora do Livramento, Estado de Mato Grosso, fone: (65) 3351-1200 ou 3351-1500, no período de 29/11/2017 à 12/12/2017, no horário de 08:00 hs às 13:00 hs, pessoalmente ou por procurador munido de instrumento de Procuração Pública.

Fisioterapeuta

1- Cristiane Lemes da Silva Oliveira

Art.2º. O candidato ao cargo deverá se apresentar com os seguintes documentos:

1. Documentos reproduzidos por cópias autenticadas em Cartório. 1.1 Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos; 1.2 Certidão de Casamento ou Nascimento; 1.3 Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF); 1.4 Título de Eleitor; 1.5 Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem à posse; 1.6 Cartão do PIS/PASEP; 1.7 Diploma ou Declaração de conclusão do curso de graduação, em instituição reconhecida pelo MEC; 1.8 Registro no Conselho de Classe, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade; 1.9 Certidão de Reservista (quando do sexo masculino); **2. Documentação complementar:** 2.1. Certidões da Justiça Federal; 2.2. Certidões da Justiça Estadual 2.3. Certidão de Tributos Municipais; 2.4. Exame Médico Admissional; 2.5. 01 (uma) fotos 3x4, coloridas e recentes; 2.6. Declaração contendo endereço residencial; 2.7. Declaração negativa de acúmulo de cargo público; 2.8. Declaração de Bens; 2.9. Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função; 2.10. Conta bancária Banco do Brasil.

Art. 3º Seo candidato convocado não se apresentar para fazer entrega da documentação, ainda queincompleta, no prazo estabelecidopor este Decreto, será considerado DESISTENTE do direito de ser contratado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo.

Art.4º Após a apresentação de toda a documentação, o candidato será contratado e terá prazo de 15 (quinze) dias para tomar posse no cargo respectivo, podendo o prazo para a posse ser prorrogado por 15 (quinze) dias, mediante requerimento do interessado.

Art.5º Se o candidato não entrar em exercício no prazo estipulado, o Decreto de Nomeação será revogado, ficando caracterizada a desistência do candidato.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.7º Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE- SE. CUMPRA-SE.

Nossa Senhora do Livramento/MT, em 28 de Novembro de 2017.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

NOTIFICAÇÃO

NOTIFICAÇÃO

A Coordenadora do Recursos Humanos , da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, representada pelo Sra. Rose Mary Miranda de Carvalho, vem por meio deste:

NOTIFICAR:

A Senhora Letícia Ferraz de Paula , servidora desta Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, lotada na Secretaria Assistência Social, para apresentar-se no Setor de Recurso Humanos no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta data, para regularização funcional.

Nossa Senhora do Livramento-MT, 28/11/217

Rose Mary Miranda de Carvalho

Coordenadora do RH .

D E C R E T O N°. 167/2017

D E C R E T O N°. 167/2017

"Estabelece Feriado Municipal, no dia 08 de Dezembro do corrente ano, em comemoração ao dia de "Nossa Senhora da Conceição" e dá outras providências."

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento, no uso de suas atribuições legais e:

Considerando - que em razão do dia 08 de Dezembro do ano de 2.017 (Sexta Feira), ser "Dia de Nossa Senhora da Conceição", e por razões embasadas na economicidade, fica estabelecido no corrente ano, declarado Feriado Municipal.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado Feriado no Município de Nossa Senhora do Livramento-MT, no dia 08 de Dezembro de 2.017.

Art. 2º - O disposto no artigo anterior não se aplicará aos setores que prestam serviços essenciais, em especial ao Hospital Municipal, limpeza pública, vigilâncias em saúde e Conselho Tutelar, os quais manterão equipes permanentes de atendimento

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nossa Senhora do Livramento/MT, 28 de Novembro de 2.017.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

D E C R E T O N° 166 /2017

D E C R E T O N° 166 /2017

Prorroga a data para pagamento do IPTU do exercício financeiro de 2017, em cota única, com desconto.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e,

Considerando o disposto no § 1° do Artigo 17 do Código Tributário Municipal, que autoriza o Poder Executivo a instituir desconto para pagamento de imposto realizado em cota única, com pagamento à vista e **quitação total relativa ao Exercício Financeiro, visando o interesse público e com o intuito de incentivar os contribuintes a adimplirem suas obrigações perante esta municipalidade,**

D E C R E T A:

Art. 1º - O IPTU – Imposto Sobre a Propriedade Territorial Urbana lançado para o exercício financeiro de 2017 poderá ser pago até o dia 31.12.2017, com direito ao desconto de 10% sobre o valor original, desde que a vista e em cota única.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, Nossa Senhora do Livramento, Estado de Mato Grosso, 27 de novembro de 2017.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DESERTA PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 045/2017 PROCESSO: 5453/2017/SMAS

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DESERTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 045/2017

PROCESSO: 5453/2017/SMAS

OBJETO: O objeto da presente licitação tem o objetivo à escolha da proposta mais vantajosa para **REGISTRO DE PREÇO**, para futura e eventual contratação de empresa com espaço de lazer para atendimento de Day use para os idosos, Crianças e adolescentes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vinculo, conforme quantidades estimadas e condições estabelecidas neste Termo de Referência nº. 048/2017, Edital e seus anexos.

PREÂMBULO

Aos vinte e oito dia do mês de novembro do ano de 2017, às 9:30 horas, reuniram-se na sala de licitação, na Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - Centro, sito Avenida Coronel Botelho, nº 458, a Pregoeira, e a Equipe de Apoio, conforme Portaria n. 011/2017 para abertura e recebimento da Proposta de preços.

Não foi constatado interessados em apresentar propostas para a Sessão Pública do Pregão em epígrafe.

INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA/ABERTURA DAS PROPOSTAS: Aberta a sessão e decorrido o tempo, estabelecido no edital para a abertura de propostas, nenhum interessado em participar do certame apresentou-se no horário as 09:30 horas (horário de Brasília) do dia 28/11/2017, e em conformidade com as condições estabelecidas no edital do pregão em referência, teve início à Sessão Pública para abertura das propostas escritas dos preços encaminhadas pelas licitantes, na página www. http://bll.org.br/, conforme estabelecido no Edital e de acordo com a legislação pertinente. Inicialmente, em conformidade com as disposições contidas no Edital, a Pregoeira abriu a Sessão Pública, a qual, pela inexistência de propostas, a pregoeira aguardou o prazo da etapa de lances às dez horas e trinta e cinco minutos, a pregoeira abriu a sessão e declarou DESERTO o pregão.

DA ETAPA DE LANCES – Não houve interessados em participar do presente certame no sistema http://bll.org.br/, na data agendada para realização da sessão pública, o PREGÃO ELETRÔNICO foi considerado DESERTO conforme ata gerada pelo sistema http://bll.org.br/, que está anexada aos autos do respectivo processo licitatório.

PARECER FINAL – Considerando que não houve vencedor para o Pregão Eletrônico n° 045/2017, devido a licitação ter sido **DESERTA**, a Pregoeira decidiu encaminhar cópia da ATA DA SESSÃO informando a Secretaria Municipal de Assistência Social responsável pelo processo da licitação para providências necessárias e cabíveis.

Diante do exposto resta demonstrado que ao não acudirem interessados à licitação a mesma foi declarada DESERTA nos termos da Lei 19 8666/1993.

E, como nada mais houvesse a ser tratado, a Pregoeira, encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ata que vai assinada após lida e achada conforme.

Nossa Senhora do Livramento – MT., 28 de novembro de 2017.

Leonildes Fátima da S. Benevides

Pregoeira

Portaria Municipal n. 011/2017

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2017

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 46/2017

Comunicamos a suspensão do Pregão Eletrônico nº 46/2017, processo administrativo nº 4633/2017, para readequação do objeto conforme OFICIO N. 039/2017 – Processo administrativo 5813/2017 - objetivo: REGISTRO DE PREÇOS, para futura e eventual **Contratação de empresa especializada em** manutenção e limpeza de poços artesianos, manutenção e reparo de bombas, manutenção em quadros de comando com o fornecimento de peças, Apresentação de relatórios técnico e coordenadas geográficas; Teste de vazão, mínimo de 12 horas com apresentação de relatório fotográfico; **em poços localizados na sede e na zona rural do município,** de acordo com as condições e especificações estabelecidas no edital e seus anexos no Termo de Referência nº **052/2017**, Edital e seus anexos. A nova data da seção pública será informada através dos meios https://www.nossasenhoradolivramento.mt.gov.br/, https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/.

Nossa Senhora do Livramento-MT, 28 de novembro de 2017.

Leonildes Fátima da S. Benevides

Pregoeira

5º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR CONTRATO AO CONTRATO 054/2013

5º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR CONTRATO AO CONTRATO 054/2013 DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DOS GRUPOS A, B E E, FIRMADOS ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA MÁXIMA AMBIENTAL SERVIÇOS GERAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA – EPP.

DO MOTIVO

De conformidade com as motivações administrativas nº 5696/2017 e parecer jurídico nº 416/2017 constantes na justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde a administração decidem celebrar este termo aditivo de prorrogação de prazo e valor do contrato nº 054/2013 firmado com a Empresa Maxima Ambiental Serviços Gerais e Participações Ltda EPP contratação de prestação de serviço de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos de serviços de saúde dos grupos A, B e E, procedentes do hospital municipal, das Unidades de Saúde Urbana/Rural Sul e Norte, laboratório de analises clinicas e odontologia.

1.2 A informação constante nos autos é de que o aditivo refere-se a prazo e valor, com alteração de valor inicialmente contratados de **R$ 18.691.20 (Dezoito Mil Seiscentos e Noventa e Hum Reais e Vinte Centavos) para R$ 18.967,41 (Dezoito Mil Novecentos e Sessenta e Sete Reais e Quarenta e Hum Centavos)** .

DO PRAZO

O presente termo aditivo terá seu prazo prorrogado por 12 (doze) meses contados a partir do termino de vigência do quinto termo aditivo.

DO VALOR

Programa	Origem do Recurso	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa	Fonte/ Dotação	Valor (R$)
2067	Proprio	33.90.39	070049	100	R$ 18.967,41

DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, no inciso II e 65, II, da Lei 8.666/93, com suas alterações e parecer jurídico nº 416/2017.

DAS RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 54/2013, em 03 (três) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos leg**ais**

Nossa Senhora do Livramento – MT, 23 de Novembro de 2017.

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

Máxima Ambiental Serviços Gerais e Participações Ltda EPP

CNPJ-MF: 07.657.198/0001 – 20

Representada pela Senhora Mirela Maria Macedo

RG: nº30.194.296-1 SSP/SP e CPF nº 219.174.758-29,

3º TERMO ADITIVO DE PRAZO CONTRATO Nº 040/2016

3º TERMO ADITIVO DE PRAZO CONTRATO Nº 040/2016 DE AQUISIÇÃO DE BENS DE CONSUMO COMO: LÂMINAS, UNHAS, CANTOS, DENTES, PARAFUSOS E PORCAS PARA SEREM UTILIZADAS NA MÁQUINAS PESADAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA TRICATE COMERCIO DE PEÇAS PARA TRATORPEÇAS LTDA- EPP CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº228/2015, MODALIDADE DE PREGÃO ELETRONICO Nº 16/2015 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 648/2016. AS CLAUSULAS A SEGUIR:

DO MOTIVO

O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas constantes no Processo Administrativo n. 5644/2017, apresentada pela Secretaria Municipal de Obras e Infra Estrutura de aditivação de prazo e valor de R$ 20.000,00 (Vinte Mil Reais) alterando o valor do contrato original, conforme a Lei 8666/93, referente à aquisição de bens de consumo como: Lâminas, Unhas, Cantos, Dentes, Parafusos e Porcas para serem utilizadas nas Máquinas Pesadas da Administração Pública Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, com a Empresa **TRICATE COMERCIO DE PEÇAS PARA TRATORPEÇAS LTDA- EPP CNPJ: nº 70.430.558/0001-92.**

DA VIGÊNCIA

O presente termo aditivo de prazo Contrato terá sua vigência de 02 (dois) meses a partir do termino da vigência do segundo termo aditivo de prazo a partir de 18 de Novembro de 2017.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes dos serviços contratados com base no presente Termo Aditivo correrão a conta da seguinte Dotação Orçamentária 2017.

Reduzido	Programa	Proj/Ativ	Natureza da despesa	Fonte	Valor (R$)
080035	Recuperacao Manutenção e Construção de estradas vicinais	2278– Recuperacao Manutenção e Construção de estradas vicinais	30.90.39.00 – Outros serviços de pessoa juridica	130	20. 000,00

DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93, com suas alterações e parecer jurídico nº 415/2017.

DAS RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 040/2017 em 02 (duas) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 17 de Novembro de 2017.

CONTRATANTE

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADA

TRICATE COMERCIO DE PEÇAS PARA TRATORPEÇAS LTDA- EPP

CNPJ: nº 70.430.558/0001-92

Inscrição Estadual 13.147.105-8

representada pelo sócio proprietário Senhor Abílio Siqueira Mendonça

RG: nº 0098206-7 SSP/MT , inscrito no CPF nº 201.824.901-06

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.041/2017

Autor: Poder Executivo Municipal

"SÚMULA: Modifica o Artigo 4º, Alínea "a" da Lei Municipal nº. 970/2016, que Estima a Receita e Fixa Despesa para o Exercício Financeiro de 2017 do Município de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, e da Outras Providencias".

Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, Senhor **VALDIR PEREIRA DOS SANTOS,** faz saber que sanciona promoga a seguinte Lei:

Artigo 1º- Modifica o Artigo 4º, Alínea "a" da Lei Municipal nº. 970/2016, que Estima a Receita e Fixa Despesa para o Exercício Financeiro de 2017 do Município de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4.º - O Poder Executivo fica autorizado a:

a) - Abrir créditos adicionais suplementares, na forma dos artigos 42 e 43, parágrafo primeiro e seus Incisos da Lei nº 4.320/64, até o limite de 40% (quarenta por cento) do total da despesa fixada no artigo 1º da Lei Municipal 970/2016.

.

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, em 28 de Novembro de 2017.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

EXTRATO DO CONTRATO N°. 071/2017

EXTRATO DO CONTRATO N°. 071/2017

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA: **OLMI INFORMATICA LTDA EPP**

CNPJ 00.789.321/0001-17

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE ARES CONDICIONADOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES NO PROCESSO 082/2017 DE ADESÃO PARCIAL À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 193/2017 REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL N° 079/2017 E SEUS ANEXOS – MUNICIPIO DE CAMPO VERDE - MT.**

VALOR: **R$ 7.188,00 (sete mil cento e oitenta e oito reais).**

ASSINATURA: **28 de novembro de 2017.**

VIGENCIA: **28 de novembro de 2017 a 28 de março de 2018.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93.**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

EXTRATO DE ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.193/2017

EXTRATO DE ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.193/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 079/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA – MT

CONTRATADO: OLMI INFORMÁTICA LTDA - EPP

OBJETO: Adesão da ata de Registro de preços nº. 193/2017 referente ao Pregão Presencial nº.079/2017, Processo nº.651/2017 da Prefeitura Municipal de Campo Verde/MT, para futura e eventualde Ares Condicionados e Bebedouros, conforme ADESÃO DA ATA 193/2017, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde deste Município de Nova Brasilândia/MT.

VALOR: **R$ 7.188,00.** (Sete Mil Cento e Oitenta e Oito Reais).

DATA DA ADESAO: 28/11/2017

ORGÃO GERENCIADOR DA ATA: O MUNICIPIO DE CAMPO VERDE/MT

FUNDAMENTO: De acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações e Lei 10.520/2002.

Mauriza Augusta de Oliveira

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA
RETIFICAÇÃO DE ATA DE ABERTURA DE LICITAÇÃO Nº 05/2017

Retificação da Ata de Abertura e Julgamento de Processo Licitatório

Edital n° 05/2017 - Licitação nº 05/2017 - Carta Convite nº 01/2017

A Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Nova Lacerda, nomeada pela Portaria nº 13/2016 de 05 de outubro de 2016, prorrogada pela Portaria nº 18/2017 de 01 de novembro de 2017, retifica a lavratura da ata de abertura e julgamento da licitação n° 05/2017, na modalidade convite n° 01/2017 e tipo menor preço por item, realizada em 24 de novembro de 2017.

Onde se lê: *"passou-se à abertura dos envelopes de Documentação de Habilitação, que haviam sido relatados na ata anterior, onde foram descriminados seus protocolos, foram novamente revistados por todos os presentes, e ao serem abertos, um a um, cada documento constante foi conferido sua legitimidade, onde constatamos estarem de acordo com o exigido no edital. Continuando o certame..."*

Leia-se: *"passou-se à abertura dos envelopes de Documentação de Habilitação, que haviam sido relatados na ata anterior, onde foram descriminados seus protocolos, foram novamente revistados por todos os presentes, e ao serem abertos, um a um, cada documento constante foi conferido sua legitimidade, onde constatamos que a empresa CASA NOVA COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA – EPP apresentou todos os documentos de acordo com o exigido no edital, porém a empresa ANA PAULA DE OLIVEIRA & CIA LTDA – EPP, apresentou a certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e a dívida ativa da união com o data de validade expirada, nesse caso, a CPL atenta-se em respeito aos itens 6.7 (seis ponto sete) à 6.9 (seis ponto nove) do instrumento convocatório. Continuando o certame..."*

As demais disposições permanecem inalteradas.

Nova Lacerda MT, em 27 de novembro de 2017.

Maria das Graças Rodrigues dos Santos

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO PREVINOM - 2017

Aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete, a partir das dez horas, reuniram-se na Secretaria Municipal de Administração de Nova Marilândia os membros do Comitê de Investimentos do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipal – PREVINOM para tratar de assuntos pertinentes ao fundo. A reunião contou com a presença da Gestora Marta Regina Waiandt, Srª Angélica Dalfior de Oliveira, Srª Vanessa da Silva Leite Mulinário e Srª Devanira da Silva Leite. A Srª Marta iniciou a reunião agradecendo a presença de todos, colocando à disposição dos membros do Comitê o balancete do mês de outubro de dois mil e dezessete para que os mesmos analisassem. Em seguida apresentou a Carta Econômica Nº 012/2017 do dia dez de outubro de dois mil e dezessete, que relata sobre a atual situação do cenário macroeconômico. Após análise e observações a reunião foi encerrada, e para constar, eu, Devanira da Silva Leite lavrei a presente ata, que será lida, aprovada e assinada por todos os presentes.

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO DE JULGAMENTO DO PREGÃO 015/2017 SRP 010/2017

OBJETO: registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestar serviços técnicos de informática para implantação e manutenção de um Software de Informação de Gestão Pública Municipal através do fornecimento de cessão de direito de uso dos softwares integrados para Prefeitura Municipal Nova Marilândia e prestação de serviços de configuração, migração de dados, capacitação, operacionalização, manutenção e suporte técnico.ADJUDICO o objeto desta licitação ao Licitante:

Licitante Vencedor:

DURA-LEX SISTEMAS DE GESTÃO PUBLICA LTDA - EPP, inscrito no CNPJ: **86.952.587/0001-54,** com o valor do lote de **R$ 176.800,00 (cento e setenta e seis mil e oitocentos reais).**

Data da realização: 28/11/2017

NOVA MARILANDIA / MT, 28 de novembro de 2017.

SAMARA LOIDE SILVA CAMPOS

PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

PROCURADORIA JURIDÍCA
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003 AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2017

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ/MT**, no uso de suas atribuições legais, através da Comissão Especial para Fiscalização e Acompanhamento deste Concurso Público, através da Portaria nº 263/2017, que compete à Comissão fiscalizar todas as fases do Concurso Público, resolve:

I. Divulgar que NÃO houve recursos sobre a divulgação do Gabarito das Provas Objetivas;

II. Divulgar o Resultado das Provas Objetivas e Práticas;

III. Definir o prazo de 02 (dois) dias úteis para apresentação de recursos na forma prevista do Item 8.2 e 8.3 do Edital de Concurso Público nº 001/2017, contado da data da publicação deste Edital através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referente à inscrição do candidato, conforme disposições contidas no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br, no link correspondente ao Concurso Público.

IV. O presente Edital e a Listagem Completa estão disponíveis nos endereços eletrônicos: www.w2consultores.com.br e www.novamaringa.mt.gov.br e no Quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Nova Maringá/MT e no diário Oficial do Município, disponível no endereço eletrônico: **e Jornal Oficial dos Municípios (AMM), disponível no endereço eletrônico: https://diariomunicipal.org/mt/amm/.**

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se,

Nova Maringá/MT, 30 de Outubro de 2017.

JOÃO BRAGA NETO - Prefeito Municipal de Nova Maringá

Cleverson Eduardo Allievi - Presidente da Comissão

LUCIANA Garcia Harala – Secretária (o) da Comissão

ROSIMEIRE DA SILVA SOUZA - Membro da Comissão

1 - OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS INSCRIÇÃO NOME POR MAT CG ESP PP NOTA FINAL 0000070 ADELSON DE JESUS SANTANA - - - - - - 0000030 ADIMILSON APARECIDO RODRIGUES 20,00 10,00 14,00 10,50 58,00 112,50 0000110 ATEMILSON MAANOEL DA SILVA - - - - - - 0000040 ELTON DIONE TEIXEIRA 15,00 4,00 8,00 17,50 - 44,50 0000130 GIVALDO VALÉRIO 15,00 14,00 8,00 21,00 - 58,00 0000140 JOANDERSON NUNES MARINHO VASTO 17,50 18,00 14,00 24,50 34,00 108,00 0000170 JUNIOR ANTONIO CRUZ DE BRITO - - - - - - 0000190 MAURO DOMINGOS DA SILVA - - - - - - 0000050 OSMAR MARIANO DE LIMA 12,50 14,00 10,00 21,00 58,00 115,50 0000220 SIONEY PINTO DE MATOS - - - - - - Página 1 de 1

PROCURADORIA JURIDÍCA
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 007 AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ/MT, no uso de suas atribuições legais, através da Comissão Especial para Fiscalização e Acompanhamento deste Concurso Público, através da Portaria nº 263/2017, que compete à Comissão fiscalizar todas as fases do Concurso Público, resolve:

I. Divulgar o parecer dos recursos sobre a divulgação do Gabarito das Provas Objetivas;

II. Divulgar o Gabarito Definitivo das Provas Objetivas, após análise dos recursos;

III. Divulgar o Resultado das Provas Objetivas, Práticas e de Títulos;

IV. Definir o prazo de 02 (dois) dias úteis para apresentação de recursos na forma prevista do Item 8.2 e 8.3 do Edital de Concurso Público nº 001/2017, contado da data da publicação deste Edital através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referente à inscrição do candidato, conforme disposições contidas no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br, no link correspondente ao Concurso Público.

V. O presente Edital e a Listagem Completa estão disponíveis nos endereços eletrônicos: www.w2consultores.com.br e www.novamaringa.mt.gov.br e no Quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Nova Maringá/MT e no diário Oficial do Município, disponível no endereço eletrônico: e Jornal Oficial dos Municípios (AMM), disponível no endereço eletrônico: https://diariomunicipal.org/mt/amm/.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se,

Nova Maringá/MT, 30 de Outubro de 2017.

JOÃO BRAGA NETO - Prefeito Municipal de Nova Maringá

CLEVERSON EDUARDO ALLIEVI - Presidente da Comissão

SOLANGE GARCIA HARALA – Secretária (o) da Comissão

VERA MARIA PADILHA DA SILVA - Membro da Comissão

RECURSOS Página 1 de 95 NOME INSCRIÇÃO RECURSO DISCIPLINA QUESTÃO SITUAÇÃO DETALHES RESPOSTA A questão requer que seja assinalada, pelo candidato, a questão que melhor emprega o uso do "mau e do mal" diante das regras existentes na língua portuguesa. Pois bem, o gabarito trouxe como correta a alternativa de letra C. No entanto, em análise das frases dispostas, temos que nenhuma delas apresenta a grafia correta. Isso porque, segundo se extrai do site http://www.tudosobreconcursos.com/materiais/portugues/diferenca-entre-mau-e-mal, a palavra MAU é um adjetivo e como regra deve ser usado como contrário de bom. Enquanto que a palavra MAL pode ser: - advérbio de modo (Regra: é usado como contrário de bem.); - substantivo (Regra: é usado com sentido de doença, tristeza, desgraça, tragédia.) e- conjunção temporal (Regra: é usado com o sentido de quando). Partindo desse pressuposto, verifica-se que na alternativa (A) a frase é composta por um advérbio de DEFERIDO - ANULAÇÃO DA modo, portanto, incorreta, uma vez que a expressão a ser utilizada deve ser "MAL" e não "mau", como QUESTÃO: Recurso assiste ao trazido. A alternativa (B) de igual modo apresenta-se incorreta, haja vista que a frase indica um adjetivo, recorrente, visto que por erros de AKUELINE CORDEIRO PADILHA 1420 922 PORTUGUÊS 10 DEFERIDO logo, devendo ser escrita com a palavra "MAU". A alternativa (C) traz um advérbio de modo ligado a um digitação, as alternativas não adjetivo (Etimologia - origem da palavra mal-humorado: mal + humor/ado/. > vide apresentam resposta correta, https://www.dicio.com.br/mal-humorado/ < . Logo, utilizando-se, ainda, a regra da substituição da portanto, a questão deverá ser palavra por "BEM" ou "BOM", temos que não seria correto dizer que alguém pode acordar "Bom anulada. humorada", mas sim "Bem humorada", de modo que a palavra correta, na frase, seria "MAL-HUMORADA". Além do mais, a palavra encartada na alternativa não apresenta-se com o hífen, que deve ser utilizado no caso em tela, conforme denota-se pelo acesso dos sites https://portuguessemmisterio.com.br/2015/07/13/mau-ou-mal/; http://www.comoescrevercerto.com.br/2014/06/mal-humorado-mal-humorado-mau-humorado.html;
https://portuguessemmisterio.com.br/2015/07/20/o-hifen-de-bem-e-de-mal/; bem como tantos outros. Por último a alternativa(D) também incorreta, pressupõe um adjetivo, sendo devida a utilização da palavra "MAU". Por todo o exposto, é primoroso destacar que a banca não apresentou qualquer opção passível de ser assinalada, uma vez que todas apresentam erro de grafia, de modo que requer sua devida ANULAÇÃO. RECURSOS DIVULGAÇÃO GABARITO OFICIAL PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RECURSOS Página 2 de 95 AKUELINE CORDEIRO PADILHA 1420 923 ESPECÍFICA 23 DEFERIDO A questão explana sobre as ações e serviços públicos de saúde que integram a rede regionalizada e hierarquizada que constitui o Sistema Único de Saúde, exigindo que o candidato assinale a alternativa que apresente exceção às diretrizes exigidas para a sua organização. O Gabarito apresentou com alternativa correta a Letra B. Ocorre, no entanto, que TODAS as alternativas estão CORRETAS, não sendo possível assinalar nenhuma das alternativas como incorretas. Senão, vejamos. O art. 198 da Constituição Federal assim dispõe: Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo; II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; III - participação da comunidade. Partindo do artigo supra indicado, podemos constatar que a alternativa A da presente questão é cópia fiel do exposto pelo art. 198, I da CF, estando, portanto, correta. A alternativa C é cópia fiel do art. 198, II da CF e, portanto, está igualmente correta. A alternativa D é cópia fiel do art. 198, III da CF e também está correta. A alternativa B, nada mais é que a transcrição dos incisos I e II do art. 198 em uma mesma alternativa, não havendo razão para que se apresente como incorreta. TODO O CONTEÚDO EXISTENTE NA ALTERNATIVA B ESTA CORRETO! Vejamos: B) - descentralização, com direção única em cada esfera de governo (Art. 198, I CF) e atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais. (art. 198, II CF). Neste diapasão, resta evidenciado que TODAS as alternativas estão corretas, não havendo qualquer exceção que possa ser assinalada. Dessa forma, requer a ANULAÇÃO da presente questão, haja vista o vício material encontrado. RECURSO PROCEDENTE: O artigo 198 da Constituição Federal, dispõe: "Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo; II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; III - participação da comunidade". Portanto não existe nenhuma alternativa que possa ser excetuada. Anula-se a questão por erro de formulação, aplicando o aplicando o item8.11 do Edital de Concurso nº 001/2017. "Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido". PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RECURSOS Página 3 de 95 AKUELINE CORDEIRO PADILHA 1420 924 cONHECIMENTOS GERAIS 19 INDEFERIDO A questão apresenta-se de forma inconsistente e incompleta, de modo que não é possível identificar o que por ela se exige. Assim dispõe a questão: 19 - Sobre os impactos sobre o ecossistema Floresta Amazônicos, não é correto afirmar: a) Garimpo de ouro b) Exploração de gás e petróleo c) Grandes projetos agropecuários d) Mineração Industrial O gabarito apresenta como correta a alternativa de Letra B. No entanto, pergunta-se: Qual relação se busca entre os termos avulsos dispostos nas alternativas com a redação da questão? Impossível se responder quando não há o questionamento expresso, até porque, não pode ser exigido do candidato, a presunção do que a banca deseja que seja assinalado. A guisa de exemplo, e para conhecimento, trago a disposição do artigo 17 § 3º, inciso I, do projeto de lei nº 252/2003, em trâmite na Câmara dos Deputados, que no momento, aguarda Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), e traduz o caso em apreço: Art. 17. As provas serão elaboradas de maneira clara e objetiva, de forma a possibilitar ao candidato a compreensão do tema dado a julgamento, a partir do estabelecimento do padrão de compreensão médio do candidato e considerado o nível de escolaridade e técnico dos cargos em disputa. § 3º Serão anuladas: I – as questões redigidas de maneira obscura ou dúbia; Pelo exposto, embora a disposição normativa colacionada não esteja em vigor, a ideia que dela se extrai apresenta perfeitamente o ideal a ser seguido pelas bancas de concurso público quando da elaboração das questões. Razão pela qual, pugno pela ANULAÇÃO da questão 19. Recurso Improcedente: Impacto da extração de petróleo e gás natural no Estado do Amazonas. A extração de Petróleo e gás natural é realizada desde 1996, pela Petrobrás, na província petrolífera de Urucu, no Estado do Amazonas. Os impactos diretos apontados como os mais graves são dois: o desmatamento resultante da abertura de clareiras aonde se perfuram os poços e o manejo dos fluidos de perfuração e dos resíduos sólidos retirados dos poços. Nasáreas de perfuração, o movimento de maquinaria pesada compactada o solo, o que tornará o depositados temporariamente em diques juntamente com os resíduos sólidos retirados da área de perfuração. Quando cheios, esses deques são "desaguados", isto é, o fluido que não evaporou é drenado e so sólidos são enterrados no próprio local. Essa prática de manejo de fluidos e resíduos sólidos não é a ideal por dificultar um futuro reflorestamento da área, já que os resíduos que contém elementos químicos. Além disso, esses componentes químicos poderiam vir a atingir o lençol freático. No momento a Petrobrás. Estuda outras possibilidades mais apropriadas de manejo de fluidos. Como outros projetos de grandes escala, as operações em Urucu implicaram na construção de obras de infra-estrutura (construção de mini-refinaria, heli-

ponto, estradas de acesso, base de apoio, polidutos para escoamento etc.). Até o momento calcula-se que dos 514.500 há de área concedida, aproximadamente 500 hectares (0,01%) foram desmatados tanto para a construção de obras de infra-estrutura como para a exploração propriamente dita. Os maiores impactos sobre o ecossistema Floresta Amazônica são: Garimpo de ouro– Assoreamento, erosão e poluição de cursos d'água; problemas sociais; degradação da paisagem e da vida aquática, contaminação por mercúrio com conseqüências sobre PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RECURSOS Página 4 de 95 a pesca e a população. Mineração industrial: ferro, manganês, cassiteria, cobre, bauxuta, etc– Degradação da paisagem; poluição, e assoreamento dos curso da água; esterilização de grandes áreas e impactos sócio -econômicos. Grandes projetos agropecuários– Incêndios; destruição da fauna e da flora; erosão, assoreamento e contaminação dos cursos d'água por agrotóxicos; destruição de reservas extrativistas. Grandes usinas hidroelétricas– Impacto Cultural e sócio -econômico (povos indígenas) e sobre a fauna e a flora; inundação de áreas florestais, agrícolas, vilas, etc. Indústrias de ferro gusa– Demanda de carvão vegetal da floresta nativa – desmatamento; exportação de energia a baixo valor e alto custo ambiental; poluição das águas, ar e solo. Pólos industriais e/ou grandes Indústrias– Poluição do ar, água e solo; geração de resíduos tóxicos; conflitos com o meio urbano. Construção da rodovia Transamazônica– Destruição das culturas indígenas; propagação do garimpo e de doenças endêmicas; grandes projetos agropecuários; explosão demográfica. Caça e pesca predatórias– Extinção de mamíferos aquáticos; diminuição de populações de quelônios, peixes e animais de valor econômico -ecológico. Indústrias de alumínio– Poluição atmosférica e marinha; impactos indiretos pela enorme demanda de energia elétrica. Crescimento populacional– Problemas sociais graves; ocupação desordenada e vertiginosa do solo (migração interna) com sérias conseqüências sobre os recursos naturais. Portanto dentre as alternativas a que menor causa impacto sobre o ecossistema é a letra "B". Fonte: http://www.amazonialegal.com.br/tex tos/impacto_amb.htm PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RECURSOS Página 5 de 95 AKUELINE CORDEIRO PADILHA 1420 988 PORTUGUÊS 5 INDEFERIDO A questão em apreço mostra-se um tanto quanto dúbia, contraditória e confusa. Isso porque a questão traz a seguinte explanação: "Acerca das regras de ACENTUAÇÃO, assinale a alternativa que justifica a seguinte regra: "Emprega-se a vírgula no período simples para separar, numa enumeração, os termos com a mesma função sintática". O que se entende da primeira parte da questão é que o candidato deve analisar as regras quanto a ACENTUAÇÃO, entendida esta como "o estudo das regras que disciplinam o uso adequado dos sinais que indicam a posição da sílaba tônica, entre outras particularidades, como o timbre e a nasalização das vogais". (conceito retirado do site http://portugues.uol.com.br/gramatica/acentuacao.html). No entanto, logo após requerer que sejam observadas regras sobre a ACENTUAÇÃO o examinador expõe um texto explicativo que nada se adequa ao pedido inicial. Assim sendo, não há como o candidato deduzir o que o examinador deseja que seja respondido. Ao contrário, o candidato é induzido a erro, na medida em que, atentando-se ao início da questão não alcançará nenhum resposta apta a ser assinalada, haja vista que a REGRA DE ACENTUAÇÃO está corretamente aplicada em todas as alternativas. A guisa de exemplo, e para conhecimento, trago a disposição do artigo 17 § 3º, inciso I, do projeto de lei nº 252/2003, em trâmite na Câmara dos Deputados, que no momento, aguarda Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), e traduz o caso em apreço: Art. 17. As provas serão elaboradas de maneira clara e objetiva, de forma a possibilitar ao candidato a compreensão do tema dado a julgamento, a partir do estabelecimento do padrão de compreensão médio do candidato e considerado o nível de escolaridade e técnico dos cargos em disputa. § 3º Serão anuladas: I – as questões redigidas de maneira obscura ou dúbia; Pelo exposto, embora a disposição normativa colacionada não esteja em vigor, a ideia que dela se extrai apresenta perfeitamente o ideal a ser seguido pelas bancas de concurso público quando da elaboração das questões. Razão pela qual, pugno pela ANULAÇÃO da questão 05. RECURSO IMPROCEDENTE: Recurso não assiste ao recorrente, visto que embora o equívoco, todas as alternativas estão acentuadas corretamente, o que indica que não há contradições neste sentido. Portanto, seguindo o raciocínio de regras de "PONTUAÇÃO", a alternativa que justifica (única e exclusivamente) o emprego das vírgulas como o enunciado menciona é a letra C. Portanto, gabarito correto e mantido. ALESSANDRO FAUSTINO 6310 946 CONHECIMENTOS GERAIS 13 DEFERIDO POLASTRINI Na questão 13 referente ao anunciado da pergunta refere sobre os motivos da ameaça do racionamento de aguá. No em tando na alternativa C que apareceu no Gabarito Preliminar não é correta pois afirma que as cidades brasileiras não possui sistema de esgoto para evitar a poluição dos rios e dos lençóis subterrâneos. Sendo que não se pode afirma que todas as cidades brasileiras não possui sistema de esgoto. Pois existe varias cidades que jã fazem tratamento do esgoto fazendo com que não contamine os rios. A alternativa correta seria a letra D que afirma que as águas utilizadas não são reaproveitas. Sabendo que nas mídias todos os anos mostra que o reaproveitamento de aguá realizado pela população ajuda no não desperdiço da mesma.segue os links sobre o assunto. https://www.agsolve.com.br/noticias/agua-de-reuso-nos-grandes-centros-urbanos http://www.portalsaofrancisco.com.br/meio-ambiente/reuso-da-agua RECURSO PROCEDENTE: Por erro na formulação da questão e por conter mais de uma alternativas, que corresponde ao enunciado da questão, anula-se a questão, aplicando o item8.11 do Edital de Concurso nº 001/2017. "Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido". PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RECURSOS Página 6 de 95 ALESSANDRO FAUSTINO POLASTRINI 6310 948 ESPECÍFICA 23 DEFERIDO Na questão 23 no anunciado solicitar a alternativa que seja exceto as ações e serviços públicos de saúde, porem as alternativas A B C e D estão todas corretas, deixando assim a questão sem alternativa incorreta ou seja a ALTERNATIVA B do gabarito esta errada. Sendo assim esta pergunta deve ser anulada devido a falha no anunciado da pergunta e na respostas. www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_198_.asp RECURSO PROCEDENTE: O artigo 198 da Constituição Federal, dispõe: "Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo; II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; III - participação da comunidade". Portanto não existe nenhuma alternativa que possa ser excetuada. Anula-se a questão por erro de formulação, aplicando o aplicando o item8.11 do Edital de Concurso nº 001/2017. "Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido". ALESSANDRO FAUSTINO POLASTRINI 6310 950 ESPECÍFICA 29 DEFERIDO Na questão 29 o anunciado da pergunta solicita a alternativa correta, porem no final das alternativas aparece outro anunciado que não se explica o por que, deixando duvidas sobre qual alternativas responder por não saber se seria uma pegadinha sobre o raciocínio dos candidatos. Sendo assim esta pergunta a duplicidade de anunciado confundindo os candidatos. RECURSO PROCEDENTE:Anula-se a questão por erro de formulação, aplicando o aplicando o item8.11 do Edital de Concurso nº 001/2017. "Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido". ANDREZA SILVA SANTOS 200 991 CO-

NHECIMENTOS GERAIS 16 DEFERIDO O Governador antecessor de Silval Barbosa foi Blairo Borges Maggi, o 53º governador de Mato Grosso de 2003 a 2010. RECURSO PROCEDENTE: Por erro na divulgação do gabarito altera-se para alternartiva "B", pois o Governador que anteceu Silval da Cunha Baborsa foi Blairo Borges Maggi. Fonte:https://pt.wikipedia.org/wiki/Lis ta_de_governadores_de_Mato_Gros so. PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RECURSOS Página 7 de 95 ANDREZA SILVA SANTOS 200 992 PORTUGUÊS 4 INDEFERIDO Os períodos compostos são aqueles constituídos por mais de uma oração, ou seja, dois ou mais verbos. Exemplo: Mariana me ligou para dizer que não virá mais tarde. (Período composto por três orações: verbos ligar, dizer e vir.) Fonte: http://portugues.uol.com.br/gramatica/frase-oracao-periodo.html Observamos que na frase em questão há mais de um verbo, portanto mais de uma oração. RECURSO IMPROCEDENTE: Recurso não assiste ao recorrente, visto que quando se trata de uma locução verbal “tem sido castigado” (composta por verbo auxiliar + verbo principal) é considerado como se fosse um só verbo, logo, uma oração, apenas. Com não há mais verbos na frase, o Pede ainda para marcar a alternativa que NÃO faz partes dessas diretrizes. Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo; assistenciais; gabarito preliminar) não está incorreta, apenas o relator uniu o item I e II do art. 198 sem nenhum erro deveria estar incorreto e/ou incoerente à Lei, o que não é o caso dessa questão. constituem um sistema único, seguintes diretrizes: I - em cada esfera de governo; II - para as atividades preventivas, sem III - participação da existe nenhuma alternativa que questão por erro de formulação, Edital de Concurso nº 001/2017. "Se anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido". período é simples, formado por uma oração. Portanto, gabarito correto e mantido. RECURSO PROCEDENTE: Por erro na formulação da questão, por não haver constar no enunciado se as alterativas são corretas ou erradas, anula-se a questão, aplicando o ANDREZA SILVA SANTOS 200 993 CONHECIMENTOS GERAIS 12 DEFERIDO "O estado de Mato Grosso é conhecido como o celeiro do país, campeão na produção de soja, milho, item8.11 do Edital de Concurso nº algodão e de rebanho bovino". Fonte: http://www.mt.gov.br/economia 001/2017. "Se do exame de recursos Nessa questão o milho se enquadra como cereal, sendo então essa questão correta. resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido". BRUNA RAYELI GROTH 1120 951 ESPECÍFICA 23 DEFERIDO RECURSO PROCEDENTE: O artigo 198 da Constituição Federal, dispõe: “Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma A referente questão fala sobre as diretrizes do sus referente à suas ações e serviços públicos de saúde. rede regionalizada e hierarquizada e Pois bem, a constituição federal de 1988 diz através do artigo 198: organizado de acordo com as constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: descentralização, com direção única II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços atendimento integral, com prioridade III - participação da comunidade. prejuízo dos serviços assistenciais; Então supõe-se que todas as alternativas estão corretas, visto que na opção B (item incorreta pelo comunidade”. Portanto não dos itens citados como podem conferir pelas referências. Para se tornar incorreta, algum item/palavra possa ser excetuada. Anula-se a Por fim, peço a anulação desta questão, conferindo pontuação a todos. aplicando o aplicando o item8.11 do Referência:https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10653794/artigo-198-da-constituicao-federal-de-1988 do exame de recursos resultar PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RECURSOS Página 8 de 95 CARLOS CESAR DE ARRUDA 7230 926 INFORMATICA 25 DEFERIDO A questão tem como tema a "São Utilizados para mover a seta ou ponteiro na área de trabalho, EXCETO". O gabarito considerou a afirmativa "D" como certa. Apesar da compreensão inicialmente estabelecida por esta Banca Examinadora, requer a ponderação de que o Mouse Pad são utilizado sim no auxílio para mover a seta ou ponteiro na área de trabalho, sendo que em a palavra Mause Pad em português significa TAPETE DE RATO que é uma superfície que tem como função de realçar o movimente do rato(mouse de computador) facilitando o deslizamento e o movimento do ponteiro na tela do computador. Sendo assim, a questão de nº 25 requer a afirmativa que "EXCETO"(Exceto é uma preposição usada para indicar uma condição de exceção ou exclusão) não faz essa função de mover a seta ou ponteiro na área de trabalho, ficando claro que a unica opção das alternativas da questão citado acima e a alternativa "C" (TECLADO) diante de testes feitos com a área de trabalho aberto utilizando as teclas do teclado em nem um momento a seta ou ponteiro foi movido na área de trabalho confirmando o argumento acima citado. Assim, requer a avaliação das ponderações apresentadas, de modo a promover a anulação/alteração de gabarito da questão. RECURSO PROCEDENTE:Por erro na formulação da questão e por não conter mais uma alternativas, que corresponde ao enunciado da questão, anula-se a questão, aplicando o item8.11 do Edital de Concurso nº 001/2017, pois todas alternativas estão corretas. [A] TouchPad: Touchpad ou trackpad é um componente utilizado em diversos aparelhos eletrônicos e vastamente difundido entre os notebooks e ultrabooks produzidos atualmente. Na verdade, é difícil imaginar um computador portátil sem uma área sensível ao toque que realize as mesmas tarefas de um mouse comum.[B] Touch Screen: A tela sensível ao toque é um display eletrônico visual que pode detectar a presença e localização de um toque dentro da área de exibição, por meio de pressão.[C] Teclado: Na computação, oteclado de computadoré um dispositivo que possui uma série de botões ou teclas, e utilizado para inserir dados no computador. É um tipo de periféricode entrada utilizado pelo usuáriopara a entrada manual no sistemade dadose comandos. Possui teclas representando letras, números, símbolose outras funções, baseado no modelo de teclado das antigas máquinas de escrever. [D] Mouse Pad: Ummousepad,tapete de rato/mouseouesteirade rato/mouse,é uma superfície para realçar o movimento de um rato/mousedo computador. "Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido". PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RECURSOS Página 9 de 95 CECILIA CAROLINE DE SOUZA PINHEIRO 6210 931 ESPECÍFICA 29 DEFERIDO Primeiro, a Questão está incompleta ,pois tem um enunciado no final das alternativas : " Marque a alternativa que apresenta a sequência correta , de cima para baixo é : ". Segundo , há duas alternativas corretas a letra b(Os municipios e os estados devem proporcionar o acesso as informações relativas ao orçamento e à sua execução,compatibilizando-as com as leis,pois se entende que tais informações fortalecem o exercicio das responsabilidades do controle social) e a letra C também esta correta (O controle social foi implementado pelas leis 8080/90 e 8.142/90 que regula a participação da comunidade no sus , instituindo os conselhos de saúde e as conferências de saúde.) http://blog.concursosdasaude.com.br/artigo-importancia-controle-social-e-lei-n-8-14290/ http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/oficina_trabalho.pdf RECURSO PROCEDENTE:Anula-se a questão por erro de formulação, aplicando o aplicando o item8.11 do Edital de Concurso nº 001/2017. "Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido". CECILIA CAROLINE DE SOUZA PINHEIRO 6210 935 ESPECÍFICA 23 DEFERIDO Todas as alternativas estão certas .A alternativa B , apenas reuniu duas diretrizes ,portanto esta correta também. A Questão pede : Exceto a alternativa que não apresenta a diretriz correta. Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquiza-

da e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo; II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; III - participação da comunidade. RECURSO PROCEDENTE: O artigo 198 da Constituição Federal, dispõe: “Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo; II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; III - participação da comunidade”. Portanto não existe nenhuma alternativa que possa ser excetuada. Anula-se a questão por erro de formulação, aplicando o aplicando o item8.11 do Edital de Concurso nº 001/2017. "Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido". PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RECURSOS Página 10 de 95 CLAUDIA BEATRICE PEIXOTO DA SILVA 7780 920 ESPECÍFICA 27 INDEFERIDO A questão exige que o candidato assinale a alternativa que apresente exceção ao uso do vocativo SENHOR para tratar com autoridades. Antes de mais nada, é importante se destacar que as regras de redação básica vêm dispostas pelo Manual da Redação da Presidência da República, datada do ano de 2002 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm). Assim, o item 2. 1.3 determina que “o emprego dos pronomes de tratamento obedece a uma tradição consagrada, a qual aplica aos SENADORES (2.1.3, b), MINISTROS (2.1.3. a) e GOVERNADORES (2.1.3, a) o título/vocativo de VOSSA EXCELÊNCIA!! A questão apresentada, em momento algum, requereu que fossem observadas as regras para expedição de documentos oficiais às autoridades postas nas alternativas, mas, TÃO SOMENTE, que fossem analisada quanto ao vocativo a ser utilizado para o tratamento da autoridades ali elencadas. Dessa forma, ao considerar que as autoridades constantes das assertivas A, C e D devem ser tratadas pelo vocativo VOSSA EXCELÊNCIA e não como SENHOR, ambas estão aptas a serem assinaladas. Assim sendo, requer que seja ANULADA a presente questão, eis que viciada materialmente. RECURSO IMPROCEDENTE: No enunciado da questão pede ao candidato” [QUESTÃO 27] As autoridades serão tratadas com o vocativo Senhor, seguido do cargo respectivo, EXCETO: [A] Senhor Senador. [B] Senhor Servidor Público. [C] Senhor Ministro. [D] Senhor Governador. Nota-se que no enunciado da questão pede Vocativo e não tratamento que neste caso seria vossa excelência. Vocativo é o termo da oração por meio do qual chamamos ou interpelamos o nosso interlocutor, real ou imaginário. O Vocativo não possui relação sintática a outra expressão da oração, ou seja, não está relacionado com o Sujeito, com o Predicado, diferente do apostoonde há relação com o restante da frase. É a expressão da oração usada para invocar um ouvinte. Geralmente, direciona-se à segunda pessoa do discurso.O vocativo é um termo da oração que usamos com frequência no cotidiano. Mantém-se o Gabarito já divulgado. CLAUDIA PAULETTO 2430 989 ESPECÍFICA 29 DEFERIDO apos as alternativas A/B/C/D tem um texto com a seguinte informação " MARQUE A ALTERNATIVA QUE APRESENTA A SEQUENCIA CORRETA, DE CIMA PARA BAIXO É:" POREM NÃO TEM AS OPÇÕES DE ALTERNATIVA A SEREM MARCADAS, GERANDO DUPLICIDADE DE INTERPRETAÇÃO QUANTO FORMA DE RESPOSTA. APARENTEMENTE FALTOU UM PEDAÇO DE TEXTO DESTA QUESTÃO. RECURSO PROCEDENTE:Anula-se a questão por erro de formulação, aplicando o aplicando o item8.11 do Edital de Concurso nº 001/2017. "Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido". PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RECURSOS Página 11 de 95 CLAUDIO MAGRI 2660 938 CONHECIMENTOS GERAIS 13 DEFERIDO Conforme dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS 2015) acessado no site: http://www.tratabrasil.org.br/saneamento-no-brasil, a cada 100 litros de água coletados e tratados, em média, apenas 63 litros são consumidos. Ou seja 37% da água no Brasil é perdida, seja com vazamentos, roubos e ligações clandestinas, falta de medição ou medições incorretas no consumo de água. A soma do volume de água perdida por ano nos sistemas de distribuição das cidades daria para encher 6 (seis) sistemas Cantareira. E ainda, 50,3%da população têm acesso à coleta de esgoto. Destes, 42,67% dos esgotos do país são tratados. Mesmo se tendo um percentual baixo de tratamento efetivos dos esgotos, não se pode afirmar que “As cidades brasileiras ainda não possuem sistema de esgoto para evitar a poluição dos rios e dos lençóis subterrâneos”. Afirmação esta dada como a resposta correta que motivaria a ameaça de racionamento da água doce enquanto recurso natural. Como referenciado, o principal fator está no desperdício de água associado ao baixo índice de chuvas nos últimos anos. Portanto, a resposta que mais se adequa é a letra ‘d’ – As águas utilizadas não são reaproveitadas”. Uma vez que, quando falamos em gestão de recursos hídricos no mundo, regiões áridas e semiáridas, como o Oriente Médio, e regiões desérticas dos EUA (Califórnia, Arizona, Colorado e Nevada) já realizam em larga escala práticas de reúso e reaproveitamento de água. As reais necessidades destes locais fizeram com que essas ações se tornassem imprescindíveis. A atual crise hídrica brasileira ainda levou usuários e empresas a reverem suas estratégias, com o objetivo de buscar alternativas de captação, tratamento e reciclagem, até então pouco explorados pela maioria dos usuários. Contudo, o reúso em aplicações, como irrigação, refrigeração, lavagem de pisos e descargas de vasos sanitários, torna-se uma alternativa sustentável, ambientalmente correta e viável economicamente, já que os volumes utilizados pelas concessionárias públicas ou privadas são reduzidos drasticamente nos pontos de medição e cobrança. (http://hojeemdia.com.br/opini%C3%A3o/blogs/opini%C3%A3o-1.363900/re%C3%BAso-da-%C3%A1gu a-no-brasil-e-no-mundo-1.363429) Até pouco tempo atrás, o termo água de reúso era pouco conhecido da população em geral. Mas bastou a escassez hídrica se tornar a grande preocupação no maior centro urbano do País para que assuntos como economia e reúso de água passassem a fazer parte da conversa de, pelo menos, 18 milhões de pessoas. Entre vários aprendizados, a crise hídrica de São Paulo em 2014 mostrou a necessidade urgente de buscar alternativas à água potável. Ficou claro que o aproveitamento de águas pluviais e as tecnologias de reúso reduzem a demanda sobre os mananciais e, mesmo que as chuvas de 2015 e 2016 tenham apaziguado momentaneamente a questão, o debate permanece. De lá para cá, o reúso de água apresentou crescimento tímido no País. Mesmo assim, a expectativa é que ele ganhe espaço nos próximos anos, principalmente na indústria. Isso porque o arcabouço legal para a água de reúso, um antigo entrave, começou a ser desenvolvido. Muitos especialistas já haviam apontado que a falta de padrão nas legislações municipais e estaduais para que os investimentos em reúso de água fossem ampliados consistia na maior dificuldade para a implementação de novos projetos. (https://www.tratamentodeagua.com.br/reuso-de-agua-no-brasil/) RECURSO PROCEDENTE: Por erro na formulação da questão e por conter mais de uma alternativas, que corresponde ao enunciado da questão, anula-se a questão, aplicando o item8.11 do Edital de Concurso nº 001/2017. "Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido". PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RECURSOS Página 12 de 95 O gabarito oficial divulgado diz que a resposta correta é a letra ‘b’ onde refere que o fluxo migratório teve como fator: "A modernização da agricultura em São Paulo e nos estados do Sul do país". Conforme: http://brasilescola.uol.com.br/brasil/populacao-centrooeste-composta-por-migrantes.htm (...) Outro fator que

intensificou a migração para a região Centro-Oeste foi a construção de Brasília, que também foi uma forma de política pública para a ocupação da porção oeste do território brasileiro. O fluxo para a formação de Brasília começou, evidentemente, com sua construção. Entre 1960 e 1970. Em: http://www.dados.mt.gov.br/publicacoes/dsee/dinamica_demografica/fluxos_populacionais/DSEE-DD-R T-003.pdf - (...) O constante avanço das fronteiras de desenvolvimento, meta governamental a partir da década de 60, motivou a aplicação de elevados montantes de capital, através de financiamentos de projetos agropecuários e na implantação de infraestrutura que tiveram como resultados imediatos a elevação dos fluxos migratórios e a ocupação do espaço no centro-oeste, e, em particular no Mato Grosso. Desse modo, a população da região na década de 60 perfazia no final do período um aumento de 72% no total regional, indicando uma concentração em 1970 de 5% da população nacional. CLAUDIO MAGRI 2660 939 CONHECIMENTOS GERAIS 17 DEFERIDO Conforme Literatura: Conforme literatura: http://upcommons.upc.edu/bitstream/handle/2099/14123/DACUNHAGALVAO_Josiani.pdf?sequence=1 BARROZO, J. C. (2008). Políticas de Colonização: as políticas públicas para a Amazônia e o Centro-Oeste. In: BARROZO, J. C. (Org.), Mato Grosso: do sonho à utopia da terra (15-26). Cuiabá: EdUFMT/Carlini&Caniato Editorial. MORENO, G. (2005). A Colonização no século XX. In: MORENO, G. e HIGA, T. C.S.(Org.), Geografia de Mato Grosso:Território, Sociedade, Ambiente (52-53). Cuiabá: Entrelinhas. PIAIA, I. I. (2003). Geografia de Mato Grosso. 3. ed. ver. amp. Cuiabá: EdUNIC (...) A POLÍTICA DE COLONIZAÇÃO EM MATO GROSSO A PARTIR DE 1960 A política de colonização foi retomada no regime militar com objetivo estratégico de integrar a Amazônia e o Centro-Oeste a outras regiões do país baseada na ideologia de segurança e desenvolvimento nacional. O Estatuto da Terra (LEI no. 4505/64) legitimou ações de regularização pelo governo federal nos Estados, que se desenvolveram articuladas aos diversos programas de desenvolvimento regional (PIN, Proterra, Poloamazônia, Polocentro, Polonoroeste) implantados nas áreas que compõe a Amazônia Legal. (Moreno e Higa, 2005) Até 1960, a população da fronteira do norte de Mato Grosso era de 62.478 habitantes, distribuída em cinco municípios: Barra do Garças, Chapada dos Guimarães, Rosário Oeste, Diamantino e Aripuanã. Após 1960 ocorre intenso processo de transformação econômica que por serem novos espaços incorporados ao processo produtivo e integrados ao mercado nacional, passou a ser caracterizado como “fronteira capitalista recente”. A ocupação dessa fronteira agrícola intensificou-se na década de 1970, atraindo fluxos migratórios do Centro-Sul e Nordeste para essa região. A partir de 1964, no governo militar, é dada nova orientação com relação à ocupação das terras: “O Governo Federal, através de incentivos fiscais e crédito facilitado, privilegia a instalação de amplos latifúndios cujos proprietários são, na maioria das vezes, empresários do Centro-Sul.” Para garantir e proporcionar infraestrutura básica para se desenvolver, o poder público criou órgãos específicos para apoiar tais atividades: o Banco da Amazônia S/A (BASA), Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), e Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). (Piaia, 2003) No período de 1960 e 1970, o DTC, a Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso (CODEMAT) e o Instituto de Terras de Mato Grosso (INTERMAT) executaram projetos de colonização e assentamentos situados no Vale do Guaporé, Jaurú e na Baixada Cuiabana, restringindo-se à distribuição de lotes. Com o tempo os assentados abandonaram os lotes devido ausência de infraestrutura adequada e de uma política de crédito e de assistência técnica. (Barrozo, 2008) Na década de 60, a Região Centro Oeste iniciou um processo de modificação de sua estrutura produtiva, impulsionada pela ação estatal através dos programas de incentivo à modernização agropecuária e integração da região aos outros mercados, elementos que tiveram importantes conseqüências em sua dinâmica demográfica e no processo de redistribuição espacial da população. PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RECURSOS Página 13 de 95 Esta ação estatal explicita-se através da preocupação de integração nacional do regime militar, o que justifica os representativos investimentos em grandes projetos agropecuários. “Enquanto a sociedade brasileira era duramente reprimida pelos governos militares que sucederam no poder nesse período, o Araguaia, o Mato Grosso e a Amazônia foram invadidos pelos grandes grupos econômicos através dos projetos agropecuários” (OLIVEIRA, 1997, p. 290). Esta intervenção do governo foi realizada, principalmente, através do Prodoeste (Programa de Desenvolvimento do CentroOeste), efetivado pela ação da Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), no qual muitos grupos empresariais beneficiaram-se em diversos aspectos do processo de ocupação da fronteira amazônica. Vale lembrar que vários projetos aprovados, alguns megalomaníacos, nunca efetivamente entraram em funcionamento, o que gerou uma série de escândalos pelo uso indevido de dinheiro público. http://w.scielo.br/pdf/rbepop/v23n1/v23n1a06.pdf Foi nas décadas de 1960 e 1970, entretanto, que os projetos de colonização se intensificaram. Para atrair os fazendeiros do Sul e do Sudeste para o Centro-Oeste, o governo oferecia alguns incentivos, tais como terras a baixo custo e empréstimos financeiros. A transferência da capital do país para Brasília, foi outra importante estratégia para integrar o Centro-Oeste ao espaço geográfico nacional. http://geonaweb.blogspot.com.br/2010/11/centro-oeste-expansao-do-povoamento.html A quarta fase de ocupação do território mato-grossense é marcada com a construção de Brasília. (final da década de 1950 a 1960). A quinta fase (final da década de 1960 a 1970) foi intitulada como sendo a da implementação dos primeiros programas de desenvolvimento da região CentroOeste, corporificados, em grande parte, no I e II PND (Programa Nacional de Desenvolvimento), e com a intensificação do fluxo migratório dirigido a essa região. A formação e ocupação do território mato-grossense Por Antonio Abutakka. SEPLAN – Secretaria de Estado de Planejamento. Governo de Mato Grosso DESTA FORMA A RESPOSTA MAIS ADEQUADA É A LETRA C - " A MUDANÇA DA CAPITAL FEDERAL PARA O CENTRO OESTE RECURSO PROCEDENTE:Até a década de 1970, o processo de migração interna no território brasileiro tinha como principais destinos a região Sul e, especialmente, a região Sudeste, pelo fato delas fornecerem maiores oportunidades de emprego, em razão do processo de industrialização desenvolvido nas décadas anteriores.Porém, após a década de 1970, com a saturação no mercado de trabalho da região Sudeste, houve uma diversidade nos fluxos migratórios no território brasileiro.A expansão da fronteira agrícola e maiores investimentos em infraestrutura proporcionou o fortalecimento e ampliou ainda mais os fluxos migratórios para a região Centro-Oeste. Nas últimas décadas, a região sofreu uma série de transformações com impactos consideráveis na estrutura produtiva e ocupacional. Os incentivos governamentais na década de 1970 para a ocupação do Centro-Oeste refletiram em significativos movimentos migratórios e grandes empreendimentos agropecuários na região.Outro fator que intensificou a migração para a região Centro-Oeste foi a construção de Brasília, que também foi uma forma de política pública para a ocupação da porção oeste do território brasileiro. O fluxo para a formação de Brasília começou, evidentemente, com sua construção. Entre 1960 e 1970, a população do Distrito Federal quase quadruplicou, recebendo um fluxo migratório de aproximadamente 30 mil pessoas por ano.O Centro-Oeste brasileiro recebe migrantes de todas as partes do Brasil, com destaque para os PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RECURSOS Página 14 de 95 mineiros, maranhenses, baianos e paulistas no estado de Goiás, nordestinos, mineiros e paulistas no Distrito Federal, sulistas em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.Por erro na formulação da questão e por não conter mais uma alternativas, que corresponde ao enunciado da questão, anula-se a questão, aplicando o item8.11 do Edital de Concurso nº 001/2017. "Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido". Fonte:http://brasilescola.uol.com.br/b rasil/populacao-centrooeste-compost a-por-migrantes.htm PREFEITURA MU-

NICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RECURSOS Página 15 de 95 Primeiro: A questão como um todo torna-se confusa quando, ao final da alternativa ‘d’ aparece um enunciado – Marque a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo é: CLAUDIO MAGRI 2660 940 ESPECÍFICA 29 DEFERIDO Segundo: No que tange às alternativas, a alternativa ‘c’, fazendo referência à LAI – Lei de Acesso á Informação realmente fortalece o exercício das responsabilidades do controle social. Mas também a letra ‘d’ é correta, uma vez que, conforme manual do Conselho Nacional de Saúde: Os conselhos de saúde e as conferências de saúde se constituem, atualmente, nos principais espaços para o exercício da participação e do controle social na implantação e na implementação das políticas de saúde em todas as esferas de governo. Atuando como mecanismos essencialmente democráticos, através deles, a sociedade se organiza para a efetiva proteção da saúde como direito de todos e dever do Estado. A Constituição de 1988 determinou, no artigo 198, que a sociedade participasse da gestão do sistema de saúde. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo; II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; III - participação da comunidade. Dois anos depois, duas leis trouxeram conteúdos importantes sobre essa participação, ao abordarem aspectos relacionados ao Conselho Nacional de Saúde. Foram elas a Lei nº 8.080, de 1990, conhecida como Lei Orgânica da Saúde, e a Lei nº 8.142 do mesmo ano. A partir de então, a atuação da sociedade no sistema de saúde ganhou uma nova dimensão. A participação social foi ampliada, democratizada e passou a ser qualificada por “controle social”. Controle da sociedade sobre a política de saúde. Com isso, a lógica tradicional do controle social exercido exclusivamente pelos governos era invertida. A sociedade começou, efetivamente, a participar da gestão do sistema de saúde. A população, por meio dos Conselhos de Saúde, passou a exercer o controle social, participando do planejamento das políticas públicas, fiscalizando as ações do governo, verificando o cumprimento das leis relacionadas ao SUS e analisando as aplicações financeiras realizadas pelo município ou pelo estado no gerenciamento da saúde. BRASÍLIA-DF, 2013. Para entender o controle social na saúde. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/manual_para_entender_controle_social.pdf RECURSO PROCEDENTE:Anula-se a questão por erro de formulação, aplicando o aplicando o item8.11 do Edital de Concurso nº 001/2017. "Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido". PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RECURSOS Página 16 de 95 CLAUDIO MAGRI 2660 941 ESPECÍFICA 40 INDEFERIDO Na questão 40 pede-se que seja assinalada a alternativa correta analisando as afirmativas I, II e III. O gabarito oficial divulgado diz que a resposta correta é a letra ‘d’ onde todas as afirmativas estão corretas. Mas na afirmativa ‘d’ diz: “(...) Lembrar que a discriminação dentro do próprio serviço de saúde É ÉTICA e profissionalmente inaceitável, e repercute negativamente na adesão, comprometendo o trabalho de toda a equipe. (...)” Portanto a afirmativa III está incorreta, pois como pode ser ÉTICA e ao mesmo tempo inaceitável, a discriminação??Desta forma, torna-se correta a letra ‘a’ onde diz que apenas as afirmativas I e II estão corretas. RECURSO IMPROCEDENTE: Recurso não assiste ao recorrente, visto que os princípios de comunicação da parceria sexual seguem os protocolos do Manual Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas para Atenção Integral às pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis de 2015, que discorre da seguinte maneira: Qualquer método utilizado na comunicação das parcerias sexuais deve-se basear nos princípios de confidencialidade, ausência de coerção, proteção contra discriminação e legalidade da ação. Confidencialidade: qualquer informação sobre o caso-índice, incluindo identidade, não deve ser revelada à parceria sexual e vice-versa. O profissional de saúde explicará que a informação sobre um paciente não pode ser dada a outro. Há menor resistência em utilizar o serviço de saúde quando as pessoas percebem que é garantida a confidencialidade. Ausência de coerção: a comunicação às parcerias sexuais pelo caso-índice deve ser voluntária, e este deve continuar tendo acesso aos serviços, mesmo que não coopere com o procedimento. Pode acontecer de o caso-índice se recusar a fazer a comunicação ou impedir o ato pelo profissional de saúde; por isso, essa decisão deve ser tomada após orientação na consulta, de acordo com princípios éticos. Se o profissional perceber que o risco à saúde da parceria e/ou outros (como um concepto) é tão elevado que seria antiético deixar de realizar a comunicação, poderá fazê-lo, em último caso, es- gotadas todas as possibilidades. Proteção contra discriminação: a comunicação às parcerias sexuais deverá ser realizada respei- tando os direitos humanos e a dignidade dos envolvidos, principalmente, naqueles lugares em que o estigma e a discriminação possam se seguir ao diagnóstico, tratamento ou notificação. É necessário lembrar que a discriminação dentro do PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RECURSOS Página 17 de 95 próprio serviço de saúde é antiética e profissionalmente ina- ceitável, repercute negativamente na adesão e compromete o trabalho de toda a equipe. Discussões com todos os profissionais são essenciais para homogeneizar as ações. Fonte: http://webcache.googleusercontent.c om/search?q=cache:WK4Q1WYiP7o J:www.aids.gov.br/system/tdf/pub/20 15/57800/miolo_pcdt_ist_22_06_201 6_graf_pdf_11960.pdf%3Ffile%3D1%26type%3Dnode%26id%3D57800 %26force%3D1+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RECURSOS Página 18 de 95 DAIANY CHRISTINA DE A QUESTÃO ONDE O BRASIL POSSUI GRANDE QUANTIDADE DE ÁGUA DOCE, POREM TODOS ANOS ALGUMAS CIDADES SOFREM AMEAÇAS DE RACIONAMENTO DESTE RECURSO NATURAL. A RESPOSTA DO GABARITO É A QUESTÃO C QUE NÃO CORRESPONDE COM O ENUNCIADO POIS TEM CIDADES BRASILEIRAS QUE POSSUEM SISTEMA DE ESGOTO E NA ÉPOCA DA SECA SOFRE COM O RACIONAMENTO DE ÁGUA DEVIDO A MA CONSCIENTIZAÇÃO RECURSO PROCEDENTE: Por erro na formulação da questão e por conter mais de uma alternativas, que corresponde ao enunciado da questão, anula-se a questão, aplicando o item8.11 do Edital de ARAUJO CAMPOS ÚNICO DE SAÚDE NÃO TEM NENHUMA QUE É EXCETO. LINK COM FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA https://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_198_.asp III - participação da comunidade”. Portanto não existe nenhuma alternativa que possa ser excetuada. Anula-se a questão por erro de formulação, aplicando o aplicando o item8.11 do Edital de Concurso nº 001/2017. "Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido". DAIANY CHRISTINA DE ARAUJO CAMPOS 6320 954 ESPECÍFICA 29 DEFERIDO A QUESTÃO 29 ERA O CONTROLE SOCIAL, QUE TEM PAPEL FUNDAMENTAL PARA EFETIVA IMPLEMENTAÇÃO E FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, É CORRETO AFIRMAR. NO FINAL DA QUESTÃO 29 ABAIXO DAS ALTERNATIVAS A,B,C,D FICOU CONFUSO A RESPEITO DE MARQUE A ALTERNATIVA QUE APRESENTA A SEQUENCIA CORRETA, DE CIMA PARA BAIXO É. RECURSO PROCEDENTE:Anula-se a questão por erro de formulação, aplicando o aplicando o item8.11 do Edital de Concurso nº 001/2017. "Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido". ARAUJO CAMPOS 6320 952 CONHECIMENTOS GERAIS 13 DEFERIDO DA POPULAÇÃO NO DESPERDÍCIO E NÃO REAPROVEITAMENTO DA ÁGUA. TODOS OS ANOS A

Concurso nº 001/2017. "Se do MÍDIA FOCA NO SISTEMA DE CONSCIENTIZAÇÃO DA POPULAÇÃO. exame de recursos resultar anulação A RESPOSTA CORRETA É A ALTERNATIVA D de item integrante de prova, a SEGUE ABAIXO LINKS COM FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA SOBRE O ASSUNTO pontuação correspondente a esse https://oglobo.globo.com/brasil/falta-de-agua-ja-afeta-46-milhoes-de-brasileiros-15144980 item será atribuída a todos os https://leonardoboff.wordpress.com/2015/02/02/a-agua-no-mundo-e-sua-escassez-no-brasil/ candidatos, independentemente de terem recorrido". DAIANY CHRISTINA DE 6320 953 ESPECÍFICA 23 RECURSO PROCEDENTE: O artigo 198 da Constituição Federal, dispõe: “Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo; II - O GABARITO ESTA REFERINDO QUE A ALTERNATIVA CORRETA É A B.TODAS AS atendimento integral, com prioridade ALTERNATIVAS ESTÃO CORRETAS SOBRE A AÇÕES DO SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE para as atividades preventivas, sem DEFERIDO INTEGRAM UMA REDE REGIONALIZADA E HIERARQUIZADA QUE CONSTITUEM O SISTEMA prejuízo dos serviços assistenciais; PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RECURSOS Página 19 de 95 DANIELLE REGINA TEBALDI 6630 929 ESPECÍFICA 38 INDEFERIDO RODRIGUES A letra A da questao 38 esta correta. A letra C da questao 38 esta correta também. No caso venho pedir para considerar a letra C como correta também. Explicação: A enzima GABA transaminase (que degrada o GABA da fenda sináptica quando ele é recaptado por exemplo por células da glia ou pela membrana pré-sináptica) aumentando a concentração desse neurotransmissor no SNC. O valproato de sódio é a substância ativa que é convertido a ácido valproico e este se dissocia em íon valproato no trato gastrintestinal. O mecanismo de ação do valproato de sódio ainda não é conhecido, mas sua atividade parece estar relacionada com o aumento dos níveis do ácido gama-aminobutírico (GABA) no cérebro. Segundo publicação da revista scielo: O mecanismo de ação do valproato de sódio consiste no aumento da neurotransmissão GABAérgica, através da intensificação da síntese e liberação do GABA ao atuar nos receptores GABA , por meio da ativação da enzima glutâmica descarboxilase e da inibição das enzimas que degradam o GABA (por exemplo, GABA-amino transferase e succinato semi-aldeído desidrogenase). Esse mecanismo é capaz de reduzir a neurotransmissão glutamatérgica por meio do bloqueio dos receptores NMDA, ao inibir a proteinoquinase C (Zullino et al., 2004). Esse efeito correlaciona-se com a atividade anticonvulsivante do valproato de sódio. Há pelo menos três principais mecanismos pelos quais se podem aumentar as concentrações do GABA: • inibição da degradação do GABA; • aumento da síntese do GABA; • diminuição do turnover GABAérgico (Owens e Nemeroff, 2003). Segundo publicação da revista scielo. Desde já agradeço. Aguardo a resposta deste recurso. RECURSO IMPROCEDENTE: O recurso encontra-se sem fundamentação que possa ser buscada para fins de análise do recurso. Recurso prejudicado por falta de fundamentação (ausência de bibliografia específica - fonte a ser consultada - não localizada). PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RECURSOS Página 20 de 95 DANIELLE REGINA TEBALDI RODRIGUES 6630 942 CONHECIMENTOS GERAIS 19 INDEFERIDO Sobre a questão 19 todas as alternativas causam impacto sobre o ecossistema. Explicação: letra A: • Impactos ambientais da garimpagem de ouro Grandes áreas da Amazônia ocidental têm sido exploradas por garimpeiros desde a década de 40. Embora o assunto tenha sido amplamente estudado, ainda é difícil quantificar os impactos provocados pela garimpagem de ouro na região devido ao caráter marginal da atividade. Os impactos mais significativos estão relacionados aos recursos hídricos. O lançamento de mercúrio, óleos e graxas nos cursos dágua; a remoção das margens e encostas dos rios; a remoção de camadas dos leitos dos rios provocam poluição química da amálgama provoca a dispersão do mercúrio na atmosfera. A absorção do mercúrio, seja através da ingestão de peixes contaminados ou através de inalação, causa danos graves ao sistema nervoso humano. A remoção de camadas do solo para abertura de cavas e para a instalação de outras atividades que subsidiam o garimpo implica no desmatamento de mata ciliar, considerada vegetação de preservação permanente. Dentre todos os impactos produzidos pela atividades mineral na Amazônia Ocidental, os mais sérios são os produzidos pela atividades garimpeira, pois os processos produtivos utilizados são os mais agressivos ao meio ambiente; os impactos não são controlados ou corrigidos; e as áreas degradadas são simplesmente abandonadas após o esgotamento das jazidas. Letra B: • Impacto da extração de petróleo e gás natural no Estado do Amazonas A extração de Petróleo e gás natural é realizada desde 1996, pela Petrobrás, na província petrolífera de Urucu, no Estado do Amazonas. Os impactos diretos apontados como os mais graves são dois: o desmatamento resultante da abertura de clareiras aonde se perfuram os poços e o manejo dos fluidos de perfuração e dos resíduos sólidos retirados dos poços. Nas áreas de perfuração, o movimento de maquinaria pesada compactada o solo, o que tornará o depositados temporariamente em diques PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RECURSOS Página 21 de 95 juntamente com os resíduos sólidos retirados da área de perfuração. Quando cheios, esses deques são "desaguados", isto é, o fluido que não evaporou é drenado e so sólidos são enterrados no próprio local. Essa prática de manejo de fluidos e resíduos sólidos não é a ideal por dificultar um futuro reflorestamento da área, já que os resíduos que contém elementos químicos. Além disso, esses componentes químicos poderiam vir a atingir o lençol freático. No momento a Petrobrás. Estuda outras possibilidades mais apropriadas de manejo de fluidos. Letra C: O Brasil enlaça a visão predatória da natureza com o uso de técnicas primitivas de extração das matérias-primas do solo e da vegetação. Essa equação só pode resultar num poder destrutivo devastador. É o caso da Amazônia que vem sendo desfigurada pelo desmatamento irracional, pela invasão de práticas agrícolas e pecuárias inadequadas e pelo uso alucinado de queimadas incontroláveis, o que resulta em dissolução do ecossistema e aparecimento de grandes extensões desertificadas. Calcula-se que hoje, no Brasil, desaparecem cerca de cem espécies vegetais e animais, por dia, em virtude dessas práticas devastadoras. Os ecossistemas são desequilibrados pela erosão advinda do desnudamento da terra; pelo uso de agrotóxicos , fungicidas, herbicidas e inseticidas; pelo cansaço do solo oriundo de métodos de fertilização impróprios e pela quebra das cadeias alimentares. Letra D: A análise sobre as mudanças tecnológicas do setor mineral da Amazônia pretende, inicialmente, destacar quais os fatores da mudança tecnológica que têm influído diretamente na indústria mineral. Também, procura mostrar o estado atual do desenvolvimento tecnológico da indústria em nível internacional (o estado da arte) e busca explicitar de que maneira as mudanças e, especificamente, as inovações tecnológicas condicionaram, significativamente, o desempenho das empresas de mineração da região amazônica.Mineração industrial: ferro, manganês, cassiteria, cobre, bauxuta, etc – Degradação da paisagem; poluição, e assoreamento dos curso da água; esterilização de grandes áreas e impactos sócio-econômicos. Desde já agradeço. Aguardo resposta do recurso Recurso Improcedente: Impacto da extração de petróleo e gás natural no Estado do Amazonas. A extração de Petróleo e gás natural é realizada desde 1996, pela Petrobrás, na província petrolífera de Urucu, no Estado do Amazonas. Os impactos diretos apontados como os mais graves são dois: o desmatamento resultante da abertura de clareiras aonde se perfuram os poços e o manejo dos fluidos de perfuração e dos resíduos sólidos retirados dos poços. Nasáreas de perfuração, o movimento de maquinaria pesada compactada o solo, o que tornará o depositados temporariamente em diques juntamente com os resíduos sólidos retirados da área de perfuração. Quando chei-

os, esses deques são "desaguados", isto é, o fluido que não evaporou é drenado e so sólidos são enterrados no próprio local. Essa prática de manejo de fluidos e resíduos sólidos não é a ideal por dificultar um futuro reflorestamento da área, já que os resíduos que contém elementos químicos. Além disso, esses componentes químicos poderiam vir a atingir o lençol freático. No momento a Petrobrás. Estuda outras possibilidades mais apropriadas de manejo de fluidos. Como outros projetos de grandes escala, as operações em Urucu implicaram na construção de obras de infra-estrutura (construção de mini-refinaria, heliponto, estradas de acesso, base de apoio, polidutos para escoamento etc.). Até o momento calcula-se que dos 514.500 há de área concedida, aproximadamente 500 hectares (0,01%) foram desmatados tanto para a construção de obras de infra-estrutura como para a exploração propriamente dita. Os maiores impactos sobre o ecossistema Floresta Amazônica são: Garimpo de ouro– Assoreamento, erosão e poluição de cursos d'água; problemas sociais; degradação da paisagem e da vida aquática, contaminação por mercúrio com conseqüências sobre PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RECURSOS Página 22 de 95 a pesca e a população. Mineração industrial: ferro, manganês, cassiteria, cobre, bauxuta, etc– Degradação da paisagem; poluição, e assoreamento dos curso da água; esterilização de grandes áreas e impactos sócio -econômicos. Grandes projetos agropecuários– Incêndios; destruição da fauna e da flora; erosão, assoreamento e contaminação dos cursos d'água por agrotóxicos; destruição de reservas extrativistas. Grandes usinas hidroelétricas– Impacto Cultural e sócio -econômico (povos indígenas) e sobre a fauna e a flora; inundação de áreas florestais, agrícolas, vilas, etc. Indústrias de ferro gusa– Demanda de carvão vegetal da floresta nativa – desmatamento; exportação de energia a baixo valor e alto custo ambiental; poluição das águas, ar e solo. Pólos industriais e/ou grandes Indústrias– Poluição do ar, água e solo; geração de resíduos tóxicos; conflitos com o meio urbano. Construção da rodovia Transamazônica– Destruição das culturas indígenas; propagação do garimpo e de doenças endêmicas; grandes projetos agropecuários; explosão demográfica. Caça e pesca predatórias– Extinção de mamíferos aquáticos; diminuição de populações de quelônios, peixes e animais de valor econômico -ecológico. Indústrias de alumínio– Poluição atmosférica e marinha; impactos indiretos pela enorme demanda de energia elétrica. Crescimento populacional– Problemas sociais graves; ocupação desordenada e vertiginosa do solo (migração interna) com sérias conseqüências sobre os recursos naturais. Portanto dentre as alternativas a que menor causa impacto sobre o ecossistema é a letra "B". Fonte: http://www.amazonialegal.com.br/tex tos/impacto_amb.htm PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RECURSOS Página 23 de 95 DANIELLE REGINA TEBALDI RODRIGUES 6630 947 ESPECÍFICA 23 DEFERIDO Sobre a questão 23: Que pede a alternativa incorreta: A letra B encontra-se correta, como esta no gabarito oficial. A letra A também encontra-se correta pois fala-se parte do mesmo texto esplanado na letra B. Portanto a letra A e Letra B são as respostas pedidas na questão 23. Venho pedir para considerar a letra A. Desde já agradeço. Aguardo a resposta do recurso. RECURSO PROCEDENTE: O artigo 198 da Constituição Federal, dispõe: "Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo; II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; III - participação da comunidade". Portanto não existe nenhuma alternativa que possa ser excetuada. Anula-se a questão por erro de formulação, aplicando o aplicando o item8.11 do Edital de Concurso nº 001/2017. "Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido". DJHEIMESON BOJARSKI DA SILVA 4850 957 ESPECÍFICA 23 DEFERIDO questão 23 Observações: A referente questão fala sobre as diretrizes do sus referente à suas ações e serviços públicos de saúde. Pede ainda para marcar a alternativa que NÃO faz partes dessas diretrizes. Pois bem, a constituição federal de 1988 diz através do artigo 198: Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo; II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; III - participação da comunidade. Então supõe-se que todas as alternativas estão corretas, visto que na opção B (item incorreta pelo gabarito preliminar) não está incorreta, apenas o relator uniu o item I e II do art. 198 sem nenhum erro dos itens citados como podem conferir pelas referências. Para se tornar incorreta, algum item/palavra deveria estar incorreto e/ou incoerente à Lei, o que não é o caso dessa questão. Por fim, peço a anulação desta questão, conferindo pontuação a todos. Referência:https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10653794/artigo-198-da-constituicao-federal-de-1988 RECURSO PROCEDENTE: O artigo 198 da Constituição Federal, dispõe: "Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo; II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; III - participação da comunidade". Portanto não existe nenhuma alternativa que possa ser excetuada. Anula-se a questão por erro de formulação, aplicando o aplicando o item8.11 do Edital de Concurso nº 001/2017. "Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido". PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RECURSOS Página 24 de 95 Peço a ANULAÇÃO da questão pois a letra (B) e a letra (C) estão corretas segundo a lei que regulamenta O controle social LEI Nº 8.142, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS} e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Art. 1° O Sistema Único de Saúde (SUS), de que trata a Lei n° 8.080, de 19 de setembro de 1990, contará, em cada esfera de governo, sem prejuízo das funções do Poder Legislativo, com as seguintes instâncias colegiadas: I - a Conferência de Saúde; e II - o Conselho de Saúde. PEÇO ANULAÇÃO DA SEGUINTE QUESTÃO: 29)O controle Social, que tem papel fundamental para efetiva implementação e fortalecimento do Sistema Único de Saúde, é correto afirmar: -->B) Os municípios e os estados devem proporcionar o acesso ás informações relativas ao orçamento exercício das responsabilidades do controle social. comunidade no SUS, instituindo os Conselhos de Saúde e as Conferências de Saúde. RECURSO PROCEDENTE:Anula-se a questão por erro de formulação, aplicando o aplicando o item8.11 do Edital de Concurso nº 001/2017. "Se anulação de item integrante de a esse item será atribuída a todos os terem recorrido". SILVA F320 - Episódio depressivo leve F321 - Episódio depressivo moderado F322 - Episódio depressivo grave O gabarito preliminar considerou que as letras K e Y estariam incorretas, mas, no episódio depressivo á energia é diminuída ou fatigabilidade aumentada, perda de interesse ou prazer por atividades que normalmente são agradáveis como pode ser confirmadas pelas referência. http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-44461999000500003&script=sci_arttext&tlng=pt https://psicologado.com/psicopatologia/transtornos-psiquicos/depressao apresentam resposta correta, portanto, a questão deverá ser anulada. DJHEIMESON BOJARSKI DA 4850 SILVA 958 ESPECÍFICA 29 DEFERIDO A) O controle social deve se restringir a limitações geográficas dos municípios e estados. do exame de recursos resultar e à sua execução, compatibilizando-as com as leis, pois se entende que tais informações for-

talecem o prova, a pontuação correspondente -->C) O controle social foi implementado pelas Leis 8080/90 e 8.142/90 que regula a participação da candidatos, independentemente de D) Os conselhos têm papel duplo: prospectivo e de fiscalização da execução, funcionando de forma apenas burocrática. Referências Bibliográficas. Brasil. Ministério da Saúde. Para entender o controle social na saúde. Conselho Nacional de Saúde. – Brasília, 2013. pg33 BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Disponivel em . Acesso em 24 de outubro de 2017. DJHEIMESON BOJARSKI DA 4850 959 ESPECÍFICA 37 Peço anulação da questão por dois erros graves, o primeiro a formulação da pergunta, deixando o candidato sem saber de qual dos episódios depressivos a banca estaria se referindo. Segundo o CID10 (classificação internacional de doenças e problemas relacionado á saúde) tem a possibilidade de três episódios depressivos. O segundo erro grave o enunciado pede para relacionar as letras e descobrir quais características são DEFERIDO - ANULAÇÃO DA de episódios depressivos, pois bem na questão a letra K, X, Y, W, Z estão corretas, no enunciado pede QUESTÃO: Recurso assiste ao episódios depressivos e não especificou qual episódio depressivo tendo os seguintes episódios recorrente, visto que por erros de DEFERIDO segundo o CID10 (classificação internacional de doenças e problemas relacionado á saúde). digitação, as alternativas não PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RECURSOS Página 25 de 95 A Banca Examinadora considerou a questão C como sendo a verdadeira, com o que não se pode concordar, pois se aplicarmos a regra do mal/mau e bem/bom, iremos perceber que todas as alternativas ficam incoerentes, sendo todas incorretas. Diante dessas considerações, requer-se que se promova a anulação da questão. Qual a diferença entre mal e mau? Duas palavras de mesmo som e significados muito semelhantes. Uma delas é um adjetivo. A outra pode ser uma porção de coisas. Entenda, abaixo, os momentos adequados de usar mal e mau: Mal Pode ser um advérbio e significa “irregularmente”, “erradamente”, “de forma inconveniente ou desagradável”, “pouco”, o contrário de bem. Exemplos: A seleção brasileira jogou mal, por isso sofreu derrota fragorosa diante da Alemanha. DEFERIDO - ANULAÇÃO DA QUESTÃO: Recurso assiste ao recorrente, visto que por erros de ELZENIRA NUNES DE ARAUJO 5930 994 PORTUGUÊS 10 DEFERIDO digitação, as alternativas não Como não se preparou, era evidente que iria mal na prova. apresentam resposta correta, portanto, a questão deverá ser Um sujeito mal-intencionado abordou o velhinho na saída do banco. anulada. Mau É um adjetivo e significa “ruim”, “de má índole”, “de má qualidade”. Opõe-se a bom, e apresenta a forma feminina “má”, diferente de “mal”, que não tem forma feminina. Exemplos: Trata-se de um mau elemento, pois distorce as verdades. É uma pessoa que vive sempre de mau humor. Fonte: https://novaescola.org.br/conteudo/5070/qual-a-diferenca-entre-mal-e-mau ELZENIRA NUNES DE ARAUJO 5930 995 CONHECIMENTOS GERAIS 15 A Banca Examinadora considerou a questão C como sendo a que “não é correto afirmar” sobre a economia de Mato Grosso, mas o erro encontrado na questão “...absolver (inocentar) mão de obra...” em vez de “...absorver (adquirir) mão de obra...”, acarretou prejuízo à compreensão do enunciado, RECURSO PROCEDENTE: Por erro induzindo o candidato a escolher o gabarito errado. Diante dessas considerações, requer-se que se na formulação da questão e por promova a anulação da questão. conter mais de uma alternativas, que Absorver e absolver corresponde ao enunciado da Os verbos absorver e absolver existem na língua portuguesa e estão corretos. São palavras parônimas: questão, anula-se a questão, são escritas de forma parecida e são pronunciadas de forma parecida, mas seus significados são aplicando o item8.11 do Edital de DEFERIDO diferentes, devendo ser usadas em situações diferentes. Concurso nº 001/2017. "Se do Absorver é principalmente sinônimo de sorver, assimilar, consumir e açambarcar: absorver água, absorver umidade, absorver nutrientes, absorver a atenção, absorver informações,... Absolver é principalmente sinônimo de inocentar, desculpar, redimir e isentar: absolver o culpado, absolver do crime, absolver da culpa, absolver os pecados, absolver da obrigação,... Fonte: https://duvidas.dicio.com.br/absorver-e-absolver/ exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido". PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RECURSOS Página 26 de 95 GABRIELA CONCHE FERREIRA 1110 1001 CONHECIMENTOS GERAIS 11 INDEFERIDO O transporte terrestre via Br 163 é sim uma estratégia de transporte do MT e nao a hidrovia Madeira-Amazonas, a resposta correta seria letra C. RECURSO IMPROCEDENTE: No enunciado da questão pede ao candidato"EXCETO", sobre a estratégia de transporte competitivo no Estado de Mato Grosso. O transporte terrestre no acaba por elevar o preço dos produtos, tornando o país menos competitivo no cenário internacional.O Centro-Oeste do Brasil se destaca como um pólo produtor de soja. Pela crise fiscal do Estado, a partir dos anos 80, a malha rodoviária brasileira perde investimentos públicos para sua ampliação, conservação e restauração, refletindo na competitividade internacional da oleaginosa dos cerrados. Isso porque o principal modal utilizado para o escoamento da produção do grão aos portos das regiões Sul e Sudeste é o rodoviário, com destaque para as rodovias BR 163 e 364. Por conta da inadequação desse modal às características do produto e às longas distâncias percorridas, aliada ao estado precário de conservação da malha rodoviária do País, 25% da receita de vendas da produção de soja está comprometida com os custos internos de transportes. Neste trabalho, apontam-se perspectivas e possíveis soluções à reversão desse cenário, via concessões rodoviárias e Parcerias Público-Privadas (PPP). Analisa-se o uso de diferentes modais para o escoamento da soja do Centro-Oeste, e conclui-se que os hidroviários e ferroviários são os mais eficientes, em razão da eficiência energética e da maior produtividade à movimentação de cargas de densidade mais elevadas por distâncias maiores - o que conferiria custos menores de circulação. PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RECURSOS Página 27 de 95 GABRIELA CONCHE FERREIRA 1110 1002 CONHECIMENTOS GERAIS 13 DEFERIDO Não são todas as cidades brasileiras que não possuem sistema de esgoto, na questão dizia: "as cidades brasileiras ainda nao possuem sistema de esgoto", não marquei essa pois sei que a maioria tem sim sistema de esgoto e nao concordei com nenhuma das alternativas. A falta de chuva por um longo periodo em algumas regiões do país provoca a falta de água. RECURSO PROCEDENTE: Por erro na formulação da questão e por conter mais de uma alternativas, que corresponde ao enunciado da questão, anula-se a questão, aplicando o item8.11 do Edital de Concurso nº 001/2017. "Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido". GABRIELA CONCHE FERREIRA 1110 1003 CONHECIMENTOS GERAIS 15 DEFERIDO O estado procurou sim novas atividades econômicas após a exploração mineral, o que fez com que pessoas de outras regioes viessem para o mato grosso foi o incentivo da politica de colonização e nao o esgotamento de terras de agricultura no Centro-Sul. RECURSO PROCEDENTE: Por erro na formulação da questão e por conter mais de uma alternativas, que corresponde ao enunciado da questão, anula-se a questão, aplicando o item8.11 do Edital de Concurso nº 001/2017. "Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido". PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RECURSOS Página 28 de 95 GABRIELA CONCHE FERREIRA 1110 1004 CONHECIMENTOS GERAIS 17 DEFERIDO O fluxo migratório se deu devido a politica de colonização colocada em prática pelo governo. RECURSO PROCEDENTE:Até a década de

1970, o processo de migração interna no território brasileiro tinha como principais destinos a região Sul e, especialmente, a região Sudeste, pelo fato delas fornecerem maiores oportunidades de emprego, em razão do processo de industrialização desenvolvido nas décadas anteriores.Porém, após a década de 1970, com a saturação no mercado de trabalho da região Sudeste, houve uma diversidade nos fluxos migratórios no território brasileiro.A expansão da fronteira agrícola e maiores investimentos em infraestrutura proporcionou o fortalecimento e ampliou ainda mais os fluxos migratórios para a região Centro-Oeste. Nas últimas décadas, a região sofreu uma série de transformações com impactos consideráveis na estrutura produtiva e ocupacional. Os incentivos governamentais na década de 1970 para a ocupação do Centro-Oeste refletiram em significativos movimentos migratórios e grandes empreendimentos agropecuários na região.Outro fator que intensificou a migração para a região Centro-Oeste foi a construção de Brasília, que também foi uma forma de política pública para a ocupação da porção oeste do território brasileiro. O fluxo para a formação de Brasília começou, evidentemente, com sua construção. Entre 1960 e 1970, a população do Distrito Federal quase quadruplicou, recebendo um fluxo migratório de aproximadamente 30 mil pessoas por ano.O Centro-Oeste brasileiro recebe migrantes de todas as partes do Brasil, com destaque para os mineiros, maranhenses, baianos e paulistas no estado de Goiás, nordestinos, mineiros e paulistas no Distrito Federal, sulistas em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.Por erro na formulação da questão e por não conter mais uma alternativas, que corresponde ao enunciado da questão, anula-se a questão, aplicando o item8.11 do Edital de PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RECURSOS Página 29 de 95 Concurso nº 001/2017. "Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido". Fonte:http://brasilescola.uol.com.br/b rasil/populacao-centrooeste-compost a-por-migrantes.htm PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RECURSOS Página 30 de 95 A CVS-5 é uma portaria do estado de São Paulo e nao de Mato Grosso, segundo a RDC 216 de 15 de RECURSO IMPROCEDENTE: Recurso não assiste ao recorrente, visto que apesar da portaria ser do estado de São Paulo, o descongelamento de alimentos em temperatura ambiente é proibido JAKSON VAGNER AMORIM DE OLIVEIRA 1040 930 CONHECIMENTOS GERAIS 16 DEFERIDO Conferências de Saúde como espaços vitais para o exercício do controle social do Sistema Único de Saúde (SUS). Resposta certa letra C. Solicito a correção da questão numero 16. Onde a resposta correta seria letra B-Blairo Maggi, em razao de que ele foi eleito em 2002,com a vice-Iraci Moreira; Re-eleito em 2006 com o vice-Silval Barbosa,onde Silval Barbosa que foi vice do governo Blairo de 01/01/2007 ao dia 31 de março,onde Silval Barbosa foi empossado governador do Estado do Mato Grosso, com a desincompatibilização do então governador Blairo Maggi, que deixou o governo para disputar o Senado. Candidato à reeleição, conseguiu sua vitória ainda em primeiro turno, vencendo a Mauro Mendes (PSB) e Wilson Santos (PSDB). nos sites do governo do estado entre outros, afirmam que o antecessor de Silval Barbosa é Blairo Maggi(2007-2010)letra B, anulando a resposta do gabarito que seria Rogério Salles(2002-2003) anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido". RECURSO PROCEDENTE: Por erro na divulgação do gabarito altera-se para alternartiva "B", pois o Governador que anteceu Silval da Cunha Baborsa foi Blairo Borges Maggi. Fonte:https://pt.wikipedia.org/wiki/Lis ta_de_governadores_de_Mato_Gros so. JANAINA FLORENTINO DOS Gabarito (A) minha resposta letra (c) efeitos da chuva não faz sentido a resposta boletim porque se trata RECURSO IMPROCEDENTE: Recurso não assiste ao recorrente, visto que quem aponta que, desde o início da semana, 1.225 casas foram Maggi. Fonte:https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_governadores_de_Mato_Gros so. GABRIELA CONCHE FERREIRA 1110 1005 ESPECÍFICA 39 INDEFERIDO setembro de 2004 os produtos em embalagens originais devem ser recebidos em outro local para pela ANVISA na RDC 216/2004, serem armazenados e nao na área de prépreparo dos alimentos. sendo a única alternativa correta da presente questão. A alternativa C não está mencionando o recebimento dos alimentos e sim que embalagens originais e limpas podem estar na área de prépreparo. GABRIELA CONCHE FERREIRA 1110 1006 ESPECÍFICA 29 RECURSO PROCEDENTE:Anula-se a questão por erro de formulação, aplicando o aplicando o item8.11 do A Lei n.º 8.142/90, resultado da luta pela democratização dos serviços de saúde, representou e Edital de Concurso nº 001/2017. "Se DEFERIDO representa uma vitória significativa. A partir deste marco legal, foram criados os Conselhos e as do exame de recursos resultar SANTOS 7820 996 PORTUGUÊS 1 INDEFERIDO sobre o que causou e foi a chuva. Não o boletim atingidas (...) é “o boletim”. O motivo foi a chuva, no entanto, quem aponta é o boletim. Sendo assim, gabarito correto e mantido. JANAINA FLORENTINO DOS SANTOS 7820 997 CONHECIMENTOS GERAIS 16 RECURSO PROCEDENTE: Por erro na divulgação do gabarito altera-se para alternartiva "B", pois o Gabarito letra c minha resposta b porque pergunta quem foi o sucessor de Silva o Barbosa e foi Blairo Governador que anteceu Silval da DEFERIDO Maggi e no gabarito ta dizendo que foi Rogério Sales. Cunha Baborsa foi Blairo Borges PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RECURSOS Página 31 de 95 JANAINA FLORENTINO DOS SANTOS 7820 998 INFORMATICA 25 DEFERIDO Gabarito resposta d minha resposta c porque no teclado também não consegui mover então são duas que não consegui mover nem teclado nem mouse pad RECURSO PROCEDENTE:Por erro na formulação da questão e por não conter mais uma alternativas, que corresponde ao enunciado da questão, anula-se a questão, aplicando o item8.11 do Edital de Concurso nº 001/2017, pois todas alternativas estão corretas.[A] TouchPad: Touchpad ou trackpad é um componente utilizado em diversos aparelhos eletrônicos e vastamente difundido entre os notebooks e ultrabooks produzidos atualmente. Na verdade, é difícil imaginar um computador portátil sem uma área sensível ao toque que realize as mesmas tarefas de um mouse comum.[B] Touch Screen: A tela sensível ao toque é um display eletrônico visual que pode detectar a presença e localização de um toque dentro da área de exibição, por meio de pressão. [C] Teclado: Na computação, oteclado de computadoré um dispositivo que possui uma série de botões ou teclas, e utilizado para inserir dados no computador. É um tipo de periféricode entrada utilizado pelo usuáriopara a entrada manual no sistemade dadose comandos. Possui teclas representando letras, números, símbolose outras funções, baseado no modelo de teclado das antigas máquinas de escrever. [D] Mouse Pad: Ummousepad,tapete de rato/mouseouesteirade rato/mouse,é uma superfície para realçar o movimento de um rato/mousedo computador. "Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido". PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RECURSOS Página 32 de 95 QUESTÃO Nº 40- ESPECÍFICO ENFERMEIRO PORTARIA Nº 1.820, DE 13 DE AGOSTO DE 2009(A qual revoga a portaria 675 de 30 de Março de 2006) diz: Art. 3º Toda pessoa tem direito ao tratamento adequado e no tempo certo para resolver o seu problema de saúde. III - toda pessoa tem o direito de decidir se seus familiares e acompanhantes deverão ser informados sobre seu estado de saúde, Parágrafo único: É direito da pessoa, na rede de serviços de saúde, ter atendimento humanizado, acolhedor, livre de qualquer discriminação, restrição ou negação em virtude de idade, raça, cor, etnia, religião, orientação sexual, identidade de gênero, condições econômicas ou sociais, estado de saúde, de anomalia, patologia ou deficiência, garantindo-lhe: II -o sigilo e a confidencialidade de todas as informa-

ções pessoais, mesmo após a morte, salvo nos casos de risco à saúde pública. JULIANA MARRA SEPULVEDA 6440 934 ESPECÍFICA 40 INDEFERIDO Deve-se estabelecer uma relação ética entre o profissional e a pessoa infectada, em um acordo moral e racional de confidencialidade, antes de se pensar na abertura da privacidade da pessoa, seja para os contextos de equipe de saúde e/ou aos parceiros sexuais. O fato de garantir a privacidade da pessoa pode ajudar a conquistar a confiança e a fortalecer o vínculo com o profissional de saúde e o serviço, sem prejuízos na relação, ajudando a diminuir os sentimentos de culpabilidade e vulnerabilidade, principalmente quando relacionados às doenças estigmatizadas, como é o caso do HIV. A questão em discussão se refere às DST como um geral, e não a uma específica(como por exemplo seria o caso do HIV) Na alternativa de nº II diz que em último caso, a confidencialidade pode ser quebrada, tendo esgotadas todas as possibilidades. Sabemos que a quebra desse sigilo pode ser feito em raríssimos casos, e os critérios devem ser minuciosamente tratados com cuidado. Levando sempre em consideração os dois lados- a privacidade do paciente e o risco de transmissão a outras pessoas. A Privacidade e a confidencialidade são direitos do usuário. Peço a anulação da questão, pois o significado de " quebra de sigilo sobre uma DST(não especifica qual. Levando em consideração que não é qualquer DST que oferece risco elevado para parceiro e concepto a ponto de poder ser revelados sem o consentimento) ficou com o sentido muito amplo" PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RECURSOS Página 33 de 95 Atenciosamente, Juliana RECURSO IMPROCEDENTE: Recurso não assiste ao recorrente, visto que os princípios de comunicação da parceria sexual seguem os protocolos do Manual Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas para Atenção Integral às pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis de 2015, que discorre da seguinte maneira: Qualquer método utilizado na comunicação das parcerias sexuais deve -se basear nos princípios de confidencialidade, ausência de coerção, proteção contra discriminação e legalidade da ação. Confidencialidade: qualquer informação sobre o caso -índice, incluindo identidade, não deve ser revelada à parceria sexual e vice -versa. O profissional de saúde explicará que a informação sobre um paciente não pode ser dada a outro. Há menor resistência em utilizar o serviço de saúde quando as pessoas percebem que é garantida a confidencialidade. Ausência de coerção: a comunicação às parcerias sexuais pelo caso -índice deve ser voluntária, e este deve continuar tendo acesso aos serviços, mesmo que não coopere com o procedimento. Pode acontecer de o caso -índice se recusar a fazer a comunicação ou impedir o ato pelo profissional de saúde; por isso, essa decisão deve ser tomada após orientação na consulta, de acordo com princípios éticos. Se o profissional perceber que o risco à saúde da parceria e/ou outros (como um concepto) é tão elevado que seria antiético deixar de realizar a comunicação, poderá fazê -lo, em último caso, es - gotadas todas as possibilidades. Proteção contra discriminação: a comunicação às parcerias sexuais deverá ser realizada respei - tando os direitos humanos e a dignidade dos envolvidos, principalmente, naqueles lugares em que o estigma e a discriminação possam se seguir ao diagnóstico, tratamento ou notificação. É necessário lembrar que a discriminação dentro do PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RECURSOS Página 34 de 95 próprio serviço de saúde é antiética e profissionalmente ina- ceitável, repercute negativamente na adesão e compromete o trabalho de toda a equipe. Discussões com todos os profissionais são essenciais para homogeneizar as ações. Fonte: http://webcache.googleusercontent.c om/search?q=cache:WK4Q1WYiP7o J:www.aids.gov.br/system/tdf/pub/20 15/57800/miolo_pcdt_ist_22_06_201 6_graf_pdf_11960.pdf%3Ffile%3D1 %26type%3Dnode%26id%3D57800 %26force%3D1+&cd=1&hl=pt-BR&ct =clnk&gl=br PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RECURSOS Página 35 de 95 Questão nº 13 de conhecimentos GERAIS que trata sobre o racionamento de água nas cidades do país. A resposta considerada como correta foi a alternativa “c” que diz : "As cidades brasileiras ainda não possuem sistema de esgoto para evitar a poluição dos rios e lençóis subterrâneos." A resposta considerada como correta, generaliza dizendo que “As cidades brasileiras ainda não possuem sistema de esgoto” – É verdade, que essa é a realidade de MUITAS cidades, porém não de TODAS como generalizou a questão. Muitas cidades possuem sistema de esgoto. A falta de sistema de esgoto, bem como por diversos outros motivos como por exemplo o crescimento RECURSO PROCEDENTE: Por erro na formulação da questão e por conter mais de uma alternativas, que corresponde ao enunciado da questão, anula-se a questão, aplicando o item8.11 do Edital de Porém as alternativas “A, B e C” são uma complemento da outra, o que diz em uma diz na outra. Atenciosamente, Juliana III - participação da comunidade”. Portanto não existe nenhuma alternativa que possa ser excetuada. Anula-se a questão por erro de formulação, aplicando o aplicando o item8.11 do Edital de Concurso nº 001/2017. "Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido". JULIANA MARRA SEPULVEDA 6440 936 CONHECIMENTOS GERAIS 13 DEFERIDO da população, efeito estufa, poluição, o uso não consciente (como por exemplo o não reaproveitamento Concurso nº 001/2017. "Se do da água) entre diversos outros fatores contribuem para o racionamento da água doce. exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a Acredito que a opção de resposta que melhor representa o que se pede no enunciado seria a letra “D” – pontuação correspondente a esse As águas utilizadas, não são reaproveitadas (desperdício, uso inconsciente), levando em consideração item será atribuída a todos os que a alternativa "c" generalizou ao dizer que "As cidades não possuem.. " (é como dizer - nenhuma candidatos, independentemente de cidade possui. O que não é verdade) terem recorrido". Solicito a reavaliação da questão citada acima. Atenciosamente, Juliana JULIANA MARRA SEPULVEDA 6440 937 ESPECÍFICA 23 RECURSO PROCEDENTE: O artigo 198 da Constituição Federal, dispõe: “Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, QUESTÃO Nº 23- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS organizado de acordo com as Trata sobre as diretrizes do SUS, exceto: seguintes diretrizes: I - A alternativa da resposta que foi considerada foi a letra “B” descentralização, com direção única Porém a alternativa de número “B” nada mais é do que uma junção das alternativas “A” e “ C” que foram em cada esfera de governo; II - consideradas como corretas. atendimento integral, com prioridade Sendo assim, nessa questão, todas as alternativas estariam corretas. para as atividades preventivas, sem DEFERIDO Assinalei a letra D somente para o gabarito não ficar vazio. prejuízo dos serviços assistenciais; PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RECURSOS Página 36 de 95 KAREN NEVES DE ASSIS 6150 960 ESPECÍFICA 29 DEFERIDO Na questão nº29 é solicitado que: "MARQUE A ALTERNATIVA QUE APRESENTA A SEQUÊNCIA CORRETA, DE CIMA PARA BAIXO É:" Porem a questão não apresenta qualquer sequência, impossibilitando assim, que o candidato responda a mesma. Diante dessa problemática veio solicitar através desse recurso a anulação da questão 29 referente ao conhecimento específico para Enfermeiro. RECURSO PROCEDENTE:Anula-se a questão por erro de formulação, aplicando o aplicando o item8.11 do Edital de Concurso nº 001/2017. "Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido". KATIA SILVANA GOMES 4730 921 CONHECIMENTOS GERAIS 15 DEFERIDO FERNANDES A referida questao apresenta erro de ortografia quanto a palavra "absolver".palavra parônia .Este exemplo é muito bom, pois considera os

dois verbos em seus verdadeiros sentidos: absorveu (consumiu) e absolveu (perdoou).Veja alguns exemplos: a) Vocês absorvem todas as minhas energias crianças! b) O júri absolveu o réu da suspeita de crime! c) Este pano é ótimo, absorve tudo! d) Decidimos absolver-nos do que desejamos para nós mesmos! Curiosidade: É do verbo absorver que vem o nome “absorvente”, o protetor íntimo que a mulher usa no período menstrual. Por Sabrina Vilarinho Graduada em Letras Equipe Brasil Escola. RECURSO PROCEDENTE: Por erro na formulação da questão e por conter mais de uma alternativas, que corresponde ao enunciado da questão, anula-se a questão, aplicando o item8.11 do Edital de Concurso nº 001/2017. "Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido". PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RECURSOS Página 37 de 95 a referida questao : Assinale a alternativa q melhor emprega o uso do "mau" e do "mal".Quanto da resposta assinalada como correta questiono com respaldo nessa informaçao : KATIA SILVANA GOMES 4730 925 PORTUGUÊS 10 DEFERIDO FERNANDES Quando usar mal e mau? É possível distinguir o uso de mal e mau através do uso dos seus antônimos bem e bom. Escreve-se "passei mau" ou "passei mal"? Estabeleça uma relação com as formas contrárias. O certo seria "passei bom" ou "passei bem"? Sendo "bom professor" a forma certa, também "mau professor" será o correto. Exemplos com bem e mal bem-humorado e mal-humorado; bem-intencionado e mal-intencionado; mandou bem e mandou mal; dirige bem e dirige mal; agiu bem e agiu mal; bem-estar e mal-estar; bem feito e mal feito; ... Exemplos com bom e mau bom humor e mau humor; bom aluno e mau aluno; cheiro bom e cheiro mau; bom exemplo e mau exemplo; lobo bom e lobo mau; bons elementos e maus elementos; bom sinal e mau sinal; ... Diferença entre bem e mal e entre bom e mau Bem e mal são usados principalmente como advérbios, modificando um verbo ou como substantivos comuns: o bem e o mal. Frases com bem ou mal: Você acha que ele se saiu bem ou mal? Aquele símbolo representa o bem ou o mal? Você canta bem ou mal? Bom e mau são adjetivos, modificando um substantivo. Frases com bom ou mau: Esse feijão está bom ou mau? O livro é bom ou mau? Você acha este cheiro bom ou mau? Palavras relacionadas: bem, mal, bom, mau. https://duvidas.dicio.com.br/bem-e-mal-ou-bom-e-mau/ DEFERIDO - ANULAÇÃO DA QUESTÃO: Recurso assiste ao recorrente, visto que por erros de digitação, as alternativas não apresentam resposta correta, portanto, a questão deverá ser anulada. PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RECURSOS Página 38 de 95 Conforme a Lei 8080/90 Art. 5º São objetivos do Sistema Único de Saúde SUS: I - a identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde;II - a formulação de política de saúde destinada a promover, nos campos econômico e social, a observância do disposto no § 1º do art. 2º desta lei; III - a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas. Art. 6º Estão incluídas ainda no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS): I - a execução de ações: RECURSO IMPROCEDENTE: A lei Federal nº 8080/1990, dispõe: "Art. 5º São objetivos do Sistema Único de Saúde SUS: I- a identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde;II - a formulação de política de saúde destinada a promover, nos campos econômico e social, a interpretação, e as alternativa A e C são separação da frase da alternativa B logo, as três estão incorretas, como o enunciado pedia para marcar a que não faz parte das diretrizes do SUS temos três resposta a ser dada, portanto a questão deve ser anulada. III - participação da comunidade”. Portanto não existe nenhuma alternativa que possa ser excetuada. Anula-se a questão por erro de formulação, aplicando o aplicando o item8.11 do Edital de Concurso nº 001/2017. "Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido". MAISE CRISTINA DA SILVA 190 965 ESPECÍFICA 24 INDEFERIDO a) de vigilância sanitária; observância do disposto no § 1º do b) de vigilância epidemiológica; art. 2º desta lei;III - a assistência às c) de saúde do trabalhador; e pessoas por intermédio de ações de d) de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica; promoção, proteção e recuperação II - a participação na formulação da política e na execução de ações de saneamento básico; da saúde, com a realização III - a ordenação da formação de recursos humanos na área de saúde; integrada das ações assistenciais e IV - a vigilância nutricional e a orientação alimentar; das atividades preventivas". Portanto dessa forma todas as alternativas estão corretas pois todas fazem parte dos objetivos do SUS, devendo a alternativa correta é a letra "D", ser anulada a questão. conforme divulgado no Gabarito. Mantém-se o Gabarito. MAISE CRISTINA DA SILVA 190 966 ESPECÍFICA 23 RECURSO PROCEDENTE: O artigo 198 da Constituição Federal, dispõe: “Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo; II - As afirmativas da questão não especificam o tipo de descentralização, havendo dessa forma mais de atendimento integral, com prioridade uma resposta incorreta, pois a Lei 8080 no Art. 7º IX - descentralização político-administrativa, com para as atividades preventivas, sem DEFERIDO direção única em cada esfera de governo, e uma vez não especificado da margem a dupla prejuízo dos serviços assistenciais; PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RECURSOS Página 39 de 95 MAISE CRISTINA DA SILVA 190 967 ESPECÍFICA 40 INDEFERIDO conforme a Embriologia, ramo da ciência que estuda o desenvolvimento pré natal de embriões e fetos, o significado das palavras concepto e feto são bem distintos. Concepto refere-se ao embrião e seus anexos ou membranas associadas. O concepto inclui todas as estruturas embrionárias e extra embrionárias que se desenvolvem a partir do zigoto. Portanto inclui o embrião, a parte embrionária da placenta e suas membranas associadas, âmnio, saco coriônico e saco vitelino. Já o feto refere-se ao período pós embrionário(oitava semana), quando se inicia o desenvolvimento do embrião que passa a ser chamado de feto. Durante o período fetal(da nona semana até o nascimento) ocorrem a diferenciação e o crescimento dos tecidos e órgãos. Na questão a palavra feto foi trocada pela concepto na afirmativa II, o que a torna incorreta, logo a resposta correta conforme o manual de controle das doenças sexualmente transmissíveis apenas as afirmativas I e III estão corretas, portanto a resposta deverá ser alterada da alternativa D para B onde constam apenas I e III estão corretas. RECURSO IMPROCEDENTE: Recurso não assiste ao recorrente, visto que os princípios de comunicação da parceria sexual seguem os protocolos do Manual Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas para Atenção Integral às pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis de 2015, que discorre da seguinte maneira: Qualquer método utilizado na comunicação das parcerias sexuais deve-se basear nos princípios de confidencialidade, ausência de coerção, proteção contra discriminação e legalidade da ação. Confidencialidade: qualquer informação sobre o caso-índice, incluindo identidade, não deve ser revelada à parceria sexual e vice-versa. O profissional de saúde explicará que a informação sobre um paciente não pode ser dada a outro. Há menor resistência em utilizar o serviço de saúde quando as pessoas percebem que é garantida a confidencialidade. Ausência de coerção: a comunicação às parcerias sexuais pelo caso-índice deve ser voluntária, e este deve continuar tendo acesso aos serviços, mesmo que não coopere com o procedimento. Pode acontecer de o caso-índice se recusar a fazer a comunicação ou impedir o ato pelo profissional de saúde; por isso, essa decisão deve ser tomada após orientação na consulta,

de acordo com princípios éticos. Se o profissional perceber que o risco à saúde da parceria e/ou outros (como um concepto) é tão elevado que seria antiético deixar de realizar a comunicação, poderá fazê-lo, em último caso, es- gotadas todas as possibilidades. Proteção contra discriminação: a comunicação às parcerias sexuais deverá ser realizada respei- tando os direitos humanos e a dignidade dos envolvidos, principalmente, naqueles lugares em que o estigma e a discriminação possam se seguir ao diagnóstico, tratamento ou notificação. É necessário lembrar que a discriminação dentro do PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RECURSOS Página 40 de 95 próprio serviço de saúde é antiética e profissionalmente ina- ceitável, repercute negativamente na adesão e compromete o trabalho de toda a equipe. Discussões com todos os profissionais são essenciais para homogeneizar as ações. Fonte: http://webcache.googleusercontent.c om/ search?q=cache:WK4Q1WYiP7o J:www.aids.gov.br/system/tdf/pub/20 15/ 57800/miolo_pcdt_ist_22_06_201 6_graf_pdf_11960.pdf%3Ffile%3D1 %26type%3Dnode%26id%3D57800 %26force%3D1+&cd=1&hl=pt-BR&ct =clnk&gl=br PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RECURSOS Página 41 de 95 A questão ao descrever "É o enchimento persistente das veias jugulares quando se adota a posição RECURSO IMPROCEDENTE: Recurso não assiste ao recorrente, visto que é o enchimento persistente das veias jugulares quando se adota a posição semi- sentada (45 °) ou sentada é o achado semiológico denominado turgência jugular. Questões jurídicas com relação as fontes bibliográficas são questões abordadas pela banca realizadora e não pelos candidatos que devem MAISE CRISTINA DA SILVA 190 968 ESPECÍFICA 32 INDEFERIDO semi-sentada (45°) ou sentada" constitui plágio uma vez que não há referencia devida da onde foi apenas conhecer os conteúdos retirada a frase, embora a questão esteja correta deverá ser anulada. abordados e responde-los. Todas as questões tem base em artigos científicos e são disponibilizadas as fontes a banca realizadora do concurso. Fonte: http://www.ebserh.gov.br/documents/ 147715/0/Semiologia+cardiovascular .pdf /66d16bfe-12b5-4d50-9725-a9dba8f 0d7aa MAISE CRISTINA DA SILVA 190 982 CONHECIMENTOS GERAIS 13 RECURSO PROCEDENTE: Por erro na formulação da questão e por conter mais de uma alternativas, que conforme a Agencia Nacional de Águas (ANA) 45% da população ainda não têm acesso a serviço corresponde ao enunciado da adequado de esgoto. O dado consta no Atlas Esgotos: Despoluição de Bacias Hidrográficas, portanto questão, anula-se a questão, não pode afirmar que a ameaça de racionamento de água é pela falta de de sistema de esgoto, pois aplicando o item8.11 do Edital de DEFERIDO quando coloca que as cidades brasileiras não possuem sistema de esgoto para evitar a poluição dos Concurso nº 001/2017. "Se do rios e lençóis subterrâneos afirma-se que nenhum domicilio dispõe de rede de esgoto, logo a afirmativa C esta incorreta devendo portanto a resposta ser alterada para a letra D. exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido". PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RECURSOS Página 42 de 95 NATHALIA FERNANDES 610 927 ESPECÍFICA 23 DEFERIDO Ilustríssima banca examinadora, a questão tem como tema as Diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), tema este tratado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990 - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Apesar da compreensão inicialmente estabelecida por esta Banca Examinadora, que trouxe como gabarito da questão na prova ROSA para o cargo de Enfermeiro, a alternativa “B” - Descentralização, com direção única em cada esfera de governo e atendimento integral, sem prejuízo dos serviços assistenciais. Requer a ponderação, haja vista que a questão pede que o candidato marque a alternativa que NÃO é uma diretriz do SUS. De acordo com a CF/88 em seu artigo 198, todas as alternativas listadas na questão supracitada, SÃO diretrizes do SUS, como segue: Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: I - Descentralização, com direção única em cada esfera de governo; II - Atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; III - Participação da comunidade. Assim, venho por meio deste, requerer a avaliação do exposto acima, de modo a promover a ANULAÇÃO da questão 23, pois a mesma não possui resposta correta, uma vez que pede como correta o que NÃO é uma diretriz do SUS, dessa forma, torna-se indiscutível que a candidata será prejudicada com a permanência de uma questão sem resposta correta. REFERENCIAL TEÓRICO: CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm RECURSO PROCEDENTE: O artigo 198 da Constituição Federal, dispõe: “Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo; II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; III - participação da comunidade”. Portanto não existe nenhuma alternativa que possa ser excetuada. Anula-se a questão por erro de formulação, aplicando o aplicando o item8.11 do Edital de Concurso nº 001/2017. "Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido". PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RECURSOS Página 43 de 95 NATHALIA FERNANDES 610 932 CONHECIMENTOS GERAIS 13 DEFERIDO Venho por meio deste, solicitar a avaliação da questão 13, prova ROSA para o cargo de ENFERMEIRO, que trata sobre o problema de racionamento de água que algumas cidades brasileiras enfrentam, onde a mesma pede para marcar um dos motivos dessa ameaça de racionamento, no gabarito, a banca assinala como correta a questão de letra C, mas a questão afirma DE MANEIRA GENERALIZADA que as cidades brasileiras não possuem sistema de esgoto para evitar assim a poluição dos rios e dos lençóis subterrâneos. Em pesquisa, posso afirmar que há tratamento de esgoto no Brasil, este tratamento, porém, não chega a atingir 100% da população Brasileira, segue os dados coletados no Portal Trata Brasil para conhecimento da banca: Norte Apenas 16,42% do esgoto é tratado, e o índice de atendimento total é de 8,66%. A pior situação entre todas as regiões. Nordeste Apenas 32,11% do esgoto é tratado. Sudeste 47,39% do esgoto é tratado. O índice de atendimento total de esgoto é de 77,23%. Sul 41,43% do esgoto é tratado, e o índice de atendimento total é de 41,02%. Centro-Oeste 50,22% do esgoto é tratado. A região com melhor desempenho, porém a média de esgoto tratado não atinge nem a metade da população. Em termos de volume, as capitais brasileiras lançaram 1,2 bilhão de m³ de esgotos na natureza em 2013. Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS 2015) Fonte: Estudo Trata Brasil “Ranking do Saneamento – 2015” As características geográficas de cada região e mudanças de vazão dos rios, que ocorrem devido às variações climáticas ao longo do ano, acabam afetando a distribuição de água no território nacional. Mesmo assim, o volume de recursos hídricos é suficiente para atender 57 vezes a demanda atual do país. (fonte: http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2010/11/recursos-hidricos acesso em:24/10/2017 as 11h23min) Em virtude do exposto acima, não se pode afirmar de forma generalizada que as cidades brasileiras não possuem sistema de esgoto, como exposto na alternativa C do gabarito, assinalada como sendo a correta pela banca, solicito avaliação pela banca do que foi exposto, e peço alteração do gabarito para a letra D, pois

o não reaproveitamento das águas utilizadas (saneamento básico), acarreta poluição do solo, e também fontes de água limpa, tornando-as impróprias para o consumo humano, através das fontes consultadas, posso afirmar que a alternativa D responde melhor e sem dupla interpretação, que o exposto na alternativa C. RECURSO PROCEDENTE: Por erro na formulação da questão e por conter mais de uma alternativa, que corresponde ao enunciado da questão, anula-se a questão, aplicando o item8.11 do Edital de Concurso nº 001/2017. "Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido". PAMELLA CRISTIE GIMENES 3070 999 ESPECÍFICA 39 DEFERIDO FALSONI A questão pede a resposta incorreta, e o gabarito é dado como alternativa "D", contudo a alternativa "C" refere-se ao Artigo 438 do decreto 9069/17 RIISPOA no qual sugere-se que o artigo traga as definições de pescado. O artigo referido traz dentro do RIISPOA as definições de ROTULAGEM de POA, sendo igualmente incorreta a alternativa "C". O artigo que traz as definições de pescado é o Art. 205 do mesmo regulamento. "Art 438. Para fins deste Decreto, entende-se por rótulo ou rotulagem toda inscrição, legenda, imagem e toda matéria descritiva ou gráfica que esteja escrita, impressa, estampada, gravada, gravada em relevo, litografada ou colada sobre a embalagem ou contentores do produto de origem animal definado ao comércio, com vistas à identificação." "Art 205. Entende-se por pescado os peixes, os crustáceos, os moluscos, os anfíbios, os répteis, os equinodermos e outros animais aquáticos usados na alimentação humana." RECURSO PROCEDENTE: Por erro na formulação da questão e por conter mais uma alternativa ERRADA, que corresponde ao enunciado da questão, anula-se a questão, aplicando o item8.11 do Edital de Concurso nº 001/2017. "Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido". PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RECURSOS Página 44 de 95 PAULO RICARDO RAMOS 6480 977 CONHECIMENTOS GERAIS 13 DEFERIDO SALES OLIVEIRA gabarito C- ´´as cidades brasileiras nao possuem sistema de esgoto para evitar a poluiçao dos rios e lençois subterraneos´´ segundo G1, ´´Já entre as cidades brasileiras sem PMSB, a maioria (55,9%) estava com os planos em andamento, com previsão de conclusão até dezembro.´´ entao dizer que nao possui tratamento de esgoto, esta errado, pois generalizou dizendo que nenhum municipio possui... Correto seria gabarito D RECURSO PROCEDENTE: Por erro na formulação da questão e por conter mais de uma alternativas, que corresponde ao enunciado da questão, anula-se a questão, aplicando o item8.11 do Edital de Concurso nº 001/2017. "Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido". nao e correto afirmar: gabarito C- Apos a exploracao mineral o estado procurou novas atividades economicas. Afirmativa e verdadeira Declinio da mineraçao, fez surgir novas atividades economicas no estado do mato grosso, como a agricultura e a pecuaria. PAULO RICARDO RAMOS 6480 979 CONHECIMENTOS GERAIS 15 DEFERIDO SALES OLIVEIRA ´´Na segunda metade do século XVIII, a mineração entra em decadência com a paralisação das descobertas. Por serem de aluvião o ouro e diamantes descobertos eram facilmente extraídos, o que levou a uma exploração constante, fazendo com que as jazidas se esgotassem rapidamente. Esse esgotamento deve-se fundamentalmente ao desconhecimento técnico dos mineradores, já que enquanto a extração foi feita apenas nos veios (leitos dos rios), nos tabuleiros (margens) e nas grupiaras (encostas mais profundas) a técnica, apesar de rudimentar, foi suficiente para o sucesso do empreendimento. Numa quarta etapa porém, quando a extração atinge as rochas matrizes, formadas por um minério extremamente duro (quartzo itabirito), as escavações não conseguem prosseguir, iniciando o declínio da economia mineradora. Como as outras atividades eram subsidiárias ao ouro e ao diamante, toda economia colonial entrou em declínio. Sendo assim, a primeira metade do século XIX será representada pelo Renascimento Agrícola, fase economicamente transitória, marcada pela diversificação rural´´ http://www.historianet.com.br correto gabarito D RECURSO PROCEDENTE: Por erro na formulação da questão e por conter mais de uma alternativas, que corresponde ao enunciado da questão, anula-se a questão, aplicando o item8.11 do Edital de Concurso nº 001/2017. "Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido". PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RECURSOS Página 45 de 95 PAULO RICARDO RAMOS SALES OLIVEIRA 6480 980 CONHECIMENTOS GERAIS 17 DEFERIDO gabarito B - errado ´´A política de colonização foi retomada no regime militar com objetivo estratégico de integrar a Amazônia e o Centro-Oeste a outras regiões do país baseada na ideologia de segurança e desenvolvimento nacional. O Estatuto da Terra (LEI no. 4505/64) legitimou ações de regularização pelo governo federal nos Estados, que se desenvolveram articuladas aos diversos programas de desenvolvimento regional (PIN, Proterra, Poloamazônia, Polocentro, Polonoroeste) implantados nas áreas que compõe a Amazônia Legal. (Moreno e Higa, 2005) ´´ Msc. Josiani Aparecida da Cunha Galvão Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat). Campus de Barra do Bugres, Mato Grosso, Brasil http://upcommons.upc.edu/bitstream/handle/2099/14123/DACUNHAGALVAO_Josiani.pdf?sequence=1 correto: gabarito D RECURSO PROCEDENTE:Até a década de 1970, o processo de migração interna no território brasileiro tinha como principais destinos a região Sul e, especialmente, a região Sudeste, pelo fato delas fornecerem maiores oportunidades de emprego, em razão do processo de industrialização desenvolvido nas décadas anteriores.Porém, após a década de 1970, com a saturação no mercado de trabalho da região Sudeste, houve uma diversidade nos fluxos migratórios no território brasileiro.A expansão da fronteira agrícola e maiores investimentos em infraestrutura proporcionou o fortalecimento e ampliou ainda mais os fluxos migratórios para a região Centro-Oeste. Nas últimas décadas, a região sofreu uma série de transformações com impactos consideráveis na estrutura produtiva e ocupacional. Os incentivos governamentais na década de 1970 para a ocupação do Centro-Oeste refletiram em significativos movimentos migratórios e grandes empreendimentos agropecuários na região.Outro fator que intensificou a migração para a região Centro-Oeste foi a construção de Brasília, que também foi uma forma de política pública para a ocupação da porção oeste do território brasileiro. O fluxo para a formação de Brasília começou, evidentemente, com sua construção. Entre 1960 e 1970, a população do Distrito Federal quase quadruplicou, recebendo um fluxo migratório de aproximadamente 30 mil pessoas por ano.O Centro-Oeste brasileiro recebe migrantes de todas as partes do Brasil, com destaque para os mineiros, maranhenses, baianos e paulistas no estado de Goiás, nordestinos, mineiros e paulistas no Distrito Federal, sulistas em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.Por erro na formulação da questão e por não conter mais uma alternativas, que corresponde ao enunciado da questão, anula-se a questão, aplicando o item8.11 do Edital de PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RECURSOS Página 46 de 95 Concurso nº 001/2017. "Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido". Fonte:http://brasilescola.uol.com.br/b rasil/populacao-centrooeste-compost a-por-migrantes.htm PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RECURSOS Página 47 de 95 PAULO RICARDO RAMOS SALES OLIVEIRA 6480 981 CONHECIMENTOS GERAIS 19 INDEFERIDO a questao fala sobre o que nao e correto afirmar sobre o ecossistema da floresta amazonica. gabarito

B - errado A cidade de Coari - AM, interior do estado tem o projeto Urucu, exploraçao de gas e petroleo. ´´O texto em questão constituise em um esforço analítico a respeito das mudanças ocasionadas pela mundialização do capital, que têm se traduzido em profundas transformações no contexto técnico organizacional com conseqüências sócioeconômicas de diversas naturezas, alterando significativamente as configurações societárias. Trata-se aqui da situação vivenciada pelos moradores da cidade de Coari, localizada no interior do estado do Amazonas, submetidos a processos globais ou externos a partir da presença de um novo ator empresarial em seu território - a empresa Petrobrás com o Projeto Urucu, de exploração de petróleo e gás natural -, constituindo-se em um foco de mudanças desde o ano de 1996.´´ ISSN 15169111 PAPERS DO NAEA Nº 253 A CIDADE DE COARI/AM E OS REFLEXOS DA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL PELA PETROBRÁS Cláudia Soler http://www.naea.ufpa.br/naea/novosite/index.php?action=Publicacao.arquivo&id=39 correto: gabarito C ; referente a amazonia legal Recurso Improcedente: Impacto da extração de petróleo e gás natural no Estado do Amazonas. A extração de Petróleo e gás natural é realizada desde 1996, pela Petrobrás, na província petrolífera de Urucu, no Estado do Amazonas. Os impactos diretos apontados como os mais graves são dois: o desmatamento resultante da abertura de clareiras aonde se perfuram os poços e o manejo dos fluidos de perfuração e dos resíduos sólidos retirados dos poços. Nasáreas de perfuração, o movimento de maquinaria pesada compactada o solo, o que tornará o depositados temporariamente em diques juntamente com os resíduos sólidos retirados da área de perfuração. Quando cheios, esses deques são "desaguados", isto é, o fluido que não evaporou é drenado e so sólidos são enterrados no próprio local. Essa prática de manejo de fluidos e resíduos sólidos não é a ideal por dificultar um futuro reflorestamento da área, já que os resíduos que contém elementos químicos. Além disso, esses componentes químicos poderiam vir a atingir o lençol freático. No momento a Petrobrás. Estuda outras possibilidades mais apropriadas de manejo de fluidos. Como outros projetos de grandes escala, as operações em Urucu implicaram na construção de obras de infra-estrutura (construção de mini-refinaria, heliponto, estradas de acesso, base de apoio, polidutos para escoamento etc.). Até o momento calcula-se que dos 514.500 há de área concedida, aproximadamente 500 hectares (0,01%) foram desmatados tanto para a construção de obras de infra-estrutura como para a exploração propriamente dita. Os maiores impactos sobre o ecossistema Floresta Amazônica são: Garimpo de ouro– Assoreamento, erosão e poluição de cursos d'água; problemas sociais; degradação da paisagem e da vida aquática, contaminação por mercúrio com conseqüências sobre PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RECURSOS Página 48 de 95 a pesca e a população. Mineração industrial: ferro, manganês, cassiteria, cobre, bauxuta, etc– Degradação da paisagem; poluição, e assoreamento dos curso da água; esterilização de grandes áreas e impactos sócio -econômicos. Grandes projetos agropecuários– Incêndios; destruição da fauna e da flora; erosão, assoreamento e contaminação dos cursos d'água por agrotóxicos; destruição de reservas extrativistas. Grandes usinas hidroelétricas– Impacto Cultural e sócio -econômico (povos indígenas) e sobre a fauna e a flora; inundação de áreas florestais, agrícolas, vilas, etc. Indústrias de ferro gusa– Demanda de carvão vegetal da floresta nativa – desmatamento; exportação de energia a baixo valor e alto custo ambiental; poluição das águas, ar e solo. Pólos industriais e/ou grandes Indústrias– Poluição do ar, água e solo; geração de resíduos tóxicos; conflitos com o meio urbano. Construção da rodovia Transamazônica– Destruição das culturas indígenas; propagação do garimpo e de doenças endêmicas; grandes projetos agropecuários; explosão demográfica. Caça e pesca predatórias– Extinção de mamíferos aquáticos; diminuição de populações de quelônios, peixes e animais de valor econômico -ecológico. Indústrias de alumínio– Poluição atmosférica e marinha; impactos indiretos pela enorme demanda de energia elétrica. Crescimento populacional– Problemas sociais graves; ocupação desordenada e vertiginosa do solo (migração interna) com sérias conseqüências sobre os recursos naturais. Portanto dentre as alternativas a que menor causa impacto sobre o ecossistema é a letra "B". Fonte: http://www.amazonialegal.com.br/tex tos/impacto_amb.htm PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RECURSOS Página 49 de 95 PAULO RICARDO RAMOS 6480 984 ESPECÍFICA 25 INDEFERIDO SALES OLIVEIRA vigilância sanitária: gabarito C As 2 questoes estao corretas A e C Pois a questao A, traz a definiçao de Vigilancia Sanitaria em sentido estrito. Lei 8.080 de 19/09/1990 XI - a formulação e execução da política de sangue e seus derivados. § 1º Entende-se por vigilância sanitária um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde A questao tem que ser anulada. RECURSO IMPROCEDENTE: O art. 6º§1º da Lei Federal nº 8080/1990, dispõe:§1º. Entende-se por vigilância sanitária um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde, abrangendo:I - o controle de bens de consumo que, direta ou indiretamente, se relacionem com a saúde, compreendidas todas as etapas e processos, da produção ao consumo; eII - o controle da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde. Portanto a única alternativa que corresponde ao enunciado da questão é a letra "C", conforme divulgado no gabarito. Mantém-se o Gabarito divulgado. RAFAEL FERNANDES 4880 912 CONHECIMENTOS GERAIS 13 DEFERIDO DEMARCHI A questão traz em discussão os motivos para a ameaça de racionamento de água em algumas cidades do Brasil, o que vem sendo uma crescente. Conforme gabarito a questão correta é a alternativa C, porém verificou-se na literatura que o baixa ou não adesão ao reuso de água, ou seja, seu reaproveitamento, também é um dos motivos que levam por consequência ao racionamento. Esta informação está presente na referência abaixo: PHILIPPI, C. T. Avaliação de um sistema de reuso de água: o caso de um parque temático. USP, Faculdade de Saúde pública [Dissertação], São Paulo, 2006. Disponível em: < file:///C:/Users/Dell/Downloads/MestradoCaioTucunduvaPhilippi.PDF>. Acesso em: 24 de Outubro de 2017. RECURSO PROCEDENTE: Por erro na formulação da questão e por conter mais de uma alternativas, que corresponde ao enunciado da questão, anula-se a questão, aplicando o item8.11 do Edital de Concurso nº 001/2017. "Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido". PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RECURSOS Página 50 de 95 RAFAEL FERNANDES DEMARCHI 4880 913 ESPECÍFICA 23 DEFERIDO A questão aborda as diretrizes do Sistema Único de Saúde e apresenta como alternativa correta a letra B, conforme gabarito. Porém a alternativa D também se encaixa, pois a participação da comunidade trata-se de um PRINCÍPIO do SUS como pode ser observado no Capítulo II, ART. 7°, número VIII da Lei 8.080 de 19 de Setembro de 1990. RECURSO PROCEDENTE: O artigo 198 da Constituição Federal, dispõe: "Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo; II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; III - participação da comunidade". Portanto não existe nenhuma alternativa que possa ser excetuada. Anula-se a questão por erro de formulação, aplicando o aplicando o item8.11 do Edital de Concurso nº 001/2017. "Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente

a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido". RAFAEL FERNANDES DEMARCHI 4880 914 ESPECÍFICA 29 DEFERIDO A questão apresenta incoerências que comprometem a sua resolução. Após apresentadas às alternativas lê-se o seguinte texto “Marque a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo é:”. Por não ser exequível a resolução seguindo as informações da questão solicito anulação da mesma. RECURSO PROCEDENTE:Anula-se a questão por erro de formulação, aplicando o aplicando o item8.11 do Edital de Concurso nº 001/2017. "Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido". RAFAEL FERNANDES DEMARCHI 4880 915 ESPECÍFICA 37 INDEFERIDO A questão trata sobre os sinais de risco relativamente moderados para lesão intracraniana. Segundo o gabarito disponibilizado a alternativa correta seria a letra B, esta traz como sinais moderados para lesão intracraniana a consciência deprimida e sinal focal, porém na literatura que segue o link abaixo, estes estão entre os sinais de ALTO risco. A mesma informação pode ser observada no estudo de Gentile, et al (2011). Por esta razão solicito anulação da questão. http://www.saudedireta.com.br/docsupload/1335007882protocolos_unidade_emergencia_parte_005.pdf GENTILE, J. K. A.; et. al. Condutas no paciente com trauma crânioencefálico. Rev Bras Clin Med. São Paulo, v. 9, n. 1, p. 74-82, 2011. RECURSO IMPROCEDENTE: Recurso não assiste ao recorrente, visto que a questão traz a alternativa D como correta não B como questiona a recursante. A questão trata de sinais e sintomas associados a lesão intracraniana e não depressão. PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RECURSOS Página 51 de 95 RAFAEL FERNANDES A questão trata sobre as características de pacientes em choque hipovolêmico em estágio III, destacando como alternativa correta a letra C, porém nesta alternativa o débito urinário definido é de 05 a 15 ml/h, sendo esta informação diferente das literaturas identificadas que trata sobre este tema. No artigo de Felice, et a. (2011) o débito urinário fica entre 5 e 20 ml/h. Desta forma há claramente divergência de valores que comprometeram na análise e resolução da questão, por esta razão solicito RECURSO IMPROCEDENTE: Recurso não assiste ao recorrente, visto que Débito urinário de 5-15 ml/h está na margem definida de Choque hipovolêmico estágio III, não dando erro na interpretação, pois a questão, assim tendo confundido muitos participantes. Venho requerer anulação da questão. anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido". ROSANA BOEING DE CARVALHO 1820 917 CONHECIMENTOS GERAIS 12 DEFERIDO A questão exige que o candidato analise as afirmativas sobre o potencial econômico do estado de mato grosso, sendo que, o gabarito, trouxe como assertiva correta a opção D. No entanto, tal alternativa não merece ser acolhida como correta. Isso porque, conforme nota-se, a questão fora retirada do site (http://exercicios.brasilescola.uol.com.br/exercicios-geografia-do-brasil/exercicios-sobre-mato-grosso.ht m#questao-3), cujo qual bem demonstra que o PIB de Mato Grosso só é superior ao do estado de Mato Grosso do Sul. Vejamos a ordem decrescente do PIB da Região Centro Oeste: 1º Distrito Federal: 42,4%; 2º Goiás: 27,6%; 3º Mato Grosso: 18,1% e 4º Mato Grosso do Sul: 11,6%. Sendo assim, afirmar que o estado de Mato Grosso apresenta o maior PIB da Região Centro Oeste está incorreto. Logo, como a questão requer que seja assinalada a questão que traga um conteúdo que se refira ao potencial econômico do Estado de Mato Grosso, fica completamente rechaçada a alternativa D. Doutro vértice, é importante salientar que a alternativa C está completamente CORRETA, na medida em que o estado de mato grosso se destaca no cenário econômico nacional por ser um grande produtor de soja, cereais e algodão, além de possuir grande rebanho bovino. Tal assertiva, além de inquestionavelmente notória à todos os habitantes do estado de Mato Grosso, encontra respaldo no site Oficial do Governo do Estado de Mato Grosso (http://www.mt.gov.br/economia). Igualmente, as alternativas A e B estão corretas, conforme verifica-se do site https://www.goconqr.com/p/2662605-historia-de-mato-grosso-quizzes. RECURSO PROCEDENTE: Por erro na formulação da questão, por não haver constar no enunciado se as alterativas são corretas ou erradas, anula-se a questão, aplicando o item8.11 do Edital de Concurso nº 001/2017. "Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido". DEMARCHI 4880 916 ESPECÍFICA 38 INDEFERIDO anulação da mesma. margem é até 20 ml/h, sendo assim o valor indicado está dentro dos FELICE, C. D. Choque: diagnóstico e tratamento na emergência. Revista da AMRIGS, Porto Alegre, v. índices para o estágio III não 55, n. 2, p. 179-196, 2011. Disponível em: < comprometendo a questão. http://www.amrigs.org.br/revista/55-02/021-PG_179-196_559_choque%20diagnostico....pdf>. Acesso Fonte:http://www.amrigs.org.br/revist em: 24 de Outubro de 2017. a/55-02/021-PG_179-196_559_choq ue%20diagnostico....pdf RENATE LANGHORST 60 928 ESPECÍFICA 29 RECURSO PROCEDENTE:Anula-se a questão por erro de formulação, aplicando o aplicando o item8.11 do Questão apresenta erro, após as alternativas a um um texto onde diz: " marque a alternativa que Edital de Concurso nº 001/2017. "Se DEFERIDO apresenta a sequência correta, de cima para baixo é:", sendo que não há opção de sequência na do exame de recursos resultar Frente aos argumentos, pugna-se pela ANULAÇÃO da presente questão, a qual apresenta 03 (três) alternativas possíveis para serem assinaladas. OBS: a questão, em momento algum, pede que seja assinalada a alternativa incorreta, não podendo o candidato PRESUMIR o que a banca deseja que seja assinalada. A questão requer que seja assinalada a assertiva que indica quem foi o Governador de Mato Grosso que antecedeu o Governo de Silval Barbosa. O gabarito trouxe como assertiva correta a letra C. Ocorre RECURSO PROCEDENTE: Por erro que, como cediço, Blairo Maggi foi governador do Estado de Mato Grosso do ano de 2003 ao ano de na divulgação do gabarito altera-se 2010, sendo que, após sua passagem pelo governo, foi sucedido por Silval Barbosa. Logo, a assertiva para alternartiva "B", pois o ROSANA BOEING DE correta a ser assinalada é a opção B. Acrescente-se que, Rogério Sales (nome constante na Letra C), Governador que anteceu Silval da CARVALHO 1820 918 CONHECIMENTOS GERAIS 16 DEFERIDO foi governado do Mato Grosso em uma gestão anterior à do Governo Blairo Maggi. Tais argumentos Cunha Baborsa foi Blairo Borges possuem amparo no disposto pelo seguintes sites: Maggi. http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2015/01/pedro-taques-toma-posse-como-o-52-governador-do-e Fonte:https://pt.wikipedia.org/wiki/Lis stado-de-mato-grosso.html ; https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_governadores_de_Mato_Grosso. Isso ta_de_governadores_de_Mato_Gros posto requer que seja ALTERADO O GABARITO, devendo passar a contar como alternativa correta so. para a questão a assertiva B. PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RECURSOS Página 52 de 95 ROSANA BOEING DE CARVALHO 1820 919 ESPECÍFICA 29 DEFERIDO A questão exige que sejam analisadas as assertivas relativas ao lançamento tributário, devendo o candidato assinalar a opção INCORRETA. A alternativa “A” encontra-se correta, vez que encontra respaldo legal no art. 142 do Código Tributário Nacional que assim dispõe: “Art. 142. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível”. Portanto, a alternativa A encontra-se CORRETA e, portanto, não pode ser assinalada como resposta correta para a questão. A alternativa B encontra-se, igualmente, CORRETA, haja vista que vêm expressamente descrita pelo art. 144, §1º do Código Tributário Nacional, que assim preconiza: “art. 144. § 1º Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gera-

dor da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliado os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para o efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros". Sendo assim, a assertiva, por estar CORRETA, não pode ser assinalada pelo candidato. A alternativa C, por seu turno, ESTA INCORRETA. Isso porque, conforme verifica-se do entoado pelo art. 150, §4º do CTN ("Se a lei não fixar prazo a homologação, será ele de cinco anos, a contar da ocorrência do fato gerador; expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação".), o prazo para se a administração homologue (ou rejeite) o lançamento feito pelo contribuinte é de 05 ANOS e não 10 como consta da alternativa. Assim sendo, por a alternativa apresentar um conteúdo incorreto quanto ao lançamento tributário, ESTA DEVE SER A ALTERNATIVA A SER ASSINALADA PELO CANDIDATO. A alternativa D encontra-se CORRETA, eis que possui previsão no art. 150. Caput, do CTN, in verbis: "Art. 150. O lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa". Dessa forma, por apresentar texto legal correto, a alternativa D também não poderia ser assinalada pelo candidato. Portanto, considerando que a alternativa C é a única que apresenta conteúdo INCORRETO quanto ao instituo do lançamento tributário, requer QUE SEJA ALTERADO O GABARITO PRELIMINAR, de modo que passe a constar como alternativa correta para a questão a LETRA "C". RECURSO PROCEDENTE: Altera-se o Gabarito para a alternativa "C", tendo em vista que o §4º do art. 150 do CTN, cita como o prazo de 5 anos e não de dez para o lançamento. "Se a lei não fixar prazo a homologação, será ele de cinco anos, a contar da ocorrência do fato gerador; expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação". SAMANTHA MYRELLA 3150 990 PORTUGUÊS 10 DEFERIDO FERREIRA Mal pode ser advérbio, substantivo ou conjunção. Como advérbio, significa "irregularmente", "erradamente", "de forma inconveniente ou desagradável". Opõe-se a bem: Era previsível que ele se comportaria mal. Era evidente que ele estava mal-intencionado porque suas opiniões haviam repercutido mal na reunião anterior. A seleção brasileira jogou mal mas conseguiu vencer a partida. Mal, como substantivo, pode significar "doença", "moléstia"; em alguns casos, significa "aquilo que é prejudicial ou nocivo". A febre amarela é um mal de que já nos havíamos livrado e que, devido ao descaso, voltou a atormentar as populações pobres. O mal é que não se toma nenhuma atitude definitiva. O substantivo mal também pode designar um conceito moral, ligado à idéia de maldade; nesse sentido, a palavra também se opõe a bem: Há uma frase de que a visão da realidade nos faz muitas vezes duvidar: "O mal não compensa". Quando conjunção, mal indica tempo: Mal você chegou, ele saiu. Mau é adjetivo. Significa "ruim", "de má índole", "de má qualidade". Opõe-se a bom e apresenta a forma feminina má: Trata-se de um mau administrador. Tem um coração mau. Livro Gramatica da Língua Portuguesa. Autor: Pasquale Cipro Neto e Ulisses Infante DEFERIDO - ANULAÇÃO DA QUESTÃO: Recurso assiste ao recorrente, visto que por erros de digitação, as alternativas não apresentam resposta correta, portanto, a questão deverá ser anulada. PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RECURSOS Página 53 de 95 SAVILE SANTOS DA SILVA 3410 943 PORTUGUÊS 5 INDEFERIDO a unica palavra que traria prejuízo para o sentido da frase "Desde então, 25 cidades gauchas (caçaram)situação de emergência..." qual motivo da resposta ser PROMULGARAM? pois nao muda o sentido da frase Promulgaram vem do verbo promulgar. O mesmo que: difundiram, disseminaram, divulgaram, publicaram, publicitaram, transmitiram. obrigada! RECURSO IMPROCEDENTE: Recurso não assiste ao recorrente, visto que que a substituição de "decretaram" por "denunciaram", "caçaram" e/ou "usaram" prejudicaria o sentido da frase. A pergunta se refere a qual palavra NÃO traria prejuízos para o sentido, portanto, segundo o Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa Michaelis, a palavra decretar tem por significado: Ordenar a publicação de decreto ou lei sobre algo, tornando-o público oficialmente; promulgar lei ou decreto sobre algo. Portanto, gabarito correto e mantido. SAVILE SANTOS DA SILVA 3410 944 CONHECIMENTOS GERAIS 16 DEFERIDO Boa tarde, tenho certeza que a resposta é letra B, BLAIRO MAGGI que foi o sucessor de Silval Barbosa, e não Rogério Sales. Por favor verificar esta questão, pois não esta batendo a resposta correta. RECURSO PROCEDENTE: Por erro na divulgação do gabarito alterase para alternartiva "B", pois o Governador que anteceu Silval da Cunha Baborsa foi Blairo Borges Maggi. Fonte:https://pt.wikipedia.org/wiki/Lis ta_de_governadores_de_Mato_Gros so. PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RECURSOS Página 54 de 95 SAVILE SANTOS DA SILVA 3410 945 CONHECIMENTOS GERAIS 17 IMPROCEDENTE Estado de Maracaju foi o nome dado à criação revolucionária de um estado federativo brasileiro que existiu sem autorização da União de 10 de julho a 2 de outubro de 1932, durante as agitações da Revolução Constitucionalista de 1932. ou seja a pergunta esta errada, foi feita pergunta referente ao sul do mato grosso, sendo que a resposta é a A , ESTADO DOE MATO GROSSO DO SUL. RECURSO IMPROCEDENTE:Tomando a dianteira, na esperança do apoio de outros Estados, como o Rio Grande do Sul e Minas Gerais, São Paulo deflagrou a 9 de julho o Movimento Constitucionalista, que contou com a adesão da maioria dos militares sediados no sul de Mato Grosso, bem como da maioria deseus líderes civis.O General Bertoldo Klinger comandava a Circunscrição Militar de Mato Grosso e suas constantes críticas ao Presidente Getúlio Vargas culminaram na sua exoneração, mas com a deflagração do movimento, ele foi escolhido para assumir o comando supremo das Forças Constitucionalistas.O fato de existir um movimento divisionista no sul do Mato Grosso em relação ao governo de Cuiabá juntamente com a disposição dos líderes civis e militares em apoiar o movimento contra o governo provisório propiciou que fosse instalado o Estado de Maracajú, tendo como capital a cidade de Campo Grande. Fonte:http://www.ultimatrincheira.co m.br/maracaju.htm. Mantém-se o Gabarito divulgado. SAVILE SANTOS DA SILVA 3410 949 ESPECÍFICA 40 INDEFERIDO LDBE - Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996 Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de: I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados; II - exercer ação redistributiva em relação às suas escolas; III - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino; IV - autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino; V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino. portanto não tem alternativa que o MUNICÍPIO NÃO INCUMBIR-SE Á DE... TODAS AS RESPOSTAS ESTÃO CORRETAS AGUARDO A VERIFICAÇÃO DA QUESTÃO E DA RESPOSTA... RECURSO IMPROCEDENTE: No enunciado da questão pede ao candidato que indique qual alternativa não estar de acordo com o art. 11 da LDB: O gabarito divulgado foi a letra "A, pois encontra em desacordo com o incisco I, poisdevem ser integrando-os às políticas eplanos educacionais da União e dos Estados. "I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados". Mantém-se o gabarito já divulgado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RECURSOS Página 55 de 95 SERGIO BORGES DE MELLO 8730 986 PORTUGUÊS 10 DEFERIDO JUNIOR QUESTÃO 10 - PORTUGUES A questão requer que seja assinalada, pelo candidato, a questão que melhor emprega o uso do “mau e do mal” diante das regras existentes na língua portuguesa. Pois bem, o gabarito trouxe como correta a alternativa de letra C. No entanto, em análise das frases dispostas, temos que nenhuma delas apresenta a grafia correta. Isso porque, segundo se extrai do site http://www.tudosobreconcursos.com/materiais/portugues/diferenca-entre-mau-e-mal, a palavra MAU é um adjetivo e como regra deve ser usado como contrário de bom. Enquanto que a palavra MAL pode ser: - advérbio de modo (Regra: é usado como contrário de bem.); - substantivo (Regra: é usado com sentido de doença, tristeza, desgraça, tragédia.) e- conjunção temporal (Regra: é usado com o sentido de quando). Partindo desse pressuposto, verifica-se que na alternativa (A) a frase é composta por um advérbio de modo, portanto, incorreta, uma vez que a expressão a ser utilizada deve ser “MAL” e não “mau”, como trazido. A alternativa (B) de igual modo apresenta-se incorreta, haja vista que a frase indica um adjetivo, logo, devendo ser escrita com a palavra “MAU”. A alternativa (C) traz um advérbio de modo ligado a um adjetivo (Etimologia - origem da palavra mal-humorado: mal + humor/ado/. > vide https://www.dicio.com.br/mal-humorado/ < . Logo, utilizando-se, ainda, a regra da substituição da palavra por “BEM” ou “BOM”, temos que não seria correto dizer que alguém pode acordar “Bom humorada”, mas sim “Bem humorada”, de modo que a palavra correta, na frase, seria “MAL-HUMORADA”. Além do mais, a palavra encartada na alternativa não apresenta-se com o hífen, que deve ser utilizado no caso em tela, conforme denota-se pelo acesso dos sites https://portuguessemmisterio.com.br/2015/07/13/mau-ou-mal/; http://www.comoescrevercerto.com.br/2014/06/mal-humorado-mal-humorado-mau-humorado.html; https://portuguessemmisterio.com.br/2015/07/20/o-hifen-de-bem-e-de-mal/; bem como tantos outros. Por último a alternativa(D) também incorreta, pressupõe um adjetivo, sendo devida a utilização da palavra “MAU”. Por todo o exposto, é primoroso destacar que a banca não apresentou qualquer opção passível de ser assinalada, uma vez que todas apresentam erro de grafia, de modo que requer sua devida ANULAÇÃO. DEFERIDO - ANULAÇÃO DA QUESTÃO: Recurso assiste ao recorrente, visto que por erros de digitação, as alternativas não apresentam resposta correta, portanto, a questão deverá ser anulada. PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RECURSOS Página 56 de 95 SERGIO BORGES DE MELLO JUNIOR 8730 987 CONHECIMENTOS GERAIS 19 INDEFERIDO QUESTÃO 19 – CONHECIMENTOS GERAIS A questão apresenta-se de forma inconsistente e incompleta, de modo que não é possível identificar o que por ela se exige. Assim dispõe a questão: 19 - Sobre os impactos sobre o ecossistema Floresta Amazônicos, não é correto afirmar: a) Garimpo de ouro b) Exploração de gás e petróleo c) Grandes projetos agropecuários d) Mineração Industrial Logo, pergunta-se: Qual relação se busca entre os termos avulsos dispostos nas alternativas com a redação da questão? Impossível se responder quando não há o questionamento expresso, até porque, não pode ser exigido do candidato, a presunção do que a banca deseja que seja assinalado. A guisa de exemplo, e para conhecimento, trago a disposição do artigo 17 § 3º, inciso I, do projeto de lei nº 252/2003, em trâmite na Câmara dos Deputados, que no momento, aguarda Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), e traduz o caso em apreço: Art. 17. As provas serão elaboradas de maneira clara e objetiva, de forma a possibilitar ao candidato a compreensão do tema dado a julgamento, a partir do estabelecimento do padrão de compreensão médio do candidato e considerado o nível de escolaridade e técnico dos cargos em disputa. § 3º Serão anuladas: I – as questões redigidas de maneira obscura ou dúbia; Pelo exposto, embora a disposição normativa colacionada não esteja em vigor, a ideia que dela se extrai apresenta perfeitamente o ideal a ser seguido pelas bancas de concurso público quando da elaboração das questões. Razão pela qual, pugno pela ANULAÇÃO da questão 19. Recurso Improcedente: Impacto da extração de petróleo e gás natural no Estado do Amazonas. A extração de Petróleo e gás natural é realizada desde 1996, pela Petrobrás, na província petrolífera de Urucu, no Estado do Amazonas. Os impactos diretos apontados como os mais graves são dois: o desmatamento resultante da abertura de clareiras aonde se perfuram os poços e o manejo dos fluidos de perfuração e dos resíduos sólidos retirados dos poços. Nasáreas de perfuração, o movimento de maquinaria pesada compactada o solo, o que tornará o depositados temporariamente em diques juntamente com os resíduos sólidos retirados da área de perfuração. Quando cheios, esses deques são "desaguados", isto é, o fluido que não evaporou é drenado e so sólidos são enterrados no próprio local. Essa prática de manejo de fluidos e resíduos sólidos não é a ideal por dificultar um futuro reflorestamento da área, já que os resíduos que contém elementos químicos. Além disso, esses componentes químicos poderiam vir a atingir o lençol freático. No momento a Petrobrás. Estuda outras possibilidades mais apropriadas de manejo de fluidos. Como outros projetos de grandes escala, as operações em Urucu implicaram na construção de obras de infra-estrutura (construção de mini-refinaria, heliponto, estradas de acesso, base de apoio, polidutos para escoamento etc.). Até o momento calcula-se que dos 514.500 há de área concedida, aproximadamente 500 hectares (0,01%) foram desmatados tanto para a construção de obras de infra-estrutura como para a exploração propriamente dita. Os maiores impactos sobre o ecossistema Floresta Amazônica são: Garimpo de ouro– Assoreamento, erosão e poluição de cursos d’água; problemas sociais; degradação da paisagem e da vida aquática, contaminação por mercúrio com conseqüências sobre PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RECURSOS Página 57 de 95 a pesca e a população. Mineração industrial: ferro, manganês, cassiteria, cobre, bauxuta, etc– Degradação da paisagem; poluição, e assoreamento dos curso da água; esterilização de grandes áreas e impactos sócio -econômicos. Grandes projetos agropecuários– Incêndios; destruição da fauna e da flora; erosão, assoreamento e contaminação dos cursos d’água por agrotóxicos; destruição de reservas extrativistas. Grandes usinas hidroelétricas– Impacto Cultural e sócio - econômico (povos indígenas) e sobre a fauna e a flora; inundação de áreas florestais, agrícolas, vilas, etc. Indústrias de ferro gusa– Demanda de carvão vegetal da floresta nativa – desmatamento; exportação de energia a baixo valor e alto custo ambiental; poluição das águas, ar e solo. Pólos industriais e/ou grandes Indústrias– Poluição do ar, água e solo; geração de resíduos tóxicos; conflitos com o meio urbano. Construção da rodovia Transamazônica– Destruição das culturas indígenas; propagação do garimpo e de doenças endêmicas; grandes projetos agropecuários; explosão demográfica. Caça e pesca predatórias– Extinção de mamíferos aquáticos; diminuição de populações de quelônios, peixes e animais de valor econômico -ecológico. Indústrias de alumínio– Poluição atmosférica e marinha; impactos indiretos pela enorme demanda de energia elétrica. Crescimento populacional– Problemas sociais graves; ocupação desordenada e vertiginosa do solo (migração interna) com sérias conseqüências sobre os recursos naturais. Portanto dentre as alternativas a que menor causa impacto sobre o ecossistema é a letra “B”. Fonte: http://www.amazonialegal.com.br/tex tos/impacto_amb.htm Página 58 de 95 PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RECURSOS RECURSO PROCEDENTE: Por erro na divulgação do gabarito altera-se para alternartiva "B", pois o SILVANA DRUZIANO RIBEIRO 470 1000 CONHECIMENTOS GERAIS 16 DEFERIDO SILVAL BARBOSA FOI SUCESSOR DE BLAIRO MAGGI.PORTANTO, O GABARITO DEVE SER CORRIGIDO. Governador que anteceu Silval da Cunha Baborsa foi Blairo Borges OBRIGADA. Maggi. Fonte:https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_governadores_de_Mato_Gros so. RECURSO IMPROCEENTE: Re-

curso não assiste ao recorrente, visto que embora nenhuma palavra ou expressão esteja destacada, a questão pergunta em qual alternativa as palavras estão escritas corretamente (grafadas). Vejamos: Letra A não está grafada corretamente, pois o correto seria: Pegou o táxi porque estava apressada. Letra B está grafada corretamente, pois usa-se SILVANA MAKUS SCHOLZ 680 961 PORTUGUÊS 7 INDEFERIDO Haviam 2 alternativas corretas, a B e a alternativa D. “por quê” separado e acentuado em finais de frases interrogativas. Letra C não está grafada corretamente, pois neste caso o correto seria: Por que você não foi ao cinema?Letra D não está grafada corretamente, pois neste caso o correto seria: Não sei o porquê você se atrasou. Portanto, a falta da expressão ou palavra destacada não prejudica a interpretação da questão. Logo, questão correta e mantida. RECURSO PROCEDENTE: Por erro na formulação da questão, por não haver constar no enunciado se as alteratívas são corretas ou erradas, anula-se a questão, aplicando o item8.11 do Edital de Concurso nº SILVANA MAKUS SCHOLZ 680 962 CONHECIMENTOS GERAIS 12 DEFERIDO Duas afirmativas corretas C e D, as duas estão corretas. 001/2017. "Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido". Página 59 de 95 PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RECURSOS RECURSO PROCEDENTE: Por erro na divulgação do gabarito altera-se para alternartiva "B", pois o SILVANA MAKUS SCHOLZ 680 963 CONHECIMENTOS GERAIS 16 DEFERIDO O sucessor de Silval Barbosa foi Blairo Maggi alternativa B por dois mandatos, e não Rogério Sales como foi divulgado no gabarito Governador que anteceu Silval da Cunha Baborsa foi Blairo Borges Maggi. Fonte:https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_governadores_de_Mato_Gros so. SILVANA MAKUS SCHOLZ 680 964 INFORMATICA 25 DEFERIDO Haviam 2 alternativas corretas, alternativa C e D, pois se refere em mover a SETA ou PONTEIRO, com o teclado não se move a seta. RECURSO PROCEDENTE:Por erro na formulação da questão e por não conter mais uma alternativas, que corresponde ao enunciado da questão, anula-se a questão, aplicando o item8.11 do Edital de Concurso nº 001/2017, pois todas alternativas estão corretas.[A] TouchPad: Touchpad ou trackpad é um componente utilizado em diversos aparelhos eletrônicos e vastamente difundido entre os notebooks e ultrabooks produzidos atualmente. Na verdade, é difícil imaginar um computador portátil sem uma área sensível ao toque que realize as mesmas tarefas de um mouse comum.[B] Touch Screen: A tela sensível ao toque é um display eletrônico visual que pode detectar a presença e localização de um toque dentro da área de exibição, por meio de pressão.[C] Teclado: Na computação, oteclado de computadoré um dispositivo que possui uma série de botões ou teclas, e utilizado para inserir dados no computador. É um tipo de periféricode entrada utilizado pelo usuáriopara a entrada manual no sistemade dadose comandos. Possui teclas representando letras, números, símbolose outras funções, baseado no modelo de teclado das antigas máquinas de escrever. [D] Mouse Pad: Ummousepad,tapete de rato/mouseouesteirade rato/mouse,é uma superfície para realçar o movimento de um rato/mousedo computador."Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido". Página 60 de 95 PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RECURSOS SIRLEIDI ALCANTARA E SILVA 6020 985 PORTUGUÊS 1 INDEFERIDO - RECURSO IMPROCEDENTE: Recurso não assiste ao recorrente, visto que quem aponta que, desde o início da semana, 1.225 casas foram atingidas (...) é “o boletim”. O motivo foi a chuva, no entanto, quem aponta é o boletim. Sendo assim, gabarito correto e mantido. TÁSSIA GABRIELLA 600 955 PORTUGUÊS 10 DEFERIDO RODRIGUES EGUES Considerando a melhor doutrina gramatical de nossa língua pátria; considerando o enunciado da questão; considerando a clareza necessária e indispensável em certames como o agora questionado, não resta como correta nenhuma das alternativas apresentadas na referida questão. Explico: De acordo com a regra gramatical: mau, com "u", é um adjetivo (usado como contrario de bom) e mal, com "l", é - advérbio de modo (usado como contrario de bem); ou - substantivo (usado com sentido de doença, tristeza, desgraça, tragédia); ou - conjunção temporal (usado com o sentido de quando). Desta feita, nenhuma das alternativas se demonstra correta. Demonstro como ficariam as questões se aplicadas as regras tangentes ao tema: (A) Não fale bom de mim para meus amigos. (B) Já estou cansado do seu bem humor. (C) Quando acordo cedo fico bom humorada. (D) Ele é um menino bem. Sendo assim, embora tenha marcado a letra D e o gabarito preliminar nos informe como sendo correta a letra C,usando o antônimo em todas as alternativas nenhuma apresenta-se com sentido. Portanto nos demonstra que não ha alternativa alguma totalmente correta, não sendo razoável falarmos em alternativa "mais próxima da correta" ou "mais correta", observando a ordem lógica, que deve ser aplicada nos certames públicos, de que algo é correto ou então é incorreto. Considerando o que dispus acima, visualizo a questão como equivocada e mal formulada. Diante do exposto, solicito revisão da questão em tela, anulando-a. DEFERIDO - ANULAÇÃO DA QUESTÃO: Recurso assiste ao recorrente, visto que por erros de digitação, as alternativas não apresentam resposta correta, portanto, a questão deverá ser anulada. Página 61 de 95 PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RECURSOS Peço a ANULAÇÃO da questão pois a letra (B) e a letra (C) estão corretas segundo a lei que regulamenta O controle social LEI Nº 8.142, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS} e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Art. 1° O Sistema Único de Saúde (SUS), de que trata a Lei n° 8.080, de 19 de setembro de 1990, contará, em cada esfera de governo, sem prejuízo das funções do Poder Legislativo, com as seguintes instâncias colegiadas: I - a Conferência de Saúde; e II - o Conselho de Saúde. THAINE SALES DE BRITO 4860 933 ESPECÍFICA 29 DEFERIDO PEÇO ANULAÇÃO DA SEGUINTE QUESTÃO: 29)O controle Social, que tem papel fundamental para efetiva implementação e fortalecimento do Sistema Único de Saúde, é correto afirmar: A) O controle social deve se restringir a limitações geográficas dos municípios e estados. -->B) Os municípios e os estados devem proporcionar o acesso ás informações relativas ao orçamento e à sua execução, compatibilizando-as com as leis, pois se entende que tais informações fortalecem o exercício das responsabilidades do controle social. -->C) O controle social foi implementado pelas Leis 8080/90 e 8.142/90 que regula a participação da comunidade no SUS, instituindo os Conselhos de Saúde e as Conferências de Saúde. D) Os conselhos têm papel duplo: prospectivo e de fiscalização da execução, funcionando de forma apenas burocrática. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS. Brasil. Ministério da Saúde. Para entender o controle social na saúde. Conselho Nacional de Saúde. – Brasília, 2013. pg33 BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Disponivel em . Acesso em 24 de outubro de 2017. RECURSO PROCEDENTE:Anula-se a questão por erro de formulação, aplicando o aplicando o item8.11 do Edital de Concurso nº 001/2017. "Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido". Página 62 de 95 PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RECURSOS THAINE SALES DE BRITO 4860 956 ESPECÍFICA 23 DEFERIDO A referente questão fala sobre as diretrizes do sus referente à suas ações e serviços públicos de saúde. Pede ainda para marcar a alternativa que NÃO faz partes dessas diretrizes. Pois bem, a constituição federal de 1988 diz através do artigo 198: Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada

e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo; II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; III - participação da comunidade. Então supõe-se que todas as alternativas estão corretas, visto que na opção B (item incorreta pelo gabarito preliminar) não está incorreta, apenas o relator uniu o item I e II do art. 198 sem nenhum erro dos itens citados como podem conferir pelas referências. Para se tornar incorreta, algum item/palavra deveria estar incorreto e/ou incoerente à Lei, o que não é o caso dessa questão. Por fim, peço a anulação desta questão, conferindo pontuação a todos. Referência:https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10653794/artigo-198-da-constituicao-federal-de-1988 RECURSO PROCEDENTE: O artigo 198 da Constituição Federal, dispõe: “Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo; II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; III - participação da comunidade”. Portanto não existe nenhuma alternativa que possa ser excetuada. Anula-se a questão por erro de formulação, aplicando o aplicando o item8. 11 do Edital de Concurso nº 001/2017. "Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido". WENDERSON MENDES DE 1780 970 PORTUGUÊS 7 INDEFERIDO OLIVEIRA A pergunta fala que a palavra ou expressão destacada aparece corretamente grafada.... Mas na verdade não tem nenhuma palavra destacada e nem grafada. ai não tem como saber qual marcar.. RECURSO IMPROCEENTE: Recurso não assiste ao recorrente, visto que embora nenhuma palavra ou expressão esteja destacada, a questão pergunta em qual alternativa as palavras estão escritas corretamente (grafadas). Vejamos: Letra A não está grafada corretamente, pois o correto seria: Pegou o táxi porque estava apressada. Letra B está grafada corretamente, pois usa-se “por quê” separado e acentuado em finais de frases interrogativas. Letra C não está grafada corretamente, pois neste caso o correto seria: Por que você não foi ao cinema?Letra D não está grafada corretamente, pois neste caso o correto seria: Não sei o porquê você se atrasou. Portanto, a falta da expressão ou palavra destacada não prejudica a interpretação da questão. Logo, questão correta e mantida. Página 63 de 95 PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RECURSOS WENDERSON MENDES DE 1780 971 CONHECIMENTOS GERAIS 12 DEFERIDO OLIVEIRA aqui se fala sobre o potencial de Mato Grosso. E o potencial de Mato Grosso destaca como grande produtor de grão e cereais e é grande em produtor bovino. RECURSO PROCEDENTE: Por erro na formulação da questão, por não haver constar no enunciado se as alteratividas são corretas ou erradas, anula-se a questão, aplicando o item8.11 do Edital de Concurso nº 001/2017. "Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido". WENDERSON MENDES DE 1780 973 CONHECIMENTOS GERAIS 16 DEFERIDO OLIVEIRA Segundo a pesquisa e aos conhecedores e todos os site a resposta certa seria a letra B) Blairo Maggi não letra C) Rogério Sales. E Rogério Sales veio antes de Blairo Maggi. RECURSO PROCEDENTE: Por erro na divulgação do gabarito alterase para alternartiva "B", pois o Governador que anteceu Silval da Cunha Baborsa foi Blairo Borges Maggi. Fonte:https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_governadores_de_Mato_Gros so. Página 64 de 95 PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RECURSOS WENDERSON MENDES DE OLIVEIRA 1780 975 INFORMATICA 25 DEFERIDO De acordo com que eu estudo e trabalho na area de informatica e com as pesquisa feita na internet... A) Touch Pad = tem como se usar para mover o ponteiro do mause. B) Touch Screen = é a tela dos aparelhos eletronicos. C) Teclado = Tem teclas de funç~es que pode mover o ponteiro. D)Mause Pad = Esse com certeza é ultilizado. o unico que não é ultilizado para mover a seta ou ponteiro na area de trabalho é o (B)Touch Screen. RECURSO PROCEDENTE:Por erro na formulação da questão e por não conter mais uma alternativas, que corresponde ao enunciado da questão, anula-se a questão, aplicando o item8.11 do Edital de Concurso nº 001/2017, pois todas alternativas estão corretas.[A] TouchPad: Touchpad ou trackpad é um componente utilizado em diversos aparelhos eletrônicos e vastamente difundido entre os notebooks e ultrabooks produzidos atualmente. Na verdade, é difícil imaginar um computador portátil sem uma área sensível ao toque que realize as mesmas tarefas de um mouse comum.[B] Touch Screen: A tela sensível ao toque é um display eletrônico visual que pode detectar a presença e localização de um toque dentro da área de exibição, por meio de pressão.[C] Teclado: Na computação, oteclado de computadoré um dispositivo que possui uma série de botões ou teclas, e utilizado para inserir dados no computador. É um tipo de periféricode entrada utilizado pelo usuáriopara a entrada manual no sistemade dadose comandos. Possui teclas representando letras, números, símbolose outras funções, baseado no modelo de teclado das antigas máquinas de escrever. [D] Mouse Pad: Ummousepad,tapete de rato/mouseouesteirade rato/mouse,é uma superfície para realçar o movimento de um rato/mousedo computador."Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido". Página 65 de 95 PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RECURSOS YEDA CAMPOS FERNANDES 1510 969 PORTUGUÊS 3 INDEFERIDO A palavra "AMÁVEL" é uma paroxítona!também está de Acordo com a regra gramatical de acentuação da palavra destacada o texto. RECURSO IMPROCEDENTE: Recurso não assiste ao recorrente, visto que seu raciocínio está correto, no entanto, a palavra “amável” entra na regra de que acentuam-se as vogais “a”, “e” e “o” das sílabas tônicas das palavras paroxítonas terminadas em -l, -n, -r, -x e -ps. Portanto, na falta da alternativa “C” (que é a correta), a letra B estaria certa. A letra “C”, por sua vez, está correta, pois é uma paroxítona terminada em ditongo crescente, mesmo motivo pelo qual a palavra “horário” é acentuada. Portanto, gabarito correto e mantido. RECURSO IMPROCEDENTE: Recurso não assiste ao recorrente, visto que o termo “que” empregado na frase exerce função sintática de sujeito, pois está substituindo “Júlia”. Objeto direto é “o dicionário”, enquanto o objeto indireto é “me”. Portanto, gabarito correto e mantido. YEDA CAMPOS FERNANDES 1510 974 PORTUGUÊS 10 DEFERIDO PEÇO QUE ANULE A QUESTÃO!POIS NA MESMA NENHUMA ALTERNATIVA EMPREGA MELHOR O "MAU E MAL". EX" Mau humor ou mal humor? Para não cometer enganos, recomenda-se trocar o “mal” ou “mau” por seu oposto: bom (oposto de “mau”) ou bem (oposto de “mal”). A expressão “bem humor” não existe em nosso idioma, portanto, “mal humor” também não. Já “bem-humorado” e “mal-humorado” existem, enquanto “bom-humorado” e “mau-humorado”, não. Exemplos: Aquele aluno está de mau humor / Aquele aluno está de bom humor O professor está mal-humorado / O professor está bem-humorado. COMO NO EXEMPLO O GABARITO C ESTÁ ERRADO. https://novaescola.org.br/conteudo/5070/qual-a-diferenca-entre-mal-e-mau DEFERIDO - ANULAÇÃO DA QUESTÃO: Recurso assiste ao recorrente, visto que por erros de digitação, as alternativas não apresentam resposta correta, portanto, a questão deverá ser anulada. YEDA CAMPOS FERNANDES 1510 976 CONHECIMENTOS GERAIS 15 DEFERIDO De acordo com a história do Mato Grosso, o gabarito C está errado! Após a exploração mineral o Estado procurou novas atividades econômicas. EX: A partir do início do século XIX, a extração de ouro diminui bastante, dessa maneira, a economia começa um período de decadência e a população daquele estado pára de crescer. Militares e civis dão início a um movimento separatista, em 1892, contra o governo do

então presidente Mal. Floriano Peixoto. O movimento separatista é sufocado por intervenção do governo federal. A economia do estado começa a melhorar com a implantação de estradas de ferro e telégrafos, época em que começam a chegar seringueiros, pessoas que cultivaram erva-mate e criadores de gado. http://www.mt.gov.br/historia RECURSO PROCEDENTE: Por erro na formulação da questão e por conter mais de uma alternativas, que corresponde ao enunciado da questão, anula-se a questão, aplicando o item8.11 do Edital de Concurso nº 001/2017. "Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido". O gabarito C está incorreto!está correta a letra A. O termo "QUE" empregado Na frase, exerce função sintática de OBJETO DIRETO,E não de sujeito. Na frase o sujeito é JULIA. veja os EX: O sujeito é alguém ou algo de quem ou do que se fala. YEDA CAMPOS FERNANDES 1510 972 PORTUGUÊS 7 INDEFERIDO O sujeito é facilmente identificado na oração através da utilização do método de perguntas, por exemplo: O ajudante da loja correu muito com o veículo. Logo, ao responder a pergunta “quem correu muito com o veículo?” identificará o sujeito da oração que, nesse caso, é “o ajudante da loja”.https://www.todamateria.com.br/sujeito/ Página 66 de 95 PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RECURSOS YEDA CAMPOS FERNANDES 1510 978 CONHECIMENTOS GERAIS 17 DEFERIDO PEÇO QUE ANULE A QUESTÃO, O GABARITO B ESTÁ ERRADO!ESTÁ CORRETA LETRA D. DE ACORDO COM A HISTÓRIA DO MATO GROSSO. A POLÍTICA DE COLONIZAÇÃO EM MATO GROSSO A PARTIR DE 1960 A política de colonização foi retomada no regime militar com objetivo estratégico de integrar a Amazônia e o Centro-Oeste a outras regiões do país baseada na ideologia de segurança e desenvolvimento nacional. O Estatuto da Terra (LEI no. 4505/64) legitimou ações de regularização pelo governo federal nos Estados, que se desenvolveram articuladas aos diversos programas de desenvolvimento regional (PIN, Proterra,Poloamazônia, Polocentro, Polonoroeste) implantados nas áreas que compõe a Amazônia Legal(MorenoeHiga,2005) http://upcommons.upc.edu/bitstream/handle/2099/14123/DACUNHAGALVAO_Josiani.pdf?sequence=1 RECURSO PROCEDENTE:Até a década de 1970, o processo de migração interna no território brasileiro tinha como principais destinos a região Sul e, especialmente, a região Sudeste, pelo fato delas fornecerem maiores oportunidades de emprego, em razão do processo de industrialização desenvolvido nas décadas anteriores.Porém, após a década de 1970, com a saturação no mercado de trabalho da região Sudeste, houve uma diversidade nos fluxos migratórios no território brasileiro.A expansão da fronteira agrícola e maiores investimentos em infraestrutura proporcionou o fortalecimento e ampliou ainda mais os fluxos migratórios para a região Centro-Oeste. Nas últimas décadas, a região sofreu uma série de transformações com impactos consideráveis na estrutura produtiva e ocupacional. Os incentivos governamentais na década de 1970 para a ocupação do Centro-Oeste refletiram em significativos movimentos migratórios e grandes empreendimentos agropecuários na região.Outro fator que intensificou a migração para a região Centro-Oeste foi a construção de Brasília, que também foi uma forma de política pública para a ocupação da porção oeste do território brasileiro. O fluxo para a formação de Brasília começou, evidentemente, com sua construção. Entre 1960 e 1970, a população do Distrito Federal quase quadruplicou, recebendo um fluxo migratório de aproximadamente 30 mil pessoas por ano.O Centro-Oeste brasileiro recebe migrantes de todas as partes do Brasil, com destaque para os mineiros, maranhenses, baianos e paulistas no estado de Goiás, nordestinos, mineiros e paulistas no Distrito Federal, sulistas em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.Por erro na formulação da questão e por não conter mais uma alternativas, que corresponde ao enunciado da questão, anula-se a questão, aplicando o item8.11 do Edital de Página 67 de 95 PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RECURSOS Concurso nº 001/2017. "Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido". Fonte:http://brasilescola.uol.com.br/b rasil/populacao-centrooeste-compost apor-migrantes.htm

GABARITO OFICIAL 1 - ASSISTENTE SOCIAL - SEDE/DISTRITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT 01: A 02: D 03: C 04: C 05: C 06: B 07: C 08: C 09: D 10: Anulada 11: D 12: B 13: Anulada 14: B 15: Anulada 16: C 17: Anulada 18: D 19: B 20: B 21: A 22: C 23: D 24: B 25: C 26: A 27: B 28: D 29: C 30: D 31: D 32: B 33: Anulada 34: D 35: C 36: B 37: D 38: Anulada 39: D 40: B 10 - PROFESSOR (LICENCIATURA PLENA PEDAGOGIA) - SEDE DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT 01: A 02: D 03: C 04: C 05: C 06: B 07: C 08: C 09: D 10: Anulada 11: D 12: B 13: Anulada 14: B 15: Anulada 16: C 17: Anulada 18: D 19: B 20: B 21: B 22: D 23: C 24: D 25: A 26: A 27: A 28: A 29: A 30: A 31: D 32: D 33: C 34: A 35: C 36: C 37: C 38: B 39: A 40: C 11 - PSICÓLOGO - SEDE DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT 01: A 02: D 03: C 04: C 05: C 06: B 07: C 08: C 09: D 10: Anulada 11: D 12: B 13: Anulada 14: B 15: Anulada 16: C 17: Anulada 18: D 19: B 20: B 21: D 22: B 23: Anulada 24: D 25: C 26: D 27: B 28: B 29: Anulada 30: D 31: A 32: C 33: A 34: D 35: B 36: C 37: Anulada 38: B 39: C 40: A 12 - FISCAL DE TRIBUTOS - SEDE/DISTRITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT 01: A 02: A 03: C 04: A 05: D 06: A 07: B 08: A 09: A 10: C 11: C 12: Anulada 13: B 14: C 15: C 16: B 17: B 18: C 19: C 20: C 21: A 22: C 23: B 24: C 25: Anulada 26: C 27: D 28: B 29: C 30: B 31: B 32: D 33: D 34: C 35: B 36: D 37: A 38: A 39: B 40: B 13 - TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR) - SEDE DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT 01: A 02: A 03: C 04: A 05: D 06: A 07: B 08: A 09: A 10: C 11: C 12: Anulada 13: B 14: C 15: C 16: B 17: B 18: C 19: C 20: C 21: A 22: C 23: B 24: C 25: Anulada 26: B 27: B 28: D 29: B 30: C 31: B 32: C 33: A 34: C 35: A 36: B 37: D 38: A 39: C 40: D 14 - TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR) - SEDE DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT 01: A 02: A 03: C 04: A 05: D 06: A 07: B 08: A 09: A 10: C 11: C 12: Anulada 13: B 14: C 15: C 16: B 17: B 18: C 19: C 20: C 21: A 22: C 23: B 24: C 25: Anulada 26: B 27: B 28: D 29: C 30: A 31: C 32: B 33: D 34: D 35: D 36: D 37: C 38: D 39: C 40: A 15 - TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR) - DISTRITO DE BRIANORTE 01: A 02: A 03: C 04: A 05: D 06: A 07: B 08: A 09: A 10: C 11: C 12: Anulada 13: B 14: C 15: C 16: B 17: B 18: C 19: C 20: C 21: A 22: C 23: B 24: C 25: Anulada 26: B 27: B 28: D 29: C 30: A 31: C 32: B 33: D 34: D 35: D 36: D 37: C 38: D 39: C 40: A 16 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM - DISTRITO BRIANORTE 01: A 02: A 03: C 04: A 05: D 06: A 07: B 08: A 09: A 10: C 11: C 12: Anulada 13: B 14: C 15: C 16: B 17: B 18: C 19: C 20: C 21: A 22: C 23: B 24: C 25: Anulada 26: C 27: C 28: B 29: A 30: A 31: B 32: A 33: C 34: A 35: C 36: D 37: B 38: A 39: C 40: D 17 - TÉCNICO AGRÍCOLA - SEDE/DISTRITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT 01: A 02: A 03: C 04: A 05: D 06: A 07: B 08: A 09: A 10: C 11: C 12: Anulada 13: B 14: C 15: C 16: B 17: B 18: C 19: C 20: C 21: A 22: C 23: B 24: C 25: Anulada 26: C 27: C 28: B 29: A 30: A 31: D 32: A 33: B 34: C 35: C 36: A 37: D 38: D 39: C 40: C 17 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SEDE DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT 01: A 02: A 03: C 04: A 05: D 06: A 07: B 08: A 09: A 10: C 11: C 12: Anulada 13: B 14: C 15: C 16: B 17: B 18: C 19: C 20: C 21: A 22: C 23: B 24: C 25: Anulada 26: C 27: C 28: B 29: A 30: A 31: B 32: A 33: C 34: A 35: C 36: D 37: B 38: A 39: C 40: D Página 1 de 4 PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA GABARITO OFICIAL 18 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (LIMPEZA E MANUTENÇÃO) - SEDE DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT 01: D 02: D 03: A 04: B 05: C 06: C 07: C 08: A 09: B 10: B 11: C 12: D 13: B 14: B 15: A 16: D 17: B 18: B 19: C 20: B 21: C 22: B 23: C 24: C 25: B 26: A 27: B 28: A 29: D 30: A 31: B 32: B 33: D 34: C 35: C 36: B 37: D 38: C 39: C 40: B 2 - DENTISTA - SEDE DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT 01: A 02: D 03: C 04: C 05: C 06: B 07: C 08: C 09: D 10: Anulada 11: D 12: B 13: Anulada 14: B 15: Anulada 16: C 17:

Anulada 18: D 19: B 20: B 21: D 22: B 23: Anulada 24: D 25: C 26: D 27: B 28: B 29: Anulada 30: D 31: A 32: C 33: B 34: D 35: B 36: D 37: A 38: C 39: B 40: A 20 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (LIMPEZA E MANUTENÇÃO) - DISTRITO DE BRIANORTE 01: D 02: D 03: A 04: B 05: C 06: C 07: C 08: A 09: B 10: B 11: C 12: D 13: B 14: B 15: A 16: D 17: B 18: B 19: C 20: B 21: C 22: B 23: C 24: C 25: B 26: A 27: B 28: A 29: D 30: A 31: B 32: B 33: D 34: C 35: C 36: B 37: D 38: C 39: C 40: B 21 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (NUTRIÇÃO ESCOLAR) - SEDE DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT 01: D 02: D 03: A 04: B 05: C 06: C 07: C 08: A 09: B 10: B 11: C 12: D 13: B 14: B 15: A 16: D 17: B 18: B 19: C 20: B 21: C 22: B 23: C 24: C 25: B 26: A 27: B 28: A 29: D 30: A 31: B 32: B 33: D 34: C 35: C 36: B 37: D 38: D 39: B 40: C 22 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (NUTRIÇÃO ESCOLAR) - DISTRITO DE BRIANORTE 01: D 02: D 03: A 04: B 05: C 06: C 07: C 08: A 09: B 10: B 11: C 12: D 13: B 14: B 15: A 16: D 17: B 18: B 19: C 20: B 21: C 22: B 23: C 24: C 25: B 26: A 27: B 28: A 29: D 30: A 31: B 32: B 33: D 34: C 35: C 36: B 37: D 38: D 39: B 40: C 23 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (VIGILÂNCIA) - DISTRITO DE BRIANORTE 01: D 02: D 03: A 04: B 05: C 06: C 07: C 08: A 09: B 10: B 11: C 12: D 13: B 14: B 15: A 16: D 17: B 18: B 19: C 20: B 21: C 22: B 23: C 24: C 25: B 26: A 27: B 28: A 29: D 30: A 31: D 32: B 33: B 34: D 35: C 36: B 37: C 38: B 39: B 40: B 24 - AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO - SEDE DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT 01: D 02: D 03: A 04: B 05: C 06: C 07: C 08: A 09: B 10: B 11: C 12: D 13: B 14: B 15: A 16: D 17: B 18: B 19: C 20: B 21: C 22: B 23: C 24: C 25: B 26: A 27: B 28: A 29: D 30: A 31: B 32: A 33: D 34: C 35: D 36: A 37: B 38: D 39: C 40: A 25 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - SEDE DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT 01: D 02: D 03: A 04: B 05: C 06: C 07: C 08: A 09: B 10: B 11: C 12: D 13: B 14: B 15: A 16: D 17: B 18: B 19: C 20: B 21: C 22: B 23: C 24: C 25: B 26: A 27: B 28: A 29: D 30: A 31: C 32: C 33: B 34: C 35: D 36: B 37: B 38: B 39: D 40: B 26 - AGENTE DE COZINHA - SEDE DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT 01: C 02: B 03: A 04: B 05: C 06: D 07: A 08: D 09: B 10: B 11: A 12: C 13: D 14: B 15: A 16: C 17: D 18: A 19: B 20: D 21: C 22: B 23: C 24: C 25: B 26: A 27: B 28: A 29: D 30: A 31: B 32: B 33: D 34: C 35: C 36: B 37: D 38: D 39: B 40: C 27 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - SEDE DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT 01: C 02: B 03: A 04: B 05: C 06: D 07: A 08: D 09: B 10: B 11: A 12: C 13: D 14: B 15: A 16: C 17: D 18: A 19: B 20: D 21: C 22: B 23: C 24: C 25: B 26: A 27: B 28: A 29: D 30: A 31: B 32: B 33: D 34: C 35: C 36: B 37: D 38: C 39: C 40: B Página 2 de 4 PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA GABARITO OFICIAL 28 - COLETOR DE LIXO - SEDE DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT 01: C 02: B 03: A 04: B 05: C 06: D 07: A 08: D 09: B 10: B 11: A 12: C 13: D 14: B 15: A 16: C 17: D 18: A 19: B 20: D 21: C 22: B 23: C 24: C 25: B 26: A 27: B 28: A 29: D 30: A 31: B 32: D 33: C 34: C 35: B 36: B 37: A 38: B 39: B 40: D 29 - COVEIRO - SEDE DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT 01: C 02: B 03: A 04: B 05: C 06: D 07: A 08: D 09: B 10: B 11: A 12: C 13: D 14: B 15: A 16: C 17: D 18: A 19: B 20: D 21: C 22: B 23: C 24: C 25: B 26: A 27: B 28: A 29: D 30: A 31: B 32: D 33: C 34: B 35: C 36: C 37: B 38: B 39: C 40: A 3 - ENFERMEIRO - SEDE/DISTRITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT 01: A 02: D 03: C 04: C 05: C 06: B 07: C 08: C 09: D 10: Anulada 11: D 12: B 13: Anulada 14: B 15: Anulada 16: C 17: Anulada 18: D 19: B 20: B 21: D 22: B 23: Anulada 24: D 25: C 26: D 27: B 28: B 29: Anulada 30: D 31: A 32: C 33: B 34: C 35: B 36: A 37: D 38: C 39: C 40: D 30 - MECÂNICO - SEDE DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT 01: C 02: B 03: A 04: B 05: C 06: D 07: A 08: D 09: B 10: B 11: A 12: C 13: D 14: B 15: A 16: C 17: D 18: A 19: B 20: D 21: C 22: B 23: C 24: C 25: B 26: A 27: B 28: A 29: D 30: A 31: D 32: A 33: D 34: C 35: D 36: A 37: B 38: B 39: D 40: C 31 - MOTORISTA - DISTRITO DE BRIANORTE 01: C 02: B 03: A 04: B 05: C 06: D 07: A 08: D 09: B 10: B 11: A 12: C 13: D 14: B 15: A 16: C 17: D 18: A 19: B 20: D 21: C 22: B 23: C 24: C 25: B 26: A 27: B 28: A 29: D 30: A 31: A 32: C 33: C 34: D 35: C 36: B 37: D 38: C 39: D 40: B 32 - MOTORISTA - SEDE DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT 01: C 02: B 03: A 04: B 05: C 06: D 07: A 08: D 09: B 10: B 11: A 12: C 13: D 14: B 15: A 16: C 17: D 18: A 19: B 20: D 21: C 22: B 23: C 24: C 25: B 26: A 27: B 28: A 29: D 30: A 31: A 32: C 33: C 34: D 35: C 36: B 37: D 38: C 39: D 40: B 33 - OPERADOR DE MÁQUINAS LEVES - SEDE E DISTRITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT 01: C 02: B 03: A 04: B 05: C 06: D 07: A 08: D 09: B 10: B 11: A 12: C 13: D 14: B 15: A 16: C 17: D 18: A 19: B 20: D 21: C 22: B 23: C 24: C 25: B 26: A 27: B 28: A 29: D 30: A 31: A 32: D 33: C 34: B 35: D 36: C 37: D 38: D 39: D 40: B 34 - OPERADOR DE MOTONIVELADORA - SEDE DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT 01: C 02: B 03: A 04: B 05: C 06: D 07: A 08: D 09: B 10: B 11: A 12: C 13: D 14: B 15: A 16: C 17: D 18: A 19: B 20: D 21: C 22: B 23: C 24: C 25: B 26: A 27: B 28: A 29: D 30: A 31: A 32: D 33: C 34: B 35: D 36: C 37: D 38: D 39: B 40: C 4 - ENGENHEIRO SANITARISTA - SEDE/DISTRITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT 01: A 02: D 03: C 04: C 05: C 06: B 07: C 08: C 09: D 10: Anulada 11: D 12: B 13: Anulada 14: B 15: Anulada 16: C 17: Anulada 18: D 19: B 20: B 21: D 22: B 23: Anulada 24: D 25: C 26: D 27: B 28: B 29: Anulada 30: D 31: D 32: B 33: D 34: D 35: C 36: A 37: D 38: B 39: D 40: C Página 3 de 4 PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA GABARITO OFICIAL 5 - FARMACÊUTICO/BIOQUÍMICO - SEDE DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT 01: A 02: D 03: C 04: C 05: C 06: B 07: C 08: C 09: D 10: Anulada 11: D 12: B 13: Anulada 14: B 15: Anulada 16: C 17: Anulada 18: D 19: B 20: B 21: D 22: B 23: Anulada 24: D 25: C 26: D 27: B 28: B 29: Anulada 30: D 31: C 32: D 33: C 34: A 35: D 36: B 37: B 38: A 39: A 40: B 6 - FISIOTERAPEUTA - SEDE DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT 01: A 02: D 03: C 04: C 05: C 06: B 07: C 08: C 09: D 10: Anulada 11: D 12: B 13: Anulada 14: B 15: Anulada 16: C 17: Anulada 18: D 19: B 20: B 21: D 22: B 23: Anulada 24: D 25: C 26: D 27: B 28: B 29: Anulada 30: D 31: A 32: D 33: B 34: B 35: C 36: D 37: C 38: B 39: D 40: A 7 - MÉDICO - SEDE DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT 01: A 02: D 03: C 04: C 05: C 06: B 07: C 08: C 09: D 10: Anulada 11: D 12: B 13: Anulada 14: B 15: Anulada 16: C 17: Anulada 18: D 19: B 20: B 21: D 22: B 23: Anulada 24: D 25: C 26: D 27: B 28: B 29: Anulada 30: D 31: C 32: D 33: A 34: D 35: B 36: B 37: A 38: B 39: A 40: C 8 - MÉDICO VETERINÁRIO - SEDE/DISTRITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT 01: A 02: D 03: C 04: C 05: C 06: B 07: C 08: C 09: D 10: Anulada 11: D 12: B 13: Anulada 14: B 15: Anulada 16: C 17: Anulada 18: D 19: B 20: B 21: D 22: B 23: Anulada 24: D 25: C 26: D 27: B 28: B 29: Anulada 30: D 31: A 32: C 33: B 34: A 35: D 36: B 37: C 38: D 39: Anulada 40: B 9 - NUTRICIONISTA - SEDE/DISTRITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT 01: A 02: D 03: C 04: C 05: C 06: B 07: C 08: C 09: D 10: Anulada 11: D 12: B 13: Anulada 14: B 15: Anulada 16: C 17: Anulada 18: D 19: B 20: B 21: D 22: B 23: Anulada 24: D 25: C 26: D 27: B 28: B 29: Anulada 30: D 31: A 32: A 33: D 34: B 35: D 36: D 37: B 38: A 39: B 40: A Página 4 de 4

RESULTADO FINAL 1 - ASSISTENTE SOCIAL INSCRIÇÃO NOME NASC. POR CG ESP TÍT NOTA FINAL 0005950 ALEXANDRA ROCHA FERREIRA 26/10/1987 15,00 9,00 45,00 - 69,00 0003550 CÂNDIDA DA CRUZ SILVA 11/03/1967 5,00 9,00 39,00 - 53,00 0003910 MARIA GARDENIA DA SILVA 09/11/1970 15,00 12,00 51,00 - 78,00 0001510 YEDA CAMPOS FERNANDES 09/03/1982 17,50 12,00 45,00 1,50 76,00 Página 1 de 35 PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RESULTADO FINAL 10 - PROFESSOR (LICENCIATURA PLENA PEDAGOGIA) INSCRIÇÃO NOME NASC. POR CG ESP TÍT NOTA FINAL 0003230 ADNILCE LARA ARAUJO 06/03/1967 12,50 10,50 39,00 1,50 63,50 0004420 ALEXANDRE SILVEIRA IRBER 17/07/1984 - - - - - 0007080 ALZENIR HOFFIMANN 04/11/1977 12,50 7,50 18,00 - 38,00 0008690 ANGÉRLI DOS SANTOS VALÉRIO 20/11/1992 15,00 12,00

27,00 1,50 55,50 0003850 EDINA MEDINA CARDOSO 27/02/1983 15,00 12,00 36,00 - 63,00 0008350 ELIZABETH MARIA SILVA DE OLIVEIRA 16/07/1973 10,00 7,50 33,00 - 50,50 0005930 ELZENIRA NUNES DE ARAUJO 31/12/1977 20,00 9,00 39,00 1,50 69,50 0007790 IRONE DAMEDA LODI 20/06/1965 12,50 12,00 36,00 1,50 62,00 0007830 JANICE FERREIRA FILHA 27/05/1992 12,50 9,00 24,00 - 45,50 0000040 JESSICA MATOS BRITO 09/11/1994 - - - - - 0006350 JOLIETH CONCEIÇÃO RODRIGUES LEITE 08/12/1977 17,50 10,50 24,00 - 52,00 0004730 KATIA SILVANA GOMES FERNANDES 17/09/1982 15,00 9,00 45,00 - 69,00 0008450 LÍGIA CRISTINA KLEMP 20/08/1981 12,50 6,00 15,00 - 33,50 0004980 MARCIA CRISTINA DA ROCHA SILCA 21/04/1981 10,00 10,50 27,00 - 47,50 0002620 MARJANE DE FREITAS ANDRADE 06/04/1987 15,00 12,00 15,00 - 42,00 0001870 PATRICIA DE FATIMA TOME 21/02/1986 10,00 7,50 27,00 - 44,50 0007360 PAULO CEZAR GOMES MATEUS 20/02/1975 12,50 12,00 24,00 - 48,50 0001390 REGINA MUNHOZ GARCIA 18/03/1978 20,00 10,50 15,00 1,50 47,00 0002500 REGINALDO DE MELO SANTOS 09/02/1986 10,00 12,00 36,00 - 58,00 0000230 ROSILENE DE SOUZA RODRIGUES 02/09/1992 - - - - - 0007140 SAMERA MIZIARA DA SILVA LIMA 29/09/1984 12,50 7,50 36,00 - 56,00 0008340 SIMONE DA CRUZ MONTANHA 31/08/1974 12,50 15,00 33,00 1,50 62,00 0005970 SONIA MARIA ROSA LEITE 26/10/1973 15,00 7,50 33,00 1,50 57,00 Página 2 de 35 PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RESULTADO FINAL 11 - PSICÓLOGO INSCRIÇÃO NOME NASC. POR CG ESP TÍT NOTA FINAL 0001420 AKUELINE CORDEIRO PADILHA 13/04/1986 17,50 9,00 36,00 - 62,50 0007640 AMANDA CHRISTINA MOREIRA SCHNEIDER 14/09/1994 20,00 9,00 36,00 - 65,00 0004560 ANA CARLA CELLONI PAZZINATTO 25/11/1981 17,50 10,50 39,00 - 67,00 0001750 ANGELA RODRIGUES DA COSTA 05/11/1982 - - - - - 0004850 DJHEIMESON BOJARSKI DA SILVA 28/12/1990 17,50 15,00 36,00 - 68,50 0000850 EDILAINE BORGES DE CARVALHO 06/02/1995 - - - - - 0003020 FERNANDA CARVALHO DA SILVA 06/07/1989 12,50 10,50 36,00 - 59,00 0000390 JANAÍNA SECCHI PEREIRA 13/02/1990 15,00 9,00 27,00 - 51,00 0004660 LUDMYLLER JESSÉ BUSS 27/09/1993 - - - - - 0001370 MARCIO CESAR CABALHEIRO DE CARVALHO 30/11/1991 10,00 12,00 45,00 - 67,00 0000900 NAYSI ANGELICA DE OLIVEIRA 12/01/1994 - - - - - 0008040 PATRÍCIA ALVES BERNARDES 07/03/1995 15,00 6,00 39,00 - 60,00 0000640 PRISCILA SIQUEIRA 04/11/1981 - - - - - 0005450 RÔNYCA CORREA BARBOSA 15/03/1988 10,00 10,50 27,00 - 47,50 0006890 TAMIRES STEFANY DE ARAUJO SILVA 21/06/1994 - - - - - Página 3 de 35 PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RESULTADO FINAL 12 - FISCAL DE TRIBUTOS INSCRIÇÃO NOME NASC. POR CG INF ESP NOTA FINAL 0008700 ANA PAULA COSTA DOS SANTOS 09/04/1996 5,00 6,00 4,00 15,00 30,00 0000070 BENEDITO SERGIO DA SILVA 01/03/1987 10,00 14,00 6,00 27,00 57,00 0007880 CARLOS ROBERTO DA SILVA 30/07/1965 7,50 12,00 8,00 12,00 39,50 0000420 EDI JUNIOR APARECIDO ROCHA 12/10/1985 - - - - - 0004120 MARCO ANTONIO SOUZA E SILVA 30/07/1982 - - - - - 0002110 MAYSA DA SILVA SOUZA 18/12/1990 10,00 10,00 4,00 33,00 57,00 0007320 MICHEL ROQUE DA SILVA ESPINOSA 25/10/1989 - - - - - 0007860 MICHELLI CAMARGO PEDRO 27/08/1985 20,00 16,00 10,00 21,00 67,00 0006840 OSMAR ARAUJO FIGUEREDO 20/11/1983 - - - - - 0002170 ROBERTO HENRIQUE FIGUEIREDO 11/12/1989 - - - - - 0001820 ROSANA BOEING DE CARVALHO 22/04/1973 10,00 12,00 6,00 27,00 55,00 0002400 TAMARA CARDOSO DE OLIVEIRA 17/05/1997 - - - - - Página 4 de 35 PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RESULTADO FINAL 13 - TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR) INSCRIÇÃO NOME NASC. POR CG INF ESP NOTA FINAL 0005500 ALDA MARIA DA SILVA 06/03/1983 - - - - - 0007240 ANA CLAUDIA RODRIGUES ALVES 21/05/1999 15,00 8,00 8,00 21,00 52,00 0000200 ANDREZA SILVA SANTOS 14/11/1994 12,50 12,00 8,00 27,00 59,50 0006270 ANTONIA APARECIDA DE OLIVEIRA FAVA 16/04/1977 10,00 14,00 2,00 15,00 41,00 0007230 CARLOS CESAR DE ARRUDA 26/06/1985 12,50 14,00 6,00 30,00 62,50 0007780 CLAUDIA BEATRICE PEIXOTO DA SILVA 28/03/1970 15,00 10,00 6,00 24,00 55,00 0001260 CRISTIANE MARIA DE JESUS 21/12/1982 5,00 10,00 6,00 21,00 42,00 0000260 DAIANE DE PAULA GRANDO 09/09/1982 5,00 8,00 6,00 18,00 37,00 0007710 DANIELLE CRISTIANE VALUTKY 26/01/1977 10,00 10,00 8,00 27,00 55,00 0006540 DEBORA DAIANE TOMAZ DE AQUINO 20/06/1994 7,50 6,00 6,00 15,00 34,50 0003360 DOUGLAS VIDAL DEMETRIO 10/08/1997 - - - - - 0000910 EDCAREN SABRINA PINHEIRO 01/10/1987 12,50 14,00 6,00 27,00 59,50 0005270 EDUARDO WALTER PINTO 11/01/1984 7,50 10,00 8,00 27,00 52,50 0006640 ESTEFANIA ADRIELY SOUZA MELO ROSSI 20/12/1992 5,00 10,00 6,00 24,00 45,00 0002390 EVERTON HIAGO GIL ALFEN 20/03/1984 7,50 10,00 8,00 12,00 37,50 0001190 FATIMA FERNANDES GOLICZESKI 06/04/1985 7,50 14,00 8,00 18,00 47,50 0007950 FERNANDA FERREIRA DA COSTA 24/06/1998 5,00 16,00 4,00 12,00 37,00 0004620 GABRIEL ALMEIDA CARBALLO 06/05/1998 10,00 10,00 8,00 27,00 55,00 0006800 ISABELA FERREIRA DA SILVA BORBA 06/05/1998 15,00 6,00 4,00 21,00 46,00 0007680 JESSICA ARIELI MORAES DE CARVALHO 10/03/1993 10,00 12,00 4,00 24,00 50,00 0003130 JUCELINA MARIA ARAUJO DA SILVA 05/07/1974 2,50 12,00 4,00 12,00 30,50 0006550 KARINNE GOMES DE LIMA 23/06/1995 15,00 10,00 6,00 24,00 55,00 0004310 KÉTURA GABRIEL DA SILVEIRA SILVA 07/07/1988 - - - - - 0001890 LUCAS SILVA JACINTO DOS SANTOS 17/02/1996 7,50 14,00 10,00 27,00 58,50 0005380 LUCIANA CARRILHO MARTINEZ 17/08/1975 5,00 12,00 6,00 27,00 50,00 0001620 NADABE FLORES DE FREITAS JUNIOR 05/03/1990 - - - - - 0006030 NUBIA TORRES MACEDO 28/07/1994 7,50 10,00 8,00 24,00 49,50 0003240 RENATA DA SILVA PINTO SINOTTI 30/03/1988 - - - - - 0002140 SANDRA DOS SANTOS PIMENTA ELIAS DE OLIVEIRA 30/06/1973 - - - - - 0000470 SILVANA DRUZIANO RIBEIRO 03/03/1973 15,00 20,00 6,00 36,00 77,00 0000680 SILVANA MAKUS SCHOLZ 09/09/1991 7,50 16,00 10,00 30,00 63,50 0002250 TATIANE VANESSA BOGO 16/04/1987 10,00 10,00 6,00 18,00 44,00 0002410 WELLINGTON JOSÉ ARANTES SOUZA 28/08/1987 7,50 8,00 4,00 12,00 31,50 0005780 ZÉLIA DARON KURPEL 22/12/1971 12,50 12,00 6,00 12,00 42,50 Página 5 de 35 PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RESULTADO FINAL 14 - TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR) INSCRIÇÃO NOME NASC. POR CG INF ESP NOTA FINAL 0001210 ANA PAULA DE ANDRADE BARBOSA 17/07/1989 - - - - - 0004930 CRISTINA APARECIDA DA SILVA PEREIRA 26/10/1992 12,50 8,00 8,00 24,00 52,50 0006910 DANIEL SILVA MELO CATULIO 05/11/1993 15,00 10,00 8,00 30,00 63,00 0001170 DANIELI DIAS MARTELO 22/09/1997 5,00 6,00 4,00 12,00 27,00 0006060 FRANCINETE NUNES GONÇALVES CARVALHO 30/11/1975 12,50 6,00 2,00 18,00 38,50 0008500 IVANILDE FERREIRA SANTANA 30/09/1974 7,50 8,00 4,00 18,00 37,50 0007510 JULIO CESAR OLIVEIRA DA SILVA 24/05/1992 10,00 10,00 6,00 18,00 44,00 0002160 KARINA DE MATOS FREITAS 28/06/1996 7,50 8,00 4,00 12,00 31,50 0000930 KEZIA FREZ DE SOUZA 09/07/1992 5,00 10,00 6,00 21,00 42,00 0004110 LUCIANA JAQUELINE DOS SANTOS MARTINS 23/05/1990 7,50 4,00 6,00 30,00 47,50 0008010 MARCIA SANTANA DIAS 03/12/1972 5,00 8,00 4,00 9,00 26,00 0004500 MÁRCIO ADRIANO HUBNER 05/10/1983 - - - - - 0002010 MARIA FERNANDA JACINTO DOS SANTOS 05/02/1999 12,50 16,00 4,00 27,00 59,50 0005470 MICHELE FERNANDA CARRILHO MARTINEZ 22/06/1983 2,50 12,00 6,00 36,00 56,50 0006290 OSMARINA GADEIA BERNARDINO 20/02/1981 7,50 12,00 4,00 24,00 47,50 0003050 PATRICIA VIDAL DA SILVA 17/03/1998 5,00 12,00 4,00 18,00 39,00 0007400 RENATO CAMPOS DE FIGUEIREDO 09/10/1991 12,50 8,00 8,00 12,00 40,50 0005410 ROSINEIDE ALEIXO 30/01/1970 17,50 14,00 2,00 24,00 57,50 0007220 ROZILENE MENDES DA SILVA 28/04/1985 7,50 6,00 6,00 24,00 43,50 0003650 SILVANIA CANDIDO BATISTA DA SILVA 21/08/1989 10,00 10,00 6,00 24,00 50,00 0003470 SUELI MARIA DA SILVA 31/03/1967 10,00 8,00 6,00 18,00 42,00 Página 6 de 35 PREFEITURA MUNI-

CIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RESULTADO FINAL 15 - TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR) INSCRIÇÃO NOME NASC. POR CG INF ESP NOTA FINAL 0003620 ANA PAULA VIEIRA DE BRITO 12/11/1998 7,50 6,00 6,00 27,00 46,50 0001950 DRIELLI OLIVEIRA DE ALMEIDA 18/02/1996 - - - - - 0005730 ELIANE COSMO DA SILVA LEITE 02/03/1983 - - - - - 0005850 ELISET APARECIDA CAMARGO 28/09/1985 15,00 10,00 8,00 21,00 54,00 0006820 IVONE DE ASSIS FILHO 12/03/1977 12,50 10,00 6,00 24,00 52,50 0001200 JAKELINE EUGENIA RAMOS 07/09/1998 10,00 12,00 8,00 30,00 60,00 0007820 JANAINA FLORENTINO DOS SANTOS 29/05/1995 7,50 8,00 6,00 27,00 48,50 0005580 JOSIANE MARIA DA SILVA 27/05/1987 - - - - - 0002570 LUCIANE NUNES DA SILVA 12/10/1978 12,50 10,00 4,00 33,00 59,50 0007740 ROSIMEIRE JULIE STANFER 24/01/1965 5,00 12,00 6,00 0,00 23,00 0003410 SAVILE SANTOS DA SILVA 11/05/1998 7,50 12,00 4,00 30,00 53,50 0008410 SILVIA MENDOÇA GARCEZ 14/10/1975 - - - - - 0007840 TATIANE MENDES DE OLIVEIRA 28/05/1987 10,00 10,00 4,00 9,00 33,00 0001780 WENDERSON MENDES DE OLIVEIRA 21/12/1989 5,00 8,00 6,00 27,00 46,00 Página 7 de 35 PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RESULTADO FINAL 16 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM INSCRIÇÃO NOME NASC. POR CG INF ESP NOTA FINAL 0008070 JOSIANA MARIA PEREIRA 04/06/1987 7,50 10,00 8,00 24,00 49,50 0001410 KEVELLYN HONORATA DE SOUSA DIAS 10/11/1989 5,00 12,00 6,00 18,00 41,00 Página 8 de 35 PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RESULTADO FINAL 17 - TÉCNICO AGRÍCOLA INSCRIÇÃO NOME NASC. POR CG INF ESP NOTA FINAL 0001040 JAKSON VAGNER AMORIM DE OLIVEIRA 11/04/1990 7,50 8,00 10,00 33,00 58,50 0006570 LEANDRO MARCOLINO DA ROCHA SILVA 18/04/1983 2,50 10,00 4,00 21,00 37,50 0002090 LUCILENE BRESSAN 02/09/1986 12,50 12,00 6,00 30,00 60,50 Página 9 de 35 PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RESULTADO FINAL 17 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM INSCRIÇÃO NOME NASC. POR CG INF ESP NOTA FINAL 0002260 ADRIANA MARIA DOS SANTOS 21/06/1978 2,50 10,00 6,00 18,00 36,50 0002880 ALESSANDRA MOREIRA 28/05/1985 2,50 12,00 4,00 21,00 39,50 0005000 DEBORA NERY SPENGLER 06/12/1986 10,00 8,00 4,00 15,00 37,00 0003350 ELLEN DA SILVA MONASKI 01/06/1984 17,50 6,00 8,00 27,00 58,50 0006870 JOSE RONALDO AUGUSTO 29/10/1981 12,50 14,00 4,00 27,00 57,50 0007310 ROSANA MARIA VIEIRA 20/01/1984 - - - - - 0008380 VALDENICE APARECIDA DA COSTA 30/04/1977 10,00 12,00 4,00 21,00 47,00 0000090 VALDIONIDA CANDIDO DE MADUREIRA DE ALMEIDA ALVES 04/12/1982 5,00 10,00 4,00 12,00 31,00 0008030 VERA LUCIA MENDES CARDOSO 03/05/1970 7,50 12,00 4,00 24,00 47,50 0007850 YASMIN SILVA ROCHA 13/02/1995 5,00 8,00 6,00 24,00 43,00 Página 10 de 35 PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RESULTADO FINAL 18 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (LIMPEZA E MANUTENÇÃO) INSCRIÇÃO NOME NASC. POR MAT CG ESP NOTA FINAL 0006830 CARLIANE LOURENÇO DA SILVA 23/06/1988 - - - - - 0008600 CLEONICE MACEDO DE OLIVEIRA 13/09/1983 7,50 6,00 8,00 3,50 25,00 0005530 DEBORA ARISTIDES DOS SANTOS 25/07/1990 2,50 4,00 12,00 14,00 32,50 0000960 FRANCINALVA COSTA DE ARAUJO 02/07/1987 - - - - - 0006610 LILIAN CRISTINA SCHLOSSER 08/01/1986 7,50 16,00 18,00 14,00 55,50 0007070 LUZIA GASPAR DA SILVA 25/03/1982 7,50 12,00 16,00 17,50 53,00 0000180 MARIA ROZILENE ALVES BARBOSA 08/02/1975 0,00 0,00 4,00 0,00 4,00 0004820 ROSANGELA FERREIRA DE LIMA 10/05/1974 - - - - - 0003040 ROSEMEIRE DOS SANTOS DE ANDRADE 17/11/1989 12,50 18,00 14,00 28,00 72,50 0004260 ROSENEIDE DA SILVA 18/12/1976 0,00 0,00 2,00 7,00 9,00 0003100 ROSILDA RODRIGUES 24/04/1977 7,50 12,00 12,00 10,50 42,00 0002950 SILVANI FERNANDES DA SILVA 26/10/1981 2,50 4,00 6,00 10,50 23,00 0003540 SUELI DIAS DE ALVARENGA 30/04/1985 7,50 10,00 8,00 7,00 32,50 0003680 VANESSA CASTRO DOS SANTOS 08/07/1985 12,50 10,00 8,00 24,50 55,00 Página 11 de 35 PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RESULTADO FINAL 2 - DENTISTA INSCRIÇÃO NOME NASC. POR CG ESP TÍT NOTA FINAL 0002450 APARECIDA DA SILVA BELA 20/02/1981 - - - - - 0001000 BISMARCK SILVA DO CARMO 03/08/1995 - - - - - 0007560 CAROLINE SANTANA OLIVEIRA 21/01/1989 12,50 15,00 39,00 - 66,50 0005670 CAROLINE GOIS NICARETTA 03/10/1993 20,00 12,00 39,00 - 71,00 0006210 CECILIA CAROLINE DE SOUZA PINHEIRO 07/02/1996 22,50 6,00 48,00 - 76,50 0003380 DANDARA MOTA GOMES 29/01/1993 - - - - - 0006920 DIANA CARILIA SILVA DE LIMA 05/09/1980 - - - - - 0008060 DOANY COSTA MOURA 22/06/1993 10,00 10,50 30,00 - 50,50 0008210 EMANUELE CRISTINA ROCHA COSTA 12/11/1983 20,00 12,00 42,00 - 74,00 0000440 GABRIELA TAQUES MONTEIRO 25/11/1993 - - - - - 0002270 KAROLINE SERIGIOLLI 27/08/1994 12,50 9,00 39,00 - 60,50 0007980 LETTICIA KRYSTELL PERES TEIXEIRA 01/09/1996 15,00 13,50 39,00 - 67,50 0003730 MAIARA MARTINS CARDOSO 19/08/1993 - - - - - 0000220 PAULA CATARINE VIANA 13/01/1995 - - - - - 0006480 PAULO RICARDO RAMOS SALES OLIVEIRA 13/07/1984 15,00 10,50 51,00 - 76,50 0001430 RAFFAEL MARCOS FELISBERTO RAMOS 14/04/1984 - - - - - 0000600 TÁSSIA GABRIELLA RODRIGUES EGUES 11/07/1995 17,50 10,50 36,00 - 64,00 0008050 TATIANA PILATTI FELIPE 02/01/1991 - - - - - Página 12 de 35 PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RESULTADO FINAL 20 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (LIMPEZA E MANUTENÇÃO) INSCRIÇÃO NOME NASC. POR MAT CG ESP NOTA FINAL 0008150 JUCILEIA GOUVEA VALENTIM 28/01/1981 7,50 12,00 10,00 10,50 40,00 0003690 THAYZA MARA BATISTA VIEIRA 14/03/1980 - - - - - 0008580 WERICA DOS SANTOS JACYNTHO 16/10/1983 10,00 16,00 14,00 17,50 57,50 Página 13 de 35 PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RESULTADO FINAL 21 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (NUTRIÇÃO ESCOLAR) INSCRIÇÃO NOME NASC. POR MAT CG ESP NOTA FINAL 0007600 FABIANA SILVEIRA DE SOUZA 11/08/1997 10,00 12,00 14,00 21,00 57,00 0005250 FRANCINETE MARTINS DA COSTA 25/03/1976 5,00 8,00 18,00 24,50 55,50 0004950 JOCIMARA ARANTES BEZERRA 15/05/1991 7,50 14,00 14,00 14,00 49,50 0007160 MANOEL JOAO DE OLIVEIRA 23/10/1975 7,50 12,00 14,00 24,50 58,00 0007670 MARILIA SARAIVA DE SOUZA 28/09/1995 5,00 12,00 18,00 31,50 66,50 0006280 MARINALVA ALVES DA SILVA 03/05/1983 10,00 16,00 18,00 21,00 65,00 0008100 ROSANA DE BRITO 05/09/1980 0,00 8,00 2,00 7,00 17,00 0006850 TATIANA AVELINA DE OLIVEIRA 15/04/1982 - - - - - 0003640 TERESA DIAS MARTELO 04/04/1971 2,50 4,00 10,00 3,50 20,00 Página 14 de 35 PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RESULTADO FINAL 22 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (NUTRIÇÃO ESCOLAR) INSCRIÇÃO NOME NASC. POR MAT CG ESP NOTA FINAL 0003340 CALINE DA SILVA SANTOS 20/12/1991 7,50 14,00 10,00 14,00 45,50 Página 15 de 35 PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RESULTADO FINAL 23 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (VIGILÂNCIA) INSCRIÇÃO NOME NASC. POR MAT CG ESP NOTA FINAL 0008200 EDILSON BISPO DO CARMO 30/06/1975 7,50 14,00 10,00 21,00 52,50 0002830 MARIO DE PAULA 17/06/1957 5,00 2,00 0,00 3,50 10,50 0007120 MARTINS DA SILVA SANTOS 30/10/1997 17,50 20,00 18,00 28,00 83,50 0007650 MONICA HINGRIT GOMES PARANGABA 27/12/1995 12,50 10,00 12,00 17,50 52,00 0002890 ROGERIO APARECIDO LIMA DE PAULA 17/02/1993 10,00 12,00 16,00 21,00 59,00 Página 16 de 35 PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RESULTADO FINAL 24 - AUXILIAR DE CONSULTÓ-

RIO DENTÁRIO INSCRIÇÃO NOME NASC. POR MAT CG ESP NOTA FINAL 0008530 ANA KAROLINE GARCIA FERREIRA 24/07/1999 5,00 2,00 6,00 7,00 20,00 0007180 ANA PAULA VILAS BOAS AUGUSTO 09/12/1985 10,00 12,00 18,00 14,00 54,00 0001180 GEANI STEFANY INÁCIO ANDRADE 09/06/1999 - - - - - 0001830 MARLENE VIDAL DA SILVA 16/08/1978 10,00 10,00 12,00 10,50 42,50 0008720 RENATA RIATTO CHAGAS 14/05/1992 7,50 12,00 10,00 17,50 47,00 Página 17 de 35 PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RESULTADO FINAL 25 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA INSCRIÇÃO NOME NASC. POR MAT CG ESP NOTA FINAL 0002220 ANA PAULA DE LIMA 12/10/1998 12,50 8,00 10,00 14,00 44,50 0007960 BIANCA LOURRANE DA SILVA BATISTA 24/08/1998 7,50 6,00 12,00 14,00 39,50 0003450 DANIEL FERREIRA DA SILVA 21/09/1992 - - - - - 0003800 EDEMAR RODRIGUES DOS SANTOS 02/08/1991 7,50 14,00 14,00 17,50 53,00 0008160 EDSON DONIZETE TREVIZAM 21/12/1976 - - - - - 0000820 FLAVIA DE PADUA SOUZA DIAS 26/07/1984 5,00 8,00 10,00 28,00 51,00 0002030 GEOVANI JESUS FRANCO 03/08/1998 10,00 10,00 10,00 28,00 58,00 0002020 HUGO FELIPE DA SILVA CELESTINO 17/11/1997 15,00 16,00 16,00 14,00 61,00 0002640 ITATIANE CATARINA GUERRA 01/03/1990 - - - - - 0008310 JEFFERSON PAIXÃO BORGES 20/07/1989 5,00 12,00 8,00 14,00 39,00 0007260 JOSE ALEXSANDRO ANJOS DOS SANTOS 19/08/1996 5,00 12,00 12,00 17,50 46,50 0001160 LUCIANO LEITE INÁCIO ANDRADE 07/08/1990 - - - - - 0003670 LUCIANO PENHA MARTINS 25/02/1978 - - - - - 0006690 LUCIMARA OLIVEIRA DE DEUS 21/05/1993 10,00 14,00 16,00 21,00 61,00 0005540 MARCIELLY GONÇALVES DE PAULA 21/06/1995 - - - - 0002520 MARIA DE FÁTIMA CORDEIRO FERREIRA SILVA 18/04/1971 5,00 10,00 10,00 14,00 39,00 0003200 MARIA SEBASTIANA HENRIQUE 23/01/1967 15,00 12,00 10,00 17,50 54,50 0000720 MARIANE FERREIRA SILVA SPITZ 20/11/1991 10,00 16,00 18,00 21,00 65,00 0007330 MICHEL ROQUE DA SILVA ESPINOSA 25/10/1989 - - - - - 0006720 NILTON VALÉRIO DA SILVA FERREIRA 02/11/1988 5,00 10,00 12,00 21,00 48,00 0003510 NUBIA DE OLIVEIRA ANASTACIO 20/07/1998 5,00 10,00 12,00 7,00 34,00 0002900 PAULA MAYARA DA SILVA 30/12/1996 - - - - - 0007340 RODRIGO CONCEIÇÃO 04/09/1985 10,00 18,00 16,00 17,50 61,50 0007270 RONALDO AP. ROCHA ORNELAS 21/06/1984 10,00 18,00 14,00 31,50 73,50 0006020 SIRLEIDI ALCANTARA E SILVA 04/09/1978 10,00 8,00 10,00 7,00 35,00 0008130 WALCIR DA SILVA AREDES 26/03/1980 12,50 20,00 14,00 17,50 64,00 Página 18 de 35 PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RESULTADO FINAL 26 - AGENTE DE COZINHA INSCRIÇÃO NOME NASC. POR MAT CG ESP NOTA FINAL 0002720 DANIELE TIMOTEO SANTOS 09/05/1990 15,00 10,00 14,00 21,00 60,00 0006340 EDINA FERREIRA PAULA 13/04/1963 10,00 10,00 12,00 10,50 42,50 0004810 JANAINA BERNARDES DE SOUZA 30/12/1986 15,00 8,00 16,00 28,00 67,00 0004090 JOSEHILDA SILVA MENDES SILVA 15/05/1982 12,50 8,00 14,00 24,50 59,00 0008170 JOSEILDA MARIA DOS SANTOS 21/05/1991 - - - - - 0002910 JOYCE RITA DE BARROS 29/06/1998 10,00 4,00 8,00 24,50 46,50 0006120 LAURENE APARECIDA DA SILVA FICHA 10/04/1993 5,00 10,00 12,00 10,50 37,50 0008080 LAURENICE PEREIRA BALIEIRO 18/10/1968 2,50 8,00 12,00 7,00 29,50 0005020 MARIA APARECIDA FERREIRA VALENTIM 07/04/1988 10,00 4,00 14,00 24,50 52,50 0005490 NIZOMAR DE SOUZA SANTOS 17/08/1982 2,50 0,00 0,00 0,00 2,50 0006770 RAFAELA SANTOS DA SILVA 14/08/1993 12,50 10,00 12,00 17,50 52,00 0005900 SILVANO DE ARRUDA E SILVA 28/11/1978 - - - - - 0008610 TATIANA AVELINA DE OLIVEIRA 15/04/1982 10,00 6,00 8,00 14,00 38,00 0005920 VANDERLUCIA PÍNTO DE OLIVEIRA 09/09/1985 5,00 8,00 6,00 10,50 29,50 0005070 VANESSA CHAVES DE SOUZA 22/11/1992 15,00 6,00 4,00 7,00 32,00 0008710 ZILDA DE SOUZA OLIVEIRA 11/02/1972 2,50 4,00 4,00 7,00 17,50 Página 19 de 35 PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RESULTADO FINAL 27 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS INSCRIÇÃO NOME NASC. POR MAT CG ESP NOTA FINAL 0008400 AGENOR GOMES DOS SANTOS 26/05/1956 2,50 0,00 0,00 0,00 2,50 0003990 ANTONIO MARCOS DA COSTA 22/06/1970 2,50 4,00 10,00 14,00 30,50 0007580 ELYJUNER DE OLIVEIRA SILVA 27/09/1993 12,50 16,00 16,00 21,00 65,50 0004250 GUSTAVO PIRES DOS SANTOS 05/05/1991 7,50 10,00 14,00 14,00 45,50 0000330 JHADD HAMMAD ALABI SOBRINHO 17/07/1984 - - - - - 0001090 JOCI DE OLIVEIRAPINHEIRO 09/11/1967 10,00 4,00 6,00 3,50 23,50 0004840 JOSE VALERIO DE SOUZA 12/10/1987 17,50 2,00 12,00 24,50 56,00 0007690 MILENE MATOS DA SILVA TEIXEIRA 23/08/1977 7,50 6,00 10,00 17,50 41,00 0007700 MIRELLY FERNANDA MATOS DE LARA 07/11/1998 12,50 4,00 10,00 17,50 44,00 0008140 SONIA PINTO DE OLIVEIRA 18/01/1971 0,00 2,00 8,00 7,00 17,00 0004440 THAIS DE JESUS NETO 18/06/1997 - - - - - Página 20 de 35 PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RESULTADO FINAL 28 - COLETOR DE LIXO INSCRIÇÃO NOME NASC. POR MAT CG ESP NOTA FINAL 0004370 JOSÉ FRANCISCO DOS SANTOS 20/08/1965 15,00 2,00 12,00 3,50 32,50 0003900 LUIZ JOSÉ DA SILVA FILHO 08/12/1956 - - - - - 0005430 OTACILIO CARDOSO GUEDES 20/10/1950 0,00 6,00 6,00 10,50 22,50 Página 21 de 35 PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RESULTADO FINAL 3 - ENFERMEIRO INSCRIÇÃO NOME NASC. POR CG ESP TÍT NOTA FINAL 0000970 ADILENE MARIA DA SILVA 21/12/1988 17,50 12,00 39,00 - 68,50 0007660 ADRIANA ANTUNES DE MATOS PEREIRA 09/11/1983 15,00 12,00 36,00 - 63,00 0006310 ALESSANDRO FAUSTINO POLASTRINI 10/03/1985 15,00 12,00 36,00 - 63,00 0003870 ALINE PORFÍRIO DA SILVA 02/04/1995 12,50 9,00 36,00 - 57,50 0007620 ALINE SIMAO DOMBOROWSKI 19/03/1990 - - - - - 0008660 ALVAÍSE BRITO GUIMARÃES 26/01/1994 15,00 12,00 42,00 - 69,00 0004060 ANA CLÁUDIA BATISTTI 13/03/1993 15,00 6,00 48,00 - 69,00 0000630 BERNARDA COSTA DOS SANTOS NETA PEREIRA 12/12/1981 12,50 9,00 30,00 - 51,50 0001120 BRUNA RAYELI GROTH 12/01/1989 20,00 12,00 42,00 - 74,00 0000360 BRUNA SOARES DE FREITAS 26/06/1994 - - - - - 0007410 CAMILA DANIELE LOURENÇO BORGES 29/09/1989 - - - - - 0007610 CAMILA PORFIRIO DA SILVA 08/06/1991 12,50 9,00 36,00 - 57,50 0002660 CLAUDIO MAGRI 19/07/1981 20,00 13,50 42,00 1,50 77,00 0001310 CLÁUDIO MENDES DOS SANTOS JUNIOR 09/06/1993 15,00 12,00 39,00 - 66,00 0006900 DAIANA JANNER DA CRUZ 21/07/1987 5,00 6,00 39,00 - 50,00 0006320 DAIANY CHRISTINA DE ARAUJO CAMPOS 07/06/1989 15,00 12,00 36,00 - 63,00 0007970 DANIELA DE OLIVEIRA SOARES 02/06/1992 12,50 12,00 39,00 - 63,50 0003160 DEYZE PINHEIRO AMADOR 03/12/1995 15,00 10,50 45,00 - 70,50 0003190 DULCINÉIA DE PINHO SILVA 04/08/1995 10,00 9,00 36,00 - 55,00 0004740 ELIAMARA FERNANDES SILVA 28/04/1990 15,00 13,50 39,00 - 67,50 0005690 ÉRICA BAGGIO 21/08/1993 12,50 7,50 42,00 - 62,00 0004210 GABRIELA AMARO SANTOS SILVA 26/08/1995 15,00 7,50 36,00 - 58,50 0001880 GABRIELA DOS SANTOS GERALDES 09/02/1990 20,00 13,50 39,00 1,50 74,00 0002840 GABRIELA MAYARA DE CARVALHO 07/11/1992 - - - - - 0004240 GLAUCIA PEREIRA DO NASCIMENTO 30/03/1986 20,00 10,50 48,00 - 78,50 0000560 GRAZIELI ANDRESSA JACOMINI 02/10/1992 10,00 7,50 39,00 - 56,50 0003140 HUGO GIOVANE LEAL BLECHA 08/11/1985 15,00 13,50 42,00 - 70,50 0008430 ILMA CORDEIRO MEDRADO DOS SANTOS 07/01/1983 15,00 13,50 42,00 1,50 72,00 0001030 INGRID KARLA CORRÊA 22/04/1993 20,00 13,50 36,00 - 69,50 0004490 ITALO RAMON DE ALMEIDA OLIVEIRA 30/07/1991 17,50 9,00 33,00 - 59,50 0006470 IVONERI BAITIRA BORGES DE OLIVEIRA 04/06/1973 - - - - 0004690 JAQUELINE COUTO BEZERRA 18/12/1993 - - - - - 0001400 JÉSSIKA RODRIGUES COSTA 08/03/1992 12,50 10,50 45,00 - 68,00 0005130 JOÃO MOREIRA DE LUNA 08/08/1964 15,00 15,00 39,00 1,50 70,50 0003310 JULIANA BANDEIRA 03/02/1992 10,00 10,50 45,00 - 65,50 0007720 JULIANA ESPINDOLA SANTANA 22/11/1989 15,00 10,50 45,00 - 70,50 0006440 JULIANA MARRA SEPULVEDA 09/12/1988 17,50 9,00 36,00 - 62,50 0008490 JU-

LIANDRE ARRUDA DO AMARAL 16/10/1984 15,00 6,00 39,00 - 60,00 0006150 KAREN NEVES DE ASSIS 01/06/1995 20,00 12,00 39,00 - 71,00 0008250 KATIA REJANE DE OLIVEIRA SANTOS 06/05/1982 12,50 7,50 36,00 - 56,00 0008640 LAÍS FERNANDA FERREIRA ALVES 12/11/1987 17,50 13,50 45,00 - 76,00 0002610 LAURIANE MARIA DA SILVA 10/12/1986 - - - - - 0007450 LAYANE KAROLINE DE SOUZA OLIVEIRA 15/08/1995 17,50 6,00 30,00 - 53,50 0002980 LEONAM SILVA CRUZ 12/05/1993 - - - - - 0005810 LETÍCIA PAES BERTI 30/05/1988 20,00 9,00 36,00 1,50 66,50 0002960 LISA FRANÇA CARVALHO 23/03/1990 - - - - - 0000030 LUANA DENISE MORISSO 24/04/1994 10,00 6,00 39,00 - 55,00 0000280 LUANDA DE ALMEIDA CURCIO 07/03/1991 17,50 7,50 36,00 - 61,00 0003980 LUCIA KALINOSKI SPULDAR 28/10/1966 - - - - - Página 22 de 35 PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RESULTADO FINAL 0001300 MAGDA SOARES DA SILVA 22/07/1989 15,00 10,50 36,00 - 61,50 0000190 MAISE CRISTINA DA SILVA 20/09/1990 20,00 12,00 36,00 - 68,00 0000620 MARIA ISABEL PERES CASTILHO ANDREOTTI 21/11/1981 10,00 10,50 27,00 - 47,50 0006370 MARILU DE OLIVEIRA SALES 23/03/1988 - - - - - 0003930 MARYHELEN BIRKHAHN SILVA 17/11/1981 17,50 12,00 51,00 - 80,50 0006530 MICHELA TATIANE DE SOUZA PAPADIUK 22/10/1988 22,50 13,50 33,00 - 69,00 0006950 MICHELE ANDRESSA GASPAR DA SILVA 03/03/1992 10,00 10,50 36,00 - 56,50 0000610 NATHALIA FERNANDES 12/09/1988 15,00 13,50 45,00 1,50 75,00 0001610 NEODIR GOULARTE 07/06/1984 15,00 12,00 42,00 - 69,00 0007490 NUBIA TORRES 21/02/1995 17,50 13,50 33,00 - 64,00 0000410 OSÉIAS DA SILVA DALLABARBA 03/01/1994 17,50 12,00 42,00 - 71,50 0006700 PÂMELA NEVES DE OLIVEIRA 07/11/1991 15,00 12,00 33,00 - 60,00 0007090 PAULA KATIELI YAMAK 12/12/1990 12,50 6,00 30,00 - 48,50 0004880 RAFAEL FERNANDES DEMARCHI 15/04/1995 17,50 13,50 45,00 - 76,00 0000750 RAYANE XAVIER LOBO 08/07/1994 - - - - - 0003110 REGIANE MARQUES DE OLIVEIRA SILVA 20/07/1981 15,00 10,50 45,00 1,50 72,00 0000060 RENATE LANGHORST 31/12/1982 17,50 9,00 36,00 1,50 64,00 0004550 RITA DE FATIMA TONHI 01/07/1978 15,00 10,50 30,00 - 55,50 0003270 ROMÁRIO LUIZ DA SILVA 23/07/1990 - - - - - 0005650 ROSA IARA RODRIGUES DOS SANTOS 31/12/1975 17,50 7,50 36,00 - 61,00 0004540 ROSIMERI TONHI 30/07/1985 10,00 10,50 36,00 - 56,50 0000010 SAMARA PERICLES PEREIRA 10/03/1995 17,50 10,50 30,00 - 58,00 0004640 SILVANA APARECIDA DA SILVA FARIAS DE FRANÇA 05/03/1971 12,50 10,50 27,00 - 50,00 0003300 SILVANA RASPINI 10/09/1991 15,00 15,00 48,00 - 78,00 0007210 SILVIA SAMARA PEDROSO 05/05/1977 17,50 13,50 42,00 1,50 74,50 0004670 STÉFANY CARLA FERRARI 23/03/1989 17,50 7,50 39,00 1,50 65,50 0002320 SUELI PORFIRO RAMOS 03/06/1982 - - - - - 0003630 TATIANE MONTEIRO 26/06/1989 12,50 10,50 39,00 - 62,00 0000760 TATIANE SALU DA SILVA 18/01/1992 10,00 12,00 42,00 - 64,00 0007800 THABATHA MELISSA PEREIRA DA SILVA 07/06/1988 12,50 12,00 27,00 - 51,50 0007170 THAIZ ESTEFANI SILVA 27/05/1994 7,50 9,00 30,00 - 46,50 0007890 THIAGO REYES PUERTAS 09/06/1982 17,50 10,50 39,00 - 67,00 0001850 VANDERLEIA VICENTI DOS SANTOS 14/10/1986 12,50 10,50 36,00 - 59,00 0002130 VANESSA ALVES DE LIMA 10/07/1993 22,50 10,50 51,00 - 84,00 0007530 WILSON JOSE DA SILVA 18/08/1976 7,50 9,00 30,00 - 46,50 0001140 WILSON LEONARDO DA SILVA 15/10/1970 10,00 13,50 24,00 - 47,50 0000400 YANK RAVELLI COSTA CARVALHO 23/03/1995 12,50 10,50 42,00 - 65,00 Página 23 de 35 PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RESULTADO FINAL 30 - MECÂNICO INSCRIÇÃO NOME NASC. POR MAT CG ESP PP NOTA FINAL 0006110 ANDERLAN CARVALHO DE ASSIS FICHA 28/10/1994 20,00 12,00 10,00 28,00 37,00 107,00 0004330 ANTONIO CEZAR DE SOUZA 18/03/1983 7,50 4,00 8,00 24,50 79,00 123,00 0006860 CLEVERSON DE SOUZA BITENCOURT 11/11/1986 - - - - - - 0007030 FABIO JUNIOR BARELLA 08/01/1980 - - - - - 0004320 GEZIEL SALDANHA DA COSTA 17/07/1969 - - - - - 0004650 JOSUE FARIAS DE FRANÇA 02/10/1966 12,50 8,00 12,00 35,00 60,00 127,50 0005760 PABLO ALMEIDA DA SILVA 11/11/1993 15,00 4,00 12,00 24,50 31,00 86,50 0004450 RAFAEL CUNHA VASCONCELOS 16/03/1993 12,50 8,00 6,00 24,50 30,00 81,00 Página 24 de 35 PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RESULTADO FINAL 31 - MOTORISTA INSCRIÇÃO NOME NASC. POR MAT CG ESP PP NOTA FINAL 0007900 JOSÉ ANILDO DE MELO 15/12/1973 7,50 14,00 14,00 17,50 - 53,00 0005910 JOSÉ BATISTA DA SILVA 26/11/1974 5,00 6,00 8,00 17,50 90,00 126,50 0002240 MAYKON BRUNO CAETANO ROSA 25/05/1986 10,00 8,00 18,00 7,00 95,00 138,00 Página 25 de 35 PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RESULTADO FINAL 32 - MOTORISTA INSCRIÇÃO NOME NASC. POR MAT CG ESP PP NOTA FINAL 0004270 ALOISIO DA SILVA MENDES 22/10/1976 - - - - - - 0005480 ALUIS FERREIRA DOS SANTOS 02/11/1968 7,50 10,00 12,00 7,00 85,00 121,50 0007940 CLEMENTE FRANCISCO DOS SANTOS 02/07/1967 12,50 6,00 8,00 21,00 90,00 137,50 0002180 CLODOALDO FILHOS 30/12/1981 12,50 10,00 14,00 14,00 90,00 140,50 0006940 DEJAIR DA SILVA BARROS 14/09/1986 7,50 10,00 8,00 7,00 9,00 41,50 0004390 GESUEL BARBOSA DOS SANTOS 01/03/1984 5,00 4,00 8,00 21,00 90,00 128,00 0002870 GILMAR GOMES CARDOSO 17/11/1983 12,50 4,00 12,00 17,50 100,00 146,00 0003440 JOAREZ APARECIDO LEMES 16/08/1977 7,50 4,00 6,00 17,50 75,00 110,00 0008460 JOSÉ APARECIDO DA SILVA 25/01/1965 5,00 4,00 2,00 10,50 85,00 106,50 0007010 JOSÉ LUIZ DA SILVA 07/08/1971 2,50 6,00 6,00 10,50 95,00 120,00 0001860 JULIO CESAR VIEIRA IZIDORO 22/02/1990 - - - - - - 0002100 MISAEL MESSIAS DA SILVA 07/02/1980 7,50 4,00 10,00 10,50 - 32,00 Página 26 de 35 PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RESULTADO FINAL 33 - OPERADOR DE MÁQUINAS LEVES INSCRIÇÃO NOME NASC. POR MAT CG ESP PP NOTA FINAL 0003080 BRUNO VIEIRA MOURA 27/12/1997 2,50 6,00 6,00 17,50 - 32,00 0000580 EVANDRO PORTILHO DA SILVA RALLA 09/04/1996 7,50 16,00 10,00 17,50 - 51,00 0007630 SINDOVALDO SIMÃO TAVARES 17/09/1968 10,00 8,00 16,00 24,50 90,00 148,50 Página 27 de 35 PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RESULTADO FINAL 34 - OPERADOR DE MOTONIVELADORA INSCRIÇÃO NOME NASC. POR MAT CG ESP PP NOTA FINAL 0005440 CLEBER IBRAIM DE OLIVEIRA 21/05/1979 - - - - - - 0000110 DONTINO DA SILVA BARREIRA 10/12/1986 - - - - - - 0003860 EDINEI CAMINSKI 17/06/1983 12,50 16,00 10,00 17,50 58,00 114,00 0007810 FÁBIO DA SILVA BRUCH 14/01/1981 17,50 20,00 8,00 17,50 100,00 163,00 0007590 HEMERSON MENDES ALVES SANTOS 08/09/1991 - - - - - - 0005880 JOAQUIM DE JESUS RODRIGUES 04/09/1980 - - - - - - 0000240 JOBERSON JUNIOR GERMINO 10/12/1974 5,00 6,00 10,00 17,50 100,00 138,50 0006810 JONATAS GARCIA BORBA DA SILVA 20/10/1993 12,50 14,00 14,00 14,00 40,00 94,50 0001900 JOSE ERNANI MACIEL DOS SANTOS 08/03/1957 7,50 18,00 14,00 24,50 - 64,00 0005290 LEONARDO MULLER SCHEFFER 09/05/1956 5,00 6,00 6,00 3,50 - 20,50 0002230 MANUEL FRANCILINO DA SILVA NETO 24/01/1984 10,00 12,00 14,00 14,00 54,00 104,00 0004300 MARCIO MICHEL SCHUTZE 12/01/1987 12,50 16,00 16,00 14,00 40,00 98,50 0005860 OLAVO PESTANA MERENCIO DA SILVA 23/11/1992 - - - - - - 0008000 PAULO SERGIO RAMIRES 07/12/1981 17,50 14,00 14,00 21,00 36,00 102,50 0007250 RONES MENDES DA SILVA 20/08/1987 5,00 4,00 12,00 17,50 52,00 90,50 0004100 WEGSLEI SIMAO ALVES 08/04/1982 17,50 12,00 12,00 21,00 40,00 102,50 Página 28 de 35 PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RESULTADO FINAL 35 - ZELADOR INSCRIÇÃO NOME NASC. POR MAT CG ESP NOTA FINAL 0007430 ÁGATA BARBOSA OLIVEIRA 26/11/1988 - - - - - 0006430 CINTYA LUANA PEREIRA 30/09/1993 - - - - - 0004510 ELENICE CABRAL DA SILVA 07/08/1975 2,50 4,00 12,00 14,00 32,50 0005510 FATIMA MARIA GONÇALVES

DA SILVA 18/05/1979 7,50 8,00 12,00 14,00 41,50 0007870 LETICIA LILIANA BARBOSA SILVA 09/07/1996 15,00 10,00 6,00 21,00 52,00 0007550 MARIA APARECIDA DE QUEIROS COSTA 03/05/1987 - - - - - 0008550 MARIA DA CONCEICAO BONFIM 04/03/1980 10,00 4,00 10,00 14,00 38,00 0004780 MICHEL ROQUE DA SILVA ESPINOSA 25/10/1989 - - - - - 0006730 ROSENEIDE TIMOTEO 02/12/1970 2,50 4,00 8,00 7,00 21,50 0003880 VALDIRENE DE FÁTIMA PEREIRA DE FRANCA 23/06/1978 10,00 10,00 12,00 17,50 49,50 0003820 VILMA APARECIDA DA SILVA LOPES 20/08/1979 10,00 2,00 10,00 10,50 32,50 0006460 WEMERSON DE OLIVEIRA PEREIRA 07/12/1995 - - - - - Página 29 de 35 PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RESULTADO FINAL 4 - ENGENHEIRO SANITARISTA INSCRIÇÃO NOME NASC. POR CG ESP TÍT NOTA FINAL 0003030 DEBORA APARECIDA SOUZA GUEDES 27/07/1991 12,50 7,50 39,00 1,50 60,50 0001320 RAFAELA DE ARAUJO COSTA 01/10/1992 20,00 10,50 33,00 - 63,50 0008220 RUBENS ANUNCIAÇÃO JUNIOR 10/09/1981 20,00 12,00 39,00 - 71,00 Página 30 de 35 PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RESULTADO FINAL 5 - FARMACÊUTICO/BIOQUÍMICO INSCRIÇÃO NOME NASC. POR CG ESP TÍT NOTA FINAL 0006180 CAROLINA SILVA NEVES 05/11/1994 15,00 10,50 30,00 - 55,50 0000530 CAROLINE DE SOUZA PANUCCI 14/02/1989 5,00 12,00 33,00 - 50,00 0003220 CLEIDY TEIXEIRA GOMES OLIVEIRA 18/04/1992 - - - - - 0004160 DAGOBERTO ARAUJO FURTADO 27/02/1958 12,50 12,00 45,00 - 69,50 0004050 DAIANE CAROLINE ENDERLE 24/08/1995 - - - - - 0006630 DANIELLE REGINA TEBALDI RODRIGUES 30/05/1980 12,50 10,50 33,00 1,50 57,50 0004030 EDSON HENRIQUE PEREIRA DE ARRUDA 18/07/1991 - - - - - 0002060 ISABEL BATISTA SCARPATT 28/12/1994 12,50 7,50 18,00 - 38,00 0007910 SARA PEREIRA DE SOUZA 17/09/1992 12,50 9,00 36,00 - 57,50 0000370 TAMIRES REGINA RIBEIRO DA SILVA 28/09/1991 - - - - - 0002730 THAYNÁ CRISTINA TRENTO 19/05/1990 17,50 13,50 36,00 - 67,00 Página 31 de 35 PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RESULTADO FINAL 6 - FISIOTERAPEUTA INSCRIÇÃO NOME NASC. POR CG ESP TÍT NOTA FINAL 0002150 ADIVANE ELIZA ZOTTIS 01/09/1979 - - - - - 0007130 ALBERTINA DA CRUZ RIBEIRO 12/06/1993 15,00 10,50 36,00 - 61,50 0005350 AMANDA VANNI BORGES 08/08/1993 15,00 12,00 42,00 - 69,00 0007920 GABRIELA CRISTINA GALIEGO 24/06/1990 15,00 6,00 27,00 - 48,00 0004200 GABRIELE CAROLINE ULSENHEIMER 25/01/1994 20,00 12,00 48,00 - 80,00 0003700 IARA REAL DA SILVA 10/03/1979 - - - - - 0007190 JOSÉ BELARMINO DE SOUSA 31/08/1984 12,50 13,50 51,00 - 77,00 0005840 KARINA JACOB MARIANO 29/05/1993 - - - - - 0002380 RAPHAELA SAUSEN FRREIRA 05/09/1994 - - - - - 0003150 SAMANTHA MYRELLA FERREIRA 02/10/1995 17,50 10,50 45,00 - 73,00 0001380 TAYNARA FERNANDA GARCIA DA SILVA 18/04/1996 15,00 7,50 45,00 - 67,50 0004990 THAIS DA CRUZ MEDEIROS 18/09/1993 17,50 7,50 36,00 - 61,00 Página 32 de 35 PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RESULTADO FINAL 7 - MÉDICO INSCRIÇÃO NOME NASC. POR CG ESP TÍT NOTA FINAL 0000590 ABELARDO JAIDER PEREZ TEJADA 28/01/1970 - - - - - 0005370 ANDRE ALVARENGA FERNANDES 22/04/1979 - - - - - 0005010 DELMAR GOMES COSTA 03/07/1976 15,00 6,00 33,00 - 54,00 0000980 FELIPE DE AGUIAR COSTA 23/09/1987 22,50 12,00 36,00 - 70,50 0004580 GUILHERME HEIMBACH NETO 06/10/1959 - - - - - 0001640 GUSTAVO MORAES PRATES GARCIA 17/11/1984 17,50 10,50 21,00 1,50 50,50 0000100 JEFFERSON THIAGO NASCIMENTO DE OLIVEIRA 21/03/1989 - - - - - 0005120 JÉSSICA BARRETO ROSE 29/03/1991 17,50 13,50 36,00 - 67,00 0008270 JOÃO CARLOS SILVESTRE VELASCO 04/06/1988 - - - - - 0008280 LUCIANA ELOISA BOLOGNESI VICENZOTTO VELASCO 08/10/1989 - - - - - 0008730 SERGIO BORGES DE MELLO JUNIOR 11/06/1988 12,50 13,50 24,00 - 50,00 0005300 WAGNER LIMA DE PAULA 27/01/1984 7,50 13,50 42,00 - 63,00 Página 33 de 35 PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RESULTADO FINAL 8 - MÉDICO VETERINÁRIO INSCRIÇÃO NOME NASC. POR CG ESP TÍT NOTA FINAL 0005550 ALICE DA SILVA CABRAL 23/09/1994 - - - - - 0007990 BRUNO HERMES CUSTÓDIO 23/09/1992 - - - - - 0005220 GABRIELA MAZZUTTI DUTRA SANTANA 02/08/1993 - - - - - 0000320 PÂMELA CRISTINA PEDERIVA 31/01/1991 15,00 10,50 45,00 - 70,50 0003070 PAMELLA CRISTIE GIMENES FALSONI 08/06/1993 12,50 12,00 45,00 - 69,50 Página 34 de 35 PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA RESULTADO FINAL 9 - NUTRICIONISTA INSCRIÇÃO NOME NASC. POR CG ESP TÍT NOTA FINAL 0002430 CLAUDIA PAULETTO 31/08/1985 22,50 10,50 45,00 - 78,00 0001290 DANIELA MENDES DA SILVA 06/10/1994 22,50 13,50 39,00 - 75,00 0001110 GABRIELA CONCHE FERREIRA 01/08/1994 17,50 12,00 48,00 - 77,50 0004890 MARAIZA MOREIRA 17/10/1988 12,50 12,00 33,00 - 57,50 0000490 RAFAELA RIBEIRO RODRIGUES 13/11/1993 10,00 9,00 39,00 - 58,00 0004860 THAINE SALES DE BRITO 24/04/1995 10,00 9,00 42,00 - 61,00 Página 35 de 35

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 932/2017

SÚMULA: "AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Câmara Municipal aprovou e BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES, Prefeita do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no orçamento programa para 2017 - LOA, aprovada pela Lei Municipal nº 873/2016, pelo excesso de arrecadação no valor de R$ 1.162.426,88 (Um milhão, cento sessenta dois mil, quatrocentos e vinte e seis reais e oitenta e oito centavos).

Art. 2º - O excesso de arrecadação mencionado no artigo anterior é decorrente do ingresso da 3º (Terceira Parcela) de recursos do Processo 25100007365/2014-71 do Ministério da Saúde – FUNASA (Fundo Nacional da Saúde).

Art. 3º - A suplementação descrita no artigo primeiro desta Lei encontra respaldo legal no Art. 43, Parágrafo 1º, Inciso II da Lei Federal nº 4.320/64, e será suplementada na seguinte dotação orçamentária, para atender "IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA", no Município de Nova Monte Verde.

06 – Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Saneamento

005 – Departamento de Saneamento

17 – Saneamento

512 – Saneamento Básico Urbano

0042 – Implantação do Saneamento Básico

1.020 – Implantação do Sistema de Captação Adução Tratamento e Distribuição

4.4.90.51.00 – Obras e Instalações: R$: 1.162.426,88

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Monte Verde-MT, 28 de Novembro de 2017.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 41/2017

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 41/2017

PROCESSO Nº. 6004/2017

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PAPELARIA COM ENTREGA PARCELADA, Á FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE NOVA MONTE VERDE, CONFORME SOLICITAÇÕES EM ANEXO, PARA UM PERÍODO DE 12 MESES.

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, nomeado através do Decreto nº. 042/2017 de 17 de Janeiro de 2017, torna público aos interessados que conforme Edital de Licitação de Pregão Presencial nº. 41/2017 sagraram-se vencedoras do Certame Licitatório realizado no dia 21 de Novembro de 2017, ás 08:00 horas ás seguintes:

EMPRESAS:

HC COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA - EPP, CNPJ: 36.917.771/0001-95, no valor total de R$ 127.918,57 (cento e vinte e sete mil, novecentos e dezoito reais e cinquenta e sete centavos); **R. G. DA PAZ EIRELI - EPP, CNPJ: 21.058.617/0001-38,** no valor total de R$ 184.428,03 (cento e oitenta e quatro mil, quatrocentos e vinte e oito reais e três centavos),para um período de 12 meses, visto que as empresas atenderam todos os requisitos do Edital e seus Anexos.

Nova Monte Verde-MT, 28 de Novembro de 2017.

JOHNNY BERNATZKY

Pregoeiro

Decreto 042/2017

Publique-se.

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº: 037/2017.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhes são conferidas através da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulamentares a Servidora **APARECIDA PICON FORNAZIERI**, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotada na Câmara Municipal de Vereadores de Nova Monte Verde - MT, por 30 (trinta) dias, conforme artigo 126, da Lei 830/2016 – Estatuto dos Servidores Públicos de Nova Monte Verde - MT, referente ao período aquisitivo de 01 de Setembro de 2016 à 31 de Agosto de 2017, a partir de 01 de Dezembro de 2017.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Nova Monte Verde-MT, em 28 de novembro de 2017.

FRANCISCO ANTONIO SEVALLO

Vereador Presidente

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 027/2017/SMECE/MT.

Dispõe sobre o transporte escolar dos alunos da Rede Pública de Ensino, residentes na Zona Rural no Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei em conformidade com o disposto no artigo 100, da Lei Orgânica do Município de Nova Monte Verde e com base nos princípios da Gestão Democrática emanados da Constituição da República Federativa do Brasil de 1998,

Considerando que a execução do transporte dos alunos dos Sistemas municipal e estadual de ensino, residentes na zona rural, sob responsabilidade do governo municipal, mantido com recursos próprios vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino e mediante convênios celebrados entre o Município, o Estado e a União, através do PNATE – Programa Nacional de Transporte Escolar;

Considerando a necessidade de reorganizar o itinerário das linhas do transporte escolar;

RESOLVE:

Art. 1º Para utilizar o transporte escolar o aluno deverá residir na zona rural e estar matriculado em escola pública que oferte o ensino de educação infantil (pré-escola), fundamental e/ou médio, de acordo com o disposto na Lei n. 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), o transporte escolar, como dever do Estado, na rede pública, limita-se à educação básica, que vai dos 4 aos 17 anos, até encerrar o ensino médio (artigo 4º, inciso VIII; artigo 10, VII; e artigo 11, VI).

§ 1º O transporte escolar constitui na garantia do acesso à educação escolar ao aluno residente na zona rural, mediante transporte de ida e vinda até a unidade de ensino no território do município.

§ 2º Os estudantes da zona rural terão prioridade de matrícula de acordo com o turno em que a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte disponibilizar o transporte escolar.

§ 3º O período máximo de permanência dos alunos dentro do veículo não poderá ser superior a 04 (quatro) horas, entre ida e volta.

§ 4º Para ter direito ao transporte escolar, o estudante da rede publica deverá residir a uma distância superior a um quilômetro da sua unidade escolar.

Art. 2º Nos roteiros a serem percorridos pelos veículos escolares fica vedada a condução de outras pessoas, conforme o disposto no § 6º da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 012/2017/GS/SEDUC/MT, o veículo de transporte, será de uso exclusivo para o transporte de estudantes da rede pública de ensino.

Art. 3º O pedido para utilização do transporte escolar para atividades extraclasse promovidas pela unidade escolar deverá ser feito via ofício com antecedência mínima de 5(cinco) dias úteis, em caráter exclusivo, vinculados à série que frequentam, devendo ser efetuado pela escola requerente, mediante fundamentos técnicos pedagógicos apresentados e deferidos pelo Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

§ 1º Na elaboração dos roteiros do transporte escolar será respeitado o percurso pelas estradas gerais/vicinais que não tenham qualquer tipo de porteira, colchete e cerca, não sendo obrigação do município ingressar nas entradas particulares para pegar os alunos nas propriedades.

Art. 4º Os motoristas responsáveis pelo transporte escolar estão sujeitos às normas do Código de Trânsito Brasileiro, bem como à Lei que institui o Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais.

§ 1º O poder público fornecerá ao condutor do veículo crachá específico, que deverá ser portado em local visível, durante toda a execução do serviço.

Parágrafo único. A vistoria nos veículos deverá ser feita semestralmente, preferencialmente no período de recesso escolar, de acordo com o calendário elaborado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Art. 5° A vistoria para o licenciamento será realizada, anualmente, pelo órgão de trânsito Ciretran, nos termos do disposto no Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 6° O Município manterá em cada veículo o histórico de manutenção do mesmo para efeitos de acompanhamento, controle e fiscalização dos órgãos competentes.

Art. 7° Os veículos do transporte escolar adquirido através de convênios e/ou com recursos de outra esfera do governo, somente poderão ser utilizados para finalidade específica da educação.

Art. 8° O Município, mediante estudo de caso, poderá suspender, fundir ou alterar itinerários do transporte escolar, atendendo ao interesse da administração pública, sem com isso, ferir direitos elementares.

Art. 9° As linhas do transporte escolar serão disponibilizadas da seguinte forma:

PERÍODO MATUTINO

Linha/Rota: PARANORTE (COMEÇA NO JANGO) – FAZ. SANTA EUNICE – FAZ. SÃO PAULO

Linha/Rota: ASSENTAMENTO SANTA MARIA

Linha/Rota: FAZENDA CACHOEIRA – FAZ. CRISTINA – FAZ. RENASCER – KAIABI – ESTRADEIRO

Linha/Rota: COMUNIDADE SÃO JOSÉ – KAIABI – ESTRADA MATO GROSSO

Linha/Rota: FAZENDA DALLAS – FAZ. SÃO PAULO – FAZ. SANTA MARIA – FAZ. AGROCONDOR – FAZ. COLIBRI – TREVO – MT 208 – ESTRADA LATICINIO

Linha/Rota: FAZENDA SÃO JOÃO – SANTA TEREZINHA

Linha/Rota: FAZENDA SANTO INACIO – BONAN – EPITACIO – COM. SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS

Linha/Rota: FAZENDAS: BELA VISTA – SANTA MARIA – BEIRA RIO – CHARQUEADA NORTE – CARA BRANCA – CHARQUEADA – TERRES – BOA SORTE – TUBIATÃ – RAINHA DA PAZ

PERÍODO VESPERTINO

Linha/Rota: MARIA CELESTE – AEROPORTO – ESTRADA OSASCO

PERÍODO NOTURNO

Linha/Rota: NOTURNA

PERÍODO MATUTINO – COMUNIDADE SÃO JOSÉ DO APUY

Linha/Rota: BUREY – YASSIN

Linha/Rota: SANTA LUZIA – FAZ. CAROLINE

Linha/Rota: FAZ. LIDIA / APUY – SÃO ROQUE/ APUY

Art. 10 Os casos omissos nesta portaria serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Art. 11 Esta Portaria entra em vigor a partir da data da sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Nova Monte Verde, 23 de novembro de 2017.

Elcio Leandro Aparecido

Secretario Mun. De Educação, Cultura e Esporte

Decreto nº 004/2017

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 31 PREGÃO PRESENCIAL N° 41/2017 - HC COMRCIO DE PAPÉIS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 31

PREGÃO PRESENCIAL N° 41/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 6004/2017

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE-MT,** Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Mato Grosso, nº 51, Centro, nesta cidade, doravante denominada PREFEITURA, neste ato devidamente representada pela Prefeita Municipal, Sra. **BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES**, brasileira, casada, portadora da C.I. RG n.º 3.365.940 SSP/PR e CPF/MF nº. 788.664.809-91, residente e domiciliada á Rua José Joaquim Vieira Nº. 88 nesta cidade de Nova Monte Verde-MT, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) **HC COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA - EPP, CNPJ: 36.917.771/0001-95**, nas quantidades estimadas **na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº. 41/2017 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02 e, no que couber, ao Decreto Municipal nº. 14/2010, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PAPELARIA COM ENTREGA PARCELADA, Á FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE NOVA MONTE VERDE, CONFORME SOLICITAÇÕES EM ANEXO, PARA UM PERÍODO DE 12 MESES,** conforme especificações e condições constantes no edital de Pregão Presencial nº. 41/2017.

1.1.1. Este instrumento **NÃO OBRIGA** a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para tal objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência da execução, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogada por igual período, na forma da lei.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá às Secretarias Municipais participantes, através do Departamento de Compras/Licitações, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR: HC COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA - EPP

CNPJ: 36.917.771/0001-95

ENDEREÇO: Av. Ariosto da Riva, Nº 2619, Sala Comercial, Setor C, Alta Floresta - MT

Seq.	Cod.	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit	Valor Total	Marca
1	42830	AGENDA	UNIDADE	41	R$ 16,00	R$ 656,00	Tilibra
2	24433	AGENDA PERMANENTE TAM APROX 15 X 20 CM	UNIDADE	15	R$ 19,35	R$ 290,25	Tilibra
3	37229	AGULHA DE COSTURA A MAO (ENVELOPE COM 10 UN)	UNIDADE	5	R$ 3,50	R$ 17,50	Leonora
14	9813	APAGADOR ESCOLAR PARA LOUSA	UNIDADE	5	R$ 3,00	R$ 15,00	Souza
15	5448	APONTADOR PLASTICO S/ COLETOR SIMPLES	UNIDADE	760	R$ 0,30	R$ 228,00	Guller
19	11601	ARQUIVO MORTO POLIONDA	UNIDADE	730	R$ 3,15	R$ 2. 299,50	Polibras
20	9439	ARQUIVO MORTO POLIONDA 350 X 130 X 245 MM	UNIDADE	410	R$ 3,15	R$ 1. 291,50	Polibras
38	28862	BLOCO LOGICO 48 PECAS COLORIDOS EM MADEIRA	UNIDADE	9	R$ 49,00	R$ 441,00	Cia Brinq
39	28942	BOBINA DE PAPEL KRAFT NATURAL 80gr 40CM 165M	UNIDADE	11	R$ 60,00	R$ 660,00	Safra
45	28952	BOLA DE ISOPOR 25MM	UNIDADE	400	R$ 0,23	R$ 92,00	Isoeste
46	45823	BOLA DE ISOPOR 50MM	UNIDADE	200	R$ 0,87	R$ 174,00	Isoeste
47	28953	BOLA DE ISOPOR 75MM	UNIDADE	400	R$ 1,02	R$ 408,00	Isoeste
53	43010	BOLSA ESCOLAR GRANDE	UNIDADE	10	R$ 59,00	R$ 590,00	Fuseco
54	43009	BOLSA ESCOLAR PEQUENA (CRECHE)	UNIDADE	10	R$ 41,50	R$ 415,00	Fuseco
60	9793	CADERNO 48 FLS - CALIGRAFIA	UNIDADE	1020	R$ 1,10	R$ 1. 122,00	Foroni
62	15524	CADERNO 48 FLS ESPIRAL CAPA DURA	UNIDADE	300	R$ 3,89	R$ 1. 167,00	Foroni
64	15322	CADERNO GRANDE ESPIRAL CAPA DURA 10 MATERIAS	UNIDADE	160	R$ 13,00	R$ 2. 080,00	Foroni
68	10060	CANETA ESFEROGRAFICA CRISTAL AZUL C/50	CAIXA	11	R$ 40,00	R$ 440,00	Compactor
69	10061	CANETA ESFEROGRAFICA CRISTAL PRETA CX C/50	CAIXA	5	R$ 40,00	R$ 200,00	Compactor
73	11609	CANETA ESFEROGRAFICA VERMELHA CX C/ 50 UNID	CAIXA	11	R$ 40,00	R$ 440,00	Compacto
74	32583	CANETA P/ PINTAR TECIDO CORES VARIADAS	UNIDADE	30	R$ 4,70	R$ 141,00	Acrilex
75	12612	CANETA PARA CD 2MM	UNIDADE	17	R$ 2,58	R$ 43,86	Maxprint
76	32166	CANETA PARA CD/DVD PONTA 1,00 mm AZUL	UNIDADE	12	R$ 2,43	R$ 29,16	Maxprint
77	32218	CANETA PARA RETROPROJETOR COR AZUL	UNIDADE	42	R$ 1,74	R$ 73,08	Maxprint
78	5451	CANETA PARA RETROPROJETOR COR PRETA	UNIDADE	42	R$ 1,74	R$ 73,08	Maxprint
79	37345	CANETA PARA RETROPROJETOR COR VERMELHA	UNIDADE	30	R$ 1,74	R$ 52,20	Maxprint
80	15521	CANETINHAS HIDROCOR CX C/ 12 UNID DIVERSAS CORES	UNIDADE	58	R$ 5,00	R$ 290,00	Tris
81	24434	CANETINHAS HIDROCOR CX C/ 24 UNID DIVERSAS CORES	CAIXA	60	R$ 9,50	R$ 570,00	Tris
83	37383	CARBONO AMARELO P/ TIRAR RISCO DE PINTURA	UNIDADE	40	R$ 1,85	R$ 74,00	Delta line
84	9101	CARBONO MANUAL AZUL CX C/100	CAIXA	9	R$ 34,90	R$ 314,10	Radex
85	42921	CARBONO PARA TECIDO 60,0 X 43,5 CM COR AMARELO	UNIDADE	20	R$ 1,75	R$ 35,00	Delta line
86	42920	CARBONO PARA TECIDO 60,0 X 43,5 CM COR VERDE	UNIDADE	20	R$ 1,75	R$ 35,00	Delta line
87	42919	CARBONO PARA TECIDO 60,0 X 43,5 CM COR VERMELHO	UNIDADE	20	R$ 1,75	R$ 35,00	Delta line
88	21990	CARBONO VERDE P/ TIRAR RISCO DE PINTURA	UNIDADE	40	R$ 1,75	R$ 70,00	Delta line
89	21991	CARBONO VERMELHO P/ TIRAR RISCO DE PINTURA	UNIDADE	40	R$ 1,75	R$ 70,00	Delta line
91	15488	CARTOLINA COMUM MED. APROX. 50X 60 CM CORES VARIADAS	UNIDADE	2500	R$ 0,83	R$ 2. 075,00	VMP
94	8765	CD RW	UNIDADE	3	R$ 3,49	R$ 10,47	Maxprint
95	9429	CD-R GRAVAVEL 80MIN/700MB 52X	UNIDADE	100	R$ 1,04	R$ 104,00	Maxprint
103	15489	CLIP 5/0- CX C/ 500 GR	CAIXA	41	R$ 9,40	R$ 385,40	Clipsnew
104	9424	CLIPS 2/0 GALVANIZADO CX 500 GR	CAIXA	91	R$ 9,40	R$ 855,40	Clipsnew
105	8764	CLIPS 3/0 CX C/ 500GR	CAIXA	51	R$ 9,40	R$ 479,40	Clipsnew

107	9310	COLA BRANCA 500 GR	UNIDADE	60	R$ 5,59	R$ 335,40	Delta Coala
108	11954	COLA BRANCA 90 GR	UNIDADE	186	R$ 1,46	R$ 271,56	Fix
110	9445	COLA BRANCA LAVAVEL NAO TOXICA 500GR	UNIDADE	58	R$ 5,59	R$ 324,22	Fix
111	7506	COLA CASCOREX 1OOOGR	UNIDADE	20	R$ 31,50	R$ 630,00	Cascorez
113	45824	COLA INSTANTANEA 20GR	UNIDADE	30	R$ 11,89	R$ 356,70	Jocar
114	15490	COLA P/ E.V.A E ISOPOR 90 G	UNIDADE	104	R$ 5,07	R$ 527,28	Compactor
115	32581	COLA PARA DECOUPAGE EMB C/ NO MINIMO 100 g (TERMOLINA LEITOSA)	UNIDADE	65	R$ 6,25	R$ 406,25	Acrilex
124	24504	CORDA P/ PULAR CORDA MED APROX 2,3m C/ PROTETOR P/ MAO	UNIDADE	50	R$ 25,50	R$ 1. 275,00	Cia Brinq
127	21942	CORRETIVO LIQUIDO A BASE D'AGUA 18 ML	UNIDADE	140	R$ 1,11	R$ 155,40	BRW
131	32165	DVD-R GRAVAVEL 4.7 gb 120 Min 8 X	UNIDADE	160	R$ 1,29	R$ 206,40	Maxprint
134	45834	ELASTICO DE BORRACHA AMARELA	KILO	10	R$ 44,92	R$ 449,20	Mercuri
138	21939	ENVELOPE 24X34 BRANCO CX C/ 250 UNID	CAIXA	6	R$ 65,00	R$ 390,00	Foroni
139	9637	ENVELOPE 26 X 36 SACO OURO	UNIDADE	1550	R$ 0,32	R$ 496,00	Foroni
140	9806	ENVELOPE BRANCO 11 X 23	UNIDADE	700	R$ 0,17	R$ 119,00	Foroni
141	10062	ENVELOPE KRAFT 28 X 20 C/250UN	CAIXA	1	R$ 45,00	R$ 45,00	Foroni
142	9804	ENVELOPE PARDO 24 X 34 CM - CX C/250	CAIXA	11	R$ 48,00	R$ 528,00	Foroni
143	42831	ENVELOPE PLASTICO PARA PASTA CATALOGO	UNIDADE	2100	R$ 0,17	R$ 357,00	ACP
144	9436	ENVELOPE SACO KRAFT 24X35 CX 250UN	CAIXA	11	R$ 48,00	R$ 528,00	Foroni
145	24435	ENVELOPE SACO OURO 17X25 CX C 250 UND	CAIXA	19	R$ 48,00	R$ 912,00	Foroni
146	11958	ENVELOPE SACO OURO 34X24 COM 250UN	CAIXA	21	R$ 65,00	R$ 1. 365,00	Foroni
147	21943	ESTILETE ESTREITO EM PLASTICO COM LAMINA DE 9 MM DE LARGURA	UNIDADE	160	R$ 0,78	R$ 124,80	BRW
150	24436	ESTOJO ESCOLAR COM ZIPER	UNIDADE	5	R$ 8,70	R$ 43,50	Skiva
151	6537	EXTRATOR DE GRAMPO	UNIDADE	98	R$ 1,50	R$ 147,00	Jocar
152	9419	EXTRATOR DE GRAMPOS	UNIDADE	10	R$ 1,50	R$ 15,00	Jocar
157	37350	FELTRO VARIAS CORES E ESTAMPAS	UNIDADE	200	R$ 21,60	R$ 4. 320,00	Santa Fé
164	15491	FITA ADESIVA COLORIDA 12 mm PEQUENA CORES VARIADAS	UNIDADE	420	R$ 0,60	R$ 252,00	Adelbraz
165	15340	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 12mmX40m	UNIDADE	35	R$ 0,85	R$ 29,75	Adelbraz
166	9636	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 48MM X 45 M	UNIDADE	25	R$ 3,55	R$ 88,75	Adelbraz
167	21938	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 48mmX45m PCT C/ 5 UNID	PACOTE	118	R$ 17,50	R$ 2. 065,00	Adelbraz
168	15039	FITA DE CETIM	METRO	200	R$ 2,14	R$ 428,00	Kit
169	37361	FITA FLORAL CORES VARIADAS ROLO	UNIDADE	200	R$ 7,90	R$ 1. 580,00	Kit
182	15349	GLITTER ESCOLAR EMB C/3 GR CORES DIVERSAS	UNIDADE	70	R$ 4,00	R$ 280,00	VMP
183	37270	GRAMPEADOR 26/6 BASE 11CM	UNIDADE	39	R$ 9,90	R$ 386,10	Jocar
184	21958	GRAMPEADOR 26/6 BASE 20CM	UNIDADE	47	R$ 34,00	R$ 1. 598,00	Jocar
185	15485	GRAMPEADOR BASE 12 CM	UNIDADE	20	R$ 12,50	R$ 250,00	Jocar
186	24538	GRAMPEADOR BASE 24CM	UNIDADE	17	R$ 60,00	R$ 1. 020,00	Jocar
187	5438	GRAMPEADOR DE PRESSAO PARA MADEIRA	UNIDADE	6	R$ 54,00	R$ 324,00	Jocar
188	24478	GRAMPO 106/4 CX C/ 5000 UND	CAIXA	5	R$ 15,20	R$ 76,00	Rocama
189	13196	GRAMPO 106/6 CX 5000UN	UNIDADE	20	R$ 8,70	R$ 174,00	Rocama
190	22125	GRAMPO 106/6 CX C/ 5000UND	CAIXA	42	R$ 8,70	R$ 365,40	Rocama
191	6574	GRAMPO 26/6 CX COM 5000	CAIXA	106	R$ 4,00	R$ 424,00	BRW
192	37272	GRAMPO PARA GRAMPEADOR DE PRESSAO PARA MADEIRA	UNIDADE	7	R$ 8,70	R$ 60,90	Jocar
193	39599	GRAMPO PLASTICO ESTENDIDO DIMENSÕES 300X9X112 MM PACOTE C/ 50 UNIDADES	PACOTE	32	R$ 15,50	R$ 496,00	Dello

194	21934	GRAMPO TRILHO DE METAL P/ ARQUIVAMENTO DE ATE 500 FOLHAS DE PAPEL CX C/ 50 UND	CAIXA	8	R$ 9,18	R$ 73,44	BRW
195	22099	GRAMPO TRILHO DE PLASTICO INTEIRISSO PCT C/ 50 UNID	PACOTE	21	R$ 11,89	R$ 249,69	Dello
196	45820	GRAMPO TRILHO GALVANIZADO 80 MM CAIXA C/ 50 UNIDADES	CAIXA	4	R$ 9,18	R$ 36,72	BRW
197	42827	GRAMPO TRILHO GALVANIZADO 80 MM CX C/50 UNID.	CAIXA	4	R$ 9,18	R$ 36,72	BRW
198	43026	GUARDANAPO DE PAPEL PARA DECOLPAGEM DIVERSAS ESTAMPAS	UNIDADE	50	R$ 1,95	R$ 97,50	Toc e crie
199	24522	JOGO BANCO IMOBILIARIO	UNIDADE	5	R$ 125,00	R$ 625,00	Estrela
200	32173	JOGO DA MEMORIA DE FIGURAS E LETRAS	UNIDADE	24	R$ 22,40	R$ 537,60	Carlu
201	22117	JOGO DE DAMA COMPOSTO DE 1 TABULEIRO QUADRICULADO APROX 20 X 20CM C/64 CASAS E 24 PECAS REDONDAS	UNIDADE	24	R$ 20,50	R$ 492,00	Cia Brinq
202	29031	JOGO DE DOMINO EM PLASTICO RESISTENTE C/ 28 PECAS	UNIDADE	29	R$ 27,00	R$ 783,00	Art Game
204	29028	JOGO DE MEMORIA COM 40 PECAS	UNIDADE	26	R$ 22,50	R$ 585,00	Cia Brinq
205	32172	JOGO DE MEMORIA DE LEGUMES E FRUTAS	UNIDADE	28	R$ 22,50	R$ 630,00	Cia Brinq
207	24521	JOGO DE TRILHA COMPOSTO DE 1 TABULEIRO APROX 20 X 20CM E 24 PECAS RE-DONDAS	UNIDADE	24	R$ 20,40	R$ 489,60	Cia Brinq
210	22119	JOGO PEGA VARETAS EM PLASTICO OU MADEIRA COLORIDO C/ 31 PECAS	UNIDADE	26	R$ 90,00	R$ 2. 340,00	Editora Fundam.
214	21971	KIT LIVROS DE HISTORINHAS INFANTIS	UNIDADE	26	R$ 14,00	R$ 364,00	Todo Livro
217	45829	LAÇO PEQUENOS PARA PRESENTE	UNIDADE	100	R$ 1,55	R$ 155,00	VMP
219	29011	LAPIS ADEQUADO P/ GRAFITE	UNIDADE	18	R$ 3,89	R$ 70,02	FaberCastel
221	9318	LAPIS PRETO N2 SIMPLES CX C/ 144 UNID	CAIXA	44	R$ 36,70	R$ 1. 614,80	VMP
223	9840	LIVRO ATA 100 FOLHAS - PAUTADAS	UNIDADE	243	R$ 11,19	R$ 2. 719,17	Tilibra
224	12604	LIVRO ATA 200 FLS PAUTADAS	UNIDADE	233	R$ 20,00	R$ 4. 660,00	Tilibra
225	9839	LIVRO ATA 50 FOLHAS - PAUTADAS	UNIDADE	220	R$ 7,69	R$ 1. 691,80	Tilibra
226	43008	LIVRO PARA COLORIR	UNIDADE	30	R$ 3,00	R$ 90,00	Bicho Es-perto
227	21957	LIVRO PONTO 160 FOLHAS	UNIDADE	10	R$ 14,69	R$ 146,90	Tilibra
228	6784	LIVRO PROTOCOLO 100 FLS	UNIDADE	39	R$ 8,70	R$ 339,30	Tilibra
229	32301	LIVRO PROTOCOLO 52 FOLHAS FORMATO 153MMX216MM	UNIDADE	15	R$ 5,40	R$ 81,00	Tilibra
230	21973	MASSA DE MODELAR APROX 180 g CORES DIVERSAS	UNIDADE	90	R$ 4,35	R$ 391,50	Acrilex
231	24446	MOLHADOR DE DEDOS EM PASTA CENTRAL 12g	UNIDADE	58	R$ 2,50	R$ 145,00	VMP
232	23396	MOUSE OPTICO PADRAO USB	UNIDADE	45	R$ 27,55	R$ 1. 239,75	Maxprint
233	43015	ORGANIZADOR PLASTICO EM 03 GAVETAS PARA ESCRITORIO	UNIDADE	24	R$ 45,50	R$ 1. 092,00	Dello
236	22039	PALITO DE PICOLE PCT C/ 100 UNID	PACOTE	120	R$ 5,20	R$ 624,00	Theuto
240	5430	PAPEL ALMACO COM PAUTA E MARGEM	UNIDADE	200	R$ 0,11	R$ 22,00	Kajoma
241	9807	PAPEL BOBINA - PARDO 60 CM	UNIDADE	10	R$ 65,00	R$ 650,00	Safra
242	13184	PAPEL CAMURCA 40X60 CORES VARIADAS	UNIDADE	250	R$ 0,80	R$ 200,00	VMP
243	13182	PAPEL CARTAO 50X66 CORES SORTIDAS	UNIDADE	300	R$ 0,87	R$ 261,00	VMP
244	32577	PAPEL CARTAO MICRO-ONDULADO 50X66 CORES DIVERSAS	UNIDADE	140	R$ 2,53	R$ 354,20	VMP
245	22113	PAPEL CREPOM PCT C/ 10 ROLOS CORES VARIADAS	PACOTE	80	R$ 9,60	R$ 768,00	VMP
246	22101	PAPEL CREPON CX C/ 20 UND CORES VARIADAS	CAIXA	40	R$ 19,00	R$ 760,00	VMP
249	6592	PAPEL LAMINADO 50X60 CORES VARIADAS	UNIDADE	300	R$ 0,94	R$ 282,00	VMP
251	6587	PAPEL MICRO ONDULADO 50X80 CORES VARIADAS	UNIDADE	50	R$ 2,53	R$ 126,50	VMP
252	8418	PAPEL SEDA CORES VARIADAS	UNIDADE	300	R$ 0,22	R$ 66,00	VMP
253	38373	PAPEL SELOFONE CORES DIVERSAS	UNIDADE	200	R$ 0,92	R$ 184,00	VMP
258	32202	PAPEL VERGE A4 180g PCT 50 FOLHAS CORES VARIADAS	PACOTE	25	R$ 14,69	R$ 367,25	Off Paper
259	24432	PAPEL VERGE BRANCO A4 180g PCT 50 FOLHAS	PACOTE	24	R$ 14,69	R$ 352,56	Off Paper
261	13197	PASTA AZ - LOMBO ESTREITO	UNIDADE	100	R$ 8,62	R$ 862,00	Policarty

262	9835	PASTA AZ - LOMBO LARGO	UNIDADE	60	R$ 8,62	R$ 517,20	Policarty
263	21964	PASTA AZ DE PAPELAO 8 CM	UNIDADE	110	R$ 8,62	R$ 948,20	Policarty
264	32203	PASTA CATALOGO C/ 100 PLAST CAPA DE PAPELAO REVEST C/ PLASTICO C/ 4 COLCHETES	UNIDADE	85	R$ 18,00	R$ 1. 530,00	ACP
265	21933	PASTA CATALOGO C/ 200 PLAST CAPA DE PAPELAO REVEST C/ PLASTICO C/ 4 COLCHETES	UNIDADE	73	R$ 83,90	R$ 6. 124,70	ACP
266	37271	PASTA CATALOGO C/ 10 PLAST CAPA DE PAPELAO REVESTIDO C/ PLASTICO C/ 4 COLCHETES	UNIDADE	15	R$ 9,25	R$ 138,75	ACP
267	21960	PASTA DE PAPELAO COM ELASTICO A4	UNIDADE	900	R$ 1,55	R$ 1. 395,00	Policarty
268	9838	PASTA ELASTICA - 2 CM DE ESPESSURA	UNIDADE	450	R$ 2,58	R$ 1. 161,00	Policarty
269	9837	PASTA ELASTICA - 5 CM DE ESPESSURA	UNIDADE	480	R$ 3,67	R$ 1. 761,60	Policarty
270	7623	PASTA GRAMPO TRILHO METAL	UNIDADE	600	R$ 1,55	R$ 930,00	Policarty
271	24474	PASTA PLASTICA C/ ELASTICO FINA	UNIDADE	600	R$ 1,62	R$ 972,00	Policarty
272	42829	PASTA POLIONDA 24X35X2CM COM ELASTICO	UNIDADE	100	R$ 2,53	R$ 253,00	Policarty
273	5426	PASTA POLIONDA 2CM	UNIDADE	100	R$ 2,53	R$ 253,00	Policarty
274	45835	PASTA POLIONDA 5CM COM ELASTICO	UNIDADE	100	R$ 3,81	R$ 381,00	Policarty
275	21931	PASTA POLIPROP C/ ELASTICO 245X235X40 TRANSP A4	UNIDADE	20	R$ 2,72	R$ 54,40	Policarty
276	43014	PASTA SANFONADA EM PLASTICO COM ESLASTICO C/ VARIAS DIVISOES	UNIDADE	15	R$ 17,30	R$ 259,50	Dello
277	45836	PASTA SUSPENSA EM PAPEL KRAFT COM ETIQUETA PARA IDENTIFICAÇÃO	UNIDADE	5030	R$ 1,30	R$ 6. 539,00	Dello
278	4662	PASTA SUSPENSA KRAFT C/50	CAIXA	35	R$ 65,00	R$ 2. 275,00	Dello
279	42792	PEN DRIVE CAPAC 16 GB CONEXAO USB 2.0 OU MAIOR MEMORIA FLASH	UNIDADE	9	R$ 36,50	R$ 328,50	Maxprint
280	43192	PEN DRIVE CAPAC 32 GB, USB 3.0 (CORSAIR, KINGSTON, SANDISK)	UNIDADE	10	R$ 66,00	R$ 660,00	Maxprint
281	21953	PEN DRIVE CAPAC 4 GB CONEXAO USB 2.0 OU MAIOR MEMORIA FLASH	UNIDADE	35	R$ 34,00	R$ 1. 190,00	Maxprint
282	32205	PEN DRIVE CAPAC 8 GB CONEXAO USB 2.0 OU MAIOR MEMORIA FLASH	UNIDADE	35	R$ 34,90	R$ 1. 221,50	Maxprint
284	21932	PERFURADOR CENTRAL COM CAPAC P/ PERFURAR 12 FOLHAS	UNIDADE	22	R$ 13,60	R$ 299,20	Jocar
285	15354	PERFURADOR CENTRAL P/ 50 FOLHAS	UNIDADE	18	R$ 38,40	R$ 691,20	BRW
286	32590	PETECA	UNIDADE	30	R$ 16,00	R$ 480,00	Cia Brinq
292	21935	PINCEL MARCA TEXTO COR AMARELO CX C/ 12 UNID	CAIXA	20	R$ 12,50	R$ 250,00	Masterprint
293	21936	PINCEL MARCA TEXTO COR LARANJA CX C/ 12 UNID	CAIXA	19	R$ 12,50	R$ 237,50	Masterprint
294	21937	PINCEL MARCA TEXTO COR VERDE CX C/ 12 UNID	CAIXA	22	R$ 12,50	R$ 275,00	Masterprint
295	24482	PINCEL N 00 CABO MARROM	UNIDADE	130	R$ 6,00	R$ 780,00	Tigre
296	14811	PINCEL N§ 12	UNIDADE	70	R$ 2,43	R$ 170,10	Tigre
297	14809	PINCEL N§ 06	UNIDADE	70	R$ 1,92	R$ 134,40	Tigre
298	14810	PINCEL N§ 08	UNIDADE	70	R$ 2,23	R$ 156,10	Tigre
299	14808	PINCEL N§ 10	UNIDADE	70	R$ 2,35	R$ 164,50	Tigre
300	29000	PINCEL Nº 00	UNIDADE	70	R$ 5,24	R$ 366,80	Tigre
301	20215	PINCEL Nº 02	UNIDADE	70	R$ 1,83	R$ 128,10	Tigre
302	32578	PINCEL No 04	UNIDADE	70	R$ 1,92	R$ 134,40	Tigre
303	24523	PINCEL Nº 14	UNIDADE	70	R$ 2,79	R$ 195,30	Tigre
304	32579	PINCEL No 16	UNIDADE	70	R$ 3,32	R$ 232,40	Tigre
305	43027	PINCEL PARA PINTURA Nº 18	UNIDADE	30	R$ 3,58	R$ 107,40	Tigre
312	29014	PISTOLA P/ COLA QUENTE MEDIA	UNIDADE	16	R$ 15,57	R$ 249,12	BRW
313	9801	PISTOLA PARA COLA QUENTE - FINA	UNIDADE	16	R$ 13,73	R$ 219,68	BRW
314	15461	PISTOLA PARA COLA QUENTE GRANDE BIVOLT	UNIDADE	14	R$ 16,27	R$ 227,78	BRW
316	9842	PLACA DE ISOPOR 1,5 A 2 CM DE ESPESSURA	UNIDADE	128	R$ 4,54	R$ 581,12	Isooeste
317	43018	PLASTICO PARA CRACHA	UNIDADE	230	R$ 0,94	R$ 216,20	ACP

318	21975	PLASTICO PARA PASTA CATALOGO DOIS FUROS	UNIDADE	1200	R$ 0,17	R$ 204,00	ACP
320	43013	PORTA PAPEL OU CAIXA DE CORRESPONDENCIA DUPLA P/ MESA DE ESCRITORIO	UNIDADE	4	R$ 33,00	R$ 132,00	Dello
321	43012	PORTA PAPEL OU CAIXA DE CORRESPONDENCIA TRIPLA P/ MESA DE ESCRITORIO	UNIDADE	4	R$ 47,00	R$ 188,00	Dello
324	15463	PRANCHETA EM AGLOMERADO C/ PRENDEDOR METALICO MED. APROX. 33X23 CM	UNIDADE	53	R$ 3,44	R$ 182,32	Stalo
325	45838	PRANCHETA EM ACRILICO TRANSPARENTE C/ PRENDEDOR METALICO MED. APROX. 33X23 CM	UNIDADE	90	R$ 13,10	R$ 1.179,00	Acrimet
326	45839	PRANCHETA EM MADEIRA C/ PRENDEDOR METALICO MED. APROX. 33X23 CM	UNIDADE	90	R$ 3,44	R$ 309,60	Stalo
327	42837	QUADRO ESCOLAR BRANCO APROX. 120X90	UNIDADE	5	R$ 80,00	R$ 400,00	Stalo
328	42838	QUADRO ESCOLAR BRANCO TAMANHO GRANDE 2,00X1,20M	UNIDADE	6	R$ 159,00	R$ 954,00	Stalo
329	42839	QUADRO ESCOLAR BRANCO TAMANHO GRANDE 3,00X1,20 M	UNIDADE	5	R$ 206,00	R$ 1.030,00	Stalo
330	20569	QUADRO ESCOLAR LOUSA PARA GIZ TAMANHO GRANDE 3,00X1,20M	UNIDADE	1	R$ 190,00	R$ 190,00	Stalo
331	32175	QUEBRA CABECA DE ANIMAIS	UNIDADE	24	R$ 22,30	R$ 535,20	Preschool
332	32174	QUEBRA CABECA PRIMEIRA IDADE	UNIDADE	24	R$ 31,00	R$ 744,00	Cia Brinq
333	22122	QUEBRA-CABECAS DE PAPELAO REFORCADO MED APROX 30X30CM	UNIDADE	24	R$ 22,39	R$ 537,36	Cia Brinq
335	9823	REABASTECEDOR DE PINCEL PARA QUADRO BRANCO - COR AZUL	UNIDADE	10	R$ 9,75	R$ 97,50	Grampline
336	9824	REABASTECEDOR DE PINCEL PARA QUADRO BRANCO - COR PRETO	UNIDADE	10	R$ 9,75	R$ 97,50	Grampline
337	9825	REABASTECEDOR DE PINCEL PARA QUADRO BRANCO - COR VERMELHO	UNIDADE	10	R$ 9,75	R$ 97,50	Grampline
338	32206	REABASTECEDOR DE PINCEL PARA QUADRO BRANCO 500 g - COR AZUL	UNIDADE	20	R$ 94,00	R$ 1.880,00	Grampline
339	32208	REABASTECEDOR DE PINCEL PARA QUADRO BRANCO 500 g - COR PRETO	UNIDADE	20	R$ 94,00	R$ 1.880,00	Grampline
342	9800	REFIL PARA COLA QUENTE - FINO	UNIDADE	250	R$ 0,52	R$ 130,00	Rendicolla
343	15330	REFIL PARA COLA QUENTE GROSSA	UNIDADE	280	R$ 1,06	R$ 296,80	Rendicolla
344	14678	REFIL PARA COLA QUENTE GROSSA	UNIDADE	50	R$ 1,06	R$ 53,00	Rendicolla
345	24508	REGUA 50 CM	UNIDADE	58	R$ 2,32	R$ 134,56	Acrinil
346	21952	REGUA CRISTAL EM POLIESTIRENO 30 CM REFORCADA	UNIDADE	513	R$ 1,65	R$ 846,45	Acrimet
347	9431	REGUA DE POLIESTIRENO 30CM CRISTAL SIMPLES	UNIDADE	250	R$ 0,69	R$ 172,50	Waleu
353	32795	TELA P/ PINTURA 20X20 CM	UNIDADE	10	R$ 6,60	R$ 66,00	Souza
354	24524	TELA P/ PINTURA 30X20 CM	UNIDADE	10	R$ 8,70	R$ 87,00	Souza
355	21988	TELA P/ PINTURA 30X40 CM	UNIDADE	10	R$ 13,00	R$ 130,00	Souza
357	15503	TESOURA ESCOLAR SEM PONTA CABO EM PLASTICO PEQUENA	UNIDADE	430	R$ 1,92	R$ 825,60	Kit
358	45798	TESOURA PROFISSIONAL	UNIDADE	10	R$ 31,00	R$ 310,00	Guller
359	45840	TESOURA PROFISSIONAL	UNIDADE	14	R$ 31,00	R$ 434,00	Guller
361	45841	TINTA GUACHE DIVERSAS CORES POTE 250 ML	UNIDADE	20	R$ 3,46	R$ 69,20	Delta
362	22126	TINTA P/ CARIMBO S/ OLEO COR AZUL 42 ML	UNIDADE	16	R$ 9,90	R$ 158,40	Pilot
363	21976	TINTA P/ CARIMBO S/ OLEO COR PRETA 42 ML	UNIDADE	12	R$ 9,90	R$ 118,80	Pilot
364	32584	TINTA P/ TECIDO 250g CORES VARIADAS	UNIDADE	200	R$ 14,00	R$ 2.800,00	Acrilex
365	9814	TINTA PARA PINCEL ATOMICO - COR AZUL - CX 12 X1	CAIXA	1	R$ 57,70	R$ 57,70	Radex
366	9815	TINTA PARA PINCEL ATOMICO - COR PRETO - CX 12 X1	CAIXA	1	R$ 57,70	R$ 57,70	Radex
367	9816	TINTA PARA PINCEL ATOMICO - COR VERMELHO - CX 12 X1	CAIXA	1	R$ 57,70	R$ 57,70	Radex
368	33018	TINTA PARA TECIDOS CORES VARIADAS 37ML	UNIDADE	200	R$ 3,10	R$ 620,00	Acrilex
382	37349	VERNIZ ACRILICO	UNIDADE	10	R$ 10,00	R$ 100,00	Acrilex
384	22104	VERNIZ VITRAL BEM 37 ML CORES VARIADAS	UNIDADE	10	R$ 7,20	R$ 72,00	Acrilex
385	46706	BOLA VINIL ATLETA 170G - DENTE DE LEITE	UNIDADE	1000	R$ 3,77	R$ 3.770,00	Alphabola
					Total R$ 127.918,57		

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Fornecer os produtos ou serviços dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os produtos ou serviços licitados deverão ser entregues na sede da Prefeitura Municipal em Nova Monte Verde - MT, da forma como forem solicitados pelo setor competente **no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da Ordem de Serviço.**

5.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade ;

5.4. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.5. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.6. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência;

5.7. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.8. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.9. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.10. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.12. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.13. Fornecer os produtos ou serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.14. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais e/ou trabalhistas previstas na legislação vigente, comprometendo-se a saldá-las em tempo oportuno, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT;

5.15. Assumir todos os encargos de possíveis demandas trabalhistas, cíveis ou penais, relacionadas à prestação dos serviços, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

5.16. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste Pregão.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Serviço;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a prestação dos serviços;

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO PAGAMENTO

7.1 O pagamento devido será efetuado conforme emissão da nota fiscal devidamente atestada pela secretaria responsável atestando o recebimento dos produtos ou serviços.

7.2 A Nota Fiscal será paga somente após o atesto do setor competente, assegurando que os produtos ou serviços entregues estão de acordo com as exigências contidas neste edital.

7.3 A Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se os dados constantes da Nota Fiscal estiverem em desacordo com os dados da empresa vencedora do certame licitatório.

7.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

8.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços**.**

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº. 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 20.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial dos serviços, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 20.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços correrão à conta das dotações orçamentárias citadas abaixo, ou das demais que possam vir a aderir à presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

ADMINISTRAÇÃO

03 – Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

001 – Gabinete do Secretário de Administração e Planejamento

04 – Administração

122 – Administração Geral

0004 – Gestão Administrativas Eficientes

2 006 – Manutenção e Encargos da Secretaria de Administração Planejamento

55 – 33.90.30.00.00.00 – Material de Consumo

EDUCAÇÃO 25%

05 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte

001 – Departamento de Apoio Educacional

12 – Educação

361 – Ensino Fundamental

0024 – Educação de Qualidade

2 012 – Manutenção da Secretaria de Educação

93 – 33.90.30.00.00.00 – Material de Consumo

DEPARTAMENTO DE ESPORTES

05 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte

006 – Lazer

27 – Desporto e Lazer

813 – Lazer

0038 – Atividade de Lazer e Recreações Desportivas

2 044 – Manutenção de Esportes Lazer e Juventude

254 – 33.90.30.00.00.00 – Material de Consumo

SECRETARIA DE SAÚDE 15%

07 – Secretaria Municipal de Saúde

002 – Fundo Municipal de Saúde

10 – Saúde

301 – Atenção Básica

0032 – Bloco I – Atenção Básica – Saúde com Qualidade

2 026 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

357 – 33.90.30.00.00.00 – Material de Consumo

PAB BLOCO I

07 – Secretaria Municipal de Saúde

002 – Fundo Municipal de Saúde

10 – Saúde

301 – Atenção Básica

0032 – Bloco I – Atenção Básica – Saúde com Qualidade

2 029 – Manutenção do Bloco Atenção Básica

371 – 33.90.30.00.00.00 – Material de Consumo

TFVS III

07 – Secretaria Municipal de Saúde

002 – Fundo Municipal de Saúde

10 – Saúde

305 – Vigilância Epidemiológica

0036 – Bloco III – Vigilância em Saúde – Saúde com Qualidade

2 031 – Manutenção do Bloco Vigilância em Saúde

431 – 33.90.30.00.00.00 – Material de Consumo

OBRAS

08 – Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Serviço Urbano

002 – Departamento de Obras e Transporte

26 – Transporte

782 – Transporte Rodoviário

0012 – Melhoria e Investimentos nas Estruturas

2 040 – Manutenção do Departamento de Obras e Transporte

448 – 33.90.30.00.00.00 – Material de Consumo

AGRICULTURA

06 – Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Saneamento

001 – Gabinete da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Saneamento

20 – Agricultura

606 – Extensão Rural

0040 – Atenção a Produção Rural

2 036 – Manutenção do Gabinete do Secretario de Agricultura, Meio Ambiente e Saneamento

275 – 33.90.30.00.00.00 – Material de Consumo

ASSISTÊNCIA SOCIAL

09 – Secretaria Municipal de Assistência social, Trabalho e Cidadania

001 – Gabinete do Sec. de Assistência social

08 – Assistência social

122 – Administração Geral

0049 – Proteção Social Básica

2 071 – Manutenção do Gabinete do Sec. de Assistência social

488 – 33.90.30.00.00.00 – Material de Consumo

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº. 41/2017,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT.

14. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Nova Monte Verde-MT, 28 de Novembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE-MT

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

PREFEITA MUNICIPAL

HC COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA - EPP,

CNPJ: 36.917.771/0001-95

CONTRATADA

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 31 PREGÃO PRESENCIAL N° 41/2017- R.G DA PAZ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 31

PREGÃO PRESENCIAL N° 41/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 6004/2017

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE-MT,** Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Mato Grosso, nº 51, Centro, nesta cidade, doravante denominada PREFEITURA, neste ato devidamente representada pela Prefeita Municipal, Sra. **BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES**, brasileira, casada, portadora da C.I. RG n.º 3.365.940 SSP/PR e CPF/MF nº. 788.664.809-91, residente e domiciliada á Rua José Joaquim Vieira Nº. 88 nesta cidade de Nova Monte Verde-MT, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) **R. G. DA PAZ EIRELI - EPP, CNPJ: 21.058.617/0001-38**, nas quantidades estimadas **na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº. 41/2017 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02 e, no que couber, ao Decreto Municipal nº. 14/2010, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PAPELARIA COM ENTREGA PARCELADA, Á FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE NOVA MONTE VERDE, CONFORME SOLICITAÇÕES EM ANEXO, PARA UM PERÍODO DE 12 MESES,** conforme especificações e condições constantes no edital de Pregão Presencial nº. 41/2017.

1.1.1. Este instrumento **NÃO OBRIGA** a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para tal objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência da execução, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogada por igual período, na forma da lei.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá às Secretarias Municipais participantes, através do Departamento de Compras/Licitações, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR: R. G. DA PAZ EIRELI – EPP

CNPJ: 21.058.617/0001-38

ENDEREÇO: Av. Alzira Santana, S/N, Quadra 17, Lote 05, Bairro Ikaray**,** Varzea Grandre – MT.

Seq.	Cod.	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Venc.	Valor Total	Marca
4	12959	ALFINETE COLORIDO PARA MAPA CX C/50	CAIXA	10	R$ 2,85	R$ 28,50	BRW
7	9811	ALFINETE PARA MURAL COM CABECA CX C/ 50 UNID	CAIXA	35	R$ 2,60	R$ 91,00	BRW
8	9812	ALFINETE PARA MURAL SEM CABECA CX C/ 50 UNID	CAIXA	15	R$ 2,60	R$ 39,00	BRW
11	15318	ALMOFADA P/ CARIMBO COR AZUL	UNIDADE	74	R$ 3,50	R$ 259,00	Japan
13	8481	APAGADOR DE QUADRO BRANCO	UNIDADE	53	R$ 4,30	R$ 227,90	Japan
21	22094	ASPIRAL PARA ENCADERNACAO - 25MM	UNIDADE	320	R$ 0,53	R$ 169,60	Usafolin
22	9846	ASPIRAL PARA ENCADERNACAO - 7MM	UNIDADE	320	R$ 0,09	R$ 28,80	Usafolin
23	9845	ASPIRAL PARA ENCADERNACAO - 9MM	UNIDADE	320	R$ 0,11	R$ 35,20	Usafolin
24	9844	ASPIRAL PARA ENCADERNACAO - 14MM	UNIDADE	320	R$ 0,19	R$ 60,80	Usafolin
25	9843	ASPIRAL PARA ENCADERNACAO - 20MM	UNIDADE	320	R$ 0,35	R$ 112,00	Usafolin
28	21989	BAMBOLE P/ ATIVIDADES RECREATIVAS TAM UNICO	UNIDADE	100	R$ 6,15	R$ 615,00	Minitoys
29	29020	BARBANTE COR CRU 4/6	UNIDADE	20	R$ 12,80	R$ 256,00	Piratininga
30	22107	BARBANTE CRU N 8 - 4/8 ROLO 510 m	UNIDADE	30	R$ 12,80	R$ 384,00	Piratininga
31	24516	BARBANTE N 8 DIVERSAS CORES ROLO 510m	UNIDADE	32	R$ 12,80	R$ 409,60	Piratininga
36	15319	BEXIGA TAM G CORES DIVERSAS PCT C/ 50 UND	PACOTE	240	R$ 5,90	R$ 1. 416,00	Piq piq
37	43011	BLOCO AUTO ADESIVO (POST-IT) TAM. MEDIO	UNIDADE	50	R$ 3,45	R$ 172,50	Tris
40	24505	BOLA DE BORRACHA MEDIA P/ GINASTICA RITMICA	UNIDADE	25	R$ 50,00	R$ 1. 250,00	Colin Port
41	42835	BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO OFICIAL	UNIDADE	20	R$ 102,00	R$ 2. 040,00	Stadium
42	22115	BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO SIMPLES P/ ATIV RECREATIVAS	UNIDADE	25	R$ 78,00	R$ 1. 950,00	Poker
44	28954	BOLA DE ISOPOR 150MM	UNIDADE	220	R$ 3,95	R$ 869,00	Styroform
48	19454	BOLA DE PING PONG	UNIDADE	70	R$ 3,33	R$ 233,10	Klopf

49	22114	BOLA DE VOLEI COLORIDA DE EVA	UNIDADE	20	R$ 31,33	R$ 626,60	Alfa
50	42836	BOLA DE VOLEI OFICIAL	UNIDADE	20	R$ 102,00	R$ 2.040,00	Stadium
52	37491	BOLSA EM LONA TIPO CARTEIRO COM DIVERSOS COMPARTIMENTOS	UNIDADE	60	R$ 59,50	R$ 3.570,00	Valbec
55	37352	BORRACHA DE GUARDAR DINHEIRO	PACOTE	18	R$ 2,98	R$ 53,64	Redbor
56	9790	BORRACHA ESCOLAR BRANCA - CX COM 40 UN	CAIXA	187	R$ 8,75	R$ 1.636,25	Redbor
57	21985	BRINQUEDO FAZENDINHA C/ DIVERSOS BICHOS EM PLASTICO DURO	UNIDADE	12	R$ 31,50	R$ 378,00	M.C.B
59	9791	CADERNO 48 FLS - BROCHURA DE LINHA	UNIDADE	2100	R$ 1,20	R$ 2.520,00	Foroni
61	9792	CADERNO 48 FLS - DESENHO	UNIDADE	2050	R$ 1,19	R$ 2.439,50	Foroni
63	42918	CADERNO GRANDE 48 FLS- BROCHURA DE LINHA	UNIDADE	10	R$ 4,74	R$ 47,40	Foroni
65	21968	CADERNO PEQUENO CAPA DURA BROCHURA 96 FOLHAS	UNIDADE	380	R$ 4,05	R$ 1.539,00	Foroni
66	21940	CALCULADORA 08 DIGITOS COM BATERIA TAM APROX. 15CMX10CMX1CM	UNIDADE	98	R$ 10,33	R$ 1.012,34	Masterprint
67	9438	CALCULADORA 12 DIGIT OUTO POWER OFF	UNIDADE	56	R$ 18,55	R$ 1.038,80	Masterprint
70	32832	CANETA ESFEROGRAFICA ESCRITA MEDIA, SEXTAVADA, MODELO CRISTAL, CORPO EM MATERIAL PLASTICO, CARGA REMOVIVEL, NAO ROSQUEADA, PONTA COM ESFERA DE TUGSTENIO NA COR AZUL CAIXA COM 50 UNIDADES	CAIXA	123	R$ 39,90	R$ 4.907,70	Bic
71	32834	CANETA ESFEROGRAFICA ESCRITA MEDIA, SEXTAVADA, MODELO CRISTAL, CORPO EM MATERIAL PLASTICO, CARGA REMOVIVEL, NAO ROSQUEADA, PONTA COM ESFERA DE TUGSTENIO NA COR PRETA CAIXA COM 50 UNIDADES	CAIXA	112	R$ 39,90	R$ 4.468,80	Bic
72	32835	CANETA ESFEROGRAFICA ESCRITA MEDIA, SEXTAVADA, MODELO CRISTAL, CORPO EM MATERIAL PLASTICO, CARGA REMOVIVEL, NAO ROSQUEADA, PONTA COM ESFERA DE TUGSTENIO NA COR VERMELHA CAIXA COM 50 UNIDADES	CAIXA	50	R$ 39,90	R$ 1.995,00	Bic
82	9809	CAPA PARA ENCADERNACAO - TAMANHO A4 FRENTE	UNIDADE	1090	R$ 0,42	R$ 457,80	Usafolin
90	21980	CARRINHO DE BRINQUEDO EM PLASTICO TAM APROX 20 CM	UNIDADE	220	R$ 14,00	R$ 3.080,00	Rodzang
106	10424	COLA BRANCA 100GR	UNIDADE	30	R$ 2,59	R$ 77,70	Frama
109	13176	COLA BRANCA LAVAVEL NAO TOXICA 1LT	UNIDADE	28	R$ 8,40	R$ 235,20	Piratininga
112	32589	COLA GLITER 23g CORES VARIADAS	UNIDADE	110	R$ 1,40	R$ 154,00	Piratininga
117	22095	COLA-ADESIVO VINILICO DE COR BRANCA INDICADO P/ COLAGENS DE MADEIRA, LAMINADOS DE PLASTICO, PAPEL, PAPELAO E MAT POROSO EM GERAL-EMB C/ 1 kg	UNIDADE	20	R$ 8,40	R$ 168,00	Piratininga
118	32799	COLA-ADESIVO VINILICO DE COR BRANCA INDICADO P/ COLAGENS DE MADEIRA, LAMINADOS DE PLASTICO, PAPEL, PAPELAO E MAT POROSO EM GERAL-EMB C/ 500 g	UNIDADE	23	R$ 5,60	R$ 128,80	Piratininga
120	22096	CONTRA-CAPA PARA ENCADERNACAO - TAMANHO A4	UNIDADE	1090	R$ 0,42	R$ 457,80	Usafolin
132	42834	E V A EMBORRACHADO PLACA DE 600X400 MM RUGOSO CORES DIVERSAS	UNIDADE	100	R$ 6,00	R$ 600,00	VMP
133	21993	E.V.A EMBORRACHADO PLACA DE 600X400 MM CORES DIVERSAS	UNIDADE	2150	R$ 1,58	R$ 3.397,00	VMP
137	21945	ENVELOPE 18X25 BRANCO	UNIDADE	350	R$ 0,16	R$ 56,00	Scrity
148	16716	ESTILETE GRANDE	UNIDADE	53	R$ 1,31	R$ 69,43	Masterprint
153	28869	FAMILIA LUDICA	UNIDADE	7	R$ 160,00	R$ 1.120,00	Carlu
154	28980	FANTOCHE DE BONECOS	UNIDADE	25	R$ 34,83	R$ 870,75	Carlu
155	28871	FAZENDINHA COMPLETA	UNIDADE	5	R$ 31,00	R$ 155,00	Carlu
171	45827	FITA PLASTICA PCV 2,4 CM PARA PRESENTE EM ROLO	UNIDADE	50	R$ 8,00	R$ 400,00	Em Festa
172	22124	FITILHO DE NYLON 1/2 CM DE LARG CORES VARIADAS ROLO 50M	UNIDADE	130	R$ 2,31	R$ 300,30	Em Festa
176	42925	FOLHA EM E.V.A ATOALHADO DE 600 X 400 X X 2MM CORES DIVERSAS	UNIDADE	150	R$ 6,00	R$ 900,00	VMP
177	42924	FOLHA EM E.V.A COM GLITER DE 600 X 400 X 2MM CORES DIVERSAS	UNIDADE	200	R$ 6,00	R$ 1.200,00	VMP
178	42923	FOLHA EM E.V.A ESTAMPADO DE 600 X 400 X 2MM CORES DIVERSAS	UNIDADE	150	R$ 4,90	R$ 735,00	VMP
179	42922	FOLHA EM E.V.A LISO DE 600 X400 X 2MM CORES DIVERSAS	UNIDADE	300	R$ 1,58	R$ 474,00	VMP
181	13177	GIZ DE CERA CX C/ 12 UNID CORES VARIADAS	CAIXA	338	R$ 1,61	R$ 544,18	Coala
206	28872	JOGO DE MESA C/ CADEIRAS INFANTIL MEDINDO APROX. 57,5 X CM DE LARGURA E 47 CM DE ALTURA, C/ 4 CADEIRAS	UNIDADE	16	R$ 231,00	R$ 3.696,00	Plasmel
208	22121	JOGO DE XADREZ COMPOSTO POR 1 TABULEIRO QUADRICULADO DE APROX 25 X 25CM C/ 64 CASAS E 32 PECAS DE PLASTICO DURO	UNIDADE	28	R$ 19,81	R$ 554,68	Dudat
209	32222	JOGO LINCE ALFABETICO	UNIDADE	7	R$ 22,00	R$ 154,00	Carlu
213	28913	JOGO: LINCE ALFABETICO	UNIDADE	4	R$ 18,90	R$ 75,60	Carlu
215	24519	KIT PING PONG COMPOSTO POR DUAS RAQUETES E DUAS BOLAS	UNIDADE	20	R$ 14,02	R$ 280,40	Centrooeste

216	32841	LA PACOTE C/ 5 NOVELOS DE 100g CADA	PACOTE	5	R$ 34,00	R$ 170,00	Paramonte
220	9794	LAPIS DE COR GRANDE - CX 12 X 1	CAIXA	354	R$ 3,50	R$ 1.239,00	Masterprint
234	43017	PACOTE PARA PRESENTE TAM. GRANDE	UNIDADE	800	R$ 1,12	R$ 896,00	Gala
235	43016	PACOTE PARA PRESENTE TAM. MEDIO	UNIDADE	800	R$ 0,79	R$ 632,00	Gala
237	22100	PALITOS PARA CHURRASCO (PACOTE COM 100UN)	PACOTE	120	R$ 5,80	R$ 696,00	Theuto
247	15496	PAPEL DE PRESENTE EM PEDACO MED. APROX. 50X70 CM ESTAMPAS VARIADAS	UNIDADE	1050	R$ 0,79	R$ 829,50	VMP
248	9803	PAPEL HECTOGRAFICO - ESTENCIL A ALCOOL CX C/ 100 FLS	CAIXA	1	R$ 80,00	R$ 80,00	Cis
250	7505	PAPEL MANTEIGA	UNIDADE	200	R$ 0,44	R$ 88,00	VMP
255	24476	PAPEL SULFITE A4 75 GR RESMA C/ 500 FOLHAS	UNIDADE	40	R$ 20,50	R$ 820,00	Papermais
256	2262	PAPEL SULFITE A4 CX C/ 10 RESMAS DE 500 FLS	CAIXA	333	R$ 205,00	R$ 68.265,00	Papermais
283	11613	PERCEVEJO LATONADO CX C/ 100 UNID	CAIXA	27	R$ 1,89	R$ 51,03	BRW
287	45837	PILHA AA RECARREGAVEL COM CARREGADOR	UNIDADE	9	R$ 65,00	R$ 585,00	Eugin
288	9819	PINCEL ATOMICO COR AZUL - CX 12 X 1	CAIXA	14	R$ 17,22	R$ 241,08	BRW
289	9818	PINCEL ATOMICO COR PRETO - CX 12 X 1	CAIXA	14	R$ 17,22	R$ 241,08	BRW
290	15501	PINCEL ATOMICO COR VERDE CX 12X1	CAIXA	11	R$ 17,22	R$ 189,42	BRW
291	9820	PINCEL ATOMICO COR VERMELHO - CX 12 X 1	CAIXA	14	R$ 17,22	R$ 241,08	BRW
306	9821	PINCEL PARA QUADRO BRANCO - COR AZUL	UNIDADE	50	R$ 1,82	R$ 91,00	Masterprint
307	39636	PINCEL PARA QUADRO BRANCO - COR AZUL - RECARREGAVEL	UNIDADE	55	R$ 1,82	R$ 100,10	Masterprint
308	9822	PINCEL PARA QUADRO BRANCO - COR PRETO	UNIDADE	50	R$ 1,82	R$ 91,00	Masterprint
309	39637	PINCEL PARA QUADRO BRANCO - COR PRETO - RECARREGAVEL	UNIDADE	50	R$ 1,82	R$ 91,00	Masterprint
310	24539	PINCEL PARA QUADRO BRANCO - COR VERMELHO	UNIDADE	50	R$ 1,82	R$ 91,00	Masterprint
311	39638	PINCEL PARA QUADRO BRANCO - COR VERMELHO- RECARREGAVEL	UNIDADE	50	R$ 1,82	R$ 91,00	Masterprint
319	21956	PORTA LAPIS CANETA E CLIPS EM PLASTICO RESISTENTE TAM PADRAO	UNIDADE	29	R$ 6,16	R$ 178,64	Waleu
334	19452	RAQUETE DE PING PONG	UNIDADE	28	R$ 12,08	R$ 338,24	Pangue
340	24518	REDE DE PING PONG	UNIDADE	10	R$ 87,33	R$ 873,30	Donig
341	24517	REDE DE VOLEI	UNIDADE	10	R$ 120,75	R$ 1.207,50	Master
356	21962	TESOURA DOMESTICA 8 POLEGADAS	UNIDADE	19	R$ 5,51	R$ 104,69	BRW
360	22103	TINTA GUACHE 250g CX 6X1 CORES VARIADAS	CAIXA	74	R$ 17,50	R$ 1.295,00	Piratininga
370	24487	TINTA SPRAY AEROSOL INDICADO P/ PINTURA DECORATIVA EM MADEIRA, JORNAL, PAPEL, CERAMICA, MDF, ISOPOR, GESSO E CORTICA - DOURADO EMB C/ 350g	UNIDADE	5	R$ 17,33	R$ 86,65	Tecbond
371	32209	TINTA SPRAY AEROSOL INDICADO P/ PINTURA DECORATIVA EM MADEIRA, JORNAL, PAPEL, CERAMICA, MDF, ISOPOR, GESSO E CORTICA EMB C/ 350g CORES VARIADAS	UNIDADE	5	R$ 17,33	R$ 86,65	Tecbond
372	32842	TNT - TECIDO NAO TECIDO, DIMENSOES: NO MÍNIMO 1,40 M DE LARGURA CORES VARIADAS	METRO	300	R$ 1,73	R$ 519,00	Sul Brasil
373	22089	TNT AMARELO	METRO	60	R$ 1,73	R$ 103,80	Sul Brasil
374	15507	TNT AZUL	METRO	60	R$ 1,73	R$ 103,80	Sul Brasil
375	15473	TNT BRANCO 1 MT	METRO	60	R$ 1,73	R$ 103,80	Sul Brasil
376	15509	TNT MARROM	METRO	60	R$ 1,73	R$ 103,80	Sul Brasil
377	22090	TNT PRETO	METRO	60	R$ 1,73	R$ 103,80	Sul Brasil
378	15510	TNT ROSA	METRO	60	R$ 1,73	R$ 103,80	Sul Brasil
379	6546	TNT VERDE 1MT	METRO	60	R$ 1,73	R$ 103,80	Sul Brasil
380	6547	TNT VERMELHO 1 MT	METRO	60	R$ 1,73	R$ 103,80	Sul Brasil
386	46702	BONECA BARBIE FASHION AND BEAUTY DE PLASTICO (L x A x P): 7,5 x 30 x 4,5 CM.	UNIDADE	800	R$ 15,40	R$ 12.320,00	Sarcop
387	46696	BONECA DE PLASTICO APROX. 20 CM	UNIDADE	300	R$ 20,00	R$ 6.000,00	Centroeste
388	46703	BONECA NENEQUINHA BEBEZINHO - SUPER TOYS, PLASTICO E VINIL ATOXICO (L x A x P): 16 x27 x 9,5 CM	UNIDADE	800	R$ 18,11	R$ 14.488,00	Divertoys
390	14799	CARRINHO DE PLASTICO	UNIDADE	300	R$ 10,33	R$ 3.099,00	M.C.B

391	46705	CARRO FRICÇAO PLASTICO ESPORTIVO, VARIADAS CORES EMBALAGEM: 28,5 x 14 x 8 CM	UNIDADE	800	R$ 9,90	R$ 7. 920,00	Elite Imports
					Total	**R$ 184.428,03**	

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Fornecer os produtos ou serviços dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os produtos ou serviços licitados deverão ser entregues na sede da Prefeitura Municipal em Nova Monte Verde - MT, da forma como forem solicitados pelo setor competente **no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da Ordem de Serviço.**

5.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade ;

5.4. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.5. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.6. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência;

5.7. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.8. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.9. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.10. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.12. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.13. Fornecer os produtos ou serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.14. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais e/ou trabalhistas previstas na legislação vigente, comprometendo-se a saldá-las em tempo oportuno, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT;

5.15. Assumir todos os encargos de possíveis demandas trabalhistas, cíveis ou penais, relacionadas à prestação dos serviços, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

5.16. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste Pregão.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Serviço;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a prestação dos serviços;

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO PAGAMENTO

7.1 O pagamento devido será efetuado conforme emissão da nota fiscal devidamente atestada pela secretaria responsável atestando o recebimento dos produtos ou serviços.

7.2 A Nota Fiscal será paga somente após o atesto do setor competente, assegurando que os produtos ou serviços entregues estão de acordo com as exigências contidas neste edital.

7.3 A Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se os dados constantes da Nota Fiscal estiverem em desacordo com os dados da empresa vencedora do certame licitatório.

7.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

8.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços**.**

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº. 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 20.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial dos serviços, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 20.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços correrão à conta das dotações orçamentárias citadas abaixo, ou das demais que possam vir a aderir à presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

ADMINISTRAÇÃO

03 – Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

001 – Gabinete do Secretário de Administração e Planejamento

04 – Administração

122 – Administração Geral

0004 – Gestão Administrativas Eficientes

2 006 – Manutenção e Encargos da Secretaria de Administração Planejamento

55 – 33.90.30.00.00.00 – Material de Consumo

EDUCAÇÃO 25%

05 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte

001 – Departamento de Apoio Educacional

12 – Educação

361 – Ensino Fundamental

0024 – Educação de Qualidade

2 012 – Manutenção da Secretaria de Educação

93 – 33.90.30.00.00.00 – Material de Consumo

DEPARTAMENTO DE ESPORTES

05 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte

006 – Lazer

27 – Desporto e Lazer

813 – Lazer

0038 – Atividade de Lazer e Recreações Desportivas

2 044 – Manutenção de Esportes Lazer e Juventude

254 – 33.90.30.00.00.00 – Material de Consumo

SECRETARIA DE SAÚDE 15%

07 – Secretaria Municipal de Saúde

002 – Fundo Municipal de Saúde

10 – Saúde

301 – Atenção Básica

0032 – Bloco I – Atenção Básica – Saúde com Qualidade

2 026 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

357 – 33.90.30.00.00.00 – Material de Consumo

PAB BLOCO I

07 – Secretaria Municipal de Saúde

002 – Fundo Municipal de Saúde

10 – Saúde

301 – Atenção Básica

0032 – Bloco I – Atenção Básica – Saúde com Qualidade

2 029 – Manutenção do Bloco Atenção Básica

371 – 33.90.30.00.00.00 – Material de Consumo

TFVS III

07 – Secretaria Municipal de Saúde

002 – Fundo Municipal de Saúde

10 – Saúde

305 – Vigilância Epidemiológica

0036 – Bloco III – Vigilância em Saúde – Saúde com Qualidade

2 031 – Manutenção do Bloco Vigilância em Saúde

431 – 33.90.30.00.00.00 – Material de Consumo

OBRAS

08 – Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Serviço Urbano

002 – Departamento de Obras e Transporte

26 – Transporte

782 – Transporte Rodoviário

0012 – Melhoria e Investimentos nas Estruturas

2 040 – Manutenção do Departamento de Obras e Transporte

448 – 33.90.30.00.00.00 – Material de Consumo

AGRICULTURA

06 – Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Saneamento

001 – Gabinete da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Saneamento

20 – Agricultura

606 – Extensão Rural

0040 – Atenção a Produção Rural

2 036 – Manutenção do Gabinete do Secretario de Agricultura, Meio Ambiente e Saneamento

275 – 33.90.30.00.00.00 – Material de Consumo

ASSISTÊNCIA SOCIAL

09 – Secretaria Municipal de Assistência social, Trabalho e Cidadania

001 – Gabinete do Sec. de Assistência social

08 – Assistência social

122 – Administração Geral

0049 – Proteção Social Básica

2 071 – Manutenção do Gabinete do Sec. de Assistência social

488 – 33.90.30.00.00.00 – Material de Consumo

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº. 41/2017,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT.

14. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Nova Monte Verde-MT, 28 de Novembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE-MT

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

PREFEITA MUNICIPAL

R. G. DA PAZ EIRELI – EPP

CNPJ: 21.058.617/0001-38

CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2017
REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Nova Nazaré-MT, através de seu Pregoeiro Oficial, torna público **Registro de preços para futura e eventual aquisição de ônibus escolares Zero KM para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação do Município de Nova Nazaré-MT, con-**

forme especificações do edital e anexos, na modalidade **Pregão Presencial** no dia **11/12/2017 às 08h00min** (**Horário Cuiabá**) na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis.**Os interessados poderão solicitar e retirar o edital completona Prefeitura Municipal de Nova Nazaré/MT - podendo ser retirado pessoalmente,** por telefone (66) – 3467.1019, no horário das 07h00min às 13h00min, através do e-mail **licitacaonovanazare@hotmail.com** ou no endereço eletrônico **www.novanazare.mt.gov.br.**

Nova Nazaré-MT, 27 de Novembro de 2017.

NUBIA MATILDES DE CARVALHO

Pregoeira Substituta

ERRATA – ORDEM DE SERVIÇOS

A Prefeitura Municipal de Nova Nazaré-MT., em correção à publicação da **ORDEM PARA INICIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS,** o qual autoriza a empresa **SORTE CONSTRUTORA LTDA-EPP**., a dar inicio a ***revitalização do campo de futebol no Município de Nova Nazaré-MT****,* publicada no Diário Oficial dos Municípios – AMM/MT **COMUNICA** à todos que:

AONDE SE LÊ: *04 de Setembro de 2017*

LEIA-SE: *23 de Setembro de 2017.*

Nova Nazaré - MT, 27 de Novembro de 2017.

.

Kenia Cristina Campos de Azevedo Iuen

Secretaria Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE E JULGAMENTO E RESULTADO, REFERENTE O PREGÃO PRESENCIAL N.º 044/2017.

Aos 22 dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete, às 08h00min, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Olímpia-MT, a Pregoeira, juntamente com a equipe de apoio, devidamente constituídos pela Portaria nº 208/2017, reuniram-se com a finalidade específica de abertura e julgamento de propostas e adotar providências relacionadas ao **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES E FILTROS PARA ATENDIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA-MT.** Examinada as propostas declarou-se vencedora do certame a empresa com seu respectivo item e valor global: G. BORGES PEREIRA EIRELLI - EPP foi vencedora do(s) item(ns): 006, 012, 015, 021, 022, 023, 024, 031, 032, 034, 035, 037, 038, 039, 040, 041, 042, 047, 050, 052, 055, 056, 057, 059, 060, 061, 062, 064, 065, 066, 067, por apresentar menor preço no valor de R$ 85.673,30 (oitenta e cinco mil, seiscentos e setenta e três reais e trinta centavos) e atender os requisitos do processo licitatório

Nova Olímpia/MT 22 de novembro de 2017

Eliete Silva

Pregoeira Oficial

Portaria nº 208/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

PORTARIA Nº. 0416/2017

PORTARIA Nº. 0416/2017

DATA: 01 DE OUTUBRO DE 2017

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA SRA IVANILDE LEITE PEREIRA".

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSAO FUNCIONAL para a servidora abaixo:

NOME	NÍVEL
IVANILDE LEITE PEREIRA	A-05

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 01 de Outubro de 2017.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

Decreto. n° 001/2013

PORTARIA Nº. 0422/2017

PORTARIA Nº. 0422/2017

DATA: 20 DE OUTUBRO 2017

"CONCEDE, A SERVIDORA SRA ELGA ROSMARI DOGE, LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VALDENIR JOSE DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART.1º. CONCEDER, 36 (trinta e seis) meses de **LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR,** a Servidora Sra. **ELGA ROSMARI DOGE**, portadora da Cédula de Identidade RG n**°.** 30.575.825-1 SSP/SP e CPF nº504.723.139-91, servidora efetiva no cargo de **TÉCNICA EM ENFERMAGEM,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

PARÁGRAFO UNICO - A Licença que trata o Art. anterior dar-se-á pelo período de 01 de outubro de 2017 a 30 de setembro de 2020.

ART.2º. Revogam-se as disposições em contrário.

ART.3º. Esta Portaria tem efeito retroativo a 01 de outubro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 20 de outubro de 2017.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 0417/2017

PORTARIA Nº. 0417/2017

DATA: 06 DE OUTUBRO DE 2017

DESIGNAR ENGENHEIRO RESPONSÁVEL PARA SUPERVISIONAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE OBRAS DE CALÇAMENTO.

VALDENIR JOSE DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º- DESIGNAR, o Servidor **ENGENHEIRO JEFFERSON MAURICIO BERNINI** – Engenheiro Civil – CREA SP: 5069387059, RG: 5.715.073-4 – CPF: 869.282.959-53, Endereço: Avenida Pará – nº1651 – Centro – Nova Ubiratã/MT**,** para **SUPERVISIONAR** e **FISCALIZAR** a execução dos serviços de obras de calçamento frontal do paço municipal, de Nova Ubiratã-MT, de conformidade com o contrato 017/2017, celebrado com a firma: UM CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - MT, efetuando medições realizadas e no final da obra firma o termo de recebimento de obra, conforme prevê a alínea "a" artigo 73, da Lei nº8.666/93.

ART.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ART.3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 06 de Outubro de 2017.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

Decreto. n° 001/2013

PORTARIA Nº. 421/2017

PORTARIA Nº. 421/2017

DATA: 19 DE OUTUBRO DE 2017.

"**NOMEIA PRESIDENTE CONSELHO MUNICIPAL DE SÁUDE DO MUNICIPIO DE NOVA UBIRATÃ –MT** ."

O Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 52, Inciso II da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART 1º. – **NOMEAR,** conforme Termo de Posse em anexo, para **PRESIDIR O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**, a Servidora Sra.**TATIANA ROBERTA ROSIN SAMPAIO,** portadora da Cédula de Identidade RG n.º 7.245.280-1 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o n.º 033.019.979-02.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICÍPIPAL DE NOVA UBIRATÃ, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 19 DE OUTUBRO DE 2017.

VALDENIR JOSE DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 0415/2017

PORTARIA Nº. 0415/2017

DATA: 01 DE OUTUBRO DE 2017

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º.NOMEAR, a Sra. **SANDRA CLEMENTINO DE AMARÕES FERREIRA DA SILVA,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1.898.637-4 SSP/MT e inscrita no CPF nº. 016.313.711.00, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **COORDENADORA EXECUTIVA DO PROCON**, lotada no Gabinete do Prefeito.

ART.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ART.3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 01 de outubro de 2017.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

Decreto. n° 001/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.661, 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

PORTARIA N.º 8.661, 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre abertura de Processo Administrativo Disciplinar, e dá outras providencias.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que "*Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT"* e suas alterações posteriores*;*

Considerando o disposto no MEMO nº 30/2017 – OUVIDORIA/PMNX, que encaminha ao Chefe do Poder Executivo Municipal, denúncia feita e registrada junto a Ouvidoria em desfavor do servidor público municipal Edbert Moreira Júnior – Engenheiro Civil;

Considerando o disposto no inciso I do art. 183 da Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*;

Considerando, que a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, garantindo ao acusado a ampla defesa e o contraditório e conforme determina o artigo 5º LV da Constituição Federal de 1988;

Resolve:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar para apurar possíveis práticas incompatíveis com o exercício da função pública, em tese cometidas pelo servidor público municipal **Edbert Moreira Júnior**, Engenheiro Civil, Matrícula Funcional 3956, pelos membros da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, nomeados através da Portaria 8. 474, de 01 de setembro de 2017, para, sob a presidência do primeiro, apurar as possíveis irregularidades identificadas:

I- Welton Magnone Oliveira dos Santos - Presidente; II- Mirian Ferreira dos Santos - Membro; III- Ingrid Sandy Martins Gomes – Membro; IV- Kariny Nara Medeiros da Silva – suplente.

Parágrafo único. Fixar o prazo de 90 dias (noventa) dias, prorrogáveis por igual período, se necessário, com justificativa, para conclusão do respectivo Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 2º Determinar que a Comissão Processante inicie seus trabalhos imediatamente e que proceda a citação do(a) servidor(a), para que tenha ciência do teor do presente ato a fim de lhe garantir o previsto no art. 5º, inciso LV da Constituição Federal/88 e art. 212, da Lei Municipal 1.752/2013.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 14 de novembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.656, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017.

PORTARIA N.º 8.656, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a concessão de licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT* e alterações posteriores, **resolve:**

Art. 1º Conceder *Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família* a(o) servidor(a) público(a) municipal **Izabel Silveira Dias**, Professora, Matrícula Funcional 100, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no período compreendido de 5/11/2017 a 4/12/2017.

Parágrafo único. A *Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família* de trata o *caput* deste artigo, será para acompanhamento médico de sua genitora.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 10 de novembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.657, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

PORTARIA N.º 8.657, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a conversão de férias em abono pecuniário, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e alterações posteriores; **resolve:**

Art. 1º Converter 20 (vinte) dias de férias em abono pecuniário do(a) servidor(a) público(a) municipal ***Antonio Rodrigues de Oliveira***, Pedreiro, Matrícula Funcional 164, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período aquisitivo de 3/10/2016 a 2/10/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 13 de novembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.674, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017.

PORTARIA N.º 8.674, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a concessão de licença prêmio, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e alterações posteriores; **resolve:**

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de licença prêmio a(o) servidor(a) público(a) municipal ***Edson Martins de Carvalho,*** Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 300, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período aquisitivo de 11/2/2010 a 10/2/2015.

Parágrafo único. A licença prêmio de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá o período de 5/12/2017 a 3/1/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 17 de novembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
LEI MUNICIPAL N.º 2.033, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017

LEI MUNICIPAL N.º 2.033, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017

*Altera dispositivos da Lei Municipal n.º 2.011/**2017**, **e dá outras providências.***

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º O art. 1º da Lei Municipal n.º 2.011, de 6 de junho de 2017, passa a vigorar com a seguinte correção:

.....

Art. 1º O art. 2º da Lei Municipal n.º 1.639, de 16 de abril de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º A Lei Municipal n.º 1.189, de 02 de outubro de 2006, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 14-A:

Art. 14-A. A alíquota da contribuição previdenciária de que trata o inciso I do art. 13, é de **15,83% (quinze ponto oitenta e três por cento)**, sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos, sendo 13,83 % (treze ponto oitenta e três por cento), referente ao custo normal e 2,00 % (dois por cento) referente à taxa de administração, totalizando **15,83%**."

.....

Art. 2° Continuam em vigor os demais dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.011/2017.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se todas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 23 de novembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.059, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017.

DECRETO N.º 3.059, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a concessão de Adicional por Tempo de Serviço, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores;**Decreta**:

Art. 1º Concede ***Adicional por Tempo de Serviço*** a(o) servidor(a) público(a) municipal **Noeli Jacinta Baumgratz Thomé**, Técnica de Enfermagem, Matrícula Funcional 3533, da Classe/Nível B/2 para a Classe/Nível B/3, referente ao período aquisitivo 8/9/2014 a 7/9/2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de setembro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 22 de novembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.058, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017.

DECRETO N.º 3.058, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a Progressão Funcional de servidor(a) público(a) municipal, e dá outras providências".

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina - MT.*, e de acordo com a Lei Municipal n. º 1.835, de 21 de outubro de 2014, *Institui o Plano de Carreiras, Cargos e Salários e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica, no âmbito do Poder Executivo do Município de Nova Xavantina e dá outras providências*; Decreta:

Art. 1º Conceder Progressão Funcional de Classe e Nível ao(a) servidor(a) público(a) municipal **Rosiclei Pio Guimarães,** Auxiliar de Educação Infantil, Matrícula Funcional 3917, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, da Classe/Nível A/01 para a Classe/Nível B/02, referente ao período aquisitivo de 12/11/2014 a 13/11/2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 22 de novembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.057, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017.

DECRETO N.º 3.057, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a incorporação do Adicional de Qualificação ao vencimento, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe legais que confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no inciso I, alínea "a" do art. 91 da Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores; de acordo com o Decreto n.º 2.453, de 25 de setembro de 2. 014 que *regulamente Lista de Cursos para fins de pagamento do Adicional de Qualificação previsto na Lei Municipal n.º 1.752/2013, e dá outras providências*; e suas alterações posteriores;

Considerando o Demonstrativo do Impacto Orçamentário e Financeiro (art. 16 da Lei Complementar 101/2000) nº 24/2017; **Decreta**:

Art. 1º Fica incorporado, definitivamente, à remuneração do(a) Servidor(a) Público(a) Municipal ***Marta Moreira Pinto***, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 20, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a importância equivalente a 30% (trinta por cento) do salário base do cargo, referente ao Adicional de Qualificação ao seu vencimento, para todos os efeitos legais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 22 de novembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.056, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017.

DECRETO N.º 3.056, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a incorporação do Adicional de Qualificação ao vencimento, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe legais que confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no inciso I, alínea "a" do art. 91 da Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores; de acordo com o Decreto n.º 2.453, de 25 de setembro de 2. 014 que *regulamente Lista de Cursos para fins de pagamento do Adicional de Qualificação previsto na Lei Municipal n.º 1.752/2013, e dá outras providências*; e suas alterações posteriores;

Considerando o Demonstrativo do Impacto Orçamentário e Financeiro (art. 16 da Lei Complementar 101/2000) nº 24/2017; **Decreta**:

Art. 1º Fica incorporado, definitivamente, à remuneração do(a) Servidor(a) Público(a) Municipal ***Eliane Isabel Tubin***, Agente Administrativo, Matrícula Funcional 81, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a importância equivalente a 20% (vinte por cento) do salário base do cargo, referente ao Adicional de Qualificação ao seu vencimento, para todos os efeitos legais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 22 de novembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.055, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017.

DECRETO N.º 3.055, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a incorporação do Adicional de Qualificação ao vencimento, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe legais que confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no inciso I, alínea "a" do art. 91 da Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores; de acordo com o Decreto n.º 2.453, de 25 de setembro de 2. 014 que *regulamente Lista de Cursos para fins de pagamento do Adicional de Qualificação previsto na Lei Municipal n.º 1.752/2013, e dá outras providências*; e suas alterações posteriores;

Considerando o Demonstrativo do Impacto Orçamentário e Financeiro (art. 16 da Lei Complementar 101/2000) nº 24/2017; **Decreta**:

Art. 1º Fica incorporado, definitivamente, à remuneração do(a) Servidor(a) Público(a) Municipal ***Delmeires Pereira Borges***, Auxiliar de Enfermagem, Matrícula Funcional 986, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, a importância equivalente a 20% (vinte por cento) do salário base do cargo, referente ao Adicional de Qualificação ao seu vencimento, para todos os efeitos legais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 22 de novembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.054, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017.

DECRETO N.º 3.054, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a incorporação do Adicional de Qualificação ao vencimento, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe legais que confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no inciso I, alínea "a" do art. 91 da Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores; de acordo com o Decreto n.º 2.453, de 25 de setembro de 2. 014 que *regulamente Lista de Cursos para fins de pagamento do Adicional de Qualificação previsto na Lei Municipal n.º 1.752/2013, e dá outras providências*; e suas alterações posteriores;

Considerando o Demonstrativo do Impacto Orçamentário e Financeiro (art. 16 da Lei Complementar 101/2000) nº 24/2017; **Decreta**:

Art. 1º Fica incorporado, definitivamente, à remuneração do(a) Servidor(a) Público(a) Municipal ***Ana Lúcia Leite Soares Oliveira***, Técnica em Radiologia, Matrícula Funcional 3731, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, a importância equivalente a 20% (vinte por cento) do salário base do cargo, referente ao Adicional de Qualificação ao seu vencimento, para todos os efeitos legais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 22 de novembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.053, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

DECRETO N.º 3.053, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

Decreta Feriado Municipal, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1071, de 28 de junho de 2004, que *dispõe sobre feriado municipal no dia 27 de novembro, Dia de Nossa Senhora das Graças – Padroeira de Nova Xavantina - MT*;

Considerando que dia 27 de novembro é dedicado a Padroeira do Município – Nossa Senhora das Graças; **Decreta**:

Art. 1º Fica decretado ***Feriado Municipal*** no **dia 27 de novembro de 2017** (segunda-feira), no âmbito do Município de Nova Xavantina - MT.

Parágrafo único. Excluem-se do feriado de que trata o *caput* deste artigo, os serviços emergenciais de atendimento no Hospital Municipal-Pronto Socorro, a limpeza urbana e os escalonamentos excepcionais de trabalho de acordo com as necessidades de cada Secretaria.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 21 de novembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.052, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

DECRETO N.º 3.052, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

Estabelece limitação de empenho como medida de contenção de gastos, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e,

Considerando que a Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 exige dos administradores públicos a correta aplicação dos recursos públicos, devendo esta ser tratada com austeridade, controle e, principalmente, em atendimento ao princípio da moralidade administrativa, cuja desobediência pode ensejar posterior sanções civis e criminais contra o ordenador de despesas;

Considerando a obrigação contínua de planejar, acompanhar e avaliar as ações do Poder Executivo no tocante à gestão orçamentária, financeira e administrativa;

Considerando que os reflexos da drástica crise financeira que assola o País e, em consequência os Municípios;

Considerando o contingenciamento no orçamento da União efetuado pelo Governo Federal, tendo em vista a necessidade de redução de despesa para o equilíbrio das contas públicas;

Considerando os reiterados atrasos nos repasses do Governo do Estado nas áreas de saúde, da educação, ICMS, FETHAB, etc.;

Considerando, por fim,os princípios que fundamentam os atos da Administração Pública, em especial os da supremacia do interesse público e da economicidade; **Decreta:**

Art. 1º Suspender a partir de 1º de dezembro de 2017 a realização de quaisquer tipos de despesas e, por consequência, a proibição de proces-

sar quaisquer tipos de empenhos junto ao Município de Nova Xavantina – MT, sob pena das sanções legais.

Parágrafo único. Excluem-se da vedação de que trata o *caput* deste artigo, os casos excepcionais para atendimento emergencial na área de saúde, educação e assistência social, que **deverão ser autorizados previamente** pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 2º Caberá aos setores contábeis e de controle interno, com a supervisão da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, o acompanhamento e verificação quanto à observância e ao atendimento do disposto neste decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 13 de novembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.051, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017

DECRETO N.º 3.051, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017

Aprova o desmembramento de área urbana, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

- considerando as disposições contidas na Lei Federal 6.766/79;

- considerando o disposto na ***Certidão 034/2017***, que integra o presente Decreto, da lavra do Engenheiro Civil Edbert Moreira Júnior – CONFEA RN. n.º 260.136.459-9,

- considerando despacho favorável da Procuradora Geral do Município, **Decreta**:

Art. 1º Fica aprovado o **desmembrado do lote locado sob o nº 07 quadra 10, loteamento Nova Brasília, nesta cidade, com área de 450,00m²**, devidamente Matriculado sob n.º 18.695 – 1º Ofício de Registro de Imóveis de Nova Xavantina – MT, de propriedade de ***Marluz de Oliveira Barbosa***, portadora do CI/RG n.º 960.840-SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 622. 236.151-04, brasileira, casada com ***José Firmino Barbosa***, residentes e domiciliados nesta cidade, que passam a ser assim descritos e caracterizados:

I – lote desmembramento: 01 (um) lote urbano, com área de 225,00m², denominado de **Lote 07-A da quadra 10**, setor Nova Brasília, bairro Tonetto, nesta cidade, de **Aparecida Barbosa Ferreira**, portadora do CI/RG n.º 11539160-SJ/MT, inscrita no CPF sob o n.º 918.842.171-68, residente e domiciliada em Nova Xavantina – MT, com os seguintes limites e confrontações: frente para a Rua K-2, medindo 7,50 metros, lado direito para o lote 07, medindo 30,00 metros, lado esquerdo para o lote 08, medindo 30,00 metros e fundo para o lote 16, medindo 7,50 metros, tudo em conformidade com ART 2815357, memoriais descritivos e mapas da lavra de Thiago Vinícius Konzen – Engenheiro Civil – CREA 040148-MT, que integram o presente Decreto.

II – lote remanescente: 01 (um) lote urbano, com área de 225,00m², denominado de **Lote 07 da quadra 10**, setor Nova Brasília, bairro Tonetto, nesta cidade, de propriedade de **Marluz de Oliveira Barbosa**, já qualificada no *caput* deste artigo, com os seguintes limites e confrontações: frente para a Rua K-2, medindo 7,50 metros, lado direito para o lote 06, medindo 30,00 metros, lado esquerdo para o lote 07-A, medindo 30,00 metros e fundos para o lote 16, medindo 7,50 metros, tudo em conformidade com ART 2815357, memoriais descritivos e mapas da lavra de Thiago Vinícius Konzen – Engenheiro Civil – CREA 040148-MT, que integram o presente Decreto.

Art. 2º Nos termos do art. 18 da Lei n.º 6766/79, deverá o desmembramento, sob pena de caducidade, ser levado a registro no prazo de 180 (cento e oitenta dias).

Art. 3º Deverá a Divisão de Tributação e Arrecadação adotar as medidas necessárias para anotação do desmembramento, inclusive, quanto a índice cadastral.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 10 de novembro de 2017

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.687, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017

PORTARIA N.º 8.687, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a nomeação de fiscal de contrato, e *dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando o **Contrato nº 048/2.017**, firmado entre o ***Município de Nova Xavantina*** e a empresa ***Sociedade Saga Comércio e Serviços Tecnologia e Informática Ltda*** que tem por objeto *prestar serviço de gerenciamento de combustível automotivo por meio de cartão magnético e rastreamento veicular pertencentes à frota municipal* –**Pregão Presencial nº 058/2.017**, resolve:

Art. 1º Nomear os servidores públicos abaixo discriminados, lotados junto a Secretaria Municipal de Saúde, para atuar na fiscalização do **Contrato n.º 048/2.017** em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria:

Nome do Servidor(a)	Cargo	Matrícula Funcional
Adiene Rodrigues da Conceição	**Agente Comunitário de Saúde**	1945
Affonso Doneda	**Motorista**	615
Antonio Marcos Neto	**Auxiliar de Saúde Bucal**	474
Antonio Cardoso Rezende	**Agente Comunitário de Saúde**	1946
Belchior Cristino de Souza	**Fiscal Sanitário**	27
Bruna Ferreira da Silva	**Fiscal Sanitário**	3409
Cloves Alves de O. Filho	Motorista	3946
Caroline Belussi Ceranto	**Agente Comunitário de Saúde**	3929
Eloene Rodrigues Pimentel	**Agente Comunitário de Saúde**	3664
Genivaldo Gomes de Araújo	**Enfermeiro**	**1942**
Gilmar Martins Honostório	**Agente Comunitário de Saúde**	**1956**
Jair Braga	Motorista	763
Josley Paula Gouveia	**Motorista**	**3947**
Kariny Nara Medeiros da Silva	**Assistente Administrativo**	4106
Leonardo Nunes Manoel	**Assistente Administrativo**	**812**
Ludmila Martins de Oliveira	**Fisioterapeuta**	**3900**
Ludmila Ohana Neves F. Barros	**Odontóloga**	**3532**
Maria Aparecida dos Santos Xavier Lopes	**Técnico de Enfermagem**	**4125**
Maria Inês Baldonado da Silva	**Agente Comunitário de Saúde**	**1968**
Marta Aparecida de Melo	**Fiscal Sanitário**	**3413**
Noemi Vedovatto Bonfanti	**Agente Administrativo**	1691
Onivaldina Tomas da Costa	**Auxiliar de Enfermagem**	54
Raiara Pinheiro Ferreira	**Agente Comunitário de Saúde**	4176
Rejane Mendes Dias Barroso	**Agente Administrativo**	3643
Roberzan Marques Pereira Tusset	**Agente Administrativo**	3417

Rosilene Arruda Costa	**Agente Comunitário de Saúde**	1975
Thais Fernanda Schossler de Souza	**Fiscal Sanitário**	3381
Thiago Jocelio Moreira Sales	**Fiscal Sanitário**	3410
Vilson José Barichello	**Motorista**	**533**
Valeria Lima da Silva	**Agente Comunitário de Saúde**	**4177**
Washington Sousa Bispo	**Assistente Administrativo**	4104

Art. 2º *Delegar atribuições e competências constantes do* ***Contrato n.º 048/2.017*** *e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação com o fito de fiscalizar o Contrato especificado no art. 1º desta Portaria.*

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 24 de novembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.686, 24 DE NOVEMBRO DE 2017.

PORTARIA N.º 8.686, 24 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre abertura de Processo Administrativo Disciplinar, e dá outras providencias.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que "*Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT"* e suas alterações posteriores*;*

Considerando o inteiro teor da Denúncia registrada junto a Ouvidoria do Município, registrada sob o nº *Ouvidoria Web: Ouvidoria 170818:1038 – DR ADELMO* em anexo;

Considerando o disposto no Ofício 308/2017/PGM, da Procuradoria Geral, que faz referência ao Ofício nº 616/2017-PJCIVNX – Simp nº 002608-005/2017 da Promotoria de Justiça Cível de Nova Xavantina, instruído de Portaria de Instauração de Inquérito Cível Público nº 039/2017, bem como fotocópia de manifestação sigilosa, todos os atos em desfavor do servidor público municipal Adelmo Ferreira Barros – Médico, Matrícula Funcional 221;

Considerando que em tese o servidor Adelmo Ferreira Barrosincorreu em ato de improbidade administrativa descrita no artigo 187, "b"da Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina - MT*;

Considerando, que a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, garantindo ao acusado a ampla defesa e o contraditório e conforme determina o artigo 5º LV da Constituição Federal de 1988;

Resolve:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar para apurar possíveis práticas incompatíveis com o exercício da função pública, em tese cometidas pelo servidor público municipal **Adelmo Ferreira Barros**, Médico, Matrícula Funcional 221, pelos membros da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, nomeados através da Portaria 8.474, de 01 de setembro de 2017, para, sob a presidência do primeiro, apurar as possíveis irregularidades identificadas:

I- Welton Magnone Oliveira dos Santos - Presidente; II- Mirian Ferreira dos Santos - Membro; III- Ingrid Sandy Martins Gomes – Membro; IV- Kariny Nara Medeiros da Silva – suplente.

Parágrafo único. Fixar o prazo de 90 dias (noventa) dias, prorrogáveis por igual período, se necessário, com justificativa, para conclusão do respectivo Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 2º Determinar que a Comissão Processante inicie seus trabalhos imediatamente e que proceda a citação do(a) servidor(a), para que tenha ciência do teor do presente ato a fim de lhe garantir o previsto no art. 5º, inciso LV da Constituição Federal/88 e art. 212, da Lei Municipal 1.752/2013.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 24 de novembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.685, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017

PORTARIA N.º 8.685, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a nomeação de Comissão para Avaliação de Imóveis, e da outras providencias.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 921/2001 e alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Nomear Comissão para proceder a Avaliação de Imóveis a fim de proceder ao levantamento do valor para base de cálculo do *Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI*, com a seguinte composição: ***Thiago Soares Caetano*** **-Matrícula Funcional 4175,** ***Lucílio Soares da Silva*** - Matrícula Funcional 3379, ***Valdivino Antonio da Costa*** **-** Matrícula Funcional 22 e ***Rusa Vieira Neves*** – Matrícula Funcional 600 - suplente, que sob a Presidência do primeiro, procederá aos trabalhos de analise e avaliação dos imóveis.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se todas as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 8.610/2017.

Palácio dos pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 23 de novembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.684, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017.

PORTARIA N.º 8.684, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e alterações posteriores; **resolve:**

Art. 1º Conceder 15 (quinze) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal ***Édina Aparecida Volf Vaz***, Assistente Administrativa, atualmente Secretária Municipal de Assistência Social, Matrícula Funcional 77, lota-

do(a) junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 1/8/2014 a 31/7/2015.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá o período de 15/12/2017 a 30/12/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 23 de novembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.683, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

PORTARIA N.º 8.683, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

*Dispõe sobre a nomeação de fiscal de contrato***,** *e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando o **Contrato nº 048/2.017**, firmado entre o ***Município de Nova Xavantina*** e a empresa ***Sociedade Saga Comércio e Serviços Tecnologia e Informática Ltda*** que tem por objeto *prestar serviço de gerenciamento de combustível automotivo por meio de cartão magnético e rastreamento veicular pertencentes à frota municipal* –**Pregão Presencial nº 058/2.017**, resolve:

Art. 1º Nomear ***João Felix Barbosa***, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 465 e ***Aluísio Bairros***, Operador de Máquinas Pesadas, Matrícula Funcional 716, titular e suplente, respectivamente lotados junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura**, para atuar na fiscalização do Contrato n.º 048/2.017 em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria.**

Art. 2º Delegar atribuições e competências constantes do **Contrato n.º 048/2.017** e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação com o fito de fiscalizar o Contrato especificado no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 22 de novembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.663, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

PORTARIA N.º 8.663, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e alterações posteriores; **resolve:**

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal ***Adriele Mendis de Araújo***, Agente Comunitária de Saúde, Matrícula Funcional 3925, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 15/12/2015 a 14/12/2016.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá o período de 4/12/2017 a 3/1/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 14 de novembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.662, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

PORTARIA N.º 8.662, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e alterações posteriores; **resolve:**

Art. 1º Conceder 15 (quinze) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal ***Santa Ferreira de Sousa Silva***, Agente Comunitária de Saúde, Matrícula Funcional 1976, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 3/1/2016 a 2/1/2017.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá o período de 20/12/2017 a 3/1/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 14 de novembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.658, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

PORTARIA N.º 8.658, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre o deferimento de pedido de renúncia de licença prêmio, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e alterações posteriores;

- Considerando *Declaração de Renúncia* da servidora pública Municipal ***Maria Mendonça de Oliveira***, Professora; **resolve:**

Art. 1º Deferir o pedido da servidora pública municipal **Maria Mendonça de Oliveira**, Professora, Matrícula Funcional 1390, que *in verbis:* "***renunciar, EM CARÁTER IRREVOGÁVEL E IRREVERSÍVEL, ao direito de usufruir de 90 (noventa) dias de gozo de licença prêmio por assiduidade,*** referente ao período aquisitivo de 03/04/2006 a 03/04/2011".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 13 de novembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.660, 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

PORTARIA N.º 8.660, 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre abertura de Processo Administrativo Disciplinar, e dá outras providencias.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que "*Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT"* e suas alterações posteriores*;*

Considerando o disposto no MEMO nº 29/2017 – OUVIDORIA/PMNX, que encaminha ao Chefe do Poder Executivo Municipal, denúncia feita e registrada junto a Ouvidoria em desfavor do servidor público municipal Edbert Moreira Júnior – Engenheiro Civil;

Considerando o disposto nas alíneas "a" e "b" do inciso I do art. 187 da Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, combinado com o preconizado no inciso I do art. 11 da Lei 8.429, de 2 de junho de 1992 que *Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências*;

Considerando, que a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, garantindo ao acusado a ampla defesa e o contraditório e conforme determina o artigo 5º LV da Constituição Federal de 1988;

Resolve:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar para apurar possíveis práticas incompatíveis com o exercício da função pública, em tese cometidas pelo servidor público municipal **Edbert Moreira Júnior**, Engenheiro Civil, Matrícula Funcional 3956, pelos membros da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, nomeados através da Portaria 8. 474, de 01 de setembro de 2017, para, sob a presidência do primeiro, apurar as possíveis irregularidades identificadas:

I- Welton Magnone Oliveira dos Santos - Presidente; II- Mirian Ferreira dos Santos - Membro; III- Ingrid Sandy Martins Gomes – Membro; IV- Kariny Nara Medeiros da Silva – suplente.

Parágrafo único. Fixar o prazo de 90 dias (noventa) dias, prorrogáveis por igual período, se necessário, com justificativa, para conclusão do respectivo Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 2º Determinar que a Comissão Processante inicie seus trabalhos imediatamente e que proceda a citação do(a) servidor(a), para que tenha ciência do teor do presente ato a fim de lhe garantir o previsto no art. 5º, inciso LV da Constituição Federal/88 e art. 212, da Lei Municipal 1.752/2013.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 14 de novembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.649, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2017.

PORTARIA N.º 8.649, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e alterações posteriores; **resolve:**

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal ***Aderivalcio Silva Benevides***, Agente Administrativo, Matrícula Funcional 17, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 25/2/2016 a 24/2/2017.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá o período de 4/12/2017 a 2/1/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 9 de novembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.650, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2017.

PORTARIA N.º 8.650, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e alterações posteriores; **resolve:**

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal ***Etelvina Pinto Ribeiro***, Atendente, Matrícula Funcional 3897, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 5/5/2016 a 4/5/2017.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá o período de 4/12/2017 a 2/1/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 9 de novembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.651, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2017.

PORTARIA N.º 8.651, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a concessão de Licença Médica, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT* e suas alterações posteriores, **resolve:**

Art. 1º Conceder *licença médica* a(o) servidor(a) público(a) municipal **Maria Joaquina de Araújo**, Agente Comunitária de Saúde, Matrícula Funcio-

nal 1969, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 26/10/2017 a 01/11/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 9 de novembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.652, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2017.

PORTARIA N.º 8.652, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a concessão de licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com dispositivos constante na Lei Municipal n.º 1.752/2013 - *Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais e suas alterações*; **resolve:**

Art. 1º Conceder *Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família* a(o) servidor(a) público(a) municipal ***Glaucenilde de Oliveira Costa***, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 3951, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 6/11/2017 a 20/11/2017.

Parágrafo único. A *Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família* de trata o *caput* deste artigo, será para acompanhamento médico de sua filha.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 9 de novembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.653, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017.

PORTARIA N.º 8.653, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a concessão de licença prêmio, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e alterações posteriores; **resolve:**

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de licença prêmio a(o) servidor(a) público(a) municipal ***Wânia Maria Gonçalves***, Auxiliar de Escritório, Matrícula Funcional 788, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, referente ao período aquisitivo de 16/4/2007 a 16/4/2012.

Parágrafo único. A licença prêmio de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá o período de 13/11/2017 a 12/12/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 10 de novembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.654, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017.

PORTARIA N.º 8.654, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a concessão de licença prêmio, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e alterações posteriores; **resolve:**

Art. 1º Conceder 27 (vinte e sete) dias de licença prêmio a(o) servidor(a) público(a) municipal ***Márcio Garcia da Silva,*** assistente Administrativo, Matrícula Funcional 767, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, referente ao período aquisitivo de 5/4/2007 a 5/4/2012.

Parágrafo único. A licença prêmio de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá o período de 21/11/2017 a 17/12/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 10 de novembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.659, 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

PORTARIA N.º 8.659, 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre abertura de ***Processo Sindicância****, e dá outras providencias.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que "*Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT"* e suas alterações posteriores*;*

Considerando o disposto no Ofício nº. 571/2017 – PJCIVNX – SIMP 003230-005/2017 (eletrônico) e documentos anexados da Promotoria de Justiça de Nova Xavantina, que requisita "*esclarecimentos a respeito do caso, assim como informações de côo é realizada a fiscalização do Agentes Comunitários de saúde e Edemias, notadamente em relação a assiduidade e produtividade dos mesmos*";

Considerando o teor do Ofício 297/2017/PGM e documentos anexados da Procuradoria Geral, que encaminha Ofício nº 572/2017 – PJCIVNX – SIMP 003230-029/2016, que solicita *providências e esclarecimentos acerca da fiscalização efetiva dos Agentes Comunitários de Saúde e Endemias, em especial com relação à assiduidade e produtividade dos mesmos*; bem como informa que *tal irregularidade já foi objeto de apontamento recente pela Controladoria Geral da União – CGU, no bojo do Processo nº 00212. 100253/2017-43 – Programa de Fiscalização de Entes Federativos*;

Considerando o disposto no inciso II do art. 184 da Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, sem prejuízo dos demais dispositivos legais;

Considerando, que a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, garantindo

ao acusado a ampla defesa e o contraditório e conforme determina o artigo 5º LV da Constituição Federal de 1988;

Resolve:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo de Sindicância para nos termos da legislação, para proceder à apuração dos fatos comunicados pelo Ministério Público de Nova Xavantina e pela Procuradoria Geral do Município, conforme documentos em anexo, pelos membros da *Comissão Permanente de Sindicância*, nomeados através da Portaria n.º 8.475, de 01 de setembro de 2017, para, sob a presidência do primeiro, apurar as a denúncia identificadas:

I- **Mirian Ferreira dos Santos** – Presidente - Matrícula Funcional 590; II- **Ingrid Sandy Martins Gomes**- Membro - Matricula Funcional 4102; III- **Kariny Nara Medeiros da Silva** – Membro – Matrícula Funcional 4106; IV- **Welton Magnone Oliveira dos Santos** – suplente - Matrícula Funcional 3536.

Parágrafo único. Nos termos do § 2º do art. 207 da Lei Municipal n.º 1.752/2013, a Comissão Permanente de Sindicância terá prazo de 60 (sessenta) dias, para apresentar relatório conclusivo dos trabalhos, se necessário, com justificativa, poderá requerer prorrogação de prazo por igual período.

Art. 2º Determinar que a Comissão Permanente de Sindicância que inicie seus trabalhos imediatamente e que proceda a citação do servidor, para que tenha ciência do teor do presente ato a fim de lhe garantir o previsto no art. 5º, inciso LV da Constituição Federal/88, e art. 212, da Lei Municipal 1.752/2013.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 14 de novembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.655, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017

PORTARIA N.º 8.655, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017

*Dispõe sobre a exoneração de **Luciana Santos da Rosa**, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal; **resolve**:

Art. 1º Exonerar ***Luciana Santos da Rosa***, que exercia a função de Psicóloga, Matrícula Funcional 3697, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a sua nomeação constante da Portaria n.º 5.387/2012 e a Portaria n.º 7.107/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 4 de novembro de 2017.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 10 de novembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.682, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

PORTARIA N.º 8.682, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a nomeação de fiscal de contrato, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando o **Contrato nº 048/2.017**, firmado entre o ***Município de Nova Xavantina*** e a empresa ***Sociedade Saga Comércio e Serviços Tecnologia e Informática Ltda*** que tem por objeto *prestar serviço de gerenciamento de combustível automotivo por meio de cartão magnético e rastreamento veicular pertencentes à frota municipal* –**Pregão Presencial nº 058/2.017**, resolve:

Art. 1º Nomear ***Arinos Oliveira Serpa***, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 3580 e ***Murilo Passarelli***, Biólogo, Matrícula Funcional 3909, titular e suplente, respectivamente lotados junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, para atuar na fiscalização do **Contrato n.º 048/2.017** em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria.

Art. 2º Delegar atribuições e competências constantes do **Contrato n.º 048/2.017** e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação com o fito de fiscalizar o Contrato especificado no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 21 de novembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.681, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

PORTARIA N.º 8.681, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a concessão de Licença Médica, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT* e suas alterações posteriores, **resolve:**

Art. 1º Conceder *licença médica* a(o) servidor(a) público(a) municipal **Maria Jeane Henrrique Policarpo**, Apoio Administrativo Educacional – Manutenção da Infraestrutura, Matrícula Funcional 3887, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, de acordo com o seguinte cronograma:

- de 1/10/2017 a 29/11/2017 – Prefeitura Municipal;

- de 30/11/2017 a 28/1/2018 – PREVINX.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 21 de novembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.680, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

PORTARIA N.º 8.680, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a concessão de Licença Médica, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas*

do Município de Nova Xavantina – MT e suas alterações posteriores, **resolve:**

Art. 1º Conceder *licença médica* a(o) servidor(a) público(a) municipal **Kelly Jeane Ramos Campos**, Apoio Administrativo Educacional - Manutenção Infraestrutura, Matrícula Funcional 1836, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pelo período de 6/11/2017 a 10/11/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 21 de novembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.679, 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

PORTARIA N.º 8.679, 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre abertura de Processo Administrativo Disciplinar, e dá outras providencias.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que "*Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT"* e suas alterações posteriores*;*

Considerando o disposto no Ofício 309/2017/PGM, da Procuradoria Geral, que "*nos termos do artigo 204 c/c 227 da Lei Municipal nº 1.752/2013, esta Procuradoria determina a instauração do devido Processo Administrativo Disciplinar em face dos servidores* ***Adriel André Nunes, Sônia Maria Freitas Fernandes e Roseny Campos da Luz Fonseca****, ocupantes do cargo de Técnico de Enfermagem, para apuração de INCOMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS, a fim de configurar* ***INFRAÇÃO GRAVE*** *descrita no artigo 186, II do referido diploma legal*";

Considerando, que a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, garantindo ao acusado a ampla defesa e o contraditório e conforme determina o artigo 5º LV da Constituição Federal de 1988;

Resolve:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar para apurar possíveis práticas incompatíveis com o exercício da função pública, em tese cometidas pelos servidores públicos municipais **Adriel André Nunes**, Técnico de Enfermagem, Matrículas Funcionais 3727 e 3955, **Sônia Maria Freitas Fernandes**, Técnica de Enfermagem, Matrículas Funcionais 3805 e 4120 e **Roseny Campos da Luz Fonseca**, Técnica de Enfermagem, Matrículas Funcionais 3390 e 4113, pelos membros da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, nomeados através da Portaria 8.474, de 01 de setembro de 2017, para, sob a presidência do primeiro, apurar as possíveis irregularidades identificadas:

I- Welton Magnone Oliveira dos Santos - Presidente; II- Mirian Ferreira dos Santos - Membro; III- Ingrid Sandy Martins Gomes – Membro; IV- Kariny Nara Medeiros da Silva – suplente.

Parágrafo único. Fixar o prazo de 90 dias (noventa) dias, prorrogáveis por igual período, se necessário, com justificativa, para conclusão do respectivo Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 2º Determinar que a Comissão Processante inicie seus trabalhos imediatamente e que proceda a citação do(a) servidor(a), para que tenha ciência do teor do presente ato a fim de lhe garantir o previsto no art. 5º, inciso LV da Constituição Federal/88 e art. 212, da Lei Municipal 1.752/2013.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 21 de novembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.678, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

PORTARIA N.º 8.678, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a concessão de Licença Médica, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT* e suas alterações posteriores, **resolve:**

Art. 1º Conceder *licença médica* a(o) servidor(a) público(a) municipal **Iracema Gomes da Silva**, Agente Comunitária de Saúde, Matrícula Funcional 1960, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 31/10/2017 a 10/11/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 21 de novembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.677, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017

PORTARIA N.º 8.677, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a nomeação de fiscal de contrato, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando o **Contrato nº 048/2.017**, firmado entre o ***Município de Nova Xavantina*** e a empresa ***Sociedade Saga Comércio e Serviços Tecnologia e Informática Ltda*** que tem por objeto *prestar serviço de gerenciamento de combustível automotivo por meio de cartão magnético e rastreamento veicular pertencentes à frota municipal* –**Pregão Presencial nº 058/2.017**, resolve:

Art. 1º Nomear ***Elisângela Firmino Maia Araújo da Silva***, Atendente, Matrícula Funcional 82 e ***Maria Eloíza Pereira Leite Ramos***, Chefe da Direção de Planejamento, Matrícula Funcional 4188, titular e suplente, respectivamente lotados junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, para atuar na fiscalização do **Contrato n.º 048/2.017** em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria.

Art. 2º Delegar atribuições e competências constantes do **Contrato n.º 048/2.017** e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação com o fito de fiscalizar o Contrato especificado no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 16 de novembro de 2017.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 17 de novembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.676, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017.

PORTARIA N.º 8.676, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e alterações posteriores; **resolve:**

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal ***Bruna Garcia Toledo***, Procuradora Geral, Matrícula Funcional 3931, lotado(a) junto a Secretaria de Gabinete do Prefeito, referente ao período aquisitivo de 10/12/2014 a 10/12/2015.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá o período de 1/12/2017 a 10/12/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 17 de novembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.675, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017.

PORTARIA N.º 8.675, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e alterações posteriores; **resolve:**

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal ***Rosineide Conceição Luiz Brandão***, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 3953, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período aquisitivo de 7/1/2016 a 6/1/2017.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá o período de 4/12/2017 a 3/1/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 17 de novembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.673, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017.

PORTARIA N.º 8.673, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017.

Torna sem efeito a Portaria n.º 8.552/2017, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei Municipal n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT;*

- considerando que a candidata ***Jéssica Cristina Oliveira Borges*** **desistiu de tomar posse no cargo** de **Técnico de Enfermagem - Concurso Público nº 01/2015**; **resolve:**

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria n.º 8.552, de 4 de outubro de 2017, que *dispõe sobre a nomeação de* ***Jéssica Cristina Oliveira Borges***, brasileiro(a), portador(a) do CI/RG n.º 20725582-SSP/MT, inscrito(a) no CPF sob o n.º 037.228.061-78, para exercer em estágio probatório a função de ***Técnica de Enfermagem***, fazendo jus ao vencimento inicial da função, publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, do dia 10/10/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 17 de novembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.672, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017.

PORTARIA N.º 8.672, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e alterações posteriores; **resolve:**

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal ***Belchior Cristino de Souza***, Fiscal Sanitário, Matrícula Funcional 27, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 1/8/2015 a 31/7/2016.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá o período de 21/11/2017 a 30/11/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 17 de novembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.671, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

PORTARIA N.º 8.671, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a conversão de férias em abono pecuniário, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e alterações posteriores; **resolve:**

Art. 1º Converter 20 (vinte) dias de férias em abono pecuniário do(a) servidor(a) público(a) municipal ***Marlene Terezinha Macari***, Atendente, Ma-

trícula Funcional 50, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 1/2/2015 a 31/1/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 14 de novembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.670, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

PORTARIA N.º 8.670, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a conversão de férias em abono pecuniário, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e alterações posteriores; **resolve:**

Art. 1º Converter 20 (vinte) dias de férias em abono pecuniário do(a) servidor(a) público(a) municipal ***Leonardo Nunes Manoel***, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 812, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 15/10/2016 a 14/10/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 14 de novembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.669, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

PORTARIA N.º 8.669, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a conversão de férias em abono pecuniário, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e alterações posteriores; **resolve:**

Art. 1º Converter 20 (vinte) dias de férias em abono pecuniário do(a) servidor(a) público(a) municipal ***Elisvania Fernandes Galdino***, Atendente, Matrícula Funcional 3609, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 1/4/2015 a 31/3/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 14 de novembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.668, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

PORTARIA N.º 8.668, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a conversão de férias em abono pecuniário, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e alterações posteriores; **resolve:**

Art. 1º Converter 20 (vinte) dias de férias em abono pecuniário do(a) servidor(a) público(a) municipal ***Antonio Rodrigues de Oliveira***, Pedreiro, Matrícula Funcional 164, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período aquisitivo de 3/10/2016 a 2/10/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 14 de novembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.667, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

PORTARIA N.º 8.667, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

Altera dispositivos constantes na Portaria nº 5.661/2013, que dispõe sobre a concessão do benefício Pensão por Morte a Srª Maria Messias Neta e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e demais legislação que trata da matéria; **resolve:**

Art. 1º A Portaria nº 5.661/2013, de 18 de fevereiro de 2013, que dispõe sobre a concessão do benefício Pensão Por Morte a Srª Maria Messias Neta, passa a vigorar com a seguinte alteração:

Onde se lê: O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e fundamentado no Art. 40, § 7, da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, Art. 41 da lei Municipal nº 1.189/2006, que rege a previdência municipal m Art. 219 da lei Municipal nº 1000/2002, que dispõe sobre o regime dos servidores públicos civis do município, resolve:

Leia-se: O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e fundamentado no art. 40, § 7, da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 8º, inciso I e art. 42, inciso I, da Lei Municipal nº 1.189/2006, que Reestrutura o RPPS – Regime Próprio de Previdência Social de Nova Xavantina, MT e dá outras providências, combinado com o disposto no art. 219 da Lei Municipal nº 1.000 de 16 de dezembro de 2002, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do município de Nova Xavantina e dá outras providências, resolve:

Art. 2º Continuam em vigor os demais dispositivos constantes da Portaria nº 5.661/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 14 de novembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.666, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

PORTARIA N.º 8.666, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e alterações posteriores; **resolve:**

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal ***Marta Moreira Pinto***, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 20, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, referente ao período aquisitivo de 16/2/2012 a 15/2/2013.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá o período de 23/11/2017 a 2/12/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 14 de novembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.665, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

PORTARIA N.º 8.665, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e alterações posteriores; **resolve:**

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal ***Sônia Martins Rocha***, Agente Comunitária de Saúde, Matrícula Funcional 1979, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 3/1/2016 a 2/1/2017.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá o período de 11/12/2017 a 9/1/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 14 de novembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.664, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

PORTARIA N.º 8.664, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e alterações posteriores; **resolve:**

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal ***Maria Aparecida Alves de Souza***, Agente Comunitária de Saúde, **Matrícula Funcional 1967,** lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 3/1/2015 a 2/1/2016.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá o período de 18/12/2017 a 16/1/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 14 de novembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

TERMO DE ERRATA RETIFICA PORTARIA N.º 353/2017.

TERMO DE ERRATA

Considerando que houve erro de digitação,

RETIFICA PORTARIA N.º 353/2017.

De 09 de outubro de 2017.

A Portaria nº 353/2017– que dispõe sobre ““Dispõe sobre a concessão do benefício de aposentadoria por invalidez em favor da servidora Sra. ”.Indiocir Araujo dos Santos Biazoto

Para que onde se lê –

*A Diretora Executiva do **PREVI-MUNDO**, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos Art. 40, § 1º, Inciso I e § 8º da Constituição Federal com redação determinada pela Emenda Constitucional nº. 41/2003, Art. 72, inciso “I”, da Lei complementar 022/2011, de 29 de dezembro de 2011, Art. 12 Inciso, “I”, alínea “a”, da Lei Municipal n.º 189/2004, de 04 de Novembro de 2004 que rege Regime Próprio de Previdência Social do Município de Novo Mundo/MT e o Anexo VI da Lei Complementar nº 59/2017 de 18 de maio de 2017.*

Deve ser considerado:

*A Diretora Executiva do **PREVI-MUNDO**, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos Art. 40, § 1º, Inciso I e § 8º da Constituição Federal com redação determinada pela Emenda Constitucional nº. 41/2003, Art. 72, inciso “I”, da Lei complementar 022/2011, de 29 de dezembro de 2011, Art. 12 Inciso, “I”, alínea “a”, da Lei Municipal n.º 189/2004, de 04 de Novembro de 2004 que rege Regime Próprio de Previdência Social do Município de Novo Mundo/MT e o Anexo VI da Lei Complementar nº **58**/2017 de 18 de maio de 2017.*

Este- Termo de Errata entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.Com efeitos a partir de 01/10/2017

Novo Mundo/MT,13 de outubro de 2017

LIRIA KURTEN WRONSKI

Diretora Executiva

HOMOLOGO:

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO N°. 001/2017/COMITÊ GESTOR MUNICIPAL DO PROGRAMA PRÓ- FAMÍLIA.

"O Comitê Gestor Municipal do Programa Pró- Família do Município de Novo Mundo – MT, no uso de suas atribuições legais e regimentais e, considerando que o Comitê Gestor Municipal do Programa Pró- Família é um órgão colegiado deliberativo, consultivo e fiscalizador de caráter permanente."

O Programa Pró- Família é um Programa do Governo do Estado de Mato Grosso, e tem por objetivo assegurar o desenvolvimento humano e social por meio de serviços públicos essenciais, com a finalidade de garantir melhores condições de saúde, educação, cidadania, além de oportunidades de trabalho e de geração de renda. Sendo assim, o município de Novo Mundo foi contemplado com 61 famílias a serem beneficiadas, com um cartão alimentação.

RESOLVE:

Art.1° De acordo com a reunião realizada no dia dez do mês de novembro de dois mil e dezessete, conforme registrado na ata nº 001/2017, após **Apresentação das Famílias selecionadas pelas Agentes Comunitárias de Saúde e Atestado pela Assistente Social, mediantes as condições e critérios estabelecidos pelo Programa, Competindo ao Comitê Gestor Municipal a aprovação dos nomes selecionados das Famílias a serem atendidas pelo Programa.**

Art. 2º Esta Resolução passa a vigorar a partir de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Novo Mundo - MT, 10 de novembro de 2017.

_____

Maria de Fatima Neres

Presidente do Comitê Gestor Municipal do Programa Pró- Família

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

LICITAÇÃO/PREGOEIRO
PREGÃO ELETRÔNICO 02/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 2/2017

REC**EBIMENTO DAS PROPOSTAS:** durante os dias 29 de novembro a 11 de Dezembro de 2017, período integral do expediente, sendo que excepcionalmente, no dia 11 de Dezembro de 2017 as propostas poderão ser encaminhadas até às 08h00, horário de Brasília. ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08:00h. Inicio da sessão da disputa: às 09:00h (Brasília) do dia 11 de dezembro de 2017. **OBJETO DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MÓVEIS ESCOLARES, ELETRODOMÉSTICOS E BRINQUEDOS PARA PLAYGROUND PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, SÁUDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM-MT EM CONFORMIDADE COM ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL,** conforme condições e especificações constantes no Edital e seus anexos. **LOCAL DA DISPUTA**: Site da Bolsa de Licitações e Leilões: www.bllcompras.gov.br, **RETIRADA DO EDITAL:** sites: www.novosaojoaquim.mt.gov.br. **INFORMAÇÕES:** As empresas interessadas deverão providenciar o cadastro no sistema da BLL, conforme edital de chamamento. **TELEFONE PARA CONTATO:** (0**66)3479-1158 ou e-mail licitação@novosaojoaquim.mt.gov.br.

Novo São Joaquim-MT, 28 de novembro de 2017.

GERALDO PEREIRA DA SILVA SOBRINHO

Pregoeiro Oficial

CONTRATOS
RECISÃO DE CONTRATO Nº 130/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 130/2016

Objeto: o Contrato de continuação de reforma do Hospital Municipal nº 0130/2016 e seus aditivos, celebrado entre as partes supramencionadas.

DISTRATANTE: Município de Novo São Joaquim / Mato Grosso

DISTRATADA: hercon Serviços LTDA-EPP.

Motivo: O Município de Novo São Joaquim resolve, nesta data, em cumprimento as obrigações determinados no contrato original nº 0130/2016, nas razões de suas faculdades, em dissolver de forma bilateral e consensual, Contrato de continuação de reforma do Hospital Municipal nº 0130/2016 e seus aditivos,, firmado entre as mesmas, de forma a não restar quaisquer resquícios de ônus financeiro ou obrigacionais contidos no mesmo.

Fundamento legal: Esta rescisão se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei nº. 8.66/93 e alterações posteriores.

Novo São Joaquim, 27 de Novembro de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO DE PRAZO Nº 05 AO CONTRATO Nº 49/2017

Aditivo nº 05 ao Contrato 49/2017 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **WORLD MUSIC PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA - ME.** Objeto: Contratação de show artístico da Dupla "Mayck e Lyan", que acontecerá no dia 30/06/2017 em Comemoração ao 53º Aniversário do Município de Paranatinga-MT, conforme termo de convênio nº 0818/2017, atendendo ao departamento de Cultura. Justifica-se o presente Termo Aditivo tendo em vista que a verba (convênio) destinada para pagamento do contrato original ainda não foi repassada. **Prazo: 28/11/2017 A 28/12/2017**. Departamento de Licitações e Contratos, em 28 de Novembro de 2017.

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 115/2017

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através dos pregoeiros nomeados pela portaria 382 de 14 de Agosto de 2017, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, pela modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 115/2017**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93. Objeto: Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de 01 (Uma) Caminhonete 4x2 Cabine Dupla – Pago com Recurso do IGD – Bolsa Família, 01 (Um) Caminhão com Compactador de Resíduos Sólidos de 15M3 e 2 (dois) Caminhões Basculantes Zero Km, Motor a Diesel, com Caçamba de 12M3 Com Recursos do FETHAB,** atendendo a necessidade da Secretaria Municipal de Assistência Social E Secretaria de Obras e Infraestrutura do Município de Paranatinga-MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital. Data de abertura **11/12/2017**, Segunda - feira **às 09:00 h (Horário de Brasília).** O Edital e os seus Anexos poderão ser retirados no site da Prefeitura www.**paranatinga**.mt.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT, Sito Av. Brasil, 1900 – Centro, das **07 às 11h (Local),** Informações pelo e-mail: **edital.ptga@hotmail.com** ou Telefone 66 3573-1329/1756. Em 28 de Novembro de 2017. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO DE PRAZO Nº 05 AO CONTRATO Nº 52/2017

Aditivo nº 05 ao Contrato 52/2017 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **MENINOS DE GOIAS – LTDA – ME.** Objeto: Contratação do show artístico da Banda "Os Meninos de Goiás", que acontecerá do dia 02/07/2017, em Comemoração ao 53º Aniversário do Município de Paranatinga-MT, conforme termo de convênio nº 0818/2017 e contra partida do Município, atendendo ao departamento de Cultura. Justifica-se o presente Termo Aditivo tendo em vista que a verba (convênio) destinada para pagamento do contrato original ainda não foi repassada. **Prazo: 28/11/2017 A 28/12/2017**. Departamento de Licitações e Contratos, em 28 de Novembro de 2017.

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO DE PRAZO Nº 05 AO CONTRATO Nº 51/2017

Aditivo nº 05 ao Contrato 51/2017 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **M.S CLAUDIO - ME.** Objeto: Contratação do show artístico da Dupla "Marcelo e Cristiano", que acontecerá no dia 02/07/2017; show artístico de "Hudson Angelim", que acontecerá do dia 29/06/2017 ao dia 01/07/2017; e show artístico com "Os Catireiros do Araguaia", que acontecerá do dia 29/06/2017, em Comemoração ao 53º Aniversário do Município de Paranatinga-MT, conforme termo de convênio nº 0818/2017, atendendo ao departamento de Cultura. Justifica-se o presente Termo Aditivo tendo em vista que a verba (convênio) destinada para pagamento do contrato original ainda não foi repassada. **Prazo: 28/11/2017 A 28/12/2017**. Departamento de Licitações e Contratos, em 28 de Novemro de 2017.

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO DE PRAZO Nº 05 AO CONTRATO Nº 50/2017

Aditivo nº 05 ao Contrato 50/2017 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **FABINHO PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA - ME.** Objeto: Contratação de show artístico da Dupla "Felipe e Ferrari", que acontecerá no dia 01/07/2017 em Comemoração ao 53º Aniversário do Município de Paranatinga-MT, conforme termo de convênio nº 0818/2017, atendendo ao departamento de Cultura. Justifica-se o presente Termo Aditivo tendo em vista que a verba (convênio) destinada para pagamento do contrato original ainda não foi repassada. **Prazo: 28/11/2017 A 28/12/2017**. Departamento de Licitações e Contratos, em 28 de Novembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO/NOTIFICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO/NOTIFICAÇÃO

O Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, no exercício de suas atribuições e considerando o disposto no Art. 132, inciso II, e 137, da Lei Complementar nº. 003/2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, **CONVOCA/NOTIFICA** a Servidora **MÁRCIA MUNCIO CHAMPONHONE GOMES**, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, Matricula Funcional nº 7014, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, para comparecer ao seu órgão de lotação, para exercer suas atividades ou apresentar-se no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo Estado de Mato Grosso, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da data da publicação.

Peixoto de Azevedo – MT, 28 de Novembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

ATA DE SUBSTITUIÇÕES DO PROGRAMA PRÓ FAMÍLIA

Ata nº03 no dia vinte quatro de novembro de dois mil e dezessete reuniram-se os membros do comitê gestor municipal, as agentes de saúde e assistente social para realizar as inscrições do beneficiário do Programa Pró Família e fazer algumas substituições. A reunião iniciou-se às 14:00 hs no Centro de Referencia e Assistência Social –CRAS na Kuluêne nº 515. A senhora Zenaide iniciou a fala dizendo que as inscrições que seria apresentada eram para que os membros do comitê municipal analisassem para fazer substituições, após análise ficou assim feitas as alterações: Maria Francisca da Silva CPF: 041.185.623.59 substituindo a senhora Maurina Rodrigues da Paixão, Joana Xavier de Matos CPF: 018.248.761-06 substituindo a senhora Antônia de Jesus Silva CPF: 032.504.921-16, Laurenir Domingues Pontes CPF: 014.039.991-97 substituindo a senhora Tereza Domingues Pontes CPF: 004.847.911-09, sendo que a senhoras Maurina Rodrigues da Paixão e a senhora Domingues Pontes saiu da vulnerabilidade e a senhora Antônia de Jesus Silva mudou-se. Após análise os membros concordaram por unanimidade a reunião deu-se por encerrada e segue por mim assinada e demais membros do comitê. Zenaide Marques Bastos, Marinete Maria da Silva, Valdicélia Rodrigues Camargo, Rosicrer Vitalino dos Santos, Roseli Domingues Pontes, Joana Darc da Silva Leão, Teresinha Aparecida Rosa de Siqueira, Neocina Salomão.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 168/2017

OBJETO: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT

CONTRATADO: **VALDETE CÂNDIDA DE MIRANDA**

CARGO: **Auxiliar de Serviços de Limpeza em Geral**

VIGENCIA: **01/11/2017 a 31/12/2017**

VALOR MENSAL: **R$ 1.060,00**

ROSIMAR ALVES PEREIRA

Prefeito Interino

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

SETOR DE LICITAÇÕES
CERTIDÃO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR – ROTA B.

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL 022/2017

CERTIDÃO

Certifico para os devidos fins que no presente processo licitatório, as empresas P. M. DOS SANTOS ME – CNPJ 17.608.180/0001-91 e a empresa PENTA SERVIÇOS DE MAQUINAS LTDA – ME, NÃO **INTERPUSERAM RECURSOS**. Sendo que, a empresa VARZEA GRANDE TRANSPOTE RODOVIÁRIOSLTDA – ME CNPJ: 07.163.699/0001-50, no dia 24/11/2017, **INTERPÔS RECURSOS ADMINISTRATIVO.** Assim sendo, intima-se a empresa, ANJOS MARTINS E ANJOS DA COSTA LTDA – EPP, apresentar suas contrarazões no prazo de 03 dias nos termos do item 14. 2 do instrumento convocatório.

Por ser verdade, firmo o presente.

Poconé, 28 de novembro de 2017.

ERASMO PAULO DE LIMA

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 411/2017

O SENHOR ATAIL MARQUES DO AMARAL, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - EXONERAR a Senhora*EDEMILZA PAULA CORRÊA,* Portadora do RG 917.406 SSP/MT, inscrita no CPF 778.437.701-00, para do Cargo de *SECRETARIA DE GABINETE,* desta Prefeitura Municipal.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 12 de novembro de 2017.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO Nº 054/2014

TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO Nº 054/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT.

Contratada: EMAD CONSTRUTORA LTDA - ME

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

Fica RESCINDIDO este contrato, por ato unilateral da Administração nos termos da Cláusula Quinta, parágrafo único, e Art. 79, Inciso I da Lei 8666/1993.

PARÁGRAFO ÚNICO: Integram este termo para fins legais, justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde, em anexo.

Poconé, 26 de outubro de 2017

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 28/2017

A Comissão de Pregão, da Prefeitura Municipal de Poconé, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n° 61/2017, de 10/01/2017, torna público, para conhecimento dos interessados, que os vencedores da presente licitação destinada para ***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE AVIAMENTO.***

Foram:

J. C. BAPTISTA FERREIRA GARCIA – ME

L. FERNANDOPROVEZANO DE SOUZA – EPP

Poconé-MT, 27 de Novembro de 2017.

ERASMO PAULO DE LIMA

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE 1º TERMO DE APOSTILAMENTO

PUBLICAÇÃO DE TERMO DE APOSTILAMENTO 001/2017- POSTO PRATA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 033.2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2017

REGISTRO DE PREÇO Nº 06/2017

1º TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 06/2017/PMPE

ORGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO – MT

DETENTORA: PAGLIUCA & CIA LTDA-ME CNPJ: 05.950.877/0001-67

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2017

OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de combustíveis para atender as necessidades das Secretarias do Município de Porto Esperidião - MT.

Aos 25 dias do mês de novembro de 2017, na sede da Prefeitura Municipal de Porto Esperidião - MT, à Rua Arnaldo Jorge da Cunha, 444, Centro, foi lavrado o presente APOSTILAMENTO a Ata n° 06/2017/PMPE, visando à fixação dos valores, face comunicado da ANP – Agência Nacional do Petróleo e de acordo com o previsto na Ata ora apostilada, conforme o que segue:

Com base nas informações constantes nos autos do processo identificado no preâmbulo, e considerando-se as disposições contidas na **Cláusula X – REAJUSTES DE PREÇOS REGISTRADOS EM ATA,** da Ata de Registro de Preçossegue a aplicação de reajuste:

CÓD. DO ITEM	PRODUTO	VALOR ATUAL	ALIQUOTA A ONERAR	VALOR C/ REAJUSTE
33624	Óleo Diesel B500	R$ 3,01	19,27%	R$ 3,599
32099	Gasolina Comum	R$: 3,95	3,64%	R$ 4,099

Aos valores reajustados seguem os preços repassados pela Petrobrás Distribuidora S.A. conforme Nota Fiscal anexo deste termo.

PORTO ESPERIDIÃO – MT, 27 de novembro de 2017.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA-Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
DECRETO MUNICIPAL N.º 119 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017.

APROVA A INSTRUÇÃO NORMATIVA SEC n.º 001/2012- Versão nº 008, ***Que dispõe sobre normas e procedimentos do Processo de atribuição de aulas na Unidade Escolar Izabel dos Santos faria e funcionamento das atividades letivas para o ano de 2018.***

EUGENIO PELACHIM, PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA, ESTADO DE MATO GROSSO NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, ATUALIZADA EM 12/2008 ART. 72 INCISO IV, E PARA DAR CUMPRIMENTO AS EXIGÊNCIAS CONTIDAS NO ART. 31 DA CF/88 E ART. 59 DA LRF/2000; OBJETIVANDO A OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA PREFEITURA DE PORTO ESTRELA.

DECRETA:

Art. 1 º Ficam aprovados os termos da Instrução Normativa ***SEC N.º 001/2012-Versão nº 008 - do Sistema de Educação***, de responsabilidade da Secretária Municipal de Educação, que *dispõe sobre normas e procedimentos do Processo de atribuição de aulas na Unidade Escolar Izabel dos Santos faria e funcionamento das atividades letivas para o ano de 2018*, estabelecendo normas e procedimentos no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, objetivando a implementação dos pontos de controle, fazendo parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Estrela - MT, 27 de Novembro de 2017.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria, na data supra.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
INSTRUÇÃO NORMATIVA – SEC N.º 001/2012 – VERSÃO 08

Que dispõe sobre normas e procedimentos do Processo de atribuição de aulas na Unidade Escolar Izabel dos Santos Faria, no âmbito municipal e funcionamento das atividades letivas para o ano de 2018.

VERSÃO: 008

DATA DE APROVAÇÃO: 27 / 11 / 2.017

ATO DE APROVAÇÃO: DECRETO MUNICIPAL N.º 119 / 2017

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS

Art. 1° - Disciplinar normas e procedimentos para o processo de atribuições de aulas na unidade escolar Izabel dos Santos Faria e no âmbito municipal;

Art. 2° - Estabelecer procedimentos para o bom funcionamento das atividades no ano letivo de 2.018;

CAPÍTULO II

DA BASE LEGAL E REGULAMENTAR

Art. 3º A presente Instrução Normativa integra o conjunto de ações, de responsabilidade, do Chefe do Poder Executivo e Legislativo, no sentido de atendimento aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, dispostos no Artigo 37 da Constituição Federal.

Art. 4º A normativa que se apresenta vem padronizar os procedimentos mínimos a serem cumpridos pelos profissionais da educação, estabelecendo rotinas para atribuição de aulas e funcionamento do ano letivo, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, encontra-se amparo na:

I. Constituição Federal, em geral e especificamente os art. 37;

II. Lei Federal nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

III. Lei Federal nº. 8.429 de 02 de junho de 1992, que dispõe as sanções aplicáveis aos agentes Públicos nos casos de enriquecimentos ilícitos no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional das outras providências;

IV. Lei Municipal N.º 359 de 17 de Dezembro de 2007, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno Municipal, cria a Unidade de Controle Interno e dá outras providências;

V. Lei Municipal Complementar N.º 001, de 05 de Dezembro de 2006 - que dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do município de Porto Estrela, e da outras providências correlatas;

VI. Lei Municipal Complementar N.º 013, de 18 de Março de 2008 - que dispõe a reestruturação do plano de carreira dos profissionais da educação do município de Porto Estrela;

VII. Resolução CNE/CEB nº 05 de 17 de Dezembro de 2009, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil.

VIII. Plano Estadual de Educação - Lei nº 10.111, de 06 de Junho de 2.014;

IX. Plano Municipal de Educação - Lei Municipal nº 540, de 22 de Junho de 2015.

X. Lei Estadual nº 10.232, de 29 de Dezembro de 2.014 - Torna defeso, para fins não pedagógicos, o uso de aparelhos eletrônicos em sala de aula do ensino fundamental e médio do Estado de Mato Grosso;

CAPÍTULO III

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 5º - Da Unidade Responsável pela Instrução Normativa:

I. - Entende-se por Unidade Responsável por esta Instrução Normativa o Sistema de Educação – SEC, através da Secretaria Municipal de Educação, na qual tem as seguintes atribuições entre outras que fizerem necessárias nos termos legais:

a) Promover a divulgação e implementação dessa Instrução Normativa, mantendo-a atualizada, orientando as áreas executoras e supervisionar sua aplicação;

b) Promover discussões técnicas com as unidades executoras e com a unidade responsável pela coordenação de controle interno, para definir as rotinas de trabalho e os respectivos procedimentos de controle que devem ser objeto de alteração, atualização ou expansão;

c) Gerenciar, dirigir e controlar os trabalhos que lhe são afetos, respondendo pelos encargos a ele (a) atribuído (a), determinar a distribuição, controle, orientação e coordenação dos serviços da Secretaria Municipal de Educação;

d) Assumir responsabilidade pelo fornecimento de informações a Unidade Central de Controle Interno;

e) Determinar e chefiar as atividades da Secretaria Municipal de Educação, entre outras atividades afins;

f) Encaminhar as informações a Unidade Central de Controle Interno quando solicitado.

Art. 6º Da Unidade Responsável pelo Sistema de Controle Interno:

I - Entende-se por Unidade Responsável pelo Sistema de Controle Interno a **Unidade Central de Controle Interno Municipal**, prescrita nos termos da **Lei Municipal N.º 359/2007**, na qual tem as seguintes atribuições entre outras que se fizerem necessárias dentro dos termos legais:

a) Prestar apoio técnico por ocasião das atualizações da Instrução Normativa, em especial no que tange à identificação e avaliação dos pontos de controle e respectivos procedimentos de controle;

b) Através da atividade de auditoria interna, avaliar a eficácia dos procedimentos de controle inerentes a SEC – Sistema de Educação, propondo alterações na Instrução Normativa para aprimoramento dos controles;

c) Manter no desempenho das tarefas a que estiverem encarregados, atitude de independência, serenidade e imparcialidade;

d) Informar por escrito, ao Chefe do Poder Executivo, a prática de atos irregulares ou ilícitos levando em consideração os termos prescritos na Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal N.º 359/2007;

e) Guardar sigilo sobre dados e informações obtidos em decorrência do exercício de suas funções e pertinentes a assuntos sob a sua fiscalização, utilizando-os exclusivamente para a elaboração de relatórios ou para expedição de recomendações.

CAPÍTULO IV

DOS PROCEDIMENTOS

Art. 7º - Da contagem de pontos e atribuições de aulas

I. Todos os Professores efetivos deverão fazer a contagem de pontos;

II. Os professores efetivos nomeados para a função de Secretário Municipal de Educação, Assessor Pedagógico, Diretor Escolar e Coordenador Pedagógico deverão atribuir primeiramente em sala de aula, e somente depois na função de nomeação, possibilitando sua substituição (seja por professor efetivo remanescente ou, na falta deste, por contrato temporário).

III. Professores contratados temporariamente que desejarem poderão fazer a contagem de pontos, e ficará classificado para uma possível contratação temporária em substituição a algum professor, se necessário for durante o ano letivo de 2018, caso não seja realizado processo seletivo simplificado ou Concurso Público Municipal.

IV. Para a contagem de pontos/classificação para atribuição da jornada de trabalho, a comissão de Contagem de Pontos da unidade escolar constituída por ato da Secretaria Municipal de educação, deverá considerar os seguintes critérios:

a) Para cada ano de serviço prestado na rede municipal, para as aulas a que pretende concorrer **– 1,0 (um) ponto**. A comprovação do atendimento dos critérios estabelecidos neste ponto ocorrerá mediante apresentação, pelo professor, de **certidão de tempo de serviço** emitida através do site **http://www.portoestrela.mt.gov.br**, no Portal do Servidor, que fornecerá com veracidade as informações solicitadas. Observando, os Professores que tiveram afastamento concedido e/ou em readaptação de função não poderá contar o ponto no ano em que ficou afastado ou/ em readaptação de função, para as aulas que concorrer. (Independentemente do tempo e da duração desse afastamento ou readaptação)

b) Assiduidade de 100% da jornada de trabalho no ano letivo de 2017 excetuando as faltas abonadas por atestado médico, os profissionais licenciados de acordo com a lei; Planejamento quinzenal ou mensal e avaliação do trabalho didático comprovado pela Equipe Pedagógica Escolar; – **2,0 (dois) pontos**;

c) 100% na participação nas reuniões de pais promovidos pela Escola Municipal Izabel dos Santos Faria e demais escolas municipais – **1.0 (um) ponto**;

d) Assiduidade de 100% no diário de classe quinzenalmente (Educarlex); **- 1,0 (um) ponto**;

e) Projetos Educacionais desenvolvidos no ano de 2017 – **2,0 (dois) pontos;**

f) Participação e execução nas atividades cívicas/datas comemorativas (mural e ato cívico) no ano de 2017– **2,0 (dois) pontos;**

g) Assiduidade na formação continuada, em grupos de estudo. SALA DE EDUCADOR, com declaração solicitada pela escola e expedida pela Secretaria Municipal de Educação, no ano de 2017;

Parágrafo único: Curso de formação continuada, em grupos de estudo, (SALA DE EDUCADOR), do ano vigente mediante apresentação de certificado/ declaração pela Secretaria Municipal de Educação, não contando como carga horária na alínea **"h"** desta Instrução Normativa;

Percentual %	Pontuação
100 %	10,0 – pontos
95 %	7,0 – pontos
85 %	6,0 – pontos
75%	5,0 – pontos

h) Quanto à formação continuada, deverá ser considerado:

Formação Continuada	Certificado na área de Educação, referente aos últimos três anos, registrado pela instituição formadora (legalmente autorizada) contendo carga horária e conteúdos ministrados. Os cursos ministrados pela Secretaria Municipal de Educação, bem como por outros órgãos de educação deverão conter o registro.	**0,5 (meio)** ponto para cada 40 horas, com limite máximo **de 3,0 (três)** pontos no total.

i) Quanto aos títulos, deverá ser considerado:

FORMAÇÃO E TITULAÇÃO		**PONTUAÇÃO**
Pós-graduação na área de sua licenciatura	Especialização	**30,0 (trinta)**
1ª Licenciatura	Licenciatura Plena	**20,0 (vinte)**
	Licenciatura Curta	**10,0 (dez)**
Ensino Médio	Magistério	**5,0 (cinco)**

j) Quanto à qualificação profissional complementar:

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMPLEMENTAR			**PONTUAÇÃO**
A	. Comprovação anual de participação mediante certificado registrado pela instituição promotora do evento, de palestras, mini-cursos e conferências na área da educação, com limite máximo de 2,0 pontos, considerar apenas dos últimos 03 anos;	Resumo de participação com apresentação oral em Congressos, seminários, encontros, conferências proferidas na área da educação básica realizado em instituições de nível superior, secretarias municipais, estaduais ou Sintep/MT.	0,5 para cada certificado

Parágrafo Único: Deverão ser considerados os pontos da maior titulação que o profissional tiver concluído desde que seja dentro da área de sua formação de sua licenciatura, sendo vedado o cômputo cumulativo dos pontos referentes aos títulos. Não será permitida a contagem de dois títulos ou mais para o mesmo nível de formação.

Art. 8º - Deverão participar da contagem de pontos os profissionais/ professores efetivos que são lotados na Rede Municipal de Educação, que estiverem em gozo de licença, mas que tenha o seu retorno durante o ano letivo de 2018.

Parágrafo Único – A comissão de contagem de pontos e de atribuição de aulas deverá contemplar os seguintes membros:

I - diretor (a) da escola;

II - presidente do Conselho Escolar;

III - 02 (dois) Profissionais da Educação escolhidos pela unidade escolar (professor, técnico administrativo educacional e apoio administrativo educacional);

IV – 01 representante da equipe pedagógica: Supervisora Escolar; Coordenadora Escolar ou Assessora Pedagógica.

Art. 9º. Após confirmação da ficha de contagem de pontos, não será permitido alteração, ficando a atribuição vinculada a ficha de contagem de pontos quanto ao critério de escolha.

Art. 10º - Da Classificação

I – Quando da apuração final dos pontos, os professores da unidade escolar deverão ser classificados por ordem decrescente de acordo com a pontuação obtida e, em caso de empate entre os profissionais, para efeito de desempate, serão observados os seguintes critérios:

a) Maior titulação;

b) Maior tempo de serviço na unidade escolar;

c) Maior Pontuação obtida na Formação Continuada;

d) Maior idade;

Art. 11º A comissão nomeada para a contagem de pontos e atribuição de aulas terá as seguintes datas para receber dos professores, as documentações constantes no artigo 7º desta normativa:

Calendário de Contagem de Pontos		
Data	**Profissional**	**Horários**
07/12/2017	Professores Efetivos	Das 7h00 às 11h00 / das 13h00 às 17h00
08/12/2017	Professores Contratados	Das 7h00 às 11h00 / das 13h00 às 17h00

Art. 12º - No dia **08 de DEZEMBRO de 2017** a Comissão publicará no mural da escola, no site da Prefeitura municipal de Porto Estrela, site: **www.portoestrela.mt.org.br,** e a todos que interessara ordem de classificação dos professores lotados na unidade escolar.

PARÁGRAFO Único: O Período de Matrículas para as escolas da Rede Municipal de Educação será do **dia 08/01/2018 a 31/01/2018**, na Secretaria da Escola Izabel dos Santos Faria, sabendo que neste período a Secretaria de Educação irá até as escolas das Zona Rurais nos dias:

Escola "São Pedro" – Matrículas no dia **16/01/2018 das 13h00 às 17h00**

Escola "Joaquim Mariano de Miranda" – Matrículas no dia **18/01/2018 das 13h00 as 17h00**

Art. 13º - A atribuição de aulas acontecerá no **dia 01 de FEVEREIRO de 2018, às 07h30 da manhã na unidade escolar "Izabel dos Santos Faria".**

Art. 14º - A partir do dia 02/02 até 07/02/2018 fica cumprimento de sua carga horária afins de realização de pesquisas e materiais para a execução do planejamento anual, ou seja**, semana pedagógica.**

CAPÍTULO V

DO FUNCIONAMENTO DO ANO LETIVO DE 2.018

Art. 15º - O ano letivo de 2018 terá a carga horária mínima de 800 (Oitocentas) horas, distribuída por no mínimo 200 (Duzentos) dias letivos de efetivo trabalho escolar; Com seu início previsto para o dia 15 de FEVEREIRO de 2018 e terminará no dia 22 de Dezembro de 2018;

Parágrafo Único: Os trinta dias de gozo de férias dos professores e demais funcionários da Educação terão início no **dia 02/01/2018 e término no dia 31/01/2018, exceto os funcionários escalados para o trabalho nesse período.** Após esta data, todos os funcionários deverão estar presentes em seu local de trabalho para efetivação do ponto digital.

Art. 16º - As atividades para os profissionais lotados na secretaria municipal de educação terão seu início no ***dia 01/02/2018*** sendo que a partir desta data todos os profissionais deverão se apresentar, ficando à disposição da secretaria.

CAPÍTULO VI

DAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Parágrafo Único – A atribuição de horas/aulas será feita pela comissão de contagem de pontos e de atribuição, conforme **Art. 8º, parágrafo único** desta normativa.

Art. 17º - Os professores (as) deverão cumprir sua carga horária e atividades na unidade escolar de acordo com o estabelecido nesta Instrução:

a) Apresentar-se no horário de aula, período matutino, entrada as **7h00 (sete) horas**, saída as **11h00 (onze) horas**; com o registro no ponto eletrônico.

b) Apresentar-se no horário de aula, período vespertino, entrada as **13h00 (treze) horas**, saída as **17h00 (dezessete) horas;** com o registro no ponto eletrônico.

c) Os professores que atuarem nas aulas de Artes poderão planejar 01 (uma) das duas aulas na semana no Laboratório de Informática, para enriquecimento do conteúdo planejado. Os que possuem apenas 01 (uma) aula terão acesso ao Laboratório de informática quinzenalmente;

d) As horas atividades terão que serem cumpridas na UNIDADE ESCOLAR em que foi lotado em sua carga horária efetiva. PODENDO SER ESTAS ENTRE OS HORÁRIOS INTERCALADOS DE AULAS, BEM COMO NO HORÁRIO CONTRA TURNO. Se sua lotação for entre Escola Izabel dos Santos Faria e na Educação Infantil Hercilia Arduino Rosseti, as horas atividades poderão ser divididas igualmente.

e) Serão registradas em livro próprio as atividades desenvolvidas pelo professor referente às horas atividades; sob responsabilidade da supervisora escolar e/ou Coordenadora Escolar.

f) As Horas Atividades serão subdivididas da seguinte maneira: Atividades pedagógicas, Diário Eletrônico e Formação Continuada (SALA DE EDUCADOR – Projeto a ser elaborado para o ano letivo de 2018);

g) Os professores que tiverem aulas excedentes deverão estar cientes que só serão pagas aulas dadas.

h) Os professores que tiverem aulas excedentes deverão assinar contratos dessas aulas.

i) Participar das reuniões pedagógicas, reuniões com os pais e cursos oferecidos pela secretaria, ou quando liberado das aulas para participar de curso ou atividade na área de educação. A ausência injustificada será considerada falta e aplicada o **disposto no artigo 18°** desta Instrução Normativa;

j) Os professores e/ou funcionário da educação efetivos para lotarem em atividades pedagógicas desenvolvidas na Biblioteca Escolar, Biblioteca Municipal, Apoio ao Processo Ensino Aprendizagem, Suporte a Coordenação Pedagógica, Monitor ou Agente de Pátio e Apoio Multimídia (Laboratório de Informática) deverão apresentar documentação de readaptação de função por perícia médica.

k) Os professores interessados em gozar licença Prêmio no ano de 2018, em conformidade com o estatuto dos servidores público municipal, deverão requerer por escrito e solicitar agendamento antecipado na Secretaria Municipal de Educação, e aguardar o deferimento e publicação do ato pelo Executivo Municipal.

l) Os professores efetivos que não forem lotados com horas/aulas deverão ficar a disposições da Secretaria municipal de Educação.

m) Será vedado o uso não pedagógico de aparelhos/equipamentos eletrônicos em sala de aula do ensino fundamental inicial e final na Rede Municipal de Educação, de acordo com a Lei Estadual citado em Base Legal e Regulamentações **item X**.

n) A Sala de Articulação/Superação (distorção idade/série) - para o ano de 2018 será atribuída, no início do ano letivo, mediante classificação de contagem de pontos. Sendo um professor para atender alunos do 1º ao 3º ano e outro para alunos do 4º ao 6º ano.

Parágrafo primeiro – Na ausência de alunos na sala de articulação, o professor lotado nessa Sala deverá auxiliar uma turma, dando suporte à leitura ou tabuada.

Parágrafo Segundo - A abertura da sala multifuncional pode acontecer para o decorrente ano, uma vez que a Escola Izabel dos Santos Faria não dispões de Espaço físico. Caso durante o ano letivo venha a conseguir espaço físico para atendimento das mesmas, deverão ser atribuídas seguindo uma Portaria Específica e a Normativa de contagem de pontos para professores e mediante apresentação de Projeto Pedagógico.

O candidato deverá ter curso de graduação ou pós-graduação que o habilite a atuar na educação especial ou formação continuada específica.

CAPÍTULO VII

DO PLANEJAMENTO ANUAL E PLANO DE AULA

Art. 18º - O planejamento anual será realizado **nos dias 02 a 07 de Fevereiro de 2018**. Com as seguintes disposições:

I. Será obrigatório ao professor fazer o planejamento anual de conteúdo de atividades, em data estabelecida nesta normativa, digitar e entregar a coordenação da instituição no prazo de 10 dias a contar do último dia reservado para o planejamento. Todo projeto desenvolvido na escola deverá estar inserido no planejamento anual.

II. Será obrigatório ao professor planejar **quinzenalmente ou mensalmente** suas atividades, apresentando o mesmo à Supervisão Escolar ou Coordenação Pedagógica:

III. O professor deverá manter consigo uma cópia do planejamento anual para planejar as atividades quinzenais;

IV. Os professores deverão elaborar e apresentar o esboço do projeto até o dia 30 de Março de 2018, (seguindo Normas da ABNT) que pretende desenvolver no decorrer do ano letivo, bem como planilha orçamentária prevista, com antecedência de 60 dias para que a direção da escola possa providenciar os recursos necessários para a realização dos mesmos; protocolando-os na Secretaria Municipal de Educação assim que elaborado.

V. Será Obrigatório ao professor fazer os lançamentos de planejamento e conteúdo diário no Sistema Educarlex quinzenalmente, mediante notificação verbal em caso de atraso. Persistindo o atraso, será notificado(a) por escrito, salvo casos extremos e com justificativas por escrito e deferida pelo diretor escolar.

VI. O coordenador, o supervisor e o orientador pedagógico irão orientar e fazer o acompanhamento da execução das atividades propostas pelo professor mediante o planejamento anual/quinzenal, discutindo todos os assuntos que julgarem pertinentes na Sala do Educador.

VII. A Sala de Educador será objeto de contagem de pontos para o ano letivo seguinte, para a Rede Municipal de Educação, portanto no início do ano letivo de 2018 já teremos dias previsto para as formações continuada.

CAPÍTULO VIII

DAS SUBSTITUIÇÕES E AFASTAMENTOS

Art. 19º - Para ausentar-se por interesse particular, o professor poderá colocar um substituto para ministrar suas aulas, no máximo por um período de **05 (cinco) dias por bimestre**, desde que tenha a aprovação da Secretaria Municipal de Educação e o substituto tenha formação na área de educação, sendo custeado pelo professor. O professor regente deverá procurar o seu substituto, assim como deixar as atividades que deverão ser desenvolvidas nestes dias para o mesmo, desde que seja repassado para conhecimento da Coordenação da escola.

Art. 20º - As substituições por motivo de doença, mediante atestado médico serão custeadas pela Secretaria Municipal de Educação, exceto o constante no artigo **21°, alínea "a"** desta Instrução Normativa;

Parágrafo único: É obrigatório ao professor que se ausentar mediante atestado médico ou por interesse particular apresentar seu planejamento para as aulas com antecedência na Coordenação da escola.

CAPÍTULO IX

DAS FALTAS AO TRABALHO

Art. 21º - Será considerada falta ao trabalho e descontado na remuneração quando:

a) A ausência superior a 10% (dez por cento) de sua carga horária do dia, considerando o total de aulas dadas na unidade escolar ***(Artigo 26, da Lei Municipal Complementar n° 013/2008)***;

b) O professor que não apresentar atestado comprobatório (atestado médico);

Art. 22º - A secretaria municipal de educação não pagará substituto, mesmo com atestado médico quando:

a) O (a) professor (a) ausentar-se sem ser para consulta médica previamente marcada; com exceção de consulta emergente;

b) O atestado apenas abonará a falta;

c) O professor deverá comunicar seu chefe imediato com antecedência no mínimo de 02 (dois) dias sobre possíveis consultas médicas, na unidade escolar em que trabalha, sobre pena de advertência escrita.

d) Está terminantemente proibida a substituição feita pelo Coordenador Pedagógico, Supervisor Escolar e/ou Orientador Escolar;

e) O professor que por qualquer motivo precisar se ausentar de suas atividades laborais mesmo com justificativa e com Atestado médico será o responsável por fazer a reposição destas aulas;

f) O professor que não se adequar a esta instrução normativa caberá a Direção escolar juntamente com a Equipe Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Porto Estrela, tomar as providências cabíveis diante desta situação.

CAPÍTULO X

DAS ATRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Art. 23º O professor que efetuar a contagem de pontos optando pelas aulas da Educação Infantil, deverão impreterivelmente lotar na modalidade optada e preferencialmente habilitado em Pedagogia.

Art. 24º O professor interessado nas aulas da Educação Infantil deverão cumprir suas horas atividades na própria instituição de ensino.

Art. 25º O professor que pleitear as aulas na modalidade de ensino infantil deverá preencher os relatórios Único de avaliação do aluno semestralmente mediante conselho de Classe no próprio sistema Educar-lex, por área do conhecimento;

Art.26º O professor que optar pela Educação Infantil deverá se adequar as diretrizes Curriculares Específicas da Educação Infantil e poderá ter o seu momento de formação continuada (Sala Educador – 2018) específica para os professores que atuam na Educação Infantil, mediante planejamento de formação apresentado pela Equipe Pedagógica Municipal

Parágrafo único – As aulas remanescentes serão atribuídas tanto para quem optou pela Educação Infantil quanto pelo Ensino Fundamental em ambas modalidades, de acordo com a ordem

DAS ATRIBUIÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Art. 27º O profissional que efetuar a contagem de pontos optando pelas aulas na modalidade de Ensino Fundamental, deverão impreterivelmente lotar na modalidade optada.

Art. 28º - Para os professores efetivos ou estabilizados, lotados na unidade escolar, de acordo com as regras e observando a ordem de prioridade abaixo descrita:

Art. 29º O professor que optar pelo Ensino Fundamental deverá se adequar as diretrizes Curriculares Específicas e ter o seu momento de formação continuada (Sala Educador – 2018) específica para os professores que atuam na Ensino Fundamental, mediante planejamento de formação e calendário de datas e carga horária, apresentado pela Equipe Pedagógica Municipal, no primeiro Bimestre Letivo, para estudos no decorrer do ano.

DAS ATRIBUIÇÕES DOS PROFESSORES DA ZONA RURAL

Art. 30º - A distribuição de carga horária dos professores que atuam na zona rural ficará a critério de disponibilidade e comum acordo com os professores que já trabalham nas escolas rurais.

Art. 31º - Estabelecer seis (06) horas/aulas atividades semanais aos professores da zona rural onde as mesmas devem estar devidamente registradas em livro ponto adequadas, sobre responsabilidades da Equipe Pedagógica Escolar, (Direção, Supervisão, Coordenação e Orientador Escolar) que serão subdivididas da seguinte maneira: Atividades pedagógicas, planejamento e diário Eletrônico e Formação Continuada - Sala de Educador.

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32º - A inobservância desta Instrução Normativa constitui omissão de dever funcional e será punida na forma prevista em lei.

Art. 33º - Aplica-se, no que couber, aos instrumentos regulamentados por esta Instrução Normativa e as demais legislações pertinentes.

.

Art. 34º - Os esclarecimentos adicionais a respeito deste documento poderão ser obtidos junto a Secretaria Municipal de Educação e na Unidade de Controle Interno Municipal que, por sua vez, através de procedimentos de checagem (visitas de rotinas) ou auditoria interna, aferirá a fiel observância de seus dispositivos por parte das diversas unidades da estrutura organizacional.

Art. 35º - No caso em que o profissional da educação se sentir prejudicado, quanto ao processo de ***CONTAGEM DE PONTOS*** *e* ***DO PROCESSO DE ATRIBUIÇÃO*** caberá recurso à Comissão de Atribuição do Regime/Jornada de Trabalho, correspondente a etapa em questão.

Parágrafo único - O recurso referido no *caput* deste artigo não terá efeito suspensivo do processo (contagem de pontos e/ou atribuição), devendo ser interposto **impreterivelmente até 72 horas após cada sessão**, tendo a Comissão de Atribuição do Regime/Jornada de Trabalho da unidade escolar e/ou Secretaria Municipal de Educação e/ou Unidade de Controle Interno Municipal, para **emissão do parecer.**

Art. 36º - Este Calendário Letivo está sujeito a alterações, devido ao transporte escolar Municipal que é compartilhado com a escola do Estado de Mato Grosso deste Município.

Art. 37º - O professor/funcionário que optar em não fazer a formação Continuada PROJETO SALA DE EDUCADOR deverá assinar um termo de desistência do Curso, onde assumirá as responsabilidades cabíveis.

Parágrafo único: Fica determinado que todos os funcionários que prestam seus serviços para a Secretaria de Educação deverão preencher uma ficha (**anexo VI**) de recadastramento/atualização de informações pertinentes para o melhor desempenho/funcionamento dos serviços e direitos dos trabalhadores do setor, **até o dia 07/02/2018**, na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 38º - Integram esta Instrução Normativa os seguintes anexos:

I. **ANEXO I** – Ficha contagem de pontos para atribuição da Jornada de Trabalho dos Professores **EFETIVOS** – **ESCOLA IZABEL DOS SANTOS FARIA**;

II. **ANEXO II** – Ficha contagem de pontos para atribuição da Jornada de Trabalho dos Professores **CONTRATADOS** – **ESCOLA IZABEL DOS SANTOS FARIA**;

III. **ANEXO III** – Ficha contagem de pontos para atribuição da Jornada de Trabalho dos Professores **EFETIVOS** – **ESCOLAS RURAIS**;

IV. **ANEXO IV** – Ficha contagem de pontos para atribuição da Jornada de Trabalho dos Professores **CONTRATADOS** – **ESCOLAS RURAIS**;

V. **ANEXO V** – **Calendário Escolar do ano Letivo de 2018.**

VI. ANEXO VI – Ficha de Recadastramento dos Funcionários que prestam serviços na Educação Municipal

Art. 39º - Esta Instrução Normativa entra em vigor a partir da data de sua publicação, para organização do processo referente ao ano letivo 2018, revogadas as disposições em contrário.

Porto Estrela - MT, 27 de Novembro de 2017.

EUGENIO PELACHIM

Prefeito Municipal

_____ _____

GENIVALDO GOMES DA SILVA Tania Candido Leonel Papa

Auditor de Controle Interno Secretária Municipal de Educação

Portaria de Nomeação nº 017/2011 de Port. Nº 0060/2017

01/03/2011 – Concurso nº 001/2010

ANEXO I

FICHA DE CONTAGEM DE PONTOS PARA ATRIBUIÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO DOS PROFESSORES EFETIVOS - ESCOLA "IZABEL DOS SANTOS FARIA"

1- DADOS PESSOAIS:
Nome do Servidor (a): _____

Data de Nasc: ___/___/_____ Endereço: _____ **Complemento: _____ Bairro: _____** **Cidade: _____ Cep: _____** **Telef:Res:Celular: _____** **Outro Telefone: _____ E-mail: _____** **Matrícula: _____** **RG: _____ Órgão Exp: _____UF: ____ Data de exp: ____/____/_____** **CPF: _____** **Escola: _____**		
2-SITUAÇÃO FUNCIONAL:		
2.1-SITUAÇÃO FUNCIONAL	**2.2- CARGO/FUNÇÃO**	**2.3- JORNADA SEMANAL DE TRABALHO**
( ) Efetivo Magistério; **( ) Efetivo Superior** **( ) Cedência/Permuta (outra Rede)**	**( ) Professor** **( ) Especialista da Educação**	**( ) Regime de trabalho de 20 hs semanais** **( ) Regime de trabalho de 30 hs semanais**
2.4-POSSUI OUTRO VÍNCULO EMPREGATÍCIO:		
( ) Sim ( ) Não	**TIPO:** ( ) PÚBLICO ( ) PRIVADO	**JORNADA DE TRABALHO** do outro cargo: _____ Horas / semanais

III – Habilitação: diploma e / ou Histórico Escolar: _____

MODALIDADE DE ENSINO		
( ) Educação Infantil	( ) Ensino Fundamental (inicial): 1º ao 3º Ano	( ) Ensino Fundamental (final): 4º ao 6º ano

IV – Número de pontos obtidos pelo professor:

	CRITÉRIOS	**Nº PONTOS**	**PONTOS**
A	Para cada ano de serviço prestado na rede municipal de Educação.	1,0 (um) ponto	
B	Assiduidade de 100 % da jornada de trabalho no ano letivo de 2017	2,0 (dois) pontos	
C	Assiduidade de 100 % nas reuniões de pais promovidas na escola no ano letivo de 2017	1,0 (um) ponto	
D	Assiduidade de 100% no diário de classe quinzenalmente (Educar-lex)	1,0 (um) ponto	
E	Projetos Educacionais desenvolvidos no ano de 2017	2,0 (dois) pontos	
F	Participação e execução nas atividades cívicas/datas (mural e ato cívico) no ano de 2017.	2,0 (um) ponto	
G	Assiduidade na formação continuada, em grupos de estudo. SALA DE EDUCADOR	**Percentual %**	**Pontuação**
		100 %	**10,0 – pontos**
		95 %	**7,0 – pontos**
		85 %	**6,0 – pontos**
		75%	**5,0 – pontos**
H	Cursos de formação continuada realizados na área de educação que contemplem conhecimentos didático-curriculares e de políticas educacionais.	0,5 (meio) pontos para cada 40 horas limite máximos até 3,0 (três) pontos no total	
I - FORMAÇÃO / TITULAÇÃO:			
I	Especialização (Pós-graduação)	30,0 (trinta) pontos	
	Licenciatura Plena	20,0 (vinte) pontos	
	Licenciatura Curta	10,0 (dez) pontos	
	Magistério	5,0 (cinco) pontos	
J - QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMPLEMENTAR			
J	Comprovação anual de participação mediante certificado registrado pela instituição promotora do evento, de palestras, mini-cursos e conferências na área da educação, com limite máximo de 2,0 pontos, considerar apenas dos últimos 03 anos;	Resumo de participação com apresentação oral em Congressos, seminários, encontros, conferências proferidas na área da educação básica realizado em instituições de nível superior, secretarias municipais, estaduais ou Sintep/MT.	0,5 p/cada certificado

V – Classificação por habilitação (na unidade escolar): _____

EM CASO DE EMPATE:
I - Maior titulação;
II - Maior tempo de serviço na unidade escolar;
III - Maior Pontuação obtida na Formação Continuada;
IV **–** Maior idade.
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS:

Assinatura do Professor

Porto Estrela, 27/11/2017

Comissão de Contagem de Pontos:

ANEXO II

FICHA DE CONTAGEM DE PONTOS PARA ATRIBUIÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO DOS PROFESSORES CONTRATADOS - ESCOLA "IZABEL DOS SANTOS FARIA"

1- DADOS PESSOAIS:

Nome do Servidor (a): _____ **Data de Nasc: ___/___/_____ Endereço: _____** **Complemento: _____ Bairro: _____** **Cidade: _____ Cep: _____** **Telef:Res:Celular: _____** **Outro Telefone: _____ E-mail: _____** **Matrícula: _____** **RG: _____ Órgão Exp: _____UF: ____ Data de exp: ____/____/_____** **CPF: _____** **Escola: Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental "Izabel dos Santos Faria"**		
2-SITUAÇÃO FUNCIONAL:		
2.1-SITUAÇÃO FUNCIONAL	**2.2- CARGO/FUNÇÃO**	**2.3- JORNADA SEMANAL DE TRABALHO**
( ) Efetivo Magistério; **( ) Efetivo Superior** **( ) Cedência/Permuta (outra Rede)**	**( ) Professor** **( ) Especialista da Educação**	**( ) Regime de trabalho de 20 hs semanais** **( ) Regime de trabalho de 30 hs semanais**
2.4-POSSUI OUTRO VÍNCULO EMPREGATÍCIO:		
( ) Sim ( ) Não	**TIPO:** ( ) PÚBLICO ( ) PRIVADO	**JORNADA DE TRABALHO** do outro cargo: _____ Horas / semanais

III – Habilitação: diploma e / ou Histórico Escolar: _____

MODALIDADE DE ENSINO		
( ) Educação Infantil	( ) Ensino Fundamental (inicial): 1º ao 3º Ano	( ) Ensino Fundamental (final): 4º ao 6º ano

IV – Número de pontos obtidos pelo professor:

	CRITÉRIOS	**Nº PONTOS**	**PONTOS**
A	Para cada ano de serviço prestado na rede municipal de Educação.	1,0 (um) ponto	
B	Assiduidade de 100 % da jornada de trabalho no ano letivo de 2017	2,0 (dois) pontos	
C	Assiduidade de 100 % nas reuniões de pais promovidas na escola no ano letivo de 2017	1,0 (um) ponto	
D	Assiduidade de 100% no diário de classe quinzenalmente (Educar-lex)	1,0 (um) ponto	
E	Projetos Educacionais desenvolvidos no ano de 2017	2,0 (dois) pontos	
F	Participação e execução nas atividades cívicas/datas (mural e ato cívico) no ano de 2017.	2,0 (um) ponto	
G	Assiduidade na formação continuada, em grupos de estudo. SALA DE EDUCADOR	**Percentual %**	**Pontuação**
		100 %	**10,0 – pontos**
		95 %	**7,0 – pontos**
		85 %	**6,0 – pontos**
		75%	**5,0 – pontos**
H	Cursos de formação continuada realizados na área de educação que contemplem conhecimentos didático-curriculares e de políticas educacionais.	0,5 (meio) pontos para cada 40 horas limite máximos até 3,0 (três) pontos no total	
I - FORMAÇÃO / TITULAÇÃO:			
I	Especialização (Pós-graduação)	30,0 (trinta) pontos	
	Licenciatura Plena	20,0 (vinte) pontos	
	Licenciatura Curta	10,0 (dez) pontos	
	Magistério	5,0 (cinco) pontos	
J - QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMPLEMENTAR			
J	Comprovação anual de participação mediante certificado registrado pela instituição promotora do evento, de palestras, mini-cursos e conferências na área da educação, com limite máximo de 2,0 pontos, considerar apenas dos últimos 03 anos;	Resumo de participação com apresentação oral em Congressos, seminários, encontros, conferências proferidas na área da educação básica realizado em instituições de nível superior, secretarias municipais, estaduais ou Sintep/MT.	0,5 p/cada certificado

V – Classificação por habilitação (na unidade escolar): _____

EM CASO DE EMPATE:
I - Maior titulação;
II - Maior tempo de serviço na unidade escolar;
III - Maior Pontuação obtida na Formação Continuada;
IV **–** Maior idade.
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS:

Assinatura do Professor

Porto Estrela, 27/11/2017

Comissão de Contagem de Pontos:

ANEXO III

FICHA DE CONTAGEM DE PONTOS PARA ATRIBUIÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO DOS PROFESSORES EFETIVOS – "ESCOLAS RURAIS"

1- DADOS PESSOAIS:

Nome do Servidor (a): _____ **Data de Nasc: ___/___/_____ Endereço: _____** **Complemento: _____ Bairro: _____** **Cidade: _____ Cep: _____** **Telef:Res:Celular: _____** **Outro Telefone: _____ E-mail: _____** **Matrícula: _____** **RG: _____ Órgão Exp: _____UF: ____ Data de exp: ____/____/_____** **CPF: _____** **Escola: Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental "Izabel dos Santos Faria"**		
2-SITUAÇÃO FUNCIONAL:		
2.1-SITUAÇÃO FUNCIONAL	**2.2- CARGO/FUNÇÃO**	**2.3- JORNADA SEMANAL DE TRABALHO**
( ) Efetivo Magistério; **( ) Efetivo Superior** **( ) Cedência/Permuta (outra Rede)**	**( ) Professor** **( ) Especialista da Educação**	**( ) Regime de trabalho de 20 hs semanais** **( ) Regime de trabalho de 30 hs semanais**
2.4-POSSUI OUTRO VÍNCULO EMPREGATÍCIO:		
( ) Sim ( ) Não	**TIPO:** ( ) PÚBLICO ( ) PRIVADO	**JORNADA DE TRABALHO** do outro cargo: _____ Horas / semanais

III – Habilitação: diploma e / ou Histórico Escolar: _____

MODALIDADE DE ENSINO		
( ) Educação Infantil	( ) Ensino Fundamental (inicial): 1º ao 3º Ano	( ) Ensino Fundamental (final): 4º ao 6º ano

IV – Número de pontos obtidos pelo professor:

	CRITÉRIOS	**Nº PONTOS**	**PONTOS**
A	Para cada ano de serviço prestado na rede municipal de Educação.	1,0 (um) ponto	
B	Assiduidade de 100 % da jornada de trabalho no ano letivo de 2017	2,0 (dois) pontos	
C	Assiduidade de 100 % nas reuniões de pais promovidas na escola no ano letivo de 2017	1,0 (um) ponto	
D	Assiduidade de 100% no diário de classe quinzenalmente (Educar-lex)	1,0 (um) ponto	
E	Projetos Educacionais desenvolvidos no ano de 2017	2,0 (dois) pontos	
F	Participação e execução nas atividades cívicas/datas (mural e ato cívico) no ano de 2017.	2,0 (um) ponto	
G	Assiduidade na formação continuada, em grupos de estudo. SALA DE EDUCADOR	**Percentual %**	**Pontuação**
		100 %	**10,0 – pontos**
		95 %	**7,0 – pontos**
		85 %	**6,0 – pontos**
		75%	**5,0 – pontos**
H	Cursos de formação continuada realizados na área de educação que contemplem conhecimentos didático-curriculares e de políticas educacionais.	0,5 (meio) pontos para cada 40 horas limite máximos até 3,0 (três) pontos no total	
I - FORMAÇÃO / TITULAÇÃO:			
I	Especialização (Pós-graduação)	30,0 (trinta) pontos	
	Licenciatura Plena	20,0 (vinte) pontos	
	Licenciatura Curta	10,0 (dez) pontos	
	Magistério	5,0 (cinco) pontos	
J - QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMPLEMENTAR			
J	Comprovação anual de participação mediante certificado registrado pela instituição promotora do evento, de palestras, mini-cursos e conferências na área da educação, com limite máximo de 2,0 pontos, considerar apenas dos últimos 03 anos;	Resumo de participação com apresentação oral em Congressos, seminários, encontros, conferências proferidas na área da educação básica realizado em instituições de nível superior, secretarias municipais, estaduais ou Sintep/MT.	0,5 p/cada certificado

V – Classificação por habilitação (na unidade escolar): _____

EM CASO DE EMPATE:
I - Maior titulação;
II - Maior tempo de serviço na unidade escolar;
III - Maior Pontuação obtida na Formação Continuada;
IV **–** Maior idade.
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS:

Assinatura do Professor

Porto Estrela, 27/11/2017

Comissão de Contagem de Pontos:

ANEXO IV

FICHA DE CONTAGEM DE PONTOS PARA ATRIBUIÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO DOS PROFESSORES CONTRATADOS – "ESCOLAS RURAIS"

1- DADOS PESSOAIS:		
Nome do Servidor (a): _____ **Data de Nasc: ___/___/_____ Endereço: _____** **Complemento: _____ Bairro: _____** **Cidade: _____ Cep: _____** **Telef:Res:Celular: _____** **Outro Telefone: _____ E-mail: _____** **Matrícula: _____** **RG: _____ Órgão Exp: _____UF: ____ Data de exp: ____/____/_____** **CPF: _____** **Escola: _____**		
2-SITUAÇÃO FUNCIONAL:		
2.1-SITUAÇÃO FUNCIONAL	**2.2- CARGO/FUNÇÃO**	**2.3- JORNADA SEMANAL DE TRABALHO**
( ) Efetivo Magistério; **( ) Efetivo Superior** **( ) Cedência/Permuta (outra Rede)**	**( ) Professor** **( ) Especialista da Educação**	**( ) Regime de trabalho de 20 hs semanais** **( ) Regime de trabalho de 30 hs semanais**
2.4-POSSUI OUTRO VÍNCULO EMPREGATÍCIO:		
( ) Sim ( ) Não	**TIPO:** ( ) PÚBLICO ( ) PRIVADO	**JORNADA DE TRABALHO** do outro cargo: _____ Horas / semanais

III – Habilitação: diploma e / ou Histórico Escolar: _____

MODALIDADE DE ENSINO		
( ) Educação Infantil	( ) Ensino Fundamental (inicial): 1º ao 3º Ano	( ) Ensino Fundamental (final): 4º ao 6º ano

IV – Número de pontos obtidos pelo professor:

	CRITÉRIOS	**Nº PONTOS**	**PONTOS**
A	Para cada ano de serviço prestado na rede municipal de Educação.	1,0 (um) ponto	
B	Assiduidade de 100 % da jornada de trabalho no ano letivo de 2017	2,0 (dois) pontos	
C	Assiduidade de 100 % nas reuniões de pais promovidas na escola no ano letivo de 2017	1,0 (um) ponto	
D	Assiduidade de 100% no diário de classe quinzenalmente (Educar-lex)	1,0 (um) ponto	
E	Projetos Educacionais desenvolvidos no ano de 2017	2,0 (dois) pontos	
F	Participação e execução nas atividades cívicas/datas (mural e ato cívico) no ano de 2017.	2,0 (um) ponto	
G	Assiduidade na formação continuada, em grupos de estudo. SALA DE EDUCADOR	**Percentual %**	**Pontuação**
		100 %	**10,0 – pontos**
		95 %	**7,0 – pontos**
		85 %	**6,0 – pontos**
		75%	**5,0 – pontos**
H	Cursos de formação continuada realizados na área de educação que contemplem conhecimentos didático-curriculares e de políticas educacionais.	0,5 (meio) pontos para cada 40 horas limite máximos até 3,0 (três) pontos no total	
I - FORMAÇÃO / TITULAÇÃO:			
I	Especialização (Pós-graduação)	30,0 (trinta) pontos	
	Licenciatura Plena	20,0 (vinte) pontos	
	Licenciatura Curta	10,0 (dez) pontos	
	Magistério	5,0 (cinco) pontos	
J - QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMPLEMENTAR			
J	Comprovação anual de participação mediante certificado registrado pela instituição promotora do evento, de palestras, mini-cursos e conferências na área da educação, com limite máximo de 2,0 pontos, considerar apenas dos últimos 03 anos;	Resumo de participação com apresentação oral em Congressos, seminários, encontros, conferências proferidas na área da educação básica realizado em instituições de nível superior, secretarias municipais, estaduais ou Sintep/MT.	0,5 p/cada certificado

V – Classificação por habilitação (na unidade escolar): _____

EM CASO DE EMPATE:
I - Maior titulação;
II - Maior tempo de serviço na unidade escolar;
III - Maior Pontuação obtida na Formação Continuada;
IV **–** Maior idade.
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS:

Assinatura do Professor

Porto Estrela, 27/11/2017

Comissão de Contagem de Pontos:

ANEXO V

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PORTO ESTRELA-MT	
CALENDÁRIO ESCOLAR 2018 DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	

JANEIRO 2018

D	S	T	Q	Q	S	S	
	1	2	3	4	5	6	
7	8	9	10	11	12	13	
14	15	16	17	18	19	20	
21	22	23	24	25	26	27	
28	29	30	31				

FEVEREIRO 2018

D	S	T	Q	Q	S	S	
				1	2	3	
4	5	6	7	8	9	10	
11	12	13	14	15	16	17	10
18	19	20	21	22	23	24	
25	26	27	28				

MARÇO 2018

D	S	T	Q	Q	S	S	
				1	2	3	
4	5	6	7	8	9	10	
11	12	13	14	15	16	17	21
18	19	20	21	22	23	24	
25	26	27	28	29	30	31	

ABRIL 2018

D	S	T	Q	Q	S	S	
1	2	3	4	5	6	7	
8	9	10	11	12	13	14	21
15	16	17	18	19	20	21	
22	23	24	25	26	27	28	
29	30						

MAIO 2018

D	S	T	Q	Q	S	S	
		1	2	3	4	5	
6	7	8	9	10	11	12	
13	14	15	16	17	18	19	21
20	21	22	23	24	25	26	
27	28	29	30	31			

JUNHO 2018

D	S	T	Q	Q	S	S	
					1	2	
3	4	5	6	7	8	9	
10	11	12	13	14	15	16	21
17	18	19	20	21	22	23	
24	25	26	27	28	29	30	

JULHO 2018

D	S	T	Q	Q	S	S	
1	2	3	4	5	6	7	
8	9	10	11	12	13	14	12
15	16	17	18	19	20	21	
22	23	24	25	26	27	28	
29	30	31					

AGOSTO 2018

D	S	T	Q	Q	S	S	
			1	2	3	4	
5	6	7	8	9	10	11	
12	13	14	15	16	17	18	22
19	20	21	22	23	24	25	
26	27	28	29	30	31		

SETEMBRO 2018

D	S	T	Q	Q	S	S	
						1	
2	3	4	5	6	7	8	
9	10	11	12	13	14	15	
16	17	18	19	20	21	22	19
23	24	25	26	27	28	29	
30							

OUTUBRO 2018

D	S	T	Q	Q	S	S	
	1	2	3	4	5	6	
7	8	9	10	11	12	13	21
14	15	16	17	18	19	20	
21	22	23	24	25	26	27	
28	29	30	31				

NOVEMBRO 2018

D	S	T	Q	Q	S	S	
				1	2	3	
4	5	6	7	8	9	10	
11	12	13	14	15	16	17	18
18	19	20	21	22	23	24	
25	26	27	28	29	30		

DEZEMBRO 2018

D	S	T	Q	Q	S	S	
						1	
2	3	4	5	6	7	8	
9	10	11	12	13	14	15	14
16	17	18	19	20	21	22	
23	24	25	26	27	28	29	
30	31						

LEGENDA

	ATRIBUIÇÃO DE AULA/SEMANA PED.
	INICIO/TÉRMINO BIMESTRE
	DIAS LETIVOS
	SÁB. DOMINGO FÉRIAS
	JOGOS ESCOLARES
	FERIADOS
	RECESSO ESCOLAR
	Ponto Facul

1º BIMESTRE : 52 DIAS LETIVOS
INÍCIO: 15/02/2018
TÉRMINO: 30/04/2018

2º BIMESTRE: 52 DIAS LETIVOS
INÍCIO : 02/05/2018
TÉRMINO: 13/07/2018

3º BIMESTRE: 52 DIAS LETIVOS
INÍCIO: 30/07/2018
TÉRMINO: 11/10/2018

4º BIMESTRE: 44 DIAS LETIVOS
INÍCIO: 16/10/2018
TÉRMINO: 21/12/2018

DIAS LETIVOS 2018: 200 DIAS

DATAS COMEMORATIVAS

13/02 - Carnaval
14/02 - Quarta Feira de Cinzas
30/03 - Sexta Feira Santa
21/04 - Tiradentes
01/05 - Dia do Trabalho
12/05 - Dia das Mães
05/06 - Dia do Meio Ambiente
31/05 - Corpus Christi
29/06 - Festa Junina
06/08 - Dia do Padroeiro
11/08 - Dia do estudante
11/08 - Dia dos Pais
24/08 - Projeto Cultural
07/09 - Procl. da Independencia
12/10 - N. Srª Ap./ Dia das Crianças
15/10 - Dia do Professor
02/11 - Dia de Finados
15/11 - Proclamação da República
20/11 - Conciência Negra
19/12 - Aniversário do Município

ANEXO VI

Caixa de texto: FICHA DE RECADASTRAMENTO DE FUNCIONÁRIOS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PORTO ESTRELA – MT Ø O PREENCHIMENTO DE TODOS OS CAMPOS E O ENVIO DAS CÓPIAS ABAIXO DISCRIMINADAS, É INDISPENSÁVEL PARA A ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO DO FUNCIONÁRIO. *DADOS PESSOAIS: Nome Completo: _____

Data Nascimento: _____/_____/_____ Naturalidade: _____ RG: _____ Org. Expedidor: _____ CPF: _____ Nº de Título de Eleitor: _____ Reservista: _____

e-mail: _____ Endereço: _____ Bairro: _____ Cep:_____

Telefones – Residencial e/ou Celular:_____ Estado Civil: _____ Nome do Cônjuge: _____ * Dependentes (filhos): _____ * FORMAÇÃO PROFISSIONAL: 1) Situação Profissional: ( ) PROFESSOR ( ) MERENDEIRA ( ) MOTORISTA ( ) AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICO ( ) AGENTE ADMISTRATIVO 2) Formação Profissional: _____ 3) Data de admissão (efetivo): _____ 4) Tempo de Experiência profissional: _____ 5) Tempo de Serviço Efetivo: _____ 6) *Já gozou de Licença Prêmio por Assiduidade? ( ) SIM ( ) NÃO Quando (ano)? _____ 7) *Já ficou de afastamento sem Remuneração? ( ) SIM ( ) NÃO 8) *Já necessitou de atestado médico superior a 30 dias? ( ) SIM ( ) NÃO 9) Jornada Semanal de Trabalho efetivo: ( ) 20 horas ( ) 30 horas ( ) 40 horas 10) Qualificação profissional: (

) Ensino Fundamental até 9º ano ( ) Sim ( ) Não ( ) Ensino Médio Regular ( ) Sim ( ) Não ( ) Ensino Médio Profissionalizante Magistério ( ) Sim ( ) Não ( ) Licenciatura ( ) Sim ( ) Não ( ) Pós-Graduação ( ) Sim ( ) Não ( ) Mestrado ( ) Sim ( ) Não 11) Curso de Formação Continuada: ( ) Sim ( )Não *Dados de extrema importância para a composição do cenário municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE POXORÉU
CONCESSÃO DE APOSENTADORIA

PORTARIA N.º 566/2017 Poxoréu/MT, 27 de Novembro de 2017

"Dispõe sobre a retificação da portaria 538/2017, que concedeu o benefício de pensão por morte em favor do Sr. Mauro Cesar Rodrigues de Moraes."

O Diretor Executivo do POXORÉU-PREVI, Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art.1° - Retificar o texto da base legal inicial, passando a vigorar com a seguinte redação:

O Diretor Executivo do POXORÉU-PREVI, Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 40, §7º, inciso II da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional n° 41, de 19 de dezembro de 2003, Art. 7º, inciso "I", Art. 35, inciso "II", **Art. 36, inciso "II", da Lei Municipal nº 1.489/2012, de 13 de janeiro de 2012.**

Art. 2º - A redação dos demais artigos da citada portaria fica ratificada e inalterada.

Registre, publique e cumpra-se.

Poxoréu/MT, 27 de Novembro de 2017.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Diretor Executivo

HOMOLOGO:

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPORTE E LAZER
PORTARIA Nº. 08/2017/SECEL/MT

PORTARIA Nº. 08/2017/SECEL/MT

O Secretário de Educação de Poxoréu/MT no uso de suas atribuições legais e com base nos princípios da Gestão Democrática emanados da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, da Lei Federal nº 9.394/1996, da Lei do PCCS do Magistério Público Municipal, da Lei nº 1512/12, da Lei nº 1.330 de 19 de novembro de 2009 e do PME nº 1766 de 23 Junho de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar a abertura do processo eleitoral para a escolha de diretor de unidade escolar da rede pública municipal para o biênio 2018/2019, conforme cronograma anexo a esta Portaria.

§ 1° - O processo eleitoral deverá ocorrer em todas as unidades escolares da rede pública municipal de Poxoréu, com exceção das unidades com menos de 150 alunos no ano anterior, bem como também as entidades filantrópicas conveniadas.

Art. 2º - Os critérios para escolha de diretor escolar têm como referência clara os campos do conhecimento, das competências, da aptidão para liderança e habilidades gestoras necessárias ao exercício da função.

Art. 3º - O processo de escolha do profissional da educação a ser designado para a função gratificada de diretor de escola pública municipal será realizado em duas etapas:

I – **1ª Etapa** – constará de ciclos de estudos de no mínimo 08 (oito) horas, considerando apto o candidato com 100% (cem por cento) de frequência. Nessa etapa, o candidato realizará uma autoavaliação e decidirá se há compatibilidade profissional e pessoal para o exercício da função de diretor escolar.

II – **2ª Etapa** – constará de seleção do candidato pela comunidade escolar por meio de votação, na própria unidade escolar, levando-se em consideração a proposta de trabalho do candidato, que deverá conter:

a – objetivos e metas para melhoria da unidade escolar e do ensino em consonância com a Política Educacional da Secretaria Municipal de Educação, com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da unidade escolar;

b – plano de reavaliação e intervenção pedagógica com vista à melhoria da qualidade do ensino, considerando as avaliações externas (Prova Brasil, e outras);

c – estratégias para a participação da comunidade no cotidiano da unidade escolar, na gestão dos recursos financeiros, bem como, construção do currículo escolar, acompanhamento e avaliação das ações pedagógicas;

d – estratégias para a preservação do patrimônio público;

e – estratégias para manter atualizados os atos autorizativos para o funcionamento da unidade escolar, junto ao Conselho Estadual de Educação – CEE/MT.

§ 1º - Na definição das metas de curto e longo prazo, dos objetivos, ações e previsão orçamentária que constituirão a Proposta de Trabalho, o candidato deverá apoiar-se no PPP, PDDE e repasse realizado mensalmente pela Secretaria Municipal de Finanças e o Plano de Ações Articuladas para o município de Poxoréu.

§ 2º - O diretor em exercício garantirá o acesso do candidato ao PPP em execução na unidade escolar, bem como disponibilizará dados, informações e documentos resultantes da avaliação das metas propostas e executadas, inclusive, pontuando as facilidades e dificuldades em operacionalizá-las, objetivando subsidiar a elaboração da proposta de trabalho do candidato.

§ 3º - No exercício do seu mandato, o diretor terá como balizador da sua atuação a proposta de trabalho aprovada pela comunidade e a avaliação anual do seu desempenho, que incidirá sobre a execução e resultados dessa proposta.

Art. 4º - A Comissão Eleitoral Escolar, prevista no artigo 15º desta Portaria, deverá comunicar ao candidato e divulgar na comunidade escolar o cronograma de apresentação da Proposta de Trabalho em Assembleia Geral, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

§ 1º - A Assembleia Geral a que se refere o caput deste artigo deverá ser realizada em horário que possibilite o atendimento ao maior número possível de interessados na exposição da Proposta de Trabalho, cujo teor deverá ser amplamente divulgado.

§ 2º - Na Assembleia Geral deverá ser concedido a cada candidato a mesma fração de tempo para exposição e debate de sua proposta de trabalho.

Art. 5º - O candidato que não fizer apresentação da proposta de trabalho em Assembleia Geral, em data e horário marcados pela Comissão, estará automaticamente desclassificado.

Art. 6º - Para participar do processo de que trata esta lei, o candidato, integrante do quadro dos profissionais da Educação Básica, deve:

I - ser ocupante de cargo efetivo ou estável do quadro dos profissionais da Educação Básica;

II - ter no mínimo 02 (dois) anos de efetivo exercício ininterruptos até a data de inscrição, prestados na escola que pretende dirigir;

III - ser habilitado em nível de Licenciatura Plena em Pedagogia;

IV - participar dos ciclos de estudos a serem organizados, sob orientação da Secretaria Municipal de Educação;

Art. 7º - Caso não haja profissional da educação habilitado em Pedagogia que atenda ao disposto nos incisos II e III, poderá inscrever-se o profissional habilitado em outras licenciaturas que tenha 01 (um) ano na unidade escolar ou 02 (dois) anos em qualquer escola pública do município.

Art. 8º – É vedada a participação no processo eletivo, o profissional que nos últimos 5 (cinco) anos:

I – tenha sido suspenso, dispensado ou exonerado do exercício da função, em decorrência de processo administrativo disciplinar;

II – esteja respondendo a processo administrativo disciplinar;

III – esteja respondendo a processo de sindicância administrativa;

IV – esteja inadimplente junto ao Fundo Estadual de Educação ou ao Tribunal de Contas do Estado;

V – esteja sob licenças contínuas.

Art. 9º – O Diretor atual, em segundo mandato, será impedido de disputar a eleição.

Art. 10 – Haverá em cada escola uma Comissão para conduzir o processo de seleção de candidato à direção, que será constituída por resolução do CDCE (Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar).

§ 1º – Devem compor a Comissão um membro efetivo e seu respectivo suplente, dentre:

I – representante dos profissionais da Educação Básica;

II – representante dos pais;

§ 2º - A Comissão de seleção, uma vez constituída, elegerá um de seus membros para presidi-la.

§ 3º - O membro da Comissão que praticar qualquer ato lesivo às normas que regulam o processo será substituído pelo seu suplente, após a comprovação da irregularidade e parecer da Secretaria Municipal de Educação.

§ 4º - Não poderá compor a Comissão Eleitoral Escolar:

I – qualquer um dos candidatos, seu cônjuge e/ou parente até o segundo grau;

II – o servidor em exercício nas funções de diretor;

§ 5º – O diretor da unidade escolar deverá colocar à disposição da Comissão os recursos humanos e materiais necessários ao desempenho de suas atribuições.

Art. 11 – A Comissão terá, dentre outras, as atribuições de:

I – planejar, organizar, coordenar e presidir o processo de seleção do candidato da comunidade escolar;

II – divulgar amplamente as normas e os critérios específicos relativos ao processo de seleção;

III – analisar, juntamente com o Secretário de Educação do Município as inscrições dos candidatos, deferindo-as ou não;

IV – convocar a Assembleia Geral para a exposição das propostas de trabalho dos candidatos aos alunos, aos pais e aos profissionais da educação;

V – providenciar material de votação, lista de votantes por segmento e urnas;

VI – credenciar até dois fiscais, indicados pelos candidatos, identificando-os através de crachás;

VII – lavrar e assinar as atas de todas as reuniões e decisões em livro próprio;

VIII – receber os pedidos de impugnação por escrito, relativo ao candidato ou ao processo para análise junto com a Secretaria de Educação e emitir parecer no máximo em 24 horas após o recebimento do pedido;

IX – designar, credenciar, instruir, com a devida antecedência os componentes das mesas receptoras e escrutinadoras;

X – acondicionar as cédulas de votação, bem como a listagem dos votantes em envelope lacrado e rubricado por todos os seus membros, arquivando na escola por um prazo de 90 (noventa) dias. Após esse prazo, proceder à incineração;

XI - divulgar o resultado final do processo de seleção e enviar a documentação à Secretaria de Educação, em até 24 (vinte e quatro) horas.

Art. 12 – Na Assembléia Geral deverá ser concedida a cada candidato a mesma fração de tempo para exposição e debate da sua proposta de trabalho.

Art. 13– É vedado ao candidato e à comunidade:

I – exposição de faixas e cartazes fora da unidade escolar;

II – distribuição de panfletos promocionais e de brindes de qualquer espécie como objeto de propaganda ou de aliciamento de votantes;

III – realização de festas na unidade escolar, que não estejam previstas no calendário letivo;

IV – atos que impliquem o oferecimento, promessas inviáveis ou vantagens de qualquer natureza;

V – aparição isolada nos meios de comunicação, mesmo que em qualquer forma de

entrevista;

VI – utilização de símbolos, frases, imagens associadas ou semelhantes às empregadas por órgãos do governo.

Art. 14 – Estará afastado do processo, à vista de representação da parte ofendida, devidamente fundamentada e dirigida à comissão, o candidato que praticar quaisquer dos atos do Artigo 12 desta portaria, ou que permitir a outrem praticá-los em seu favor.

Parágrafo único – Caso o candidato possua apelido pelo qual é conhecido poderá usá-lo para divulgação de sua candidatura junto à comunidade escolar.

Art. 15 – Podem votar:

I – profissionais da educação em exercício na unidade escolar;

II – alunos regularmente matriculados com frequência comprovada, que tenham no mínimo 12 (doze) anos de idade ou estejam cursando o 6º ano;

III – pai e mãe (dois votos por família) ou responsável (um voto por família) quando o aluno for menor de 18 (dezoito) anos e que tenha frequência comprovada.

§ 1º - O profissional da educação com filhos na escola votará apenas pelo seu segmento.

§ 2º - O profissional da educação que ocupa mais de um cargo na escola votará apenas uma vez.

Art. 16 – No ato de votação, o votante deverá apresentar à mesa receptora um documento que comprove sua legitimidade (documento de identidade ou outro documento oficial com fotografia).

Art. 17 - Não é permitido o voto por procuração.

Art. 18 – O votante com identidade comprovada, cujo nome não conste em nenhuma lista, poderá votar numa lista em separado.

Art. 19 – O processo de votação será conduzido por mesas receptoras designadas pela Comissão de eleição.

Art. 20– Poderão permanecer no recinto destinado à mesa receptora apenas os seus membros e os fiscais.

Art. 21 – Nenhuma autoridade estranha à mesa receptora poderá intervir, sob pretexto algum, em seu regular funcionamento, exceto o presidente da Comissão, quando solicitado.

Art. 22 – Cada mesa será composta por no mínimo três e no máximo cinco membros e dois suplentes, escolhidos pela Comissão entre os votantes e com antecedência mínima de três dias.

Parágrafo Único – Não podem integrar a mesa os candidatos, seus cônjuges e parentes até o segundo grau.

Art. 23 – Os eventuais pedidos de impugnação dos mesários, devidamente fundamentados, serão dirigidos ao presidente da Comissão e, caso sejam considerados pertinentes, a substituição será feita pelo suplente.

Parágrafo Único – O candidato que não solicitar a impugnação ficará impedido de arguir, sobre este fundamento, a nulidade do processo.

Art. 24 - O voto deverá ser dado em cédula única, contendo o carimbo identificador da unidade escolar, devidamente assinado pelo presidente da Comissão e dos mesários.

Art. 25 – O secretário da mesa deverá lavrar a ata circunstanciada dos trabalhos realizados, que deverá ser assinada por todos os mesários.

Art. 26 – Os fiscais indicados pelos candidatos poderão solicitar ao presidente da mesa o registro em ata, de eventuais irregularidades ocorridas durante o processo.

Art. 27 – As mesas receptoras, uma vez encerrada a votação e elaborada a respectiva ata, ficam automaticamente transformadas em mesas escrutinadoras, para procederem imediatamente à contagem dos votos, no mesmo local de votação.

§ 1º - Antes da abertura da urna instalada na unidade escolar e salas anexas, a Comissão deverá verificar se há indícios de violação e, em caso de constatação, a mesma deverá ser encaminhada com o relatório à Secretaria Municipal de Educação.

§ 2º - Antes da abertura da urna, a mesa escrutinadora deverá examinar os votos tomados em separados, incluindo-os entre os demais, ou anulando-os se for o caso, preservando o sigilo.

Art. 28 – Não havendo coincidência entre o número de votantes e o número de cédulas existentes na urna, o fato somente constituirá motivo de anulação se resultante de fraude comprovada e, neste caso, adota-se o mesmo procedimento citado nos § 2º e 3º doartigo 78 da lei 1.330/2009.

Art. 29 – Os pedidos de impugnação fundados em violação de urna somente poderão ser apresentados até sua abertura.

Art. 30 - São nulos os votos:

I – registrados em cédulas que não correspondam ao modelo padrão;

II – que indiquem mais de um candidato;

III – que contenham expressões ou qualquer outra manifestação além daquela que exprime o voto;

IV – dados aos candidatos que não estejam aptos a participar da 2ª etapa do processo.

Art. 31– Concluídos os trabalhos de escrutinação, lavrada a ata do resultado final de todo o processo e assinada pelos componentes da mesa escrutinadora, todo material será entregue ao Presidente da Comissão que se reunirá com os demais membros para:

I – verificar toda a documentação;

II – decidir sobre eventuais irregularidades;

III – divulgar o resultado final da votação.

Parágrafo Único – Divulgado o resultado, não cabe sua revisão, exceto em caso de provimento de recurso impetrado.

Art. 32 – No momento de transmissão da função ao diretor eleito, o profissional da educação que estiver na direção, deverá apresentar a avaliação pedagógica da sua gestão e fazer a entrega do balanço do acervo documental e do inventário do material, do equipamento e do patrimônio existentes na unidade escolar.

Art. 33 – Na unidade escolar onde não houver candidato inscrito no processo seletivo ou classificado, responderá pela direção o profissional designado pelo Secretário de educação, oriundo de outra escola.

Art. 34 – Ao candidato que se sentir prejudicado ou detectar irregularidades no desenvolvimento do processo de seleção do diretor, será facultado dirigir representação à comissão.

Art. 35 – Das decisões da comissão cabem recursos dirigidos à Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Único – O prazo para a interposição do recurso é de 48 (quarenta e oito) horas improrrogáveis, contados do dia seguinte ao do recebimento de despacho desfavorável à representação.

Art. 36 – Decorrido o prazo previsto no Parágrafo Único do artigo 35 e não havendo recursos, o candidato selecionado assumirá o cargo em comissão.

Art. 37 - Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 38 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Poxoréu, 28 de novembro de 2017.

Prof. Adriano Aparecido Pereira Maia

Secretário Municipal de Educação, Esportes e Lazer

CRONOGRAMA -ELEIÇÃO DE DIRETORES ESCOLARES: 2018-2019			
MESES E DATAS		AÇÕES	LOCAL
NOVEMBRO	30/11/2017	FORMAÇÃO DA COMISSÃO ELEITORAL	EM CADA UNIDADE ESCOLAR
	06/12/2017	INSCRIÇÃO	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
	08/12/2017	PUBLICAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
	12/12/17	PRAZO PARA RECORRER DOS INDEFERIMENTOS DAS CANDIDATURAS	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
	13/12/17	CICLO DE ESTUDOS	ESCOLA MUNICIPAL PROFª ODETE OLIVEIRA SOUZA
DEZEMBRO	14/12/2017	DIVULGAÇÃO DA CANDIDATURA E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE TRABALHO	EM CADA UNIDADE ESCOLAR
	19/12/2017	ELEIÇÃO DAS 8H ÀS 17h	EM CADA UNIDADE ESCOLAR
	20/12/2017	ENCAMINHAMENTO DO PLANO DE TRABALHO À SME PELO DIRETOR ELEITO	CADA DIRETOR ELEITO NA UNIDADE ESCOLAR
JANEIRO	10/01/2017	POSSE DO DIRETOR ELEITO	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FICHA DE INSCRIÇÃO DO CANDIDATO(A) À DIREÇÃO

Escola para a qual se candidata: _____

I – DADOS PESSOAIS

Nome: _____Pseudônimo: _____

Sexo: _____ Data Nasc. ____/____/____ Naturalidade: _____

UF: ____ Estado Civil: _____ CPF: _____

RG: _____ Órgão Exp. _____/____ Expedida em: ____/____/____

Título de Eleitor nº _____ Zona: _____ Seção: _____

Filiação: _____

E _____

Endereço: _____ nº _____ Bairro: _____

Complemento: _____ Cidade: _____

CEP: _____ Telefone: _____ Email: _____

II – DADOS PROFISSIONAIS

Graduação

Curso: _____ ( ) L. Plena ( ) L. Curta

Pós-Graduação

Curso: _____

Situação Funcional: ( ) Efetivo ( ) Estável Cargo: _____ Classe: ____ Nível: ____

Lotação: _____

Possui outro cargo efetivo: ( ) Não ( ) Sim Rede de Ensino: ( ) Estadual ( ) Municipal ( ) Privada

Tempo de Serviço na Unidade Escolar para qual se candidata: ____ anos

Tempo de Serviço no Magistério Público Municipal: ____ anos

III – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Ocupou a função de diretor(a) escolar em mandatos anteriores? ( ) Sim ( ) Não

Eleito ( ) Indicado ( ) – Biênio(s): ( ) 1990/91 ( ) 1992/93 ( ) 1994/95 ( ) 1996/97 ( ) 1998/99 ( ) 2000/01 ( ) 2002/03 ( ) 2004/05 ( ) 2006/07 ( ) 2008/09 ( ) 2010/11 ( ) 2012/13.( ) 2014/15 ( ) 2016/2017

Tem conhecimentos de informática básica:

Word ( ) Sim ( ) Não Excel ( ) Sim ( ) Não

Poxoréu – MT, _____ de _____ de 2017.

_____ _____

Candidato Secretário de Educação

ASSESSORIA JURÍDICA
INFORMATIVO

Nelson Antônio Paim, Prefeito de Poxoréu/MT, no uso de suas atribuições, dispostas na Lei Orgânica Municipal, faz saber que o Município, inscrito no CNPJ/MF n.º **03.408.911/0001-40**, requereu junto à Secretaria de Desenvolvimento, Agricultura e Meio Ambiente de Poxoréu/MT, a Licença Prévia (LP) e Licença de Instalação (LI), referente à CONSTRUÇÃO DA PRAÇA ARISTINO VILELA, no município de Poxoréu-MT.

Publique-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT, 28/11/2017.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 52, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017.

"Dispõe sobre o cancelamento de empenho do exercício de 2008 inscrito em *Restos a Pagar Processados*"

O PrefeitoMunicipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere por lei,

CONSIDERANDO que a União em seu Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências, estabelece no seu art. 70, que: *"Art. 70. Prescreve em cinco anos a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar Processados e no* Art. 68, Dec. 93.872/86 estabelece o cancelamento de Restos a pagar *Não processados até 31 de dezembro do exercício seguinte";*

CONSIDERANDO que com a aprovação do Código Civil Brasileiro, Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, trata da mesma matéria da prescrição dos restos a pagar processados incorporando-a ao texto normativo, conforme o disposto no art. 206, *§5º,* I que estabelece*:*

"Art. 206, Prescreve: (...)§ 5º Em cinco anos:(...) I- a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular";

CONSIDERANDO a necessidade do Poder Executivo Municipal em aprovar por meio de decreto o cancelamento de restos a pagar prescritos conforme exposto nos considerados anteriores;

CONSIDERANDO finalmente que é preciso verificar se ocorreu qualquer interrupção no prazo prescricional de cinco anos,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica, por força deste decreto, cancelado os empenhos realizados no exercício de 2008, e inscritos em Restos a Pagar Processados, nos balanços gerais do Fundo Municipal De Previdência Social dos Servidores de Reserva do Cabaçal, a saber:

Nota de Empenho n.º 1810, Liquidação n.º 1810, emitido em 31 de Dezembro de 2008, em favor do FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, referente ao RESER-PREVI, no montante de R$ 908,41 (novecentos e oito reais e quarenta e um centavos);

Nota de Empenho n.º 3338, Liquidação n.º 3338, emitido em 31 de Dezembro de 2008, em favor do FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, referente ao RESER-PREVI, no montante de R$ 1.621,18 (um mil seiscentos e vinte um reais e dezoito centavos);

Art. 2º Os empenhos inscritos em restos a pagar processados citados no artigo anterior, serão anulados por ausência dos implementos de condições e por impossibilidade de sua realização, decorrente de sua prescrição, devendo, tão somente, ser formalizada a sua baixa legal no passivo do balanço anual, para finalidade mister, não se admitindo a sua restauração, em nenhuma hipótese, pela impossibilidade de seu processamento em virtude de sua prescrição.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, 24 de Novembro de 2017.

TARCÍSIO FERRARI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

GABINETE
LEI Nº 780/2017

DATA: 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PARA COBERTURA DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, NO ORÇAMENTO EM CURSO DAS SECRETÁRIAS MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA, ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

REYNALDO FONSECA DINIZ, Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 3.500.000,00 (Três milhões e Quinhentos Mil Reais), no orçamento em curso, destinados a reforçar as dotações orçamentárias das Secretarias Municipais de Ribeirão Cascalheira, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o (Anexo I) que discriminam os valores das suplementações, reduções e dos excessos de arrecadações, parte integrante da presente Lei.

Parágrafo Único – Realizar a transposição, remanejamento ou transferências de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, até o limite previsto no caput deste artigo, com o objetivo de atender os interesses dessa municipalidade com despesas de caráter emergenciais, com intuito de dar cobertura dos pagamentos de (subsídios salariais, diárias civil, passagens, despesas com locomoção, outros materiais de consumo, serviços de terceiros de pessoas física e serviços de terceiros de pessoas jurídica e investimentos).

Art. 2º - Para dar cobertura no crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados recursos orçamentários provenientes de: Anulações parcial/total de dotações orçamentárias e previsões de excessos de arrecadações de receitas correntes e de capital no valor de R$ 3.500.000,00 (Três milhões e Quinhentos Mil Reais), em conformidade (Anexo I) que discriminam os valores das suplementações, reduções e dos excessos de arrecadações, parte integrante da presente Lei, de acordo com o artigo 43 da Lei Federal n. 4.320/64 e Lei Complementar n. 101/00.

Art. 3º - Esta Lei retroagirá os seus efeitos a partir do dia 01 de Novembro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM, 28 DE NOVEMBRO DE 2017

REYNALDO FONSECA DINYZ

Prefeito Municipal

02 -GABINETE DO PREFEITO				
01 - GABINETE DO PREFEITO			**SUPLEMENTAÇÃO**	**REDUÇÃO**
DOTAÇÃO	**ELEMENTO**	**DESCRIÇÃO**	**VALOR**	**VALOR**
8	3190.04	Contratação por Tempo Determinado	-	-
9	3190.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	20.000,00	-
10	3190.13	Obrigações Patronais - RGP	12.000,00	-
11	3191.13	Obrigações Patronais - RPPS	2.000,00	-
12	3390.14	Diárias - Civil	-	3.000,00
13	3390.30	Material de Consumo	20.000,00	-
14	3390.33	Passagens e Despesas com Locomoção	-	-
15	3390.35	Serviços de Consultoria	-	-
16	3390.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	10.000,00	-
17	3390.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	15.000,00	-
18	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	-
19	3190.04	Contratação por Tempo Determinado	-	-
20	3190.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	-	-
21	3190.13	Obrigações Patronais - RGP	-	-
22	3191.13	Obrigações Patronais - RPPS	5.000,00	-
23	3190.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	-	-
24	3191.13	Obrigações Patronais - RPPS	-	-
25	3390.30	Material de Consumo	2.000,00	-
26	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	-
27	3190.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	10.000,00	-
28	3191.13	Obrigações Patronais - RPPS	5.000,00	-
29	3390.30	Material de Consumo	5.000,00	-
TOTAL			**106.000,00**	**3.000,00**

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO				
01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO			**SUPLEMENTAÇÃO**	**REDUÇÃO**
DOTAÇÃO	**ELEMENTO**	**DESCRIÇÃO**	**VALOR**	**VALOR**
30	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	-
31	4490.51	Obras e Instalações	-	-
60	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	-
62	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	-
63	4590.61	Aquisição de Imóveis	-	-
32	3190.04	Contratação por Tempo Determinado	-	-
33	3190.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	40.000,00	-
34	3190.13	Obrigações Patronais - RGP	15.000,00	-

35	3191.13	Obrigações Patronais - RPPS	5.000,00	-
36	3390.14	Diárias - Civil	-	9.000,00
37	3390.30	Material de Consumo	3.000,00	-
38	3390.33	Passagens e Despesas com Locomoção	-	30.000,00
39	3390.35	Serviços de Consultoria	-	8.000,00
40	3390.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	20.000,00	-
41	3390.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	20.000,00	-
42	3390.91	Sentenças Judiciais	-	-
43	3390.92	Despesas de Exercício Anteriores	-	-
44	3390.93	Indenizações e Restituições	-	5.000,00
45	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	-
46	3190.04	Contratação por Tempo Determinado	-	-
47	3190.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	30.000,00	-
48	3190.13	Obrigações Patronais - RGP	-	6.000,00
49	3191.13	Obrigações Patronais - RPPS	2.500,00	-
50	3390.14	Diárias - Civil	-	3.000,00
51	3390.30	Material de Consumo	-	-
52	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	-
53	3190.04	Contratação por Tempo Determinado	-	-
54	3190.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	25.000,00	-
55	3190.13	Obrigações Patronais - RGP	8.000,00	-
56	3191.13	Obrigações Patronais - RPPS	8.000,00	-
57	3390.14	Diárias - Civil	-	3.000,00
58	3390.30	Material de Consumo	-	7.000,00
59	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	-
TOTAL			**176.500,00**	**71.000,00**

04 - SECRETARIA DE FINANÇAS				
01 - SECRETARIA DE FINANÇAS			**SUPLEMENTAÇÃO**	**REDUÇÃO**
DOTAÇÃO	**ELEMENTO**	**DESCRIÇÃO**	**VALOR**	**VALOR**
61	3390.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	-	27.000,00
103	3390.21	Juros Sobre a Divida de Contrato	-	-
104	4690.71	Principal Da Dívida Contratual Resgatado	-	400.000,00
105	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	-
106	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	-
73	3190.11	Contratação por Tempo Determinado	15.000,00	-
74	4690.71	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	40.000,00	-
75	3190.13	Obrigações Patronais	10.000,00	-
76	3191.13	Obrigações Patronais	10.000,00	-
77	3390.14	Diárias - Civil	-	-
78	3390.30	Material de Consumo	10.000,00	-
79	3390.33	Passagens e Despesas com Locomoção	-	-
80	3390.35	Serviços de Consultoria	-	24.000,00
81	3390.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	-	12.000,00
82	3390.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	5.000,00	-
83	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	-
84	3190.04	Contratação por Tempo Determinado	-	-
85	3190.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	35.000,00	-
86	3190.13	Obrigações Patronais	-	4.000,00
87	3191.13	Obrigações Patronais	5.000,00	-
88	3390.14	Diárias - Civil	-	4.000,00
89	3390.30	Material de Consumo	-	-
90	3390.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	-	-
91	3390.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	-	15.000,00
92	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	-
64	3190.04	Contratação por Tempo Determinado	30.000,00	-
65	3190.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	30.000,00	-
66	3190.13	Obrigações Patronais - RGP	10.000,00	-
67	3191.13	Obrigações Patronais - RPPS	10.000,00	-
68	3390.14	Diárias - Civil	-	3.000,00
69	3390.30	Material de Consumo	-	-
70	3390.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	10.000,00	-
71	3390.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	10.000,00	-
72	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	-
93	3190.04	Contratação por Tempo Determinado	20.000,00	-
94	3190.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	-	9.000,00
95	3190.13	Obrigações Patronais - RGP	10.000,00	-
96	3191.13	Obrigações Patronais - RPPS	-	3.000,00
97	3390.14	Diárias - Civil	-	2.000,00
98	3390.30	Material de Consumo	-	-
99	3390.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	-	-
100	3390.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	-	4.000,00
101	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	-
522	3390.47	Obrigações Tributarias e Contributivas	-	-
102	9999.99	Reserva de Contingencia	-	-
TOTAL			**260.000,00**	**507.000,00**

05- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
01 - GABINETE DO SECRETÁRIO			SUPLEMENTAÇÃO	REDUÇÃO
DOTAÇÃO	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	VALOR	VALOR
107	3190.04	Contratação por Tempo Determinado	-	15.000,00
108	3190.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	40.000,00	-
109	3190.13	Obrigações Patronais - RGP	20.000,00	-
110	3191.13	Obrigações Patronais - RPPS	-	-
111	3390.14	Diárias - Civil	-	-
112	3390.30	Material de Consumo	-	8.000,00
113	3390.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	-	3.000,00
114	3390.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	20.000,00	-
115	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	11.000,00
02 - DIVISÃO DE ENSINO			-	-
186	4490.51	Obras e Instalações	-	-
187	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	-
188	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	-
189	4490.51	Obras e Instalações	-	-
190	4490.51	Obras e Instalações	-	-
192	4490.51	Obras e Instalações	-	-
193	4490.51	Obras e Instalações	-	-
194	4490.51	Obras e Instalações	-	-
199	4490.51	Obras e Instalações	-	-
204	4490.51	Obras e Instalações	-	-
206	4490.51	Obras e Instalações	-	-
207	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	-
208	4490.51	Obras e Instalações	-	15.000,00
209	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	75.000,00
119	3190.04	Contratação por Tempo Determinado	-	30.000,00
120	3190.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	-	80.000,00
121	3190.13	Obrigações Patronais - RGP	2.000,00	-
122	3191.13	Obrigações Patronais - RPPS	2.000,00	-
123	3390.14	Diárias - Civil	5.000,00	-
124	3390.30	Material de Consumo	10.000,00	-
125	3390.33	Passagens e Despesas com Locomoção	-	-
126	3390.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	15.000,00	-
127	3390.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	15.000,00	-
128	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	18.000,00
129	3390.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	-	45.000,00
130	3390.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	-	400.000,00
116	3390.30	Material de Consumo	-	50.000,00
200	3390.30	Material de Consumo	-	-
201	3390.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	-	10.000,00
202	3390.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	-	10.000,00
203	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	-
03 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL			-	-
196	4490.51	Obras e Instalações	-	4.000,00
197	4490.51	Obras e Instalações	-	25.000,00
205	4490.51	Obras e Instalações	-	14.000,00
210	4490.51	Obras e Instalações	-	62.000,00
211	4490.51	Obras e Instalações	-	16.000,00
117	3390.30	Material de Consumo	-	-
118	3390.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	-	-
131	3190.04	Contratação por Tempo Determinado	00.000,00	-
132	3190.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	40.500,00	-
133	3190.13	Obrigações Patronais - RGP	18.000,00	-
134	3191.13	Obrigações Patronais - RPPS	-	-
135	3390.14	Diárias - Civil	-	-
136	3390.30	Material de Consumo	5.000,00	-
137	3390.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	-	-
138	3390.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	-	-
139	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	-
06 - FUNDEB			-	-
161	3190.04	Contratação por Tempo Determinado	100.000,00	-
162	3190.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	-	500.000,00
163	3190.13	Obrigações Patronais - RGP	-	-
164	3191.13	Obrigações Patronais - RPPS	66.000,00	-
165	3190.04	Contratação por Tempo Determinado	200.000,00	-
166	3190.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	300.000,00	-
167	3190.13	Obrigações Patronais - RGP	5.000,00	-
168	3191.13	Obrigações Patronais - RPPS	-	-
169	3390.14	Diárias - Civil	-	-
170	3390.30	Material de Consumo	80.000,00	-
171	3390.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	-	48.000,00
172	3390.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	70.000,00	-
173	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	-
174	3390.30	Material de Consumo	-	28.000,00

175	3390.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	-	62.000,00
176	3390.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	-	30.000,00
08 - ENSINO SUPERIOR			-	-
221	4490.51	Obras e Instalações	-	27.000,00
222	4490.51	Obras e Instalações	-	-
223	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	-
224	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	-
225	4490.51	Obras e Instalações	-	5.000,00
177	3190.04	Contratação por Tempo Determinado	10.000,00	-
178	3190.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	10.000,00	-
179	3190.13	Obrigações Patronais - RGP	3.000,00	-
180	3191.13	Obrigações Patronais - RPPS	-	-
181	3390.14	Diárias - Civil	-	5.000,00
182	3390.30	Material de Consumo	-	-
183	3390.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	-	-
184	3390.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	-	-
185	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	-
TOTAL			**1.236.500,00**	**1.596.000,00**

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE				
01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			**SUPLEMENTAÇÃO**	**REDUÇÃO**
DOTAÇÃO	**ELEMENTO**	**DESCRIÇÃO**	**VALOR**	**VALOR**
239	3190.04	Contratação por Tempo Determinado	30.000,00	-
240	3190.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	80.000,00	-
241	3190.13	Obrigações Patronais - RGP	5.000,00	-
242	3191.13	Obrigações Patronais - RPPS	10.000,00	-
243	3390.30	Material de Consumo	-	-
244	3390.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	-	24.000,00
245	3390.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	59.000,00	-
246	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	-
247	3190.04	Contratação por Tempo Determinado	60.000,00	-
248	3190.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	96.500,00	-
249	3190.13	Obrigações Patronais - RGP	3.000,00	-
250	3191.13	Obrigações Patronais - RPPS	8.000,00	-
251	3390.30	Material de Consumo	20.000,00	-
252	3390.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	15.000,00	-
253	3390.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	15.000,00	-
254	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	-
255	3190.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	40.000,00	-
256	3190.13	Obrigações Patronais - RGP	-	-
257	3390.30	Material de Consumo	-	27.000,00
258	3390.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	-	-
259	3390.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	-	9.000,00
260	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	-
261	3190.04	Contratação por Tempo Determinado	41.300,00	-
262	3190.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	36.000,00	-
263	3190.13	Obrigações Patronais - RGP	5.000,00	-
264	3191.13	Obrigações Patronais - RPPS	1.200,00	-
265	3390.30	Material de Consumo	-	6.000,00
266	3390.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	-	6.000,00
267	3390.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	-	6.000,00
268	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	-
269	3190.04	Contratação por Tempo Determinado	50.000,00	-
270	3190.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	-	-
271	3190.13	Obrigações Patronais - RGP	6.500,00	-
272	3191.13	Obrigações Patronais - RPPS	7.000,00	-
273	3390.30	Material de Consumo	-	16.000,00
274	3390.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	-	4.000,00
275	3390.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	5.000,00	-
276	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	-
277	3190.04	Contratação por Tempo Determinado	25.000,00	-
278	3190.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	5.000,00	-
279	3190.13	Obrigações Patronais - RGP	-	14.000,00
280	3191.13	Obrigações Patronais - RPPS	2.000,00	-
281	3390.30	Material de Consumo	-	-
282	3390.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	-	4.000,00
283	3390.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	-	-
284	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	-
285	3190.04	Contratação por Tempo Determinado	10.000,00	-
286	3190.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	5.000,00	-
287	3190.13	Obrigações Patronais - RGP	2.000,00	-
288	3191.13	Obrigações Patronais - RPPS	2.000,00	-
289	3390.30	Material de Consumo	-	-
290	3390.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	-	-
291	3390.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	-	-
292	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	-
293	3190.04	Contratação por Tempo Determinado	25.000,00	-

294	3190.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	30.000,00	-
295	3190.13	Obrigações Patronais - RGP	7.000,00	-
296	3191.13	Obrigações Patronais - RPPS	8.000,00	-
297	3390.30	Material de Consumo	20.000,00	-
298	3390.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	-	5.000,00
299	3390.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	20.000,00	-
300	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	-
317	3190.04	Contratação por Tempo Determinado	-	-
318	3190.13	Obrigações Patronais - RGP	-	-
319	3390.30	Material de Consumo	-	-
320	3390.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	-	-
321	3390.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	-	-
322	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	-
227	3390.30	Material de Consumo	-	-
521	3390.30	Material de Consumo	-	-
512	3190.04	Contratação por Tempo Determinado	-	10.000,00
513	3190.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	-	15.000,00
514	3190.13	Obrigações Patronais - RGP	-	3.000,00
515	3191.13	Obrigações Patronais - RPPS	-	5.000,00
516	3390.14	Diárias - Civil	-	3.000,00
517	3390.30	Material de Consumo	-	-
518	3390.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	-	9.000,00
519	3390.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	-	-
520	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	-
511	3390.30	Material de Consumo	-	-
226	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	-
311	4490.51	Obras e Instalações	-	-
312	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	-
324	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	-
325	4490.51	Obras e Instalações	-	-
326	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	-
228	3190.04	Contratação por Tempo Determinado	20.000,00	-
229	3190.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	8.000,00	-
230	3190.13	Obrigações Patronais - RGP	5.000,00	-
231	3191.13	Obrigações Patronais - RPPS	5.000,00	-
232	3390.14	Diárias - Civil	-	-
233	3390.30	Material de Consumo	-	-
234	3390.33	Passagens e Despesas com Locomoção	-	-
235	3390.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	-	150.000,00
236	3390.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	-	-
237	3390.92	Despesas de Exercicios Anteriores	-	12.000,00
238	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	-
313	3390.30	Material de Consumo	-	-
314	3390.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	-	-
315	3390.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	-	-
323	3390.41	Contribuições	-	-
TOTAL			**792.500,00**	**328.000,00**

07 - SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL				
01 - SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL			**SUPLEMENTAÇÃO**	**REDUÇÃO**
DOTAÇÃO	**ELEMENTO**	**DESCRIÇÃO**	**VALOR**	**VALOR**
316	4490.51	Obras e Instalações	-	-
398	4490.51	Obras e Instalações	-	-
473	4490.51	Obras e Instalações	-	-
480	4490.51	Obras e Instalações	-	-
346	3190.04	Contratação por Tempo Determinado	44.000,00	-
347	3190.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	15.000,00	-
348	3190.13	Obrigações Patronais - RGP	4.000,00	-
349	3191.13	Obrigações Patronais - RPPS	2.000,00	-
350	3390.14	Diárias - Civil	-	-
351	3390.30	Material de Consumo	8.000,00	-
352	3390.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	10.000,00	46.000,00
353	3390.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	10.000,00	-
354	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	36.000,00
355	3190.04	Contratação por Tempo Determinado	27.000,00	-
356	3190.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	35.000,00	-
357	3190.13	Obrigações Patronais - RGP	6.000,00	-
358	3191.13	Obrigações Patronais - RPPS	5.000,00	-
359	3390.14	Diárias - Civil	7.000,00	-
360	3390.30	Material de Consumo	30.000,00	-
361	3390.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	40.000,00	-
362	3390.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	-	20.000,00
363	3390.41	Contribuições	-	6.000,00
364	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	-
365	3390.30	Material de Consumo	20.000,00	-
366	3390.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	20.000,00	-
367	3390.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	10.000,00	-

368	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	-
369	3390.30	Material de Consumo	-	-
378	3390.30	Material de Consumo		-
379	3390.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	-	-
380	3390.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	-	-
381	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	-
382	3390.30	Material de Consumo	-	-
383	3390.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	-	5.000,00
384	3390.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	-	-
385	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	-
386	3390.30	Material de Consumo	-	-
387	3390.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	-	6.000,00
388	3390.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	-	4.000,00
389	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	-
390	3390.30	Material de Consumo	-	8.000,00
391	3390.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	-	6.000,00
392	3390.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	-	6.000,00
393	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	-
394	3390.30	Material de Consumo	-	21.000,00
395	3390.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	-	6.000,00
396	3390.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	-	6.000,00
397	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	-
02 - FUNDO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE			**-**	**-**
DOTAÇÃO	**ELEMENTO**	**DESCRIÇÃO**	**-**	**-**
370	3190.04	Contratação por Tempo Determinado	20.000,00	-
371	3190.13	Obrigações Patronais - RGP	3.000,00	-
372	3390.14	Diárias - Civil	3.000,00	-
373	3390.30	Material de Consumo	-	-
374	3390.33	Passagens e Despesas com Locomoção	10.000,00	-
375	3390.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	5.000,00	-
376	3390.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	5.000,00	-
377	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	-
TOTAL			**339.000,00**	**176.000,00**

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA				
01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA			**SUPLEMENTAÇÃO**	**REDUÇÃO**
DOTAÇÃO	**ELEMENTO**	**DESCRIÇÃO**	**VALOR**	**VALOR**
420	4490.51	Obras e Instalações	-	-
421	4490.51	Obras e Instalações	-	-
422	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	8.000,00
423	4490.51	Obras e Instalações	-	-
424	4490.51	Obras e Instalações	-	-
425	4490.51	Obras e Instalações	-	-
426	4490.52	Obras e Instalações	-	-
399	3190.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	-	-
400	3190.13	Obrigações Patronais - RGP	-	-
401	3390.30	Material de Consumo	-	-
402	3390.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	-	-
403	3390.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	-	-
404	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	-
414	3190.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	15.000,00	-
415	3190.13	Obrigações Patronais - RGP	5.000,00	-
416	3390.30	Material de Consumo	-	6.000,00
417	3390.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	5.000,00	-
418	3390.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	5.000,00	-
419	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	-
405	3190.04	Contratação por Tempo Determinado	5.000,00	-
406	3190.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	5.000,00	-
407	3190.13	Obrigações Patronais - RGP	5.000,00	-
408	3191.13	Obrigações Patronais - RPPS	3.000,00	-
409	3390.14	Diárias - Civil	-	-
410	3390.30	Material de Consumo	-	6.000,00
411	3390.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	-	15.000,00
412	3390.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	-	6.000,00
413	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	5.000,00
TOTAL			**48.000,00**	**46.000,00**

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA				
01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA			**SUPLEMENTAÇÃO**	**REDUÇÃO**
DOTAÇÃO	**ELEMENTO**	**DESCRIÇÃO**	**VALOR**	**VALOR**
467	4490.51	Obras e Instalações	-	-
468	4490.51	Obras e Instalações	-	-
469	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	-
470	4490.51	Obras e Instalações	-	-
471	4490.52	Aquisição de Imóveis	-	-
472	4490.51	Obras e Instalações	-	-

474	4490.51	Obras e Instalações	-	-
475	4490.51	Obras e Instalações	-	-
476	4490.51	Obras e Instalações	-	-
479	4490.51	Equipamentos e Material Permanente	-	-
482	4490.51	Obras e Instalações		-
483	4490.51	Obras e Instalações		45.000,00
484	4490.51	Obras e Instalações		38.000,00
485	4490.51	Obras e Instalações		-
486	4490.52	Obras e Instalações		5.000,00
427	3190.04	Contratação por Tempo Determinado	-	-
428	3190.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	60.000,00	-
429	3190.13	Obrigações Patronais - RGP	9.000,00	-
430	3191.13	Obrigações Patronais - RPPS	4.000,00	-
431	3390.14	Diárias - Civil	-	-
432	3390.30	Material de Consumo	-	136.000,00
433	3390.33	Passagens e Despesas com Locomoção	-	-
434	3390.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	-	94.000,00
435	3390.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	10.000,00	-
436	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	-
457	3190.04	Contratação por Tempo Determinado	10.000,00	-
458	3190.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	20.000,00	-
459	3190.13	Obrigações Patronais - RGP	-	-
460	3191.13	Obrigações Patronais - RPPS	-	-
461	3390.14	Diárias - Civil	-	-
462	3390.30	Material de Consumo	30.000,00	-
463	3390.33	Passagens e Despesas com Locomoção	-	5.000,00
464	3390.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	30.000,00	-
465	3390.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	30.000,00	-
466	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	-
437	3190.04	Contratação por Tempo Determinado	20.000,00	-
438	3190.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	25.000,00	-
439	3190.13	Obrigações Patronais - RGP	5.000,00	-
440	3191.13	Obrigações Patronais - RPPS	-	31.000,00
441	3390.14	Diárias - Civil	-	5.000,00
442	3390.30	Material de Consumo	-	65.000,00
443	3390.33	Passagens e Despesas com Locomoção	-	5.000,00
444	3390.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	-	-
445	3390.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	-	-
446	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	10.000,00
481	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	-
447	3190.04	Contratação por Tempo Determinado	-	-
448	3190.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	60.000,00	-
449	3190.13	Obrigações Patronais - RGP	20.000,00	-
450	3191.13	Obrigações Patronais - RPPS	20.000,00	-
451	3390.14	Diárias - Civil	-	-
452	3390.30	Material de Consumo	-	30.000,00
453	3390.33	Passagens e Despesas com Locomoção	-	-
454	3390.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	-	30.000,00
455	3390.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	60.000,00	-
456	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	-
TOTAL			**413.000,00**	**499.000,00**

11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO E LAZER				
01 - DIVISÃO DE CULTURA			**SUPLEMENTAÇÃO**	**REDUÇÃO**
DOTAÇÃO	**ELEMENTO**	**DESCRIÇÃO**	**VALOR**	**VALOR**
191	4490.51	Obras e Instalações	-	-
195	4490.51	Obras e Instalações	-	-
217	4490.51	Obras e Instalações	-	-
218	4490.51	Obras e Instalações	-	-
219	4490.51	Obras e Instalações	-	-
220	4490.51	Obras e Instalações	-	-
150	3190.04	Contratação por Tempo Determinado	10.000,00	-
151	3190.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	-	-
152	3190.13	Obrigações Patronais - RGP	3.000,00	
153	3191.13	Obrigações Patronais - RPPS	-	5.000,00
154	3390.14	Diárias - Civil	-	5.000,00
155	3390.30	Material de Consumo	5.000,00	-
156	3390.31	Premiações Culturais, Artisticas, Cientificas	-	10.000,00
157	3390.33	Passagens e Despesas com Locomoção	-	3.000,00
158	3390.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	20.000,00	-
159	3390.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	15.000,00	-
160	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	-
02 - DIVISÃO DE DESPORTO E LAZER			-	-
DOTAÇÃO	**ELEMENTO**	**DESCRIÇÃO**	-	-
198	4490.51	Obras e Instalações	-	53.000,00
212	4490.51	Obras e Instalações	-	-

213	4490.51	Obras e Instalações	-	-
214	4490.51	Obras e Instalações	-	-
215	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	-
216	4490.51	Obras e Instalações	-	-
477	4490.51	Obras e Instalações	-	-
140	3190.04	Contratação por Tempo Determinado	30.000,00	-
141	3190.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	-	-
142	3190.13	Obrigações Patronais - RGP	-	-
143	3191.13	Obrigações Patronais - RPPS	-	5.000,00
144	3390.14	Diárias - Civil	-	-
145	3390.30	Material de Consumo	-	-
146	3390.31	Premiações Culturais, Artisticas, Cientificas	-	5.000,00
147	3390.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.000,00	-
148	3390.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	10.000,00	-
149	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	-
TOTAL			**95.000,00**	**86.000,00**

12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO				
01 - DIVISÃO DE MEIO AMBIENTE			**SUPLEMENTAÇÃO**	**REDUÇÃO**
DOTAÇÃO	**ELEMENTO**	**DESCRIÇÃO**	**VALOR**	**VALOR**
478	4490.51	Obras e Instalações	-	-
301	3190.04	Contratação por Tempo Determinado	-	85.000,00
302	3190.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	-	-
303	3190.13	Obrigações Patronais - RGP	-	-
304	3191.13	Obrigações Patronais - RPPS	-	10.000,00
305	3390.14	Diárias - Civil	-	-
306	3390.30	Material de Consumo	-	15.000,00
307	3390.33	Passagens e Despesas com Locomoção	-	5.000,00
308	3390.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	-	-
309	3390.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	-	-
310	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	-
327	3390.30	Material de Consumo	-	6.000,00
328	3390.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	-	-
329	3390.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	-	6.000,00
330	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	-
331	3390.30	Material de Consumo	-	-
332	3390.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	-	5.000,00
333	3390.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	-	5.000,00
334	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	-
02 - DIVISÃO TURISMO				
DOTAÇÃO	**ELEMENTO**	**DESCRIÇÃO**		
335	3390.30	Material de Consumo	-	-
336	3390.31	Premiações Culturais, Artisticas, Cientificas	-	5.000,00
337	3390.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	-	3.000,00
338	3390.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	-	3.000,00
339	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	-
340	3190.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	-	-
341	3191.13	Obrigações Patronais - RPPS	-	3.000,00
342	3390.30	Material de Consumo	-	3.000,00
343	3390.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	-	3.000,00
344	3390.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	-	3.000,00
345	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	2.000,00
TOTAL			**-**	**162.000,00**

13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSITO				
01 - DIVISÃO DE TRANSITO			**SUPLEMENTAÇÃO**	**REDUÇÃO**
DOTAÇÃO	**ELEMENTO**	**DESCRIÇÃO**	**VALOR**	**VALOR**
487	3190.04	Contratação por Tempo Determinado	-	16.000,00
488	3190.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	20.000,00	-
489	3190.13	Obrigações Patronais - RGP	1.500,00	5.000,00
490	3191.13	Obrigações Patronais - RPPS	2.000,00	-
491	3390.14	Diárias - Civil	1.000,00	-
492	3390.30	Material de Consumo	2.000,00	-
493	3390.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.000,00	-
494	3390.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	5.000,00	-
495	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	-	5.000,00
TOTAL			**33.500,00**	**26.000,00**
TOTAL GERAL			**3.500.000,00**	**3.500.000,00**

GABINETE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 004/2017

CONCURSO 001/2016

O **Prefeito Municipal** no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando a Homologação do resultado do Concurso Público 001/2016, através do Decreto n°1611/2016 e Decreto n°1617/2016 para provimento de cargos pertencentes ao Quadro de Pessoal efetivo da Administração Pú-

blica Municipal, ***CONVOCA*** os candidatos habilitados relacionados no Anexo I deste Edital com vistas à nomeação para cargos efetivos, observada as seguintes condições:

DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS E ASSINATURA DO TERMO INTERESSE NA VAGA

1.0 Os candidatos relacionados no Anexo I do presente Edital, deverão comparecer no

Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, na Avenida Padre João Bosco, n° 2067, Centro, Ribeirão Cascalheira, a partir do dia 22/11/2017 a 22/12/2017, no horário das 07:00 h ás 13:00 h para entrega dos documentos relacionados no Anexo II deste Edital e para assinatura do Termo de Interesse na vaga.

1.1 Os candidatos serão atendidos conforme data e horário combinado.

1.2 A falta de quaisquer documentos constante no anexo II implicará a perda do direito á posse ao cargo para o qual o candidato foi aprovado/classificado.

1.3 O não comparecimento nos termos do item 1 do presente edital, implicará a perda do direito á posse ao cargo para o qual o candidato foi aprovado/classificado.

1.4 È de única e exclusiva responsabilidade do candidato a abertura de conta para recebimento de seus vencimentos pelo Banco Bradesco. O candidato, antes de proceder a entrega dos documentos relacionados no anexo II do presente Edital, na hora e data designados no item 1, deverá comparecer a um Correspondente Bancário Bradesco, a fim de realizar a abertura de conta.

DA AVALIAÇÃO MÉDICA

2.0 A avaliação dos exames e a emissão atestado médico de aptidão física e mental serão realizadas pela perícia oficial do Município dar-se-á, conforme portaria a ser publicada em momento anterior à posse.

2.1 Os Exames médico constante no anexo II deverão ser realizado com antecedência, no máximo 30 dias da data prevista para avaliação médica.

2.2 A não realização da avaliação médica e não apresentação dos exames exigidos impedirá o exercício do cargo.

DA POSSE

4.0 Cumpridas às exigências do presente edital, será dada a posse ao candidato observando prazo disposto no item 1 deste edital.

Ribeirão Cascalheira – MT, 21 de novembro de 2017.

Reynaldo Fonseca Diniz

Prefeito Municipal

ANEXO I

Agente Ambiental de Saúde – 40 horas

Classificação	Inscrição	Nome
6º	170	Valdeliria Pereira Barros dos Santos

Agente Administrativo – 40 horas

Classificação	Inscrição	Nome
8°	54	Jaqueline Filgueira Costa

ANEXO II

Relação de documentos

Apresentação do original e cópia legível dos seguintes documentos:

a) Certidão de nascimento ou casamento;

b) Título de eleitor, acompanhado de comprovante de votação da última eleição ou justificativa apresentada à justiça eleitoral;

c) Certificado de reservista ou de dispensa de incorporação para os candidatos do sexo masculino;

d) Cédula de identidade ou documento equivalente;

e) Cadastro de Pessoa Física - CPF;

f) Documento de inscrição no PIS/PASEP;

g) Carteira de trabalho – CTPS;

h) Carteira Nacional de Habilitação Categoria D, para cargos de motorista e Operador Maquina Pesada e os demais candidatos (quando houver);

i) Certidão Negativa Civil e Criminal;

j) Atestado médico, que após análise de exames laboratoriais e exame clínico, ateste aptidão física e mental para o exercício do cargo;

O exame de saúde, de caráter eliminatório, destina-se a constatação mediante exame clínico, análise dos testes e dos exames laboratoriais solicitados, de presença de sinais e sintomas que inabilitem o candidato para as exigências das atribuições do cargo e das tarefas próprias do exercício do cargo.

Na comprovação da aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo o candidato deverá apresentar-se munido do documento de identidade e do resultado dos exames, abaixo relacionados que concorrerão às suas expensas:

v Raio X da Coluna lombo-sacro com laudo;

v Raio X da Coluna Cervical, com laudo;

v Ultrassom de ombro, cotovelo e punho bilateral, com laudo;

v Avaliação oftalmológica por especialista com laudo;

v Avaliação de saúde mental, com laudo de Médico Psiquiatra;

v Hemograma completo;

v Glicemia (jejum);

v Eletrocardiograma, com laudo para candidatos acima de 40 anos;

v Machado Guerreiro;

v VDRL (Sorologia para Lues);

k) 2 (*duas)* fotos 3x4 recentes;

l) Declaração de bens, na forma da Lei nº 8.429/92; (modelo anexo)

m) Fotocópia autenticada do Diploma ou Certificado de Conclusão do grau de escolaridade exigido para o cargo, acompanhado de histórico escolar, devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC, Conselho Nacional de

Educação – CNE ou Conselho Estadual de Educação - CEE;

n) Declaração de acumulação de cargo ou função pública, quando for o caso, ou sua negativa; (modelo anexo)

o) Declaração de compatibilidade de horário, caso exerça outro cargo acumulável nos termos da Constituição Federal; (modelo anexo)

p) Declaração de não ter sofrido, no exercício da função pública, penalidades impeditivas de assumir cargo público; (modelo anexo)

q) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 *(quatorze)* anos, ou menores de 24 *(vinte e quatro)* anos, no caso de estudante de nível superior, para fins de cadastro de dependentes;

r) Certidão de Freqüência Escolar dos Filhos;

s) Carteira de Vacinação dos Filhos;

t) RG e CPF do cônjuge;

u) Comprovante de residência e número de telefone para contato;

v) Número de conta bancaria *(Banco do Bradesco);*

DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES

CAMPO 1	**DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR**		
NOME	**NOME**	**R.G.:**	**C.P.F.:**

CAMPO 2		**DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO DEPENDENTE**	
		NOME	**GRAU DE DEPENDÊNCIA**
	R.G.	**U.F.**	**C.P.F.**
		NOME	**GRAU DE DEPENDÊNCIA**
	R.G.	**U.F.**	**C.P.F.**
		NOME	**GRAU DE DEPENDÊNCIA**
	R.G.	**U.F.**	**C.P.F.**
		NOME	**GRAU DE DEPENDÊNCIA**
	R.G.	**U.F.**	**C.P.F.**

CAMPO 3	**DADOS DOS BENS E VALORES**	
TIPO	**DISCRIMINAÇÃO**	**VALOR**
1		
2		
3		
4		
5		
TOTAL		

CAMPO 4	**DECLARAÇÃO DO SERVIDOR** **Declaro, autorizando formulário, sob as penas da lei, que as informações aqui prestadas são verdadeiras, a Administração a proceder a digitação das informações constantes neste bem como as informações anuais posteriores que atualizarão a presente, resguardado o sigilo destas.** **Ribeirão Cascalheira – MT, EM ___/ ___/ 2017** **_____**

DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE CARGOS

Eu, _____ RG n°_____ CPF n° _____

DECLARO, para fins de posse no cargo **_____-**, na

Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira -MT, que **não exerço** cargo, emprego ou função atividade no âmbito do Serviço Público Federal, Estadual ou Municipal, ou ainda em Autarquias, Fundações, Empresas Públicas, Sociedade de Economia Mista, suas subsidiárias e sociedades controladas direta ou indiretamente pelo Poder Público, bem como não percebo proventos decorrentes de aposentadoria em cargo ou função pública.

Por ser expressão de verdade, firmo a presente.

Ribeirão Cascalheira - MT, _____de _____ de 2017.

_____

DECLARANTE

DECLARAÇÃO DE ACÚMULO DE CARGOS

Eu_____ RG n°_____ CPF n°_____,**DECLARO**, para os devidos fins de posse e exercício no cargo de _____no município de Ribeirão Cascalheira que:

( ) Exerço o cargo, função ou emprego público abaixo:

a)De_____no

Município/Estado/União_____, cuja jornada de trabalho é de semanais das ___às ____ horas. Conforme certidão expedida pelo órgão.

Declaro, ainda, que tomei conhecimento do inteiro teor das normas

abaixo transcritas e que estou ciente de que estarei sujeito ás penalidades previstas em Lei, caso venha a incorrer em acumulação ilegal de cargo, durante exercício do cargo para qual fui nomeado.

Ribeirão Cascalheira - MT_____, de _____201_.

_____

DECLARANTE

DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador (a) do RG n° _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____ **DECLARO** para todos os efeitos legais, **não haver sofrido ou estar cumprindo**, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar de suspensão ou demissão, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO.

Ribeirão Cascalheira - MT, ___ de _____ de 2017.

_____

DECLARANTE

TERMO DE INTERESSE NO CARGO

Eu, _____(a) RG _____, inscrito(a) no CPF sob n°_____ frente a aprovação o Concurso Público da Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira – MT, conforme edital 001/2016, confirmo o interesse de tomar posse no cargo de _____, nos termos da legislação municipal em vigor.

Ribeirão Cascalheira – MT, ____/_____/_____

_____

Assinatura do Candidato

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

PREGÃO PRESENCIAL DE Nº 014/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL DE Nº 014/2017

TIPO DESTA LICITAÇÃO: "MENOR PREÇO – POR ITEM"

A Prefeitura Municipal de Rio Branco – MT, em 28 de novembro de 2017, através da sua Pregoeira Vanderléia Rodrigues Alves e sua de Apoio torna publico para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 13 de dezembro de 2017 as 08h00min, a Licitação na Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2017**, cujo objeto é o "**Contratação de empresa para de locação de materiais e serviços para promoção de eventos, através do sistema de registro de preços, destinados aos eventos a serem realizados pelo Poder Executivo do Município de Rio Branco – MT",** a pasta contendo o Edital completo e seus anexos encontram-se a disposição dos interessados no horário de expediente desta Prefeitura.

Rio Branco – MT, em 28 de novembro de 2017.

Vanderléia Rodrigues Alves

- Pregoeira -

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 048/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através de seu Pregoeiro Oficial nomeado através do Decreto nº 1.269/GAB/PMR de 12 de Janeiro de 2017, **TORNA PÚBLICO** para o conhecimento dos interessados que no dia e hora designados para a sessão pública de recebimento dos envelopes contendo Proposta de Preço e documentos para Habilitação referente ao procedimento licitatório sob a modalidade **PREGÃO PRESENCIAL COM O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 048/2017**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 100/2017, cujo Objeto:**"Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de placas de sinalização de Trânsito para atender as necessidades do**

Município de Rondolândia", sagrou-se vencedora de todos os itens licitados a empresa: **Sandra das Candeias Tauffer, CNPJ: 28.091.195/0001-41**, com a Proposta no valor total e global da licitação de R$ 20. 140,00 (vinte mil e cento e quarenta reais).

Sala da CPLMS, Rondolândia – MT, 27 de Novembro de 2017.

Edimar Ricarte

Pregoeiro

EDITAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL DE Nº. 055/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através de seu Pregoeiro Oficial nomeado através do Decreto nº 1.269/GAB/PMR de 12 de Janeiro de 2017, **TORNA PÚBLICO** para o conhecimento dos interessados que no dia e hora designados para a sessão pública de recebimento dos envelopes contendo Proposta de Preço e documentos para Habilitação referente ao procedimento licitatório sob a modalidade **PREGÃO PRESENCIAL DE Nº. 055/2017**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 112/2017, cujo Objeto: **Contratação de Empresa especializada para a Prestação de Serviço e fornecimento de peças de reposição e acessórios "originais de primeira linha" para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos lotados na Secretaria Municipal de Saúde**, **não acudiram licitantes interessados, tornando se o Ato como DESERTO**.

Sala da CPLMS, Rondolândia – MT, 28 de Novembro de 2017.

Edimar Ricarte Pregoeiro Oficial

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE CHAMADA

AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE CHAMADA

PREGÃO PRESENCIAL DE Nº. 055/2017 - 2º ATO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através de seu Pregoeiro Oficial nomeado através do Decreto nº 1.269/GAB/PMR de 12 de Janeiro de 2017, **torna Público** para o conhecimento dos interessados que está instaurado o procedimento licitatório sob a modalidade **PREGÃO PRESENCIAL DE Nº. 055/2017**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 112/2017, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos. O julgamento da referida licitação será através do **MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando a **"Contratação de Empresa especializada para a Prestação de Serviço e fornecimento de peças de reposição e acessórios "originais de primeira linha" para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos lotados na Secretaria Municipal de Saúde".**

A sessão pública para recebimento e julgamento da(s) Proposta(s) de Preços e Documentos de Habilitação ocorrerá às **10h00min (Horário Oficial de Brasília), do dia: 12/12/2017**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Rondolândia.

A integra deste Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitação, na sede da Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT, situada na Av. Joana Alves de Oliveira, s/n°, Centro, Rondolândia-MT, Cep: 78.338-000, durante o horário normal de expediente ou através do endereço de e-mail **cplrondolandia1720@hotmail.com**, maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente das 07h00min às 13h00min ou através do telefone 0xx (66) 3542-1177.

Rondolândia – MT, 28 de Novembro de 2017.

Edimar Ricarte

Pregoeiro Oficial

Decret. Nº 1.269/GAB/PMR/2017

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 061/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através de seu Pregoeiro Oficial nomeado através do Decreto nº 1.269/GAB/PMR de 12 de Janeiro de 2017, **TORNA PÚBLICO** para o conhecimento dos interessados que no dia e hora designados para a sessão pública de recebimento dos envelopes contendo Proposta de Preço e documentos para Habilitação referente ao procedimento licitatório sob a modalidade **PREGÃO PRESENCIAL COM O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 061/2017**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 119/2017, cujo Objeto:**"Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Sonorização volante, gravação de vinhetas, som e produção de vídeos, para atender as necessidades das Secretarias Municipais"**, sagrou-se vencedora de todos os itens licitados a empresa: **Silvia Helena Muller – M.E.I, CNPJ: 20.754.427/0001-92**, com a Proposta no valor total e global da licitação de R$ 123. 850,00 (Cento e vinte e três mil oitocentos e cinquenta reais).

Sala da CPLMS, Rondolândia – MT, 27 de Novembro de 2017.

Edimar Ricarte

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

PROCURADORIA MUNICIPAL
DECRETO 040 - 2017

DECRETO N° 040/2017

DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017.

Nomeia a Comissão Municipal de Elaboração do Plano Plurianual 2018-2021 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais em consonância com a Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão Municipal de Elaboração do Plano Plurianual – PPA 2018-2021, com a seguinte composição:

I – Secretaria Municipal de Finanças:

a) Titular: Laura Oliveira de Amorim

b) Suplente: Seair Cristina Jorge

II – Secretaria Municipal de Administração:

a) Titular: Osnil Conrado da Costa

b) Suplente: Renan Atila Ferreira Giraldo

III – Gabinete do Prefeito:

a) Titular: Maxmar Cesar de Souza

b) Suplente: Cleonice Marçal de Jesus

IV – Secretaria Municipal de Educação:

a) Titular: Jane Marcia Talarico

b) Suplente: Eunice Seniz Zark

V – Secretaria Municipal de Saúde:

a) Titular: Anderson Rodrigo de Sá

b) Suplente: Talitha Helena Peixoto Peron

VI – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras:

a) Titular: Joacy Inacio da Silva

b) Suplente: Viviane Aparecida Cardoso Vilela

VII – Secretaria Municipal de Agricultura:

a) Titular: Maxmar Cesar de Souza

b) Suplente: Cleonice Marcal de Jesus

VIII – Secretaria Municipal de Assistência Social:

a) Titular: Juscelia Medeiros de Souza

b) Suplente: Luciana Antunes

IX – Controladoria Interna:

a) Titular: Dejair Roberto Liu Junior

b) Suplente: Julio Silo da Conceição Filho

Art. 2º - As principais atribuições da Comissão são as seguintes:

I – promover e participar de eventos de capacitação sobre planejamento governamental;

II – coordenar o levantamento de informações para a elaboração do PPA 2018-2021;

III - promover e coordenar reuniões específicas a fim de encaminhar soluções para os impasses surgidos nas definições de metas e prioridades do PPA 2018-2021;

IV – realizar reuniões de orientação e acompanhamento da elaboração do PPA 2018-2021;

V - promover reuniões setoriais com participação da sociedade a fim de levantar informações e estabelecer propostas para as metas e prioridades do PPA 2018-2021;

VI – contribuir na redação do Projeto de Lei do PPA 2018-2021.

Art. 3º - Ficam indicados o servidor **JULIO SILO DA CONCEIÇÃO FILHO**, como Coordenador.

Parágrafo Único – O Coordenador fica responsável pela definição dos procedimentos da Comissão a fim de atender suas atribuições.

Art. 4º - O período de vigência deste Decreto é de **27.11.2017** à **31.12. 2017**.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em Rosário Oeste – MT, 27 de Novembro de 2.017.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA MUNICIPAL
DECRETO 041- 2017

DECRETO N.º 041/2017

De 27 de Novembro de 2017

"Institui procedimentos e normas para elaboração do PPA – Plano Plurianual de Rosário Oeste - MT, para o período de 2018 a 2021."

Joao Antônio da Silva Balbino, Prefeito Municipal de Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º. O PPA 2018-2021, é instrumento de planejamento governamental que define diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada, com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas.

Art. 2º. O Plano Plurianual para o exercício de 2018 a 2021, obedecerão ao disposto na Constituição Federal, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), e nas Portarias emitidas pelo Governo Federal, consideradas suas posteriores alterações e dispositivos legais correlatos.

Art. 3º. O processo de elaboração será coordenado pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, que deverá designar um coordenador(a).

Art. 4º. As propostas de metas financeiras/orçamentárias serão elaboradas pelas Secretarias Municipais de Administração e Finanças, com apoio do Setor Contábil.

Art. 5º. As Prioridades, Metas e Objetivos do PPA, deverão ser elaborados com a participação de todas as Secretarias, Coordenadorias e Assessorias da Administração Municipal.

Art. 6º. Deverá ser formada uma Comissão Executiva de Elaboração do PPA, que terá preferencialmente a seguinte composição:

I - 01 (um) representante de cada Secretaria, sendo:

a) Gabinete do Prefeito;

b) Secretaria de Administração e Finanças/Setor Contábil;

c) Secretaria de Saúde;

d) Secretaria de Agricultura;

e) Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Cidadania;

f) Secretaria de Obras e Serviços Urbanos;

g) Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

h) Assessoria de Comunicação;

i) Assessoria Jurídica,

j) Controladoria Interna;

II - A Comissão Executiva deverá escolher um Secretário para auxiliar o coordenador (a) nos trabalhos;

III - A Comissão reunir-se-á conforme cronograma, ficando a critério do Coordenador, o dia e horário;

IV - As reuniões deverão ser relatadas em Ata, ter lista de presenças e registro fotográfico, e

Art. 7º. A Secretaria Municipal de Administração e Finanças ficará responsável pela organização e coordenação das audiências públicas, a fim de identificar junto à sociedade local, suas necessidades, problemas, anseios e coleta de proposições que visem a construção do PPA, de forma democrática e participativa.

Art. 8º. A assessoria de comunicação, ficará responsável pela ampla publicidade e transparência do processo de construção do PPA, devendo utilizar-se dos meios de comunicação de massa.

Art. 9º. A estrutura e formato do PPA-2018-2021, bem como a codificação e classificação orçamentária e inserção no Sistema de Planejamento, deverá ser providenciado pelo setor contábil da prefeitura, observando as instruções e dispositivos legais.

Art. 10. A consolidação da Proposta do PPA- 2018 a 2021, ficará a cargo da Comissão Executiva com a participação dos responsáveis pelas Secretárias de Administração e Finanças e Gabinete do Prefeito.

Art. 11. O PPA-2018-2021, deverá ser concluído até o dia 30 de agosto do corrente, para posterior encaminhamento ao Poder Legislativo Municipal.

Art. 12. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Rosário Oeste – MT, 27 de Novembro de 2017.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA MUNICIPAL
CONVOCAÇÃO

Edital de Convocação

O Prefeito Municipal de Rosário Oeste/MT, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, convoca todos os Munícipes para audiência pública para discussão e elaboração do PPA 2018/2021 e a Lei Orçamentária Anual – LOA para 2018, a ser realizado às 19:00 horas do dia 28 de novembro de 2017 na sede Cinema Municipal de Rosário Oeste/MT e no dia 29 de novembro na Câmara municipal de Rosário Oeste – MT.

Rosário Oeste/MT, em 27/11/2017.

João Antônio da Silva Balbino

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

PORTARIA Nº 0323/2017 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR MARCO ANTONIO SOARES DE LIMA PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 064/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor Marco Antonio Soares de Lima**,** CPF sob nº 014.924.641-20, como Fiscal do Contrato nº 064/2017, cujo objeto é: contratação de serviços para transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos e serviços de saúde do grupo A, B, E.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 0324/2017 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR MARCO ANTONIO SOARES DE LIMA PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 026/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor Marco Antonio Soares de Lima**,** CPF sob nº 014.924.641-20, como Fiscal do Contrato nº 026/2016, cujo objeto é: Contratação de Empresa para implantação de pavimentação em vias urbanas de Santa Rita do Trivelato/MT.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

PORTARIA 111/GP/2017

PORTARIA N°111/GP /2017

DE 28 de NOVEMBRO DE 2017

O prefeito do **MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA, ESTADO DE MATO GROSSO**, **EUCLÉSIO JOSÉ FERRETTO**, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1°- Exonerar o Sr. **LEANDRO DE AGUIAR COELHO,** CPF 850.805. 191-34**,** do Cargo em Comissão de Secretário Administrativo de Gabinete, do município de Santa Terezinha, Mato Grosso.

Art. 2°. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Santa Terezinha-MT, 28 de Novembro de 2017.

Euclésio José Ferretto

Prefeito Municipal

PORTARIA 112GP2017

PORTARIA N.º 112/GP2017

"Dispõe sobre a concessão do benefício de ***Pensão por Morte*** *em favor da* ***Sra.*** **Aldeniza Vieira da Costa Silva***, em decorrência do falecimento do servidor* ***Sr.*** **Manoel Fernandes Silva***."*

OSecretário de Administração do Município de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Art. 40, § 7º, inciso II, da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, c/c Art. 28, inciso II, art. 7º, inciso I e art. 30 inciso I, todos da Lei Municipal Lei Municipal nº 525 de 23 de dezembro de 2010, Lei complementar n.º 552/2012 de 29 de março de 2012, que dispõe sobre a reposição salarial dos servidores municipais de Santa Terezinha/MT;

Resolve:

Art. 1º. CONCEDER o benefício **Pensão Por Morte**, em decorrência do falecimento do **Sr. Manoel Fernandes Silva**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade n.º 839562 SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº 537.163.021-04, servidor efetivo, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Classe "A", Nível "02', sob a matricula n.º 360, lotado Secretaria Municipal de Administração, o equivalente a 100% (cem por cento) da cota em favor *da cônjuge* **Sra. Aldeniza Vieira da Costa Silva,** brasileira, viúva,portadora da cédula de identidade nº 1367666-0 SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 911.660.201-34, conforme processo administrativo do PREVIST sob **n.º** 2017.07.00004P, a partir de **29/10/2017,** data de falecimento do segurado.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de **29 de outubro de 2017**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Santa Terezinha-MT, 27 de novembro de 2017.

ISES SOLEMAR FERRETTO

Secretária de administração

Homologo:

EUCLESIO JOSE FERRETTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

SETOR DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL 015/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

RUA PEDRO ALVARES CABRAL, 155- CENTRO- SANTO AFONSO–MT

RESULTADO DE JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2017

OBJETO DO PREGÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA (SCM) COM TECNOLOGIA VIA RÁDIO, POR EMPRESA AUTORIZADA PELA ANATEL - AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, POR MEIO DE 07 PONTOS DE ACESSO DE LINK DEDICADO (MBPS FULL) EM DIVERSOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO, BEM COMO O PROVIMENTO DE EQUIPAMENTOS HOMOLOGADOS EM REGIME DE COMODATO/ LOCAÇÃO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, GERENCIAMENTO PRÓ-ATIVO, SUPORTE TÉCNICO NO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT.

A Pregoeira Oficial da Prefeitura Municipal de Santo Afonso–MT, torna público aos interessados que na licitação modalidade Pregão Presencial nº 015/2017, Registro de Preço nº 009/2017 do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cuja abertura ocorreu aos 28/11/2017 às 09:00 horas, na sede da Prefeitura Municipal de Santo Afonso/MT, sagrou-se vencedora a empresa: **LUCIA BATISTA DE SOUZA-ME,** inscrita no CNPJ sob o nº.11.920. 413/0001-00, com o valor total item 001 de **R$- 39.600,00 (trinta e nove mil e seiscentos reais)**.

Santo Afonso-MT, em 28 de novembro de 2017.

MICHELE GUEDES RODRIGUES

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

RECURSOS HUMANOS
LEI 1.231/GP/2017

Lei 1.231/GP/2017

"AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER/MT, A PARTICIPAR DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE/MEDICAMENTOS E SERVIÇOS **CONSUSMT** E A RATIFICAR O PROTOCOLO DE INTENÇÕES."

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER – MT, VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, faz saber que Câmara Municipal aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Autoriza o Município de Santo Antonio de Leverger/MT, a participar do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde/Medicamentos e Serviços - "**CONSUSMT**" e a ratificar o Protocolo de Intenções firmado entre os Municípios de Acorizal;Água Boa; Alta Floresta; Alto Araguaia; Alto Boa Vista; Alto Garças; Alto Paraguai; Alto Taquari; Apiacás; Araguaiana; Araguainha; Araputanga; Arenápolis; Aripuanã; Barão de Melgaço; Barra do Bugres; Barra do Garças; Bom Jesus do Araguaia; Brasnorte; Cáceres; Campinápolis ; Campo Novo do Parecis; Campo Verde; Campos de Júlio;

Canabrava do Norte; Canarana; Carlinda; Castanheira; Chapada dos Guimarães; Cláudia; Cocalinho; Colíder; Colniza; Comodoro; Confresa; Conquista d`Oeste; Cotriguaçu; Cuiabá; Curvelândia; Denise; Diamantino; Dom Aquino; Feliz Natal; Figueirópolis D`Oeste; Gaúcha do Norte; General Carneiro; Glória d`Oeste; Guarantã do Norte; Guiratinga; Indiavaí; Ipiranga do Norte; Itanhangá; Itaúba; Itiquira; Jaciara; Jangada; Jauru ; Juara; Juína; Juruena; Juscimeira; Lambari d`Oeste; Lucas do Rio Verde; Luciara; Marcelândia; Matupá; Mirassol D`Oeste; Nobres; Nortelândia; Nossa Senhora doLivramento; Nova Bandeirantes; Nova Brasilândia; Nova Canaã do Norte; Nova Guarita; Nova Lacerda; Nova Marilândia; Nova Maringá; Nova Monte verde; Nova Mutum; Nova Nazaré; Nova Olímpia; Nova Santa Helena; Nova Ubiratã; Nova Xavantina; Novo Horizonte do Norte; Novo Mundo; Novo Santo Antônio; Novo São Joaquim; Paranaíta; Paranatinga; Pedra Preta; Peixotode Azevedo; Planalto da Serra; Poconé; Pontal do Araguaia; Ponte Branca; Pontes e Lacerda; Porto Alegre do Norte; Porto dos Gaúchos; Porto Esperidião; Porto Estrela; Poxoréu; Primavera do Leste; Querência; Reserva do Cabaçal; Ribeirão Cascalheira; Ribeirãozinho; Rio Branco; Rondolândia; Rondonópolis; Rosário Oeste; Salto do Céu; Santa Carmem; Santa Cruz do Xingu; Santa Rita do Trivelato; Santa Terezinha; Santo Afonso; Santo Antônio do Leste; Santo Antônio do Leverger; São Félix do Araguaia; São José do Povo; São José do Rio Claro; São José do Xingu; São José dos Quatro Marcos; São Pedro da Cipa; Sapezal; Serra Nova Dourada; Sinop; Sorriso; Tabaporã; Tangará da Serra; Tapurah; Terra Nova do Norte; Tesouro; Torixoréu; União do Sul; Vale de São Domingos; Várzea Grande; Vera; Vila Bela Santíssima Trindade; Vila Rica e dá outras providências

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a formalizar a participação do Município de Santo Antonio de Leverger-MT no Consórcio Intermunicipal de Saúde/Medicamentos e Serviços , denominado **CONSUSMT** ", ratificando o Protocolo de Intenções, firmado em 10 de julho de 2017 entre os municípios de **Acorizal;Água Boa; Alta Floresta; Alto Araguaia; Alto Boa Vista; Alto Garças; Alto Paraguai; Alto Taquari; Apiacás; Araguaiana; Araguainha; Araputanga; Arenápolis; Aripuanã; Barão de Melgaço; Barra do Bugres; Barra do Garças; Bom Jesus do Araguaia; Brasnorte; Cáceres; Campinápolis ; Campo Novo do Parecis; Campo Verde; Campos de Júlio; Canabrava do Norte; Canarana; Carlinda; Castanheira; Chapada dos Guimarães; Cláudia; Cocalinho; Colíder; Colniza; Comodoro; Confresa; Conquista d`Oeste; Cotriguaçu; Cuiabá; Curvelândia; Denise; Diamantino; Dom Aquino; Feliz Natal; Figueirópolis D`Oeste; Gaúcha do Norte; General Carneiro; Glória d`Oeste; Guarantã do Norte; Guiratinga; Indiavaí; Ipiranga do Norte; Itanhangá; Itaúba; Itiquira; Jaciara; Jangada; Jauru ; Juara; Juína; Juruena; Juscimeira; Lambari d`Oeste; Lucas do Rio Verde; Luciara; Marcelândia; Matupá; Mirassol D`Oeste; Nobres; Nortelândia; Nossa Senhora do Livramento; Nova Bandeirantes; Nova Brasilândia; Nova Canaã do Norte; Nova Guarita; Nova Lacerda; Nova Marilândia; Nova Maringá; Nova Monte verde; Nova Mutum; Nova Nazaré; Nova Olímpia; Nova Santa Helena; Nova Ubiratã; Nova Xavantina; Novo Horizonte do Norte; Novo Mundo; Novo Santo Antônio; Novo São Joaquim; Paranaíta; Paranatinga; Pedra Preta; Peixoto de Azevedo;**

Planalto da Serra; Poconé; Pontal do Araguaia; Ponte Branca;

Pontes e Lacerda; Porto Alegre do Norte; Porto dos Gaúchos; Porto Esperidião; Porto Estrela; Poxoréu; Primavera do Leste; Querência; Reserva do Cabaçal; Ribeirão Cascalheira; Ribeirãozinho; Rio Branco; Rondolândia; Rondonópolis; Rosário Oeste; Salto do Céu; Santa Carmem; Santa Cruz do Xingu; Santa Rita do Trivelato; Santa Terezinha; Santo Afonso; Santo Antônio do Leste; Santo Antônio do Leverger; São Félix do Araguaia; São José do Povo; São José do Rio Claro; São José do Xingu; São José dos Quatro Marcos; São Pedro da Cipa; Sapezal; Serra Nova Dourada; Sinop; Sorriso; Tabaporã; Tangará da Serra; Tapurah; Terra Nova do Norte; Tesouro; Torixoréu; União do Sul; Vale de São Domingos; Várzea Grande; Vera; Vila Bela Santíssima Trindade; Vila Rica com a finalidade de instituir o Consórcio Público Intermunicipal de Saúde/Medicamentos e serviços- "CONSUSMT", sob a forma de Associação Civil, com personalidade jurídica de direito privado com base na Lei 11.107/2015, Decreto 6.017/2007 assim como as leis 13. 019/2014 e 13.204/2015 leis das Organizações Civis.

Parágrafo único. Constitui objeto do presente Protocolo de Intenções a cooperação entre os partícipes a gestão associada de saúde com a finali-

dade específica de operacionalizar ações de Assistência Farmacêutica por meio da aquisição e distribuição de medicamentos, insumos, equipamentos e serviços com destinação exclusiva à população usuária do Sistema Único de Saúde nos municípios de Mato Grosso.

Art. 2º. O Estatuto do Consórcio Público Intermunicipal de Sistema Único de Saúde do Estado de Mato Grosso, "CONSUSMT" disporá sobre à organização e o funcionamento de cada um dos seus órgãos constitutivos.

Art. 3º. Os entes consorciados poderão ceder servidores públicos ao Consórcio, na forma e condições da legislação de cada um.

Art. 4º. O valor dos recursos financeiros, quando necessários para o cumprimento do contrato de rateio e ou para outro instrumento jurídico permitido pela gestão associada de serviços do Consórcio Público Intermunicipal de Sistema Único de Saúde do Estado de Mato Grosso, "CONSUSMT" previsto no art. 8°, da Lei n°. 11.107/2005 e Decreto n°. 6.017/2007, deverão estar consignados em rubrica específica nas Leis Orçamentárias em vigência.

§ 1º. O contrato de rateio será formalizado em cada exercício financeiro e seu prazo de vigência não será superior ao das dotações que o suportam.

§ 2º. É vedada a aplicação dos recursos entregues por meio de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito.

§ 3º. Os entes Consorciados, isolados ou em conjunto, bem como o Consórcio Público, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio.

§ 4º. Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº. 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes Consorciados, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude de contrato de rateio, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente Consorciado na conformidade com os elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

§ 5º. Poderá ser excluído do Consórcio Público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em nas suas Leis Orçamentárias futuras ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

Art. 5º Para atender as despesas, decorrentes da execução da presente Lei, serão utilizados recursos provenientes da dotação orçamentária, constante no orçamento vigente.

Art. 6º. A retirada do ente consorciado do Consórcio Público dependerá de ato formal de seu representante na assembléia geral, na forma previamente disciplinada no Protocolo de Intenções do Consórcio Público Intermunicipal de Sistema Único de Saúde do Estado de Mato Grosso, "CONSUSMT".

Parágrafo único. Os bens destinados ao Consórcio Público pelo consorciado que se manifesta formalmente a intenção de destituir-se do Consórcio, somente serão revertidos ou retrocedidos no caso de expressa previsão no contrato de consórcio público ou no instrumento de transferência ou alienação.

Art. 7º. A alteração ou extinção do Consórcio Público dependerá de instrumento aprovado pela assembléia geral, ratificado mediante lei por todos os entes Consorciados.

Art. 8º. Aplica-se ao Consórcio Público o disposto na Constituição Federal, Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e Decreto n°. 6.017/2007, de 17 de janeiro de 2007 e a Lei n˚ 13.019/2014e 13.204/2015.

Art. 9º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação,Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Marechal Rondon, Santo Antonio de Leverger, em 24 de N.ovembro de 2017.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

ANEXO 7 LRF SETEMBRO OUTUBRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Outubro 2017/BIMESTRE Setembro - Outubro

RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) R$ 1

PODER / ORGÃO		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total
		Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	
		Exercicios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro 2016 (b)	(c)	(d)	e = (a+b) - (c+d)	Exercicios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro 2016 (g)	(h)	(i)	(j)	k = (f+g) - (i+j)	L = (e + k)
	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	72.525,17	50.269,04	87.961,70	0,00	34.832,51	753.965,45	606.382,78	328.937,93	325.057,93	0,00	1.035.290,30	1.070.122,81
02	PODER EXECUTIVO(exceto Intra-Orçam.)-(I)	72.525,17	50.269,04	87.961,70	0,00	34.832,51	753.965,45	606.382,78	328.937,93	325.057,93	0,00	1.035.290,30	1.070.122,81
0202	GABINETE DO PREFEITO	135,00	2.900,00	2.900,00	0,00	135,00	0,00	1.819,67	1.819,67	1.819,67	0,00	0,00	135,00
0203	SECRETARIA MUN. ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	18.514,91	15.611,03	15.611,03	0,00	18.514,91	0,00	2.448,83	2.448,83	2.448,83	0,00	0,00	18.514,91
0204	SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA E FINANCAS	176,49	14.031,27	14.031,27	0,00	176,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	176,49
0205	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	3.911,95	12.740,48	12.740,48	0,00	3.911,95	1.850,97	69.270,89	69.270,89	69.270,89	0,00	1.850,97	5.762,92
0206	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA	9.825,95	682,56	682,56	0,00	9.825,95	539.303,80	20.091,48	20.091,48	20.091,48	0,00	539.303,80	549.129,75
0207	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	109,70	1.720,72	1.720,72	0,00	109,70	124.607,08	733,11	10.422,97	10.422,97	0,00	114.917,22	115.026,92
0209	SECRETARIA MUN. VIACAO OBRAS E SERVICOS PUBLICOS	39.631,17	2.582,98	40.275,64	0,00	1.938,51	88.203,60	477.687,80	190.853,09	190.853,09	0,00	375.038,31	376.976,82
0210	SECRETARIA AGRICULTURA, TURISMO E MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	9.700,00	5.820,00	0,00	4.180,00	4.180,00
0211	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO E LAZER	220,00	0,00	0,00	0,00	220,00	0,00	24.331,00	24.331,00	24.331,00	0,00	0,00	220,00
	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02	PODER EXECUTIVO(Intra-Orçam.)-(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL (III) = (I+II)	72.525,17	50.269,04	87.961,70	0,00	34.832,51	753.965,45	606.382,78	328.937,93	325.057,93	0,00	1.035.290,30	1.070.122,81

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.16.2276], PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE Portaria Nº 403 de 2016

ATO DE HOMOLOGAÇÃO - ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 017/2017-B DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 021/2017 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 029/2017 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIAO DO SUL/MT

ATO DE HOMOLOGAÇÃOADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 017/2017-B DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 021/2017 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 029/2017 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIAO DO SUL/MT

OBJETO: Registro De Preços Para Futuras E Eventuais Aquisições De Material De Expediente E Peças Para Computador

BRIVIA COMERCIO DE MAQUINAS INDUSTRIAIS EIRELI-ME						
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UNID.**	**QUANT.**	**MARCA**	**VALOR UNITA-RIO**	**VALOR TO-TAL**
44	**TELA PROEÇAO RETRATIL COM TRIPE 1,80 X 1,80 METROS, PINTURA EPOXI, COM AJUSTES DE ALTURA, ATE 2,80MTS.**	**Und.**	**2**	**SUMAY**	**709,00**	**1.418,00**

Valor R$ 1.418,00 (Hum mil quatrocentos e dezoito reais).

Não havendo nada que possa desabonar este processo licitatório, realizado sob o império da lei 8.666/93, com as alterações subsequentes e§ 1º, artigo 8º do Decreto nº 3.931, de 19 de setembro de 2001, com redação dada pelo Decreto nº 4.343 de 23/08/2002, estando os preços de acordo com o mercado, homologo o presente, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Fornecedor Registrado Ata nº. 017/2017-B – PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL/MT, CNPJ-01.614.538/0001-59, Tel/Fax (66) 3540-1283, Endereço: AV. Curitiba, nº. 94, Bairro: Centro, CEP: 78543-000, União do Sul/MT.

Santo Antônio do Leste - MT, 24 de novembro de 2017.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

- Prefeito Municipal-

AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 017/2017-B DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 021/2017 PROCESSO ADMINISTRATIVO 029/2017 – PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIAO DO SUL/MT

AVISO DEADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 017/2017-B DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 021/2017 PROCESSO ADMINISTRATIVO 029/2017 – PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIAO DO SUL/MT

AVISO DE ADESÃO (CARONA) A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO Nº 059/2017/CPL/PP

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso torna público que nos termos da Lei nº 8.666 de 21/06/93, com as alterações subsequentes, e o § 1º, artigo 8º do Decreto nº 3.931, de 19 de setembro de 2001, com redação dada pelo Decreto nº 4.343 de 23/08/2002 a **adesão a ata de registro de preços nº. 017/2017-B do pregão Presencial nº. 021/2017 Processo Administrativo nº. 029/2017, Prefeitura Municipal de União do Sul/MT**.

Objeto: Registro De Preços Para Futuras E Eventuais Aquisições De Material De Expediente E Peças Para Computador.

BRIVIA COMERCIO DE MAQUINAS INDUSTRIAIS EIRELI-ME						
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UNID.**	**QUANT.**	**MARCA**	**VALOR UNITA-RIO**	**VALOR TO-TAL**
44	**TELA PROEÇAO RETRATIL COM TRIPE 1,80 X 1,80 METROS, PINTURA EPOXI, COM AJUSTES DE AL-TURA, ATE 2,80MTS.**	**Und.**	**2**	**SUMAY**	**709,00**	**1.418,00**

Santo Antônio do Leste – MT, 24 de novembro de 2017.

WEVERTON ANCELMO P. DE SOUSA

PREGOEIRO

Portaria Nº. 085/2017

De 02 de Janeiro de 2017

ANEXO 14 LRF SETEMBRO OUTUBRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Outubro 2017/BIMESTRE Setembro - Outubro

LRF, Art. 48 – Anexo 14 R$ 1

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS	Até o Bimestre
RECEITAS	-
Previsão Inicial da Receita	30.052.921,39
Previsão Atualizada da Receita	30.052.921,39
Receitas Realizadas	18.600.511,19
Deficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados para Créditos Adicionais)	0,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS	Até o Bimestre
DESPESAS	-
Dotação Inicial	28.752.621,39
Créditos Adicionais	0,00
Dotação Atualizada	28.752.621,39
Despesas Empenhadas	20.281.788,48
Despesas Líquidadas	17.985.033,58
Despesas Pagas	17.498.542,55
Superavit Orçamentário	615.477,61

DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	20.281.788,48
Despesas Líquidadas	17.985.033,58

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	24.280.498,46

RECEITAS/DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social	-
Receitas Previdenciárias Realizadas (I)	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)	0,00
Resultado Previdenciário (III)=(I-II)	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)	0,00
Resultado Previdenciário (VI)=(IV-V)	0,00

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	0,00	110.000,00	0,00
Resultado Primário	0,00	622.167,23	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.16.2276], PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE Portaria Nº 403 de 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Outubro 2017/BIMESTRE Setembro - Outubro

LRF, Art. 48 – Anexo 14 R$ 1

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	122.794,21	0,00	87.961,70	34.832,51
Poder Executivo	122.794,21	0,00	87.961,70	34.832,51
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.360.348,23	0,00	325.057,93	1.035.290,30
Poder Executivo	1.360.348,23	0,00	325.057,93	1.035.290,30
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.483.142,44	0,00	413.019,63	1.070.122,81

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	5.052.494,08	25,00	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB, Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Fundamental	1.999.220,67	60,00	113,32

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	1.404.323,60	1.741.568,95

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício em Referência	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI)=(IV-V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despeas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	4.732.083,96	15,00	30,88

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas / RCL(%)	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.16.2276], PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE Portaria Nº 403 de 2016

ANEXO 13 LRF SETEMBRO OUTUBRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PUBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Outubro 2017/BIMESTRE Setembro - Outubro

RREO – Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28) R$ 1

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFEUADOS EM 2017		SALDO TOTAL (b)
		NO BIMESTRE (d)	ATÉ O BIMESTRE (c)	
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos Contabilizados na SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrapartida para Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVO (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações Não Relacionadas a Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrapartida para Ativos da SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
Previsões da PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
GARANTIAS DE PPP (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III)=(I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS CONTINGENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Contraprestação Futuras	0,00	0,00	0,00	0,00
Riscos Não Provisionados	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00
ATIVOS CONTINGENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimenstos	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00

ESPECIFICAÇÃO	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Do Ente Federado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Das Estatais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.16.2276], PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

Portaria Nº 403 de 2016

ANEXO 12 LRF SETEMBRO OUTUBRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

Referência: Setembro - Outubro/2017

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Out 2017 (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	2.946.410,20	2.946.410,20	1.870.059,43	63,47
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	80.000,00	80.000,00	34.157,06	42,70
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	1.300.000,00	1.300.000,00	478.898,68	36,84
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.000.000,00	1.000.000,00	700.054,95	70,01
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	500.000,00	500.000,00	586.735,91	117,35
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	12.000,00	12.000,00	9.231,28	76,93
Dívida Ativa dos Impostos	38.537,00	38.537,00	51.816,27	134,46
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	15.873,20	15.873,20	9.165,28	57,74
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	18.530.000,00	18.530.000,00	13.452.023,41	72,60
Cota-Parte do FPM	7.900.000,00	7.900.000,00	5.271.274,93	66,72
Cota Parte do ITR	300.000,00	300.000,00	1.015.953,41	338,65
Cota-Parte do IPVA	290.000,00	290.000,00	204.370,99	70,47
Cota-Parte do ICMS	10.000.000,00	10.000.000,00	6.929.947,78	69,30
Cota-Parte IPI-Exportação	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeiras Provenientes de Impostos e Transf. Constitucionais	40.000,00	40.000,00	30.476,30	76,19
Desoneração ICMS (LC 87/96)	40.000,00	40.000,00	30.476,30	76,19
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I+II	21.476.410,20	21.476.410,20	15.322.082,84	71,34

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Out 2017 (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
Provenientes da União	0,00	0,00	0,00	0,00
Provenientes dos Estados	0,00	0,00	0,00	0,00
Proveniente de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Jan a Out 2017 (f)	% (f/e) x 100	Jan a Out 2017 (g)	% (g/e) x 100	
DESPESAS CORRENTE	4.811.000,00	5.719.374,57	4.676.911,37	81,77	4.293.956,13	75,08	0,00
Pessoal e Encargos Sociais (inclui Patronal)	1.987.000,00	2.423.500,00	2.020.800,64	83,38	2.020.800,64	83,38	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	2.824.000,00	3.295.874,57	2.656.110,73	80,59	2.273.155,49	68,97	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	726.000,00	725.200,00	454.859,05	62,72	438.127,83	60,41	0,00
Investimentos	726.000,00	725.200,00	454.859,05	62,72	438.127,83	60,41	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	5.537.000,00	6.444.574,57	5.131.770,42	79,63	4.732.083,96	73,43	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.16.2276], PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE Portaria Nº 403 de 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

Referência: Setembro - Outubro/2017

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Jan a Out 2017 (h)	% (h/IVf) x 100	Jan a Out 2017 (i)	% (i/IVg) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV-V)	5.537.000,00	6.444.574,57	5.131.770,42	100,00	4.732.083,96	100,00	0,00

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VIi / IIIb x 100) – LIMITE CONSTITUCIONAL 15%	30,88

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VIi - (15 x IIIb)/100]	2.433.771,53

EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2015	1.850,97	0,00	0,00	1.850,97	0,00
Inscritos em 2016	69.270,89	0,00	69.270,89	0,00	0,00
Total	71.121,86	0,00	69.270,89	1.850,97	0,00

CONTROLE DAS DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRISTOS CONSIDERADOS PARA FINS DE CUMPRIMENTO DO LIMITE ARTIGO 24, § 1º e 2º	DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em ...	0,00	0,00	0,00
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.16.2276], PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE Portaria Nº 403 de 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
Referência: Setembro - Outubro/2017

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1

CONTROLE DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO APLICACA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES - ARTIGOS 25 E 26	RECURSOS VINCULADOS À DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limites não cumprido em ...	0,00	0,00	0,00
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Jan a Out 2017 (l)	% (l/total) x 100	Jan a Out 2017 (m)	% (m/total) x 100	
Administração Geral	665.000,00	467.895,00	347.536,69	6,77	337.851,42	7,14	0,00
Atenção Básica	4.472.000,00	5.618.952,32	4.669.854,26	91,00	4.281.131,90	90,47	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	186.000,00	153.627,25	61.780,95	1,20	60.939,15	1,29	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	124.000,00	114.100,00	7.077,84	0,14	6.777,84	0,14	0,00
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	90.000,00	90.000,00	45.520,68	0,89	45.383,65	0,96	0,00
Outras Subfunções(inclui contr. Patronal)	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
TOTAL	5.537.000,00	6.444.574,57	5.131.770,42	100,00	4.732.083,96	100,00	0,00

1) Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4) Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012
5) Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012
6) No último bimestre, será utilizada a fórmula [VI(h+i) - (15 x IIIb)/100].
7) Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.16.2276], PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE Portaria Nº 403 de 2016

ANEXO 9 LRF SETEMBRO OUTUBRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS OP. CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Outubro 2017/BIMESTRE Setembro - Outubro

RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)
RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO (I)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	3.861.085,09	2.119.516,14	1.404.323,60	0,00	1.741.568,95
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	3.861.085,09	2.119.516,14	1.404.323,60	0,00	1.741.568,95
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-3.861.085,09 <(a-d)>	-2.119.516,14 <(b-e)>	-	-	-1.741.568,95 <(c-f)>

Notas:
1 < Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III>
2 Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.16.2276], PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE Portaria Nº 403 de 2016

ANEXO 8 LRF SETEMBRO OUTUBRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

ANEXO VIII

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Outubro 2017 / BIMESTRE Setembro - Outubro

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	(c) =(b/a)x100 (%)
1. RECEITAS DE IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1 - IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2 - Receitas Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1 - ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3 - Receitas Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.1 - ISS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4 - Receitas Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5 - Receitas Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1 - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
2. RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1 - Cota-Parte FPM	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I alínea b	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I alínea d	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.3 - Parcela referente à CF, art. 159, I alínea e	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2 - Cota-Parte ICMS	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3 - ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4 - Cota-Parte IPI-Exportação	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5 - Cota-Parte ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
2.6 - Cota-Parte IPVA	0,00	0,00	0,00	0,00
2.7 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00
3. TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.16.2276], PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE Portaria Nº 403 de 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

ANEXO VIII

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Outubro 2017 / BIMESTRE Setembro - Outubro

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	(c) =(b/a)x100 (%)
4. RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00
5. RECEITA DE TRANSFERÊNCIA DO FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.1 - Transferências do Salário-Educação	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2 - Transferências Diretas - PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3 - Transferências Diretas - PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4 - Transferências Diretas - PNATE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5 - Outras Transferências do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00
6. RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1 - Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
7. RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
8. OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00
9. TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS ADICIONAIS DO ENSINO (4+5+6+7+8)	0,00	0,00	0,00	0,00

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	(c) =(b/a)x100 (%)
10. RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.706.000,00	3.706.000,00	2.634.755,62	71,09
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.580.000,00	1.580.000,00	998.606,47	63,20
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	2.000.000,00	2.000.000,00	1.385.989,36	69,30
10.3 - ICMS - Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	8.000,00	8.000,00	6.095,20	76,19
10.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	0,00	0,00	0,00	0,00
10.5 - Cota-Parte ITR Destinada ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	60.000,00	60.000,00	203.190,63	338,65
10.6 - Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	58.000,00	58.000,00	40.873,96	70,47
11. RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.600.000,00	2.600.000,00	1.764.170,80	67,85
11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB	2.600.000,00	2.600.000,00	1.764.170,80	67,85
11.2 - Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
12. RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-1.106.000,00	-1.106.000,00	-870.584,82	0,00

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100	
13. PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	2.540.000,00	2.445.000,00	1.999.220,67	81,77	1.999.220,67	81,77	0,00
13.1 - Com Educação Infantil	640.000,00	710.000,00	569.956,59	80,28	569.956,59	80,28	0,00
13.2 - Com Ensino Fundamental	1.900.000,00	1.735.000,00	1.429.264,08	82,38	1.429.264,08	82,38	0,00
14. OUTRAS DESPESAS	788.000,00	923.000,00	852.101,61	92,32	852.101,61	92,32	0,00
14.1 - Com Educação Infantil	763.000,00	898.000,00	833.920,24	92,86	833.920,24	92,86	0,00
14.2 - Com Ensino Fundamental	25.000,00	25.000,00	18.181,37	72,73	18.181,37	72,73	0,00
15. TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13+14)	3.328.000,00	3.368.000,00	2.851.322,28	84,66	2.851.322,28	84,66	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.16.2276], PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

Portaria Nº 403 de 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

ANEXO VIII

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Outubro 2017 / BIMESTRE Setembro - Outubro

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB	Valor
16. RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
16.1 - FUNDEB 60%	0,00
16.2 - FUNDEB 40%	0,00
17. DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	0,00
17.1 - FUNDEB 60%	0,00
17.2 - FUNDEB 40%	0,00
18. TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16+17)	0,00

INDICADORES DO FUNDEB	Valor
19. TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15-18)	2.851.322,28
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério[1] ((13-(16.1+17.1))/(11)x100%)	113,32
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério ((14-(16.2+17.2))/(11)x100%)	48,30
19.3 - Máxima de 5% não Aplicado no Exercício (100-(19.1+19.2))%	-61,62

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQÜENTE	Valor
20. RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2016 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	0,00
21. DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2017[2]	0,00

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100	
22. EDUCAÇÃO INFANTIL	1.443.000,00	1.651.311,00	1.443.532,24	87,42	1.440.631,09	87,24	0,00
22.1 Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2 Pré-escola	1.443.000,00	1.651.311,00	1.443.532,24	87,42	1.440.631,09	87,24	0,00
22.2.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.403.000,00	1.608.000,00	1.403.876,83	87,31	1.403.876,83	87,31	0,00
22.2.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	40.000,00	43.311,00	39.655,41	91,56	36.754,26	84,86	0,00
23. ENSINO FUNDAMENTAL	3.287.000,00	3.619.690,00	2.995.735,63	82,76	2.741.278,17	75,73	0,00
23.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.925.000,00	1.760.000,00	1.447.445,45	82,24	1.447.445,45	82,24	0,00
23.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.362.000,00	1.859.690,00	1.548.290,18	83,26	1.293.832,72	69,57	0,00
24. ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25. ENSINO SUPERIOR	35.000,00	35.000,00	27.698,00	79,14	23.240,75	66,40	0,00
26. ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	40.000,00	40.500,00	8.696,78	21,47	8.696,78	21,47	0,00
27. OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28. TOTAL DESPESAS AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO (22+23+24+25+26+27)	4.805.000,00	5.346.501,00	4.475.662,65	83,71	4.213.846,79	78,82	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.16.2276], PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE Portaria Nº 403 de 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

ANEXO VIII

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Outubro 2017 / BIMESTRE Setembro - Outubro

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	Valor
29. RESULTADOS LÍQUIDOS DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	-870.584,82
30. DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
31. RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (49 h)	0,00
32. DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	0,00
33. DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
34. RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00
35. CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45g)	0,00
36. TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29+30+31+32+33+34+35)	-870.584,82
37. TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22+23)-36)	5.052.494,08
38. PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37)/(3)x100)% - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100	
39. DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS V	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40. DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41. DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO, '	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42. DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	101,08	0,00	101,08	0,00	0,00
43. TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENT(	50.000,00	50.000,00	101,08	0,20	101,08	0,20	0,00
44. TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28+43)	4.855.000,00	5.396.501,00	4.475.763,73	82,94	4.213.947,87	78,09	0,00

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM <ANO> (g)
45. RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
45.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
45.2 - Executados com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.16.2276], PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE Portaria Nº 403 de 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

ANEXO VIII

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Outubro 2017 / BIMESTRE Setembro - Outubro

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46. DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	160.579,36	0,00
47. (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.764.229,39	0,00
48. (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	2.070.185,88	0,00
48.1 - Orçamento do Exercício	2.070.185,88	0,00
48.2 - Restos a Pagar	0,00	0,00
49. (+) RECEITAS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	5.878,70	0,00
50. (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	-139.498,43	0,00
51. (+) Ajustes	142.064,53	0,00
51.1 Retenções	142.064,53	0,00
51.2 Conciliação Bancária	0,00	0,00
52. (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	2.566,10	0,00

1) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
2) Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."
3) Caput do artigo 212 da CF/1988
4) Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
5) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.
6) Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
7) Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.16.2276], PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE Portaria Nº 403 de 2016

ANEXO 6 LRF SETEMBRO OUTUBRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Outubro 2017/BIMESTRE Setembro - Outubro

RREO – ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Jan a Out 2017	Jan a Out 2016
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	26.623.204,38	17.594.997,61	17.984.965,07
Receita Tributária	3.010.000,00	1.900.369,67	2.502.705,12
IPTU	80.000,00	34.157,06	26.166,68
ISS	1.000.000,00	700.054,95	1.117.811,72
ITBI	1.300.000,00	478.898,68	743.393,41
IRRF	500.000,00	586.735,91	547.283,01
Taxas	120.000,00	100.523,07	68.050,30
Contribuição de Melhoria	10.000,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições	1.924.100,00	206.670,47	64.777,24
Receitas Previdenciárias	1.774.100,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	150.000,00	206.670,47	64.777,24
Receita Patrimonial Líquida	0,00	28.033,75	0,00
Receita Patrimonial	725.100,00	208.506,46	306.804,90
(-)Aplicações Financeiras	725.100,00	180.472,71	306.804,90
Transferências Correntes	21.473.740,00	14.856.735,73	15.230.514,40
LC 61/89	0,00	0,00	0,00
LC 87/96	32.000,00	24.381,10	32.929,22
Convênios	200.000,00	0,00	0,00
FPM	6.320.000,00	4.272.668,46	3.729.009,94
ICMS	8.000.000,00	5.543.958,42	6.082.411,10
IPVA	232.000,00	163.497,03	146.922,58
ITR	240.000,00	812.762,78	603.949,40
Outras Transferências Correntes	6.449.740,00	4.039.467,94	4.635.292,16
Demais Receitas Correntes	215.364,38	603.187,99	186.968,31
Dívida Ativa	39.537,00	58.087,83	27.772,72
Diversas Receitas Correntes	175.827,38	545.100,16	159.195,59
RECEITAS DE CAPITAL (II)	2.704.617,01	825.040,87	447.100,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	100.000,00	11.845,44	0,00
Transferências de Capital	2.578.246,66	813.195,43	447.100,00
Convênios	2.458.246,66	813.195,43	447.100,00
Outras Transferências de Capital	120.000,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	26.370,35	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI)=(II-III-IV-V)	2.604.617,01	813.195,43	447.100,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL(VII)=(I+VI)	29.227.821,39	18.408.193,04	18.432.065,07

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.16.2276], PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE Portaria Nº 403 de 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Outubro 2017/BIMESTRE Setembro - Outubro

RREO – ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Jan a Out 2017	Jan a Out 2016	Jan a Out 2017	Jan a Out 2016	Em 2017	Em 2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)	24.791.536,30	18.162.272,34	17.917.757,94	16.580.709,98	16.644.321,30	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	12.391.557,00	8.760.675,09	9.004.485,00	8.748.180,04	8.997.288,48	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	69.200,00	68.650,00	46.200,00	55.095,44	41.920,01	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	12.330.779,30	9.332.947,25	8.867.072,94	7.777.434,50	7.605.112,81	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII-IX)	24.722.336,30	18.093.622,34	17.871.557,94	16.525.614,54	16.602.401,29	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	3.861.085,09	2.119.516,14	3.295.747,56	1.404.323,60	2.334.071,26	0,00	0,00
Investimentos	3.652.985,09	1.912.188,58	3.120.420,00	1.260.411,27	2.177.601,96	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado(XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	208.100,00	207.327,56	175.327,56	143.912,33	156.469,30	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV)=(XI-XII-XIII-XIV)	3.652.985,09	1.912.188,58	3.120.420,00	1.260.411,27	2.177.601,96	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	100.000,00	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XVII)	1.300.300,00	-	-	-	-	-	-
DESPESAS PRIMÁRIAS TOTAL (XVIII)=(X+XV+XVI+XVII)	29.775.621,39	20.005.810,92	20.991.977,94	17.786.025,81	18.780.003,25	0,00	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX)=(VII-XVIII)	-547.800,00	-1.597.617,88	-2.559.912,87	622.167,23	-347.938,18	0,00	0,00
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS	

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.16.2276], PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE Portaria Nº 403 de 2016

ANEXO 5 LRF SETEMBRO OUTUBRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Outubro 2017/BIMESTRE Setembro - Outubro

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31 Dez 2016 (a)	Em 31 Ago 2017 (b)	Em 31 Out 2017 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.611.112,64	1.540.327,37	1.546.688,17
DEDUÇÕES (II)	3.420.865,98	2.331.613,87	3.133.724,62
Disponibilidade de Caixa	3.420.865,98	2.331.613,87	3.132.434,63
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.532.629,50	2.355.415,69	3.160.116,45
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	111.763,52	23.801,82	27.681,82
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	1.289,99
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III)=(I-II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	1.611.112,64	1.501.112,64	1.501.112,64
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III+IV-V)	-1.611.112,64	-1.501.112,64	-1.501.112,64

RESULTADO NOMINAL	PERIODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (VIc -VIb)	JAN A OUT 2017 (VIc - VIa)
RESULTADO NOMINAL	0,00	110.000,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.16.2276], PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE Portaria Nº 403 de 2016

ANEXO 4 LRF SETEMBRO OUTUBRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

PERIODO: Janeiro a Outubro 2017/BIMESTRE Setembro - Outubro

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) — R$ Milhares

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Out 2017	Jan a Out 2016
RECEITAS CORRENTES (I)	2.350.000,00	2.350.000,00	0,00	0,00
Receita de Contribuição dos Segurados	640.000,00	640.000,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	640.000,00	640.000,00	0,00	0,00
Ativo	640.000,00	640.000,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuição Patronais	927.100,00	927.100,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	839.000,00	839.000,00	0,00	0,00
Ativo	839.000,00	839.000,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Parcelamento de Débitos	88.100,00	88.100,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	525.100,00	525.100,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	525.100,00	525.100,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos	207.000,00	207.000,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	50.800,00	50.800,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	100,00	100,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.16.2276], PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE — Portaria Nº 403 de 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

PERIODO: Janeiro a Outubro 2017/BIMESTRE Setembro - Outubro

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) — R$ Milhares

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Out 2017	Jan a Out 2016
Demais Receitas Correntes	50.700,00	50.700,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (III) = (I+II)	2.350.000,00	2.350.000,00	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Jan a Out/2017	Jan a Out/2016	Jan a Out/2017	Jan a Out/2016	Em 2017	Em 2016
ADMINISTRAÇÃO (IV)	179.700,00	179.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	178.600,00	178.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	1.100,00	1.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (V)	870.000,00	870.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios Civil	870.000,00	870.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentados	480.000,00	480.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	350.000,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV+V)	1.049.700,00	1.049.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	1.300.300,00	1.300.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.16.2276], PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE — Portaria Nº 403 de 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

PERIODO: Janeiro a Outubro 2017/BIMESTRE Setembro - Outubro

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) R$ Milhares

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	1.300.300,00

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Plano Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	Em 2017	Em 2016
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	30.253,59
Investimentos e Aplicações	0,00	4.010.583,96
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00

PLANO FINANCEIRO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Out 2017	Jan a Out 2016
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuição dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.16.2276], PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE Portaria Nº 403 de 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

PERIODO: Janeiro a Outubro 2017/BIMESTRE Setembro - Outubro

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) R$ Milhares

Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuição Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Parcelamento de Débitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (X) = (VIII+IX)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Jan a Out/2017	Jan a Out/2016	Jan a Out/2017	Jan a Out/2016	Em 2017	Em 2016
ADMINISTRAÇÃO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.16.2276], PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE Portaria Nº 403 de 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

PERIODO: Janeiro a Outubro 2017/BIMESTRE Setembro - Outubro

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II)								R$ Milhares
Aposentados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS XIII) = (XI+XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XIV) = (X - XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Recursos para Cobertura de Insuficiência Financeira	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.16.2276], PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

Portaria Nº 403 de 2016

ANEXO 3 LRF SETEMBRO OUTUBRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

NOV/2016 A OUT/2017

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) R$ Milhares

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA
	NOV/2016	DEZ/2016	JAN/2017	FEV/2017	MAR/2017	ABR/2017	MAI/2017	JUN/2017	JUL/2017	AGO/2017	SET/2017	OUT/2017		
RECEITAS CORRENTES (I)	2.864.050,42	5.120.800,12	2.075.946,72	1.919.156,28	1.717.660,27	1.846.526,24	2.078.103,12	1.873.016,81	1.932.113,40	1.942.446,48	2.286.417,96	2.738.838,66	28.395.076,48	29.870.104,38
RECEITA TRIBUTÁRIA	103.995,84	126.662,79	72.761,72	279.626,97	150.252,11	203.419,15	201.104,32	142.074,39	174.386,63	134.911,24	155.336,32	386.496,82	2.131.028,30	3.010.000,00
IPTU	425,57	641,15	395,65	47,32	0,00	0,00	10,21	13.440,93	13.056,58	4.783,05	1.439,62	983,70	35.223,78	80.000,00
ISS	42.210,31	45.827,38	20.175,56	41.115,86	77.826,72	120.744,95	59.936,06	49.167,96	94.130,60	62.423,18	88.548,81	85.985,25	788.092,64	1.000.000,00
ITBI	2.443,93	17.640,00	600,00	166.628,36	722,58	1.468,80	66.086,70	2.824,94	2.413,21	900,00	0,00	237.254,09	498.982,61	1.300.000,00
IRRF	56.101,14	61.015,98	50.020,33	52.757,64	57.435,71	64.419,16	65.889,41	59.813,00	57.936,28	59.498,83	60.951,78	58.013,77	703.853,03	500.000,00
Outras receitas Tributárias	2.814,89	1.538,28	1.570,18	19.077,79	14.267,10	16.786,24	9.181,94	16.827,56	6.849,96	7.306,18	4.396,11	4.260,01	104.876,24	130.000,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	39.327,49	684.040,80	4.243,25	22.618,78	1.358,08	9.024,54	9.444,91	7.345,61	8.709,65	3.226,27	135.923,60	4.775,78	930.038,76	790.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	20.023,13	1.052.408,74	28.443,11	24.448,29	27.134,01	16.352,19	29.598,11	14.641,41	16.628,38	25.012,42	17.043,41	9.205,13	1.280.938,33	725.100,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇO	4.400,79	4.169,30	3.639,58	4.695,42	7.093,12	11.325,47	39.454,25	23.589,36	14.227,49	29.951,86	22.245,06	23.490,17	188.281,87	70.988,25
TRANSFERENCIAS CORRENTES	2.685.512,15	3.245.377,06	1.665.374,00	1.578.086,03	1.520.994,73	1.592.577,55	1.777.833,13	1.665.022,52	1.705.405,68	1.735.375,11	1.947.103,16	2.303.719,44	23.422.380,56	25.179.740,00
Cota Parte do FPM	796.354,94	1.244.896,13	530.773,08	680.134,06	425.731,48	512.934,05	581.835,15	536.286,61	692.428,59	469.737,94	394.421,66	446.992,31	7.312.526,00	7.900.000,00
Cota Parte do ICMS	1.266.011,26	907.658,50	775.286,47	432.769,82	754.608,44	577.882,69	745.956,28	649.668,86	607.089,39	836.658,45	899.045,04	650.982,34	9.103.617,54	10.000.000,00
Cota Parte do IPVA	6.773,97	6.406,66	12.105,45	32.063,83	11.374,66	27.147,19	32.673,27	10.019,03	36.759,76	16.754,10	15.052,46	10.421,24	217.551,62	290.000,00
Cota Parte do ITR	77.573,00	58.683,89	38.612,57	10.667,69	594,83	59.934,20	0,00	695,41	1.700,68	10.395,98	77.395,08	815.956,97	1.152.210,30	300.000,00
Transf. da LC 87/1996	3.732,83	3.732,83	3.047,63	3.047,63	3.047,63	3.047,63	3.047,63	3.047,63	3.047,63	3.047,63	3.047,63	3.047,63	37.941,96	40.000,00
Transf. da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferencias do FUNDEB	288.469,76	268.522,97	184.566,60	190.472,75	121.962,40	195.217,08	206.469,69	173.299,92	165.237,74	210.893,36	137.857,87	178.193,39	2.321.163,53	2.600.000,00
Outras Transferências Correntes	246.596,39	755.476,08	120.982,20	228.930,25	203.675,29	216.414,71	207.851,11	292.005,06	199.141,89	187.887,65	420.283,42	198.125,56	3.277.369,61	4.049.740,00
Outras Receitas Correntes	10.791,02	8.141,43	301.485,06	9.680,79	10.828,22	13.827,34	20.668,40	20.343,52	12.755,57	13.969,58	8.766,41	11.151,32	442.408,66	94.276,13
DEDUÇÕES (II)	430.089,10	1.049.733,30	271.964,96	231.736,53	239.071,34	236.189,07	272.702,37	239.943,45	212.556,89	267.318,71	277.792,28	385.480,02	4.114.578,02	4.346.100,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	661.874,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	661.874,56	640.000,00
Compens Financ. entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Dedução da Receita para Formação do FUNDEI	430.089,10	387.858,74	271.964,96	231.736,53	239.071,34	236.189,07	272.702,37	239.943,45	212.556,89	267.318,71	277.792,28	385.480,02	3.452.703,46	3.706.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I)-(II)	2.433.961,32	4.071.066,82	1.803.981,76	1.687.419,75	1.478.588,93	1.610.337,17	1.805.400,75	1.633.073,36	1.719.556,51	1.675.127,77	2.008.625,68	2.353.358,64	24.280.498,46	25.524.004,38

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.16.2276], PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

Portaria Nº 403 de 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 549/2017.

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA EFETUAR O REGIME DE ADIANTAMENTO À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 51 da Lei Federal nº 8.666/93.

RESOLVE;

Artigo 1º -Autorizar a Secretaria Municipal de Economia e Finanças conceder ao Sr. Ronaldo Martins de Amorim – Gerente de Cidade, adiantamento no valor de R$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais).

Artigo 2º - O adiantamento servirá para atender o disposto no Artigo 4º da Lei Municipal nº 032/2001 de 17 de agosto de 2001.

Artigo 3º - Os recursos serão destinados a aplicação nos elementos de despesas das seguintes dotações orçamentárias.

Secretária Municipal de Administração e Planejamento

02.03.01.04.122.5004.2012.3390.30– Material de Consumo R$ 800,00

02.03.01.04.122.5004.2012.3390.39 – Outros Serv.de Terc.– Pessoa Jur. R$ 800,00

Artigo 4º -A prestação de Contas deverá ser efetuada dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento do numerário à Tesouraria.

Artigo 5º -Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 550/2017.

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA EFETUAR O REGIME DE ADIANTAMENTO À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA,Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 51 da Lei Federal nº 8.666/93.

RESOLVE;

Artigo 1º -Autorizar a Secretaria Municipal de Economia e Finanças conceder ao Sr. Roque Pereira Neto–Assessor Jurídico, adiantamento no valor de R$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais).

Artigo 2º - O adiantamento servirá para atender o disposto no Artigo 4º da Lei Municipal nº 032/2001 de 17 de agosto de 2001.

Artigo 3º - Os recursos serão destinados a aplicação nos elementos de despesas das seguintes dotações orçamentárias.

Secretária Municipal de Administração e Planejamento

02.03.01.04.122.5002.2007.3390.30– Material de Consumo R$ 800,00

02.03.01.04.122.5002.2007.3390.39 – Outros Serv.de Terc.– Pessoa Jur. R$ 800,00

Artigo 4º -A prestação de Contas deverá ser efetuada dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento do numerário à Tesouraria.

Artigo 5º -Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA N.º 551/2017.

DESIGNA SERVIDORA PARA PRESTAR SERVIÇOS NA EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS DOS SERVIDORES DO QUADRO DESTA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando a necessidade da efetiva prestação de serviços por parte da servidora ocupante do cargo de Assistente Social para a emissão de Laudos Técnicos conforme regulamenta o Decreto N°049/2015 de 02 de outubro de 2015;

RESOLVE:

Artigo 1º- Designar a servidora Sonia Maria Alves Ferreira - ocupante do cargo de Assistente Social para desempenhar suas funções na emissão de Laudos Técnicos dos Servidores do Quadro desta Prefeitura para avaliar requerimentos de servidores protocolados ao Departamento de Recursos Humanos nos Termos do Artigo 81. II da Lei Municipal N° 055/2001.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

EM: 28 DE NOVEMBRO DE 2.017

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme disposto na Legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

ANEXO 2 LRF SETEMBRO OUTUBRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Outubro 2017/BIMESTRE

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			BIMESTRE	ATÉ BIMESTRE	%		BIMESTRE	ATÉ BIMESTRE	%		
		(a)		(b)	(b/total b)	(c) = (a-b)		(d)	(d/total d)	(e) = (a-d)	(f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	29.090.821,39	28.958.321,39	2.505.582,90	19.425.151,43	95,78	9.533.169,96	3.170.185,11	17.128.396,53	95,24	11.829.924,86	0,00
Legislativa	1.260.000,00	1.377.000,00	0,00	0,00	0,00	1.377.000,00	0,00	0,00	0,00	1.377.000,00	0,00
Ação Legislativa	1.260.000,00	1.377.000,00	0,00	0,00	0,00	1.377.000,00	0,00	0,00	0,00	1.377.000,00	0,00
Administração	3.137.150,00	3.628.980,00	390.594,63	3.039.237,97	14,99	589.742,03	527.353,43	2.657.372,67	14,78	971.607,33	0,00
Administração Geral	2.260.800,00	2.703.320,00	295.362,40	2.249.323,31	11,09	453.996,69	391.705,89	1.971.104,67	10,96	732.215,33	0,00
Administração Financeira	832.000,00	915.310,00	91.432,23	784.864,66	3,87	130.445,34	131.847,54	681.218,00	3,79	234.092,00	0,00
Controle Interno	3.000,00	3.000,00	0,00	1.250,00	0,01	1.750,00	0,00	1.250,00	0,01	1.750,00	0,00
Normatização e Fiscalização	35.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
Comunicação Social	6.350,00	6.350,00	3.800,00	3.800,00	0,02	2.550,00	3.800,00	3.800,00	0,02	2.550,00	0,00
Assistência Social	1.671.219,25	1.577.336,05	128.356,29	972.900,09	4,80	604.435,96	161.968,07	850.090,04	4,73	727.246,01	0,00
Assistência ao Idoso	6.000,00	5.100,00	0,00	3.368,36	0,02	1.731,64	0,00	3.368,36	0,02	1.731,64	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	22.000,00	27.300,00	1.858,46	18.774,89	0,09	8.525,11	1.617,37	16.146,58	0,09	11.153,42	0,00
Assistência Comunitária	1.643.219,25	1.544.936,05	126.497,83	950.756,84	4,69	594.179,21	160.350,70	830.575,10	4,62	714.360,95	0,00
Previdência Social	1.049.600,00	1.049.600,00	0,00	0,00	0,00	1.049.600,00	0,00	0,00	0,00	1.049.600,00	0,00
Previdência do Regime Estatutário	1.049.600,00	1.049.600,00	0,00	0,00	0,00	1.049.600,00	0,00	0,00	0,00	1.049.600,00	0,00
Saúde	5.592.000,00	6.529.679,57	734.093,49	5.216.874,42	25,72	1.312.805,15	854.558,13	4.803.003,96	26,71	1.726.675,61	0,00
Administração Geral	720.000,00	553.000,00	38.662,53	432.640,69	2,13	120.359,31	54.906,39	408.771,42	2,27	144.228,58	0,00
Atenção Básica	4.472.000,00	5.618.952,32	668.765,92	4.669.854,26	23,02	949.098,06	754.756,35	4.281.131,90	23,80	1.337.820,42	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	186.000,00	153.627,25	14.629,99	61.780,95	0,30	91.846,30	32.842,85	60.939,15	0,34	92.688,10	0,00
Vigilância Sanitária	124.000,00	114.100,00	606,00	7.077,84	0,03	107.022,16	306,00	6.777,84	0,04	107.322,16	0,00
Alimentação e Nutrição	90.000,00	90.000,00	11.429,05	45.520,68	0,22	44.479,32	11.746,54	45.383,65	0,25	44.616,35	0,00
Educação	5.863.200,00	6.143.101,00	766.691,96	4.766.698,70	23,50	1.376.402,30	851.146,83	4.466.907,72	24,84	1.676.193,28	0,00
Administração Geral	918.000,00	712.200,00	65.222,42	365.750,95	1,80	346.449,05	72.379,16	353.408,76	1,97	358.791,24	0,00
Alimentação e Nutrição	313.000,00	317.500,00	46.423,46	195.035,87	0,96	122.464,13	25.739,76	171.968,17	0,96	145.531,83	0,00
Ensino Fundamental	3.159.500,00	3.507.890,00	370.143,03	2.847.011,80	14,04	660.878,20	463.616,49	2.592.554,34	14,42	915.335,66	0,00
Ensino Profissional	40.000,00	40.500,00	4.800,00	8.696,78	0,04	31.803,22	4.800,00	8.696,78	0,05	31.803,22	0,00
Ensino Superior	35.000,00	35.000,00	4.659,00	27.698,00	0,14	7.302,00	6.048,80	23.240,75	0,13	11.759,25	0,00
Educação Infantil	1.331.000,00	1.424.311,00	253.118,83	1.249.628,87	6,16	174.682,13	253.196,14	1.246.727,72	6,93	177.583,28	0,00
Educação de Jovens e Adultos	66.700,00	105.700,00	22.325,22	72.876,43	0,36	32.823,57	25.366,48	70.311,20	0,39	35.388,80	0,00
Cultura	75.000,00	97.102,00	2.986,00	78.796,37	0,39	18.305,63	2.986,00	78.796,37	0,44	18.305,63	0,00
Difusão Cultural	75.000,00	97.102,00	2.986,00	78.796,37	0,39	18.305,63	2.986,00	78.796,37	0,44	18.305,63	0,00
Direitos da Cidadania	3.500,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	3.500,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00
Urbanismo	5.382.395,14	4.746.721,14	422.554,66	3.885.634,32	19,16	861.086,82	490.628,45	3.259.400,25	18,12	1.487.320,89	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.16.2276], PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE Portaria Nº 403 de 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Outubro 2017/BIMESTRE

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			BIMESTRE	ATÉ BIMESTRE	%		BIMESTRE	ATÉ BIMESTRE	%		
		(a)		(b)	(b/total b)	(c) = (a-b)		(d)	(d/total d)	(e) = (a-d)	(f)
Serviços Urbanos	5.352.395,14	4.716.721,14	422.554,66	3.885.634,32	19,16	831.086,82	490.628,45	3.259.400,25	18,12	1.457.320,89	0,00
Habitação Urbana	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00
Saneamento	305.000,00	649.270,00	14.919,44	627.100,25	3,09	22.169,75	98.678,88	331.922,29	1,85	317.347,71	0,00
Serviços Urbanos	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	290.000,00	606.970,00	14.919,44	589.800,25	2,91	17.169,75	98.678,88	294.622,29	1,64	312.347,71	0,00
Abastecimento	10.000,00	37.300,00	0,00	37.300,00	0,18	0,00	0,00	37.300,00	0,21	0,00	0,00
Gestão Ambiental	134.200,00	17.200,00	0,00	0,00	0,00	17.200,00	0,00	0,00	0,00	17.200,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	134.200,00	17.200,00	0,00	0,00	0,00	17.200,00	0,00	0,00	0,00	17.200,00	0,00
Agricultura	392.000,00	310.950,00	24.338,65	128.655,21	0,63	182.294,79	34.107,91	117.837,13	0,66	193.112,87	0,00
Saneamento Básico Urbano	40.000,00	36.500,00	0,00	0,00	0,00	36.500,00	0,00	0,00	0,00	36.500,00	0,00
Promoção da Produção Vegetal	352.000,00	274.450,00	24.338,65	128.655,21	0,63	145.794,79	34.107,91	117.837,13	0,66	156.612,87	0,00
Indústria	171.857,00	151.767,00	0,00	55.062,27	0,27	96.704,73	0,00	55.062,27	0,31	96.704,73	0,00
Promoção Industrial	171.857,00	151.767,00	0,00	55.062,27	0,27	96.704,73	0,00	55.062,27	0,31	96.704,73	0,00
Comércio e Serviços	1.000.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00
Turismo	1.000.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00
Energia	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00
Energia Elétrica	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00
Transporte	398.000,00	57.692,75	7.108,00	31.598,00	0,16	26.094,75	7.524,25	27.303,79	0,15	30.388,96	0,00
Administração Geral	200.000,00	14.672,75	7.108,00	13.598,00	0,07	1.074,75	5.000,00	11.490,00	0,06	3.182,75	0,00
Transporte Rodoviário	198.000,00	43.020,00	0,00	18.000,00	0,09	25.020,00	2.524,25	15.813,79	0,09	27.206,21	0,00
Desporto e Lazer	952.400,00	882.621,88	9.889,78	312.149,24	1,54	570.472,64	103.369,27	247.225,24	1,37	635.396,64	0,00
Desporto Comunitário	952.400,00	882.621,88	9.889,78	312.149,24	1,54	570.472,64	103.369,27	247.225,24	1,37	635.396,64	0,00
Encargos Especiais	283.000,00	311.500,00	4.050,00	310.444,59	1,53	1.055,41	37.863,89	233.474,80	1,30	78.025,20	0,00
Serviço da Dívida Interna	273.000,00	277.000,00	4.050,00	275.977,56	1,36	1.022,44	37.863,89	199.007,77	1,11	77.992,23	0,00
Outros Encargos Especiais	10.000,00	34.500,00	0,00	34.467,03	0,17	32,97	0,00	34.467,03	0,19	32,97	0,00
Reserva de Contingência	1.400.300,00	1.400.300,00	0,00	0,00	0,00	1.400.300,00	0,00	0,00	0,00	1.400.300,00	0,00
Reserva de Contingência	1.400.300,00	1.400.300,00	0,00	0,00	0,00	1.400.300,00	0,00	0,00	0,00	1.400.300,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	962.100,00	1.094.600,00	173.209,87	856.637,05	4,22	237.962,95	173.209,87	856.637,05	4,76	237.962,95	0,00
Legislativa	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00
Ação Legislativa	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00
Administração	172.000,00	202.000,00	34.123,58	163.265,49	0,80	38.734,51	34.123,58	163.265,49	0,91	38.734,51	0,00
Administração Geral	112.000,00	142.000,00	25.039,42	114.909,05	0,57	27.090,95	25.039,42	114.909,05	0,64	27.090,95	0,00
Administração Financeira	60.000,00	60.000,00	9.084,16	48.356,44	0,24	11.643,56	9.084,16	48.356,44	0,27	11.643,56	0,00
Assistência Social	29.000,00	43.000,00	6.396,86	32.591,50	0,16	10.408,50	6.396,86	32.591,50	0,18	10.408,50	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.16.2276], PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE Portaria Nº 403 de 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Outubro 2017/BIMESTRE

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			BIMESTRE	ATÉ BIMESTRE (b)	% (b/total b)		BIMESTRE	ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/total d)		
Assistência Comunitária	29.000,00	43.000,00	6.396,86	32.591,50	0,16	10.408,50	6.396,86	32.591,50	0,18	10.408,50	0,00
Previdência Social	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00
Previdência do Regime Estatutário	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00
Saúde	192.000,00	240.000,00	41.843,14	216.075,68	1,07	23.924,32	41.843,14	216.075,68	1,20	23.924,32	0,00
Administração Geral	40.000,00	40.000,00	3.251,15	32.701,51	0,16	7.298,49	3.251,15	32.701,51	0,18	7.298,49	0,00
Atenção Básica	142.000,00	195.000,00	38.591,99	183.374,17	0,90	11.625,83	38.591,99	183.374,17	1,02	11.625,83	0,00
Vigilância Sanitária	10.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
Educação	441.000,00	487.000,00	76.861,91	377.348,90	1,86	109.651,10	76.861,91	377.348,90	2,10	109.651,10	0,00
Administração Geral	55.000,00	45.000,00	6.094,54	28.650,96	0,14	16.349,04	6.094,54	28.650,96	0,16	16.349,04	0,00
Ensino Fundamental	270.000,00	205.000,00	31.194,83	148.824,91	0,73	56.175,09	31.194,83	148.824,91	0,83	56.175,09	0,00
Educação Infantil	112.000,00	227.000,00	38.048,70	193.903,37	0,96	33.096,63	38.048,70	193.903,37	1,08	33.096,63	0,00
Educação de Jovens e Adultos	4.000,00	10.000,00	1.523,84	5.969,66	0,03	4.030,34	1.523,84	5.969,66	0,03	4.030,34	0,00
Urbanismo	69.000,00	69.000,00	11.614,97	58.402,78	0,29	10.597,22	11.614,97	58.402,78	0,32	10.597,22	0,00
Serviços Urbanos	69.000,00	69.000,00	11.614,97	58.402,78	0,29	10.597,22	11.614,97	58.402,78	0,32	10.597,22	0,00
Agricultura	10.000,00	10.000,00	2.369,41	8.245,40	0,04	1.754,60	2.369,41	8.245,40	0,05	1.754,60	0,00
Promoção da Produção Vegetal	10.000,00	10.000,00	2.369,41	8.245,40	0,04	1.754,60	2.369,41	8.245,40	0,05	1.754,60	0,00
Indústria	6.000,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00
Promoção Industrial	6.000,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00
Desporto e Lazer	3.000,00	3.000,00	0,00	707,30	0,00	2.292,70	0,00	707,30	0,00	2.292,70	0,00
Desporto Comunitário	3.000,00	3.000,00	0,00	707,30	0,00	2.292,70	0,00	707,30	0,00	2.292,70	0,00
TOTAL (III)=(I+II)	30.052.921,39	30.052.921,39	2.678.792,77	20.281.788,48	100,00	9.771.132,91	3.343.394,98	17.985.033,58	100,00	12.067.887,81	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.16.2276], PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE Portaria Nº 403 de 2016

ANEXO 1 LRF SETEMBRO OUTUBRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Outubro 2017/BIMESTRE Setembro - Outubro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	%	JAN A OUT	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
RECEITAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	28.868.721,39	28.868.721,39	4.364.914,82	15,12	18.600.511,19	64,43	10.268.210,20
RECEITAS CORRENTES	26.164.104,38	26.164.104,38	4.361.984,32	16,67	17.775.470,32	67,94	8.388.634,06
RECEITA TRIBUTARIA	3.010.000,00	3.010.000,00	541.833,14	18,00	1.900.369,67	63,14	1.109.630,33
Impostos	2.880.000,00	2.880.000,00	533.177,02	18,51	1.799.846,60	62,49	1.080.153,40
Taxas	120.000,00	120.000,00	8.656,12	7,21	100.523,07	83,77	19.476,93
Contribuicao de Melhoria	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
RECEITA DE CONTRIBUICOES	790.000,00	790.000,00	140.699,38	17,81	206.670,47	26,16	583.329,53
Contribuicoes Sociais	640.000,00	640.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	640.000,00
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	150.000,00	150.000,00	140.699,38	93,80	206.670,47	137,78	-56.670,47
RECEITA PATRIMONIAL	725.100,00	725.100,00	26.248,54	3,62	208.506,46	28,76	516.593,54
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	8.000,00	0,00	28.033,75	0,00	-28.033,75
Receitas de Valores Mobiliários	725.100,00	725.100,00	18.248,54	2,52	180.472,71	24,89	544.627,29
Receitas de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Dom	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas da Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	70.988,25	70.988,25	45.735,23	64,43	179.711,78	253,16	-108.723,53
Receita de Serviços	70.988,25	70.988,25	45.735,23	64,43	179.711,78	253,16	-108.723,53
TRANSFERENCIAS CORRENTES	21.473.740,00	21.473.740,00	3.587.550,30	16,71	14.856.735,73	69,19	6.617.004,27
Transferências Intergovernamentais	21.273.740,00	21.273.740,00	3.587.550,30	16,86	14.856.735,73	69,84	6.417.004,27
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	94.276,13	94.276,13	19.917,73	21,13	423.476,21	449,19	-329.200,08
Multas e Juros de Mora	30.189,60	30.189,60	4.881,14	16,17	19.126,02	63,35	11.063,58
Indenizações e Restituições	10.268,82	10.268,82	0,00	0,00	297.661,36	898,69	-287.392,54
Receita da Dívida Ativa	39.537,00	39.537,00	3.673,11	9,29	58.087,83	146,92	-18.550,83
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuar	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00
Receitas Correntes Diversas	14.080,71	14.080,71	11.363,48	80,70	48.601,00	345,16	-34.520,29
RECEITAS DE CAPITAL	2.704.617,01	2.704.617,01	2.930,50	0,11	825.040,87	30,50	1.879.576,14
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	100.000,00	100.000,00	2.930,50	2,93	11.845,44	11,85	88.154,56
Alienação de Bens Móveis	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Alienação de Bens Imóveis	50.000,00	50.000,00	2.930,50	5,86	11.845,44	23,69	38.154,56
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	2.578.246,66	2.578.246,66	0,00	0,00	813.195,43	31,54	1.765.051,23
Transferências Intergovernamentais	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Outras Instit. Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	2.458.246,66	2.458.246,66	0,00	0,00	813.195,43	33,08	1.645.051,23
Transferência para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.16.2276], PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE Portaria Nº 403 de 2016

Nota Explicativa

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Outubro 2017/BIMESTRE Setembro - Outubro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	%	JAN A OUT	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	26.370,35	26.370,35	0,00	0,00	0,00	0,00	26.370,35
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dív. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Auferida por Detentores de Títulos do Tesouro Nacional Resgatados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Certificados de Potencial Adicional de Construção-C	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	26.370,35	26.370,35	0,00	0,00	0,00	0,00	26.370,35
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	1.184.200,00	1.184.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.184.200,00
Receita de Contribuições	1.134.100,00	1.134.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.134.100,00
ReceitaPatrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	50.100,00	50.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.100,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	30.052.921,39	30.052.921,39	4.364.914,82	14,52	18.600.511,19	61,89	11.452.410,20
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	30.052.921,39	30.052.921,39	4.364.914,82	14,52	18.600.511,19	61,89	11.452.410,20
DÉFICIT (VI)							
TOTAL (VII) = (V+VI)	30.052.921,39	30.052.921,39	4.364.914,82	14,52	18.600.511,19	61,89	11.452.410,20
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00			0,00		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS		0,00			0,00		
Superávit Financeiro		0,00			0,00		
Reabertura de Créditos Adicionais		0,00			0,00		

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.16.2276], PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE Portaria Nº 403 de 2016

Nota Explicativa

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Outubro 2017/BIMESTRE Setembro - Outubro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1°) R$ 1

DESPESAS	DOTACAO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS JAN A OUT (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A OUT (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS² (k)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(VIII)	27.790.421,39	27.657.921,39	2.505.582,90	19.425.151,43	8.232.769,96	3.170.185,11	17.128.396,53	10.529.524,86	16.723.376,59	0,00
DESPESAS CORRENTES	20.562.974,73	23.696.936,30	2.476.566,68	17.305.635,29	6.391.301,01	2.975.939,45	15.724.072,93	7.972.863,37	15.319.052,99	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.797.957,00	11.296.957,00	1.565.763,45	7.904.038,04	3.392.918,96	1.553.436,27	7.891.542,99	3.405.414,01	7.845.967,46	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DíVIDA	65.200,00	69.200,00	4.050,00	68.650,00	550,00	11.745,05	55.095,44	14.104,56	55.095,44	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.699.817,73	12.330.779,30	906.753,23	9.332.947,25	2.997.832,05	1.410.758,13	7.777.434,50	4.553.344,80	7.417.990,09	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	7.127.446,66	3.860.985,09	29.016,22	2.119.516,14	1.741.468,95	194.245,66	1.404.323,60	2.456.661,49	1.404.323,60	0,00
INVESTIMENTOS	6.919.446,66	3.652.985,09	29.016,22	1.912.188,58	1.740.796,51	168.126,82	1.260.411,27	2.392.573,82	1.260.411,27	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	208.000,00	208.000,00	0,00	207.327,56	672,44	26.118,84	143.912,33	64.087,67	143.912,33	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	962.100,00	1.094.600,00	173.209,87	856.637,05	237.962,95	173.209,87	856.637,05	237.962,95	775.165,96	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X)=(VIII+IX)	28.752.521,39	28.752.521,39	2.678.792,77	20.281.788,48	8.470.732,91	3.343.394,98	17.985.033,58	10.767.487,81	17.498.542,55	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	100,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	100,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	100,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII)=(X+XI)	28.752.621,39	28.752.621,39	2.678.792,77	20.281.788,48	8.470.832,91	3.343.394,98	17.985.033,58	10.767.587,81	17.498.542,55	0,00
SUPERÁVIT (XIII)				0,00			615.477,61		1.101.968,64	
TOTAL (XIV)=(XII + XIII)	28.752.621,39	28.752.621,39	2.678.792,77	20.281.788,48		3.343.394,98	18.600.511,19		18.600.511,19	0,00
RESERVA DO RPPS	1.300.300,00	1.300.300,00	0,00	0,00	1.300.300,00	0,00	0,00	1.300.300,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.16.2276], PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE Portaria Nº 403 de 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

AVISO RESULTADO TOMADA DE PREÇOS 004/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 029/2017

PREGÃO PRESENCIAL N° 031/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2017

A presente licitação tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS BETUMINOSOS, ASFALTO DILUIDO CM-30 OU SIMILIAR; EMULSÃO ASFALTICA RR-2C OU SIMILAR; BRITA Nº 01, BRITA Nº0, AREIA LAVADA E CIMENTO PORTALAND CPII - 32 PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA EM RUAS E AVENIDAS DO MUNICIPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT.**

Aos vinte e um dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete (21/11/2017) Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA/MT,** situada na Av. Araguaia, inscrita no CNPJ: 03.918.869/0001-08 neste ato, representada pela sua Prefeita Sra. **JANAILZA TAVEIRA LEITE**, brasileira, casada, Advogada, portador do RG nº 53.204.353-4 SSP/SP e CPF Nº 049.351.084/28, doravante denominada GERENCIADORA e as empresas: **BRITASA MINERADORA CONFRESA LTDA, CNPJ: 02.943.563/0001-49**, representado por SANDRO MOACIR HERTER, portador do CPF nº. 935.974.361-53; empresa: **MANOEL RODRIGUES LOPES – ME, CNPJ: 86.764.990/0001-50**; representada pelo seu Diretor Sócio, senhor Manoel Rodrigues Lopes portador do CPF nº. 317.950.801-91; empresa**: EMAM – EMULSOES E TRANSPORTES LTDA, CNPJ: 04.420.916/0003-13**,representado via procuração pelo senhor Daniel Ribeiro Marques portador do CPF nº. 690.904.671-49; doravante denominados FORNECEDORES, **ACORDAM** proceder, nos termos do Edital de Pregão nº 031/2017, ao **REGISTRO DE PREÇOS,** com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, conforme as Lei n. 10.520/2002, Decreto n.º 7.892/2013 e da Lei 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.0. Este instrumento não obriga ao ÓRGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Quadro de produtos a ser fornecido nesta ata.

EMPRESA:

EMAM – EMULSOES E TRANSPORTES LTDA, CNPJ: 04.420.916/0003-13.

1.1.1. Quadro conforme os itens vencedores por este fornecedor.

ITEM	UN	QUANT.	DESCRIÇÃO	MEDIA	VALOR FINAL

1.	**TON**	**190**	**ASFALTO DILUIDO CM-30 OU SIMILAR**	4.500,00	855.000,00
2.	**TON**	**560**	**EMULSÃO ASFALTICA RR-2C OU SIMILAR**	2.850,00	1.596.000,00

EMPRESA:

BRITASA MINERADORA CONFRESA LTDA, CNPJ: 02.943.563/0001-49.

1.1.1. Quadro conforme os itens vencedores por este fornecedor

1.	**TON**	**6.900**	**BRITA Nº 01**	204,83	1.413.327,00
2.	**TON**	**1.900**	**BRITA N.0**	209,83	398.677,00

EMPRESA:

MANOEL RODRIGUES LOPES – ME, CNPJ: 86.764.990/0001 - 50.

1.1.1. Quadro conforme os itens vencedores por este fornecedor

1.	**M3.**	**2.300**	**AREIA LAVADA**	40,00	92.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.0. A presente Ata terá validade até dia 22/11/2018, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada conforme Decreto 7.892/2013.

2.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.0. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia-MT.

CLÁUSULA QUARTA –DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4.0. Os materiais deverão ser fornecidos conforme solicitação dos Órgãos do Poder Executivo Municipal, conforme inicialmente informado no Edital.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5.0. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. Os materiais registrados neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.

5.2. A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolve-la à esta Prefeitura no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da data do seu recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.0. Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida, em especial com o FGTS e o INSS;

6.1. A empresa se obrigará em um prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a solucionar quaisquer problemas com os materiais fornecidos, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado;

6.2. O fornecedor fica obrigado a aceitar nas mesmas condições de fornecimento acréscimos de até 25% do valor total da Ata de Registro de Preços;

6.3. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura, de acordo com o especificado nesta Ata e no Edital e seus Anexo, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência a Prefeitura, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante ao fornecimento do serviço, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta do serviço cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento dos materiais objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

VII - comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento do serviço a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelaPrefeitura;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 3(três) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7.0. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao Órgão, ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura;

II - toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas a Prefeitura por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Órgão/Entidades, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente.

7.1. A CONTRATADA autoriza ao Órgão/Entidade, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

8.0. A Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia, obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os materiais.

II - permitir ao pessoal da contratada, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos;

IV - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta ata.

8.1. Caberá à Prefeiturapromover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

8.2 – A Contratante nomeará através de Portaria, profissional devidamente instruído, com a finalidade de fiscalizar a prestação de serviços descritos neste Contrato, onde o mesmo poderá relatar ao gestor as infrações cometidas pela Contratada, bem como o andamento dos mesmos, emitindo relatório mensal e atesto em faturas ou notas fiscais com a finalidade de manter a regularidade do fornecimento dos materiais, podendo impugnar os materiais que estejam mal executados, correndo as despesas oriundas destes serviços por conta da CONTRATADA;

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.0. O Órgão/Entidade efetuará o pagamento à CONTRATADA, através de crédito em conta corrente mantida pela CONTRATADA, preferencialmente em, até 10 (dez) dias uteis contado a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura, requisições e relatório do fiscal do contrato, discriminativa acompanhada da correspondente Ordem de Fornecimento, com o respectivo comprovante, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Nota de Empenho, o fornecedor deverá emitir **uma única nota fiscal/fatura.**

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta “ON-LINE” da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa e caso não seja cadastrado, deverá apresentar Certidão Negativa de FGTS e INSS;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DEZ – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10.0 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão aos preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura, solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia.

CLÁUSULA ONZE – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.0. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em qualquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.1. *Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.*

11.2. *No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.*

11.3. *A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.*

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DOZE - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.0. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias ao fornecimento dos materiais.

CLÁUSULA TREZE - DAS PENALIDADES

13.0. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) advertência;

II) multa;

III) suspensão temporária para licitar e contratar com a Prefeitura Muncipal de São Félix do Araguaia, por período de até 5 (cinco) anos;

IV) declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo a Prefeitura e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. A CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento)sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá a Prefeitura, a partir do 6º (sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando a contratada impedida de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com esta Prefeitura pelo prazo de até 05 (cinco) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos à .

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se a CONTRATADA descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao Órgão/Entidade;

b) se a CONTRATADA sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;

c) se a CONTRATADA tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II desta Cláusula.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa da CONTRATADA, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA QUATORZE - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.0. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA QUINZE - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.0. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta de dotação orçamentária prevista para os órgãos e entidades, no exercicio de 2017/18, sendo elas:

Órgão: 04 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Unidade: 01 – Departamento de ADM de Obras e Serviços Urbanos

Projeto Atividade – 1.122 Pavimentação asfaltica e construção de meio fio

Dotação 4.4.90.51 – Obras e Instalações

Codigo Reduzido – 133

CLÁUSULA DEZESSEIS - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.0 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - integram esta Ata, o Edital de Pregão nº 031/2017 e seus anexos e as propostas da empresas classificadas para cada grupo, por ITEM, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA DEZESSETE - DO FORO

As partes contratantes elegem o foro de São Félix do Araguaia /MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

São Félix do Araguaia - MT, 21 de novembro de 2017.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL

GERENCIADOR

EMPRESAS: FORNECEDORAS:

BRITASA MINERADORA CONFRESA LTDA

CNPJ: 02.943.563/0001-49

SANDRO MOACIR HERTER

CPF nº. 935.974.361-53

MANOEL RODRIGUES LOPES – ME

CNPJ: 86.764.990/0001-50

MANOEL RODRIGUES LOPES

CPF nº. 317.950.801-91

EMAM – EMULSOES E TRANSPORTES LTDA

CNPJ: 04.420.916/0003-13

CPF nº. 690.904.671-49;

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve **Homologar**, com fundamento no Decreto Municipal nº 19/13, de 14 de Março de 2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços no âmbito do Município de São Félix do Araguaia - MT, o procedimento licitatório, na modalidade de Pregão Presencial 031/2017, **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS BETUMINOSOS, ASFALTO DILUIDO CM-30 OU SIMILIAR; EMULSÃO ASFALTICA RR-2C OU SIMILAR; BRITA Nº 01, BRITA Nº0, AREIA LAVADA E CIMENTO PORTALAND CPII - 32 PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA EM RUAS E AVENIDAS DO MUNICIPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT,** conforme necessidade da Administração Municipal, ou, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços observado às características e demais condições definidas no edital e seus anexos.

Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia - MT, aos 22 de novembro de 2017.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N°029/2017

Processo nº 057/2017 cujo objeto Pregão Presencial 031/2017. **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS BETUMINOSOS, ASFALTO DILUIDO CM-30 OU SIMILIAR; EMULSÃO ASFALTICA RR-2C OU SIMILAR; BRITA Nº 01, BRITA Nº0, AREIA LAVADA E CIMENTO PORTALAND CPII - 32 PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA EM RUAS E AVENIDAS DO MUNICIPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT,** conforme especificações e quantidades descritas no termo de referência - anexo I).” pelo período de 12 meses, Portanto Sagraram-se vencedora do certame as Empresas: **BRITASA MINERADORA CONFRESA LTDA, CNPJ: 02.943.563/0001-49**, representado por SAN-

DRO MOACIR HERTER, portador do CPF nº. 935.974.361-53, vencedora dos Itens: 3 e 4; empresa: **MANOEL RODRIGUES LOPES – ME, CNPJ: 86. 764.990/0001-50**; representada pelo seu Diretor Sócio, senhor Manoel Rodrigues Lopes portador do CPF nº. 317.950.801-91 vencedora do Item 06; empresa**: EMAM – EMULSOES E TRANSPORTES LTDA, CNPJ: 04.420.916/0003-13**,representado via procuração pelo senhor Daniel Ribeiro Marques portador do CPF nº. 690.904.671-49 vencedora dos itens: 1 e 2; doravante denominados FORNECEDORES; FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 10. 520/2002 e Lei nº 8.666/93. A ata com os valores licitados ofertados pelas empresas vencedoras do certame e demais especificações encontrar-se disponibilizada para consulta, nesta Prefeitura.

São Félix do Araguaia – MT, 21 de novembro de 2017.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO Nº 109/2017

PROCESSO Nº 0057/2017

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia - MT

OBJETO “REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS BETUMINOSOS, ASFALTO DILUIDO CM-30 OU SIMILIAR; EMULSÃO ASFALTICA RR-2C OU SIMILAR PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA EM RUAS E AVENIDAS DO MUNICIPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT”.

Empresa: EMAM – EMULSÕES E TRANSPORTES LTDA CNPJ: 04.420.916/0003-13

Valor Global dos itens 1 e 2: é fixado em R$ 2.451.000,00(dois milhões quatrocentos e cinquenta e um mil reais).

Período: 22/11/2017 a 22/11/2018.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO Nº 110/2017

PROCESSO Nº 0057/2017

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia - MT

OBJETO “REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BRITA Nº 01 BRITA Nº0, PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA EM RUAS E AVENIDAS DO MUNICIPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT”.

Empresa: MINERADORACONFRESA LTDA CNPJ: 02.943.353/0001-49

Valor Global dos itens: 3 e 4 é fixado em R$ 1.812.004,00(Um milhão oitocentos e doze mil reais e quatro centavos).

Período: 22/11/2017 a 22/11/2018.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO Nº 111/2017

PROCESSO Nº 0057/2017

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia - MT

OBJETO “REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE AREIA LAVADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA EM RUAS E AVENIDAS DO MUNICIPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT”.

Empresa: MANOEL RODRIGUES LOPES – ME, CNPJ: 86.764.990/0001-50

Valor Global dos itens: 6 é fixado em R$ 92.000,00(noventa e dois mil reais).

Período: 27/11/2017 a 27/11/2018.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL

AVISO DE RESULTADO LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2017

PROCESSO Nº 056/2017

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia - MT, torna público aos interessados o resultado da Licitação realizada na modalidade de Tomada de Preços nº 004/2017, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPLANTAÇÃO DE Contrataçãodeempresapara Execuçãode Reforma e Ampliação do Hospital Municipal de São Félix do Araguaia – MT,localizadana Rua da Saúde – Vila São José,nomunicípiodeSão Félix do Araguaia - MT;RECURSOS ORIUNDOS DE CONVENIO nº 1092/2016 DO FUNDO ESTADUAL DE SAUDE – FES, Conforme Localização Projeto Básico de Engenharia, Memorial Descritivo, Cronograma de Desembolso, Orçamento Estimado em Planilha de Quantitativos e Custos Unitário, Edital e Minuta de Contrato em anexo”.** Aberta em 27 de novembro de 2017, às 10h00min (horário oficial de Brasília), tendo como vencedora a empresaCONSTRUTORA REZENDE LTDA - ME /CNPJ Nº 04.290.884/0001-17**,** com valor de **R$ 724.567,12 (setecentos e vinte e quatro mil, quinhentos e sessenta e sete reais e doze centavos)**.

São Félix do Araguaia - MT, 27 de novembro de 2017.

MEUDRA PEREIRA DOS SANTOS

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

Termo de Rescisão do Contrato nº 13/2017, cujo objeto é a contratação de um facilitador (a) social para os trabalhos em grupo que são referenciados no CRAS.

A Administração Pública do Município de são José do Povo-MT, na pessoa do Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; Considerando o disposto no inciso I do artigo 58, e no inciso II do art. 79, ambos da Lei nº 8.666, de 1993;

Considerando o disposto na cláusula sétima do Contrato nº 13//2017;

RESOLVE:

I – Declarar a rescisão bilateral do Contrato nº 13/2017, a partir de 18 de dezembro de 2017, considerando a necessidade extraordinária de contensão de despesas públicas, haja vista a baixa arrecadação tributária, devendo ser priorizando setores essências como saúde e educação.

São José do Povo - MT, 22 de novembro de 2017.

MOACIR FERNANDES MORAIS **ELAINE CRISTINA B. DE ALMEIDA**

PREFEITO MUNICIPAL CONTRATADA

CONTRATANTE

JOSÉ ELSON VALERIANO JÚNIOR

PROCURADOR JURÍDICO

OAB Nº.21.257

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

Termo de Rescisão do Contrato nº 10/2017, cujo objeto é a contratação de um orientador social para atuar na Brinquedoteca e nos trabalhos com grupos no CRAS.

A Administração Pública do Município de são José do Povo-MT, na pessoa do Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; Considerando o disposto no inciso I do artigo 58, e no inciso II do art. 79, ambos da Lei nº 8.666, de 1993;

Considerando o disposto na cláusula sétima do Contrato nº 10//2017;

RESOLVE:

I – Declarar a rescisão bilateral do Contrato nº 10/2017, a partir do dia 18 de dezembro de 2017, considerando a necessidade extraordinária de contensão de despesas públicas, haja vista a baixa arrecadação tributária, devendo ser priorizando setores essências como saúde e educação.

São José do Povo - MT, 22 de novembro de 2017.

MOACIR FERNANDES MORAIS MARIA LUIZA DA SILVA MARQUES PREFEITO MUNICIPAL CONTRATADA

CONTRATANTE

JOSÉ ELSON VALERIANO JÚNIOR

PROCURADOR JURÍDICO

OAB Nº.21.257

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº33/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2017

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

15/11/2017 á 15/11/2018

Aos dias Quinze de Novembro de 2017, **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO-MT**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua José Salmem Hanze, 924, nesta cidade de **SÃO JOSÉ DO POVO-MT**, Estado de Mato Grosso, inscrito no C.N.P.J sob o nº 32.972.424/0001-04, neste ato representada pelo Prefeito Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO-MT** Senhor: **MOACIR FERNANDES MORAIS**, brasileiro, casado, Sitiante, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG: 0584329-4SSP/MT e CPF nº 378.127.181-15, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e de outro lado, a Sociedade empresária doravante denominada simplesmente **Vencedor 1: C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME, CNPJ nº 07.599.837/0001-48** sediada na **AV. FERNANDO CORREIA DA COSTA N° 1882, VILA MARINOPOLIS, CEP: 78705-600 RONDONÓPOLIS-MT** Neste ato representado através de procuração pelo **Sr.CHARLES DANILO DA SILVA BRILHANTE** RG **n° 937965 SSP/MT**, **CPF n° 630428271-00** Pregão para Registro de Preços **nº38/2017**, **RESOLVEM** registrar os preços para **"REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS /HORAS DE MANUTEÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (MECANICA EM GERAL, ELETRICA, ALINHAMENTO, BALANCEAMENTO, TROCA DE OLEO, FILTRO E SISTEMA DE INJEÇÃO ELETRONICA EM GERAL) DOS VEICULOS PERTECENTE AO MUNICIPIO DE SÃO JOSE DO POVO-MT, CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I,** nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, dos Decretos nºs 3.555, de 08 de agosto de 2000, 3.693, de 20 de dezembro de 2000, 3.784, de 06 de abril de 2001, 3.931,de 19 de setembro de 2001 e 4.342, de 23 de agosto de 2002, que regulamentam a modalidade do Pregão e o Sistema de Registro de Preços, e no que couber, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e demais normas legais aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS /HORAS DE MANUTEÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (MECANICA EM GERAL, ELETRICA, ALINHAMENTO, BALANCEAMENTO, TROCA DE OLEO, FILTRO E SISTEMA DE INJEÇÃO ELETRONICA EM GERAL) DOS VEICULOS PERTECENTE AO MUNICIPIO DE SÃO JOSE DO POVO-MT, CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I, de acordo com planilha constante no anexo I deste Edital dos seguintes itens:

Vencedor - C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME, CNPJ nº 07.599.837/0001

Nº38 Pregão	Nº ARP/ 33	Nº ITEM	DESCRIÇÃO DO ALIMENTO	QTDE	FORNECEDOR C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME	VALOR UNITARIO
		4077016	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - CONSERTO DE INJECAO ELETRONICA E SISTEMA ELETRICO.,MANUTENCAO CORRETIVA,EM VEICULO TIPO POPULAR	117 UN	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME	140,00
		3476740	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - DO TIPO ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO,EM VEICULO OFICIAL	150 UN	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME	110,00
		3241904	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - REVISAO DOS 10.000 KM OU 6 MESES,MANUTENCAO PREVENTIVA, COM TROCA DE OLEO E SUBSTITUICAO DOS FILTRO DE OLEOS E COMBUSTIVEIS, PASSEIO	367 UN	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME	138,00
		3089193	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - DO TIPO MAO DE OBRA DE SERVICOS MECANICOS,EM VEICULOS EM GERAL	902 UN	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME	135,00
		2945460	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - DO TIPO ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO,MANUTENCAO CORRETIVA E PREVENTIVA,EM VEICULO UTILITARIO	272 UN	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME	110,00
		2830876	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - DO TIPO MECANICA COM SUBSTITUICAO DE PECAS,COM MANUTANCAO CORRETIVA E PREVENTIVA,EM VEICULO POPULAR	122 UN	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME	135,00
		2206579	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - DO TIPO CONSERTO DO SISTEMA DE INJECAO ELETRONICA, EM VIATURA OFICIAL	600 UN	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME	130,00
		2153637	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - SERVICO ELETRICO, COM MANUTENCAO PREVENTIVA E CORRETIVA, EM CAMINHAO	150 UN	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME	98,00
		2153599	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - SERVICO DE MECANICA, COM MANUTENCAO CORRETIVA, EM CAMINHAO	780 UN	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME	150,00
		2153505	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - SERVICO ELETRICO, COM MANUTENCAO PREVENTIVA E CORRETIVA, EM VEICULOS UTILITARIOS	150 UN	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME	98,00
		2153440	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - SERVICO DE MECANICA, COM MANUTENCAO PREVENTIVA E CORRETIVA, EM VEICULOS UTILITARIOS	122 UN	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME	135,00
		2153246	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - SERVICO ELETRICO, COM MANUTENCAO PREVENTIVA E CORRETIVA, EM VEICULOS POPULARES	122 UN	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME	98,00

CLÁUSULA II - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

O presente, Ata de Registro de Preços vigorará por **12 (doze) meses**, a partir da data de sua assinatura.

2.1 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO-MT** não será obrigada a utilizar-se dos produtos referido na Cláusula I, exclusivamente, pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de quaisquer espécies às sociedades empresárias detentoras, podendo inclusive, cancelar esta Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos às detentoras, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O presente Ata, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante manifestação de interesse junto a Prefeitura Municipal de São José do Povo, para que este autorize e indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos a serem locados, não podendo exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados.

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pelo(s) Fornecedor (es) signatário(s) da presente Ata de Registro de Preços está especificado no Anexo I, do Edital do **Pregão nº38/2017**, de acordo com a respectiva classificação.

3.2 Para os fornecimentos decorrentes desta Ata, serão observados os aspectos relativos aos preços e condições constantes do Edital do **Pregão nº 38/2017.**

3.3 Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta de preços apresentada, no **Pregão nº 38/2017**, pela sociedade empresária detentora da presente Ata.

CLÁUSULA IV - DO LOCAL

Todas as atividades necessárias à execução do objeto desta Ata de Registro de Preços deverão ser realizadas em espaços físicos e instalações adequadas.

CLÁUSULA V - DO PAGAMENTO

5.1 A Contratada deverá apresentar a Nota de fiscal/fatura após a solicitação dos produtos, devendo o pagamento ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias, contado da data da fatura;

5.2 O pagamento será creditado em nome da licitante vencedora, mediante ordem bancária, a ser efetivado no banco, agência, e conta corrente, explicitados em sua Proposta de Preços.

5.3 O Departamento de Compras da PREFEITURA MUNICIPAL DE **SÃO JOSÉ DO POVO-MT** reserva-se o direito de suspender o pagamento se os produtos fornecidos estiverem em desacordo com as especificações constantes do Termo de Referência - Anexo V do Edital de Pregão.

5.4 Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida ao fornecedor e o pagamento ficará pendente, até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO-MT**.

CLÁUSULA VI - DAS CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO DOS PRODUTOS

6.1- O fornecimento dos produtos deverá ser efetuado após expedição de regular nota de empenho pela PREFEITURA MUNICIPAL DE **SÃO JOSÉ DO POVO-MT**, "autorização de compra", na qual deverá (ao) ser indicado (s) local (is) para entrega dos produtos.

6.2- O fornecedor, quando do recebimento da solicitação da necessidade da aquisição dos produtos, emitido pelo Órgão solicitante deverá colocar na cópia, que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a recebeu além da identificação de quem a recebeu.

6.3- A cópia da solicitação, referida no item anterior, deverá ser devolvida ao Órgão requisitante, a fim de ser anexada ao respectivo processo.

6.4- O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

6.5- Entregar os produtos solicitados em um prazo máximo de 5 (cinco) dias, a partir do recebimento da requisição feita pelo Departamento de Compras do Município de SÃO JOSÉ DO POVO-MT ou Secretaria Solicitante.

CLÁUSULA VII - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar às detentoras desta Ata, segundo a gravidade da falta cometida, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente cabíveis:

a) **advertência**, por escrito;

b) **multa** equivalente a 10% (dez por cento), pela recusa da entrega dos produtos ou por estar em desacordo com o ora pactuado, calculada sobre o valor total do Contrato, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contado do recebimento da notificação;

c) **suspensão** temporária para participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO-MT** ,por um prazo de até 02 (dois) anos, conforme fixar a Autoridade Competente, em função da natureza e gravidade da falta cometida;

d) **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramentos de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da Lei nº 10.520, de 17.7.2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo da multa prevista na alínea "b" desta Cláusula e demais cominações legais, conforme determina o art. 7º, da Lei em comento.

7.1 Se qualquer um dos motivos ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente, justificado e aceito pela PREFEITURA MUNICIPAL DE **SÃO JOSÉ DO POVO-MT**, a licitante detentora desta Ata ficará isenta das penalidades supra.

7.2 As multas referidas nesta Cláusula serão recolhidas diretamente a PREFEITURA MUNICIPAL DE **SÃO JOSÉ DO POVO-MT**, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da notificação ou, quando da efetiva contratação, descontada dos pagamentos, eventualmente, devidos pela Administração, da garantia, ou, ainda, cobrada judicialmente, nos termos dos §§ 2º e 3º, do art. 86, da Lei nº 8.666/93, com suas posteriores alterações.

7.3 As penalidades previstas nesta Cláusula serão formalmente motivadas nos autos do processo e serão independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

CLAUSULA VIII – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DE FORNECEDOR

O Fornecedor poderá ter o seu registro de preços cancelado:

8.1 Por iniciativa da Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO- MT.** quando:

a) descumprir as condições constantes da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela Administração;

e) der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente da presente Ata de Registro de Preços.

8.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho da autoridade competente da Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO- MT.**

8.3 A pedido do Fornecedor, quando:

a) comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovados;

b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do material/equipamento. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VII, caso não sejam aceitas as razões do pedido.

8.4 A comunicação do cancelamento dos preços registrados será feita pessoalmente ou por correspondência, com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos.

8.5 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado(s) o(s) preço(s) registrado(s) no dia subsequente à publicação.

CLAUSULA IX – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

A aquisição dos produtos, objeto do presente Ata de Registro de Preços será autorizada, em todo caso, pela PREFEITURA MUNICIPAL DE **SÃO JOSÉ DO POVO- MT,** ou, na hipótese prevista na cláusula III pelo órgão requisitante.

9.1 As emissões de Autorizações de compra, suas retificações ou cancelamentos, totais ou parciais, serão, igualmente, autorizados pela Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO- MT.** Ou pelo Órgão requisitante ao qual tenha sido facultado à utilização desta Ata de Registro de Preços.

CLAUSULA X – DA FISCALIZAÇÃO

Ficará responsável pela fiscalização desta Ata de Registro de Preços o funcionário público municipal desta Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO- MT.** Sra. **QUEILA DE MIRANDA SILVA,** nomeado como **FISCAL DE CONTRATO**, através da Portaria nº. 88/2017 DE 05 DE MAIO DE 2017, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso das aquisições, que de tudo dará ciência à Administração, conforme art. 67, da Lei nº 8.666/93, com suas anteriores alterações.

CLÁUSULA XI - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta de Dotações Orçamentárias, conforme a Secretaria Solicitante:

02-PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO POVO

050-SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E OBRAS

26.782.7050.02178.3.3.90.39.00.00 - CONSERVAR E RESTAURAR ESTRADAS VICINAIS - FETHAB - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA.

Saldo da Dotação: _____

03-SECRETARIA DE SAUDE

160-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.9110.02047.3.3.90.39.00.00 - PROGRAMA DE ATENÇÃO BASICA - PAB FIXO-FEDERAL - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA.

Saldo da Dotação: _____

CLÁUSULA XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integra esta Ata o Edital de Pregão para Registro de Preços nº 38/2017, seus Anexos e a Proposta de Preço da sociedade empresária: C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME, CNPJ nº 07.599.837/0001, no mencionado certame.

12.1 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº**10. 520**, de 17 de julho de 2002, Decretos nº**3.555**, de 08 de agosto de 2000, **3.693**, de 20 de dezembro de 2000, **3.784**, de 06 de abril de 2001, **3.931**,de 19 de setembro de 2001 e **4.342**, de 23 de agosto de 2002 e no que couber, com a Lei nº**8.666**, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores e ainda a lei complementar e 123/2006.

CLÁUSULA XIII - DA PUBLICAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE **SÃO JOSÉ DO POVO- MT** providenciará a publicação, do extrato, desta Ata de Registro de Preços no Jornal Oficial dos Municípios, no prazo de até vinte dias da data de sua assinatura.

CLÁUSULA XIV - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com o Contrato vinculado a esta Licitação a Licitante Vencedora deve se subordinar ao Foro da Justiça Comum, da Comarca de Rondonópolis- MT, excluindo, por mais privilegiado que for, qualquer outro, desde que não possa ser resolvido amigavelmente;

SÃO JOSÉ DO POVO- MT, 15 de Novembro de 2017.

_____

MOACIR FERNANDES MORAIS

PREFEITO MUNICIPAL

_____

CHARLES DANILO DA SILVA BRILHANTE

RG n° 937965 SSP/MT

FORNECEDOR: C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME, CNPJ nº 07.599.837/0001

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Nome:

CPF: **CPF**:

RG: **RG**:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO PORTARIA Nº 324/2017, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

VALDOMIRO LACHOVICZ, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado como Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de São José do Rio Claro o Senhor Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal, a partir do corrente exercício.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 16 de novembro de 2017.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
EDITAL DE PUBLICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro, localizada na Rua Paraíba, 365, Centro, CEP 78435-000, São José do Rio Claro – MT, CNPJ 15.024.037/0001-27, torna público que requereu junto à SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Licença Prévia de **Pavimentação Asfáltica em TSD e drenagem de águas Pluviais localizada nas Ruas João Quintino, dos Angelins, dos Pequis, do Pau Brasil, da Peroba, do Guarantã, dos Cedros, das Canelas, das Itaúbas, do Cambará e do Jatobá**, no Bairro Arco Íris, Conjunto Santa Terezinha, no perímetro urbano de São José do Rio Claro –MT.

São José do Rio Claro-MT, 28 de novembro de 2017.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

RREO ANEXO 11 DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

MUNICÍPIO DE SAO JOSE DO XINGU - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO DE 2017 - BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO

RREO – Anexo 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III), R$1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a - b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	21.000,00		21.000,00
Receita de Capital - Alienação de Bens Móveis	10.500,00		10.500,00
Receita de Capital - Alienação de Bens Imóveis	10.500,00		10.500,00
Rendimentos de Aplicação Financeira			

DESPESAS	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas (e)	Despesas Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	Pagamento de Restos a Pagar (f)	Saldo a Pagar (g) = (d - e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	5.617.191,28	2.243.245,62	1.050.746,95	909.707,84			4.707.483,44
Despesas de Capital	5.617.191,28	2.243.245,62	1.050.746,95	909.707,84			4.707.483,44
Investimentos	5.409.577,21	2.131.245,62	954.670,21	813.631,10			4.595.946,11
Inversões Financeiras	73.010,00						73.010,00
Amortização da Dívida	134.604,07	112.000,00	96.076,74	96.076,74			38.527,33
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência							
Regime Geral de Previdência Social							
Regime Próprio dos Servidores Públicos							

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2016 (h)	2017 (i) = (Ib - (IIe + IIf))	SALDO ATUAL (j) = (IIIh + IIIi)
VALOR (III)		-909.707,84	-909.707,84

Emissão: 28/11/2017 17:56:14 Page 1 de 1
Homologado

RREO ANEXO 06 DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMARIO - CONSOLIDADO

GOVERNO FEDERAL; ESTADO DE MATO GROSSO; MUNICIPIO DE SAO JOSE DO XINGU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMARIO - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO À OUTUBRO 2017 / BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		NO BIMESTRE SET/OUT	ATÉ O BIMESTRE 2017	ATÉ O BIMESTRE 2016
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	23.696.936,32	4.100.425,35	21.763.352,97	17.335.304,66
Receitas Tributárias	1.529.220,00	386.216,16	5.430.775,80	589.933,84
IPTU	31.500,00	1.145,07	27.974,77	88,21
ISS	542.400,00	188.513,38	983.453,82	129.671,00
ITBI	650.000,00	117.458,18	4.032.839,91	167.431,50
IRRF	178.500,00	76.108,52	347.815,29	284.843,93
Outras Receitas Tributárias	126.820,00	2.991,01	38.692,01	7.899,20
Receitas de Contribuições	69.580,00	17.019,11	107.544,05	39.839,15
Receitas Previdenciárias				
Outras Receitas de Contribuições	69.580,00	17.019,11	107.544,05	39.839,15
Receita Patrimonial Líquida				
Receita Patrimonial	388.625,00	48.829,92	169.257,17	218.026,46
(-) Aplicações Financeiras	388.625,00	48.829,92	169.257,17	218.026,46
Transferências Correntes	21.892.336,32	3.666.394,18	16.073.662,47	16.110.852,17
FPM	7.000.000,00	841.413,97	5.271.274,93	4.811.249,87
ICMS	7.600.000,00	1.494.273,53	6.644.546,33	5.972.669,81
Convênios	487.956,43	79.067,54	276.440,73	274.613,01
Outras Transferências Correntes	6.804.379,89	1.251.639,14	3.881.400,48	5.052.319,48
Demais Receitas Correntes	205.800,00	30.795,90	151.370,65	594.679,50
Dívida Ativa	56.700,00	6.851,15	34.891,28	8.440,14
Diversas Receitas Correntes	149.100,00	23.944,75	116.479,37	586.239,36
RECEITAS DE CAPITAL (II)	5.329.620,41		196.456,30	97.560,00
Operações de Crédito (III)				
Amortização de Empréstimos (IV)				
Alienação de Bens (V)	21.000,00			
Transferências de Capital	5.308.620,41		196.456,30	97.560,00
Convênios	3.884.750,16			97.560,00
Outras Transferências de Capital	1.423.870,25		196.456,30	
Outras Receitas de Capital				
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL = (II - III - IV - V)	5.308.620,41		196.456,30	97.560,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	**29.005.556,73**	**4.100.425,35**	**21.959.809,27**	**17.432.864,66**

DESPESAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		NO BIMESTRE SET/OUT	ATÉ O BIMESTRE 2017	ATÉ O BIMESTRE 2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)	24.870.167,93	4.410.100,07	19.385.558,74	17.729.451,20
Pessoal e Encargos Sociais	13.554.445,04	2.288.837,00	11.283.027,64	8.853.524,86
Juros e Encargos da Dívida (IX)	31.224,04	4.673,89	15.622,45	17.454,91
Outras Despesas Correntes	11.284.498,85	2.116.589,18	8.086.908,65	8.858.471,43
DESEPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	24.838.943,89	4.405.426,18	19.369.936,29	17.711.996,29
DESEPESAS DE CAPITAL (XI)	5.617.191,28	185.806,37	1.050.746,95	377.279,66
Investimentos	5.409.577,21	171.944,53	954.670,21	284.638,00
Inversões Financeiras	73.010,00			
Concessão de Empréstimos (XII)				
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)				
Demais Inversões Financeiras	73.010,00			
Amortização da Dívida (XIV)	134.604,07	13.861,84	96.076,74	92.641,66
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL(XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	5.482.587,21	171.944,53	954.670,21	284.638,00
RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XVI)	184.996,25			
RESERVA DO RPPS (XVII)				
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (VXIII) = (X + XV + XVI + XVII)	**30.506.527,35**	**4.577.370,71**	**20.324.606,50**	**17.996.634,29**

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	**-1.500.970,62**	**-476.945,36**	**1.635.202,77**	**-563.769,63**
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	Valor Corrente
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADO NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE RE	

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO XINGU

Emissão: 28/11/2017 às 17:47 **PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO XINGU** Page 1 de 1

Homologado

PORTARIA Nº 234/2017

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PARA ATUAR COMO FISCAL DA ATA REGISTRO DE PREÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DO XINGU-MT.

PORTARIA Nº 234/2017 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu - MT, Sr. Luiz Carlos Nunes Castelo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 71, incisos I ao XXVIII, da Lei Orgânica do Município e de acordo com o disposto no Art. 67 da Lei Federal n. 8.666/93.

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR, como representante da Administração Pública Municipal, **Thiago Aparecido Garcia,** Servidor Público no cargo efetivo de Operador de Motoniveladora da Secretaria Municipal Infraestrutura/Obras matrícula funcional nº 9919 para exercer a função de fiscal da Ata de Registro de Preço nº 020/2017, do pregão presencial 023/2017 da Prefeitura Municipal de São José do Xingu-MT.

Parágrafo Único - Como substituto do representante acima, designa-se a Srª Judite Rodrigues da Silva, Servidora Publica de provimento efetiva em função gratificada no cargo de Coordenadora Pedagógica em função gratificada matrícula funcional nº 9964, que deverá atuar nas ocasiões de afastamentos por licenças e férias ou outros correlatos.

Art. 2º - Cabe ao fiscal da Ata de Registro de Preço:

I. Responsabilizar-se pela supervisão da ata de registro de preço, administrando-o de conformidade com as disposições contratuais e editalícias;

II. Certificar a execução dos serviços;

III. Pronunciar-se por escrito sobre a prorrogação da ata de registro de preço, antes da extinção deste, em tempo hábil para, se for o caso, ser promovida a abertura de nova licitação, dispensa ou inexigibilidade;

IV. Adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução da ata, podendo valer-se dos demais órgãos da Prefeitura Municipal de São José do Xingu-MT;

V. Notificar por escrito a CONTRATADA, quando a mesma deixar de cumprir qualquer cláusula da ata de registro de preço nº 020/2017, encaminhar cópia da referida notificação à Secretaria Municipal de Administração;

VI. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução dos serviços.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante da Administração Pública, designado acima, deverão ser solicitadas em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 28 de novembro de 2017.

Luiz Carlos Nunes Castelo

Prefeito Municipal

Registre-se Publique-se, Cumpra-se.

PORTARIA Nº. 233/2017

PORTARIA Nº. 233/2017

DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE ELEVAÇÃO DE CLASSE DE SERVIDOR (A) PUBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de São Jose do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. **LUIZ CARLOS NUNES CASTELO**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que preceitua o Plano de Cargos e carreiras, Art. 07,49 e Anexo III da Lei 490/2012 e,

CONSIDERANDO que a servidora **Marlene Gomes da Silva** tomou posse em seu cargo de C**ontadora** em 25 de Fevereiro de 2014.

CONSIDERANDO Art. 41. A Carreira do Quadro Geral da Prefeitura de São José do Xingu é constituída de 06 (seis) carreiras:

I. Técnico de Nível Superior, composto pelos cargos de Contador, Controlador Interno, Engenheiro Agrônomo e Engenheiro Civil;

Art. 47. A série de classes dos cargos que compõem a carreira dos servidores da Prefeitura de São José do Xingu estrutura-se em linha horizontal de acesso, em conformidade com o respectivo nível de habilitação e perfil profissional e ocupacional, identificada por letras maiúsculas assim descritas:

I. Técnico de Nível Superior:

a) Classe A: habilitação em nível superior;

b) Classe B: requisito da classe A, mais título de especialista ou equivalente;

c) Classe C: requisito da classe B, mais título de especialista ou 200 (duzentas) horas de cursos de aperfeiçoamento, qualificação e/ou capacitação profissional;

d) Classe D: mestrado ou doutorado;

Art. 1° - Fica Concedida a progressão horizontal e vertical da classe “A” para classe “B” a Sr.ª MARLENE GOMES DA SILVA, servidora pública municipal, exercendo o cargo de CONTADORA.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 21 de Novembro de 2017.

Luiz Carlos Nunes Castelo

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se Cumpra-se

RREO ANEXO 05 DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

GOVERNO FEDERAL; ESTADO DE MATO GROSSO; MUNICIPIO DE SAO JOSE DO XINGU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro á OUTUBRO 2017 / Bimestre SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – Anexo 05 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

Dívida Fiscal Líquida	Saldo		
	em 31/DEZ/2016 (a)	em 31/AGO/2017(b)	em 31/OUT/2017 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.018.218,93	884.165,73	865.630,00
DEDUÇÕES (II)	2.114.332,77	5.561.017,49	5.440.203,10
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.390.337,94	5.596.260,94	5.475.446,55
Demais Haveres Financeiros			
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	276.005,17	35.243,45	35.243,45
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.096.113,84	-4.676.851,76	-4.574.573,10
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)			
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	1.018.218,93	884.165,73	865.630,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = ((III + IV) - V)	-2.114.332,77	-5.561.017,49	-5.440.203,10

Resultado Nominal	Período de Referência	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
VALOR	120.814,39	-3.325.870,33

Discriminação da Meta Fiscal	Valor Corrente
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA [3]	0,00

Previdenciário			
Dívida Fiscal Líquida Previdenciária	Saldo		
	em 31/DEZ/2016 (a)	em 31/AGO/2017(b)	em 31/OUT/2017 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)			
Passivo Atuarial			
Demais Dívidas			
Disponibilidade de Caixa Bruta			
DEDUÇÕES (VIII)			
Demais Haveres Financeiros			
(-) Restos a Pagar Processados			
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)			
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

Fonte: CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO XINGU

Emissão: 28/11/2017 às 17:46 Page 1 de 1
Homologado

RREO ANEXO 03

GOVERNO FEDERAL; ESTADO DE MATO GROSSO; MUNICIPIO DE SAO JOSE DO XINGU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2016 A OUTUBRO/2017

RREO – ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2017
	NOV/16	DEZ/16	JAN/17	FEV/17	MAR/17	ABR/17	MAI/17	JUN/17	JUL/17	AGO/17	SET/17	OUT/17		
RECEITAS CORRENTES (I)	2.870.743,03	3.775.360,81	2.149.604,75	1.815.131,71	2.701.366,99	1.799.079,65	2.221.598,50	3.086.364,08	3.039.679,38	2.934.845,99	2.011.475,30	2.788.966,27	31.194.216,46	27.245.511,32
Receita Tributária	138.969,85	251.025,85	158.500,28	64.267,15	974.162,46	44.769,94	222.084,63	1.335.340,78	1.166.685,03	1.071.523,20	115.999,18	270.216,98	5.813.545,33	1.529.220,00
IPTU	200,77	304,07	211,54	147,10	115,15	1.564,31	11.379,68	5.402,66	646,14	136,95	301,16	843,91	21.253,44	31.500,00
ISS	21.838,89	113.028,97	68.508,07	26.035,75	211.261,02	37.752,34	166.462,39	69.574,22	127.158,72	88.187,93	77.415,61	111.097,77	1.118.321,68	542.400,00
ITBI	88.274,09	76.685,76	69.441,23		686.300,00			1.219.880,51	1.000.000,00	939.759,99		117.458,18	4.197.799,76	650.000,00
IRRF	27.276,50	60.146,83	14.209,21	26.353,25	68.921,25	2.643,06	42.627,21	38.751,84	36.104,85	42.096,10	36.280,24	39.828,28	435.238,62	178.500,00
Outras Rec. Tributarias	1.379,60	860,22	6.130,23	11.731,05	7.565,04	2.810,23	1.615,35	1.731,55	2.775,32	1.342,23	2.002,17	988,84	40.931,83	126.820,00
Receita Contribuições	35.156,13	15.507,14	10.140,30	28.328,09	9.474,40	8.106,00	6.885,17	8.534,87	10.231,53	8.824,58	8.722,35	8.296,76	158.207,32	69.580,00
Receita Patrimonial	12.987,01	14.499,31	22.898,76	16.524,16	19.587,23	13.422,32	15.998,60	10.730,47	8.853,09	12.412,62	25.323,77	23.506,15	196.743,49	388.625,00
Receita Agropecuária														
Receita Industrial														
Receita Serviços	1.189,68	795,54	2.858,94	965,69	670,15	289,63	2.489,68	1.000,58	955,62	886,43	927,48	1.178,53	14.207,95	35.700,00
Transferências Correntes	2.679.399,51	3.487.450,29	1.946.026,97	1.688.197,40	1.682.791,83	1.714.966,07	1.961.067,64	1.718.261,69	1.834.770,08	1.832.728,96	1.850.426,35	2.467.154,13	24.863.240,92	25.052.286,32
Cota Parte do FPM	796.354,94	1.244.896,13	530.773,08	680.134,06	425.731,48	512.934,05	581.835,15	536.286,61	692.428,59	469.737,94	394.421,66	446.992,31	7.312.526,00	7.000.000,00
Cota Parte do ICMS	917.770,05	657.989,24	711.265,62	417.203,27	727.465,48	557.096,48	719.124,55	626.300,55	585.252,64	806.564,21	866.706,75	627.566,78	8.220.305,62	7.600.000,00
Cota Parte do IPVA	3.837,54	4.624,94	6.399,00	11.159,94	6.993,32	13.034,08	21.188,31	19.113,35	12.987,54	7.143,55	11.062,14	8.360,18	125.903,89	63.000,00
Cota Parte do ITR	281.849,85	292.444,50	277.348,16	31.231,74	3.700,33	10.238,30	14.592,69	23.855,01	11.348,38	16.605,90	24.751,55	863.859,65	1.851.826,06	1.100.000,00
Transf. LC 87/1966	2.706,04	2.706,04	2.938,01	2.938,01	2.938,01	2.938,01	2.938,01	2.938,01	2.938,01	2.938,01	2.938,01	2.938,01	34.792,18	31.500,00
Transf. LC 61/1989														
Transferências FUNDEB	327.056,41	304.441,45	201.366,18	206.430,02	132.180,08	211.571,78	223.767,16	187.818,44	179.080,90	228.561,43	149.407,16	193.121,95	2.544.802,96	2.755.047,53
Outras Transf. Correntes	349.824,68	980.347,99	215.936,92	339.100,36	383.783,13	407.153,37	397.621,77	321.949,72	350.734,02	301.177,92	401.139,08	324.315,25	4.773.084,21	6.502.738,79
Outras Receitas Correntes	3.040,85	6.082,68	9.179,50	16.849,22	14.680,92	17.525,69	13.072,78	12.495,69	18.184,03	8.470,20	10.076,17	18.613,72	148.271,45	170.100,00
DEDUÇÕES (I)	400.646,43	384.729,95	306.397,18	228.533,31	234.192,94	219.317,01	267.971,69	241.750,06	205.417,50	260.736,49	260.006,44	391.179,86	-3.400.878,86	3.159.950,00
Cont. Pla. Seg. Soc. Serv.														
Comp. Financ. Reg. Prev.														
Ded. Rec. p/ Form. FUNDEB	400.646,43	384.729,95	306.397,18	228.533,31	234.192,94	219.317,01	267.971,69	241.750,06	205.417,50	260.736,49	260.006,44	391.179,86	-3.400.878,86	3.159.950,00
RECEITA CORRENTE LIQUIDA(III) = (I - II)	2.470.096,60	3.390.630,86	1.843.207,57	1.586.598,40	2.467.174,05	1.579.762,64	1.953.626,81	2.844.614,02	2.834.261,88	2.674.109,50	1.751.468,86	2.397.786,41	27.793.337,60	24.085.561,32

Emissão: 28/11/2017 17:37:26

Homologado

RREO ANEXO 02 DESPESAS POR FUNÇÃO SUBFUNÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO XINGU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
BIMESTRE - SETEMBRO a OUTUBRO de 2017
CONSOLIDADO

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Inicial	Atualizada (a)	Despesa Empenhada		Despesas Liquidadas				Saldo a Liquidar (a - e)
			No Bimestre (b)	Até o Bimestre (c)	No Bimestre (d)	Até o Bimestre (e)	% (e/total e)	% (c/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	29.424.481,73	30.672.355,46	3.974.722,16	22.817.370,76	4.595.906,44	20.436.305,69	100,00	66,62	10.236.049,77
LEGISLATIVA									
ACAO LEGISLATIVA	1.140.000,00	1.207.403,96	199.705,20	995.710,02	203.708,80	973.283,03	4,76	80,60	234.120,93
JUDICIÁRIA									
ESSENCIAL A JUSTIÇA									
ADMINISTRAÇÃO									
Administração Financeira	768.640,00	778.136,04	109.213,12	699.107,00	147.308,52	646.977,44	3,16	83,14	131.158,60
Administração Geral	2.527.718,95	3.052.431,48	451.191,67	2.549.636,69	492.750,41	2.450.668,68	11,99	80,28	601.762,80
Comunicação Social	45.701,34	70.701,34		61.390,50	9.300,00	52.090,50	0,25	73,67	18.610,84
ORDENAMENTO TERRITORIAL	28.103,31	28.103,31							28.103,31
DEFESA NACIONAL									
SEGURANÇA PÚBLICA									
POLICIAMENTO	60.000,00	25.000,00	1.200,00	9.008,00	5.200,00	9.008,00	0,04	36,03	15.992,00
RELAÇÕES EXTERIORES									
ASSISTÊNCIA SOCIAL									
Assistência Comunitária	1.546.797,00	1.664.940,90	276.116,38	1.213.931,83	291.200,59	1.172.464,68	5,73	70,42	492.476,22
Assistência ao Idoso	30.000,00	30.000,00	3.383,31	3.383,31	3.383,31	3.383,31	0,01	11,27	26.616,69
Assistência à Criança e ao Adolescente	235.757,00	235.757,00	20.942,58	103.291,04	22.054,24	102.178,89	0,49	43,34	133.578,11
PREVIDÊNCIA SOCIAL									
SAÚDE									
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.603.946,00	1.338.512,89	229.847,57	1.027.384,14	245.259,20	885.211,17	4,33	66,13	453.301,72
Atenção Básica	4.729.904,71	5.264.071,46	731.416,89	3.728.250,09	709.056,86	3.507.004,80	17,16	66,62	1.757.066,66
SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	100.000,00	145.101,22	42.416,50	140.637,93	18.989,98	81.559,17	0,39	56,20	63.542,05
Vigilância Epidemiológica	461.772,00	482.045,24	78.996,30	399.794,03	83.487,16	398.963,57	1,95	82,76	83.081,67
Vigilância Sanitária	6.203,47	6.203,47	2.475,52	3.486,01	2.870,52	3.326,01	0,01	53,61	2.877,46
TRABALHO									
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	296.000,00	296.000,00	88.486,82	283.486,82	41.492,56	219.326,10	1,07	74,09	76.673,90
EDUCAÇÃO									
Alimentação e Nutrição	245.000,00	252.353,21	51.518,64	204.320,09	51.844,74	197.598,57	0,96	78,30	54.754,64
Educação Infantil	2.403.958,57	2.354.281,10	158.138,84	1.998.694,94	171.861,46	895.707,46	4,38	38,04	1.458.573,64
Ensino Fundamental	5.767.727,17	6.783.761,11	985.013,60	4.879.397,01	965.566,81	4.747.010,61	23,22	69,97	2.036.750,50
CULTURA									
Difusão Cultural	331.451,51	280.096,51	42.474,85	177.970,85	44.359,75	175.687,03	0,85	62,72	104.409,48
DIREITOS DA CIDADANIA									
Assistência aos Povos Indígenas	250.000,00	257.340,03	18.408,02	97.598,28	17.552,74	94.594,88	0,46	36,75	162.745,15
URBANISMO									
Infra-Estrutura Urbana	879.270,21	251.381,15							251.381,15
Serviços Urbanos	480.728,00	563.057,15	71.247,06	465.785,61	109.933,32	442.133,57	2,16	78,52	120.923,58
HABITAÇÃO									
Habitação Urbana	27.000,00	15.000,00							15.000,00
SANEAMENTO									
Saneamento Básico Urbano	472.226,20	420.792,01	50.702,61	309.097,70	59.623,27	305.044,98	1,49	72,49	115.747,03

Emissão: 28/11/2017 17:36:00 Page 1 de 2

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO XINGU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
BIMESTRE - SETEMBRO a OUTUBRO de 2017
CONSOLIDADO

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") — R$ 1,00

GESTÃO AMBIENTAL									
CIÊNCIA E TECNOLOGIA									
AGRICULTURA									
Abastecimento	537.334,66	537.334,66	116.476,90	360.883,72	114.495,02	349.935,30	1,71	65,12	187.399,36
Promoção da Produção Vegetal	24.000,00	24.000,00							24.000,00
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA									
INDÚSTRIA									
COMÉRCIO E SERVIÇOS									
COMUNICAÇÕES									
ENERGIA									
Energia Elétrica	69.580,00	69.580,00	44.392,38	58.746,86		14.354,48	0,07	20,63	55.225,52
TRANSPORTE									
Transporte Rodoviário	3.154.625,00	3.330.910,08	167.098,69	2.763.691,79	736.607,81	2.449.284,45	11,98	73,53	881.625,63
DESPORTO E LAZER									
Desporto Comunitário	806.208,52	557.235,78	27.858,71	148.686,50	29.463,64	147.809,82	0,72	26,52	409.425,96
ENCARGOS ESPECIAIS									
REFINANCIAMENTO DA DIVIDA INTERNA	165.828,11	165.828,11	6.000,00	134.000,00	18.535,73	111.699,19	0,54	67,35	54.128,92
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	229.000,00	184.996,25							184.996,25
RESERVA DO R.P.P.S.									
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)									
TOTAL (III) = (I + II)	R$ 29.424.481,73	R$ 30.672.355,46	R$ 3.974.722,16	R$ 22.817.370,76	R$ 4.595.906,44	R$ 20.436.305,69	100,00	66,62	R$ 10.236.049,77

Emissão: 28/11/2017 17:36:00 — Page 2 de 2

Homologado

RREO ANEXO 01 BALANÇO ORÇAMENTARIO - RECEITAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO XINGU

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2017 / BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	29.415.181,73	29.415.181,73	4.149.255,27	14,10	22.129.066,44	75,23	7.286.115,29
RECEITAS CORRENTES	24.085.561,32	24.085.561,32	4.149.255,27	17,22	21.932.610,14	91,06	2.152.951,18
RECEITA TRIBUTARIA	1.529.220,00	1.529.220,00	386.216,16	25,25	5.430.775,80	355,13	-3.901.555,80
Impostos	1.407.650,00	1.407.650,00	383.225,15	27,22	5.392.083,79	383,05	-3.984.433,79
Taxas	90.070,00	90.070,00	2.991,01	3,32	38.692,01	42,95	51.377,99
Contribuição de Melhoria	31.500,00	31.500,00					31.500,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	69.580,00	69.580,00	17.019,11	24,45	107.544,05	154,56	-37.964,05
Contribuições Sociais							
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição de Iluminação Pública	69.580,00	69.580,00	17.019,11	24,45	107.544,05	154,56	-37.964,05
RECEITA PATRIMONIAL	388.625,00	388.625,00	48.829,92	12,56	169.257,17	43,55	219.367,83
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários	388.625,00	388.625,00	48.829,92	12,56	169.257,17	43,55	219.367,83
Receitas de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Pú							
Receita de Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS	35.700,00	35.700,00	2.106,01	5,89	12.222,73	34,23	23.477,27
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	21.892.336,32	21.892.336,32	3.666.394,18	16,74	16.073.662,47	73,42	5.818.673,85
Transferências Intergovernamentais	21.404.379,89	21.404.379,89	3.587.326,64	16,75	15.797.221,74	73,80	5.607.158,15
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios	487.956,43	487.956,43	79.067,54	16,20	276.440,73	56,65	211.515,70
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	170.100,00	170.100,00	28.689,89	16,86	139.147,92	81,80	30.952,08
Multa de Juros de Mora	18.900,00	18.900,00	1.316,79	6,96	3.858,06	20,41	15.041,94
Indenizações e Restituições	10.500,00	10.500,00	9.263,00	88,21	28.167,91	268,26	-17.667,91
Receita da Dívida Ativa	56.700,00	56.700,00	6.851,15	12,08	34.891,28	61,53	21.808,72
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amorti							
Receitas Correntes Diversas	84.000,00	84.000,00	11.258,95	13,40	72.230,67	85,98	11.769,33
RECEITAS DE CAPITAL	5.329.620,41	5.329.620,41			196.456,30	3,68	5.133.164,11
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS	21.000,00	21.000,00					21.000,00
Alienação de Bens Móveis	10.500,00	10.500,00					10.500,00
Alienação de Bens Imóveis	10.500,00	10.500,00					10.500,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.308.620,41	5.308.620,41			196.456,30	3,70	5.112.164,11
Transferências Intergovernamentais	1.423.870,25	1.423.870,25			196.456,30	13,79	1.227.413,95
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios	3.884.750,16	3.884.750,16					3.884.750,16
Transferências para o Combate a Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Div. Ativa da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Restituições							
Receita de Capital Diversas							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I + II)	29.415.181,73	29.415.181,73	4.149.255,27	14,10	22.129.066,44	75,23	7.286.115,29
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito Internas							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas							
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	29.415.181,73	29.415.181,73	4.149.255,27	14,10	22.129.066,44	75,23	7.286.115,29
DÉFICIT (VI)							
TOTAL(VII) = (V + VI)	29.415.181,73	29.415.181,73	4.149.255,27	14,10	22.129.066,44	75,23	7.286.115,29

Emissão: 28/11/2017 17:33:18

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO XINGU

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2017 / BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

SALDOS DE EXERC. ANTERIORES (Utiliz. para Créditos A							
Superávit Financeiro							
Reabertura de Créditos Adicionais							

RREO ANEXO 01 BALANÇO ORÇAMENTARIO - DESPESAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO XINGU

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÀRIA

BALANÇO ORÇAMENTÀRIO - DESPESAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2017 / BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		% (j / f)	Saldo a Liquidar (f - j)
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	No Bimestre (i)	Até o Bimestre (j)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	30.564.481,73	1.247.873,73	31.812.355,46	3.974.722,16	22.817.370,76	4.595.906,44	20.436.305,69	64,24	11.376.049,77
DESPESAS CORRENTES	24.281.133,70	1.653.703,67	25.934.837,37	3.819.413,53	20.574.125,14	4.410.100,07	19.385.558,74	74,74	6.549.278,63
Pessoal e Encargos Sociais	12.983.542,87	1.227.654,17	14.211.197,04	2.282.037,00	11.335.109,56	2.288.837,00	11.283.027,64	79,39	2.928.169,40
Juros e Encargos da Dívida	31.224,04		31.224,04		22.000,00	4.673,89	15.622,45	50,03	15.601,59
Outras Despesas Correntes	11.266.366,79	426.049,50	11.692.416,29	1.537.376,53	9.217.015,58	2.116.589,18	8.086.908,65	69,16	3.605.507,64
DESPESAS DE CAPITAL	6.054.348,03	-361.826,19	5.692.521,84	155.308,63	2.243.245,62	185.806,37	1.050.746,95	18,45	4.641.774,89
Investimentos	5.919.743,96	-434.836,19	5.484.907,77	149.308,63	2.131.245,62	171.944,53	954.670,21	17,40	4.530.237,56
Inversões Financeiras		73.010,00	73.010,00						73.010,00
Amortização da Dívida	134.604,07		134.604,07	6.000,00	112.000,00	13.861,84	96.076,74	71,37	38.527,33
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	229.000,00	-44.003,75	184.996,25						184.996,25
RESERVA DO RPPS									
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)									
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII + IX)	30.564.481,73	1.247.873,73	31.812.355,46	3.974.722,16	22.817.370,76	4.595.906,44	20.436.305,69	64,24	11.376.049,77
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)									
Amortização da Dívida Interna									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
Amortização da Dívida Externa									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	30.564.481,73	1.247.873,73	31.812.355,46	3.974.722,16	22.817.370,76	4.595.906,44	20.436.305,69	64,24	11.376.049,77
SUPERÁVIT (XIII)							1.692.760,75		
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	30.564.481,73	1.247.873,73	31.812.355,46	3.974.722,16	22.817.370,76	4.595.906,44	22.129.066,44	69,56	9.683.289,02

Emissão: 28/11/2017 17:33:18 Page 1 de 1

Homologado

EDITAL COMPLEMENTAR - HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES PROCESSO SELETIVO PUBLICO

ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de São José do Xingu

CNPJ: 37.465.317/0001-03

Avenida Mauro Pires Gomes, nº41 – São José do Xingu/MT Fone: (66)3568 -1109/3568 -1666

E-mail: prefeitura@saojosedoxingu.mt.gov.br

EDITAL COMPLEMENTAR DE HOMOLOGAÇÃO Nº. 001/2017- 02 HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS

A presidente da comissão organizadora do processo seletivo publico edital complementar 001/2017- 02, Prefeitura Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais faz saber aos interessados que foram homologadas as inscrições, conforme anexo fixado no mural da prefeitura municipal, e na pagina da empresa assepublica.listaesditais.com.br para as devidas conferências, cabendo recursos até ás 18:00 horas do dia 29.11.2017.

São José do Xingu/MT – 27 de novembro de 2017.

Kallinne Freire Soares Presidente da Comissão Organizadora

Sao Jose do Xingu/MT - Prova teórica

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - DISTRITO STA. DO FONTOURA

Nº INSC	CANDIDATO
701795	Adi Campos De Souza
713529	Alecio Bismark Coleta Aragao
717610	Antonia Oliveira Vasconcelos
761427	Edineia Renata Bizzi
710319	Evelyn Deborah Da Costa Barbosa
762842	Gleiciane Silva Neres Nunes
765935	Joaquim Bezerra Moreira
720063	Lusiene Lustosa De Oliveira
702920	Maria Do Espirito Santo Castro Dias
720808	Maria Elza Borges Bezerra
721276	Maria Jose Borges Bezerra
701752	Naira Da Costa Barros
757919	Raimundo Bezerra Gomes
755165	Regina Jacob Do Carmo Ferreira
715373	Sandra Alves Da Silva
717656	Suziane Diniz Pinheiro Mendes

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - SEDE DO MUNICIPIO

Nº INSC	CANDIDATO
763379	Adriana Pinto De Assuncao
706036	Aline Abreu Da Silva
762136	Amanda Do Nascimento Souza
712026	Ana Caroline Rodrigues De Arruda
754301	Ana Cristina Campos
706236	Ane Caroline Dias Ribeiro
764383	Antonia Do Nascimento Souza
717690	Artemisia Da Conceicao Morais
711281	Celia Soares Pereira
754643	Cleidiane Marcelino Da Silva
751443	Cleyton Davi Spanholi Andrade
752979	Dorilene Rodrigues Ribeiro
704507	Dorival Moreira Damaceno Filho
763542	Edilma Rocha Dias Garcia
755532	Edmar Gomes Damasceno

765248	Eliane Soares Da Silva
718665	Erysmaia Santos Souza Martins
754476	Fabiola Malta Costa
755276	Geudo Moreira Da Silva
701877	Gustavo Alves Da Silva
708695	Itamara Costa Cirqueira
715191	Jeinifan Ramos De Souza
712045	Joana Darc De Oliveira
763432	Josiane Pereira Rodrigues
710830	Juliana Da Rocha Leoncini
716670	Kamila Dotas Da Silva
753270	Karen Leticia Da Silva Barbosa
706610	Katiussee Sousa De Aquino
752777	Kauane Santos Barros Miranda
719099	Larissa Aparecida Lucio Da Silva
753354	Leandro Quintino Coelho
712136	Leidiane Pereira Dias
711926	Lestannes Batista Da Silva
718169	Lorrane De Oliveira Lima
712206	Luana Alves Da Silva
765232	Lucileide Pereira Dos Santos
762306	Marcia Rejane Da Silva
720838	Maria Angela Godoi
754640	Maria Aparecida Pereira De Souza
761100	Maria Neuza Farias Da Costa
701479	Marli Rodrigues Da Silva
708667	Mateus Da Silva De Oliveira
721722	Maurina Pereira Da Silva
709065	Neusa Costa De Aquino
717352	Patricia Rozendo Pereira
712266	Priscilla Pires De Carvalho
764711	Rosilaine Souza Pessoa
757352	Solange Barros De Santana
708904	Valeria Priscilla Lourenco Leao De Brito
752946	Vilma Alves Da Silva
714035	Wallas Vasny Gomes Pereira
704467	Yngrid Silva De Oliveira
708571	Yonara Silva Do Carmo

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ZONA RURAL GLEBA AYMORE

Nº INSC	CANDIDATO
709157	Celia Rodrigues Da Silva
763320	Francisca Soares Rodrigues

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ZONA RURAL GLEBA YAMIM

Nº INSC	CANDIDATO
722788	Edivaine Alves Ferreira

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE DISTRITO SANTO ANTONIO DO FONTOURA MICROÁREA 08

Nº INSC	CANDIDATO
755112	Hugo Fernando De Queiroz

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE DISTRITO SANTO ANTONIO DO FONTOURA MICROÁREA 09

Nº INSC	CANDIDATO
765864	Antonio Reis Bezerra Moreira
761635	Edineia Rocha Da Silva
764908	Keli De Souza Leite

RREO ANEXO 12 DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICIPIO DE SAO JOSE DO XINGU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - CONSOLIDADO
JANEIRO A OUTUBRO/2017 - Bimestre SETEMBRO/OUTUBRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Semestre (b)	RECEITAS REALIZADAS % (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LIQUIDA E TRANSF. CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (I)	17.022.600,00	17.022.600,00	18.354.448,19	107,82
Impostos	1.192.400,00	1.192.400,00	5.016.293,73	420,69
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	15.750,00	15.750,00	3.858,06	24,50
Divida Ativa dos Impostos	46.200,00	46.200,00	23.502,02	50,87
Receitas de Transferencias Constitucionais e Legais	15.768.250,00	15.768.250,00	13.310.794,38	84,42
Da Uniao	8.100.000,00	8.100.000,00	6.548.806,64	80,85
Do Estado	7.668.250,00	7.668.250,00	6.761.987,74	88,18
TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO SISTEMA UNICO DE SAUDE-SUS (II)	2.046.339,80	2.046.339,80	664.657,10	32,48
Da Uniao para o Municipio	1.400.229,80	1.400.229,80	548.431,70	39,17
Do Estado para o Municipio	646.110,00	646.110,00	116.225,40	17,99
Demais Municipios para o Municipio				
Outras Receitas do SUS				
RECEITAS DE OPERACOES DE CREDITO VINCULADAS A SAUDE (III)				
OUTRAS RECEITAS ORCAMENTARIAS	39.670,00	39.670,00	25.664,87	64,70
TOTAL	**19.108.609,80**	**19.108.609,80**	**19.044.770,16**	**99,66**

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS Até o Semestre (d)	DESPESAS % (d/c) x 100
DESPESAS CORRENTES	6.329.120,94	6.440.447,57	4.906.356,33	76,18
Pessoal e Encargos Sociais	3.194.896,00	3.468.573,66	2.499.679,81	72,07
Juros e Encargos da Divida				
Outras Despesas Correntes	3.134.224,94	2.971.873,91	2.406.676,52	80,98
DESPESAS DE CAPITAL	572.705,24	795.486,71	393.195,87	49,43
Investimentos	572.705,24	722.476,71	393.195,87	54,42
Inversoes Financeiras		73.010,00		
Amortizacao da Divida				
TOTAL (IV)	**6.901.826,18**	**7.235.934,28**	**5.299.552,20**	**73,23**

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS Até o Semestre (e)	DESPESAS % (e/V e) x 100
DESPESAS COM SAÚDE(V) = (IV)	6.901.826,18	7.235.934,28	5.299.552,20	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS				
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS DESTINADOS A SAUDE	2.281.484,18	2.588.046,69	1.720.729,42	32,47
Recursos de Transferencias do Sistema Unico de Saude - SUS	1.758.778,94	2.106.369,35	1.398.049,24	26,38
Recursos de Operacoes de Credito				
Outros Recursos	522.705,24	481.677,34	322.680,18	6,09
(-) RP INSCRITOS NO EXERCICIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE				
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI)	**4.620.342,00**	**4.647.887,59**	**3.578.822,78**	**67,53**

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS: Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2017 (f)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VII)	0,00	0,00

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS	
CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL 15,00% ** [(VI - VII f) / I]	19,49

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS Até o Semestre (g)	DESPESAS % (g/total g)
Atencao Basica	4.729.904,71	5.264.071,46	3.728.250,09	70,35
Assistencia Hospitalar e Ambulatorial	1.603.946,00	1.338.512,89	1.027.384,14	19,38
Suporte Profilatico e Terapeutico	100.000,00	145.101,22	140.637,93	2,65
Vigilancia Sanitaria	6.203,47	6.203,47	3.486,01	0,06
Vigilancia Epidemiologica	461.772,00	482.045,24	399.794,03	7,54
Alimentacao e Nutricao				
Outras Subfuncoes				
TOTAL	**6.901.826,18**	**7.235.934,28**	**5.299.552,20**	**100,00**

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO XINGU
[1] Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício
[2] Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

Emissão: 28/11/2017 17:58:00 Page 1 de [1]
Homologado

RREO ANEXO 13 DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO XINGU
CNPJ: 37465317000103
Av0000041Centro
Telefone 06635681109

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ANEXO 13 - DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2017 - 5º Bimestre - Setembro/Outubro

RREO – Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2017		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No bimestre	Até o bimestre (b)	
TOTAL DE ATIVOS Direitos Futuros Ativos Contabilizados na SPE Contrapartida para Provisões de PPP				
TOTAL DE PASSIVOS (I) Obrigações Não Relacionadas a Serviços Contrapartida para Ativos da SPE Provisões de PPP				
GARANTIAS DE PPP (II)				
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I – II)				
PASSIVOS CONTINGENTES Contraprestações Futuras Riscos Não Provisionados Outros Passivos Contingentes				
ATIVOS CONTINGENTES Serviços Futuros Outros Ativos Contingentes				

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (2017)	2018	2019	2020	2021
Do Ente Federado						
Das Estatais Não-dependentes						
TOTAL DAS DESPESAS						
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	23.414.058,58	27.793.337,60				
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)						

DESPESAS DE PPP	2022	2023	2024	2025	2026
Do Ente Federado					
Das Estatais Não-dependentes					
TOTAL DAS DESPESAS					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)					
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)					

Nota:

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO XINGU
CNPJ: 37465317000103
Av0000041Centro
Telefone 06635681109

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ANEXO 13 - DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2017 - 5º Bimestre - Setembro/Outubro

Homologado

RREO ANEXO 14 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICIPIO DE SAO JOSE DO XINGU.

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

JANEIRO A OUTUBRO de 2017

LRF, Art. 48 – Anexo 14 — R$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS		
Previsão Inicial da Receita		29.415.181,73
Previsão Atualizada da Receita		29.415.181,73
Receitas Atualizadas	4.149.255,27	22.129.066,44
Déficit Orçamentário		
Saldos de Exercícios Anteriores		
Despesas		
Dotação Inicial		29.424.481,73
Créditos Adicionais		1.247.873,73
Dotação Atualizada		30.672.355,46
Despesas Empenhadas	3.974.722,16	22.817.370,76
Despesas Liquidadas	4.595.906,44	20.436.305,69
Superávit Orçamentário		1.692.760,75

DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	3.974.722,16	22.817.370,76
Despesas Liquidadas	4.595.906,44	20.436.305,69

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	21.932.610,14

RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social		
Receitas Previdenciárias Realizadas(I)		
Despesas Previdenciárias Liquidadas(II)		
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores		
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		
Despesas Previdenciárias Liquidadas(V)		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação a Meta (b/a)
Resultado Nominal		-7.759.002,52	0,00%
Resultado Primário		-723.561,49	0,00%

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo à Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	276.005,17	2.928,91	238.286,71	34.789,55
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
Poder Executivo	193.249,79		187.170,89	6.078,90
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
TOTAL	**469.254,96**	**2.928,91**	**425.457,60**	**40.868,45**

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo à Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Imposto em MDE	5.667.919,94	25,00	30,21
Min. Anual de 60% FUNDEB na Rem. do Mag. c/ Ens. Fund. Med.		0,00	0,00
Min. Anual de 60% FUNDEB na Rem. do Mag. c/ Ed. Inf/Ens. Fund.	2.316.631,91	60,00	121,08
Complementação da União ao FUNDEB		0,00	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo à Realizar
Receita de Operações de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	1.050.746,95	4.566.444,33

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	30º Exercício
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias(I)				
Despesas Previdenciárias(II)				
Resultado Previdenciário(I - II)				
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias(IV)				
Despesas Previdenciárias(V)				
Resultado Previdenciário(IV - V)				

RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo à Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		21.000,00
Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos		

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo à Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.301.045,63	15,00	17,98

DESPESAS DE CARATER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	VALOR APURADO NO EXERCÍCIO CORRENTE
Total das Despesas / RCL (%)	

Emissão: 28/11/2017 17:59:42

Page 1 de 1

Homologado

RREO ANEXO 10 DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES CONSOLIDADODEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

MUNICIPIO DE SAO JOSE DO XINGU - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES CONSOLIDADO

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO DE 2017 - BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (“d” exercício anterior) + (c)
0000				

Fonte: Município de SAO JOSE DO XINGU

Emissão: 28/11/2017 17:54:06 Page 1 de 1

Homologado

EDITAL COMPLEMENTAR DE HOMOLOGAÇÃO Nº. 001/2017- 02 HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS

EDITAL COMPLEMENTAR DE HOMOLOGAÇÃO Nº. 001/2017- 02

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS

A presidente da comissão organizadora do processo seletivo publico edital complementar 001/2017- 02, Prefeitura Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais faz saber aos interessados que foram homologadas as inscrições, conforme anexo fixado no mural da prefeitura municipal, e na pagina da empresa assepublica.listaesditais.com.br

para as devidas conferências, cabendo recursos até ás 18:00 horas do dia 29.11.2017.

São José do Xingu/MT – 27 de novembro de 2017.

Kallinne Freire Soares

Presidente da Comissão Organizadora

RREO ANEXO 09 DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL- CONSOLIDADO

MUNICIPIO DE SAO JOSE DO XINGU - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL- CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO DE 2017 - BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO

RREO – ANEXO 09 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a – b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO[1] (I)			

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d – e)
DESPESAS DE CAPITAL	5.617.191,28	2.243.245,62	1.050.746,95		3.373.945,66
(-)INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE					
(-)INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS					
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	5.617.191,28	2.243.245,62	1.050.746,95		3.373.945,66
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-5.617.191,28	-2.243.245,62			-3.373.945,66

Fonte: MUNICÍPIO DE SAO JOSE DO XINGU

Notas:
[1] Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III

Emissão: 28/11/2017 17:53:41 Page 1 de 1

Homologado

RREO ANEXO 08 DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE CONSOLIDADO

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNÍCIPIO DE SAO JOSE DO XINGU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) R$1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA DE IMPOSTOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.281.125,00	1.281.125,00	310.938,28	5.061.285,71	395,07%
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	67.200,00	67.200,00	4.914,44	37.301,53	55,51%
1.1.1 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	31.500,00	31.500,00	1.145,07	27.974,77	88,81%
1.1.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	2.100,00	2.100,00	0,00	0,00	
1.1.3 - Dívida Ativa do IPTU	31.500,00	31.500,00	3.769,37	16.552,93	52,55%
1.1.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	2.100,00	2.100,00	0,00	0,00	
1.1.5 - (-) Deduções da Receita do IPTU	0,00	0,00	0,00	(7.226,17)	
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	650.000,00	650.000,00	117.458,18	4.032.839,91	620,44%
1.2.1 - Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	650.000,00	650.000,00	117.458,18	4.032.839,91	620,44%
1.2.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.2.3 - Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.2.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.2.5 - (-) Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	558.150,00	558.150,00	188.565,66	991.144,27	177,58%
1.3.1 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	542.400,00	542.400,00	188.513,38	983.453,82	181,32%
1.3.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.050,00	1.050,00	1.316,79	3.858,06	367,43%
1.3.3 - Dívida Ativa do ISS	4.200,00	4.200,00	2,56	6.949,09	165,45%
1.3.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	10.500,00	10.500,00	0,00	0,00	
1.3.5 - (-) Deduções da Receita do ISS	0,00	0,00	(1.267,07)	(3.116,70)	
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4°, inciso III)	5.775,00	5.775,00	0,00	0,00	
1.5.1 - Imposto sobra a Propriedade Territorial Rural - ITR	5.250,00	5.250,00	0,00	0,00	
1.5.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	525,00	525,00	0,00	0,00	
1.5.3 - Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativo do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.5 - (-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	15.799.750,00	15.799.750,00	3.249.597,04	13.340.174,48	84,43%
2.1- Cota-Parte FPM	7.000.000,00	7.000.000,00	841.413,97	5.271.274,93	75,30%
2.1.1 - (-) Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.000.000,00	7.000.000,00	841.413,97	5.271.274,93	75,30%
2.1.2 - (-) Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.2- Cota-Parte ICMS	7.600.000,00	7.600.000,00	1.494.273,53	6.644.546,33	87,43%
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. n°87/1996	31.500,00	31.500,00	5.876,02	29.380,10	93,27%
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	5.250,00	5.250,00	0,00	0,00	
2.5- Cota-Parte ITR	1.100.000,00	1.100.000,00	888.611,20	1.277.531,71	116,14%
2.6- Cota-Parte IPVA	63.000,00	63.000,00	19.422,32	117.441,41	186,41%
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00	
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	17.080.875,00	17.080.875,00	3.560.535,32	18.401.460,19	107,73%

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLIC. FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO					
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	332.114,79	332.114,79	32.413,98	182.628,88	54,99%
5.1- Transferências do Salário-Educação	230.264,79	230.264,79	25.624,18	135.100,28	58,67%
5.2- Outras Transferências do FNDE	101.850,00	101.850,00	6.789,80	47.528,60	46,67%
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE					
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	345.250,00	345.250,00	79.067,54	276.440,73	80,07%
6.1- Transferência de Convênios	345.250,00	345.250,00	79.067,54	276.440,73	80,07%
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios					
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO					
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	11.550,00	11.550,00			
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 +5 + 6 + 7 + 8)	688.914,79	688.914,79	111.481,52	459.069,61	66,64%

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.159.950,00	3.159.950,00	649.919,23	2.612.385,78	82,67%
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.400.000,00	1.400.000,00	168.282,74	998.606,47	71,33%
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.520.000,00	1.520.000,00	298.854,67	1.328.909,03	87,43%
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	6.300,00	6.300,00	1.175,20	5.876,00	93,27%
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	1.050,00	1.050,00			
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	220.000,00	220.000,00	177.722,21	255.506,24	116,14%
10.6- Cota-Parte IPVA Destinadaao FUNDEB - (20% de 2.6)	12.600,00	12.600,00	3.884,41	23.488,04	186,41%
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.755.047,53	2.755.047,53	342.529,11	1.913.305,10	69,45%
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.755.047,53	2.755.047,53	342.529,11	1.913.305,10	69,45%
11.2- Complementação da União ao FUNDEB					
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB					
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-404.902,47	-404.902,47	-307.390,12	-699.080,68	172,65%

SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB
SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	2.769.329,23	2.827.609,02	428.828,42	2.316.631,91	81,93%
13.1- Com Educação Infantil	942.329,23	939.831,89	145.033,17	637.764,70	67,86%
13.2- Com Ensino Fundamental	1.827.000,00	1.887.777,13	283.795,25	1.678.867,21	88,93%
14- OUTRAS DESPESAS	10.718,30	145.793,13	803,20	14.809,89	10,16%
14.1- Com Educação Infantil	7.718,30	1.139,30			
14.2- Com Ensino Fundamental	3.000,00	144.653,83	803,20	14.809,89	10,24%
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.780.047,53	2.973.402,15	429.631,62	2.331.441,80	78,41%

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	VALOR

Emissão: 28/11/2017 17:49:49 Page 1 de 2
Homologado

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNÍCIPIO DE SAO JOSE DO XINGU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) R$1,00

16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %	121,08

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQÜENTE	VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2016 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	408.290,60
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE2017²	408.290,60

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	4.270.218,75	4.270.218,75	890.133,83	4.600.365,05	107,73%
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS REALIZADAS**		
			No Bimestre	**Até o Bimestre (e)**	**% (f) = (e/d)x100**
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.094.249,90	1.044.572,43	159.559,25	687.180,24	65,79%
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	950.047,53	940.971,19	145.033,17	637.764,70	67,78%
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	144.202,37	103.601,24	14.526,08	49.415,54	47,70%
24- ENSINO FUNDAMENTAL	3.896.707,97	5.219.570,61	870.850,25	4.281.659,02	82,03%
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.830.000,00	2.032.430,96	284.598,45	1.693.677,10	83,33%
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.066.707,97	3.187.139,65	586.251,80	2.587.981,92	81,20%
25- ENSINO MÉDIO					
26- ENSINO SUPERIOR					
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR					
28- OUTRAS	230.000,00	160.363,42	38.160,48	140.821,50	87,81%
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23+24+25+26+27+28)	5.220.957,87	6.424.506,46	1.068.569,98	5.109.660,76	79,53%

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	-699.080,68
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)	0,00
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO 4	0,00
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)	0,00
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)	-699.080,68
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))	5.667.919,94
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %	30,80

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM APLIC. FINAN. DE OUTROS RECURSOS DE IMP. VINC. AO ENSINO					0,00%
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO					0,00%
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO					0,00%
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	3.195.727,87	3.274.607,87	139.182,24	768.895,08	23,48%
44- TOTAL DAS OUTRAS DESP. CUSTEADAS COM RECEITAS ADIC. P/ FINAN. DO ENSINO (40+41+42+43)	3.195.727,87	3.274.607,87	139.182,24	768.895,08	23,48%
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	8.416.685,74	9.699.114,33	1.207.752,22	5.878.555,84	60,61%

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2017 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	408.290,60	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.913.305,10	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	2.331.441,80	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	-9.846,10	0,00

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO XINGU
1 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
2 Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."
3 Caput do art. 212 da CF/1988
4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
5 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Emissão: 28/11/2017 17:49:49 Page 2 de 2
Homologado

RREO ANEXO 07 DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO - CONSOLIDADO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO XINGU
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO - CONSOLIDADO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO Á OUTUBRO 2017 / BIMESTRE JANEIRO-OUTUBRO

RREO – Anexo 07 (LRF, art. 53, inciso V) R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro 2016				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro 2016				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)											
Executivo	R$ 53.396,70	R$ 222.608,47	R$ 238.286,71	R$ 2.928,91	R$ 34.789,55		R$ 192.892,83	R$ 184.338,92	R$ 186.813,93		R$ 6.078,90
Legislativo							R$ 356,96	R$ 356,96	R$ 356,96		
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)											
TOTAL (III) = (I + II)	R$ 53.396,70	R$ 222.608,47	R$ 238.286,71	R$ 2.928,91	R$ 34.789,55		R$ 193.249,79	R$ 184.695,88	R$ 187.170,89		R$ 6.078,90

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO XINGU Emissão: 28/11/2017 às 17:48 Page 1 de 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 10º Termo Aditivo ao Contrato Nº 08/2015, firmado em 24/11/2017; **Signatários:** pelo **CONTRATANTE**, Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT e, pelo **CONTRATADO**, a Empresa **AUTO POSTO QUATRO MARCOS LTDA**; **Objeto:** acréscimo de 2,56% no Óleo Diesel S-500; 2,91% no Óleo Diesel S-10; **Fundamento Legal:** art.65, inc. I, alínea *b* e § 1º, da Lei nº 8.666/1993, art. 5º do Decreto nº 2.271/1997 e IN/SLTI/MP nº 02/2018; **Valor:** Óleo Diesel S-500 era R$ 3,67 com reajuste passará para R$ 3,76; Óleo Diesel S-10 era R$ 3,78 com reajuste valor passará para R$ 3,89.

DEPARTAMENTO CONTABIL
RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – RREO - 5º BIMESTRE

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

O SR. RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS, EM CUMPRIMENTO AO DISPOSITIVO NO CAPÍTULO IX DA LEI COMPLEMENTAR N º 101/2000 E LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO, TORNA PÚBLICO O **RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – RREO,** REFERENTE AO **QUINTO BIMESTRE/2017,** ONDE OS INTERESSADOS PODERÃO ACESSÁ-LOS NOS SEGUINTES ENDEREÇOS ELETRÔNICOS: www.saojosedosquatromarcos.mt.gov.br

SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS-MT, AOS 28 DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

CHEFIA DE GABINETE
ERRATA DE PUBLICAÇÃO DE DECRETO N° 164/2017 QUE DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO DE PLENO DOMÍNIO, IMÓVEL SITUADO NO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA CIPA – ESTADO DE MATO GROSSO.

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

DECRETO N° 164/2017

Conforme publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO XII | N° 2.850/ no dia 07/11/2017.

Retifica-se:

Onde se lê:

R$ 18.000,00 (dezoito mil reais)

Leia-se:

R$ 3.000,00 (três mil reais)

Alexandre Russi

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 024/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 010/2017 - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N° 004/2017. A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA/MT resolve registrar os preços da empresa F L AGUIAR COMÉRCIO E SERVIÇO EIRELI - ME,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº **26. 637.086/0001-51**, estabelecida na Rua quatro 19 quadra 17 sala B, Jardim Umuarama II Cep 78.058-599, neste ato representada pelo Senhor Paulo Victor Preza Rego, portador da Cédula de Identidade nº 1382384-1, expedida pela SSP/MT e do CPF nº 002.250.931-38, que venceu todos os itens do certame cujo Objeto. **"Registro de preços para eventual aquisição de materiais e equipamentos de informática para todas as Secretaria da prefeitura municipal de São Pedro da Cipa - MT"".O valor total registrado foi de $ 8.773,40** (**Oito mil, setecentos e setenta e três reais e quarenta centavos),conforme mapa de apuração**. **Assinatura: 06/10/ 2017 Vigência: 12 meses. A íntegra da Ata estará disponível na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA.**SÃO PEDRO DA CIPA-MT, 08 de NOVEMBRODE 2017. **FABIANA NUNES RUIZ SILVA- PREGOEIRA.**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 025/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 010/2017 - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N° 004/2017. A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA/MT resolve registrar os preços da empresa, **DATA MANAGER PREST. SERV. DE INFORMÁTICA LTDA - ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.707.6270001-05, com sede na AV: Dom Bosco Nº 1059, Bairro: Centro Sul, Cuiabá-MT, CEP: 78020-050, neste ato representada pelo Senhor ISAC WILLIAN LENZI CORREA, portador da Cédula de Identidade nº1567262-0, expedida pela SSP/MT e do CPF nº 010.848.921-38,, que venceu os itens do certame **cujo Objeto. Registro de preços para eventual aquisição de materiais e equipamentos de informática para todas as Secretaria da prefeitura municipal de São Pedro da Cipa - MT".O valor total registrado foi 25.870,05 (Vinte e cinco mil, oitocentos e setenta reais e cinco centavos)**. conforme mapa de apuração. **Assinatura: 06/10/2017**. **Vigência: 12 meses. A íntegra da Ata estará disponível na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA.**SÃO PEDRO DA CIPA-MT, 08 de NOVEMBRO DE 2017. FABIANA NUNES RUIZ SILVA- PREGOEIRA.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 026/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 010/2017 - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N° 004/2017. A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA/MT resolve registrar os preços da empresa, **LF COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E REPRESENTAÇÕES LTDA - ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **22.328.534/0001-84** estabelecida na Rua Duzentos nº 94, quadra 03 lote 01 Jardim Imperial, Cep 78. 075-648 Município Cuiabá - MT, neste ato representada pelo Senhor **José Luiz Batista da Silva Damasceno**, portador da Cédula de Identidade nº 1046612-6, SSP/ MT e do nº CPF nº 688.596.351-87, que venceu todos os itens do certame cujo Objeto. **Registro de preços para eventual aquisição de materiais e equipamentos de informática para todas as Secretaria da prefeitura municipal de São Pedro da Cipa - MT".O valor total registrado foi de R$ 19.182,00** (**Dezenove mil e cento e oitenta e dois reais), conforme mapa de apuração**. **Assinatura: 06/10/2017**. **Vigência: 12 meses. A íntegra da Ata estará disponível na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA.**SÃO PEDRO DA CIPA-MT, 08 de NOVEMBRO DE 2017. FABIANA NUNES RUIZ SILVA- PREGOEIRA.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 027/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 010/2017 - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N° 004/2017. A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA/MT resolve registrar os preços da empresa**, GOMES COMÉRCIO E SERVIÇO DE INFORMÁTICA EIRELI-ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **11.607.429/0001-68** estabelecida na Rua Av. Carmindo de Campos nº 146, sala 22 Jardim Petrópolis , Cep 78.070-100 Município Cuiabá - MT, neste ato representada pelo Senhora **Valquiria Duarte Gomes**, portador da Cédula de Identidade nº **13322656-,** SSP/ MT e do nº CPF nº **902.967.451-20**que venceu os itens do certame cujo Objeto. **Registro de preços para eventual aquisição de materiais e equipamentos de informática para todas as Secretaria da prefeitura municipal de São Pedro da Cipa - MT". O valor total registrado foi de R$ 78.730,10 (Setenta e oito mil, setecentos e trinta reais e dez centavos) conforme mapa de apuração**. **Assinatura: 06/10/2017 Vigência: 12 meses. A íntegra da Ata estará disponível na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA.**SÃO PEDRO DA CIPA-MT, 08 de Novembro DE 2017. **FABIANA NUNES RUIZ SILVA- PREGOEIRA.**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 028/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 010/2017 - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N° 004/2017. A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA/MT resolve registrar os preços da empresa**,** que venceu todos os itens do certame cujo Objeto. **eventuais aquisições de materiais para construção, para atendimento a todas Secretarias da Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa – MT", O valor total registrado foi de R$335.802,50 (TREZENTOS E TRINTA E CINCO MIL, OITOCENTOS E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS), conforme mapa de apuração**. **Assinatura: 06/10/2017 Vigência: 12 meses.** A íntegra da Ata estará disponível na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA.SÃO PEDRO DA CIPA-MT, 08 de NOVEMBRO DE 2017. **FABIANA NUNES RUIZ SILVA- PREGOEIRA.**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 029/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 020/2017 - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N° 009/2017. A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA/MT resolve registrar os preços da empresa**, ANTONIO VIEIRA DO NASCIMENTO**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.495.827/ 0001-23 estabelecida na Av. Presidente Dutra nº 456, neste ato representada pelo Senhor **Emerson Silva Nascimento**, portador da Cédula de Identidade nº **939.629**, expedida pela SSP/MT e do CPF nº **621.200. 501-04,** que venceu todos os itens do certame cujo Objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS, MATERIAIS DE HIGIENE E MATERIAL DE LIMPEZA PARA TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SÃO PEDRO DA CIPA". O valor total registrado foi de R$ 77.216,50 (Setenta e sete mil, duzentos e dezesseis reais e cinqüenta centavos), conforme mapa de apuração**. **Assinatura: 09/10/2017**. **Vigência: 12 meses.** A íntegra da Ata estará disponível na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA.SÃO PEDRO DA CIPA-MT, 08 de NOVEMBRO DE 2017. **FABIANA NUNES RUIZ SILVA- PREGOEIRA.**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 030/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 020/2017 - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N° 009/2017. A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA/MT resolve registrar os preços da empresa**Ingrid dos Santos Matos 04990396103**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.847.644/ 0001-88 estabelecida na Rua Cuiabá nº 525 centro, São Pedro da Cipa-MT neste ato representada pela **Senhora Ingrid dos Santos Matos**, portador da Cédula de Identidade nº **2614923-0**, expedida pela SSP/MT e do CPF nº **049.903.961-03 Credenciada,** que venceu todos os itens do certame **cujo Objeto. REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS, MATERIAIS DE HIGIENE E MATERIAL DE LIMPEZA PARA TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SÃO PEDRO DA CIPA" valor total registrado foi de R$64. 938,00 (Sessenta e quatro mil, novecentos e trinta e oito reais), conforme mapa de apuração**. **Assinatura: 09/10/2017**. **Vigência: 12 meses.** A íntegra da Ata estará disponível na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA.SÃO PEDRO DA CIPA-MT, 08 de NOVEMBRO DE 2017. **FABIANA NUNES RUIZ SILVA- PREGOEIRA.**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 031/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 020/2017 - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N° 009/2017. A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PE-

DRO DA CIPA/MT resolve registrar os preços da empresa **Mercadão da Limpeza Comércio e Importação de Produtos de Limpeza Ltda Me.** , inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.689.405/0001/93 estabelecida na Av. Agrícola Paes de Barros nº 1294, Bairro Verdão Cuiabá-MT neste ato representado pelo **Senhor Tiago Cavalari Godoi**, portador da Cédula de Identidade nº **1342743-1**, expedida pela MT e do CPF nº **950.046.291-53,, Credenciada** que venceu todos os itens do certame cujo Objeto. **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS, MATERIAIS DE HIGIENE E MATERIAL DE LIMPEZA PARA TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SÃO PEDRO DA CIPA". O valor total registrado foi de R$ 29.043,00 (Vinte e nove mil, quarenta e três reais), conforme mapa de apuração**. **Assinatura: 09/10/2017**. **Vigência: 12 meses.** A íntegra da Ata estará disponível na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA. SÃO PEDRO DA CIPA-MT, 08 de NOVEMBRO DE 2017. **FABIANA NUNES RUIZ SILVA- PREGOEIRA.**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 032/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 020/2017 - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N° 009/2017. A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA/MT resolve registrar os preços da empresa**RG DA PAZ EIRELLI -EPP**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.058.617/0001/38 estabelecida na Av. Alzira Santana s/n Bairro Ikaray quadra 17, lote 05 Várzea Grande - MT neste ato representada pela **Senhor RODRIGO GARCIA DA PAZ**, portador da Cédula de Identidade nº **1477296-5**, expedida pela SSP/MG e do CPF nº 731.341.201**,Credenciada,** que venceu todos os itens do certame cujo Objeto.**"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS, MATERIAIS DE HIGIENE E MATERIAL DE LIMPEZA PARA TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SÃO PEDRO DA CIPA. O valor total registrado foi de** R$ 8.458,00 (Oito mil e quatrocentos e cinqüenta e oito reais)**, conforme mapa de apuração**. **Assinatura: 09/10/2017 Vigência: 12 meses.** A íntegra da Ata estará disponível na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA.SÃO PEDRO DA CIPA-MT, 08 de NOVEMBRO DE 2017. FABIANA NUNES RUIZ SILVA- PREGOEIRA.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 033/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 020/2017 - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N° 009/2017. A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA/MT resolve registrar os preços da empresa**COMERCIAL LUAR EIRELI - EPP** , inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.545.557/0001-33, estabelecida na Av: Radialista Edson Luiz Da Silva nº 1037, Tijucal, Cidade: Cuiabá, CEP: 78088-000, neste ato representada pelo Senhor João Batista Alves Vieira, portador da Cédula de Identidade nº 297.008 expedida pela SSP/MG e do CPF nº 149.852.506-78 **Credenciada,** que venceu todos os itens do certame cujo Objeto. **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS, MATERIAIS DE HIGIENE E MATERIAL DE LIMPEZA PARA TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SÃO PEDRO DA CIPA". O valor total registrado foi de R$ 58.391,50** (Cinquenta E Oito Mil , Trezentos E Noventa E Um Reais E Cinqüenta Centavos)**, conforme mapa de apuração**. **Assinatura: 09/10/2017. Vigência: 12 meses.** A íntegra da Ata estará disponível na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA. SÃO PEDRO DA CIPA-MT, 08 DE NOVEMBRO DE 2017. FABIANA NUNES RUIZ SILVA- PREGOEIRA.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 034/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 020/2017 - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N° 009/2017. A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA/MT resolve registrar os preços da empresa **JEANNE SODRE DOS SANTOS SILVA MÁXIMO- ME** , inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.437.315/0001-05, estabelecida na Rua: Nilmo Costa Gomes Júnior nº 396, Bairro; Santa Marina, Cidade: Rondonópolis, CEP: 78.735-568, neste ato representada pelo Senhor Jasson Batista da Silva, portador da Cédula de Identidade nº 685.416 expedida pela SSP/MT e do CPF nº 138.162.331-04**, Credenciada,** que venceu todos os itens do certame cujo Objeto. **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS, MATERIAIS DE HIGIENE E MATERIAL DE LIMPEZA PARA TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SÃO PEDRO DA CIPA".. O valor total registrado foi de R$ 68.355,00** (SESSENTA E OITO MIL, **09/10/2017. Vigência: 12 meses.** A íntegra da Ata estará disponível na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA.SÃO PEDRO DA CIPA-MT, 08 de NOVEMBRO de 2017. FABIANA NUNES RUIZ SILVA- PREGOEIRA**.**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 035/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 020/2017 - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N° 009/2017. A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA/MT resolve registrar os preços da empresa**ADILENO M. BARBOSA & CIA, AV. PRESIDENTE DUTRA, nº 374, Cidade SÃO PEDRO DA CIPA MT, CEP: 78.835-000, inscrita no CNPJ nº. 06.016.771/0001-53, neste ato representado pelo Srº. Adileno Mendes Barbosa, portador do RG nº. 0486988-4SSP/ MT e CPF nº. 396.131.781-04, Credenciada.** que venceu todos os itens do certame cujo Objeto. **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS, MATERIAIS DE HIGIENE E MATERIAL DE LIMPEZA PARA TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SÃO PEDRO DA CIPA". O valor total registrado foi de R$ 159.695,50** (Cento cinqüenta e nove mil, seiscentos e noventa e cinco reais e cinqüenta centavos)**, conforme mapa de apuração**. **Assinatura: 09/10/2017 Vigência: 12 meses.** A íntegra da Ata estará disponível na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA.SÃO PEDRO DA CIPA-MT, 08 de NOVEMBRO de 2017. FABIANA NUNES RUIZ SILVA- PREGOEIRA**.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA

PORTARIA Nº 137/2017 LICENÇA PREMIO MARIA ALICE PEREIRA NOGUEIRA

Portaria nº 137/2017

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA, É DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, **JOSÉ OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Artigo I – Conceder licença em razão do exercício ininterrupto por 05 (cinco) anos pelo período de 03 (Três) Meses, conforme a LC 12/2014 Seção 3 Art. 33. À Servidora **Maria Alice Pereira Nogueira, RG: 157207-8 SSP/MT** e **CPF: 010.452.821-46** a partir de 01 de Dezembro de 2017.

Artigo II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Publique-se, registre-se, e cumpre-se.

Serra Nova Dourada MT 28 de Novembro de 2017.

JOSE OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 136/2017 LICENÇA PREMIO DE NELMA DIAS DA SILVA NASCIMENTO

Portaria nº 136/2017

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA, É DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, **JOSÉ OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Artigo I – Conceder licença em razão do exercício ininterrupto por 05 (cinco) anos pelo período de 03 (Três) Meses, conforme a LC 12/2014 Seção 3 Art. 33. À Servidora **Nelma Dias da Silva Nascimento, RG5408653** e **CPF: 016.182.391-20** a partir de 01 de Dezembro de 2017.

Artigo II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Publique-se, registre-se, e cumpre-se.

Serra Nova Dourada MT 28 de Novembro de 2017.

JOSE OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

LEI MUNICIPAL Nº. 1.094, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, BEM COMO EFETUAR TRANSPOSIÇÃO E REMANEJAMENTO E TRANSFERENCIA DE RECURSOS DE UMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO PARA OUTRA E DE UM ÓRGÃO PARA OUTRO".

SIRINEU MOLETA, Prefeito Municipal de Tabaporã do Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal com seus fundos, autorizado a abrir crédito adicional suplementar, bem como efetuar transposição, remanejamento e transferência de recursos de uma categoria de programação para outra e de um órgão para outro, até o limite de 15% (quinze por cento) da despesa orçada para o corrente exercício.

Artigo 2º - Para dar cobertura ao que trata o artigo 1º, serão utilizados como fonte de recursos o que dispõe no artigo 43, Inciso II e III, da Lei Federal 4.320/64. (Excesso de Arrecadação e Anulação de Dotação).

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, em 28 de Novembro de 2017.

SIRINEU MOLETA

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL N.º 1098, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

"Altera o Anexo III, da Lei Municipal 1.080/2017, de 29 de agosto de 2017, reajustando os valores da Tabela de Gratificações dos Diretor e Coordenador Pedagógico", e dando outras providencias.

O **Sr. Sirineu Moleta, PREFEITO MUNICIPAL DE TABAPORÃ, ESTADO DE MATO GROSSO,** usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e **EU** sanciono a seguinte Lei**:**

Art.1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a alterar o Anexo III, da Lei Municipal 1.080/2017, de 29 de agosto de 2017, reajustando os valores da Tabela de Gratificações, dos Diretor e Coordenador Pedagógico, onde constam valores passa a valer porcentagem conforme Anexo , que é parte integrante da presente lei.

Art. 2º - Fica autorizada a inclusão dessas despesas nos instrumentos de planejamento (LDO/2016/2017, PPA/2014/2017 e LOA/2017), dotação Orçamentaria do FUNDEB 60%.

Art. 3º.- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tabaporã/MT, 27 de Novembro, de 2017.

Sirineu Moleta

Prefeito Municipal de Tabapora

LEI MUNICIPAL Nº 1.096, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

Sumula : Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária para o Exercício de 2018, **e dá outras providências.**

O Prefeito do Município de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Orçamento do Município de Tabaporã, Estado Mato Grosso, para o exercício de 2017 será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

CAPITULO I - das Metas Fiscais;

CAPITULO II - das Prioridades da Administração Municipal;

CAPITULO III - da Estrutura e Organização dos Orçamentos;

CAPITULO IV - das Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município;

CAPITULO V - das Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;

CAPITULO VI - das Disposições sobre Despesas com Pessoal;

CAPITULO VII - das Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária; e

CAPITULO VIII - das Disposições Gerais.

CATÍTULO I

DAS METAS FISCAIS

Art. 2º Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2017, estão identificados nos Demonstrativos desta Lei, em conformidade com a Portaria nº 403, de 28 de junho de 2016-STN.

Art. 3º A Lei Orçamentária Anual abrangerá a Entidade da Administração Direta e o Fundo Municipal de Previdência Social – PREV PORÃ que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 4º O Anexo de Riscos Fiscais, § 3º do art. 4º da LRF, obedece às determinações do Manual de Demonstrativos Fiscais da Portaria nº 403, de 28 de junho de 2016-STN, 7ª Edição do Manual de Elaboração válida para 201

Art. 5º Os Anexos de Riscos Fiscais e Metas Fiscais desta Lei constituem-se dos seguintes:

I - Parte I - Anexo de Riscos Fiscais.

II - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

III - Parte II - Anexo de Metas Fiscais

IV - Demonstrativo I - Metas Anuais.

V - Demonstrativo II - Avaliação do cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior.

VI - Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores.

VII - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido.

VIII - Demonstrativo V - Origem a Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos.

IX - Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores.

X - Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita.

XI - Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Parágrafo Único. Os Demonstrativos referidos neste artigo serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município.

Seção I

Riscos Fiscais e Providências

Art. 6º Em cumprimento ao § 3º do Art. 4º da LRF a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2018 deverá conter o Anexo de Riscos Fiscais e Providências.

Seção II

Metas Anuais

Art. 7º Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei de Complementar nº 101/2000, o Demonstrativo I - Metas Anuais será elaborado em valores Correntes e Constantes, relativos às Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência 2018 e para os dois seguintes.

§ 1º Os valores correntes dos exercícios de 2018, 2019 e 2020 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes utilizam o parâmetro do Índice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela Portaria nº 403/2016 da STN.

§ 2º Os valores da coluna "% PIB" são calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.

§ 3º Em cumprimento ao estabelecido na Portaria nº 403/2016, as Metas Anuais da LDO 2018, passam a contar o cálculo do percentual em relação à Receita Corrente Líquida do respectivo Estado da Federação.

Seção III

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior

Art. 8º Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

Parágrafo Único. Em cumprimento ao estabelecido na Portaria nº 403/2016, as Metas Fiscais do Exercício Anterior da LDO 2018, passam a conter o cálculo do percentual em reação a Receita Corrente Líquida do respectivo Estado da Federação.

Seção IV

Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos três Exercícios Anteriores

Art. 9º De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, deverão estar instruídos com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

Parágrafo Único. Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comentados no Demonstrativo I.

Seção V

Evolução do Patrimônio Líquido

Art. 10 Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua Consolidação.

Parágrafo Único. O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Seção VI

Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos

Art. 11 O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da Evolução do Patrimônio Líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos deve estabelecer de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

Parágrafo Único. O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Seção VII

Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio da Previdência

dos Servidores Públicos

Art. 12 Em razão do que está estabelecido no § 2º, inciso IV, alínea "a", do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, deverá conter a avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores municipais, nos três últimos exercícios. O Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos, seguindo o modelo da Portaria nº 403/2016-STN, estabelece um comparativo de Receitas e Despesas Previdenciárias, terminando por apurar o Resultado Previdenciário e a Disponibilidade Financeira do RPPS.

Seção VIII

Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

Art. 13 Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a propiciar o equilíbrio das contas públicas.

§ 1º A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, etc.

§ 2º A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

Seção IX

Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

Art. 14 O Art. 17, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Parágrafo Único. O Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

Seção X

Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Anuais de Receitas, Despesas, Resultado Primário, Resultado Nominal e Montante da Dívida Pública

Subseção I

Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais das Receitas e Despesas

Art. 15 O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Parágrafo Único. De conformidade com a Portaria nº 403/2016-STN, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2018, 2019 e 2020.

Subseção II

Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais do Resultado Primário.

Art. 16 A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não-financeiras são capazes de suportar as despesas não-financeiras.

Parágrafo Único. O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, e às normas da contabilidade pública.

Subseção III

Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal.

Art. 17 O cálculo do Resultado Nominal, deverá obedecer a metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

Parágrafo Único. O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal, deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzido o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.

Subseção IV

Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais do Montante da Dívida Pública.

Art. 18 Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta é representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

Parágrafo Único. Utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2018, 2019 e 2020.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 19 As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2018 estarão definidas e demonstradas no Plano Plurianual de 2018 a 2021, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.

§ 1º Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2018 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º Na elaboração da proposta orçamentária para 2018, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 20 O orçamento para o exercício financeiro de 2018 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo e Fundo Municipal de Previdência Social, que recebam recursos do Tesouro e da Seguridade Social e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

Art. 21 A Lei Orçamentária para 2018 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vínculos a Fundos e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores, as quais deverão conter os Anexos exigidos nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Art. 22 A Mensagem de Encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/1964, conterá todos os Anexos exigidos na legislação vigente.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

DO MUNICÍPIO

Art. 23 O Orçamento para exercício de 2018 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo e Fundo Municipal de Previdência Social (arts. 1º, § 1º 4º I, "a" e 48 LRF).

Art. 24 Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2018 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

Parágrafo Único. Até 30 dias antes do prazo para encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocara à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para exercícios subsequentes e as respectivas memórias de cálculo (art. 12, § 3º da LRF).

Art. 25 Na fixação da despesa deverá ser observada a compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas do PPA e LDO.

Art. 26 Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (art. 9º da LRF):

I - projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;

II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 27 As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2018, poderão ser expandidas em até 5%, tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2017 (art. 4º, § 2º da LRF).

Art. 28 Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

Parágrafo Único. Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos constantes de Artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/1964.

Art. 29 O Orçamento para o exercício de 2018 poderá destinar recursos para a reserva de Contingência, não inferiores a 1% (um por cento) das Receitas Correntes Líquida prevista e 30% (trinta por cento) do total do orçamento de cada entidade para a abertura de Créditos Adicionais Suplementares. (art. 5º, III da LRF).

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de Créditos Adicionais Suplementares e Especiais conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º (art. 5º III, "b" da LRF).

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 01 de dezembro de 2017, poderão ser utilizados por autorização legislativa para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 30 Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 31 O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal ou bimestral para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).

Art. 32 Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2018 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, parágrafo único e 50, I da LRF).

Art. 33 A renúncia de receita estimada para o exercício de 2018, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).

Art. 34 A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal).

Art. 35 Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2018, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei nº 8.666 /1993, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

Art. 36 As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 37 Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 38 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2018 a preços correntes.

Art. 39 A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa / Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo (art. 167, VI da Constituição Federal).

Art. 40 Durante a execução orçamentária de 2018, se o Poder Executivo Municipal for autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2018 (art. 167, I da Constituição Federal).

Art. 41 O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º da LRF.

Parágrafo único. Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, “e” da LRF).

Art. 42 Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrarem a Lei Orçamentária de 2018 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, "e" da LRF).

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 43 A Lei Orçamentária de 2018 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, de até 50% das Receitas Correntes Líquidas apuradas até o final do semestre anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32).

Art. 44 A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, Parágrafo Único da LRF).

Art. 45 Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1°, II da LRF).

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 46 O Poder Executivo e Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2018, criar ou alterar cargos e funções, alterar a estrutura organizacional, estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores e conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em

concurso público ou caráter temporário na forma da lei, realizar concursos públicos e processos seletivos para cargos e funções públicas, desde que observado os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

§1º Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2018.

§2º Os projetos de lei sobre transformação de cargos, bem como os relacionados a aumento de gasto com pessoal e encargos sociais, no âmbito do Poder Executivo e Legislativo, deverão ser acompanhados do impacto financeiro e orçamentário elaborado pela Secretaria Municipal de Finanças

Art. 47 Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2018, Executivo e Legislativo, não excederá em Percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2017, acrescida de 5%, obedecido o limite prudencial de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (art. 71 da LRF).

Art. 48 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

Art. 49 No caso de os limites máximos de despesas com pessoal para os Poderes Executivo e Legislativo, estabelecidos no Art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, forem ultrapassados em qualquer um dos Poderes, serão adotadas, no respectivo Poder, as seguintes medidas:

I – eliminação de vantagens concedidas a servidores;

I - eliminação de despesas com horas extras;

II - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

III - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 50 Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTARIA

Art. 51 O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).

Art. 52 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).

Art. 53 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

Art. 54 O Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU, do exercício de 2018, terá desconto de 30% (vinte) por cento do valor lançado para quem efetuar o pagamento ate o vencimento.

Art. 55 O Poder Executivo poderá encaminhar projetos de lei dispondo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:

I - Revisão e atualização do Código Tributário Municipal, de forma a corrigir distorções;

II - Revogação das isenções tributárias que contrariem o interesse público e a justiça fiscal; revisão das taxas, de forma a adequá-las aos custos dos respectivos serviços;

III - Atualização da Planta Genérica de Valores ajustando-a à realidade do mercado imobiliário;

IV - Aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança, execução fiscal e arrecadação de tributos.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 56 O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no *caput* deste artigo.

§ 2º Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhada à sanção até o início do exercício financeiro de 2018, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Art. 57 O Orçamento para o exercício de 2018 destinará até 1% (um por cento) do dispêndio da folha de pagamento do pessoal ativo, em ações de qualificação e capacitação de pessoal, visando o aprimoramento e treinamento dos servidores municipais.

Art. 58 Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por Decreto do Executivo.

Art. 59 O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 60 A recomposição geral anual dos vencimentos e proventos ocorrera em 01 de Maio de cada Exercício.

Art. 61 Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 62 O Poder Executivo poderá conceder Subvenção Social, Contribuição e/ou Auxilio a entidades desde que autorizadas em Lei Específica e que atendam as condições previstas na LC 101/2000.

Art. 63 As entidades privadas e/ou públicas poderão ser beneficiadas com recursos públicos a qualquer título, desde que com autorização legislativa e submeter-se-ão à fiscalização do Poder Público, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 64 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã-MT, 28 de Novembro de 2017.

Sirineu Moleta

Prefeito Municipal de Tabaporã

LEI MUNICIPAL Nº 1097, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

Sumula:Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município, para o Exercício Financeiro de 2018.

O Prefeito do Município de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do município para o exercício financeiro de 2018 no montante de R$ 42.388.849,84 (Quarenta e Dois Milhões Trezentos e Oitenta e Oito Mil, Oitocentos e Quarenta e Nove Reais e Oitenta e Quatro Centavos) e fixa a despesa em igual valor, compreendendo, nos termos do art. 165, § 5º, da Constituição:

I - o Orçamento Fiscal referente ao Poder Público Municipal, da Administração Pública Municipal direta;

II - o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da Administração Pública Municipal direta, bem como os fundos.

Seção I

Da Estimativa da Receita

Art. 2º A Receita compreendendo os orçamentos mencionados nos incisos I, do artigo anterior, é estimada no valor de R$ 42.388.844,84(Quarenta e Dois Milhões Trezentos e Oitenta e Oito Mil Oitocentos e Quarenta e Quatro Reais e Oitenta e Quatro Centavos), sendo R$ 38.988.844,84 Trinta e Oito Milhões Novecentos e Oitenta e Oito Mil Oitocentos e Quarenta e Quatro Reais e Oitenta e Quatro Centavos) para a Prefeitura Municipal e R$ 3.400.000,00 (Três Milhões e Quatrocentos Mil) para o PREVIPORÃ.

§ 1º A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente de acordo com o seguinte desdobramento:

1. Receitas do Orçamento Fiscal	
1.1 Receitas Correntes	
Receita Tributária	3.537.922,46
Receita Patrimonial	75.910,39
Receitas de Contribuições	240.285,15
Receitas de Serviços	102.000,00
Transferências Correntes	30.848.111,87
Outras Receitas Correntes	22.000,00
Deduções – FUNDEB	(-) 3.817.250,29
Soma	31.008.979,58

1.2 Receitas de Capital	
Transferências de Capital	7.979.865,26
Operações de Crédito	0,00
Soma	7.979.865,26
Total	38.988.844,84

2. Receitas do Orçamento da Seguridade Social – PREVIPORÃ	
1.1 Receitas Correntes	
Receita de Contribuições Sociais	900.100,00
Receita Corrente Intra-Orçamentária	1.559.500,00
Receita Patrimonial	940.000,00
Outras Receitas Correntes	400,00
Soma	3.400.000,00
Total	**42.388.844,84**

§ 2° A legislação e os resumos das receitas estão demonstrados na forma do que dispõe o Anexo I.

Seção II

Da Fixação da Despesa

Art. 3º As despesas do Orçamento do Município para o exercício de 2018, estão fixadas em R$ 42.388.844,84(Quarenta e Dois Milhões Trezentos e Oitenta e Oito Mil Oitocentos e Quarenta e Quatro Reais e Oitenta e Quatro Centavos.).

I – o orçamento Fiscal	R$ 28.950.427,18
II – o orçamento da Seguridade Social	R$ 13.438.417,66
Total	**R$ 42.388.844,84**

Art. 4º O resumo geral da despesa, despesa por função e programas, será demonstrado na forma dos Anexos II, III, IV e V.

Seção III

Das Correções dos Orçamentos

Art. 5º As receitas estão estimadas e as despesas fixadas segundo preços vigentes em 1º de setembro de 2017 (base de correção relativa a 31 de agosto de 2017).

§ 1º Os valores das receitas e despesas poderão ser atualizados no decorrer da execução orçamentária, mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor, considerado no período de outubro (inclusive) ao mês imediatamente anterior ao da correção.

§ 2º O Poder Executivo, no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação desta Lei e por ocasião das correções efetuadas no decorrer do exercício, encaminhará à Câmara Municipal, para ciência, cópia do orçamento anual devidamente corrigido.

Seção IV

Das Autorizações para abertura de Créditos Adicionais e ajustes

nas Programações Orçamentárias

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado, no que lhe cabe, no decurso da execução orçamentária, mediante edição de ato próprio, destinar os recursos programados na dotação orçamentária 99.99.99.999.9999, elemento de despesa 9.9.99.99 - Reserva de Contingência, à cobertura de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais.

Art. 7º Fica o Poder Executivo Municipal, respeitadas as demais prescrições constitucionais e nos termos da Lei Federal n° 4.320/64, autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o valor de 30% (trinta) por cento do Orçamento Total com a finalidade de incorporar valores que excedam as previsões constantes desta lei, mediante utilização de recursos provenientes de:

I – anulação parcial ou total de dotações;

II – incorporação de superávit e/ou saldo financeiro disponível do exercício anterior, efetivamente apurado em balanço;

III – excesso de arrecadação em bases constantes;

IV – transposição, remanejamento ou transferência de recursos, dentro de uma mesma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, nos termos do inciso VI do art. 167 da Constituição Federal.

Art. 8º Visando adequar as estruturas do orçamento – programa as necessidades técnicas decorrentes da execução das metas físicas, fica o Poder Executivo autorizado, por meio de ato próprio, a alterar a programação or-

çamentária da Administração Direta, nos termos dos artigos 40 e 46 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 9º Fica o Poder Legislativo, autorizado a proceder ajustes no seu orçamento dando ciência ao Poder Executivo no prazo de 15 (quinze) dias.

Seção V

Da Execução dos Orçamentos e das Operações de Crédito

por antecipação da Receita

Art. 10 O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da Receita, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000, do Título VI, Capítulo I, da Lei Federal nº 4.320/1964, podendo para tanto, realizar operações de créditos por antecipação da receita, observadas as normas legais vigentes do art. 3º, inc. II da Resolução nº 40/2001, não ultrapassando o limite de 1,2 da receita Corrente Líquida.

Seção VI

Das Disposições Gerais

Art. 11 A Secretaria Municipal de Finanças, no prazo de 30 (trinta) dias da publicação da Lei Orçamentária, disponibilizará e encaminhará a Câmara Municipal, os Quadros de Detalhamento de Despesa, especificando, por projeto/atividade, os elementos de despesa e os respectivos desdobramentos dos orçamentos fiscal e próprios do fundo.

Art. 12 Durante o exercício financeiro de 2018 o município não terá projetos em execução superior a dois anos.

Art. 13 Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã-MT, 28 de Novembro de 2017.

Sirineu Moleta

Prefeito Municipal

ANEXO I

Legislação – Anexo I das Portarias nº 163 e 180 STN

a) Resumo Geral da Receita para Exercício Financeiro de 2018

Especificação	Orçamento Fiscal	Orçamento da Seguridade Social	Total
Receitas Correntes	**34.826.229,87**	**3.400.000,00**	**38.226.229,87**
Receita Tributária	3.537.922,46	0,00	3.537.922,46
Receita Contribuições Sociais	240.285,15	900.100,00	1.140.385,15
Receita Patrimonial	75.910,39	940.000,00	1.015.910,39
Receita de Serviços	102.000,00		102.000,00
Receita Corrente Intra-Orçamentária	0,00	1.559.500,00	1.559.500,00
Transferências Correntes	30.848.111,87	0,00	30.848.111,87
Outras Receitas Correntes	22.000,00	400,00	22.400,00
(-) Deduções FUNDEB	(-) 3.817.250,29	0,00	(-) 3.817.250,29
Receitas de Capital	7.979.865,26	0,00	7.979.865,26
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	7.979.865,26	0,00	
Total	**38.988.844,84**	**3.400.00,00**	**42.388.844,84**

ANEXO II

Resumo Geral da Despesa para o Exercício Financeiro de 2018

Especificação	Orçamento Fiscal	Orçamento da Seguridade Social	Total
Despesas Correntes	21.328.570,73	9.971.320,40	31.299.891,13
Despesa de Capital	7.197.968,00	1.396.097,26	1.401.097,26
Reserva de Contingência	423.888,45	2.071.000,00	2.494.888,45
Total	**28.950.427,18**	**13.438.417,66**	**42.388.844,84**

ANEXO III

Demonstrativo das Despesas por função para o Exercício Financeiro de 2018

Função	Valor
01 – Legislativo	1.434.720,00
04 – Administração	4.967.664,38
08 – Assistência Social	2.159.597,26
09 – Previdência	1.329.000,00
10 – Saúde	7.919.820,40
12 – Educação	8.330.797,90
13 – Cultura	136.000,00
15 – Urbanismo	5.150.356,57
17 – Saneamento	185.000,00
18 – Gestão Ambiental	438.000,00
20 – Agricultura	345.500,00
23 – Comércio e Serviços	778.973,00
25 – Energia	501.156,99
26 – Transportes	4.145.000,00
27 – Desporto Comunitário	1.608.481,44
28 – Encargos Especiais	463.888,45
99 – Reserva Contingência	423.888,45
99 – Reserva de Contingência RPPA	2.071.000,00
Total	**42.388.844,84**

ANEXO IV

Demonstrativo dos Programas para o Exercício Financeiro de 2018

PROGRAMAS	Valor
0001: ACOES DO PODER LEGISLATIVO	**1.434.720,00**
0002: AÇOES DE NATUREZA ADMINISTRATIVA	**3.678.264,38**
0003: MELHORAR OS SERVIÇOS PUBLICO	**2.645.097,26**
0004: REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA	**3.395.000,00**
0005: AÇÕES DE NATUREZA FISCAL E ADMINISTRATIVA	**1.668.288,45**
0006: AÇÕES VOLTADAS A GESTÃO ADMINISTRATIVA-SUS	**702.000,00**
0007: AÇÕES VOLTADAS A ATENÇÃO BASICA	**3.326.600,00**
0008: AÇÕES VOLTADAS A MEDIA ALTA COMPLEXIDADE	**2.906.720,40**
0009: AÇÕES VOLTADAS A ASSISTENCIA FARMACEUTICA	445.000,00
0010: AÇÕES VOLTADAS A VIGILANCIA EM SAUDE	448.500,00
0011: QUALIDADE DOS SERVIÇOS PUBLICO	24.000,00
0012: EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	8.276.906,40
0013: AÇÕES VOLTADA A CULTURA	136.000,00
0014: VIDA SAUDAVEL	1.608.481,44
0015: PROMOVER A QUALIDADE DE VIDA	9.961.513,56
0016: MELHORAR O POTENCIAL DO MUNICIPIO	869.864,50
0017: PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE	438.000,00
0018: RESERVA DE CONTIGENCIA	423.888,45
TOTAL	**42.388.844,84**

ANEXO V

Demonstrativo das Despesas por Projetos e Atividades por Órgão para

Exercício Financeiro de 2018.

	Valor
ORGÃO 01 : CAMARA MUNICIPAL	
1002: AQUSIÇÃO VEICULO PARA CAMARA MUNICIPAL	**30.000,00**
1001: AQUISIÇÃO EQUIPAMENTOS PERMANENTE PARA CAMARA M.	**70.000,00**
1003: CONSTRUÇÃO E REFORMA NO PREDIO DA CAMARA MUNICIPAL	**50.000,00**
2001: MANUTENCAO E ENCARGOS COM PODER LEGISLATIVO	**1.284.720,00**
ORGÃO 02 : GABINETE DO PREFEITO	

1004: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERMANENTE PARA O GABINETE	**50.000,00**
2002: MANUTENCAO E ENCARGOS COM GABINETE DO PREFEITO	**646.600,00**
ORGÃO 03: GABINETE DE COORDENAÇÃO GERAL	
1006: AQUIS. DE EQUIP. PERMA. P. O GABINETE COORDENAÇÃO GERAL	**24.000,00**
2003: MANUTENCAO E ENCARGOS COM GABINETE DE COORDENAÇÃO	**189.800,00**
2004: FESTIVIDADES RECEPÇÃO E HOSPEDAGEM	95.000,00
2005: MANUTENÇÃO COM OUVIDORIA MUNICIPAL	78.300,00
2006: MANUTENÇÃO COM ESCRITORIOS DE REPRESENTAÇÃO	221.450,00
2007: APOIO AOS CONSELHOS COMUNICAÇÃO E CERIMONIAL	82.000,00
ORGÃO 04: CONTROLADORIA GERAL	
1007: AQUISIÇÃO DE EQUIP. PERMAN. PARA CONTROLADORIA GERAL	8.000,00
2008: MANUTENÇÃO COM A CONTROLADORIA GERAL	**197.700,00**
ORGÃO 05: PROCURADORIA GERAL	
1008: AQUISIÇÃO DE EQUIP.PER. PARA A PROCURADORIA GERAL	8.000,00
2009: MANUTENÇÃO COM A PROCURADORIA GERAL	271.400,00
2010: SENTENÇAS JUDICIAIS	151.314,38
ORGÃO 06: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	
1011: AQUISI. EQUIPAMENT. PERMANENTE. PARA SECR. ADMINISTRAÇÃO	15.000,00
1009: AQUISI. VEICULO. PARA SECR. ADMINISTRAÇÃO	50.000,00
1010: INFRA ESTRUTURA DE OBRAS E EDIFICACOES PUBLICA	50.000,00
1012: AQUISI. DE EQUIPA. P/ COORDENADORIA PROJETOS E CONVENIO	5.000,00
2012: MANUTENÇÃO COM A COORDENADORIA PROJETOS E CONVENIO	348.400,00
1013: AQUISIÇÃO DE EQUIP. PARA DEPARTAMENTO DE TRANSITO	5.000,00
2015: MANUTENÇÃO COM O DEPARTAMENTO DE TRANSITO	30.000,00
1014: AQUIS. DE EQUIP. E PERM. AO FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA	5.000,00
2019: MANUTENÇÃO COM O FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA	225.000,00
2020: ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	741.000,00
2021: ENCARGOS COM BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	348.000,00
2022: COMPENSAÇÃO PREVIDENCIARIA	10.000,00
9999: RESERVA DE CONTIGENCIA RPPS	2.071.000,00
2011: MANUTENÇÃO COM A SECRET. M. DE ADMINISTR PLANEJAMENTO	701.300,00
2013: MANUTEÇÃO COM A COORDENADORIA DE COMPRAS	225.000,00
2014: MANUTENÇÃO COM A COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS	225.000,00
2016: REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PUBLICOS/TESTE SELETIVO	40.000,00
2017: CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	45.000,00
ORGÃO 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO	
1015:AQUI. DE EQUIP. E PERMANENTE PARA SECRETARIA DE FINANÇAS	15.000,00
2023:MANUTENÇÃO COM A COORDENADORIA DE FINANÇAS	573.500,00
1016:AQUI. DE EQUIP. E PERMANENTE PARA COORDEN. DE TRIBUTAÇÃO	15.000,00
2024: MANUTENÇÃO COM A COORDENA. DE TRIBUTAÇÃO E CADASTR	313.900,00
1017: AQUI. EQUIP. PARA COORDENADORIA DE CONTABILIDADE	15.000,00
2025: MANUTENÇÃO COM A COORDENADORIA DE CONTABILIDADE	272.000,00
2026: ENCARGOS ESPECIAIS-PASEP	423.888,45
2027: ENCARGOS ESPECIAIS- DIVIDA PUBLICA	40.000,00
9999: RESERVA DE CONTIGENCIA	423.888,45
ORGÃO 08: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
1018: AQUISI EQUIPAMENT PERMANENT. P/ SECRETARIA M. DE SAUDE	15.000,00
1019: AQUISI EQUIPAMENTOS PERMANENT. PARA PMAQ	25.000,00
1020: AQUISI EQUIPAMENTOS . PERMANENT. PARA SAUDE BUCAL	50.000,00
1021: AQUISI PERMANENT. PARA UNIDADES BASICAS. DE SAUDE	50.000,00
1023: INFRA ESTRUTURA DE OBRAS . P/ UNIDADES BASICAS DE SAUDE	100.000,00
1025: AQUISI EQUIP. PERMANENT. PARA ASSITENCIA FARMACEUTICA	5.000,00
1027: AQUISIÇÃO EQUIPAM. PERMANENT. PARA VIGILANCIA SANITARIA	10.000,00
1028: AQUISIÇÃO EQUIPAM. PERMANENT. P/ VIGILANCIA EPIDEMIOLOG	10.000,00
1029: AQUISIÇÃO VEICULO. PARA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	12.000,00
1030: INFRA ESTRUTURA DE OBRAS . PARA VIGILANCIA EM SAUDE	30.000,00
1078: AQUISIÇÃO EQUIPAM. PERMANENT. PARA MEDIA ALTA COMPLEX	50.000,00
2028: MANUTENÇÃO COM O CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE	25.000,00
2029: MANUTENÇÃO COM SERV ADMINISTRATIVOS OUVIDORIA SAUDE	20.000,00
2030: CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES -SAUDE	35.000,00
2031: MANUTENÇÃO COM A COORDENADORIA ADMINISTRATIVA -SAUDE	662.000,00
2032: MELHORIA DE ACESSO DE QUALIDADE-PMAQ	122.600,00
2033: MANUTENÇÃO COM A SAUDE BUCAL	581.000,00
2034: MANUTENÇÃO COM ESF-ESTRATEGIA SAUDE DA FAMILIA	2.024.000,00
2035: MANUTENÇÃO COM AGENTES COMUNITARIOS DE SAUDE	**112.000,00**
2036: MANUTENÇÃO COM PSE- PROGRAMA SAUDE NA ESCOLA	10.000,00
2037: MANUTENÇÃO COM NASF- NUCLEO DE APOIO SAUDE DA FAMILIA	248.000,00
2038: PROGRAMA MAIS MEDICO	40.000,00
2039: MANUTENÇÃO COM O HOSPITAL MUNICIPAL	2.532.720,40
2040: REPASSE PARA O CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE	324.000,00
2041: MANUTENCAO COM AS UNIDADES DE VIGILANCIA SANITARIA	160.500,00
2042: MANUTENÇÃO COM A VIGILANCIA AMBIENTAL	226.000,00
2043: MANUTENÇÃO COM ASSISTENCIA FARMACEUTICA	405.000,00
2044: REFORMA E MELHORIA NA FARMACIA BASICA	35.000,00
ORGÃO 09: SECRETARIA M. DE ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA	
1031:AQUI. EQUIP. E PERM. PARA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	25.000,00
1032:CONTRUCAO DO CENTRO MULTIPLO USO	981.897,26
1033: AQUI. EQUI. E MAT PERMA. P/ ASSISTE.NECESSIDADE ESPECIAL	3.000,00
1034:AQUI. EQUIPAMENTO E MAT PERMA. PARA ASSISTENCIA AO IDOSO	3.000,00
1035:AQUISI. EQUIP. PERMANENT. PARA ASSISTENCIA AO BOLSA FAMILIA	6.200,00
1036: AQUISI. EQUIP. PERMANENT. PARA ASSISTENCIA AO FUPIS	2.000,00
1037: AQUISI. EQUIP. PERMANENT. PARA ASSISTENCIA AO CRAS	8.000,00
2045: MANUTENÇÃO COM A SECRETARIA MUNI. DE ASSISTENCIA SOCIAL	582.000,00
2046: MANUTENÇÃO COM OS CONSELHOS SOCIAIS	10.500,00
2047: CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-ASSISTENCIA SOCIAL	12.000,00
2048: MANUTENÇÃO E APOIO A PESSOA IDOSA	18.000,00
2049: MANUTENÇÃO E ASSIST. AO PORTADOR NECESSIDADE ESPECIAL	18.000,00
2050: MANUTENÇÃO COM O PROGRAMA CRIANÇA FELIZ	28.000,00
2051: MANUTENÇÃO COM A CASA DE PASSAGEM	115.000,00
2052: MANUTENÇÃO COM O CONSELHO TUTELAR	145.000,00
2053: MANUTENÇÃO COM O PROGRAMA BOLSA FAMILIA	11.000,00
2054: MANUTENÇÃO COM OS PROGRAMAS IGD/SUAS	2.500,00
2055: MANUT. COM O PROG..FORTALECIMENTO DE VINCULO-CRIANÇA	36.000,00
2056:MANUT. COM O PROG..FORTALECIMENTO DE VINCULO-IDOSO	36.000,00
2057:MANUT. COM O PROGRAMA.FORTALECIMENTO FUPIS	2.000,00
2058: MANUTENÇÃO COM O PROGRAMA CRAS	57.000,00

2059:REMOÇÃO DE CORPOS HUMANOS	10.000,00
2060:BENEFICIOS EVENTUAIS- FUNERAL/PASSAGENS/ CESTAS BASICAS	45.000,00
2061: MANUTENÇÃO COM O FUNDO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	2.500,00
ORGÃO:10 SECRETARIA M. DE EDUCAÇÃO CULTURA ESPORTE E LAZER	
1038:AQUISIÇÃO DE EQUIP. E PERM. PARA SECRETARIA M. EDUCAÇÃO	40.000,00
1039: AQUISIÇÃO DE EQUIP. E PERM. PARA DIVISÃO EDU. INFATIL-25%	45.000,00
1040: AQUISIÇÃO DE EQUIP. E PERM. PARA DIVISÃO EDU. INFATILQSE	150.000,00
1043: INFRA ESTRUTURA AMPLI. REFORMA PREDIO SECR. EDUCACAO	45.000,00
1045:INFRA ESTRU. AMPL. REFORMA PREDIOS REDE EDUCACIONAL-QSE	67.000,00
1047: INFRA EST.REFORMAS E MELHORIAS PREDIO BIBLIOTECA MUNICI	30.000,00
1048: AQUISIÇÃO DE EQUIP. E PERM. PARA BIBLIOTECA MUNICIPAL	5.000,00
1049: CONSTRUÇÃO DO ESTADIO MUNICIPAL	1.000.000,00
1051: AQUISIÇÃO DE ACADEMIA AO AR LIVRE	20.000,00
1050: CONSTRUÇÃO QUADRA DE AREIA	85.981,44
1052: AQUIS. DE EQUIP. E PERM. PARA COORDENAÇÃO DO ESPORTE	20.000,00
2062: PRESTA. SERV. COM EXCELENCIA- FORMAÇÃO PROF.EDUCAÇÃO	24.000,00
2063:MANUTENÇÃO COM SERV. ADMINITRATIVO SECRET. M. EDUCAÇÃO	420.000,00
2064: MANUTENÇÃO COM TRANSPORTE ESCOLAR ENS. FUNDA-PNATE	64.155,20
2065: MANUT. COM TRANSPORTE ESCOLAR PRE ESCOLA -PNATE	14.783,00
2066: MANUTENÇÃO COM TRANSPORTE ESCOLAR ENS. MEDIO-PENAT	17.000,50
2067: MANUTENÇÃO COM TRANSPORTE ESCOLAR PRE ESCOLA-25%	65.000,00
2068: MANUTENÇÃO COM TRANSPORTE ESCOLAR ENS. FUNDA-FETHAB	**150.000,00**
2069: MANUT. COM TRANSP. ESCOLAR ENS. FUNDA-CONVENIO ESTAD	670.000,00
2070: MANUTENÇÃO COM EDUCAÇÃO INFANTIL-PDE	**20.000,00**
2071: MANUTENÇÃO COM EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL-PDE	**20.000,00**
2072: MANUTENÇÃO COM ENSINO FUNDAMENTAL-25%	190.000,00
2073: MANUTENÇÃO COM O PROGRAMA QSE- SALARIO EDUCACAO	132.000,00
2074: MANUTENÇÃO COM ENSINO INFANTIL- CRECHE-25%	129.000,00
2075: MANUTENÇÃO COM ENSINO INFANTIL PRE ESCOLA-25%	134.000,00
2076: MANUTENÇÃO COM O FUNDEB 60%	3.656.911,20
2077: MANUTENÇÃO COM O FUNDEB 40%	2.073.000,00
2078: MANUTENÇÃO COM EDUCAÇÃO ESPECIAL	2.500,00
2079: ALIMENTAÇÃO ESCOLAR- FUNDAMENTAL	**47.644,80**
2080:ALIMENTAÇÃO ESCOLAR CRECHE	33.404,00
2081: ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PRE ESCOLA	24.222,80
2082: ALIMENTAÇÃO ESCOLAR AEE	742,00
2083: ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM. FUNDAM. AGRICULTURA FAMILIAR	20.419,20
2084: ALIMENTAÇÃO ESCOLAR CRECHE- AGRICULTURA FAMILIAR	14.316,00
2085: ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PRE ESCOLA- AGRICULTURA FAMILIAR	10.381,20
2086: ALIMENTAÇÃO ESCOLAR AEE- AGRICULTURA FAMILIAR	318,00
2087: ALIMENTAÇÃO ESCOLAR MAIS EDUCA.- AGRICULTURA FAMILIAR	15.000,00
2088: ALIMENTAÇÃO ESCOLAR MAIS EDUCAÇÃO	35.000,00
2089: MANUTENÇÃO COM A BIBLIOTECA MUNICIPAL	**26.000,00**
2090: EVENTOS ARTISTICOS, CULTURAIS E CIVICOS	75.000,00
2091: MANUTENÇÃO COM ESPORTE E LAZER	379.500,00
2092: INCENTIVO AO ESPORTE E COMPETIÇÃO	103.000,00
ORGÃO 11: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
1054: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E PERMANENTE PATA O FETHAB	35.000,00
1055: RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	1.580.000,00
1056: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E PERMNENT. PARA ESTRADA	20.000,00
1057: AQUISIÇÃO DE VEICULOS E MAQUINARIOS - FETHAB	200.000,00
1058: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E PERMN. PARA SERVIÇOS URB	8.000,00
1059: INFRA ESTRUTURA OBRAS- SERVIÇOS URBANO	150.000,00
1060: PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA	1.132.564,34
1061: RECUPERAÇÃO DE VIAS URBANAS	534.792,23
1062: PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA-AV: DOS PRIMEIROS	550.000,00
1064: ILUMINAÇÃO PUBLICA EM VIAS URBANAS	261.156,99
1068: INFRA ESTRUTURA OBRAS EM VIAS URBANAS - FETHAB	50.000,00
2093: MANUTENÇÃO COM ESTRADAS -FETHAB	1.135.000,00
2094: MANUTENÇÃO COM ESTRADAS-PROPRIO	1.190.000,00
2095: MANUTENÇÃO COM SERVIÇOS URBANOS	2.140.000,00
2096: MANUTENÇÃO COM ILUMINAÇÃO PUBLICA	240.000,00
2097: MANUTENÇÃO COM A COLETA DE LIXO	295.000,00
2098: MANUTENÇÃO COM SERVIÇOS URBANOS-FETHAB	275.000,00
2099: MANUTENÇÃO COM SANEAMENTO BASICO	185.000,00
ORGÃO 12: SECRETARIA M. DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
1069: AQUISIÇÃO DE EQUI.E PER. AGRICULTURA FAMILIAR E PECUA	25.000,00
1071: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E PE. PARA MINI INDUSTRIA	314.723,00
1072: AQUISIÇÃO DE VEICULOS E MAQUI P/ MINI INSDUSTRIA-CONVENIO	183.750,00
1073: AQUISIÇÃO DE EQUIP. E PERMNENT. P/ MINI INDUSTRIA-PROPRIO	15.000,00
1074: INFRA ESTRUTURA NA IMPLANTAÇÃO DO VIVEIRO MUNICIPAL	50.000,00
1075: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E PERMNENT. PARA VIVEIRO MUNI	5.000,00
1076: AQUISIÇÃO DE EQUIP. E PERM. PARA MEIO AMBIENTE E TURIS	25.000,00
1077: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E PERMNENT. PARA CAE	5.000,00
2100: MANUTENÇÃO COM A AGRICULTURA FAMILIAR E PECUARIA	305.500,00
2101: PROMOÇÃO DE CURSOS PALESTRAS E CAMPANHAS	15.000,00
2102: MANUTENÇÃO COM APOIO A INDUSTRIA E COMERCIO	202.000,00
2103: MANUTENÇÃO COM O VIVEIRO MUNICIPAL	55.000,00
2104: MANUTENÇÃO COM MEIO AMBIENTE E TURISMO	218.000,00
2105: PROMOÇÃO E REALIZAÇÃO DE EVENTOS	85.000,00
2106: MANUTENCÃO CAE-CENTRO DE ATENDIMENTO EMPRESARIAL	58.500,00
TOTAL	**42.388.844,84**

ANEXO VI

Despesas pôr Órgãos da Administração 2018

PODER LEGISLATIVO

01 – CÂMARA MUNICIPAL	1.434.720,00

PODER EXECUTIVO

02 – GABINETE DO PREFEITO	696.600,00
03 – GABINETE DE COORDENAÇÃO GERAL	690.550,00
04 – CONTROLADORIA GERAL	205.700,00
05- PROCURADORIA GERAL	430.714,38
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	1.739.700,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA – PREVIPORÃ	1.324.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA - RPPS	2.071.000,00

07-SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	1.668.288,45
08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	7.883.820,40
09- SECRETARIA MUNI. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	2.159.597,26
10 – SECRETARIA M. DE EDUCAÇÃO E CULTURA ESPORTE E LAZER	10.045.387,84
11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS	9.961.513,56
12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	1.653.364,50
99 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	423.888,45
SUB-TOTAL	**40.954.124,84**
TOTAL GERAL	**42.388.844,84**

LEI MUNICIPAL Nº 1099, 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

Sumula: Autoriza o Município de Tabaporã/MT a participar do Consórcio Público Intermunicipal de Sistema Único de Saúde do Estado de Mato Grosso - *" **CONSUSMT** " e a ratificar o Protocolo de Intenções firmado entre os Municípios de Acorizal; Água Boa; Alta Floresta; Alto Araguaia; Alto Boa Vista; Alto Garças; Alto Paraguai; Alto Taquari; Apiacás; Araguaiana; Araguainha Araputanga; Arenápolis; Aripuanã; Barão de Melgaço; Barra do Bugres; Barra do Garças; Bom Jesus do Araguaia; Brasnorte; Cáceres; Campinápolis; Campo Novo do Parecis; Campo Verde; Campos de Júlio; Canabrava do Norte; Canarana; Carlinda; Castanheira; Chapada dos Guimarães; Cláudia; Cocalinho; Colíder; Colniza; Comodoro; Confresa; Conquista d`Oeste; Cotriguaçu; Cuiabá; Curvelândia; Denise; Diamantino; Dom Aquino; Feliz Natal; Figueirópolis D`Oeste; Gaúcha do Norte; General Carneiro; Glória d`Oeste; Guarantã do Norte; Guiratinga; Indiavaí; Ipiranga do Norte; Itanhangá; Itaúba; Itiquira; Jaciara; Jangada; Jauru; Juara; Juína; Juruena; Juscimeira; Lambari d`Oeste; Lucas do Rio Verde; Luciara; Marcelândia; Matupá; Mirassol D`Oeste; Nobres; Nortelândia; Nossa Senhora do Livramento; Nova Bandeirantes; Nova Brasilândia; Nova Canaã do Norte; Nova Guarita; Nova Lacerda; Nova Marilândia; Nova Maringá; Nova Monte verde; Nova Mutum; Nova Nazaré; Nova Olímpia; Nova Santa Helena; Nova Ubiratã; Nova Xavantina; Novo Horizonte do Norte; Novo Mundo; Novo Santo Antônio; Novo São Joaquim; Paranaíta; Paranatinga; Pedra Preta; Peixoto de Azevedo; Planalto da Serra; Poconé; Pontal do Araguaia; Ponte Branca; Pontes e Lacerda; Porto Alegre do Norte; Porto dos Gaúchos; Porto Esperidião; Porto Estrela; Poxoréu; Primavera do Leste; Querência; Reserva do Cabaçal; Ribeirão Cascalheira; Ribeirãozinho; Rio Branco; Rondolândia; Rondonópolis; Rosário Oeste; Salto do Céu; Santa Carmem; Santa Cruz do Xingu; Santa Rita do Trivelato; Santa Terezinha; Santo Afonso; Santo Antônio do Leste; Santo Antônio do Leverger; São Félix do Araguaia; São José do Povo; São José do Rio Claro; São José do Xingu; São José dos Quatro Marcos; São Pedro da Cipa; Sapezal; Serra Nova Dourada; Sinop; Sorriso; Tabaporã; Tangará da Serra; Tapurah; Terra Nova do Norte; Tesouro; Torixoréu; União do Sul; Vale de São Domingos; Várzea Grande; Vera; Vila Bela Santíssima Trindade; Vila Rica e dá outras providências.*

O Prefeito do Município de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a formalizar a participação do Município de Tabaporã-MT no Consórcio Intermunicipal de Sistema Único de Saúde do Estado de Mato Grosso, denominado **CONSUSMT** ", ratificando o Protocolo de Intenções, firmado em 10 de Julho de 2017 entre os municípios de **Acorizal; Água Boa; Alta Floresta; Alto Araguaia; Alto Boa Vista; Alto Garças; Alto Paraguai; Alto Taquari; Apiacás; Araguaiana; Araguainha; Araputanga; Arenápolis; Aripuanã; Barão de Melgaço; Barra do Bugres; Barra do Garças; Bom Jesus do Araguaia; Brasnorte; Cáceres; Campinápolis; Campo Novo do Parecis; Campo Verde; Campos de Júlio; Canabrava do Norte; Canarana; Carlinda; Castanheira; Chapada dos Guimarães; Cláudia; Cocalinho; Colíder; Colniza; Comodoro; Confresa; Conquista d`Oeste; Cotriguaçu; Cuiabá; Curvelândia; Denise; Diamantino; Dom Aquino; Feliz Natal; Figueirópolis D`Oeste; Gaúcha do Norte; General Carneiro; Glória d`Oeste; Guarantã do Norte; Guiratinga; Indiavaí; Ipiranga do Norte; Itanhangá; Itaúba; Itiquira; Jaciara; Jangada; Jauru ; Juara; Juína; Juruena; Juscimeira; Lambari d`Oeste; Lucas do Rio Verde; Luciara; Marcelândia; Matupá; Mirassol D`Oeste; Nobres; Nortelândia; Nossa Senhora do Livramento; Nova Bandeirantes; Nova Brasilândia; Nova Canaã do Norte; Nova Guarita; Nova Lacerda; Nova Marilândia; Nova Maringá; Nova Monte verde; Nova Mutum; Nova Nazaré; Nova Olímpia; Nova Santa Helena; Nova Ubiratã; Nova Xavantina; Novo Horizonte do Norte; Novo Mundo; Novo Santo Antônio; Novo São Joaquim; Paranaíta; Paranatinga; Pedra Preta; Peixoto de Azevedo; Planalto da Serra; Poconé; Pontal do Araguaia; Ponte Branca; Pontes e Lacerda; Porto Alegre do Norte; Porto dos Gaúchos; Porto Esperidião; Porto Estrela; Poxoréu; Primavera do Leste; Querência; Reserva do Cabaçal; Ribeirão Cascalheira; Ribeirãozinho; Rio Branco; Rondolândia; Rondonópolis; Rosário Oeste; Salto do Céu; Santa Carmem; Santa Cruz do Xingu; Santa Rita do Trivelato; Santa Terezinha; Santo Afonso; Santo Antônio do Leste; Santo Antônio do Leverger; São Félix do Araguaia; São José do Povo; São José do Rio Claro; São José do Xingu; São José dos Quatro Marcos; São Pedro da Cipa; Sapezal; Serra Nova Dourada; Sinop; Sorriso; Tabaporã; Tangará da Serra; Tapurah; Terra Nova do Norte; Tesouro; Torixoréu; União do Sul; Vale de São Domingos; Várzea Grande; Vera; Vila Bela Santíssima Trindade; Vila Rica** com a finalidade de instituir o Consórcio Público Intermunicipal de Sistema Único de Saúde do Estado de Mato - "CONSUSMT", sob a forma de Associação Civil, com personalidade jurídica de direito privado com base na Lei 11.107/2015, Decreto 6.017/2007 assim como as leis 13.019/2014 e 13.204/2015 leis das Organizações Civis.

Parágrafo único. Constitui objeto do presente Protocolo de Intenções a cooperação entre os partícipes a gestão associada de saúde com a finalidade específica de operacionalizar ações de Assistência Farmacêutica por meio da aquisição e distribuição de medicamentos, insumos, equipamentos e serviços com destinação exclusiva à população usuária do Sistema Único de Saúde nos municípios de Mato Grosso.

Art. 2º. O Estatuto do Consórcio Público Intermunicipal de Sistema Único de Saúde do Estado de Mato Grosso - "CONSUSMT" disporá sobre à organização e o funcionamento de cada um dos seus órgãos constitutivos.

Art. 3º. Os entes consorciados poderão ceder servidores públicos ao Consórcio, na forma e condições da legislação de cada um.

Art. 4º. O valor dos recursos financeiros, quando necessários para o cumprimento do contrato de rateio e ou para outro instrumento jurídico permitido pela gestão associada de serviços do Consórcio Público Intermunicipal de Sistema Único de Saúde do Estado de Mato Grosso -"CONSUSMT" previsto no art. 8°, da Lei n°. 11.107/2005 e Decreto n°. 6.017/2007 deverão estar consignados em rubrica específica nas Leis Orçamentárias em vigência.

§ 1º. O contrato de rateio será formalizado em cada exercício financeiro e seu prazo de vigência não será superior ao das dotações que o suportam.

§ 2º. É vedada a aplicação dos recursos entregues por meio de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito.

§ 3º. Os entes Consorciados, isolados ou em conjunto, bem como o Consórcio Público, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio.

§ 4º. Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº. 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes Consorciados, todas as despesas realizadas com os recursos entregues

em virtude de contrato de rateio, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente Consorciado na conformidade com os elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

§ 5º. Poderá ser excluído do Consórcio Público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar em suas Leis Orçamentárias futuras ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

Art. 5º Para atender as despesas, decorrentes da execução da presente Lei, serão utilizados recursos provenientes da dotação orçamentária, constante no orçamento vigente.

Art. 6º. A retirada do ente consorciado do Consórcio Público dependerá de ato formal de seu representante na assembleia geral, na forma previamente disciplinada no Protocolo de Intenções do Consórcio Público Intermunicipal de Sistema Único de Saúde do Estado de Mato Grosso - "CONSUSMT".

Parágrafo único. Os bens destinados ao Consórcio Público pelo consorciado que se manifesta formalmente a intenção de destituir-se do Consórcio, somente serão revertidos ou retrocedidos no caso de expressa previsão no contrato de consórcio público ou no instrumento de transferência ou alienação.

Art. 7º. A alteração ou extinção do Consórcio Público dependerá de instrumento aprovado pela assembleia geral, ratificado mediante lei por todos os entes Consorciados.

Art. 8º. Aplica-se ao Consórcio Público o disposto na Constituição Federal, Lei nº

11.107, de 06 de abril de 2005 e Decreto n°. 6.017/2007, de 17 de janeiro de 2007 e a Lei n° 13.019/2014e 13.204/2015

Art. 9º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, 28 de Novembro de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL Nº 1.095, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2018-2021, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2018/2021, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 1º, da Constituição Federal, estabelecendo para o período respectivo, os programas com seus respectivos objetivos, indicadores, custos e metas da administração municipal, para as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada, na forma do anexo da Descrição dos Programas – Metas e Indicadores, constante da presente Lei.

§ 1º Os Anexos que compõem o Plano Plurianual são estruturados em programas, indicadores, justificativas, objetivos, ações, produtos, unidades de medida, metas e valores.

§ 2º Para fins desta Lei, considera-se:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos;

II - Indicadores, Unidade de medida que verifica quanto do resultado foi alcançado;

III - Justificativa, a identificação da realidade existente, de forma a permitir a caracterização e a mensuração dos problemas e necessidades;

IV - Objetivos, os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;

V - Ações, o conjunto de procedimentos e trabalhos governamentais com vistas à execução dos programas;

VI - Produto, os bens e serviços produzidos em cada ação governamental na execução do programa;

VII - Metas, os objetivos quantitativos em termos de produtos e resultados a alcançar.

Art. 2º Os valores constantes do Anexo da Descrição dos Programas – Metas e Indicadores estão orçados a preços correntes e poderão ser atualizados em cada exercício de vigência do Plano Plurianual, no mês de janeiro, por ato do Chefe do Poder Executivo, com base na variação acumulada do IGPM de janeiro a dezembro do exercício imediatamente anterior.

Art. 3º Os programas referidos no art. 1º, apresentados segundo os padrões da Portaria nº 42/1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, constituem o elo básico de integração entre os objetivos do Plano Plurianual, as metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias e a programação estabelecida na Lei Orçamentária Anual.

Art. 4º A exclusão, alteração ou inclusão de programas é iniciativa proposta pelo chefe do Poder Executivo, mediante projeto de lei específico.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a modificar indicadores de programas e respectivas metas, sempre que tais mudanças não solicitem alteração na lei orçamentária anual.

Art. 6º O Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas, a fim de compatibilizar a despesa orçada com as novas estimativas de receita.

Art. 7º Extraídas dos anexos desta Lei, as prioridades anuais da Administração Municipal serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Art. 8º O Poder Executivo realizará atualização dos programas e metas desta Lei, quando elaboradas as anuais diretrizes orçamentárias.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Tabaporã-MT, 28 de Novembro de 2017

Sirineu Moleta

Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

SAMAE
EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 48/2017/SAMAE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 48/2017/SAMAE

TIPO	SEXTO TERMO DE ADITIVO DO CONTRATO N.° 13/2013/SAMAE
CONTRATANTE	**SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350 N – Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, Representado pelo Diretor Geral **WESLEY LOPES TORRES.**
CONTRATADA	**DURA-LEX SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA LTDA-EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ: 86.952.587/0001-54, com sede à Rua Baltazar Navarros, nº 405, Bairro dos Bandeirantes, na cidade de Cuiabá/MT, adiante denominada **CONTRATADA,** neste ato representada pelo seu Sócio Gerente o Sr. **ISMAEL FELICIO DE TOLEDO.**
OBJETO FUNDAMENTO E VALOR	O presente Termo Aditivo tem por objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE INFORMÁTICA PARA IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UM SOFTWARE DE INFORMAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL ATRAVÉS DO FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO EXCLUSIVO DO SAMAE E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ANÁLISE, DESENVOLVIMENTO, CONFIGURAÇÃO, MIGRAÇÃO DE DADOS, CAPACITAÇÃO, OPERACIONALIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO,** Com fundamento prorrogação contratual, com supedâneo no artigo 57 e 65, da Lei 8.666/93.

	Aditivo de R$2.400,00 (Dois mil e quatrocentos reais)
PRAZO	**Tangará da Serra-MT, 22 de novembro de 2017, com prazo até 03 de junho de 2018.**

SERRAPREV
DECRETO N.º 376/2017 - SERRAPREV

DECRETO N.º 376, DE **06** DE **NOVEMBRO** DE **2017.**

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO VALOR DE R$ 971.300,00 (NOVECENTOS E SETENTA E UM MIL E TREZENTOS REAIS), NA ESTRUTURA DA LEI 4.543/2015 – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA, DESTINADO A CUSTEAR DESPESAS DO INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TANGARÁ DA SERRA.

O **PREFEITO MUNICIPAL, no uso da atribuição que lhe confere art. 7º, caput, inciso XLV c.c o art. 80, caput, inciso IV da Lei Orgânica do Município e,** especialmente pela **Lei n.º 4.597**, de **28** de **Abril** de **2016** que alterou a Lei 4.543, de 30 de dezembro de 2015**.**

D E C R E T A:

Art. 1ºFica aberto no setor de Contabilidade deste Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tangará da Serra - SERRAPREV, Crédito Adicional Suplementar no valor de **R$ 971.300,00 (novecentos e setente e um mil e trezentos reais)**, conforme segue:

ALTERAÇÃO/INCLUSÃO DE METAS FÍNANCEIRAS A SUPLEMENTAR						
Nº P/A/OP	**Descrição do Projeto/Atividade / Natureza de despesa**	**Cód. Natureza Despesa**	**Fonte**	**Valor Previsto**	**Valor Proposto**	**Diferença**
2551	**Encargos com inativos e pensionistas – Poder Executivo**					
	Aposentadorias, Reserva Remuneração e Reformas	3.1.90.01.00.00	0150000000	3.855.000,00	4.835.000,00	955.000,00
2552	**Encargos com benefícios – Poder Executivo**					
	Outros Benefícios Previdenciários do servidor	3.1.90.05.00.00	0150000000	3.800.000,00	3.826.300,00	16.300,00
Total da Tarefa						**971.300,00**

Art. 2º A presente Abertura de Crédito Suplementar, de que trata o artigo anterior, será subsidiado com recursos provenientes da redução da seguinte dotação orçamentária:

ALTERAÇÃO DE METAS FÍNANCEIRAS A REDUZIR						
Nº P/A/ OP	**Descrição do Projeto/Atividade / Natureza de despesa**	**Cód. Natureza Despe-sa**	**Fonte**	**Valor Previs-to**	**Valor Propos-to**	**Diferença**
2550	**ADMINISTRAÇÃO E ENCARGOS DO SERRAPREV**					
	Vencimentos e Vantagens Fixas	3.1.90.11.00.00.00	0150000000	86.973,68	39.973,68	47.000,00
	Diária – Civil	3.3.90.14.00.00.00	0150000000	11.350,00	1.350,00	10.000,00
	Combustível e Lubrificantes Automitivos	3.3.90.30.01.00.00	0150000000	2.000,00	0,00	2.000,00
	Gêneros de Alimentação	3.3.90.30.07.00.00	0150000000	900,00	0,00	900,00
	Material de Expediente	3.3.90.30.16.00.00	0150000000	4.440,84	440,84	4.000,00
	Material para Manut. De B. Imoveis	3.3.90.30.24.00.00	0150000000	1.800,00	0,00	1.800,00
	Material elétrico e eletrônico	3.3.90.30.26.00.00	0150000000	1.000,00	0,00	1.000,00
	Material de Proteção e Seguraça	3.3.90.30.28.00.00	0150000000	1.000,00	0,00	1.000,00
	Material de Manut. De Veiculo	3.3.90.30.39.00.00	0150000000	1.000,00	0,00	1.000,00
	Material para utilização em grafica	3.3.90.30.41.00.00	0150000000	1.000,00	0,00	1.000,00
	Aquisição de Softwares e Base	3.3.90.30.47.00.00	0150000000	800,00	0,00	800,00
	Bandeira, Flâmulas e Insígnias	3.3.90.30.50.00.00	0150000000	1.000,00	0,00	1.000,00
	Passagens e Despesas com Locomoção	3.3.90.33.00.00.00	0150000000	8.438,44	438,44	8.000,00
	Outros Serviços e Terceiros – Pessoa Física	3.3.90.36.00.00.00	0150000000	5.000,00	0,00	5.000,00
	Assinatura de Periódicos e Anuidades	3.3.90.39.01.00.00	0150000000	2.000,00	0,00	2.000,00
	Serviços Técnicos Profissionais	3.3.90.39.05.00.00	0150000000	4.918,47	418,47	4.500,00
	Locação de Softwares	3.3.90.39.11.00.00	0150000000	1.000,00	0,00	1.000,00
	Locação de Maquinas e Equipamentos	3.3.90.39.12.00.00	0150000000	1.000,00	0,0	1.000,00
	Manutenção e Conservação de Maquinas e Equipamentos	3.3.90.39.17.00.00	0150000000	4.000,00	0,0	4.000,00
	Manutenção e Conservação de Veículos	3.3.90.39.19.00.00	0150000000	6.000,00	0,0	6.000,00
	Manut. E conserv. De B. Moveis e Outras Natureza	3.3.90.39.20.00.00	0150000000	2.000,00	0,0	2.000,00
	Exposições, Congressos e Conferências	3.3.90.39.22.00.00	0150000000	5.000,00	0,0	5.000,00
	Multas Dedutíveis	3.3.90.39.35.00.00	0150000000	1.000,00	0,0	1.000,00
	Multas Indedutíveis	3.3.90.39.36.00.00	0150000000	1.000,00	0,0	1.000,00
	Juros	3.3.90.39.37.00.00	0150000000	1.000,00	0,0	1.000,00
	Encargos Financeiros Dedutíveis	3.3.90.39.38.00.00	0150000000	1.000,00	0,0	1.000,00
	Encargos Financeiros Indedutíveis	3.3.90.39.39.00.00	0150000000	1.000,00	0,0	1.000,00
	Serviços de Energia Elétrica	3.3.90.39.43.00.00	0150000000	10.000,00	0,0	10.000,00
	Serviços de Gás	3.3.90.39.45.00.00	0150000000	1.000,00	0,0	1.000,00
	Serviços de Comunicação em Geral	3.3.90.39.47.00.00	0150000000	6.800,29	800,29	6.000,00
	Serviços de Seleção e Treinamento	3.3.90.39.48.00.00	0150000000	4.440,00	440,0	4.000,00
	Produção Jornalística	3.3.90.39.49.00.00	0150000000	5.000,00	0,0	5.000,00
	Serviços de Assistência Social	3.3.90.39.53.00.00	0150000000	15.000,00	0,0	15.000,00
	Serviços de Perícias Médicas	3.3.90.39.56.00.00	0150000000	5.000,00	0,0	5.000,00
	Serviços de Processamento de Dados	3.3.90.39.57.00.00	0150000000	4.697,00	697,0	4.000,00
	Serviços de Audio e Video	3.3.90.39.59.00.00	0150000000	5.000,00	0,0	5.000,00
	Serviços Gráficos	3.3.90.39.63.00.00	0150000000	4.400,00	400,0	4.000,00
	Serviços de Perícias Médicas	3.3.90.39.64.00.00	0150000000	23.200,00	13.200,0	10.000,00
	Serviços Judiciários	3.3.90.39.66.00.00	0150000000	1.000,00	0,0	1.000,00
	Seguros em Geral	3.3.90.39.69.00.00	0150000000	3.000,00	0,0	3.000,00

	Conf. De Unif. Band. Flâmula	3.3.90.39.70.00.00	0150000000	4.000,00	0,0	4.000,00
	Fretes e Transportes de Encomenda	3.3.90.39.74.00.00	0150000000	2.000,00	909,00	2.000,00
	Serviços de Cópias e Reprodução	3.3.90.39.83.00.00	0150000000	2.909,00	909,0	2.000,00
	Serviços de Publicidade e Prop.	3.3.90.39.88.00.00	0150000000	1.500,00	0,0	1.500,00
	Manut. Conserv. Equip. e proc.	3.3.90.39.95.00.00	0150000000	2.682,60	682,60	2.000,00
	Sentenças Judiciais	3.3.90.91.00.00.00	0150000000	5.800,00	0,0	5.800,00
	Indenizações e Restituições	3.3.90.93.00.00.00	0150000000	6.210,40	210,40	6.000,00
Total da Tarefa						**211.300,00**
2556	**ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS – PODER LEGISLATIVO**					
	Aposentadorias, Reservas, Remunerações e Reformas	3.1.90.01.00.00.00	0150000000	390.000,00	0,00	390.000,00
	Pensões	3.1.90.03.00.00.00	0150000000	150.000,00	0,00	150.000,00
	Sentenças Judiciais	3.1.90.91.00.00.00	0150000000	10.000,00	0,00	10.000,00
	Indenizações e Restituições	3.1.90.93.00.00.00	0150000000	10.000,00	0,00	10.000,00
Total da Tarefa						**560.000,00**
2557	**ENCARGOS E BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS – PODER LEGISLATIVO**					
	Outros benefícios previdenciários do servidor	3.1.90.05.00.00.00	0150000000	200.000,00	0,00	200.000,00
Total da Tarefa						**200.000,00**
Total Geral						**971.300,00**

Art. 3º A presente Abertura de Crédito Suplementar ampara-se no **Inciso I** do artigo 41 e artigo 42 da **Lei 4.320, de 1964** e os recursos orçamentários utilizados são os previstos no Artigo 43, § 1º, inciso III da Lei retrocitada, ou seja, os provenientes da Redução de Dotação Orçamentária.

Art. 4ºEste Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos **seis** dias do mês de **novembro** do ano de **dois mil e dezessete**, **41º** aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

Prof. Fábio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Heliton Luiz de Oliveira

Diretor Executivo do Serraprev

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

SAMAE
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2017/ SAMAE

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra**, Estado de Mato Grosso,através do Setor de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que se sagrou como vencedora no Procedimento Licitatório na Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 038/2017/SAMAE**, referente a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA MANUTENÇÃO PREDIAL DESTINADO A PREPARAÇÃO E PINTURA EM ALVENARIA E PARTES METÁLICAS DOS SETORES: ETA QUEIMA PÉ, RESERVATÓRIOS DA VILA ALTA E RESERVATÓRIOS DO ALTO DA BOA VISTA,** a empresa **MUDAR COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO FERRAMENTAS E EPI'S LTDA – EPP; CNPJ: 14.888.303/0001-05,** para todos os 61 (sessenta e um) itens.

Tangará da Serra/MT, 28 de Novembro de 2017.

Edinéia G. de Souza Vieira

Setor de Licitação do SAMAE

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO AO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 110/ADM/2017.

O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT/ NATIVA - SOLUÇÃO PRESTADORA DE SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA - ME. O presente Termo de Apostilamento tem por finalidade corrigir a data da assinatura do TERMO ADITIVO Nº00100000067/ADM/2017 ao Contrato nº067/ADM/2017 para **06.10.2017.** Data da Assinatura 17/11/2017.

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 233, DE 05 DE JULHO DE 2017.

REVOGA O DECRETO N.º 189, DE 28 DE SETEMBRO DE 2006 E O DECRETO N.º 244, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2006, QUE CRIA A FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL DE TANGARÁ DA SERRA-MT.

O **PREFEITO MUNICIPAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 80, inciso XV da Lei Orgânica do Município de Tangará da Serra.**

CONSIDERANDO o Ofício Circular n.º 07/2017/DAF/SCTIE/MS, datado de 28 de abril de 2017, em que o Ministério da Saúde informa o fim de repasse de manutenção as unidades de rede própria do Programa Farmácia Popular;

CONSIDERANDO o teor do Memo n.º 033/AJUR/SMS, datado de 27 de junho de 2017, expedido pela Secretaria Municipal de Saúde.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica revogado o Decreto n.º 189, de 28 de setembro de 2006 e o Decreto n.º 244, de 04 dezembro de 2006, que cria e altera o endereço da Farmácia Popular do Brasil de Tangará da Serra-MT.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos **cinco** dias do mês de **julho** do ano de **dois mil e dezessete, 41º** aniversário de Emancipação Político Administrativa.

Prof. **Fábio Martins Junqueira**

Prefeito Municipal

Itamar Martins Bonfim

Secretário Municipal de Saúde

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECLARAÇÃO 5º BIMESTRE 2017

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	37.305.000,00	37.305.000,00	4.865.070,43	13,04	23.966.961,02	64,25	13.338.038,98
RECEITAS CORRENTES	35.000.000,00	35.000.000,00	4.826.070,43	13,79	23.348.835,06	66,71	11.651.164,94
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.300.000,00	2.300.000,00	292.826,94	12,73	2.041.392,57	88,76	258.607,43
Impostos	1.960.000,00	1.960.000,00	281.449,05	14,36	1.659.879,36	84,69	300.120,64
Taxas	340.000,00	340.000,00	11.377,89	3,35	381.513,21	112,21	-41.513,21
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.600.000,00	1.600.000,00	491.097,45	30,69	1.071.695,13	66,98	528.304,87
Contribuições Sociais	1.000.000,00	1.000.000,00	92.515,26	9,25	673.112,94	67,31	326.887,06
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	600.000,00	600.000,00	398.582,19	66,43	398.582,19	66,43	201.417,81
RECEITA PATRIMONIAL	1.897.000,00	1.897.000,00	129.175,95	6,81	1.069.418,07	56,37	827.581,93
Receitas Imobiliárias	7.000,00	7.000,00			70,00	1,00	6.930,00
Receitas de Valores Mobiliários	1.890.000,00	1.890.000,00	129.175,95	6,83	1.069.348,07	56,58	820.651,93
Receita de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público							
Receita da Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS	305.000,00	305.000,00	66.256,83	21,72	310.380,54	101,76	-5.380,54
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	28.698.000,00	28.698.000,00	3.819.830,59	13,31	18.588.365,13	64,77	10.109.634,87
Transferências Intergovernamentais	27.638.000,00	27.638.000,00	3.659.353,45	13,24	18.027.144,64	65,23	9.610.855,36
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios	1.050.000,00	1.050.000,00	160.477,14	15,28	561.220,49	53,45	488.779,51
Transferências para o Combate à Fome	10.000,00	10.000,00					10.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	200.000,00	200.000,00	26.882,67	13,44	267.583,62	133,79	-67.583,62
Multas e Juros de Mora	75.000,00	75.000,00	7.103,56	9,47	94.783,53	126,38	-19.783,53
Indenizações e Restituições	20.000,00	20.000,00	1.892,12	9,46	24.601,56	123,01	-4.601,56
Receita da Dívida Ativa	95.000,00	95.000,00	16.823,98	17,71	136.463,29	143,65	-41.463,29
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS							
Receitas Correntes Diversas	10.000,00	10.000,00	1.063,01	10,63	11.735,24	117,35	-1.735,24

Easy PDF Creator is professional software to create PDF. If you wish to remove this line, buy it now.

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 5º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS DE CAPITAL	2.305.000,00	2.305.000,00	39.000,00	1,69	618.125,96	26,82	1.686.874,04
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS	5.000,00	5.000,00	0,00		149.450,00	2.989,00	-144.450,00
Alienação de Bens Móveis	5.000,00	5.000,00			149.450,00	2.989,00	-144.450,00
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.300.000,00	2.300.000,00	39.000,00	1,70	468.675,96	20,38	1.831.324,04
Transferências Intergovernamentais	100.000,00	100.000,00					100.000,00
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios	2.200.000,00	2.200.000,00	39.000,00	1,77	468.675,96	21,30	1.731.324,04
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social							
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Receita Auferida por Detentores de Títulos do Tesouro Nacional Resgatados							
Receitas de Alienação de Certificados de Potencial Adicional de Construção - CEPAC							
Outras Receitas de Capital							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.695.000,00	1.695.000,00	224.230,83	13,23	654.352,15	38,60	1.040.647,85
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	39.000.000,00	39.000.000,00	5.089.301,26	13,05	24.621.313,17	63,13	14.378.686,83
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	39.000.000,00	39.000.000,00	5.089.301,26	13,05	24.621.313,17	63,13	14.378.686,83
DÉFICIT (VI)							
TOTAL (VII) = (V + VI)	39.000.000,00	39.000.000,00	5.089.301,26	13,05	24.621.313,17	63,13	14.378.686,83
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00			0,00		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS							
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais							
Reabertura de Créditos Adicionais							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Easy PDF Creator is professional software to create PDF. If you wish to remove this line, buy it now.

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — Tesouro Nacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 5º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)		DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)			
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	36.307.000,00	36.338.170,00	5.160.642,65	25.508.571,10	10.829.598,90	5.614.097,05	24.213.654,26	12.124.515,74	21.919.721,96	0,00
DESPESAS CORRENTES	33.415.000,00	32.994.568,00	4.653.438,48	23.307.971,52	9.686.596,48	5.187.204,97	22.220.477,82	10.774.090,18	20.434.858,55	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.992.000,00	17.823.188,00	2.609.652,13	12.723.997,75	5.099.190,25	2.609.652,13	12.723.791,61	5.099.396,39	12.624.341,00	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	100.000,00	100.000,00	3.548,26	92.780,41	7.219,59	1.813,88	91.046,03	8.953,97	14.144,12	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.323.000,00	15.071.380,00	2.040.238,09	10.491.193,36	4.580.186,64	2.575.738,96	9.405.640,18	5.665.739,82	7.796.373,43	
DESPESAS DE CAPITAL	2.872.000,00	3.323.602,00	507.204,17	2.200.599,58	1.123.002,42	426.892,08	1.993.176,44	1.330.425,56	1.484.863,41	0,00
INVESTIMENTOS	1.948.000,00	2.184.602,00	221.381,57	1.379.453,76	805.148,24	208.450,64	1.239.411,78	945.190,22	1.132.942,25	
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	924.000,00	1.139.000,00	285.822,60	821.145,82	317.854,18	218.441,44	753.764,66	385.235,34	351.921,16	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	20.000,00			20.000,00			20.000,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.473.000,00	1.441.830,00	245.841,81	1.157.093,61	284.736,39	245.919,16	1.157.062,61	284.767,39	435.456,27	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	37.780.000,00	37.780.000,00	5.406.484,46	26.665.664,71	11.114.335,29	5.860.016,21	25.370.716,87	12.409.283,13	22.355.178,23	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	37.780.000,00	37.780.000,00	5.406.484,46	26.665.664,71	11.114.335,29	5.860.016,21	25.370.716,87	12.409.283,13	22.355.178,23	0,00
SUPERÁVIT (XIII)										
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	37.780.000,00	37.780.000,00	5.406.484,46	26.665.664,71		5.860.016,21	25.370.716,87		22.355.178,23	0,00
RESERVA DO RPPS	1.220.000,00	1.220.000,00			1.220.000,00			1.220.000,00		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.695.000,00	1.695.000,00	224.230,83	13,23	654.352,15	38,60	1.040.647,85
RECEITAS CORRENTES	1.695.000,00	1.695.000,00	224.230,83	13,23	654.352,15	38,60	1.040.647,85
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.695.000,00	1.695.000,00	224.230,83	13,23	654.352,15	38,60	1.040.647,85
Contribuições Sociais	1.695.000,00	1.695.000,00	224.230,83	13,23	654.352,15	38,60	1.040.647,85
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários							
Receita de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público							
Receita da Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							

Easy PDF Creator is professional software to create PDF. If you wish to remove this line, buy it now.

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 5º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Multas e Juros de Mora							
Indenizações e Restituições							
Receita da Dívida Ativa							
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS							
Receitas Correntes Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social							
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Receita Auferida por Detentores de Títulos do Tesouro Nacional Resgatados							
Receitas de Alienação de Certificados de Potencial Adicional de Construção - CEPAC							
Outras Receitas de Capital							

Easy PDF Creator is professional software to create PDF. If you wish to remove this line, buy it now.

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)		DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)			
Despesas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.473.000,00	1.441.830,00	245.841,81	1.157.093,61	284.736,39	245.919,16	1.157.062,61	284.767,39	435.456,27	0,00
DESPESAS CORRENTES	1.473.000,00	1.441.830,00	245.841,81	1.157.093,61	284.736,39	245.919,16	1.157.062,61	284.767,39	435.456,27	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.473.000,00	1.441.830,00	245.841,81	1.157.093,61	284.736,39	245.919,16	1.157.062,61	284.767,39	435.456,27	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										
OUTRAS DESPESAS CORRENTES										
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS										
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										

Easy PDF Creator is professional software to create PDF. If you wish to remove this line, buy it now.

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
	Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2017
	Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Notas Explicativas	Valores
	31/10/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Easy PDF Creator is professional software to create PDF. If you wish to remove this line, buy it now.

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa									
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)		DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (j)	33,437,000,00	33,468,170,00	4,784,150,46	23,589,515,43	95,29	9,878,654,57	5,213,745,70	22,318,680,35	95,03	11,149,489,65	0,00
Legislativa	1,100,000,00	1,217,000,00	165,226,59	899,438,27	3,63	317,561,73	174,931,12	890,262,37	3,79	326,737,63	0,00
Ação Legislativa	1,100,000,00	1,217,000,00	165,226,59	899,438,27	3,63	317,561,73	174,931,12	890,262,37	3,79	326,737,63	
Controle Externo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Judiciária	100,000,00	161,100,00	27,107,36	144,231,43	0,58	16,868,57	27,107,36	144,231,43	0,61	16,868,57	0,00
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	100,000,00	161,100,00	27,107,36	144,231,43	0,58	16,868,57	27,107,36	144,231,43	0,61	16,868,57	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Administração	4,182,000,00	4,143,494,00	381,247,44	2,960,002,39	11,96	1,183,491,61	505,476,22	2,730,837,12	11,63	1,412,656,88	0,00
Planejamento e Orçamento	950,000,00	763,770,00	98,150,12	665,629,29	2,69	98,140,71	118,405,04	616,990,18	2,63	146,779,82	
Administração Geral	2,790,000,00	2,939,789,00	268,973,69	2,001,844,64	8,09	937,944,36	339,197,53	1,861,825,53	7,93	1,077,963,47	
Administração Financeira											
Controle Interno	150,000,00	150,000,00	16,176,00	86,994,16	0,35	63,005,84	16,176,00	86,994,16	0,37	63,005,84	
Normatização e Fiscalização	20,000,00	20,000,00	158,63	2,286,46	0,01	17,713,54	535,65	2,188,41	0,01	17,811,59	
Tecnologia da Informação	80,000,00	85,135,00		78,927,00	0,32	6,208,00	11,457,00	60,234,00	0,26	24,901,00	
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos	12,000,00	12,000,00	789,00	5,289,00	0,02	6,711,00	789,00	5,289,00	0,02	6,711,00	
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social	180,000,00	172,800,00	-3,000,00	119,031,84	0,48	53,768,16	18,916,00	97,315,84	0,41	75,484,16	
Demais Subfunções											
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Segurança Pública	3,000,00	3,000,00	0,00	0,00		3,000,00	0,00	0,00		3,000,00	0,00
Policiamento											
Defesa Civil	3,000,00	3,000,00				3,000,00				3,000,00	
Informação e Inteligência											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Assistência Social	1,267,000,00	1,080,810,00	116,299,19	622,141,04	2,51	458,668,96	119,960,54	605,781,21	2,58	475,028,79	0,00
Assistência ao Idoso											
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente	163,000,00	235,990,00	31,708,06	139,594,14	0,56	96,395,86	31,167,80	129,389,50	0,55	106,600,50	
Assistência Comunitária	1,104,000,00	844,820,00	84,591,13	482,546,90	1,95	362,273,10	88,792,74	476,391,71	2,03	368,428,29	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário											
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
Administração Geral											

Easy PDF Creator is professional software to create PDF. If you wish to remove this line, buy it now.

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 5º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)		DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)		
Demais Subfunções											
Saúde	8,679,000,00	9,810,301,00	1,276,426,79	6,674,191,91	26,96	3,136,109,09	1,446,606,99	6,436,224,20	27,40	3,374,076,80	0,00
Atenção Básica	4,015,000,00	3,303,675,00	419,893,50	2,182,681,44	8,82	1,120,993,56	417,511,45	2,122,545,63	9,04	1,181,129,37	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	4,079,000,00	4,885,876,00	745,126,33	3,548,407,03	14,33	1,337,468,97	813,093,54	3,428,246,77	14,60	1,457,629,23	
Suporte Profilático e Terapêutico	215,000,00	149,900,00	21,512,22	132,794,82	0,54	17,105,18	18,083,54	114,504,52	0,49	35,395,48	
Vigilância Sanitária	30,000,00	27,000,00		2,100,00	0,01	24,900,00		2,100,00	0,01	24,900,00	
Vigilância Epidemiológica	340,000,00	242,300,00	27,653,74	120,474,77	0,49	121,825,23	25,181,39	114,206,77	0,49	128,093,23	
Alimentação e Nutrição											
Administração Geral		1,201,550,00	62,241,00	687,733,85	2,78	513,816,15	172,737,07	654,620,51	2,79	546,929,49	
Demais Subfunções											
Trabalho	341,000,00	278,300,00	30,640,92	259,735,10	1,05	18,564,90	44,893,06	228,620,38	0,97	49,679,62	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	326,000,00	266,000,00	30,640,92	248,435,10	1,00	17,564,90	44,893,06	217,320,38	0,93	48,679,62	
Relações de Trabalho											
Empregabilidade	15,000,00	12,300,00		11,300,00	0,05	1,000,00		11,300,00	0,05	1,000,00	
Fomento ao Trabalho											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Educação	8,711,000,00	8,890,239,00	1,263,897,64	6,612,568,25	26,71	2,277,670,75	1,386,573,28	6,385,554,29	27,19	2,504,684,71	0,00
Ensino Fundamental	7,136,000,00	7,279,871,00	968,366,09	5,438,332,73	21,97	1,841,538,27	1,029,988,33	5,253,936,27	22,37	2,025,934,73	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior	100,000,00	102,100,00		102,000,00	0,41	100,00	24,000,00	84,000,00	0,36	18,100,00	
Educação Infantil	885,000,00	983,268,00	201,037,46	613,492,89	2,48	369,775,11	199,431,50	605,558,71	2,58	377,709,29	
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial	140,000,00	140,000,00		139,545,25	0,56	454,75	38,566,50	134,982,75	0,57	5,017,25	
Educação Básica											
Administração Geral											
Demais Subfunções	450,000,00	385,000,00	94,494,09	319,197,38	1,29	65,802,62	94,586,95	307,076,56	1,31	77,923,44	
Cultura	190,000,00	128,000,00	761,85	5,249,85	0,02	122,750,15	1,052,63	4,227,98	0,02	123,772,02	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural	190,000,00	128,000,00	761,85	5,249,85	0,02	122,750,15	1,052,63	4,227,98	0,02	123,772,02	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Urbanismo	2,622,000,00	2,260,231,00	406,062,97	1,686,828,77	6,81	573,402,23	302,872,86	1,537,314,97	6,55	722,916,03	0,00
Infra-Estrutura Urbana	2,622,000,00	2,260,231,00	406,062,97	1,686,828,77	6,81	573,402,23	302,872,86	1,537,314,97	6,55	722,916,03	
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Habitação	11,000,00	2,000,00	0,00	0,00		2,000,00	0,00	0,00		2,000,00	0,00
Habitação Rural											
Habitação Urbana	11,000,00	2,000,00				2,000,00				2,000,00	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saneamento	1,015,000,00	896,260,00	176,092,85	786,943,10	3,18	109,316,90	192,539,60	714,086,30	3,04	182,173,70	0,00
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano	1,015,000,00	896,260,00	176,092,85	786,943,10	3,18	109,316,90	192,539,60	714,086,30	3,04	182,173,70	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	58,000,00	16,000,00	0,00	0,00		16,000,00	0,00	0,00		16,000,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	50,000,00	12,000,00				12,000,00				12,000,00	
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas	8,000,00	4,000,00				4,000,00				4,000,00	
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
Administração Geral											
Demais Subfunções											

Easy PDF Creator is professional software to create PDF. If you wish to remove this line, buy it now.

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 5º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)		DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)		
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Agricultura	1.004.000,00	658.650,00	47.483,96	426.162,63	1,72	232.487,37	64.777,77	407.390,80	1,73	251.259,20	0,00
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária	1.004.000,00	658.650,00	47.483,96	426.162,63	1,72	232.487,37	64.777,77	407.390,80	1,73	251.259,20	
Defesa Agropecuária											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Reforma Agrária											
Colonização											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Indústria	10.000,00	6.000,00	0,00	0,00		6.000,00	0,00	0,00		6.000,00	0,00
Promoção Industrial	10.000,00	6.000,00				6.000,00				6.000,00	
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	148.000,00	106.000,00	10.894,15	48.547,99	0,20	57.452,01	10.894,15	47.347,99	0,20	58.652,01	0,00
Promoção Comercial	142.000,00	100.000,00	10.894,15	48.547,99	0,20	51.452,01	10.894,15	47.347,99	0,20	52.652,01	
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo	6.000,00	6.000,00				6.000,00				6.000,00	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Energia	610.000,00	544.920,00	153.239,32	282.185,34	1,14	262.734,66	153.192,99	208.101,42	0,89	336.818,58	0,00
Conservação de Energia											
Energia Elétrica	610.000,00	544.920,00	153.239,32	282.185,34	1,14	262.734,66	153.192,99	208.101,42	0,89	336.818,58	
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Transporte	2.103.000,00	1.674.495,00	424.865,95	1.033.393,55	4,17	641.101,45	550.970,66	954.903,55	4,07	719.591,45	0,00
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário	2.103.000,00	1.674.495,00	424.865,95	1.033.393,55	4,17	641.101,45	550.970,66	954.903,55	4,07	719.591,45	
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	235.000,00	323.370,00	14.663,26	232.984,42	0,94	90.385,58	11.771,79	178.000,49	0,76	145.369,51	0,00
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	235.000,00	323.370,00	14.663,26	232.984,42	0,94	90.385,58	11.771,79	178.000,49	0,76	145.369,51	
Lazer											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Encargos Especiais	1.028.000,00	1.248.000,00	289.440,22	914.911,39	3,70	333.088,61	220.324,68	845.795,85	3,60	402.204,15	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna											

Easy PDF Creator is professional software to create PDF. If you wish to remove this line, buy it now.

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 5º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)		DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)		
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna	1.028.000,00	1.248.000,00	289.440,22	914.911,39	3,70	333.088,61	220.324,68	845.795,85	3,60	402.204,15	
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
Demais Subfunções											
Reserva de Contingência	20.000,00	20.000,00				20.000,00				20.000,00	
Reserva do RPPS											
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.473.000,00	1.441.830,00	245.841,81	1.167.093,61	4,71	274.736,39	245.919,16	1.167.062,61	4,97	274.767,39	
TOTAL (III) = (I + II)	34.910.000,00	34.910.000,00	5.029.992,27	24.756.609,04	100,00	10.153.390,96	5.459.664,86	23.485.742,96	100,00	11.424.257,04	0,00

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total de Despesas

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/[illegible] b)		DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/[illegible] d)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.473.000,00	1.441.830,00	245.841,81	1.167.093,61	4,71	274.736,39	245.919,16	1.167.062,61	4,97	274.767,39	0,00
Legislativa	40.000,00	43.000,00	7.393,90	35.204,90	0,14	7.795,10	7.393,90	35.204,90	0,15	7.795,10	0,00
Ação Legislativa	40.000,00	43.000,00	7.393,90	35.204,90	0,14	7.795,10	7.393,90	35.204,90	0,15	7.795,10	
Controle Externo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Administração	290.000,00	285.000,00	53.560,83	238.833,97	0,97	45.166,03	53.638,18	239.802,97	1,02	45.197,03	0,00
Planejamento e Orçamento	60.000,00	60.000,00	4.907,41	29.474,11	0,12	30.525,89	5.015,76	29.474,11	0,13	30.525,89	
Administração Geral	230.000,00	225.000,00	48.653,42	210.359,86	0,85	14.640,14	48.622,42	210.328,86	0,90	14.671,14	
Administração Financeira											
Controle Interno											
Normalização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
Demais Subfunções											
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Relações Diplomáticas											

Easy PDF Creator is professional software to create PDF. If you wish to remove this line, buy it now.

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 5º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/ a)		DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/ a)		
Cooperação Internacional											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Assistência Social	30.000,00	30.000,00	4.499,16	22.449,17	0,09	7.550,83	4.499,16	22.449,17	0,10	7.550,83	0,00
Assistência ao Idoso											
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente											
Assistência Comunitária	30.000,00	30.000,00	4.499,16	22.449,17	0,09	7.550,83	4.499,16	22.449,17	0,10	7.550,83	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Previdência Social	10.000,00	10.000,00	0,00	10.000,00	0,04	0,00	0,00	10.000,00	0,04	0,00	0,00
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário	10.000,00	10.000,00		10.000,00	0,04			10.000,00	0,04		
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saúde	494.000,00	455.700,00	78.983,23	373.236,32	1,51	82.463,68	78.983,23	373.236,32	1,59	82.463,68	0,00
Atenção Básica	250.000,00	236.800,00	45.349,55	208.323,96	0,84	28.476,04	45.349,55	208.323,96	0,89	28.476,04	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	216.000,00	198.000,00	30.448,58	151.777,04	0,61	46.222,96	30.448,58	151.777,04	0,65	46.222,96	
Suporte Profilático e Terapêutico	8.000,00										
Vigilância Sanitária		3.000,00				3.000,00				3.000,00	
Vigilância Epidemiológica	20.000,00	12.900,00	2.783,18	12.733,40	0,05	166,60	2.783,18	12.733,40	0,05	166,60	
Alimentação e Nutrição											
Administração Geral		5.000,00	401,92	401,92	0,00	4.598,08	401,92	401,92	0,00	4.598,08	
Demais Subfunções											
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Educação	579.000,00	593.130,00	98.098,28	469.904,00	1,90	123.226,00	98.098,28	469.904,00	2,00	123.226,00	0,00
Ensino Fundamental	510.000,00	535.000,00	83.041,24	415.805,80	1,68	119.194,20	83.041,24	415.805,80	1,77	119.194,20	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil	69.000,00	58.130,00	15.057,04	54.098,20	0,22	4.031,80	15.057,04	54.098,20	0,23	4.031,80	
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											
Educação Básica											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana											
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Habitação Rural											

Easy PDF Creator is professional software to create PDF. If you wish to remove this line, buy it now.

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 5º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/a)		DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/a)		
Habitação Urbana											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental											
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Agricultura	30.000,00	25.000,00	3.306,41	16.465,25	0,07	8.534,75	3.306,41	16.465,25	0,07	8.534,75	0,00
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária	30.000,00	25.000,00	3.306,41	16.465,25	0,07	8.534,75	3.306,41	16.465,25	0,07	8.534,75	
Defesa Agropecuária											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Reforma Agrária											
Colonização											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
Administração Geral											
Demais Subfunções											

Easy PDF Creator is professional software to create PDF. If you wish to remove this line, buy it now.

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 5º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/ b)		DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/ d)		
Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário											
Lazer											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
Demais Subfunções											

Easy PDF Creator is professional software to create PDF. If you wish to remove this line, buy it now.

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
	Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2017
	Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	Valores
	31/10/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Easy PDF Creator is professional software to create PDF. If you wish to remove this line, buy it now.

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Digitally signed by VALTER KUHN:79035604172 Date: 2017.11.28 13:13:35 BRST Perfil: Titular do Poder Executivo Instituição: Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5
Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

Easy PDF Creator is professional software to create PDF. If you wish to remove this line, buy it now.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RECIBO 5º BIMESTRE 2017

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — Tesouro Nacional	**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
	Ministério da Fazenda - MF
	Recibo de Declaração Homologada

A instituição **Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT (MT)** homologou, junto à Secretaria do Tesouro Nacional - STN, a declaração referente aos dados abaixo:

Instituição:	Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT (MT)
Declaração:	Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Periodicidade:	Bimestral
Período:	5º bimestre
Exercício:	2017
Assinatura(s):	• Nome: VALTER KUHN *Titular do Poder Executivo* CPF: 790.356.041-72 Data: 28/11/2017 13:15:00

O **Código do Recibo** da declaração homologada em **28/11/2017, às 12:15:10** , é:

01.ZB.XQ-W

Observações:

- A referida declaração encontra-se disponível para consulta pública no sítio `https://siconfi.tesouro.gov.br`, menu "Consultas" item "Consultar Declaração".
- Este documento expirará caso a declaração em questão sofra quaisquer alterações.

Easy PDF Creator is professional software to create PDF. If you wish to remove this line, buy it now.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 66-2017

Extrato de Contrato: **66/2017**
Contratantes: PMT/ MARCA MOTORS VEICULOS - LTDA
Objeto: Aquisição de veículo para Secretaria de Saúde, conforme detalhado no Anexo I – Termo de Referência e demais anexos integrantes do Edital.
Vigência: 21/11/2017 a 21/03/2018
Valor Global: R$ 142.990,00
Data da Assinatura: 21/11/2017

AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 24

AVISO DE RESULTADO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2017

Município de Tesouro - MT, através do Pregoeiro e Equipe de Apoio, nomeada pela Portaria n°113 e 114, de 19 de setembro 2017, **torna público, que após a análise e julgamento do Pregão Presencial nº. 24/2017, devidamente homologado pelo Senhor Prefeito Municipal, sagrou-se vencedoras do respectivo processo, as Empresas: ITEM 01- ALLCON SERVIÇOS E INCORPORAÇÕES LTDA-ME CNPJ 09.665.762/0001-81, valor final de R$: 106.820,00 (Cento e Seis Mil, Oitocentos e Vinte Reais); ITEM 02- DRUCOS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA –ME- CNPJ 09.156.185/0001-00, valor final de R$:58.474,51(Cinqüenta e Oito Mil, Quatrocentos e Setenta e Quatro Reais e Cinqüenta e um centavos); ITEM 03 e ITEM 04- PLAAN COMERCIO E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES- CNPJ 21.071.547/0001-58, valor final de R$: 67.244,23 (Sessenta e Sete Mil, Duzentos e Quarenta e Quatro Reais e Vinte Três Centavos); Objeto:** Contratação de pessoa jurídica para fornecimento e instalação de repetidora de celular para atender a Comunidade de Batovi Distrito de Tesouro – MT, conforme detalhado no Anexo I - Termo de Referência e demais Anexosconforme julgamento pelo critério de menor preço por item, valores obtidos em rodada de lances na sessão do Pregão melhor oferta por itens, realizado em 14/11/2017, as 09:00 horas.

AFIXE-SE

PUBLIQUE-SE.

Tesouro – MT, 28 de Novembro de 2017.

_____

DAILI LOPES DE AQUINO

PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 27/2017

A prefeitura Municipal de Vale de São Domingos – MT, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº 88, Centro. Torna público para conhecimento dos interessados o **resultado** das seguintes licitações nos termos da Lei 8666/93 e alterações posteriores e Lei 10520: MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 27/2017, com objetivo "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANETE (MOBILIA EM GERAL) PARA ATENDER AOS CENTROS DE SAUDE MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT". teve como "VENCEDORES", as empresas HOSPI BIO INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS HOSPITALARES LTDA-EPP inscrito no CNPJ: 11.192.559/0001-87, vencedora dos itens 2, 19, 20, No valor global de R$ 20.114,00, a empresa C. E. CARVALHO – COMERCIAL - ME inscrito no CNPJ: 24.864.422/0001-73, vencedora dos itens 4, 9, 11, 13, 16, No valor global de R$ 18.743,00 e a empresa DENTAL MIX COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS ODONTOLOGICOS LTDA-EPP inscrito no CNPJ: 14.890.803/0001-73, vencedora dos itens 1, 3, 5, 6, 7, 8, 10, 12, 14, 15, 17, 18, 21, 22, 23, 24, No valor global de R$ 21.835,00. Vale de São Domingos – MT, 28 de Novembro de 2017. EDINALDO FERREIRA DE SANTANA pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 094/2013

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Senhora MARINA CECÍLIA BRANQUINHO, inscrita no CPF n. 363.547. 679-04. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra fundamentação na Lei 8. 666/1993 e na Lei n. 8245/1991, na justificativa da Secretaria Gestora, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº 478479/2017. OBJETO: Tem por objeto aditar a CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS E SUAS PRORROGAÇÕES, o item 4.1 e 4.2 da CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA FORMA DE PAGAMENTO, e a CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO, referente a locação do imóvel localizado na Avenida Arthur Bernardes n. 1399, Bairro Ipiranga II, em Várzea Grande – MT, destinado as instalações físicas da Procuradoria Geral do Município e da Coordenadoria de Defesa do Consumidor PROCON/VG. VALOR GLOBAL: Fica mantido o valor mensal de R$ 12.000,00 (Doze mil reais), totalizando o valor global de R$ 72.000,00 (Setenta e dois mil reais). UO: PROCURADORIA GERAL. DO: 03.01.03.122.0002. P/A: 2.006. ND: 3.3.90.36.00.00.00 – OST PF. FONTE: 0999. DO: 03.02.14.422.0002. P/A: 2.090. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0999. VIGÊNCIA: Fica prorrogado pelo período de 06 (seis) meses o prazo da vigência do Contrato principal, produzindo seus efeitos a partir do seu vencimento. FISCAL: Fica designada a servidora CAROLINA BARBOSA COSTA DE ARRUDA, inscrita no CPF n. 856.392.221-15.

DATA DE ASSINATURA: 10.11.2017.

SADORA XAVIER FONSECA CHAVES

Procuradoria Geral do Município

MARINA CECÍLIA BRANQUINHO

Locadora

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 051/2017

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Empresa GEOSOLO ENGENHARIA, PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA, inscrita no CNPJ n°. 01.898.295/0001-28. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra fundamentação no art. 65, I, alínea a), §1º da Lei nº. 8. 666/93, no Termo de Contrato nº 051/2017, na justificativa da Secretaria Gestora, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESRO Nº 486694/2017. OBJETO: Tem por objeto aditar o item 3.1 da CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA, o item 6.1 da CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR E DOS PREÇOS, o item 7.1 da CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, o item 15.1 da CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO, referente a contratação de empresa capacitada para implantação de muro de gabião (área total de 14m de contenção e 50m de gabião tirantes) no córrego água limpa c/ pres. Artur Bernardes e passarela metálica para pedestre (7m de comprimento x 1,5m de largura), conforme edital e anexos. VALOR GLOBAL: Fica aditado o valor de R$ 29.543,02 (Vinte e nove mil quinhentos e quarenta e três reais e dois centavos). UO: SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS DO: 37.02.15. 451.0022. P/A: 2.242. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0999. VIGÊNCIA: Fica prorrogado pelo período de 60 (Sessenta) dias o prazo da vigência do Contrato principal. FISCAL: Fica designada a servidora EDNA MEIRE PINTO, inscrita no CPF n. 140.425.761-68.

DATA DE ASSINATURA: 24.11.2017.

LUIZ CELSO MORAIS DE OLIVEIRA

Secretaria Municipal de Viação e Obras

GEOSOLO ENGENHARIA, PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA

Contratada

PORTARIA Nº 1093/2017

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que "Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências." **Licença Prêmio por Assiduidade** aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	**ALDERINA PEREIRA AGUIAR**
MATRICULA	1543
CARGO	Merendeira
PROCESSO N°	459181/2017
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QUINQUÊNIO	**30.04.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	01.11.2017 à 28.01.2018

SERVIDOR	**ANA LETÍCIA BRUNO GONÇALVES**
MATRÍCULA	84096
CARGO	Assistente Social
PROCESSO N°	474524/2017
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QUINQUÊNIO	**23.04.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	01.12.2017 à 28.02.2018

SERVIDOR	**CONCEIÇÃO FERREIRA PIRES**
MATRICULA	8966
CARGO	Auxiliar de Serviços Gerais
PROCESSO N°	467980/2017
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QUINQUÊNIO	**30.04.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	02.10.2017 à 29.12.2017

SERVIDOR	**JANE PEREIRA BARROS**
MATRICULA	21272
CARGO	Auxiliar de Desenvolvimento Econômico e Social
PROCESSO N°	483757/2017
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QUINQUÊNIO	**15.01.2009/2014**
PERÍODO DE GOZO	06.11.2017 à 03.02.2018

SERVIDOR	**VALDEMIL DIAS DE MIRANDA**
MATRICULA	45503
CARGO	Agente Administrativo
PROCESSO N°	11237/2007
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QUINQUÊNIO	**01.08.2002/2007**
PERÍODO DE GOZO	05.12.2017 à 04.03.2018

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT., 28 de Novembro de 2017.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

TERMO DE CITAÇÃO – 2ª TENTATIVA

PROCESSO N°: TC FUSVAG 01/2017 – Gespro 00376208/2016

ÓRGÃO/ENTIDADE INSTAURADOR: Comissão Liquidante da FUSVAG

Assunto: Tomada de Contas Especial referente ao parcelamento de energia elétrica não pagas – Processo Judicial 382.34.2005.811.0002 – Código 77602 – 09/2005, em curso pela primeira vara especializada de fazenda pública de Várzea Grande - MT - Processo 2.484-8/2.014 - Acórdão 189/2.016 - representação de natureza interna acerca de irregularidade no pagamento de fatura de energia elétrica

CITADO: Herdeiros ou Inventariante do "*de cujus*" **ANTÔNIO AUGUSTO DE CARVALHO** – CPF/MF 381.483.587-53 – RG 006693 SSPMT – Endereço: Rua Brigadeiro Eduardo Gomes, nº 315, Apartamento 1.301, Goiabeiras, Várzea Grande – MT. 78.045-350.

CONSIDERANDO as informações prestadas do falecimento do Dr. Antônio Augusto de Carvalho na data de 10/09/2.016;

CONSIDERANDO as buscas realizadas no site do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, acerca da abertura de inventário judicial, as quais apresentaram-se infrutíferas; e

CONSIDERANDO as buscas junto aos arquivos e sistema de controle de dependentes e beneficiários da Prefeitura Municipal de Várzea Grande – MT e de pensionistas do Instituto Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande – PREVIVAG.

A comissão de Tomada de Contas Especial acima qualificada, vem, através desta CITAÇÃO, citar os HERDEIROS e/ou INVENTARIANTE do Dr. Antônio Augusto de Carvalho, falecido na data de 10/09/2.016, para que no prazo de **10 (dez) dias**, contados da publicações deste edital, apresente (em), se assim entender (em), defesa junto aos autos em epígrafe.

Cópia integral do processo junto ao Conselho Liquidante da FUSVAG – Paço Couto Magalhães.

Várzea Grande, 25 de novembro de 2.017.

Willian Gonçalo de Arruda

Presidente

Suzete Jesus e Silva

Secretária

Maria Anselma de Castro Henrique

Membro

PORTARIA Nº 1095/2017

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que "Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências." **Licença Prêmio por Assiduidade** à servidora abaixo:

SERVIDOR	**JUNIOR ALBERTO DE MORAES REIS**
MATRICULA	25589
CARGO	Agente Desenvolvimento Econômico e Social
PROCESSO N°	3903/2005
LICENÇA PRÊMIO	20 (vinte) dias
QUINQUÊNIO	**19.09.1999/2004**
PERÍODO DE GOZO	21.08.2017 à 09.09.2017

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT., 28 de Novembro de 2017.

' '/

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA Nº 1094/2017

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que "Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências." **Licença Prêmio por Assiduidade** à servidora abaixo:

SERVIDOR	**GISELE APARECIDA REIS**
MATRICULA	17958
CARGO	Agente Administrativo
PROCESSO N°	271752/2014
LICENÇA PRÊMIO	10 (dez) dias
QUINQUÊNIO	**05.12.2008/2013**
PERÍODO DE GOZO	16.11.2017 à 25.11.2017

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT., 28 de Novembro de 2017.

' '/

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA N.º 098/2017

PORTARIA Nº 098/2017

Ricardo Azevedo Araújo – Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande/DAE-VG, no uso das atribuições que lhe são conferidas por meio da Lei n. 1.733/97, alterada pela Lei n. 1.866/98, e

Considerando os termos do artigo 67 da Lei n. 8.666/93, que dispõe sobre o acompanhamento dos contratos firmados com a Administração Pública por servidor especialmente designado;

Considerando o fato de que o servidor nomeado suplente na função de fiscal do Contrato n.º 015/2017 não fazer mais parte do quadro de servidores desta Autarquia, faz-se necessário sua substituição por servidor ativo.

RESOLVE:

Art. 1°. Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de fiscal do seguinte contrato:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2017 –ATACADÃO DA CONSTRUÇÃO LTDA

PREGÃO PRESENCIAL N.º 008/2017

Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais de construção civil, para atender as necessidades do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande, conforme especificações, detalhamentos e demais condições contidas no Termo de Referencia, no Edital e seus anexos, para inclusão no Sistema de Registro de Preços, durante todo o período de vigência da mesma.

Fiscal: Jesse Henrique Moi

RG N.º 180847 SSP/MT CPF N.º 934.927.401-97

END.º: Rua Professor João de Mesquita n.º 4 Bairro: Jardim das Flores

Cidade: Várzea Grande/MT

Matricula N.º 510

Suplente de Fiscal: José Maria de Miranda

RG N.º 0341598-8 SSP/MT CPF N.º 078.704.181-53

END.º: Rua Toquio Nº 160 Bairro: Centro Cidade: Várzea Grande/MT

Matricula N.º 2.022

Art. 2°. Essa Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, revogando-se as disposições anteriores.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Várzea Grande/MT, 28 de novembro de 2017.

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO

DIRETOR PRESIDENTE – DAE/VG

PORTARIA N. 032/2017 – SMVO/VG.

"Dispõe sobre a nomeação da fiscal do contrato 121/2017", empresa B N PASQUALOTTO ENGENHARIA ME

O Secretário Municipal de Viação e Obras, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE**:

Art. 1º DESIGNAR a servidora Engenheira Civil Srª. EDNA MEIRE PINTO , como fiscal da obra do contrato 121/2017, em conformidade com a cláusula décima oitava – do acompanhamento e da fiscalização.

Art. 2° A designação da fiscal terá efeito desde a assinatura do contrato.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande/MT, 28 de novembro de 2017.

LUIZ CELSO MORAIS DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Viação e Obras.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

TERMO DE CONVÊNIO PARA COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE - MT, E A EMPRESA CONSIGNET SISTEMAS LTDA.

Pelo presente instrumento de direito, nesta e na melhor forma, de um lado o **MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE,** pessoa jurídica de direito público interno**, CNPJ nº 03.214.160/0001-21,** com sede na Rua Dr. Mário Corrêa, 205, Centro, Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, adiante designado simplesmente **MUNICÍPIO**.

De outro lado **CONSIGNET SISTEMAS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 23.112.748/0001-81, com sede na Avenida Adv. Horácio Raccanello Filho,5410, Sobreloja, Sala 21, em Maringá/PR, neste ato representada por seu procurador Alexandre de Souza Doná, portador do CPF nº. 026.377.169-59 e RG nº. 5.864.945-7, adiante designada simplesmente **CONSIGNET SISTEMAS**.

Tem entre si justo e avençado o presente Termo de Cooperação Técnica a ser regido pelas normas do Código Civil Brasileiro em conjunto com a Lei nº 9.609/98 (Proteção da Propriedade Intelectual do Software) e Lei nº 9.610/98 (Proteção dos Direitos Autorais) e demais legislação aplicável à espécie e pelas cláusulas e condições adiante descritas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

Este convênio tem por objetivo a cessão dos direitos de uso, serviços de instalação e de suporte técnico operacional do sistema de Gestão de Margem Consignável com Desconto em Folha de Pagamento, denominado **"Consignet"**, de propriedade da **CONSIGNET SISTEMAS ao MUNICÍPIO,** com vistas à modernizações e controle das rotinas empregadas na sistemática de consignação em folha de pagamento de descontos da entidades conveniadas com esta municipalidade doravante denominadas **CONSIGNATÁRIAS**, objetivando o controle operacional e gerencial efetivo e automático das referidas operações de consignações em folha de pagamento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA:

A execução dos trabalhos de implantação e a prestação de serviços de treinamento e de suporte técnico operacional relativo ao **Consignet** serão efetuadas pela **CONSIGNET SISTEMAS**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CARACTERÍSITCAS DO CONSIGNET:

O Consignet é um software de acesso via internet, que realiza a gestão de forma eletrônica da margem consignada e descontos facultativos, originados de convênios, em folha de pagamento. As principais características do software são: Controle da Margem Consignada o Uma vez disponibilizada a margem do servidor ao Consignet, o sistema fará o controle para que não sejam feitos lançamentos superiores a margem cadastrada. O sistema disponibiliza tela para consulta de margem, sendo que para os responsáveis do MUNICÍPIO disponibiliza também telas para consulta dos históricos da margem e históricos dos lançamentos. o O cálculo da margem é configurado no sistema conforme decreto e normas estabelecidas pelo MUNICÍPIO. Controle das averbações em folha o Os convênios acessam o sistema via internet e realizam lançamentos diretamente em folha de pagamento. O sistema permite lançamentos de empréstimos, cartões de crédito, mensalidades e lançamentos em geral como farmácia e outros descontos. o O sistema disponibiliza, para empréstimos consignados, a possibilidade de lançamentos de reservas, refinanciamentos e compras de dividas. o Os convênios podem também quitar contratos, cancelar ou amortizar parcelas. Integração com sistema de folha o A integração é realizada com sistema de folha por meio de arquivos textos. O sistema disponibiliza três layouts: um para integração da margem consignada, outro em que o Consignet gera os descontos do mês para o sistema de folha de pagamento e um terceiro, em que o sistema de folha de pagamento gera para o Consignet a confirmação dos descontos que foram efetivados na folha de pagamento. Relatórios e arquivos para conciliação o O sistema disponibiliza relatórios para controle das consignações geradas tanto para responsáveis pelo MUNICÍPIO quanto para os convênios. Os convênios utilizarão o relatório para fazer a conferência dos descontos realizados, eliminando a necessidade do MUNICÍPIO enviar este relatório todo mês ao convênio. O sistema ainda disponibiliza arquivo para que os bancos possam fazer a conciliação ou conferência de forma automática. o O sistema possibilita a geração de relatórios em formato PDF, .txt ou excel. Controle de avisos o O sistema possibilita o envio de avisos a todos os convênios, a um convênio especifico, ou ainda aos usuários do sistema. Bloqueios o Administradores do MUNICÍPIO podem realizar bloqueios de acesso a usuários ou a convênios inteiros. o Pode bloquear convênios para não realizarem novos descontos consignados realizando somente consultas. o Servidores que não desejam ou não podem realizar empréstimo consignado também podem ter um bloqueio no sistema. Sistema de Segurança O controle de acesso é realizado por senha criptografada de 128 bits unidirecional. O sistema disponibiliza cadastro de perfil e usuários para manutenção e gerenciamento dos acessos aos convênios e usuários do MUNICÍPIO. O sistema utiliza o recurso de autenticação centralizada, os usuários possuem apenas uma senha de acesso, independentemente do local em que estejam. Portal do servidor Portal disponibilizado ao servidor para consulta de margem, histórico de descontos e realização de simulação de ranking de melhores taxas de empréstimos, para consignar. Benefícios para Instituições Financeiras o Diminuição de consulta dos convênios a entidade empregadora; o Elimina a necessidade de envio de informação mensalmente do banco a entidades empregadoras; o Garante a integridade e sigilo no tramite das informações; o Reduz o risco de Averbação; o Redução no prazo de Fechamento da operação; o Registro do contrato diretamente no sistema com atualização em tempo real da margem consignável; o Facilidade na conciliação; Benefícios para o MUNICÍPIO o Redução do tempo gasto gerenciando o processo de consignação o Automatização no gerenciamento de margens consignáveis; o Automatização nos processos de descontos junto à folha de pagamento; o Elimina a autorização previa para a contratação de descontos; o Diminuição de consultas de funcionários e controle de exceções junto ao departamento de RH; o Segurança nas operações realizadas; o Regularização da margem do servidor o Repasse do relatório de fechamento feito direto pelo sistema automaticamente, não necessita de intervenção do RH Benefícios para os funcionários o Ranking das melhores instituições financeiras para tomar empréstimos; o Contratação do empréstimo diretamente com a consignatária, sem necessidade de ir o MUNICÍPIO; o Segurança nas operações realizadas; o Portal para consulta de margem e histórico dos descontos.

CLÁUSULA QUARTA - LICENÇA DE USO

A licença de uso, outorgada pela **CONSIGNET SISTEMAS**, não constitui venda e não confere o MUNICÍPIO a titularidade sobre o **Consignet** ou sua cópia. A **CONSIGNET SISTEMAS** reserva-se, em especial, a titularidade dos direitos relativos ao **Consignet** na sua versão original e quaisquer cópias, inclusive alterações realizadas durante a prestação de serviço. O **Consignet** estará licenciado para o C.N.P.J. desse Termo e suas secretarias e autarquias e não poderá ser vendido, transferido, sublicenciado, cedido, arrendado ou alugado pelo MUNICÍPIO a outras empresas ou instituições. A **CONSIGNET SISTEMAS** reserva-se o direito de periodicamente e sem prévio aviso, autenticar eletronicamente o software via sua rede, caso o mesmo faça uso da Internet. Tal autenticação poderá resultar no bloqueio do uso do software caso o mesmo tenha tido sua senha ou seu número de série quebrado ou divulgado de alguma forma ou em algum meio pelo MUNICÍPIO**.** A **CONSIGNET SISTEMAS** rescindirá imediatamente a licença de uso para com o usuário identificado como portador da licença.

A **CONSIGNET SISTEMAS** não permite ao MUNICÍPIO**:**

a) Copiar o SISTEMA ou a documentação impressa no todo ou em parte;

b) Alterar o SISTEMA ou a documentação impressa no todo ou em parte;

c) Utilizar ou permitir que utilizem o método da engenharia reversa, desmontagem, descompilação, ou qualquer outra tentativa para descobrir o código fonte do SISTEMA no todo ou em parte;

d) Remover ou modificar quaisquer marcas dos **SISTEMAS** ou qualquer aviso dos direitos de propriedade da **CONSIGNET SISTEMAS**;

e) Disponibilizar o SISTEMA ou materiais resultantes dos serviços, em qualquer forma, a qualquer terceiro para utilização nas suas operações comerciais;

f) Utilizar o SISTEMA para prestar treinamento a terceiros sobre o conteúdo e/ou funcionalidade do SISTEMA.

CLÁUSULA QUINTA - DIREITOS AUTORAIS

O **Consignet** e os demais componentes que o acompanham abrangem valiosos direitos de propriedade intelectual da **CONSIGNET SISTEMAS** é protegido pelas leis de direitos autorais em vigor no Brasil, por disposições de tratados internacionais e demais legislações aplicáveis à espécie, tais como o Código Civil, Código Penal, sujeitando-se o **MUNICÍPIO** a suportar responsabilidade civil e penal decorrente de eventuais violações da licença autorizada neste Termo. O **Consignet** e toda a documentação impressa ou em meio magnético que o acompanha, não podem ser copiados.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES:

As obrigações da **CONSIGNET SISTEMAS** e do MUNICÍPIO para a plena execução do Convênio ficam assim pactuadas:

I – Compete à **CONSIGNET SISTEMAS**

a) Instalação, treinamento de usuários e versionamento do **Consignet;** b) Prestação de suporte técnico para as questões operacionais relativas ao **Consignet,** via telefone ou e-mail, de Segunda à Sexta-feira, das 09:00 as 12:00 e das 14:00 às 17:00, excetuando-se feriados; c) Definir conjuntamente com o MUNICÍPIO, regras e procedimentos relativos à segurança do **Consignet**, para a transmissão de dados via rede Internet; d) Designar um responsável pelo TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA.

II - Compete ao MUNICÍPIO**:**

a) Efetuar a gestão e operacionalização do **Consignet**; b) Manter os dados cadastrais do **Consignet**, CONSIGNATARIAS, usuários, respectivos perfis de acesso e margens consignáveis; c) Executar rotinas periódicas de integração entre o **Consignet** e o Sistema de Folha de Pagamento – disponibilizar e importar cadastro de margens, exportar movimento financeiro, disponibilizar e importar retorno da integração com a Folha de pagamento; d) Disponibilizar dentro do prazo previsto para a implantação do **Consignet**, todas as informações necessárias, tais como, cadastro de CONSIGNATÁRIAS com respectivos códigos de verbas de desconto, cadastro de órgãos /secretarias, cadastro de matrículas e margens de servidores e cadastro de contratos existentes para a importação para o **Consignet**; e) Garantir que a utilização do sistema, pelos empregados, servidores ou prepostos do MUNICÍPIO seja de acordo com as leis vigentes, inclusive aquelas de proteção de propriedade intelectual e aos bons costumes, cuja inobservância acarretara a resolução de pleno direito do presente termo; f) Liberar as informações e funcionários que forem necessários ao bom andamento das atividades e controle das consignações; g) Designar um responsável pelo TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS CUSTOS:

A **CONSIGNET SISTEMAS** afirma que o compartilhamento da Cessão dos Direitos de Uso, a instalação, treinamentos e implementação do SISTEMA **Consignet** executados pela **CONSIGNET SISTEMAS**, sob a gestão, controle e orientação do MUNICÍPIO ocorrerá sem qualquer ônus ou encargos**.**

CLÁUSULA OITAVA – DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS:

As PARTES reconhecem que as informações Confidenciais constituem valiosos segredos protegidos legalmente e concordam que a utilizarão somente de acordo com as disposições deste CONVÊNIO e não divulgarão ou permitirão sua divulgação direta ou indireta a qualquer terceiro alheio a este CONVÊNIO, sem prévio consentimento escrito da outra parte.

CLÁUSULA NONA – DO SIGILO:

As PARTES obrigam-se a observar e guardar sigilo comercial, industrial e financeiro sobre as informações relativas:

a) Ao sistema, sua documentação; b) Às comunicações internas e regras de negócios do MUNICÍPIO; c) Aos dados pessoais e profissionais constantes do cadastro dos servidores; d) Aos dados das operações realizadas pelas CONSIGNATÁRIAS, não podendo utilizar ou divulgar tais informações para qualquer fim, sob apenas da lei civil, penal, de propriedade industrial e intelectual.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA:

O presente Termo entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e terá eficácia pelo período de 5 (cinco) anos, a partir da data da efetiva implantação do Consignet. O prazo de eficácia deste Termo poderá ser prorrogado automaticamente por iguais períodos caso o sistema continue em utilização pelo MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO:

O Termo de Cooperação Técnica poderá ser rescindido por qualquer das partes, mediante comunicação prévia com antecedência mínima de 60 dias.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – DO FORO:

Fica eleito o foro da Comarca de **Vila Bela da Santíssima Trindade/MT,** renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para efeito de desate de questões porventura surgidas na execução do presente CONVÊNIO.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – EXCLUSIVIDADE DOS SERVIÇOS:

13.1. Enquanto este termo vigorar a **CONSIGNET SISTEMAS** será a *única empresa autorizada e capaz de realizar o serviço de averbação online para este MUNICÍPIO.*

13.2. O presente Termo rege-se pelas normas da Lei Federal n0 8.666, de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações que trata de aplicação das normas de licitação, no que couber, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos ou entidades da Administração. Para bem caracterizar, no caso em tela, que se trata de uma parceria, um ajuste, entre a **CONSIGNET SISTEMAS** e o ÓRGAO PÚBLICO e não de um contrato, que demandaria licitação, transcrevemos abaixo do Ministro Mario Pacini, do TCU, o seguinte magistério:

"Grosso modo, pode se dizer que a distinção mais precisa entre o contrato e o convênio é quanto a reciprocidade de obrigações (bilateralidade). Enquanto no Contrato uma das partes se obriga a dar, fazer ou não fazer alguma coisa, mediante pagamento previamente acertado (caso mais comum nos contratos de compra e venda, para não nos alongarmos na extensa doutrina dos contratos), no Convênio os interesses são comuns e a contraprestação em dinheiro não precisa existir. O que faz é ajuste de mútua colaboração para o atingimento de objetivo comum. " (TCU 001.582-5, DOU 18/9/85, p.13.651, e TCU, em 19/2/92, p.2.135, conf. Carlos Pinto Coelho Motta, em Eficácia nas Licitações e Contratos, pág.350/351). "

Firmada, em texto legal, a identidade entre convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres, na exata redação do art.116 da Lei 8. 666/93, onde se inclui, sem sombra de dúvida o Termo de Cooperação Técnica de aqui se trata, é de se concluir que não está o ÓRGAO PÚBLICO vinculado ao procedimento licitatório para firmar o TERMO DE COOPERAÇÂO TÉCNICA com a **CONSIGNET SISTEMAS**.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

14.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, prorrogando-se este para o primeiro dia útil, se recair em dia sem expediente.

14.2. Sempre que houver necessidade e mediante cartas reversais acordadas pelas PARTES, poderão ser cláusulas deste documento ser aditadas, modificadas ou suprimidas, passando essas cartas a fazer integrante do presente instrumento como um todo único indivisível.

14.3. Caberá ao MUNICÍPIO**,** proceder à publicação do extrato do presente Convênio na Imprensa Oficial, no prazo estabelecido no Parágrafo Único, do art.61, da Lei 8.666/93.

Por estarem justas e acordadas assinam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias, todas de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas para que produza seus efeitos legais, sendo a seguir arquivados em ordem numérica de acordo a Legislação Municipal em vigor.

Vila Bela da Santíssima Trindade/MT,_____ de _____de 2017.

Consignet Sistemas Ltda

Alexandre de Souza Doná

Município de Vila Bela da Santíssima Trindade / MT

Wagner Vicente da Silveira

TESTEMUNHAS:

Nome: CPF:

Nome: CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

PORTARIA Nº 281/2017. DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas,

Considerando o exposto na Lei Municipal nº 1.491/2017e indicações das entidades representativas

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os seguintes membros para constituir a Comissão que tem como finalidade de levantamento dos imóveis ocupados a fim de regularização.

Paragrafo Único. A Comissão é integrada por representantes do Poder Executivo, Legislativo, e Associação de Bairro, garantida a paridade na representação, com mandato de 02 anos, permitida a recondução, com a seguinte composição:

I- TITULAR - Representante do Poder Executivo Municipal, da Secretaria Municipal de Viação e Obras Pública – Eng. RENATO VALADARES RODRIGUES, mat. 3511- CREA – RN 1014744431;

SUPLENTE - JOYCILENE DA SILVA COSTA

II- -Representante do Poder Legislativo

TITULAR - JOSÉ DA SILVA LIA

SUPLENTE – MARLENE DA SILVA COSTA

III- Representante da Associação de moradores de Bairro

TITULAR- MARIA AUGUSTA SILVA

SUPLENTE – DIONISIO FERNANDES DA SILVA

Art. 2º A comissão tem a finalidade de levantamento dos imóveis ocupados, a qual identificará individualmente, o tamanho, as confrontações, a localização, o nome do atual ocupante, bem como a análise dos documentos que comprovem a ocupação.

Paragrafo Único - Caberá a comissão manifestar-se acerca da conveniência e oportunidade para a promoção da regularização das ocupações por interesse social e por interesse específico.

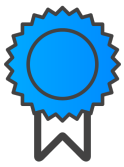
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Vila Rica, 16 novembro de 2017.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Tue Nov 28 22:52:49 UTC 2017
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)